



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

ANNA THEREZA PATRICIO BEUTTENMÜLLER BEZERRA

**PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL: UM OLHAR SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA**

CAMPINA GRANDE – PB

2018

ANNA THEREZA PATRICIO BEUTTENMÜLLER BEZERRA

**PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL: UM OLHAR SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO IFPB – *CAMPUS* JOÃO PESSOA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes.

Linha de pesquisa: **Cultura e Identidade**

CAMPINA GRANDE – PB

2018

B574p Bezerra, Anna Thereza Patrício Beuttenmüller.
Práticas religiosas no espaço educacional: um olhar sobre a experiência do IFPB - campus João Pessoa / Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra. – Campina Grande, 2018.
350 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação: Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes".
Referências.

1. Religião. 2. Educação. 3. Sociabilidade. 4. Grupos Religiosos.
5. Laicidade. I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 2-725:37(043)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIA ITAPUANA SOARES DIAS CRB = 15/93

ANNA THEREZA PATRICIO BEUTTENMÜLLER BEZERRA

**PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL: UM OLHAR SOBRE A
EXPERIÊNCIA DO IFPB – *CAMPUS* JOÃO PESSOA**

BANCA EXAMINADORA:

**MARIA LÚCIA ABAURRE GNERRE
EXAMINADORA EXTERNA (PPGCR – UFPB)**

**PAULO SÉRGIO CUNHA FARIAS
EXAMINADOR EXTERNO (UAED -UFCG)**

**MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA
EXAMINADOR INTERNO (PPGCS – UFCG)**

**LEMUEL DOURADO GUERRA SOBRINHO
EXAMINADOR INTERNO (PPGCS – UFCG)**

**RAMONILDES ALVES GOMES
ORIENTADORA (PPGCS – UFCG)**

**KALIANE DE FREITAS MAIA
SUPLENTE (PPGCS – UFCG)**

CAMPINA GRANDE – PB

2018

Aos meus avós, Celina e Aloisio, Neuza e Misael;
meus pais, Gilberto e Penha; meu esposo, Ricardo;
meus filhos, Ricardo Giovanni, Déborah, Anna
Luiza; meus netos, Pedro, Gabriel, Maria Eduarda,
e a que vem a caminho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, “...inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas”.

Aos meus pais, Gilberto – *in memoriam* – e Penha, pela experiência me concedida da vida em família, na qual pude exercitar os valores ético-morais.

Aos meus irmãos, Ana Cláudia – *in memoriam* – e Gilvandro, pela oportunidade do exercício da fraternidade.

À Vovinha, avó materna – *in memoriam* –, pelos ensinamentos do amor incondicional, que continuam me fortalecendo o corpo e a alma.

Ao meu esposo, Ricardo, companheiro de todas as horas, pela compreensão das minhas ausências e por acreditar em mim.

Aos meus filhos, Ricardo Giovanni, Déborah e Anna Luíza, pela sublime e incomparável experiência da maternidade, que me ensina, cada dia, a ser uma pessoa melhor.

Aos meus netos, Pedro, Gabriel, Maria Eduarda e a que vem a caminho, quatro amores, que me alegram, acalmam e fortalecem.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS, da Universidade Federal de Campina Grande, por abrir espaço para o convênio de Doutorado Interinstitucional (DINTER) em Ciências Sociais.

À Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes, minha orientadora, pela paciência e apoio recebidos diante das minhas limitações, dificuldades e incertezas, nas diferentes fases desse estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PPGCS, que ministraram as disciplinas, em especial:

- Professor Doutor Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, pelo acolhimento desde o primeiro momento, contribuindo nas diferentes fases desse estudo, sempre me incentivando a acreditar que seria possível.

- Professora Doutora Mércia Rejane Rangel Batista, pelas excelentes contribuições à minha formação pessoal e acadêmica, acompanhando essa trajetória no seminário de tese, na qualificação e na defesa, sempre generosa nas críticas.

- Professor Doutor Vanderlan Francisco da Silva, pela inesquecível experiência dentro e fora da sala de aula e atenção ao meu caminho acadêmico. Mesmo estando longe, fez-se próximo.

- Professor Doutor José Gabriel Corrêa, pela generosidade e disponibilidade em transportar várias vezes minha tese à UFCG.

A Francilene Pingé (Fran), a grande incentivadora da minha decisão em concorrer ao doutorado, pelo apoio em todas as fases.

Aos meus colegas de turma, pela convivência fraterna e aprendizado, em especial:

- Palmira Palhano, amiga e parceira nessa caminhada.

- Yara Rabay, pela disponibilidade e generosidade em muitos momentos.

À Professora Doutora Janylle Rebouças Ouverney King, do IFPB, *campus* Cabedelo, pela sua contribuição e apoio na minha proficiência em inglês.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, na pessoa do seu reitor, Professor Doutor Cícero Nicácio do Nascimento Lopes, pela oportunidade da participação no Doutorado Interinstitucional (DINTER), em Ciências Sociais, pelo apoio e incentivo nas suas diferentes fases.

Aos diretores e ex-diretores do *campus* João Pessoa do IFPB, os professores: Itapuan Bôtto Targino; Espedito Pereira; Almiro de Sá Ferreira; Antônio Carlos Gomes Varela; José Rômulo Gondim; João Batista de Oliveira Silva (ex-reitor) e Neilor César dos Santos, pelo entusiasmo, dedicação à educação profissional na Paraíba em todos os períodos da sua história, cujas contribuições foram fundamentais para esse estudo.

À ex-professora Linalda de Arruda Mello, pela contribuição no resgate da memória das práticas religiosas na então Escola Industrial da Paraíba, na década de 1960.

Ao ex-professor e pastor, Tomaz José de Aguiar Munguba, pela disponibilidade e colaboração com essa pesquisa.

Aos professores: Marcílio Carneiro Dias; Guilherme Marconi Gomes de Brito; Marinalva Firmino Ferreira; Rosicléa Dandrea e Stênio F. D'Avila Lins, pela competência pessoal, profissional e apoio a esse estudo.

Aos técnicos administrativos Paulo de Tarso Chaves Faustino e Joapson Evaristo Cardoso, pela contribuição a minha pesquisa.

Aos colegas do Departamento de Articulação Pedagógica: Ana Lúcia Queiroga; Dannilo José Pereira; Jocileide Bidô Leite (Chefe do Departamento); Joanderson de Oliveira Silva; Luis Valte dos Santos; Dalva Maíza Galvão; Maria José Dantas; Natale Barbosa; Sílvia Helena Costa e Silva e Simone Fernandes da Silva, fundamentais em minha vida profissional, sempre apoiando e incentivando meus estudos, em todas as fases do doutorado.

Às colegas de trabalho Rafaela de Lima, atualmente no Instituto Federal de Pernambuco, e Lamara Fábila Lucena Silva, da reitoria do IFPB, pelas discussões e valiosas contribuições ao meu texto.

Aos colegas de trabalho Clarineide Batista da S. Lucena e Adilson Luiz Silva, pelo suporte técnico em diferentes momentos.

À chefe de gabinete do reitor do IFPB, Gláucia Nunes Costa, pelo apoio e generosidade em disponibilizar contato e acesso aos ex-diretores da Instituição.

A Josy Batista, amiga e colega de trabalho, por escutar minhas angústias, me acolher e apoiar em momentos muito difíceis.

Aos colegas do Núcleo de Documentação e Pesquisa da Reitoria Antônio Luna, Mardônio Lacet e Luciano Candeia, por disponibilizarem o acervo do Núcleo, fotografias e outros documentos, indispensáveis à composição e documentação dessa tese.

A todos os integrantes dos grupos religiosos do IFPB, *campus* João Pessoa, na pessoa dos seus líderes: JOTEC; Metanoia; GOSFA; Células e ABU, que abriram espaço para um conhecimento mais próximo com seus grupos e projetos, confiando em mim e no meu estudo.

Ao Movimento ABU João Pessoa, na pessoa da sua ex-presidente Anna Paula Batista dos Santos, pela disponibilidade e apoio a minha pesquisa.

Aos estudantes do IFPB, pelo aprendizado que me oferecem a cada dia, em particular a M^a Laíz Cabral, pela colaboração em diferentes momentos e situações desse estudo.

As amigas Anna Paola Sivini; Angélica Pordeus; Eliene Estevão; Francisca Maia e Socorro Rocha, pelo apoio, incentivo e solidariedade nas dificuldades e conquistas.

Gratidão a todos.

“Houve, houve a encomendação do corpo” “A benção das oficinas, me lembro muito bem,” (Itapuan). “eu sentia que a Instituição era uma Igreja também, né?” (Linalda) “Buscar epitáfios [...] tarefas que a gente tinha que ir ao cemitério” [...] “era pra ler versículos e capítulos bíblicos e na aula seguinte, ela cobrava” (João Batista). “A minha prática em sala de aula sim, aí eu conversava muito com todos eles, e não fazia uma exposição confessional, mas uma posição bíblica do assunto que me retrataram” (Munguba). “E a gente sempre tinha, sempre estava havendo evento religioso. Era na Páscoa, era no Natal, sempre tinha evento religioso” (Marinalva). “a percepção que eu tenho, preliminar, é que esses grupos eles fazem reuniões cotidianas aqui na Instituição, não é?” (Stênio). “Não só vi na sala, como lá atrás da biblioteca era outro ponto de encontro deles, no pátio também, e não vi ninguém discriminando, reclamando” (Rosicléa). “Eu sou líder de Célula, sou líder de jovens na Igreja, e, quando eu ganho a pessoa na Célula, eu levo ela pro Revisão de Vidas” (Joana).

RESUMO

Este trabalho de tese consiste numa discussão acerca da presença de grupos religiosos, no contexto da educação profissional no Brasil, tendo como espaço empírico para a realização de uma microanálise o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *campus* João Pessoa, considerando que, desde o período da colonização do Brasil, o catolicismo assumiu a condição de religião dominante no país, vindo, ao longo do tempo, se capilarizando nas mais diversas instituições, inclusive as educacionais, a exemplo do IFPB, que vem se colocando há décadas como um espaço de vivências religiosas. Assim, o objetivo deste estudo é analisar as modificações ocorridas no IFPB, ao longo de cinquenta anos, que implicaram a inversão da posição dominante, ocupada anteriormente pela religião católica, substituída pela presença de diversos grupos religiosos, católicos e evangélicos de diferentes denominações, na comunidade escolar. Atualmente, existem cinco grupos em atividade: o “Jovens Técnicos” – JOTEC, o Metanoia, dois grupos de Célula: um da Igreja Sara Nossa Terra – ISNT, outro da Igreja Luz para os Povos, e um da Aliança Bíblica Universitária – ABU, equivalentes em seus objetivos e características. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, buscando a gênese da presença da religião no espaço institucional. Esse tipo de pesquisa atribui fundamental importância aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, bem como aos discursos e significados atribuídos e transmitidos por eles. Assim, foram entrevistados: servidores antigos e atuais; estudantes antigos e atuais; líderes, frequentadores, não frequentadores dos grupos religiosos e representante dos Movimentos Religiosos Estaduais. Foram utilizadas três técnicas para a coleta de dados: observação, entrevista semiestruturada e pesquisa documental. Como referencial teórico, dialogamos com a abordagem interacionista apoiada em autores como Erving Goffman, com o conceito de sociabilidade em George Simmel e Zygmunt Bauman e com a perspectiva da síntese entre ação e estrutura em Pierre Bourdieu. Nesse contexto, os direitos à liberdade religiosa, bem como a concepção dos princípios de laicidade utilizados pelo Estado brasileiro são vivenciados na Instituição de forma equivocada. De um lado, com a presença de rituais e grupos religiosos, contrariando a natureza laica do Estado brasileiro, e, de outro lado, sob o manto da omissão e da permissividade, utilizando-se o Instituto da presença dos grupos religiosos para o exercício do controle das condutas dos jovens estudantes.

Palavras-chave: religião, educação, sociabilidade, grupos religiosos, laicidade.

RESUMÉ

Ce travail de thèse consiste en une discussion sur la présence de groupes religieux dans le contexte de la formation professionnelle au Brésil. Il a comme espace empirique pour effectuer une microanalyse l' Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *campus* João Pessoa. Considérant que depuis la période de la colonisation du Brésil, le catholicisme a pris le statut de religion dominante au pays et au fil de temps on peut remarquer la capillarisation dans les intuitions les plus diverses, éducation inclusive, par exemple IFPB qui a mis à décennies comme un domaine d'expérience religieuse. Ainsi, l'objectif de cette étude est d'analyser les changements qui ont eu lieu dans l' IFPB au cours de cinquante dernières années qui ont conduit à l' inversion de la position dominante, précédemment occupée par la religion catholique, remplacé par la présence de plusieurs groupes, catholiques et évangéliques de différentes dénominations dans la communauté scolaire. Actuellement, il y a cinq groupes actifs: “Jovens Técnicos- JOTEC, Metanoia, deux groupes de Cellules: un de l' ‘Église Sara Nossa Terra-ISNT, autre de l'Église Luz para os Povos, et un de l' Aliança Bíblica Universitária-ABU, équivalentes dans les buts et caractéristiques. C' est une recherche qualitative, cherchant la genèse de la présence de la religion dans l' espace institutionnel. Ce type de recherche accorde une importance fondamentale aux déclarations des acteurs sociaux impliqués, ainsi qu' aux discours et aux significations attribués et transmis par eux. Ainsi, ont été interrogés: anciens et actuels serveurs; étudiants actuels et anciens, les chefs, les habitués et les non-frequents des groupes religieux des Mouvements Religieux de l'Etat. Trois techniques ont été utilisées pour collecter des données: l' observation, l' interview semi-structurée et la recherche documentaire. Comme référence théorique, nous avons dialogué avec l' approche soutenue par les auteurs Erving Goffman, avec George Simmel et Zigmunt Bauman et avec la perspective de la synthèse entre action et structure chez Pierre Bourdieu. Dans ce contexte, les droits à la liberté religieuse, ainsi que la conception des principes de la laïcité utilisés par l'État Brésilien sont vécus dans l'intuition de la mauvaise façon. D' une part avec la présence de rituels et de groupes religieux, contrairement la nature laïque de l' État Brésilien, et d'autre part, sous le manteau de l'omission et de la permissivité, utilisant l' Institut de la présence des groupes religieux pour effectuer le contrôle de la conduite des jeunes étudiants.

Mots-clés: religion, éducation, sociabilité, groupes religieux, laïcs.

ABSTRACT

This final doctoral paper draws on the religious group presence, within the vocational educational Brazilian context, and considers the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba – IFPB, *Campus* João Pessoa, as the space for an empirical microanalysis. Since the Brazilian colonization period Catholicism has taken over the position of dominant religion in the country, and throughout time it has been spreading its roots within several institutions, especially the educational ones, being IFPB an example as religious experience space. Thus, the main objective of this study is to analyze the changes that took place at IFPB, throughout the past fifty years, and which implied in the repositioning of the dominant position, formerly occupied by the Catholic religion, and currently substituted by the presence of other religious groups such as Christians of several different denominations in the school community. Nowadays, there are five active groups: the “Young Technicians” – JOTEC; Metanoia, two cell groups, one from Igreja Sara Nossa Terra – ISNT; and another from Igreja Luz para os povos; and one from the Aliança Bíblica Universitária – ABU, and they are equivalent in their objectives and features. This is qualitative research which seeks the genesis of the religious presence in the institutional space. This research emphasizes its relevance on the social actors’ testimonials and who were involved in the investigation, as well as their discourses and the meanings they allocated and transmit. That said, the following were interviewed: former and current civil servants; former and current students; leaders, goers and non-goers of the religious groups and representatives of the State Religious Movements. Three techniques were used to collect the data: observation, semi-structured interviews and documental research. The theoretical framework dialogues with the interactionist approach and is supported by authors like Erving Goffman and his sociability concept based on George Simmel and Zygmunt Bauman, and the synthesis in action and structure by Pierre Bourdieu. Within this context, the rights to religious freedom, as well as the secularism principles used the Brazilian State are mistakenly experienced in the institution. On one hand, the rituals and religious groups, contrary to the secular nature of the Brazilian State, and on the other hand, under the mantle of oversight and laxness, the Institution makes use of the religious groups to exercise control of young students’ behavior.

Keywords: religion, education, sociability, religious groups, secularism.

LISTA DE FOTOS

FOTO 01: Capela do IFPE, <i>campus</i> Recife	46
FOTO 02: Capela da UFPB, <i>campus</i> I João Pessoa	46
FOTO 03: Reunião do GOU na UFCG, <i>campus</i> Campina Grande	49
FOTO 04: Celebração de Missa no Ginásio de Esportes	96
FOTOS 05 e 06: Celebração de Missa, no Ginásio de Esportes	98
FOTO 07: Bênção da Oficina de Artes Industriais presidente Eptácio Pessoa	104
FOTO 08: Bênção de oficina na Escola Industrial	104
FOTO 09: Presença do crucifixo no ambiente Institucional	106
FOTO 10: Prof. Espedito em evento na ETEPB, acompanhado por uma freira	108
FOTO 11: Símbolo religioso na Instituição	108
FOTO 12: Culto Ecumênico na Colação de Grau	110
FOTO 13: Culto Ecumênico de Ação de Graças pelo aniversário da ETEPB	110
FOTO 14: Cantata de Natal na ETEPB	111
FOTOS 15 e 16: Culto ecumênico de Colação de Grau na ETEPB	116
FOTO 17: Colação de Grau das turmas 2001 e 2002, no Ginásio de Esportes	117
FOTO 18: Comemoração do 94º aniversário do CEFET	123
FOTO 19: Cerimônia de Casamento	124
FOTO 20: Celebração ecumênica, pelo 83º Aniversário da ETEPB	148
FOTOS 21, 22, e 23: Culto ecumênico na posse do professor João Batista, em 2009	155
FOTO 24: Símbolos religiosos. Sala do Diretor Geral, <i>campus</i> João Pessoa	160
FOTO 25: Símbolo religioso. Entrada da sala de reunião do reitor	160
FOTO 26: Reunião do JOTEC – 2011	177
FOTO 27: Reunião do JOTEC – 2017	177
FOTO 28: Divulgação da “Semana de Encontro com Deus”	180
FOTO 29: Aniversário do JOTEC	180
FOTOS 30 e 31: Reuniões do GOSFA	194
FOTO 32: Reunião da Célula A, Tema: “Célula da colheita”, na fonte	201
FOTO 33: Reunião da Célula A, na pracinha dos estudantes	201
FOTOS 34 e 35: Reuniões da Célula C, na pracinha dos estudantes	210
FOTO 36: Reunião da Célula D, em laboratório	214
FOTO 37: Reunião da Célula D, no setor de limpeza	214

FOTO 38: Primeiro dia de estudo do núcleo ABU	219
FOTOS 39 e 40: Recepção dos estudantes calouros dos Cursos Superiores	223

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01: Área de abrangência do IFPB	21
IMAGENS 02 e 03: Convites do Grupo de Oração Universitário GOU – UFCG	49
IMAGEM 04: Lema da Aliança Bíblica Universitária	50
IMAGEM 05: Logo da CRU	53
IMAGEM 06: Logomarca, grupo Alfa e Ômega	54
IMAGEM 07: Divulgação do grupo Alfa e Ômega	54
IMAGENS 08 e 09: Caderneta da disciplina Educação Moral e Cívica	146
IMAGEM 10: Cartaz da ABU, com referência ao Medo	172
IMAGENS 11 e 12: Cartazes de divulgação das reuniões do GOSFA	191
IMAGEM 13: Logo do Grupo UAU	208
IMAGEM 14: Cartaz da ABU	219
IMAGEM 15: Cartaz de divulgação do Núcleo ABU. Tema: Crer ou não crer?	222
IMAGEM 16: Cartaz de divulgação do Núcleo ABU. Tema: Liberdade	222
IMAGEM 17: Cartaz: Material de EBI, utilizado pelo Núcleo da ABU	225
IMAGENS 18, 19, e 20: Convites de Páscoa da Associação dos Servidores	296

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Descrição dos diretores, reitores	28
QUADRO 02: Religiosidade no Brasil, Censo IBGE – 2010	56
QUADRO 03: Demonstrativo das religiões no Censo IBGE – 2010	57
QUADRO 04: Demonstrativo das religiões no Censo IBGE – 2010, na Paraíba	59
QUADRO 05: Descrição das lideranças dos grupos que foram entrevistadas	171
QUADRO 06: Descrição dos integrantes dos grupos religiosos, entrevistados	175
QUADRO 07: Descrição dos não integrantes dos grupos	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABUB: Aliança Bíblica Universitária do Brasil

ABU: Aliança Bíblica Universitária

ABP: Aliança Bíblica de Profissionais

ABS - Aliança Bíblica Secundarista

ASSIFPB: Associação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

CAEST: Coordenação de Apoio ao Estudante

CEFET/PB: Centro Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

CEPC/CRU: Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo

CFE: Conselho Federal de Educação

EIFPB: Escola Industrial Federal da Paraíba

EMC: Educação Moral e Cívica

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

ETIM: Ensino Técnico Integrado ao Médio

ETFPB: Escola Técnica Federal da Paraíba

GOSFA: Grupo de Oração São Francisco de Assis

GOU: Grupo de Oração Universitário

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFs: Institutos Federais

IFPB: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFPE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

ISNT: Igreja Sara Nossa Terra

JOTEC: Jovens de Cristo

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação

MPC: Ministério Para Cristo

MUR: Ministério Universidades Renovadas

NACE: Núcleo de Artes e Cultura

NDPEP: Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional

PGMs: Pequenos Grupos Multiplicadores

RCC: Renovação Carismática Católica

SEMADEC: Semana Artística, Desportiva e Cultural

TFP: Tradição, Família e Propriedade

UFCG: Universidade Federal de Campina Grande

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1.1 A religião: de direito e de fato.....	55
1.2. Laicidade à moda brasileira.....	68
1.3 Religião e educação	76
II. TRAJETÓRIA DAS RELIGIÕES CRISTÃS NO IFPB.....	88
2.1 Escola profissionalizante e religião: entre estudar e celebrar	91
2.2 Escola: instrumento das estratégias de reprodução	133
2.3 Da sala de aula para além dela: orações, celebrações e arte.....	137
2.4 Transformações no campo religioso do <i>campus</i> João Pessoa nos últimos dez anos	155
III. IFPB, <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA: O LUGAR DA FÉ	170
3.1 Jovens Técnicos Cristãos - JOTEC	176
3.2. Grupo de Oração São Francisco de Assis – GOSFA	190
3.3. Grupos de Célula	194
3.4 Núcleo Aliança Bíblica Universitária - ABU	219
3.5 Grupos religiosos no IFPB, <i>campus</i> João Pessoa: agenciamento e controle.....	227
IV. A VIDA NOS GRUPOS RELIGIOSOS NO IFPB – <i>CAMPUS</i> JOÃO PESSOA: VISTA POR DENTRO E POR FORA	235
4.1 A vivência da sociabilidade no interior dos grupos	237
4.1.1 Os grupos religiosos, na visão dos estudantes não participantes	262
4.1.2. Os grupos religiosos, na visão dos professores.....	264
4.2. O cenário atual dos grupos religiosos no IFPB: omissão ou apoio?.....	275
4.2.1 O que pensa o IFPB sobre a presença de grupos religiosos.....	281
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
REFERÊNCIAS	304
ANEXOS	316
Anexo A: Estruturação Curricular, MEC-DEM, ETEFPB: 1975	317
Anexo B: Atividades Escola Técnica Federal da Paraíba (Plano de atividades): 1972 ...	322
Anexo C: Manual do Aluno ETEFPB: 1979	325
Anexo D: Manual do Aluno ETEFPB: 1982	329
Anexo E: Estudo Bíblico Indutivo – EBI	332

Anexo F: Manual do Calouro – ABU	333
--	-----

APÊNDICES.....335

APÊNDICE A: Roteiro de entrevista com os diretores e ex-professores.....	336
--	-----

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista com os professores.....	337
---	-----

APÊNDICE C: Roteiro de entrevista com líder de grupo.....	338
---	-----

APÊNDICE D: Roteiro de entrevista com integrantes de grupos.....	339
--	-----

APÊNDICE E: Roteiro de entrevista com não integrantes de grupos.....	340
--	-----

APÊNDICE F: Autorização para uso de imagem.....	341
---	-----

APÊNDICE G: Autorização para uso de imagem e entrevista grupos.....	342
---	-----

APÊNDICE H: Autorização para uso de entrevista.....	343
---	-----

APÊNDICE I: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	344
--	-----

APÊNDICE J: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Para os Pais ou Responsável Legal	346
---	-----

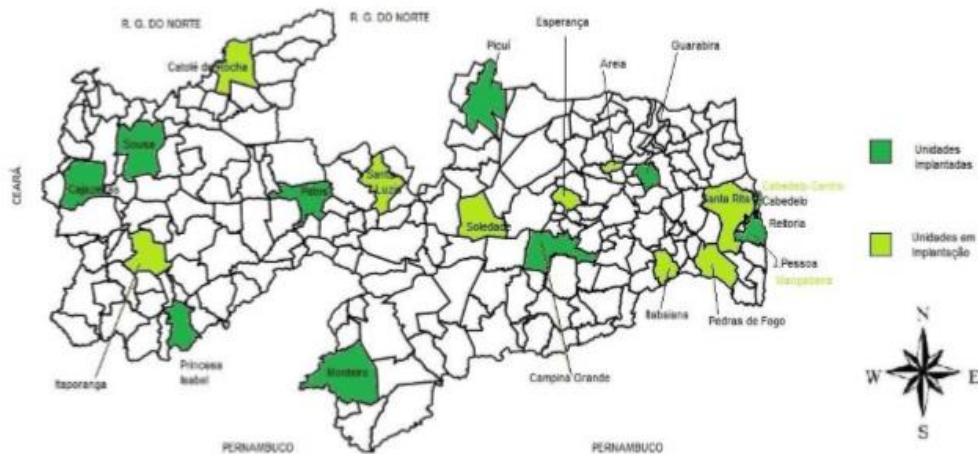
APÊNDICE K: Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	348
--	-----

INTRODUÇÃO

Esta tese consiste numa análise sobre a presença da religião no espaço educacional profissionalizante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB, *campus* João Pessoa, e como essa presença tem acompanhado a trajetória da Instituição, nas mais variadas formas de manifestações religiosas vivenciadas ao longo do tempo. O Instituto Federal foi criado em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, passando por várias transformações estruturais, pedagógicas e políticas. Da Escola de Aprendizes Artífices, passou à denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba – EIFP. Ao final desse período, por volta de 1967, foi transformada em Escola Técnica Federal da Paraíba – ETFPB, período correspondente ao recorte desta pesquisa. Depois, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba – CEFET/PB e, a partir de dezembro de 2008, em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. Atualmente, possui 21 (vinte e um) *campi*, distribuídos em todo o estado da Paraíba, conforme quadro abaixo:

Imagem 01: Área de abrangência do IFPB.

Figura 3 – Área de Abrangência do Instituto na Paraíba



Fonte: <http://www.ifpb.edu.br/campus>

Fonte disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/campus>. Acesso em: 30/06/2017.
Imagem capturada do Plano de Desenvolvimento Institucional, em 2017.

Areia, Cabedelo, Cabedelo – Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de fogo, Princesa Isabel, Picuí, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa. O *campus* João

Pessoa, lócus dessa pesquisa, possui aproximadamente oito mil estudantes¹, em três níveis de ensino: Médio, Técnico e Tecnológico/Superior, nas modalidades: Educação básica, Profissional e Tecnológica.

Minha formação acadêmica em psicologia permite um contato próximo com atividades do ensino do *campus*, seja com professores, estudantes, equipe multiprofissional ou com os setores vinculados às mais diferentes atividades acadêmicas, de ensino, extensão, culturais, entre outras. Por esse motivo, há muito tempo, seja no atendimento psicológico do serviço de psicologia, seja nos relatos da equipe multiprofissional com quem compartilho esse trabalho, pude ter uma maior aproximação com essa temática, escolhendo o grupo religioso “Jovens Cristãos” – JOTEC, para minha pesquisa de dissertação no Mestrado em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba, concluída no ano de 2012, sob o título “Aspectos do fenômeno religioso no contexto da educação tecnológica na Paraíba”, cujo objeto de reflexão foi interpretar as expressões de religiosidade dos participantes do JOTEC, grupo de jovens estudantes do IFPB – *campus* João Pessoa. Na aproximação com os estudantes desse grupo, em algumas conversas após o final do mestrado, fui informada sobre a existência de mais um grupo, fato que me surpreendeu naquele momento e me instigou, quando surgiu a oportunidade de fazer o doutorado, pela possibilidade de aprofundar e ampliar a pesquisa anterior, incluindo mais quatro grupos religiosos, envolvendo diferentes atores: reitores, diretores, professores, estudantes, entre outros envolvidos, com os seguintes questionamentos: quais as práticas religiosas presentes no *campus*? Como elas vêm se mantendo ao longo de cinquenta anos? Como servidores e estudantes, o que significa a vivência religiosa no contexto de uma instituição científico/tecnológica? O sentimento de pertença gerado pela frequência ao grupo religioso em que se inserem os indivíduos favorece o enfrentamento de situações difíceis na vida pessoal e acadêmica? Quais as relações estabelecidas entre os frequentadores desses grupos, e entre os frequentadores e os não frequentadores? Quais relações esses grupos religiosos estabelecem com a Instituição? Como a participação nesses grupos repercute nas identidades sociais dos indivíduos? E como servidores, reitores, diretores, professores e técnicos administrativos lidam com a religiosidade, aqui entendida em sentido mais amplo e usada para indicar os mais diferentes aspectos da atividade religiosa, como realização de ritos, celebrações, símbolos religiosos, presença de grupos religiosos, entre outros, no contexto educacional profissionalizante.

¹ Dados fornecidos pelo Controle acadêmico em 2018.

A abordagem dessa temática implica pensar a pesquisa numa perspectiva interdisciplinar, pois esse universo envolve uma multiplicidade de questões relacionadas com: educação, religião, políticas públicas, laicidade, entre outras, que se encontram inter-relacionadas, e pertencem a diferentes campos do saber. Por esse motivo, além do conhecimento da sociologia, busquei outros saberes na educação na história, na antropologia, na filosofia, nas ciências das religiões e no direito, que possibilitaram o amadurecimento das questões que foram problematizadas. De acordo com Lago (2010, p.94), “[...] a análise de qualquer realidade humana social pressupõe uma postura atenta à contribuição de múltiplas disciplinas”, entendendo que a inter-relação entre os objetos dessas disciplinas só permite alcançar o conhecimento de uma, por meio da consideração e conhecimento da outra. A interdisciplinaridade, além do diálogo entre os diferentes campos do saber, também possibilita uma visão do todo, sem exclusão das particularidades presentes nas partes que o constituem. Dessa forma, “A busca pelo conhecimento não pode excluir *a priori* nenhum enfoque” (LEIS, 2005, *online*)², pois o que importa é o avanço do conhecimento adquirido nas suas mais diferentes manifestações.

À medida que fui aprofundando os estudos sobre essa temática, aliando isso à minha vivência profissional na área da psicologia educacional, fui percebendo a necessidade de realizar uma pesquisa envolvendo a relação da Instituição com a religião desde meados da década de 1960, pois a impressão era de que havia muito mais a explorar nesse sentido, o que me levou a buscar informações em fontes documentais que abordassem o tema. Comecei a perceber, então, que, apesar de haver muitas publicações sobre a história da Instituição, nenhuma fazia referência à presença da religião, uma temática tão presente e enraizada no cotidiano escolar, por meio das práticas e ritos religiosos. Face à ausência de registros bibliográficos, seria preciso desenvolver uma pesquisa envolvendo diferentes atores, capazes de reconstruir essa trajetória, pensando os diferentes momentos pelos quais passou a Instituição, tendo como marco temporal o ano de 1964, em plena ditadura militar, quando o Instituto Federal saía de uma intervenção federal de dois anos.

Nas escolas do Ensino Médio e Superior, em particular no IFPB, *campus* João Pessoa, a religião mantém-se presente ao longo de mais de cinquenta anos, de forma difusa, por meio

² Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/2176/4455>. ISSN 1678-7730 N° 73 – FPOLIS, agosto 2005. Acesso: 02/02/2017. Héctor Ricardo Leis, é professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC.

de ritos, celebrações, cultos, grupos religiosos, expressões de linguagem, uso de vestimentas, acessórios, eventos e materiais impressos divulgados em murais, de modo a haver uma naturalização das religiões cristãs de denominações católica e evangélicas nesse ambiente.

Desde o período da colonização, a Igreja católica esteve representada em nosso país por diferentes ordens religiosas masculinas. Primeiro chegaram os Jesuítas, depois, nas duas últimas décadas do século XVI, os religiosos de três grandes ordens de tradição medieval: Beneditinos, Carmelitas e Franciscanos. No século XVII, os Capuchinhos franceses e os padres espanhóis das Mercês e, no início do século XVIII, os Capuchinhos italianos (HOORNAERT, 1992, p.213-221), além dos Mercedários, Dominicanos, Salesianos e os Padres Vicentinos ou Lazaristas (GUMIEIRO, 2013, p.67-74).

As ordens religiosas femininas começaram a chegar a partir do século XVII, com os recolhimentos³: do Desterro na Bahia; da Ajuda no Rio de Janeiro e de Santa Teresa em São Paulo. Ainda nesse século, foi fundada a primeira congregação das Clarissas, na Bahia. No século XVIII, outras casas de recolhimento foram fundadas: Sagrado Coração de Jesus em Pernambuco e da Glória em Olinda; das Ursulinas do Sagrado Coração em São Luís do Maranhão; do Senhor Bom Jesus dos Perdões, como também São Raimundo na Bahia. Foram fundados os conventos das: Ursulinas das Mercês; Ursulinas da Soledade e das Franciscanas Concepcionistas na Bahia; Nossa Senhora da Luz em São Paulo; Nossa Senhora de Macaúbas em Minas Gerais e o do Fanado na divisa da Bahia e Minas Gerais (HOORNAERT, 1992, p.224-230).

Considerando que, até a Proclamação da República, o catolicismo foi a religião oficial do Brasil; que a religião católica impôs-se como religião dominante no Brasil, indo, ao longo do tempo, capilarizando-se nas mais diversas instituições, sobretudo na educação, que se tornou um braço da religião; que o Brasil possui uma vivência atípica da laicidade, em que as instituições nunca enfrentaram, de fato, a separação da Igreja com o Estado; que o país é laico, mas o ensino religioso encontra-se presente no currículo escolar como disciplina obrigatória nas escolas de ensino fundamental, amparada pela Constituição Federal de 1988⁴, que rege todo

³ Primeiras casas religiosas para mulheres com ideal de vida religiosa no Brasil. Muitos deles tornaram-se conventos femininos, possuindo regras, votos e hábito religioso (HOORNAERT, 1992, p. 224). Os recolhimentos eram mais fáceis de ser fundados, pois eram livres de burocracias da Coroa e de compromissos dos votos solenes (SILVA, 2005, p. 2). *Religião e Condição Feminina no início do século XIX: Controvérsias em torno da Irmã Germana*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a63.pdf>

⁴ A Constituição Federal de 1988 é a sétima desde a Independência do Brasil, elaborada por 558 constituintes no período de 20 meses, e promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Considerada a mais completa, principalmente, no sentido de garantir os direitos à cidadania para o povo brasileiro, é conhecida como Constituição Cidadã, pela grande quantidade de leis voltadas à

ordenamento jurídico brasileiro na atualidade, e pela Lei de Diretrizes e Base da Educação de Nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996⁵, e considerando, ainda, que a religião católica, de presença majoritária na ETEPB, em pelo menos três décadas (anos 1960, 1970 e 1980), vem reduzindo, ao longo desses cinquenta anos, suas práticas e ritos religiosos, atualmente representados apenas por grupos religiosos constituídos por estudantes, questione-me como aconteceu a inserção das práticas religiosas na educação profissional da Paraíba, vivenciadas nos ritos católicos observados já desde o final da década de 1960 de forma Institucionalizada, por meio dos seus diretores e servidores, e em poucos grupos religiosos constituídos por estudantes.

Ao longo dos anos, a Instituição foi paulatinamente retirando esses ritos, tanto do seu ambiente, como do calendário escolar, mas continuou sendo um espaço fértil para criação e expansão de grupos religiosos compostos por estudantes, na sua maioria de denominações evangélicas, agenciados por Igrejas e Movimentos Religiosos Estaduais e Nacionais. Dessa forma, houve uma inversão da representação religiosa católica, enquanto religião majoritária do país, e, conseqüentemente, dos representantes Institucionais, com a religião evangélica, representada pelos diferentes grupos religiosos presentes no *campus*, que vêm mantendo seus ritos há mais de cinco décadas. Assim, esta tese tem o objetivo geral de analisar as modificações ocorridas no IFPB, ao longo de cinquenta anos, que implicaram a inversão da posição dominante, ocupada anteriormente pela religião católica, substituída pela presença de diversos grupos religiosos, católicos e evangélicos de diferentes denominações, na comunidade escolar.

Como objetivos específicos, elenquei: 1. Identificar a presença de práticas religiosas no *campus* João Pessoa no período compreendido entre 1964 e 2018; 2. Mostrar o processo de inversão da matriz religiosa no *campus*; 3. Verificar como a comunidade escolar percebia/percebe essas práticas; 4. Verificar como a Instituição vem lidando com a religião e com a presença de grupos religiosos constituídos por estudantes, no período compreendido entre 1964 e 2018; 5. Descrever os grupos religiosos existentes no *campus* João Pessoa, no momento da pesquisa; 6. Analisar as relações entre os grupos religiosos evangélicos e católicos na amostra selecionada do *campus* João Pessoa; 7. Verificar se há manifestação de preconceito, estigma, discriminação religiosa com/entre os grupos; 8. Verificar como acontece a construção da sociabilidade; 9. Verificar a existência de manifestação de preconceito, estigma,

área social, que garantiu alguns direitos fundamentais, como: Licença-paternidade de cinco dias; Licença-maternidade de 120 dias; Voto universal; Proteção ao consumidor, entre outros, além de considerar a tortura crime inafiançável e não anistiável.

⁵ A LDB de 1996 concebe a educação como um dever da família e do Estado, estando inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, cuja finalidade é o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Título II, Art. 2º).

discriminação religiosa com relação aos grupos; 10. Verificar como a Instituição vem lidando com a presença desses grupos; 11. Identificar quais as intencionalidades dos Movimentos Religiosos e das Igrejas na criação e manutenção dos grupos religiosos.

Todas essas questões precisavam ser esclarecidas por aqueles que vivenciaram e vivenciam essas práticas religiosas em diferentes momentos da história do Instituto, o que motivou a escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação, pois ela “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2012, p. 21). Para justificar a aplicação da pesquisa qualitativa, Richardson (1999) argumenta ser ela válida nas situações em que há evidências da importância de compreensão dos aspectos psicológicos, cujos dados não podem ser coletados de forma completa por meio de outros métodos, face à complexidade apresentada, como por exemplo, a compreensão de atitudes, valores, motivações e expectativas. Diz ele:

[...] o objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno (RICHARDSON, 1999, p. 102).

Na concepção de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, em que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, numa tentativa de entender os fenômenos quanto aos significados que lhes são conferidos pelas pessoas (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 15-41). Nessa mesma direção de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) asseveram que a pesquisa qualitativa atribui fundamental importância aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, como também aos discursos e significados transmitidos por eles, prezando, assim, pela detalhada descrição dos fenômenos e elementos que a envolvem.

O método da entrevista, utilizado na coleta de dados, é considerado por Godoy (2005) um dos mais utilizados na pesquisa qualitativa e parte de um *continuum* que compreende desde entrevistas estruturadas, passando pelas semiestruturadas, chegando às não estruturadas (GODOY, 2005, p. 81-89). Nessa perspectiva, para uma aproximação maior com o objetivo dessa análise, fiz opção de utilizar entrevistas semiestruturadas, criando um espaço para livre-expressão dos atores partícipes dessa história, na intenção de reconstruir esse caminho, identificando a gênese da presença da religião e dos grupos, possibilitando localizar, no tempo e espaço, essas práticas, nas suas mais variadas formas, e que vêm se perpetuando ao longo dos anos.

Para efeito do estudo do caso, definimos como recorte temporal o período compreendido entre 1964 e 2018, começando aí uma viagem ao passado, um mergulho nas lembranças contidas na memória daqueles que construíram e dirigiram essa Instituição, alicerçada em bases educacionais e religiosas sólidas, como duas faces da mesma moeda. Assim, para construir essa tese, fui buscar amparo na pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas e fotografias dos diferentes momentos históricos da Instituição, a fim de refletir acerca dos questionamentos mencionados anteriormente.

As fontes documentais utilizadas foram as Constituições Federais desde 1924, até a Constituição Cidadã de 1988; a Lei de Diretrizes e Base – LDB, em suas diferentes fases; a Declaração Universal dos Direitos Humanos; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; documentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2010.

O recorte das falas dos interlocutores foi feito a partir dos meados dos anos 1960, porque, antes desse período, foi impossível ter acesso a informações que trouxessem impressões ou referências ao tema, nos mais variados materiais de pesquisa.

Os atores escolhidos para as entrevistas foram divididos em quatro categorias. Na primeira, estão os servidores, incluindo: 02 reitores, 07 diretores-gerais, 09 professores (sendo 08 ex-professores), 01 professora ingressa em 1995 e 02 professores ingressos nos últimos dez anos, além de 02 técnicos administrativos. Na segunda categoria, estão 04 ex-estudantes, das décadas de 1960, 1970 e 1980, e 02 estudantes dos últimos cinco anos. Na terceira categoria, incluídos 10 líderes dos grupos religiosos locais, 01 líder estadual que faz parte dos Movimentos Religiosos no estado da Paraíba. Na quarta e última categoria, estão 02 estudantes integrantes dos grupos religiosos e 02 funcionárias terceirizadas do setor de limpeza do *campus*, também participantes dos grupos religiosos.

Os critérios utilizados para a escolha dos diretores, foram: 1. O vínculo com a Instituição em cargos de direção e em atividades diretamente ligadas ao ensino, em diferentes momentos da história da Instituição: EIFPB – ETEPB – CEFET e IFPB; 2. Tempo de serviços prestados; 3. Experiência com as atividades religiosas na Instituição; 4. Experiência de trabalho diretamente ligado às atividades de ensino. Assim, foram entrevistados cinco ex-diretores-gerais e apenas dois reitores, que não passaram por critérios, pelo fato de serem os únicos até o momento a ocuparem esse cargo. Nas entrevistas realizadas com os reitores e diretores-gerais, os conteúdos versaram sobre o tratamento adotado pela Instituição em relação à presença da religiosidade, em diferentes épocas; como essas manifestações estavam inseridas no calendário

escolar; quais os eventos religiosos existentes durante o período analisado; existência de símbolos religiosos no ambiente institucional, entre outros.

Os diretores e reitores da Instituição no período estudado foram os professores: Itapuan Botto Targino; Espedito Pereira; Bráulio Pereira Lins, que atualmente reside em Brasília, motivo pelo qual não foi entrevistado; Almiro de Sá Ferreira; Antônio Carlos Gomes Varela, diretor interino; José Rômulo Gondim e João Batista de Oliveira Silva, que encerrou na Instituição a fase de Diretor Geral em 2008, quando assumiu, em 2009, a função de reitor *pro tempore*, sendo posteriormente empossado como primeiro reitor da Instituição, permanecendo no cargo até o ano de 2014, quando assumiu o atual reitor, o professor Cícero Nicácio do Nascimento Lopes.

Quadro 01: Diretores, reitores; período de gestão e formação religiosa.

ENTREVISTADOS	PERÍODO	CARGO	FORMAÇÃO RELIGIOSA
Itapuan Botto Targino	1964 a 1983	Diretor Geral	Católica
Espedito Pereira	1983 a 1991	Diretor Geral	Católica
Almiro de Sá Ferreira	1995 a 2002	Diretor Geral	Evangélica Presbiteriana e Mórmon
Antônio Carlos Gomes Varela	2002	Diretor Geral Interino	Católica
José Rômulo Gondim	2002 a 2006	Diretor Geral	Católica
João Batista de Oliveira Silva	2006 a 2008	Diretor Geral	Católica
João Batista de Oliveira Silva	2009	Reitor <i>Pro tempore</i>	Católica
João Batista de Oliveira Silva	2010 a 2014	Reitor	Católica
Cícero Nicácio do Nascimento Lopes	2014 até hoje	Reitor	Católica
Neilor César dos Santos	2014 até hoje	Diretor <i>campus</i> João Pessoa	Católica

Fonte: a autora, em 2017.

A escolha dos ex-professores, das décadas de 1960 e 1970 teve como base os seguintes critérios: 1. Atividade docente, contemplando a fala e práticas religiosas em sala de aula; 2. Participação em eventos religiosos na Instituição; 3. Foram citados por diferentes atores: estudantes e diretores. Uma professora da área de arte, usando como critério: 1. Ter sido responsável durante o período compreendido entre 1995 até 2017 pelas apresentações artísticas de expressão religiosa em eventos institucionais. Além desses três professores, foram escolhidos dois outros, utilizando os critérios: 1. Terem sido admitidos nos últimos dez anos; 2. Serem de duas áreas distintas: das ciências humanas e outro das ciências exatas. Na categoria dos técnicos administrativos, foram escolhidos dois servidores, usando como critérios: 1.

Desenvolvimento e acompanhamento de atividades junto aos estudantes; 2. Participação em eventos de cunho religioso. No total, foram entrevistados vinte e três servidores.

Os conteúdos das entrevistas com os professores abordaram diferentes aspectos, como: sua trajetória na Instituição, incluindo, em determinados casos, o tempo em que foi estudante; participação nos eventos religiosos promovidos pela Instituição; conhecimento de rituais ou celebrações religiosas presentes no calendário escolar; como a Instituição concebia e concebe essas práticas, entre outros.

Na categoria estudantes, foram entrevistados seis, sendo dois dos anos 1960 e 1970, cujo critério de escolha foi: vivência na Instituição durante o período em que a religião se fez presente de forma mais expressiva⁶. Os atuais estudantes foram escolhidos contemplando os seguintes critérios: dois deles não participarem dos grupos; são estudantes do Ensino Médio, modalidade de ensino que tem maior número de estudantes participantes desses grupos; um deles, por se dispor a ser entrevistado, e o outro por ser um dos líderes do grêmio estudantil. Os outros dois estudantes são integrantes desses grupos, mas não ocupam cargos de liderança, sendo: um do Ensino Técnico e outro do Ensino Superior. Os estudantes integrantes e não integrantes dos grupos religiosos foram entrevistados no sentido de obter uma melhor compreensão dessa presença na Instituição. Uma outra categoria foi incluída posteriormente, constituída por duas participantes que não são estudantes, mas frequentam um grupo de Célula constituído por funcionários terceirizados na Instituição: uma indicada pela líder, e outra trazida pela que foi indicada.

Nessas entrevistas, os estudantes e funcionárias responderam sobre temas como: forma de ingresso no grupo; rituais realizados em sala de aula e no ambiente escolar; eventos promovidos pela Instituição que abordavam a dimensão religiosa; rituais e/ou comemorações religiosos inseridos no calendário escolar; participação deles nesses ritos; a forma como a Instituição lida com essas práticas; presença de grupos religiosos constituídos por estudantes no ambiente escolar, entre outros.

Com relação aos grupos religiosos, no primeiro momento, apenas os seus líderes foram entrevistados, pois os objetivos eram: descrever os grupos religiosos existentes no *campus*; verificar a existência de manifestação de intolerância, estigmatização, discriminação religiosa com relação aos grupos; verificar como a Instituição vem lidando com a presença desses grupos; identificar quais as intencionalidades dos Movimentos Religiosos na criação e manutenção dos grupos, entre outros.

⁶ Nos anos 1960, em plena ditadura militar, a Instituição opta por ter a presença da religião, enquanto ideologia de disciplinamento de servidores e estudantes, em detrimento da ideologia do Estado, ambas igualmente disciplinadoras e elitistas.

A categoria líderes⁷ de grupos religiosos foi subdividida em duas: Líderes internos e Líderes externos. Os líderes internos correspondem aos líderes dos grupos existentes no *campus*, nos últimos cinco anos, utilizando como critério de escolha: estarem na liderança do grupo. Os Líderes externos representam os movimentos religiosos em nível estadual nos grupos internos, cujo critério utilizado foi: ser o líder intermediário entre os Movimentos Religiosos e o grupo interno. Como o número de grupos é flutuante, durante a pesquisa, houve fechamento de um grupo católico denominado Grupo de Oração São Francisco de Assis (GOSFA) e de três grupos de Células, vinculados à Igreja Sara Nossa Terra (ISNT). No entanto, houve abertura de outros grupos de Célula e de um grupo da Aliança Bíblica Universitária – ABU.

As entrevistas realizadas com os líderes e integrantes dos grupos também foram semiestruturadas, e o objetivo foi “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 134). Nesse sentido, as entrevistas com os líderes abordaram questões como: forma de chegada aos grupos; motivação para criação e participação dos mesmos; influência do grupo na vida acadêmica e pessoal dos participantes; presença de preconceito, estigma, discriminação referidas à afiliação aos grupos; agenciamento dos grupos por líderes religiosos formais; relação da Instituição com esses grupos, entre outras.

Para descrever os grupos religiosos existentes no *campus*, foi muito importante utilizar a técnica da observação, que, apesar de lutar contra seus limites e possibilidades, também não deixa de ser uma estratégia aproximativa, que “traz a preocupação com o tratamento mais honesto da população, com a evolução das informações colhidas, com a coerência entre teoria e prática” (DEMO, 1995, p.241).

Utilizei ainda algumas entrevistas não estruturadas pela necessidade de levantar o maior número possível de informações e obter mais detalhes sobre os mesmos. Esse tipo de pesquisa, muito utilizada para detalhar questões e formular conceitos de forma mais precisa, atende especialmente a objetivos exploratórios, além de descrever casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para grupos determinados, como também para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 2012).

Em face da relevância dos depoimentos de alguns atores servidores e dos antigos estudantes da Instituição, considerei importante a utilização dos seus nomes enquanto fonte documental do período estudado para a elaboração desta tese. Todos os entrevistados

⁷ Os grupos religiosos do *campus* João Pessoa são organizados com uma estrutura de lideranças, em que cada um deles tem um ou mais representantes responsáveis pelo seu funcionamento e são por eles denominados de líderes.

autorizaram a publicação de seus depoimentos, mediante assinatura de termo de consentimento, ou por gravação. Quanto às entrevistas realizadas com os atuais estudantes, funcionárias da empresa terceirizada e com as lideranças dos grupos internos e externos, seus nomes foram substituídos, mesmo daqueles com idade superior a dezoito anos e que autorizaram esse uso, assim como dos menores de idade, que foram autorizados por seus pais ou representantes legais a conceder entrevista. Assim, ao todo, foram realizadas quarenta entrevistas.

A ausência de fonte documental sobre a presença de rituais, como missas, cultos ecumênicos, bênçãos de ambientes, grupos religiosos, entre outras manifestações religiosas realizadas no IFPB, resultou na utilização de métodos visuais de pesquisa, a partir da coleta de fotografias das diferentes épocas, para reconstruir o caminho da religião a partir desses registros. De acordo com Caulfield (1996, p. 56-68), as imagens apresentam interesse sociológico por, pelo menos, três motivos: 1) refletem o mundo vivo e as relações sociais entre os participantes; 2) fotografias, frequentemente, são elementos formativos da vida social; 3) podem reter informações documentais sobre os seus sujeitos. De acordo com Harper (1988, p.54-70), a Sociologia Visual possui várias abordagens, em que os pesquisadores utilizam fotografias para descrever ou analisar fenômenos sociais. No caso desta pesquisa, destaco a importância da utilização de fotos preexistentes, que foram cedidas pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional (NDPEP) da Reitoria do IFPB. Quanto às fotografias dos grupos, estas foram cedidas e autorizadas por suas lideranças.

De acordo com Bourdieu (2001),

[...] o pesquisador não tem qualquer possibilidade de estar verdadeiramente à altura de seu objeto a não ser que ele possua a respeito um imenso saber, adquirido talvez ao longo de uma vida de pesquisa e também, mais diretamente, durante entrevistas anteriores com o próprio pesquisado ou com informantes (BOURDIEU, 2001, p. 700).

Além disso, a postura do pesquisador deve ser como a de quem se dedica humildemente a um ofício e propõe que este tenha um olhar sociológico, ao invés de “olhar distraído e banalizante”, implicando ver as coisas de forma mais complexa, para superar o lugar-comum em pesquisa (BOURDIEU, 2001, p. 701). Dessa forma, os agentes, ao observarem o próprio campo⁸, conduzem a entrevista e controlam as variáveis da estrutura em que a pesquisa é realizada. O autor chama a atenção para o cuidado com duas dimensões: uma refere-se às "obrigações de fidelidade", referindo-se às manifestações que acontecem no desenvolvimento

⁸ O conceito de campo a ser utilizado será na perspectiva de Bourdieu, de Terry Shinn, e Pascal Ragouet.

das entrevistas, que não se restringe a transcrições dos registros das gravações; a outra refere-se às “leis de legibilidade”, que, para Bourdieu, são expressões dos cuidados para com os destinatários, podendo induzir a limites fonéticos como resultado das transcrições. Assim, na análise sociológica, o fundamental é a construção e o detalhamento do objeto, implicando que a sociologia pode tornar-se “prática reflexiva e metódica”, permitindo ao pesquisador revelar “as coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém” (BOURDIEU, 2001, p. 708).

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, perfazendo um total de quinze horas de entrevistas por considerar uma ferramenta indispensável a esse estudo, permitindo aprofundar temas, como experiências educacionais, posicionamentos religiosos, visões de mundo, sentido de vida, com também de elaborar um quadro do universo simbólico. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais, de acordo com a necessidade e disponibilidade dos entrevistados. No entanto, a maioria teve como local a sala de atendimento psicológico da Coordenação Pedagógica no *campus*. Os outros locais utilizados foram: a Reitoria do IFPB; a Pró-Reitora de Extensão do IFPB; a Igreja Batista de Jaguaribe; a sala de aula da Progressão Parcial do *campus*; duas na residência dos entrevistados, a pedido dos mesmos, e uma na Academia Paraibana de Letras, também a pedido do entrevistado. Foram elaborados roteiros diferenciados para as entrevistas, de acordo com as diferentes categorias de interlocutores, e respeitando a disponibilidade de tempo, como também das condições de cada um.

A tese tem como referencial teórico autores clássicos e contemporâneos da sociologia, como Émile Durkheim, Pierre Bourdieu, Norbert Elias, Erving Goffman, Georg Simmel, Maurice Halbwachs, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman; da sociologia da religião, Reginaldo Prandi; da filosofia, Michel Foucault; das Ciências das Religiões, Mircea Eliade; da antropologia, José G. C. Magnani; da história, Eduardo Hoornaert; da história das religiões e do cristianismo, Maria Cecília Domezi, do direito, Themístocles Brandão Cavalcanti, José Afonso da Silva, Aldir Guedes Soriano. Além desses autores, outros foram sendo mobilizados para o texto, no decorrer deste estudo.

Portanto, é nessa linha que se inscreve minha intenção de pesquisa para a produção da tese, buscando entender as dinâmicas de introdução das manifestações religiosas no espaço das instituições de Ensino Público Profissionalizante no Brasil, mais precisamente da presença da religião no cenário educacional do ensino profissionalizante na Paraíba, definido oficialmente como espaço de formação científica, técnica e tecnológica, a fim de compreender como a religião católica, considerada majoritária em nosso país, e conseqüentemente no IFPB, ao longo

de mais de cinquenta anos, vai perdendo espaço no cenário institucional, passando a ser substituída pelas religiões evangélicas por meio da inserção e atuação de grupos constituídos por estudantes integrantes de Movimentos Religiosos estaduais, em atuação no IFPB *campus* João Pessoa.

Essa tese está estruturada da seguinte forma: Introdução e mais 04 capítulos. O Capítulo I apresenta um breve panorama dos caminhos da religião em nosso país, a partir da sua colonização, registrando a presença de diferentes ordens religiosas, que disputaram por um lugar em todo território nacional, em particular no estado da Paraíba; expõe a institucionalização da religião a partir dos documentos oficiais que orientam a questão religiosa, como a Constituição Federal, LDB; Declaração Universal dos Direitos Humanos, Pacto Internacional dos Direitos Políticos e o Estatuto do IFPB. Apresenta, ainda, a repercussão da vivência da Laicidade no cenário brasileiro no IFPB *campus* João Pessoa. O Capítulo II apresenta a trajetória da religião na Instituição, considerando a situação social, econômica e política do país no período estudado, tendo como fio condutor as entrevistas e fotografias que revelam essa construção. O Capítulo III apresenta o cotidiano e a sociabilidade dos grupos religiosos constituídos por estudantes, a partir das entrevistas realizadas com suas lideranças, das observações realizadas, bem como de pesquisa nos materiais informativos utilizados por eles, disponíveis em sites da internet, e outros cedidos para a pesquisa, como: Caderno JOTEC; Estatuto JOTEC; Manual de Célula, da ISNT e o Estudo Bíblico Indutivo (EBI) da ABU; descreve também como ocorre o processo de agenciamento e controle desses grupos por pastores, líderes das Igrejas e de Movimentos Religiosos no *campus* João Pessoa. O IV Capítulo descreve e analisa aspectos da vida nos grupos religiosos no *campus* João Pessoa, vistos por aqueles que deles participam, e pelos que não participam, como: estudantes, professores, gestores, e a ex-presidente do Movimento ABU – João Pessoa; aborda a sociabilidade no interior dos grupos; faz uma reflexão sobre a categoria juventude para auxiliar na compreensão dessa fase do desenvolvimento; apresenta o cenário atual dos grupos religiosos no *campus*; mostra como a Instituição trata dessa temática, considerando o posicionamento dos diferentes agentes Institucionais, como estudantes, professores, ex-diretor, gestores, e líderes dos grupos religiosos, que se colocaram de diferentes formas, como também suas concepções sobre as práticas religiosas presentes no espaço institucional.

I. CAMINHOS DAS RELIGIÕES NO BRASIL: COLONIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS RELIGIOSOS

Este capítulo apresenta um breve panorama dos caminhos trilhados pelas religiões cristãs em nosso país a partir da sua colonização, em que diferentes ordens religiosas se fizeram presentes e disputaram por um lugar em todo o território nacional, em particular, no Estado da Paraíba. Apresenta a presença do catolicismo a partir dos documentos oficiais que orientam a questão religiosa, como a Constituição Federal, mas que deixam lacunas e questionamentos quanto a sua observância pelas instituições públicas, vivenciando-se, em consequência disso, é uma laicidade à moda brasileira, que permeia toda a sociedade e, particularmente, encontra-se presente no IFPB, como apresentarei ao longo deste capítulo.

A trajetória do cristianismo em nosso país começa com a chegada dos portugueses ao fixarem a cruz em terra firme, iniciando uma história de luta e dominação, a princípio contra os índios, depois os escravos e, posteriormente, com os imigrantes evangélicos, vindos de diferentes países, constituindo essa diversidade religiosa que, após longos conflitos, começam a experimentar a liberdade de professar seu credo. As influências dos nativos, dos escravos de diferentes etnias e dos imigrantes de diversas nacionalidades (portuguesa, holandesa, inglesa, francesa, entre outras) foram significativas para a formação da religiosidade do povo brasileiro. No período da colonização,

O português considerava seu igual àquele que tinha a mesma religião. Não se importava com a raça. O importante, para ele, era que o estrangeiro professasse a religião Católica. O não católico era temido como um adversário político, capaz de enfraquecer a estrutura colonial desenvolvida em parceria com a religião Católica. Nota-se aqui um forte liame entre a Igreja (Católica) e o Estado (Coroa Portuguesa) (SORIANO, 2002, p. 68).

De acordo com Domezi (2015), um documento lido na corte de Portugal no dia 04 de agosto de 1502, e aprovado pelo rei e seu conselho, mostra a visão que tinham os portugueses sobre os nativos do Brasil. O referido documento pode ser encontrado em um artigo intitulado “Um documento Alemão do século XVI”, escrito por Henrique Gonzalez, que trata da descoberta do Brasil, fazendo referência à ausência de fé, de leis e de poder entre os habitantes, além das características físicas, da sexualidade, entre outras marcas das diferenças que distinguiam os nativos dos portugueses (GONZALEZ, 1968 p. 255). Os europeus, obviamente, não reconheciam a existência prévia de uma religiosidade/espiritualidade dos nativos, o que não quer dizer que fosse inexistente, concepção que fica explícita no documento a seguir:

Os habitantes desse mundo não têm fé, nem religião, nem idolatria, nem conhecimento algum do seu Criador, nem estão sujeitos a leis ou qualquer domínio, mas apenas ao Conselho dos Velhos: nada têm como próprio, mas tudo lhes é comum, salvo as mulheres, andam todos completamente nus e nem homens nem mulheres cobrem as partes vergonhosas, afora em alguns dias festivos em que uns pintam os corpos de várias cores, outros cobrem-se, depois de ter untado o corpo, com penas de aves de cores variadas e os restantes atam ao corpo grandes penas à maneira de aves. Os homens são de cor parda, de cabelos negros longos e corridos, não crespos como o dos Etíopes, posto que habitem no mesmo paralelo, de estatura pequena, tendo buracos no queixo e além disso diversos na face onde colocam pedras e ossos a título de ornatos. Todos os homens são imberbes e às mulheres arrancam-lhes os pelos, mas alguns trazem uma barba pintada [...] (GONZALEZ, 1968, p. 255).

Esse documento, escrito em latim, cuja cópia pertence à Biblioteca de Stuttgart⁹ (ALMEIDA, 1974, p. 219, *online*), teria sido registrado e afirmado ser verdadeiro pelo tabelião Valentim Fernandez de Morávia em 20 de maio de 1503, por ordem do rei de Portugal, lido diante da majestade, de seus Barões, pilotos, supremos capitães, governadores dos navios da Terra de Santa Cruz, e confirmado por unanimidade seu conteúdo, reunido por ele próprio de um livro que escreveu sobre essa terra, por meio da narração de dois homens, que a habitaram por cerca de vinte meses e que assinaram o referido documento (GONZALEZ, 1968 p. 256).

A missão de cristianizar os nativos teve início com o movimento de expansão religiosa, a partir do imaginário da guerra de cristãos contra pagãos, apresentando, de um lado, a selvageria do índio, gentio e nu e, do outro, o crucifixo e a batina do padre, conspirando o índio selvagem contra o ato de estar junto àquele que o tinha subjugado. No mesmo imaginário, estava o negro escravo, colocado ajoelhado, obediente ao missionário que lhe mostrava o crucifixo na mão (HOORNAERT, 1994, p. 157-161).

A violência imposta aos nativos desde o início do processo de colonização retrata o sofrimento destes frente ao cristianismo, concebido à época como a verdadeira religião. Para converter os índios, utilizaram-se, como método, recursos, como a reprodução da sua música, dos seus gestos, incluindo tocar seus instrumentos e dançar com eles. As procissões católicas comprovam as marcas dos nativos, nas coreografias e cantigas na língua tupi (DOMEZI, 2015, p. 51).

O pensamento preconceituoso que considerava inimigo todo aquele que não professava a fé católica foi responsável por muitos conflitos e guerras, enquanto a não aceitação da fé cristã era vista como contestação à soberania do rei, implicando uma afronta direta aos portugueses, grandes incentivadores do extermínio dos indígenas, concebidos por eles como pagãos e infiéis.

⁹ Disponível em: faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/download/2384/2649. Acesso em 25/05/2017.

O preconceito também se estendeu aos cristãos protestantes, vindos da Europa, onde o protestantismo havia triunfado. Eram funcionários de empresas coloniais, piratas e corsários, que foram tratados como inimigos marítimos em virtude da intolerância radical ao projeto colonial, enquanto aqueles que não se submetiam ao catolicismo obrigatório foram condenados como hereges luteranos (DOMEZI, 2015, p. 59).

De acordo com Domezi (2015), o processo de colonização contou com vários ciclos missionários, o primeiro no litoral com grande expressão no período compreendido da segunda metade do século XVI ao início do século XVII, numa extensão territorial que ia do Rio Grande do Norte até São Vicente, considerado o ciclo mais dinâmico que os Jesuítas empreenderam, a partir dos colégios; o ciclo missionário do rio São Francisco foi condicionado pela ocupação de um interior extenso e seguiu o caminho dos rios; o ciclo maranhense compreendia toda a Amazônia, denominada de Grão-Pará, considerada como um Estado diferente do Brasil. Muitos nativos povoavam a região, que, até no século XVII, era frequentada por outros europeus, marcadamente os portugueses, que fundaram fortes, expulsaram estrangeiros, combateram nativos, estabeleceram feitorias, além de mapear as novas áreas, deslocando os espanhóis para o lado oeste. A característica desse ciclo foi a força e independência na defesa da liberdade dos nativos, pois os missionários nem sempre se conformaram com o papel de úteis inocentes sob o poder da metrópole. O ciclo mineiro, que se estendeu pelo século XVIII em direção ao garimpo, registrando a entrada dos mamelucos paulistas, vistos pelos portugueses como gente sem governo e sem religião. Depois, chegaram a essa região muitos portugueses escravos da Guiné, com especialização na extração do ouro. Essa missão teve uma dinâmica diferente, caracterizando-se pela atuação de leigos que, frente às dificuldades do garimpo, expressavam-se em forma de irmandade e romaria aos santuários, enquanto as manifestações católicas estavam cada vez mais intensas (DOMEZI, 2015, p. 81-101). Os imigrantes italianos e poloneses foram os que mais contribuíram para a fé católica nos moldes romanos, possuindo capelas em suas colônias, constituindo-se celeiros de vocações religiosas e sacerdotais. Posteriormente, chegaram outras congregações da França, Itália, Holanda e Alemanha, fortalecendo um catolicismo europeizado e romanizado, provocando o crescimento do nosso pluralismo religioso (DOMEZI, 2015, p.144).

As Missões protestantes vieram para o Brasil com o objetivo de evangelizar e converter o seu povo, levando a criação das suas congregações. A colonização holandesa no Nordeste entre 1630 e 1654 representa um período significativo de influência protestante atingindo todo o litoral, do Maranhão ao Rio São Francisco, caracterizado por uma tolerância religiosa ampla (HOORNAERT, 1992, p.139).

Assim, no século XIX, eles já haviam implantado várias das suas denominações em nosso território, como: os Luteranos; Anglicanos, ou Episcopais; Metodistas; Presbiterianos; Congregacionalistas e Batistas. No final do século XIX, a cultura do café trouxe algum crescimento para esse grupo, e algumas cidades que possuíam núcleos republicanos liberais percebiam, nos protestantes, uma forma de trazer, além do progresso, o “embranquecimento” ao nosso país, tendo sido os primeiros a investir em meios de comunicação para evangelizar (BELLOTTI, 2012, *online*).

A relação entre a Coroa Portuguesa e a Igreja Católica foi mantida praticamente ao longo de todo o período colonial e só veio sofrer alterações em 1808, depois da chegada da família real portuguesa, em função de interesses econômicos que Portugal mantinha com a Inglaterra à época. No Brasil colonial, as pessoas oriundas das Igrejas cristãs Luteranas constituíram o protestantismo de invasão, que foi perseguido e condenado, enquanto, mais adiante, o protestantismo, de imigração, constituído por pessoas ligadas à cultura europeia, foi paulatinamente se ajustando a nossa cultura (DOMEZI, 2015, p.145).

Os protestantes adentraram o Brasil, favorecidos tanto pelo espaço de afastamento entre Estado monárquico liberal e Igreja Católica, como pela sua abertura ao mundo anglo-saxão. Os ingleses começaram a chegar em 1810, interessados na ampliação do mercado de seus produtos, obtendo permissão para a prática do culto anglicano, ficando fechados nas suas capelas e com restrições. Mas, nove anos depois, já possuíam a primeira capela e cemitério no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, chegaram dos Estados Unidos os metodistas, e, em 1824, os luteranos alemães do ramo original da Reforma Protestante. Na segunda metade do século XIX, os difusores do protestantismo de missão, norte-americanos e ingleses, começaram a chegar. Os sírios, libaneses, japoneses e palestinos só começaram a chegar em 1908, trazendo, além de outras religiões, os ideais socialistas, republicanos e anarquistas (DOMEZI, 2015, p. 144-147).

De acordo com Reily (1984, p. 25), os britânicos não possuíam prática proselitista, o que, na concepção de Santos (2016), era uma postura diferente do que veio a ser conhecido como protestantismo de missão, quando, posteriormente, missionários estrangeiros, principalmente os norte-americanos, vieram ao Brasil com o objetivo deliberado de evangelização. Esse foi o motivo pelo qual o protestantismo praticado pelos ingleses ficou conhecido como protestantismo de imigração (SANTOS, 2016, p. 73-74). Outra situação foi a liberdade concedida aos britânicos para a prática particular de culto, em que o anglicanismo caracterizou-se por capelarias¹⁰, realizando atendimento aos ingleses de forma litúrgica

¹⁰ Capelania é uma Assistência Religiosa e Social prestada aos serviços Cívicos e Militares.

tradicional, utilizando a língua inglesa. Antes da construção do primeiro templo anglicano, eram comuns os cultos nas residências, incluindo a do Lord Strangford¹¹ e a bordo dos navios, que se orientavam liturgicamente pelo Livro de Oração Comum, primeiro livro protestante de orações a ser usado na Escócia, na América do Norte e no Brasil (HAHN, 1989, p.71).

Em 1837, chegaram novos missionários, destacando-se o missionário da Igreja Metodista Episcopal, Daniel Kidder, designado para divulgar a Bíblia no Brasil, pela sociedade bíblica norte-americana (DOMEZI, 2015, p. 144-147).

No Brasil, o Protestantismo começou a ser implantado no século XIX, com a circulação de impressos por meio de trabalho desencadeado pelas Sociedades Bíblicas. As Sociedades Bíblicas eram associações voluntárias que utilizavam como estratégia a oração e o discurso para instalar igrejas e escolas. Além disso, publicavam livros na imprensa [...] (BERTINATTI; NASCIMENTO, 2011, p.3).

No Brasil, venderam e distribuíram milhares de exemplares da Bíblia, além de livros, livretos, opúsculos, folhetos e panfletos. Até a década de 50 do século XIX, foram introduzidos no Brasil aproximadamente 4.000 impressos protestantes pelas Sociedades Bíblicas, por meio de seus agentes e ‘colportores’ (BERTINATTI; NASCIMENTO, 2011, p. 97).

Buscando um novo espaço para viver, os alemães contentavam-se na prática da religião entre eles, enquanto os americanos usaram a cultura como forma de ocupar o espaço. As elites e o governo brasileiro não estavam interessados na religião protestante, pois buscavam a ideologia progressista norte-americana, além do seu sistema educacional pragmático, mais voltado para a técnica e a ciência, que iria substituir o sistema escolástico jesuíta. Havia ainda o pensamento de que os protestantes jamais iriam disputar o poder com o Estado, pois seguiam o modelo dos Estados Unidos: fortes na coesão interna e com uma fraca presença social. Os missionários protestantes tinham uma religião de fé e prática individuais, acreditando que a regeneração social viria da conjugação de indivíduos e religiosos regenerados eticamente. Por sua tolerância religiosa e tendência a formar sociedades voluntárias, a vinda dos protestantes interessava mais aos conquistadores e colonizadores, já que eram mais maleáveis à condição civil e às leis do país, enquanto era difícil contestar os direitos da Igreja católica. A aliança entre Igreja Católica e Estado, contudo, persistiu, pois o governo imperial não abriu mão dela

¹¹ Percy Clinton Sydney Smythe foi o sexto visconde de Strangford, também conhecido como Lorde Strangford, diplomata irlandês, embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda em Lisboa à época. O Lord Strangford, foi ministro de Sua Majestade Britânica junto à Corte do Rio de Janeiro durante a estada de D. João no Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132669> Raul Lima. 2017.

(DOMEZI, 2015, p.151-152). A relação dos protestantes com a sociedade no século XIX foi expressa assim por Barbosa:

A teologia do protestantismo missionário no Brasil foi satisfatoriamente adequada a um prudente distanciamento da Igreja em relação aos graves problemas enfrentados pela sociedade, entre eles, a escravidão negra. A preocupação voltou-se para a integração, a conversão e a educação do negro para dentro da cultura protestante, e não para a sua simples emancipação. Em suma, o interesse esteve dirigido à regeneração moral, afirmando que a degeneração de costumes era contrária às virtudes cristãs (BARBOSA, 2002, p. 189).

De maneira geral, a sociedade brasileira recebeu a nova fé com atitudes acolhedoras dos liberais até desconfianças e conflitos abertos, das elites eclesiástica e política mais conservadoras. Alguns liberais viam o protestantismo como uma religião esclarecida em oposição ao catolicismo e como uma autoimagem forjada pelos missionários estrangeiros, manifesta em seus discursos religiosos e publicação de textos. Baseados em ideias liberais e na leitura da bíblica, missionários e pastores protestantes denunciaram a escravidão como sistema desumano, no entanto, participaram pouco – ou nada – da causa pela abolição da escravatura, pois a fé protestante também se submetia às ideias das elites (SANTOS, 2010, p. 108).

Em 15 de novembro de 1889, a monarquia foi destronada pelo golpe militar, sendo estabelecido o regime republicano, sem qualquer participação direta da Igreja Católica, mesmo havendo muitos padres engajados nos movimentos republicanos. O empenho dos novos dirigentes para conquistar a simpatia dos membros da hierarquia católica surpreendeu-os em menos de dois meses, ao ser instaurado, no dia 7 de janeiro de 1890, o Estado laico, formalizando, por meio do Decreto 119-A, a separação entre Igreja e Estado, proibindo a intervenção da autoridade federal e dos Estados em questões religiosas e consagrando a liberdade plena de cultos, extinguindo o padroado¹². Essa foi a primeira vez que a Igreja ficou desamparada pelo Estado, mesmo com os argumentos contrários apresentados pelo bispo do Pará e primaz do Brasil, Dom Macedo Costa, que concebia a orientação laica como ilegítima e o Estado leigo como ímpio e ateu (DOMEZI, 2015, p. 155-156). A extinção do padroado

¹² Designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e de Espanha, também estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial, implicando, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos).

Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm. Acesso em: 03/05/2017

removeu grandes obstáculos à imigração, abrindo, ao mesmo tempo, espaços para a prática religiosa dos imigrantes não católicos.

A configuração de cristandade renovada da Igreja Católica, além da atitude polêmica, antiliberal, anticomunista e antiprotestante, envidava esforços por intermédio de seus dirigentes e leis católicas, para impregnar a sociedade de valores cristãos. Assim, a hierarquia católica, instigada pelo populismo do governo brasileiro na década de 1930, promoveu manifestações de massa, na tentativa de convencer governantes e a sociedade da importância da Igreja Católica. Destaca-se, nesse momento, a recepção da imagem de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, em maio de 1931, e a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em outubro do mesmo ano (DOMEZI, 2015, p. 160).

Quando da comemoração dos cinquenta anos da encíclica *Rerum Novarum*, em 1941, os bispos do Brasil retransmitiram a campanha católica europeia de recristianização dos operários, na grande maioria católicos de tradição, desconsiderando sua realidade específica. Percebidos como materialistas, ignorantes em religião e seduzidos pela modernidade, os católicos tinham dificuldades de aceitar as reivindicações de direitos dos operários, interpretando suas greves como transgressão à lei e à moral. Assim, a hierarquia católica empreendeu esforços por controlá-los ideologicamente, por meio do conhecimento cristão, implicando viverem como bons católicos, transformando-os em hábeis instrumentos de recristianização do meio operário (DOMEZI, 2015, p.160).

Entre a primeira metade do século XX e as mudanças ocorridas após a Segunda Guerra Mundial, correspondente à transição da sociedade tradicional para a moderna, foram trazidas para o Brasil a Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em 1951, e a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil para Cristo, fundada em 1955, ambas com perfil do pentecostalismo clássico, no entanto, mais hierarquizadas e estruturadas. A Igreja Quadrangular destacou-se inovando ao colocar a cura divina no centro da sua teologia, expandindo no país esse movimento internacional (DOMEZI, 2015, p.165-166).

No início dos anos 1960, a Igreja Católica encontrava-se ideologicamente dividida, tendo Dom Hélder à esquerda e, à direita, Dom Jaime de Barros Câmara e Dom Vicente Scherer. Ação Católica possuía três organismos para conduzir suas atividades: a Juventude Estudantil Católica – JEC, entre os estudantes secundaristas; a Juventude Operária Católica – JOC, entre os operários, e a Juventude Universitária Católica –JUC, entre os estudantes do nível superior (SOUZA, 2006, p.51).

Na opinião de Souza (2006), a sociedade recebeu grande contribuição da Ação Católica por sua militância em diversos ambientes sociais e da Igreja, com o objetivo de transformá-los

em condições de mais justiça e democracia, a partir da mensagem do Evangelho de Jesus – uma novidade na época. A organização dos leigos da Ação Católica começou pelos movimentos de homens, depois as mulheres e jovens, de acordo com o modelo italiano. Nos anos 1960, seguiu o modelo belga e francês da Ação Católica Especializada, em que os leigos se organizaram em grupos de atividades específicas, como: mundo do trabalho, operários, camponeses, estudantes, entre outros. Destacam-se, entre alguns movimentos especializados da Ação Católica, os da Juventude Católica Brasileira – JCB, para homens de 14 a 30 anos, e da Juventude Feminina Católica – JFC, para moças de 14 a 30 anos. Além desses, outros movimentos estão relacionados aos Estatutos da Ação Católica, como: Juventude Estudantil Católica – JEC, destinado a jovens do curso secundário, atual Ensino Médio; Juventude Operária Católica – JOC, destinado a jovens operários; Juventude Universitária Católica – JUC, apenas para universitários. Mais adiante, surgiram os grupos da Juventude Agrária Católica – JAC; da Juventude Independente Católica – JIC, e o Movimento de Adolescentes e Crianças – MAC (SOUZA, 2006, p.53-54).

Nos anos 1960, os cristãos integrantes dos movimentos da Ação Católica, principalmente os da Ação Católica Operária (ACO), atual Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC) construíram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs¹³), ajudando a consolidá-las unidas a outros grupos e buscando inserir a comunidade nos problemas do cotidiano e na luta por justiça, a partir da mensagem do Evangelho. Essas primeiras CEBs apareceram um pouco antes de 1964, mas seu desenvolvimento só começou entre 1964 e 1968 (SOUZA, 2006, p.53-54). Ao longo do tempo, elas estabeleceram vínculos do compromisso cristão com a luta por justiça social, participando ativamente da vida política do país, ligadas a movimentos sociais e partidos políticos de esquerda. Entre os principais teóricos brasileiros, destaca-se Leonardo Boff, ex-frade¹⁴, e Frei Betto¹⁵.

Estando na raiz de vários movimentos sociais, as CEBs contribuíram para a formação de muitas lideranças no campo social e político, bem como de lideranças leigas no interior da Igreja, assumindo uma nova forma de viver e celebrar a fé. Despertaram, ainda, muitas vocações religiosas e sacerdotais, proporcionando uma nova imagem do(a) consagrado(a) (DORNELAS, 2006, p. 3-5).

¹³ CEBs são grupos constituídos por leigos que se multiplicaram pelo país após a década de 1960, influenciados pela Teologia da Libertação e idealizados pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, integrante da corrente católica mais conservadora. Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/catolicismo>.

¹⁴ Disponível em: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-geral/catolicismo>. Acesso em: 07/01/2018.

¹⁵ Carlos Alberto Libânio Christo, ou Frei Betto, frade dominicano e escritor brasileiro.

Com a ditadura militar de 1964, houve a importação de padrões culturais e religiosos norte-americanos no perfil do pentecostalismo clássico, como a Igreja Deus é Amor, fundada em 1962, a Casa da Bênção, em 1974, e a Igreja Universal do Reino de Deus, em 1977. Já os anos de 1984 e 1986 foram marcados por tensões relacionadas à Teologia da Libertação¹⁶, criticada por documentos vindos de Roma (DOMEZI, 2015, p.165-237).

O sacerdote católico peruano Gustavo Gutiérrez (1986) foi um dos pioneiros da Teologia da Libertação, considerando que “Falar de teologia da libertação é buscar resposta para a pergunta: que relação existe entre a salvação e o processo histórico de libertação do homem?” (GUTIÉRREZ, 1986, p. 49) e que a proposta dessa Teologia

[...] talvez não tanto novo tema para a reflexão quanto novo modo de fazer teologia. A teologia como reflexão crítica da práxis histórica, é assim, uma teologia libertadora, teologia da transformação libertadora da história da humanidade, portanto também da porção dela – reunida em ecclesia – que confessa abertamente Cristo (GUTIÉRREZ, 1986, p. 27).

Para Leonardo Boff (1980), a Teologia da Libertação

Quer apresentar-se, ao contrário, como uma maneira global de articular praxisticamente na Igreja a tarefa da inteligência da fé. É um modo diferente de fazer e pensar em teologia. O modo de fazer e pensar implica e pressupõe uma maneira diferente de ser e de viver. Esse modo de ser e viver, implicado e pressuposto na teologia da libertação, é o do cativo como o correlativo oposto da libertação e do esforço de superação dessa condição (BOFF, 1980, p. 27).

De acordo com Baptista (2014), a Teologia da Libertação representou uma importante mudança histórica no Cristianismo, trazendo uma nova forma de fazer teologia, com outra epistemologia e metodologia, produzidas na América Latina, inovando com uma práxis cristã articulada da religião e política, fé e vida, na busca de fidelidade às fontes no seguimento de Jesus (BAPTISTA, 2014, p. 241).

A face da religião no Brasil foi profundamente alterada pela imigração ao trazer presbiterianos, anglicanos, luteranos, batistas, budistas, muçulmanos, além de católicos da Baviera, Suíça, Tirol, Polônia, Palatinado e Vêneto, que apresentavam um catolicismo muito

¹⁶ A Teologia da Libertação é um novo modelo de Igreja (Igreja dos pobres), a Igreja popular e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a expressão mais crítica ao modelo de cristandade surgida na América Latina. In: RICHARD, P. **Morte das cristandades e nascimento da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982. A Teologia da Libertação queria “apresentar-se [...] como uma maneira global de articular praxisticamente na Igreja a tarefa da inteligência da fé.” (BOFF, 1980, p. 27), In: BOFF, Leonardo, **Teologia do cativo e da Libertação**, 2 ed. Petrópolis, 1980, p.27.

diferente do que se encontrava no Brasil. Essa trajetória, com diferentes processos de sincretismo, em que a interação de ideias e símbolos resultou um substrato religioso-cultural¹⁷, guardou determinados valores nas profundas camadas da vida social brasileira (DOMEZI, 2015, p. 225-226).

Atualmente, os novos movimentos religiosos católicos e evangélicos têm penetrado em vários segmentos sociais, de modo que as escolas de ensino médio e universidades públicas e privadas de todo o país vêm implantando e expandindo a religião católica e evangélica, numa nova forma de viver a religião e a religiosidade fora dos padrões estabelecidos pelas igrejas.

De acordo com Bellotti¹⁸ (2012), desde os anos 1980¹⁹, é possível observar um crescimento evangélico, predominantemente pentecostal, e de forma mais acentuada a partir dos anos 1990, identificando como uma das principais razões, o empenho de algumas igrejas e fiéis na evangelização de diferentes maneiras: entre seus pares, pelos meios de comunicação (como o rádio, a TV e a mídia impressa), além do uso de estratégia de atração de fiéis na realização de cultos, celebrações, campanhas e shows (BELLOTTI, 2012, *online*).

Nesse contexto, há uma evidente disputa pelo aumento do número de fiéis, com consequente aumento do capital e do poder, além de movimentar o mercado da fé, um dos setores que mais cresce no Brasil. De acordo com uma pesquisa realizada pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)²⁰, no ano de 2012, esse mercado movimentou aproximadamente R\$ 12 bilhões em nosso país, numa disputa que gera renda e lucro, sustenta o mercado religioso e enriquece seus líderes. Na opinião de Bellotti (2012), quando os produtos religiosos são vistos de alguma maneira como “portadores de cultura”, eles parecem não carregar a aparência de “mercadoria”. Sendo assim, o conceito de “mercantilização da fé” estaria na venda de bens religiosos, nas promessas de salvação ou libertação dos males físicos, emocionais, ou nas

¹⁷ Bittencourt Filho denomina esse substrato de “matriz religiosa”.

¹⁸ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (2007); Pós-doutorado em História Cultural pela Unicamp (2011). Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná; coordena o subprojeto História 1 do PIBID-UFPR. Possui experiência na área de História, com ênfase em História Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: História Contemporânea, História das Religiões, História da Mídia, Identidades Culturais, Cultura Visual, Ensino Religioso, e Protestantismo/Pentecostalismo (mídia evangélica em geral, mídia presbiteriana, mídia evangélica infantil e mercado cultural evangélico no Brasil e nos Estados Unidos)

¹⁹ Disponível em: <http://www.genizahvirtual.com/2014/11/mercados-da-fe.html>. Acesso em: 12/12/2016.

²⁰ A Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Instituição de Ensino Superior, foi criada em 1951, situada em São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Oferece seis cursos de graduação: Administração, Jornalismo, Design, Publicidade, Propaganda e Relações Internacionais. É referência nas áreas de Administração, Marketing e Comunicação, através do desenvolvimento de novos métodos pedagógicos e investimentos na formação de seu corpo docente. Oferece também sete cursos de educação a distância totalmente gratuitos, abertos para todos os públicos: Comunicação integrada; Empreendedorismo; Serviços a clientes – diferenciação da oferta; Blackboard; Liderança de equipes; Atendimento ao cliente e Técnicas de vendas.

carências materiais, que se encontram disponíveis na lógica da Teologia da Prosperidade, em que o fiel doa uma oferta em dinheiro e recebe em troca esse bem (BELLOTTI, 2012, *online*).

No Brasil, a mercantilização da fé, malvista socialmente pelos não-crentes, deve-se ao fato de que a religião no país sempre teve uma relação mais dissimulada com o dinheiro e que, no período Colonial e no Império, a religião católica, considerada como oficial, não necessitava do sustento direto dos fiéis e também recebia recursos externos. Quanto às igrejas protestantes, sempre foram autônomas e dependiam dos seus próprios recursos, com inclusão do dízimo, também uma prática católica, mas havendo a ideia de que religião e dinheiro não se misturam, pois um macularia o outro (BELLOTTI, 2012, *online*).

Mudanças também aconteceram no IFPB: no atual contexto do *campus* João Pessoa, a religião sai do papel mais expressivo de missas, orações, cultos ecumênicos, realizados pela própria Instituição, para a inclusão do debate sobre questões de interesse social, realizados nos grupos religiosos, versando sobre temas como: sexualidade, uso de drogas, gravidez na adolescência, entre outros, implicando uma atenuação e substituição do discurso essencialmente religioso por atividades religiosas de ordem socioeducativa e cultural. Nessa perspectiva, as religiões parecem dirigir suas preocupações para a venda de sentidos nesses pequenos grupos, abrindo espaço para o estabelecimento de vínculos sociais mais estreitos.

Nesse sentido “[...] é suficiente estarmos atentos para compreender que o advento da sociedade industrial não implica o desaparecimento da religião, mas o declínio de sua centralidade enquanto forma e instrumento hegemônicos de organização social”, e “[...] o processo de secularização confina a esfera de sua atuação a limites mais restritos, mas não a apaga enquanto fenômeno social” (ORTIZ, 2001, p. 62).

No que diz respeito aos direitos que conquistamos, e são defendidos legalmente em nossa sociedade, Taylor (2011) assevera que as pessoas não são mais sacrificadas às demandas supostamente sagradas e que ganhamos a liberdade quando fugimos dos antigos horizontes morais, em que as pessoas se viam sendo parte de uma ordem maior, podendo chegar a ser uma ordem cósmica, havendo um lugar determinado para os homens, como também para os anjos, corpos celestes e criaturas terrenas. Essa hierarquia do universo, na concepção desse autor, era refletida nas hierarquias sociais, em que as pessoas eram fixadas num lugar, papel e estrato próprios, sendo praticamente impensável se desviar deles. Com a liberdade moderna, essas ordens caíram no descrédito e, ao mesmo tempo que nos limitavam, também davam significado ao mundo, bem como às atividades da vida social. Antes, as coisas tinham um significado que lhes era atribuído, por seu lugar na cadeia do ser. De forma semelhante, as normas e rituais sociais possuíam mais que um significado instrumental (TAYLOR, 2011, p.12-13).

Trazendo essa discussão para o campo educacional em estudo, a fim de entender sobre a gênese dos grupos religiosos no IFPB, é preciso localizar, no espaço das Instituições públicas, a presença de Movimentos Religiosos, cada vez mais institucionalizados e naturalizados nas redes pública e particular de ensino, passando por uma crescente expansão, particularmente entre os estudantes dos Institutos Federais – IFs, a exemplo do IFPB, *campus* João Pessoa, que abriga, em suas dependências, grupos religiosos de denominações cristãs. Na mesma direção, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco²¹, IFPE, *campus* Recife, possui uma capela²² em suas dependências, frequentada prioritariamente por estudantes de denominações religiosas cristãs, assim como a Universidade Federal da Paraíba, *campus* I João Pessoa, que também possui a sua.

Mesmo tantos anos depois das primeiras construções, a presença de capelas em instituições públicas parece conservar os objetivos dos seus primórdios aos quais Cascudo (1992) faz referência, marcando a presença histórica do catolicismo na esfera pública.

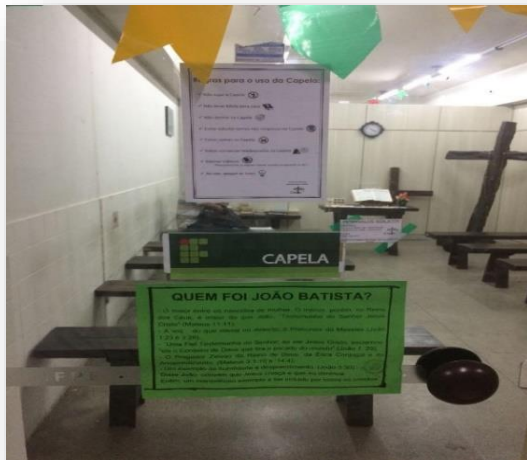
De acordo com Cascudo (1992),

A Capela declarava a presença da vida social organizada sobre bases estáveis, concordância do esforço com a produção asseguradora da existência familiar, o grupo vicial capaz de prestar mútua proteção e auxílio, sistema de caminhos articulando as propriedades esparsas ao centro mais povoado, facilitando trânsito e escoamento das safras, costumes cristãos, unificadores e solitários com a figura simples da Capelinha, pastoreando o rebanho imóvel, reunido à voz lenta do pequenino sino emocional (CASCUDO, 1992, p. 10-11).

²¹ A capela do IFPE e a laicidade do estado brasileiro, Luiz Maurício Cassimiro de Sousa Júnior – Departamento de Sistemas, Processos e Controles Eletroeletrônicos – IFPE; Victor Assis da Silva - Departamento de Música – UFPE; Tatiana Simões e Luna – Professora/Orientadora – Departamento Acadêmico de Formação Geral – IFPE 13/10/2014. Disponível em www.sbpnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/7201.htm. Acesso em: 04/10/2016.

²² Capela ou ermida é um templo cristão secundário, normalmente usado para atendimento religioso de grupos específicos de pessoas ou comunidades religiosas. As capelas são usuais em aldeias, colégios, universidades, presídios, conventos, quartéis, castelos, fazendas etc. A designação de ermida é utilizada usualmente para capelas erguidas em sítios ermos. Etimologicamente a palavra "capela" vem da *Cappella* (ou manto) de são Martinho, a relíquia mais sagrada dos reis francos, sobre o qual se faziam os juramentos e que era levado à frente das tropas em batalhas. Seus guardiões eram os *cappellani* e o santuário no qual se guardava era a *cappella*, razão pela qual recebeu a designação de um edifício religioso, inclusive seu mobiliário e o pessoal, ou seja, tudo que fosse necessário para o culto de um rei ou nobre. Henry Broughton Raynor (1981). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Capela>. Acesso em: 17/10/2016.

Foto 01: Capela do IFPE, *campus Recife*.



Fonte: Rafaela Ribeiro de Lima, 2018.

Foto 02: Capela da UFPB, *campus I João Pessoa*.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>. Acesso em 15/02/2017.

Importante destacar que diversas instituições públicas de ensino médio e superior em todo o país acolhem, nas suas dependências, grupos religiosos semelhantes, entre eles, os Grupos de Oração Universitário (GOUs), que já somam mais de 500, além de 40 Grupos de Partilha e Perseverança (GrPPs), espalhados pelo Brasil e por outros países da América e Europa, orientados pelo Ministério Universidades Renovadas²³, MUR, que é parte da Renovação Carismática Católica²⁴ (RCC), sendo constituídos por estudantes, pré-universitários, professores e servidores universitários e demais profissionais. De acordo com informações contidas no site²⁵ da RCC, esse Ministério foi criado por um estudante da Universidade Federal de Viçosa (MG), o acadêmico de Medicina Veterinária, Fernando Galvani (Mococa).

²³ O Ministério Universidades Renovadas é parte da Renovação Carismática Católica (RCC) e atua por meio dos Grupos de Oração Universitária (GOUs) e Grupos de Partilha e Perseverança (GPPs). Esse Ministério é um braço da RCC, encontrando-se presente em todo o Brasil e outros países, reunindo acadêmicos, professores, servidores e profissionais de várias Instituições de Ensino Superior que respondem, de maneira renovada, aos crescentes desafios propostos pela Igreja como a Evangelização do âmbito universitário. Wikipédia, enciclopédia livre. Acesso em: 10/10/2016.

²⁴ A Renovação Carismática Católica é um movimento da Igreja Católica Apostólica Romana que surgiu nos Estados Unidos em meados da década de 1960, por influência da Renovação Carismática Episcopal, porém mantendo os dogmas do Catolicismo Romano. ... Definição da Web. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Renovação_Carismática_Católica Acesso em 09/10/2016.

²⁵ Disponível em: <http://www.universidadesrenovadas.com/index.php/pt-BR/quem-somos/o-que-e-o-mur>. Acesso em 03/10/2016.

A RCC apresentou uma forma de manifestar-se em relação à perda de fiéis e à abordagem de questões consideradas ameaçadoras, como as diferenças sociais, proporcionando questionamentos, vislumbrando possibilidades de transformações na sociedade. Os dogmas mudaram com o objetivo de proporcionar uma transformação pessoal, a partir de subsídios ideológicos, de forma a rejeitar situações de injustiças em geral, bem como a condição de inferioridade e submissão ao poder das elites. A RCC assemelha-se às religiões evangélicas, principalmente às pentecostais, por acreditarem que o Espírito Santo pode transformar as pessoas, além de aproximá-las pelo dom das curas. Os carismáticos demarcam como pontos para diferenciar-se dos pentecostais: o culto fervoroso a Nossa Senhora e a reza do terço (FERNANDES, 2003, p. 15-17). De acordo com Prandi (1998), a RCC surgiu como um movimento de reação dupla: para dentro do catolicismo, em frontal oposição aos católicos da teologia da libertação, e para fora, em competição por seguidores e maior legitimidade social com os pentecostais.

No auge das CEBs, período correspondente à segunda metade da década de 1970, os pentecostais já representavam praticamente a metade dos evangélicos ou protestantes. A partir dessa época, as comunidades de base sofreram um declínio, chegando a perder importância, cedendo seu lugar de destaque no cenário católico, ao Movimento da RCC, momento em que os pentecostais se dividiram, originando um novo ramo, dos neopentecostais, muito próspero e influente (PRANDI; SANTOS, 2015, p. 359).

A Renovação Carismática no Brasil teve origem na cidade de Campinas, SP²⁶, por intermédio dos padres Haroldo Joseph Rahm e Eduardo Dougherty, expandindo-se rapidamente pela maioria dos Estados brasileiros. Porém, outras informações de Dom Cipriano Chagas apontam o início da Renovação por volta de 1970 e 1971 na cidade de Telêmaco Borba, no Paraná, com Padre Daniel Kiakarski, que a conheceu nos Estados Unidos em 1969. Inicialmente, a RCC atingiu os líderes já engajados em movimentos, como Encontros de Juventude, Cursilho e o Treinamento de Líderes Cristãos TLC²⁷, ampliando-se gradativamente como uma nova “onda” de doutrinação com identidade própria²⁸. A Renovação Carismática começa a crescer em outras regiões²⁹ em 1974: no Norte com Frei Paulo, da diocese de Santarém; no Centro Oeste, com Frei João Batista Vogel, em Anápolis; no Sul de Minas, com

²⁶ Disponível em: <http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=37>. Acesso em: 18/10/2016.

²⁷ TLC é um Movimento da Igreja Católica dirigido à juventude. Nasceu em Campinas, em 1967, com Pe. Haroldo Rahm, jesuíta americano nascido no Texas e naturalizado brasileiro, que se uniu a uma equipe de jovens e adultos leigos. Disponível em: <http://tlc.org.br/quem-somos/#historia>. Acesso em: 25/04/2017.

²⁸ <https://metropolia.org.br/movimentos/movimento-da-renovacao-carismatica-catolica/>

²⁹ Disponível em: <http://www.rccbrasil.org.br/interna.php?paginas=37>. Acesso em: 18/10/2016.

Monsenhor Mauro Tommasini, na Arquidiocese de Pouso Alegre, mas a consolidação só veio a acontecer a partir de 1980, espalhando-se por todo o país, passando a ocupar um espaço significativo na mídia, tanto como objeto de notícias, como de utilização dos meios de comunicação.

Em nosso Estado, existem vários grupos de GOUs nas Universidades Federais, a exemplo da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, *campi* de Areia e João Pessoa, e na Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, *campus* de Campina Grande, que se reúnem semanalmente para a realização de práticas e rituais religiosos, como se pode observar nos convites abaixo, divulgados pela Internet.

Imagens 02 e 03: Convites do Grupo de Oração Universitário – GOU – na UFCG.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em abril de 2016.

A imagem 02 apresenta três fotografias de reuniões do GOU, realizadas na UFCG, e informa sobre o local escolhido pelo grupo, próximo ao restaurante universitário, possivelmente por concentrar um grande fluxo de estudantes, facilitando uma maior visibilidade. A imagem 03, além da Nossa Senhora de Fátima, chama a atenção pela frase “Let’s GOU”, uma forma

criativa de atrair os estudantes para suas reuniões. No material disponível na Internet, o GOU é definido como:

[...] um encontro de oração, verdadeira acolhida, louvor, anúncio da Palavra, derramamento dos dons carismáticos, vivência do perdão, de curas, enfim, um local para que sejam experimentados o amor filial para com o PAI, a misericórdia e a Salvação de Jesus e o consolo do Espírito Santo³⁰.

O GOU é uma reunião de cristãos, cujo objetivo é louvar e bendizer a Deus, levando seus participantes a uma experiência pessoal com o Deus, tendo na oração seu principal carisma. Suas reuniões contemplam variadas expressões religiosas, como: louvor, reconhecimento das graças recebidas por Deus, oração contemplativa, oração em línguas, petição de graças e de curas³¹. No *campus* João Pessoa, esse movimento foi representado pelo Grupo de Oração São Francisco de Assis – GOSFA.

Foto 03: Reunião do GOU na UFCG, *campus* Campina Grande.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em abril de 2016.

³⁰ Disponível em: <http://www.universidadesrenovadas.com/index.php/pt-BR/grupos/o-que-e-o-gou>. Acesso em: 01/03/2017

³¹ Disponível em: <http://www.universidadesrenovadas.com/index.php/pt-BR/grupos/o-que-e-o-gou>. Acesso em: 01/03/2017.

Outro Movimento Religioso presente em nosso Estado é a Aliança Bíblica Universitária do Brasil (ABUB), criada em 1957, por missionários estrangeiros, estando presente em quase todos os Estados brasileiros, sobretudo nas capitais. A ABUB faz parte de um movimento estudantil evangélico mundial denominado *International Fellowship of Evangelical Students* (IFES), com a compreensão de que os estudantes estão mais aptos para compartilhar do Evangelho entre seus pares por vivenciarem a mesma realidade, motivo pelo qual adotam o lema "estudante alcançando estudante".

De acordo com a Missão Internacional e Interdenominacional denominada Jovens Com Uma Missão, o JOCUM³² Brasil, a ABU é um movimento missionário, interdenominacional, eclesiástico e confessional, com liderança dos seus próprios participantes. Assim, os estudantes do ensino médio, os universitários e os já profissionais participantes da Aliança Bíblica de Profissionais, ABP, organizam-se em grupos por cidades, filiando-se ao movimento nacional da ABUB, respectivamente em seus grupos de ABS (Aliança Bíblica Secundarista) e ABU (Aliança Bíblica Universitária), possuindo ligação com diferentes igrejas evangélicas, cujo objetivo é compartilhar o Evangelho nas escolas e universidades brasileiras, mediante estudos bíblicos organizados e conduzidos pelos próprios estudantes em pequenos grupos ou núcleos.

Imagem 04: Lema da Aliança Bíblica Universitária.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em abril de 2016

A ABU adota o lema: “O cristão entra na Universidade para evangelizar e de quebra para tirar um diploma”, ficando, assim, evidente a intenção de formação dos grupos religiosos

³² Jovens Com Uma Missão, JOCUM, é uma Missão internacional e interdenominacional, comprometida com a mobilização de jovens de todas as nações para a obra missionária. Suas atividades no Brasil foram iniciadas pelo casal Jim e Pamela Stier em 1975, na cidade de Contagem-MG. Hoje possuem 60 Escritórios e Centros de Treinamento Missionário espalhados por todas as regiões do país. O JOCUM reúne pessoas para trabalhar nas mais diversas atividades evangelísticas. Entre os missionários, encontram-se jovens, famílias, aposentados, universitários, recém-formados e pós-graduados, oriundos de mais de 100 países, e denominações evangélicas diferentes. São novos crentes, pastores e líderes de igrejas com muitos anos de experiência. Disponível em: <http://www.jocum.org.br/na-cabeca/quem-somos/>. Acesso em 04/10/2016.

nas instituições públicas, descartando a possibilidade de um mero acaso, e confirmando uma intencionalidade naquilo que aparentemente poderia ser considerado um simples encontro de jovens, mas que está longe de propósitos desprezíveis.

De acordo com o Estatuto da ABU³³ em seu CAPÍTULO I, DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, CONSTITUIÇÃO E FINS, Art. 1º, a ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA DO BRASIL, ABU, é uma associação religiosa, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado e com número ilimitado de associados. Na Paraíba, a ABU possui representação nas cidades de Sousa, Cajazeiras, Areia e em João Pessoa, que comemorou, em 2016, seus 50 anos de existência.

Outro Movimento Religioso presente nas Universidades, denominado “Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo”³⁴ – CEPC – foi criado em 1951 por Bill e Vonette Bright, na Universidade da Califórnia (UCLA), internacionalmente conhecido por *Campus Crusade for Christ*. Em 1960, a Cruzada já estava estabelecida em 40 *campi* nos Estados Unidos e em outros dois países, iniciando o ministério com a realização de congressos e projetos missionários. Um ano depois, Bill Bright escreveu “As Quatro Leis Espirituais”, folheto religioso mais distribuído na história, com 2,5 milhões de exemplares até hoje impressos. Ao final da década de 1960, a CRU, como a Cruzada é mais conhecida, “[...] uma comunidade acolhedora apaixonada por conectar pessoas a Jesus”³⁵, já estava presente em 45 países e, no final da década de 1970, em 114 países, incluindo o Brasil.

No Norte e Nordeste do Brasil, o Movimento aconteceu por meio da visita de Missionários canadenses, em 1995, às cidades de Belém, São Luís e Fortaleza, recrutando estudantes para o trabalho voluntário nessas cidades e criando o ministério ELO, responsável por assessorar estudantes líderes nas cidades onde não existem missionários e apoiando os movimentos recém-criados. Em 2003, o primeiro Projeto Nacional, nos moldes atuais, aconteceu na cidade de Maceió, na Universidade Federal de Alagoas – UFAL; em 2004, Salvador cria o movimento na Universidade Federal da Bahia – UFBA; em 2005, aconteceram dois Projetos Nacionais de forma simultânea, um na Universidade de Brasília – UNB, em Brasília, e outro na Universidade Federal de Rio Grande do Norte – UFRN, em Natal; em 2006, Curitiba, realizou um projeto na comunidade, não na universidade, como aconteceu nos outros Estados. Ao mesmo tempo, o Projeto foi realizado no Recife, com o objetivo de iniciar o

³³ Estatuto da ABU, disponível em: <http://www.abub.org.br/recursos/2013/03/estatuto-da-alianca-biblica-universitaria-do-brasil>. Acesso em: 04/10/2016.

³⁴ Disponível em: <http://cru.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 08/03/2017.

³⁵ Disponível em: <http://cru.org.br/> Acesso em: 01/04/2017.

movimento na Universidade Federal em Pernambuco – UFPE, obtendo uma excelente resposta³⁶, retornando àquela cidade em 2007. No mesmo ano, um novo movimento na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, e na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, em Cuiabá. O Projeto chega também a Belém em 2007, consolidando o movimento já existente naquela cidade.

O grupo religioso denominado Alfa e Ômega³⁷ está presente na UFPB, sendo definido como parte de uma família de mais de 40 ministérios da CEPC, cujo objetivo é acompanhar o maior número possível de estudantes para que passem da posição da descrença para a posição da crença em Deus. A Missão do Alfa e Ômega³⁸ é iniciar movimentos espirituais ganhando, edificando e enviando discípulos multiplicadores cristocêntricos, na crença de que um relacionamento com Deus por intermédio de Jesus gera esperança e propósito na vida das pessoas que O buscam. Na concepção do grupo, o ambiente da universidade provoca desestabilização moral e espiritual, implicando um envolvimento dos universitários com os prazeres da vida acadêmica, levando à necessidade de serem aceitos pelos colegas, além de outros aspectos emocionais próprios da vida acadêmica, como ansiedade, superficialidade nos relacionamentos e medo do futuro. Para o grupo, a universidade é um lugar que valoriza conceitos, ideias e pesquisas, de modo que as constantes informações recebidas pelos estudantes influenciá-los-ão para o resto das suas vidas. Além disso, é o local onde se formam futuros líderes da nação: alcançando esses líderes, o mundo será alcançado.³⁹ A logo da CRU utiliza a imagem do crucifixo, importante símbolo do cristianismo, ladeado por um livro (símbolo do conhecimento, sabedoria, revelação), da tocha, que representa a luz divina, e, sobreposto ao globo terrestre, nosso planeta.

³⁶ Disponível em: <http://alfaeomega.org.br/site/quem-somos/historia/> Acesso em: 08/03/2017.

³⁷ Disponível em: <http://alfaeomega.org.br/site/quem-somos/historia/> Acesso em: 08/03/2017.

³⁸ Disponível em: <http://alfaeomega.org.br/site/quem-somos/> Acesso em: 08/03/2017.

³⁹ Disponível em: <http://alfaeomega.org.br/site/quem-somos/> Acesso em: 08/03/2017.

Imagem 05: Logo da CRU.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 01/04/2017.

Em João Pessoa, a implantação do Alfa e Ômega aconteceu em 2014, a partir da criação de pequenos grupos multiplicadores, uma ideia compartilhada por muitos estudantes líderes no Movimento desde o ano de 2011, passando por uma história de várias tentativas frustradas. De acordo com informações postadas na Internet, o novo projeto está fundamentado na proposta de multiplicação do Evangelho de Jesus na universidade, estando organizado em Pequenos Grupos Multiplicadores – PGMs, que foram influenciados pela Campanha “#MULTIPLIQUE”, da JUNTA BATISTA DE MISSÕES NACIONAIS, com base nos seguintes princípios: 1. Comunidade: Oração, comunhão e integração; 2. Conteúdo Bíblico de Qualidade; 3. Impacto Exterior: Será que os membros do grupo estão de fato indo às pessoas para falar de Cristo?; 4. Estamos usando a ferramenta dos 10+; 5. Treinamento: Capacitação em evangelismo cujo objetivo é levar os estudantes envolvidos a influenciarem outros.

As duas imagens abaixo, disponíveis na Internet, fazem parte do acervo do grupo Alfa e Ômega. Chamamos a atenção para a informação contida na imagem 07, que deixa explícita a intenção da sua presença no ambiente universitário quando afirma: “Nosso campo missionário: a universidade”, como de haver um Projeto Missionário dirigido à UFPB.

Imagem 06: Logomarca, grupo Alfa e Ômega.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em: 10/03/2017.

Imagem 07: Divulgação do grupo Alfa e Ômega.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 10/03/2017.

No que se refere ao objeto empírico de estudo, o que me chamou a atenção foi a existência de vários grupos religiosos formados por estudantes dos diferentes cursos e níveis de ensino: médio, subsequente e superior, que se reúnem regularmente no *campus* João Pessoa, promovendo diferentes atividades religiosas. Quando iniciei o doutorado, só conhecia o grupo denominado JOTEC, que pesquisei no mestrado, congregando estudantes evangélicos, católicos e alguns que se denominavam ateus. Posteriormente, os católicos organizaram um grupo específico, devido a dissidências com o já referido grupo, denominando-o *Grupo de Oração São Francisco de Assis – GOSFA*, vinculado ao GOU. Mais recentemente, outros grupos foram sendo criados, mas esse número tem se mantido flutuante, existindo hoje cinco grupos no *campus*: o JOTEC; o Metanoia; dois denominados Célula e um outro denominado Núcleo da ABU.

As informações aqui apresentadas sobre os grupos e Movimentos Religiosos existentes no *campus* João Pessoa foram obtidas em entrevistas e conversas com as lideranças e estudantes integrantes e não integrantes dos grupos e por meio de materiais impressos dos grupos e das suas publicações postadas em páginas da Internet.

Esses são alguns dos Movimentos religiosos que funcionam como braços da religião nas instituições públicas e particulares, do ensino médio e superior, no exterior e no Brasil, constituindo-se num ponto de intercessão entre a religião, a educação e a ciência, levantando diversos questionamentos sobre os princípios de laicidade, liberdade religiosa e sentido de vida,

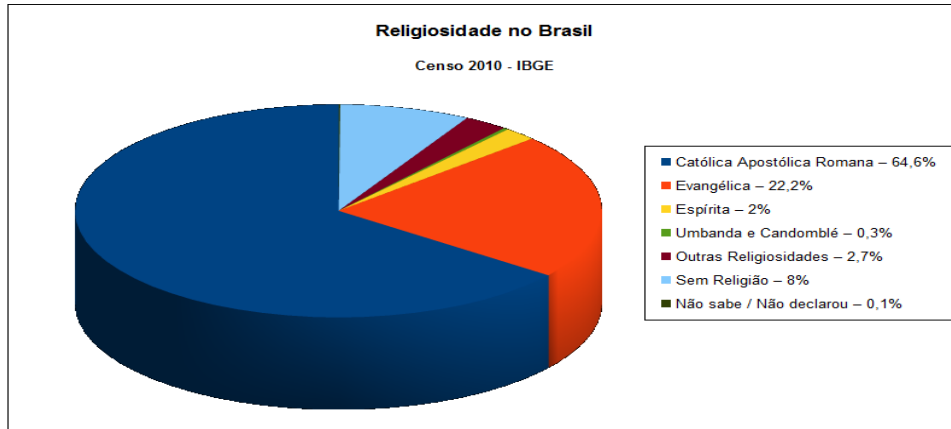
que se somam às dúvidas, angústias e incertezas da juventude, frente às constantes transformações sociais. Também podem ser percebidos como uma oportunidade para ampliar a mercantilização da fé, quando apresentam um modelo de religiosidade com características, discursos e práticas religiosas voltados às necessidades dos jovens no espaço educacional, em que as principais organizações religiosas dirigem estratégias e mecanismos que vêm acolher as demandas desse grupo social. Do ponto de vista institucional, parece haver uma disposição para a aceitação dessa presença, enquanto parceira na manutenção da disciplina entre os estudantes, tanto que, no *campus* João Pessoa, esses grupos jamais foram questionados sobre suas práticas, constituindo-se em parceiros da Instituição, além de favorecer o disciplinamento social e político, promovendo a distinção dos seus frequentadores.

1.1 A religião: de direito e de fato

Nesse momento, para articular o observado dentro do *campus* de João Pessoa com o cenário macrossocial, apresentarei alguns elementos sobre a religião no Brasil, a partir dos dados do Censo do IBGE de 2010. Em seguida, apresentarei alguns documentos que tratam do tema religião, como as Constituições do país ao longo da história; a Lei de Diretrizes e Bases Nacional – LDB – em diferentes fases; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Estatuto do IFPB, aprovado pela Resolução N° 246, de 18 de dezembro de 2015.

De acordo com o IBGE, desde o primeiro recenseamento de alcance nacional realizado até a década de 1970, a população brasileira manteve um perfil religioso, cuja centralidade era a filiação hegemônica à religião católica apostólica romana, característica herdada do processo histórico de colonização do país, que a reconhecia como religião oficial até a Constituição da República de 1891. Em um século, a proporção de católicos na população variou 7,9 pontos percentuais, o que representa uma redução de 99,7%, em 1872, para 91,8% em 1970, ano em que o número de evangélicos somava 5,2% no seu conjunto, sendo 2,3% o total das demais religiões. No recenseamento seguinte, ocorrido no ano de 1980, houve sequência na redução de pessoas que se declararam católicas, mas ainda continuou elevado o percentual de adeptos, um total de 89,0% de toda a população. Somente em 1991, o Censo Demográfico registrou mudanças expressivas na composição religiosa brasileira, particularmente o crescimento daqueles que se declararam evangélicos, passando de 6,6% para 9,0% do total da população no período compreendido entre 1980 e 1991, sobressaindo-se os evangélicos pentecostais, com um crescimento de 3,2% para 6,0%. Nesse intervalo, o segmento católico, mesmo sendo majoritário, continuou na tendência de declínio.

Quadro 02: Religiosidade no Brasil, Censo IBGE – 2010.

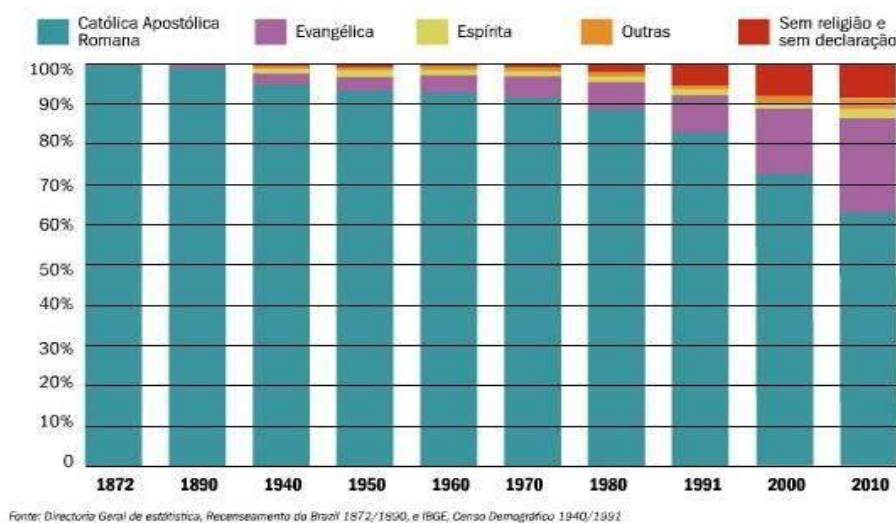


Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em dezembro de 2017.

O quadro acima traz um panorama da situação da religiosidade no país, que, no último Censo, registrou um percentual de católicos correspondente a 64,6% da população; os evangélicos correspondendo a 22,2%; os que professam outras religiões, 2,7%, enquanto 8% da população afirmou não possuir religião.

De acordo com o último Censo realizado pelo IBGE, a Igreja Católica perdeu 1,7 milhão de adeptos entre 2000 e 2010. Com esse recuo, o número de católicos no país chegou a 123,3 milhões – 64,6% da população, uma proporção que, até 1970, superava os 90% (VER QUADRO ABAIXO). Essa tendência de redução observada nas duas décadas anteriores corresponde ao crescimento da população evangélica no Brasil (IBGE, 2010). Houve ainda um aumento no quantitativo de espíritas, dos que se declararam sem religião, mesmo que em ritmo inferior ao da década anterior, e do conjunto pertencente às outras religiões.

Quadro 03: Demonstrativo das religiões no Censo IBGE – 2010.



Fonte: Diretório Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil 1872/1990, e IBGE. Censo Demográfico 1940/1991. Disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 01/12/2017.

A redução do percentual de católicos aconteceu em todas as regiões, porém manteve-se mais elevada no Nordeste do país, com uma redução de 79,9% para 72,2% entre os anos de 2000 e 2010, e, no Sul, de 77,4% para 70,1%. No entanto, a maior redução aconteceu no Norte, cujo percentual caiu de 71,3% para 60,6%, e os evangélicos aumentaram sua representatividade de 19,8% para 28,5%. Em relação aos Estados, o menor percentual de católicos foi encontrado no Rio de Janeiro, com 45,8% em 2010, enquanto o maior percentual estava no Piauí, com 85,1%. Já em relação aos evangélicos, o maior percentual estava em Rondônia, com 33,8%, e o menor, no Piauí, com 9,7%. Ainda de acordo com dados da série de censos realizados no país, o perfil religioso do povo brasileiro teve poucas alterações até os anos 1980, com a manutenção da supremacia da religião católica herdada da época colonial. Entre 1970 e 1980, os recenseamentos não apresentam nenhuma mudança significativa, aparecendo, no máximo, uma duplicação do número de pessoas que se declaravam sem religião, passando de 0,8% a 1,6%, alteração considerada pouco expressiva (IBGE, 1970, 1980, 2000, 2010).

Esses dados apontam ainda que a proporção de cristãos sofreu poucas alterações nos últimos 10 anos, indicando que houve tanto uma migração de católicos para correntes evangélicas, como também para outras religiões dessa matriz. O número dos que se diziam sem religião também cresceu percentualmente, alcançando, em 2010, 8% da população. Em todas as regiões brasileiras o contingente de católicos foi reduzido, mantendo-se, porém, mais elevado

no Nordeste e no Sul, observando-se a maior redução relativa de católicos na região Norte e a maior proporção de evangélicos pentecostais⁴⁰ entre crianças e adolescentes.

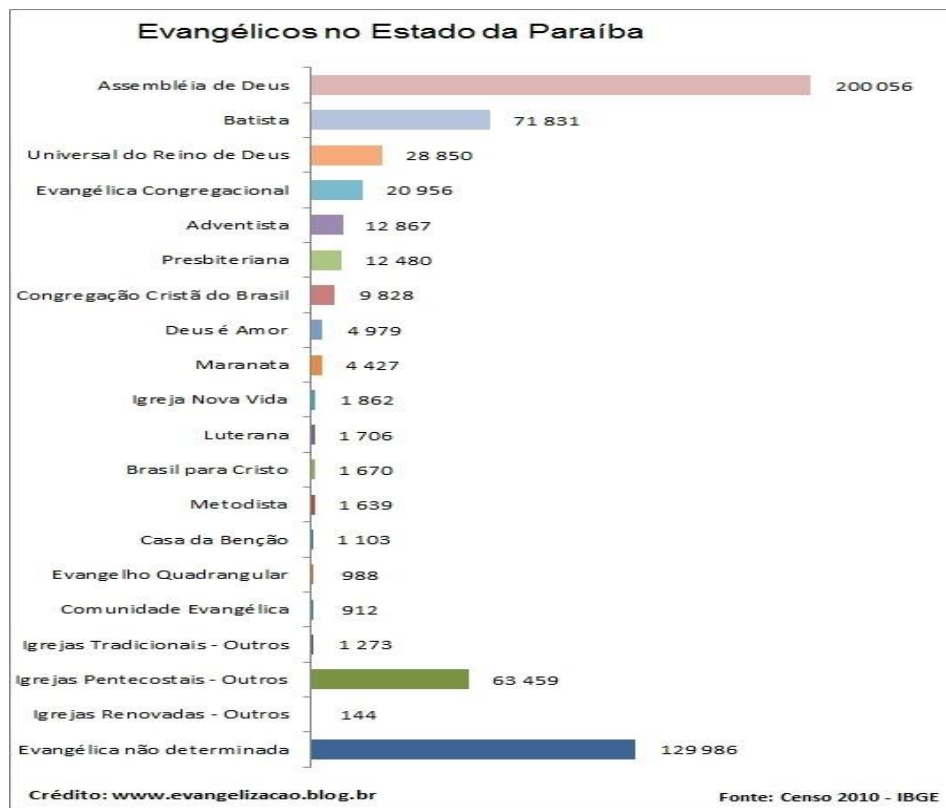
De acordo com intérpretes do processo de diversificação religiosa acima descrito, iniciado em 1980, ele estaria relacionado a três elementos fundamentais presentes na dinâmica da ocupação do território brasileiro: a preexistência de espaços não católicos ligados à nossa colonização, o avanço de frentes pioneiras, em que os pastores pentecostais encontram espaço propício junto à população migrante desenraizada, e, por último, o processo de urbanização acelerada, que favorece o surgimento de novas religiões, ou a difusão de religiões trazidas do exterior (PIERUCCI, 2004, 2013, p. 49-62; STEIL, 2001, p. 115-129).

Segundo o censo IBGE 2010, o Brasil possui 51 milhões de jovens, cuja maioria (56%) é católica, 27% são evangélicos e 16% não têm religião (somados a eles 1% de ateus). No âmbito desse resultado, comparado com outras pesquisas feitas anteriormente, observa-se que os jovens católicos diminuíram em dez pontos percentuais (antes somavam 65%), enquanto os evangélicos, que eram 22%, aumentaram 5%. Num país como o Brasil, que tem uma população de maioria católica, com 64,6%, de acordo com o Censo do IBGE de 2010, as escolas públicas apresentam uma diversidade de indivíduos que é refletida também nos seus credos.

As religiões do subcampo das evangélicas na Paraíba apresentaram também um aumento do número de fiéis, mas o Censo de 2010 (IBGE) revelou, ainda, que esse Estado é o terceiro em número de católicos no país, somando 77% da sua população.

⁴⁰ Os pentecostais possuem culto centrado no apelo emocional, sobretudo no dom das línguas ou glossolalia, reprodução do episódio bíblico da manifestação do Espírito Santo aos apóstolos no dia de Pentecostes e no dom de cura. Suas principais denominações são de origem estrangeira, entre elas: Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus e o Evangelho Quadrangular. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI Reginaldo. Religiões e voto: a eleição presidencial de 1994. Opinião Pública, Campinas, vol. III, nº 1, Maio, 1995, p.32-63 (*online*)

Quadro 04: Demonstrativo das religiões no Censo IBGE – 2010, na Paraíba.



Fonte disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 01/12/2017.

Em relação ao crescimento do número de jovens que se declararam sem religião, Oliveira (2012) considera o fato curioso, pois, “Em termos de projeção, isso é algo a ser pensado. [...] 15 milhões de pessoas que se dizem sem religião, para mim, é o dado que desperta curiosidade”. “[...] Quando eu comecei a estudar sociologia da religião, tinha como axioma que o brasileiro é religioso, ou seja, todas as religiões são boas, todas levam a Deus, e o que não pode é não ter religião” (OLIVEIRA, 2012, *online*).⁴¹

Essas considerações de Oliveira (2012) podem levar a questionamentos relacionados à construção e emergência desses grupos religiosos, presentes nas instituições educacionais de ensino médio e superior, a exemplo do IFPB, que abriga, em suas dependências, um número expressivo de adeptos das Igrejas evangélicas, uma tendência apresentada no Censo 2010, o que, ao longo dos anos, possivelmente teria contribuído para o aumento do número desses grupos religiosos, num universo aproximadamente de cinco mil estudantes, o que pode ser

⁴¹ Entrevista publicada eletronicamente, não identificando a numeração de páginas.

considerado bastante convidativo ao proselitismo entre os jovens, numa oportunidade de a Igreja transmitir seus dogmas e valores.

Para compreender a expansão dos grupos religiosos no *campus* João Pessoa, faz-se necessário buscar respaldo no ordenamento das políticas voltadas às instituições públicas de ensino e que orientam e regulamentam as atividades desenvolvidas no seu interior, particularmente num campo empírico específico. A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os IFs, estabelece, em seu Artigo 6º, que suas finalidades e características são:

- I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- IV - Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (LEI 11.892, 2008).

As transformações ocorridas na Instituição, bem como no seu projeto pedagógico ao longo desses anos, levou-a a ocupar, definitivamente, um lugar central e articulado na pauta das macropolíticas do Estado, junto à política de ciência e tecnologia, um importante fator para a qualificação dos recursos humanos, exigidos por um novo padrão de desenvolvimento, em que a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são fundamentais para a competitividade nacional e internacional, demonstrando que seus objetivos estão direcionados para a qualificação profissional técnica e tecnológica, sem contemplar a dimensão religiosa proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB⁴².

Apesar de todo o processo evolutivo, o IFPB sempre ofereceu educação profissional, como revela seus conteúdos teóricos e práticos, e, somente em poucos momentos da sua história, a educação religiosa fez parte dos conteúdos ministrados, como revela o Decreto-Lei de nº 4.073⁴³, de 30 de janeiro de 1942, quando o então Presidente da República, Getúlio

⁴² LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, a mais importante lei do sistema educacional, traz as diretrizes gerais da educação brasileira, pública e privada; Documentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH/PR, contidos na Portaria de nº 92/2013-SDH/PR de 25 de janeiro de 2013.

⁴³ Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada - DECRETO-LEI Nº 4.073, DE 30 DE JANEIRO DE 1942 - Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>

Vargas, amparado pelo Artigo 180 da Constituição, decretou a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que, em seu Capítulo XIV, DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA, estabelece, no Artigo 53, que “Os estabelecimentos de ensino poderão incluir a educação religiosa entre as práticas educativas dos alunos dos cursos industriais, sem caráter obrigatório”⁴⁴. Mais adiante, no início da década de 1970, o Ensino Religioso aparece em documento da Estrutura Curricular, incluído no currículo escolar da ETPFB pela Resolução N° 8/71, artigo 1° do Conselho Federal de Educação – CFE (ANEXO A), período em que a religiosidade de alguns professores e estudantes foi marcada por celebrações e ritos religiosos, realizados tanto em de sala de aula, de forma particular, como no ambiente escolar, com participação de toda Instituição.

A educação laica ministrada no IFPB, observada na época em que era Escola Industrial, sempre esteve permeada por expressões religiosas, registrando a presença de cultos, ritos e manifestações religiosas regulares no seu interior, sendo importante destacar que a Constituição Brasileira e outras leis do nosso país contemplam, em seu texto, o direito à liberdade religiosa, à diversidade cultural e à pluralidade confessional, sem qualquer discriminação.

Nesse contexto, busquei respostas nas políticas públicas voltadas às instituições educacionais, particularmente às que orientam e regulamentam as atividades desenvolvidas no interior das instituições públicas de ensino e em documentos oficiais para fundamentar essa discussão, como a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; os documentos que tratam da diversidade religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; o Pacto Internacional⁴⁵ sobre direitos civis e políticos; a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Estatuto do IFPB, sobre os quais irei tratar neste momento.

Algumas referências ao tema, contidas nas Constituições anteriores:

1. A Constituição de 1824 apresentava, em seu bojo, vários dispositivos regulando e legitimando a Igreja Católica, a começar pelo texto contido no seu Preâmbulo, que diz: “EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE”, numa demonstração de que o poder imperial recorreu ao poder religioso da Igreja Católica, como forma de legitimar o poder e a coesão social, instituindo, assim, o catolicismo como sendo a religião oficial do Império. Diz, em seu Artigo 5°, que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do

⁴⁴ Esse foi um dos poucos documentos oficiais em que encontrei referência para justificar a presença da religião na Instituição.

⁴⁵ O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, foi adaptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela Assembleia Geral das Nações Unidas pela Resolução N.º 2200-A (XXI), de 16 de Dezembro de 1966, *entrando em vigor no dia 23 de Março de 1976*, em conformidade com o artigo 49.º, trata-se de um dos três instrumentos que constituem a Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo⁴⁶” (CONSTITUIÇÃO, 1824);

2. A Constituição de 1891 era laica, não fazia qualquer menção a Deus, separando, assim, a esfera pública da esfera privada, tendo Rui Barbosa como defensor da laicidade do ensino nas escolas públicas;

3. A Constituição de 1934, democrática e social, consagrou o ensino religioso nas escolas públicas de uma forma explícita, por ser esta a vontade da maioria esmagadora dos constituintes, representantes do país;

4. A Constituição de 1937, promulgada em pleno golpe militar, não seguiu a constituição anterior em vários aspectos com relação à laicidade do Estado, uma diferença já possível de ser notada no próprio preâmbulo, em que o pedido da proteção divina não mais existia;

5. As Constituições de 1967 e 1969, da época do golpe militar, não protegiam a liberdade de crença, apenas a liberdade de consciência, diferente da Constituição atual – mesmo que as duas possam parecer semelhantes, existe uma grande diferença. Na liberdade de consciência, é possível que alguém escolha por não ter qualquer crença, enquanto, na falta da liberdade de crença, ateus e agnósticos não estavam constitucionalmente protegidos (CUNHA, 2011). Nessa época, a liberdade de crença estava assegurada como simples forma de liberdade de consciência, sem possuir o mesmo peso da atual Constituição (SILVA, 2010). Mais adiante, no texto da Constituição de 1988, alguns princípios orientadores da relação entre o Estado e a religião já estão estabelecidos, dispondo, no seu Artigo 19, o seguinte:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A utilização ou o pedido de empréstimo das dependências do Instituto para realização de atividades religiosas pelos grupos e a concessão por parte da Instituição apontam para o estabelecimento, entre si, de relações de dependência ou aliança, conforme o Artigo 19 acima citado, parecendo não encontrar ressalva, já que o número de participantes dos grupos é pequeno em relação ao universo de estudantes matriculados, o que descaracteriza serem de interesse público as suas práticas.

⁴⁶ Constituição de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 05/03/2017.

O advogado Aldir Guedes Soriano⁴⁷, citado por Rachel (2012), resume o artigo 19, inciso I, da Constituição Federal, afirmando o seguinte: “[...] o Estado laicista não pode favorecer uma religião em detrimento de outras [...]. Isso não impede, entretanto, que a Igreja e o Estado possam ser parceiros em obras sociais e de interesse público” (RACHEL, 2012, *online*). Embora o Instituto, até o momento, sempre tenha estado aberto à presença majoritária das religiões católica e evangélica, parece inexistente o envolvimento com obras sociais. Além disso, as práticas desenvolvidas nos grupos religiosos atendem apenas a uma pequena parte dos estudantes, o que descaracteriza ser ela de interesse público. Essas práticas religiosas presentes no *campus* estão longe de ser observadas como uma distorção dos princípios de laicidade, no entanto, vêm se capilarizando e ramificando com objetivos desconhecidos pela Instituição, encontrando um campo favorável para criação, expansão e manutenção dos grupos, deixando questionamentos quanto ao cumprimento dos princípios de laicidade preconizados pela Constituição Federal e por outros documentos oficiais.

Outro documento importante para entender sobre o lugar ocupado pela religião no cenário educacional brasileiro é a LDB, que define e regulamenta o sistema de educação brasileira, estando alicerçada nos princípios constitucionais, tendo sido citada pela primeira vez na Constituição de 1934. Primeiro como projeto de lei, foi debatida até chegar à versão final do texto, quando foi publicada a primeira LDB, de número 4.024, em 20 de dezembro de 1961, pelo então presidente João Goulart, seguida de uma outra versão no ano de 1971, momento em que o país se encontrava em pleno regime militar, vigorando até a promulgação da LDB de 1996. Uma das principais características da primeira LDB foi o Ensino religioso de caráter facultativo, estando previsto em seu Artigo 97:

O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva (LDB - 4.024, 1961).

⁴⁷Aldir Guedes Soriano é advogado em Presidente Venceslau-SP. Especialista em direito público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público-IDP e Direito Constitucional pela Universidade de Salamanca, Espanha. Autor do livro “Liberdade Religiosa no Direito Constitucional e Internacional”; Coordenador da coletânea “Direito à liberdade: desafios e perspectivas para o século XXI”. Autor de diversos artigos publicados em revistas e jornais de grande circulação. Professor de Direito Internacional na Unoeste de Presidente Prudente.

Na sua redação original, a LDB contemplava o ensino religioso nas modalidades confessional e interconfessional, assegurando, nos dois casos, a participação de professores ou orientadores religiosos na elaboração dos conteúdos programáticos respectivos, e classificava o ensino religioso em três modelos, de acordo com o seu conteúdo: confessional, interconfessional e o supraconfessional.

A Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971⁴⁸, em seu Artigo 7º, Parágrafo *único*, estabelece que: “*O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus*”. Até o ano de 1998, o Instituto ainda era denominado de Escola Técnica Federal da Paraíba, tendo seu ensino orientado por legislação própria. E, mesmo que seu Projeto Político Pedagógico estivesse voltado para o ensino profissionalizante de 2º grau, pude encontrar registros da disciplina Ensino Religioso no Manual do Aluno de 1979. Porém, esse mesmo Manual, no ano de 1982, já não contemplava essa disciplina no currículo (ANEXOS C e D).

Com a promulgação da nova LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Título II, que trata Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, em seu Artigo 3º, Inciso IV, ficou estabelecido que o ensino seria ministrado com base em alguns princípios, incluindo o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Na Seção IV – A, que trata Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, essa Lei não faz qualquer referência ao ensino religioso, mas dispõe, no Artigo 36-A, que: “Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”, incluído pela Lei nº 11.741, de 2008.

A Lei nº 9.475 de 22 de julho de 1997⁴⁹ dá nova redação ao Artigo 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, sancionada num momento em que o país estava saindo de um período ditatorial e tentando reconstruir o Estado de direito, apresentando grandes conflitos em torno de diferentes projetos societários. Essa versão da LDB traz, na Seção III, o Artigo 33, preconizando que:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas

⁴⁸ Legislação Informatizada - LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 - Publicação Original: Diário Oficial da União – Seção 1 – 12/8/1971, Página 6377; Coleção de Leis do Brasil – 1971, Página 59 Vol. 5 (Publicação Original).

⁴⁹ LDB - Dos níveis e das modalidades de educação e ensino <http://www.cpt.com.br/ldb/dos-niveis-e-das-modalidades-de-educacao-e-ensino>. Acesso em: 10/06/2016.

públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (LDB, 1997).

Mais uma vez, fica estabelecido o ensino religioso como parte da educação básica, assegurando o respeito à diversidade cultural e religiosa, mas vedando qualquer forma de proselitismo. No ano de 2009, foi aprovada pelo Congresso Nacional o Acordo Brasil – Santa Sé, assinado pelo Executivo em novembro de 2008, apresentando um acordo que criou um novo dispositivo, discordante da LDB vigente, um regime entendido como **“Regime concordatário”**, definindo no seu Artigo 11:

A República Federativa do Brasil, em observância ao direito de liberdade religiosa, da diversidade cultural e da pluralidade confessional do País, respeita a importância do ensino religioso em vista da formação integral da pessoa. §1º. O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (LDB, 2009).

Em todos esses momentos, é possível perceber que o ensino religioso vem sendo mantido no currículo das séries do ensino fundamental, resistindo às transformações sociais, bem como à diversidade religiosa do nosso país, mas que, aos poucos, provocou mudanças nas formas de atuação das Igrejas neopentecostais⁵⁰ e pentecostais, que vêm buscando alternativas para a manutenção da sua hegemonia nos espaços públicos educacionais (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 92-106).

Em 2015, o Projeto de Lei Nº 867, do Senhor Izalci, inclui, entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o "Programa Escola sem Partido", apresentando, em seu Artigo 2º, os princípios para a educação nacional. Destaco alguns incisos: I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado; IV – liberdade de crença; VI – educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII – direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

O Artigo 3º preconiza que, em sala de aula, são vedadas as práticas de doutrinação política e ideológica e a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar

⁵⁰ As igrejas neopentecostais apresentam características distintas e são voltadas para receber um grande público. Especializaram-se no uso da televisão, centrando-o enfaticamente nos exorcismos; desenvolveram uma teologia que valoriza a prosperidade, reabilita eticamente o dinheiro e os ganhos materiais. Entre elas, o Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Nova Vida, Deus é Amor, Igreja Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça Divina e Renascer em Cristo.

em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (Lei Nº 867, 2015).

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções (Lei Nº 867, 2015).

No momento, essas questões fazem parte das preocupações dos servidores do *campus*, mas ainda não chegaram a ser vivenciadas em sala de aula. Em outra direção, as questões relacionadas à diversidade religiosa, publicadas pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR⁵¹, contidos na Portaria de nº 92/2013-SDH/PR, de 25 de janeiro de 2013, que instituiu o Comitê Nacional da Diversidade Religiosa⁵², estabelece como objetivo promover o direito ao livre exercício das diferentes práticas religiosas, difundir a cultura de paz, justiça e o respeito às diferentes crenças e convicções. Essas questões vivenciadas e discutidas na escola enriquecem as relações intra e interpessoais, mas agora, de forma equivocada, o "Programa Escola sem Partido" coloca em risco essa oportunidade de exercício do processo democrático.

O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos reconhece que o indivíduo tem obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no Pacto, pois possui deveres para com seus semelhantes e a coletividade à qual pertence. O Pacto Internacional veda, na Parte II, Artigo 2º, primeiro parágrafo, a discriminação por motivo de religião:

1.Os Estados Partes do presente pacto comprometem-se a respeitar e garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer condição (PACTO INTERNACIONAL, Art. 2º).

⁵¹ASDH/PR, também conhecida como Secretaria Especial de Direitos Humanos, com *status* de ministério do Poder executivo do Brasil, instituída pelo presidente Fernando Henrique Cardosos em 17 de abril de 1997. O órgão tratava de implementar, promover e assegurar os direitos humanos em nosso país até 2 de outubro de 2015, quando foi unificada com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres na reforma ministerial pela presidente Dilma Rousseff, formando o Ministério das Mulheres, da Igualdade e dos Direitos Humanos.

⁵² O Comitê Nacional da Diversidade Religiosa foi Instituído pela Portaria nº 92, de 24 de janeiro de 2013 e tem como finalidade auxiliar a elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, do respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião de forma a viabilizar a implementação das ações programáticas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3.

Mais adiante, o Artigo 18 preceitua que:

1. Toda pessoa terá direito a liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Esse direito implicará a liberdade de ter ou adotar uma religião ou uma crença de sua escolha e a liberdade de professar sua religião ou crença, individual ou coletivamente, tanto pública como privadamente, por meio do culto, da celebração de ritos, de práticas e do ensino.
2. Ninguém poderá ser submetido a medidas coercitivas que possam restringir sua liberdade de ter ou de adotar uma religião ou crença de sua escolha.
3. A liberdade de manifestar a própria religião ou crença estará sujeita apenas a limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos e as liberdades das demais pessoas (PACTO INTERNACIONAL, Art.18).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵³ foi adotada e proclamada pela Resolução nº 217 A (III), da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, e assinada pelo Brasil na mesma data, estabelecendo como *ideal comum ser atingida por todos os povos e nações. Seu objetivo é que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, internalizando essa Declaração, mobilizem esforços, através do ensino e da educação, para promover o respeito a esses direitos e liberdades, além da adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, que assegurem seu reconhecimento e sua observância universal e efetiva, seja entre os povos dos próprios Estados-Membros, como entre os povos dos territórios que se encontram sob sua jurisdição.* O Artigo II preconiza que:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

Esclarece o Artigo 18 que:

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

⁵³ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> Acesso em: 30/04/2017.

De forma particular, o Estatuto do IFPB⁵⁴ também se manifesta a esse respeito, quando, em seu Capítulo II, Artigo 3º, preconiza, entre os seus princípios norteadores, sua natureza laica, sob a responsabilidade da União, demonstrando estar em consonância com os outros documentos oficiais aqui apresentados.

Os documentos aqui apresentados estabelecem, de maneira geral, que haja igualdade no trato com as questões religiosas, pressupondo a neutralidade confessional do Estado, como também das instituições públicas, para que todos, crentes das variadas denominações religiosas ou não crentes, tenham o mesmo tratamento, sem qualquer privilégio ou estigma, promovendo, dessa forma, a justiça social. Apesar da legislação contemplar de forma geral a laicidade, é possível perceber de forma clara a dificuldade da aplicação desses documentos e a vivência atípica da laicidade em nosso país, particularmente no IFPB.

1.2. Laicidade à moda brasileira

O Estado laico nasceu de uma construção progressiva, de uma emancipação pelo distanciamento dos dogmas, do clero e do poder da Igreja Católica, influenciada pela Reforma Protestante, pelo Iluminismo, pela filosofia de Rousseau, entre outros. Não sendo a favor nem contra a religião, o Estado laico respeita todas, inclusive, os agnósticos, que são aqueles que declaram o Absoluto como inacessível ao ser humano.

O termo laikos é grego e, em português, laico significa "popular". A palavra laico, ou leigo, é bastante antiga, referindo-se ao que não é clerical, pertencente ao povo cristão, como também ao que é próprio do mundo secular, oposto ao que é eclesiástico, que vem de um processo longo de laicização, ou seja, de se tornar leigo, culminando com a separação entre Estado e Igreja, uma tarefa bastante difícil.

De acordo com Cassamano (2006), laico e laicidade significam

[...] a separação entre Estado e as religiões. Tal sentido encontra a sua origem no contraste entre as palavras laico e religioso – é laico o que independe da religião. Logo, o Estado laico é o Estado separado das religiões. Isto é, é o Estado que decide, governa e promove interesses com base em critérios religiosos. Embora esta concepção mais específica se apresente a partir de um contraste, ela não se revela, essencialmente, um conflito, mas tão somente uma distinção, assinalando a fronteira que existe, ou que deveria existir entre o Estado e a religião (CASSAMANO, 2006. p. 133).

⁵⁴ Capítulo II Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos Art. 3º. O Instituto Federal da Paraíba, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores: V. natureza laica, pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

A palavra laicidade foi usada pela primeira vez em 1887, no *Novo dicionário de pedagogia e de instrução primária* de Ferdinand Buisson (2009) por uma necessidade de criação de um substantivo, já que, até aquele momento, o termo não existia como substantivo, e sim como adjetivo, estando sempre ligado a outro substantivo. O dicionário fazia referência à palavra como não sendo ainda de uso geral, mesmo estando estruturada de forma correta. E, enquanto adjetivo, o termo estava ligado a um substantivo, como escola laica, moral laica, estado laico (DOMINGOS, 2009, p. 157).

A laicidade na França foi discutida e anunciada durante a Revolução Francesa, por vários pensadores, entre eles, Condorcet (1994), citado por DOMINGOS (2009, p. 156), sendo o primeiro a explicitar uma concepção de educação laica, defendendo que “É rigorosamente necessário separar da moral os princípios de todas as religiões particulares e de não admitir na instrução pública o ensino de nenhum culto religioso”. Embora o Estado laico não seja uma exclusividade francesa, foi lá onde foram aprofundadas as discussões sobre a separação do Estado e Igreja. Na França, as igrejas são patrimônio do Estado, o responsável pelos cuidados com sua manutenção, enquanto, em nosso país, as igrejas e templos são subsidiados pelos seus líderes e fiéis.

A questão da laicidade ainda levanta muitas polêmicas e varia de acordo com o modo como a sociedade trata esse tema. No Brasil e, em particular, numa instituição de ensino profissionalizante, como o IFPB, liberdade religiosa e laicidade parecem caminhar lado a lado como parceiras, pois, durante todo o período estudado, foi possível encontrar, em seus ambientes, símbolos religiosos, registrando-se, já na década de 1960, a presença de rituais dentro e fora da sala de aula, além do aparecimento dos primeiros grupos religiosos criados por estudantes, uma presença cada vez mais inserida no cotidiano escolar, que vem deixando marcas materiais e simbólicas em suas dependências.

De acordo com alguns estudiosos constitucionalistas, tal postura, como vimos anteriormente, revela uma dificuldade na interpretação do texto constitucional, que dá margem para que isso aconteça. A pesquisa de doutorado de Joana Zylbersztajn⁵⁵ contribui para esse esclarecimento, a partir de algumas reflexões sobre o assunto. Diz essa autora:

⁵⁵Advogada de Direitos Humanos graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003) e especialista em Comunicação Social pela mesma Universidade (2007); Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (2008), com trabalho apoiado pela FAPESP. Doutora em Direito Constitucional pela USP (2012). Trabalhou em organizações da sociedade civil e ocupou cargos no Governo Federal e Municipal de São Paulo. Hoje atua no setor privado. Experiência em Direitos Fundamentais, Direito Constitucional, Regulação de Mídia e Laicidade do Estado. Gerência de Projetos Sociais e atuação na Administração Pública; Relações institucionais e governamentais. Informações coletadas do Lattes em 08/05/2016.

É usual ouvirmos que o Brasil é um Estado laico: imprensa, círculos acadêmicos, políticos, movimentos, todos afirmam que o país é laico. Essa *declaração*, no entanto, não está explícita na constituição federal de 1988. De qualquer forma, isso não quer dizer, absolutamente, que o princípio de laicidade não esteja previsto no texto constitucional (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.1).

Mais adiante, essa autora afirma que:

Partindo para a análise constitucional do tema, entendo que a laicidade do Estado brasileiro não é expressa na constituição federal, o que não quer dizer que não haja a diretriz constitucional para a laicidade. Considero que o princípio está garantido pelo texto constitucional, a partir da interpretação de seu conjunto (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.5).

Na mesma perspectiva, quanto à laicidade, outra divergência encontrada no texto da Constituição de 1988 pode ser encontrada no seguinte texto:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus (CONSTITUIÇÃO, 1988)⁵⁶.

Essas considerações parecem explicar a grande dificuldade que a Instituição apresenta para interpretar e compreender os princípios de laicidade, que parecem ser confundidos com os da liberdade religiosa, previstos na Constituição, mas que, na opinião de Zylbersztajn (2012), precisam ser exercitados.

[...] a laicidade é um princípio e tem graus diferentes de efetivação. Assim como ocorre com os direitos fundamentais, deve ser conquistado e reafirmado aos poucos, justamente por meio do esforço estatal. O arcabouço constitucional, que será avaliado, é a sustentação para a sua existência, mas é a prática que efetiva o princípio (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.3).

De acordo com Domingos (2010), mais do que garantir os direitos do cidadão, a laicidade obriga o Estado a protegê-los, garantindo seus princípios, que são a liberdade de: 1. Ter crença religiosa ou não; 2. Praticar uma religião, caso a tenha; 3. Trocar de religião; 4. Não ser perseguido, nem ofendido por práticas ostentatórias de outras religiões; 5. De os familiares

⁵⁶ Constituição Brasileira de 1988.

decidirem pela educação religiosa, ou não, de seus descendentes; 6. Que esta educação religiosa não se choque com suas convicções, respeitando-as; 7. Não ser discriminado por outras pessoas, organizações ou pelo serviço público em função de sua (s) crença (s) (DOMINGOS, 2010, p.3).

A influência francesa demarcou a história da laicidade no Brasil, quando em 1882, Rui Barbosa propôs a liberdade de ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade da instrução. Com a grande reforma educacional promovida por Benjamin Constant em 1889, esses princípios foram colocados em discussão, surgindo, a partir daí, o princípio da neutralidade religiosa escolar. A laicidade foi introduzida na cultura brasileira, tendo sido, no entanto, mal compreendida, sendo o ensino laico acusado de antirreligioso e ateu. Só a partir da Constituição de 1891, houve a separação entre Igreja e Estado, estabelecendo a liberdade de culto e o reconhecimento da pluralidade religiosa (CRUZ, 2010, p.96).

Em defesa da laicidade no Brasil, Rui Barbosa, em discurso no Colégio Anchieta, chegou a afirmar que a religião é a primeira das instituições políticas, que a separação entre Igreja e Estado não significava separar a nação da religião e que não acreditava numa nação atea (DOMINGOS, 2010, p. 242). Ainda nesse discurso, apresenta sua concepção sobre a laicidade:

Desde 1876 que eu escrevia e pregava contra o consórcio da Igreja com o Estado; mas nunca o fiz em nome da irreligião; sempre em nome da liberdade. Ora, liberdade e religião são sócias, não inimigas. Não há religião sem liberdade. Não há liberdade sem religião (RUI BARBOSA, 1903. p. 381).

Em outra oportunidade, afirmou que:

Deixem-me clamar assim, ao menos aqui, neste suave abrigo do espírito, a minha convicção, último fruto que me estende sazoadado a árvore da vida: não sei conceber o homem sem Deus, e ainda menos acreditar na possibilidade, atual, ou vindoura, de uma nação civilizada e atea. Envelhecerei na persuasão do velho PLUTARCO, imaginando menos a custo uma fortaleza sem alicerces que um povo sem Deus⁵⁷ (RUI BARBOSA, 1903. p. 397).

O pensamento de Rui Barbosa é coerente com a de Condorcet, que, ao propor a escola laica, tinha o objetivo de corrigir as desigualdades sociais, e não promover a exclusão da religião da vida dos educandos (DOMINGOS, 2010, p. 242). No final do século XIX, com o regime republicano, a determinação da separação entre Igreja e Estado, presente no Artigo 72 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, assegurava, em seu inciso § 6º: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Mas, além dessa separação, a República determinou

⁵⁷ Trecho do "Discurso no Colégio Anchieta. Palavras à Juventude". Notas no Arquivo da FCRB Colégio Anchieta. Nova Friburgo, RJ.

também o fim da presença da religião nos currículos das escolas públicas, situação revertida em 1931.

De acordo com Domingos (2008), “A laicidade é um dos princípios dos Estados Modernos, a exemplo do Brasil. Mas o tema carrega significados bem mais fortes do que o mero fato de ser um preceito” (DOMINGOS, 2008, p. 155). Para essa autora, a laicidade vai além da recusa do controle religioso sobre a vida, implica o reconhecimento do pluralismo religioso, em que é possível ao indivíduo viver sem ter uma religião, como também ao estado ser neutro, sem privilegiar nenhuma crença, religião ou instituição religiosa (DOMINGOS, 2008, *online*). Dessa maneira, a laicidade assegura a liberdade de consciência, garantindo o exercício livre dos cultos, ressalvados os interesses da ordem pública.

Diferentemente do que acontece em outros países, no Brasil, a discussão sobre laicidade continua sendo um tabu em alguns meios, sendo motivo de disputas em segmentos leigos, religiosos e de professores do Ensino Religioso, o que denuncia a nossa grande dificuldade na interpretação desse conceito, impregnado da nossa diversidade e herança sociocultural e religiosa.

A educação no Brasil deveria passar a ser laica, universal e gratuita, a partir de 1888, e, como tal, não professar qualquer religião, no entanto, precisaria – e deveria – garantir a liberdade religiosa, respeitá-la e fazê-la cumprir em todas as instâncias, pois essa liberdade é uma conquista garantida pela Constituição, demonstrando a consagração da maturidade do nosso povo, que, de acordo com Themistocles Brandão Cavalcanti⁵⁸ (1966, *online*), é um verdadeiro desdobramento da liberdade de pensamento e manifestação, sendo ampla essa abrangência do preceito constitucional, pois a religião é um complexo de princípios.

De acordo com Emmerick, (2010), a Constituição Federal de 1988 avançou em relação à garantia de direitos, bem como à ampliação do rol de direitos humanos, mas, com respeito à separação Igreja/Estado, os avanços foram poucos ou quase nada, se for comparada à atual Constituição com as anteriores, em especial a de 1891, considerada por ele talvez a mais laica

⁵⁸ Procurador do Tribunal Especial (1930); Procurador da Junta de Sanções (1931); Procurador da Comissão de Correição Administrativa (1931); Consultor-Geral da República (1945-1946); Procurador-Geral Eleitoral (*ad hoc* por diversas vezes e efetivo em 1946) e Procurador-Geral da República (1946-1947); Membro da Comissão Consultiva da Prefeitura do Distrito Federal (1932); Membro da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934, do Itamarati (1933); Presidente da Comissão de Tarifas do Serviço Público (1943); Presidente da Comissão Revisora do Projeto de Código Rural (1945). Deputado à Assembleia Constituinte do antigo Estado da Guanabara e Presidente de sua Comissão Constitucional, em 1960. Foi representante do Brasil nas reuniões do Comitê Jurídico da Icao, realizadas em Madrid, México, Montreal e Paris; Delegado do Brasil e Presidente da delegação à Conferência de Haia (1955) e Delegado do Brasil à Conferência Geral da Unesco (Montevideu — 1954 e Paris — 1964 e 1966) e à Conferência de Consultas da OEA (Rio de Janeiro — 1965). Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 6 de outubro de 1967; Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, tendo tomado posse em 11 de fevereiro de 1969 e permanecendo até passar à inatividade.

da nossa história, pois, na Carta da República, está muito mais clara e nítida a separação entre Igreja/Estado do que na atual (EMMERICK, 2010).

Ainda sobre a separação Igreja/Estado, Emmerick (2010) afirma que:

No plano normativo, talvez se possa afirmar que a separação Igreja/Estado no Brasil é um fato dado (do ponto de vista jurídico-constitucional) e que o Estado brasileiro é laico, sem interferências das Igrejas no poder público e na política. Contudo, no plano analítico, verifica-se que a situação é diversa. Na verdade, o que se busca garantir é um Estado laico de fato, mas o que se verifica nas disputas cotidianas das relações sociais de poder é que o religioso ainda se faz presente com grande expressão na arena pública e, não raramente, leis e políticas públicas restam impregnadas de valores religiosos. Tal fato tem implicações negativas graves no que diz respeito à garantia da cidadania e dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, sem qualquer distinção (EMMERICK, 2010, p.144-172).

A grande influência da religião na política do nosso país também é percebida no *campus* João Pessoa, no manuseio do calendário nacional, marcado pela presença de muitos feriados oficiais de caráter religioso, em sua maioria, referentes à religião Católica, reconhecida como a religião oficial do Brasil até 1891, quando da Proclamação da República, conservando, no entanto, até os dias atuais, o *status* e a posição de religião majoritária, conforme o Censo do IBGE de 2010.

A trajetória das Constituições Federativas do Brasil contribui para o conhecimento frágil da construção dos princípios de laicidade, muitas vezes incompreendidos ou mal interpretados, a partir do seu texto, que tem sido confundido com o direito à liberdade religiosa, considerada como um aspecto da liberdade de opinião. Essa percepção implica aderir ou não a uma religião, sem que haja restrição a essa escolha, e proteger o direito de os não crentes exercerem essa liberdade de fé e crença, como parte da liberdade religiosa, não apenas como liberdade de pensamento. Dessa maneira, também estão ligados diretamente ao direito à liberdade religiosa os princípios de laicidade que defendem ter ou não uma crença religiosa; poder praticar uma religião, se tiver, ou trocar, se quiser; não sofrer perseguição ou ofensas por práticas de outras religiões; decisão familiar pela educação religiosa, ou não, de seus descendentes; ter educação religiosa que não entre em choque com suas convicções, respeitando-as; não sofrer discriminação por outras pessoas, organizações ou pelo serviço público em função da crença adotada. De acordo com Silva (2010), é possível entender a liberdade religiosa em três formas de abrangência: 1. Liberdade de crença, 2. Liberdade de culto e 3. Liberdade de organização religiosa, todas garantidas na Carta Magna de 1988 (SILVA, 2010, p. 247-248).

No *campus* João Pessoa, o acolhimento às representações das Igrejas majoritárias existentes em nosso país, católica e evangélicas, favorecem a expansão de práticas religiosas no seu interior, encontrando apoio para atuar, principalmente junto à comunidade estudantil. A educação moral não está excluída da laicidade da escola, ao contrário, lhe dá uma nova expressão. A presença permanente de práticas religiosas no *campus* coloca em dúvida as garantias legais dos princípios de laicidade, de liberdade religiosa, enquanto igualmente a legítima e se confunde com ela.

A permissão e o conseqüente apoio às experiências religiosas dentro do *campus* ficam constatados não apenas cotidianamente nos rituais identificados desde a década de 1960, mas também na concessão por empréstimo das suas dependências para realização de eventos religiosos de grande porte, provocando dúvidas quanto à interpretação dos princípios de laicidade preconizados pela Constituição Brasileira de 1988 e por outros documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB; documentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR⁵⁹ e o Estatuto do IFPB, documentos norteadores e defensores desses princípios.

Os estudos realizados pelo Observatório da Laicidade de Estado, OLÉ⁶⁰, oferecem uma grande contribuição, na compreensão da laicidade, apresentando o princípio da laicidade do Estado como ideia básica da imparcialidade diante dos conflitos do campo religioso, que implica a soberania popular em matéria de política e cultura. Assim, se entendido corretamente, o Estado laico não apoia correntes religiosas direta nem indiretamente, explícita nem implicitamente, tampouco professa uma ideologia irreligiosa ou antirreligiosa. Pesquisas diversas realizadas pelo OLÉ, na área da Educação, apontam a frequente presença de símbolos religiosos, geralmente cristãos, nas escolas públicas, como crucifixos e imagens de santos, fato que também pode ser observado no IFPB, entrando em discordância com o estabelecido na Constituição Federal. De acordo com o OLÉ, a laicidade do Estado é pré-condição para a liberdade de crença garantida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e pela Constituição Brasileira de 1988.

⁵⁹ Documentos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República-SDH/PR, contidos na Portaria de nº 92/2013-SDH/PR de 25 de janeiro de 2013.

⁶⁰ O Observatório da Laicidade do Estado (OLÉ) integra o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Tem como objetivo estudar o processo de construção da laicidade do Estado, no Brasil e no mundo, em suas dimensões políticas, culturais e ideológicas, seus avanços e recuos. Para alcançar esse objetivo, realiza pesquisas, promove eventos acadêmicos e divulga seus resultados. O OLÉ também tem o objetivo de fornecer insumos para uma melhor compreensão do conceito de laicidade e sua aplicação à Educação Pública, em todos os níveis e modalidades, trazendo opiniões sobre temas da atualidade, documentação nacional e internacional, bibliografia impressa; disponibilizando na Internet, legislação e outros elementos.

A concepção do Observatório de Laicidade de Educação, OLÉ⁶¹, em relação à construção do perfil da escola pública laica, utiliza alguns critérios para a realização do diagnóstico dos sistemas públicos de ensino, no que diz respeito à laicidade da educação neles ministrada, reconhecendo que na escola pública laica: 1 A religião não é matéria de ensino nem coadjuvante de outras matérias, não havendo disciplina de Ensino Religioso, nem mesmo em caráter facultativo; 2. O ensino é pautado pela atitude crítica diante do conhecimento, não havendo, assim, conhecimento sagrado ou inquestionável. Tudo pode ser examinado pela razão na Literatura, História, Geografia, Ciências, entre outras; 3. Considera e respeita as escolhas religiosas dos estudantes e suas famílias; 4. Não abandona práticas nem conteúdos próprios da cultura escolar nem da cultura popular porque os adeptos deste ou daquele culto podem ficar melindrados; 5. Não existe lugar para o integrismo ou totalitarismo, sem pretender resolver os problemas da sociedade mediante uma concepção de educação que abranja todas as dimensões da vida individual e social. Diante desses critérios, o OLÉ considera difícil, em poucas palavras, definir a escola laica, quanto definir democracia, pois ambas estão em permanente construção, razão pela qual defini-las, ou construí-las, é o resultado de um esforço contínuo coletivo teórico, mas, principalmente, político-prático.

De acordo com o OLÉ, a escola laica possui algumas características, mas destaco aqui duas delas, por considerar falarem de perto a nossa necessidade de compreensão dessa escola: 1. A religião não se constitui em matéria de ensino nem é coadjuvante das outras matérias, ou seja, não adota nenhuma disciplina de Ensino Religioso, mesmo que possua caráter facultativo, como também a religião não penetra de forma clandestina no conteúdo de outras disciplinas, podendo até constituir-se em tema de análise da Filosofia, da Sociologia e da História, sem que seja referência para sustentação de valores, visões de mundo, comportamentos ou atitudes. 2. A escola pública laica tem o ensino pautado por uma atitude crítica diante do conhecimento, em que não existe conhecimento sagrado ou inquestionável, e tudo pode ser colocado ao exame da razão, seja a Literatura, História, Geografia, Ciências, entre outras.

Nalini (2009) assevera que a:

⁶¹ O Observatório da Laicidade *na Educação* é herdeiro e sucessor do Observatório da Laicidade *do Estado*, de quem manteve a sigla OLÉ. O primeiro Observatório funcionou de 2007 a 2013 no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O atual mantém convergências temáticas com o NEPP-DH/UFRJ, em quem reconhece o impulso inicial de seu protagonismo. O *Observatório da Laicidade na Educação* é formado por uma rede de professores (as) e estudantes, militantes pró laicidade do Estado, que elaboram, reúnem e difundem pela Internet posições relacionadas especialmente à educação pública laica. O OLÉ é gerido e financiado por essa rede, conforme suas próprias normas.

[...] separação entre a Igreja e o Estado, desde que assegurada a liberdade de crença, descrença, culto e estabelecimento de religiões não equivale à transformação da sociedade num agregado humano essencialmente laico. Deus se faz presente na consciência das criaturas racionais, por mais que ordenamentos pretendam eliminá-lo à credence (NALINI, 2009, *online*).

Em outra direção,

Definir a laicidade como um processo de transição entre formas de legitimidade sagradas e formas democráticas ou baseadas na vontade popular, permite-nos também compreender o que esta (a laicidade) não é necessariamente o mesmo que a separação entre Estado e Igreja. De fato, existem muitos Estados que não são formalmente laicos, mas estabelecem políticas públicas alheias à normativa doutrinária das Igrejas e sustentam mais sua legitimidade na soberania popular do que em qualquer forma de consagração eclesial. Existe autonomia do político frente ao religioso (BLANCARTE, 2008, p.20).

Diante dessas considerações, é possível perceber a complexidade em torno da concepção da laicidade, o que mostra as dificuldades encontradas pela Instituição, que é pública e, por essa razão, laica, fazendo com que se veja a religião enquanto ferramenta de auxílio ao processo educacional, sem, no entanto, perceber que poderá contribuir para o fortalecimento da exclusão religiosa, já que outras religiões, como as de matriz africana e indígena, ganharam visibilidade mais recentemente, apenas em eventos esporádicos e específicos, em contextos comemorativos, festivos, ou de extensão, motivados por um processo de resgate da dívida do país para com esses povos. Além disso, também poderá contribuir para a divulgação e consequente consolidação da hegemonia das religiões majoritárias em nosso país.

1.3 Religião e educação

As lembranças que eu tinha da época em que morei no bairro de Jaguaribe, frequentando as dependências da Instituição na juventude em atividades esportivas e sociais, assim como daquelas do tempo da minha primeira graduação, quando a faculdade utilizava o espaço físico da Instituição, me ajudaram a resgatar a memória de uma Escola com uma grande influência religiosa em seu cotidiano. Além disso, as observações, conversas e relatos de alguns servidores e estudantes me auxiliaram a confirmar essas lembranças quando me relataram sobre a presença expressiva de ritos e cerimônias religiosas no calendário escolar desde muito tempo, envolvendo diferentes agentes e mostrando a presença de dois campos sociais: o religioso e o educacional, podendo passar “despercebido” a um olhar distraído.

O IFPB, enquanto espaço social, apresenta uma estrutura de justaposição de posições sociais, em que há exclusão mútua, disputas, distinções e relações de força e poder, em que a

multiplicidade de campos sociais existentes, independente da consciência e da vontade dos agentes, orientam suas práticas e representações. Dessa forma, diferentes olhares parecem, às vezes, convergir para horizontes semelhantes e/ou distintos, cheios de contradições, num universo cujas relações sociais implicam uma apropriação dos meios de dominação e de produção.

As duas esferas, educacional e religiosa, presentes no *campus*, apresentam-se numa múltipla dimensão da sua realidade. Por esse motivo, para compreender a articulação entre eles nesse ambiente, faz-se necessário recorrer aos estudos de Bourdieu, e de autores, como Terry Shinn e Pascal Ragouet, sobre a concepção de campo.

De acordo com Bourdieu (2011), o campo social é um espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham dos mesmos interesses, espaço esse estruturado por meio de diferentes posições, com propriedades específicas, cuja dinâmica vai depender dessas posições para sua manutenção, independente de quem as ocupe, podendo o campo ser religioso, artístico, político, educacional ou científico. Campo é, também, um espaço abstrato de posições e relações, construído de forma que os agentes ou grupos atuem buscando obedecer a regras válidas apenas para esse domínio, a partir de estratégias que só aí fazem sentido, e disputam um capital de prestígio, reconhecimento, também exclusivo desse campo, lugar onde são construídos sentidos comuns, seguindo dois princípios de diferenciação simbólica, o capital econômico e o capital cultural. Dessa forma, quanto mais próximos esses agentes estiverem dessas duas posições, mais gostos, formas de pensar e qualidades em comum irão apresentar (BOURDIEU, 2011, p. 19-25).

[...] agentes que ocupam posições vizinhas nesse espaço ... estão sujeitos aos mesmos fatores condicionantes; conseqüentemente eles têm toda a chance de desenvolver as mesmas disposições e interesses e de produzir as mesmas práticas e representações. Aqueles que ocupam posições semelhantes têm toda a chance de desenvolver o mesmo *habitus* [...] (BOURDIEU 1987, p. 5).

Os campos sociais são estruturas estruturantes, ligados pelos seus *habitus*, possuindo regras próprias, nem sempre explícitas, em que a ação dos agentes acontece dentro de certas regras, delimitada dentro do campo de ação. O *habitus* é ainda condicionante e condicionador das nossas ações, aparecendo sob a forma de crenças, símbolos, preferências e gostos que caracterizam a posição social do agente. Nesse sentido,

Um campo não se orienta totalmente ao acaso. Nem tudo nele é igualmente possível e impossível em cada momento. Entre as vantagens sociais daqueles

que nasceram num campo, está precisamente o fato de ter, por espécie a ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo leis não escritas que são inscritas na realidade (BOURDIEU, 2004, p.27).

Tomando o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu (1983), fica evidente a presença de tensões, lutas e poder dentro das esferas educacional e religiosa, presentes na Instituição, à medida que foram implantadas significativas mudanças na sua estrutura, passando o campo educacional a ganhar *status*, implicando disputas de posições entre seus servidores, cada vez mais especializados e detentores de um maior capital intelectual. Enquanto isso, afasta-se desse lugar o campo religioso, antes disputado por padres e pastores, os quais tiveram, durante muitos anos, a legitimidade, ou seja, a autorização social para falar do sagrado dentro da Escola, abrindo espaço para a implantação e a expansão de grupos religiosos constituídos por estudantes, que passaram a assumir o espaço do sagrado, fortalecendo o campo religioso, mas relacionando-se com o educacional, numa luta concorrencial pela busca de prestígio e reconhecimento no ambiente escolar. Essa presença dos grupos religiosos também parece favorecer uma disputa de poder entre seus participantes no momento em que, via de regra, os seus líderes só são substituídos quando concluem seus cursos e saem da Instituição. A afiliação do estudante a um grupo religioso também pode gerar tensões na relação familiar, pois essa escolha, algumas vezes, tende a entrar em desacordo com as orientações religiosas recebidas da família. Os diferentes campos existentes relacionam-se entre si, dando origem a espaços sociais mais abrangentes, conexos, ao mesmo tempo influenciando e sendo influenciados, pois

O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2011, p. 179).

Seja no âmbito educacional ou religioso, os agentes envolvidos ocuparão lugares que determinam estatisticamente quais posições eles vão tomar em relação ao campo no qual estão inseridos. Essa possibilidade de colocar-se de determinada forma dentro do campo tem relação com o *habitus* dos agentes, sendo aí compartilhado pelos seus membros. Dessa maneira, a compreensão do funcionamento do citado domínio passa pelo conhecimento dos ritos e regras em que ele está envolvido, pois os diferentes campos possuem regras e capitais simbólicos específicos. Mas nem tudo está em jogo dentro do campo, pois algumas coisas já são de consenso. Bourdieu (1984) atribui a isso o fato de que “uma das propriedades importantes de um campo reside no fato de haver nele o impensável; quer dizer coisas que nem sequer se

discutem” (BOURDIEU, 1984, p. 87). Um exemplo disso está no fato de a Instituição realizar e abrigar práticas religiosas em suas dependências, sem que sejam questionadas, como: celebração de missas e cultos ecumênicos, havendo, nos últimos cinco anos, uma crescente expansão de grupos religiosos constituídos por estudantes, não afetando, aparentemente, nem sua rotina acadêmica nem os seus objetivos educacionais.

No *campus* João Pessoa, a esfera educacional é cada vez mais influenciada pelo acúmulo do capital intelectual, estabelecido como meta para os professores e, mais recentemente, para os técnicos administrativos, que lutam pela conquista de títulos, gerando um maior capital econômico, além de conferir *status* e poder nas relações de trabalho. Quanto ao currículo escolar, o acúmulo desse capital intelectual agrega valor e poder a quem o possui em maior expressão, estabelecendo maior mobilidade no trabalho docente que poderá ser absorvido nos três níveis de ensino: 1. No ETIM, composto de três eixos temáticos (Trabalho, Ciência e Tecnologia e e Cultura), dão sustentação ao currículo desses cursos, traçando uma proposta de interdisciplinaridade em interface com os Conhecimentos Gerais, os Conhecimentos Específicos e os Temas Transversais, permeados por esses eixos; 2. Nos cursos do Ensino Subsequente, que seguem as mesmas diretrizes curriculares do ETIM; 3. No Ensino Superior, em que a proposta dos cursos oferecidos está direcionada à três formações distintas: Bacharelado, Licenciatura e Tecnologia. Essas habilitações abrem um leque de oportunidades acadêmicas, possibilitando uma maior mobilidade dos professores dentro desses cursos, que está diretamente ligada ao seu capital intelectual e cultural adquiridos nos cursos de Pós-Graduação: Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

Segundo Shinn e Ragouet (2008), a sociologia de Bourdieu guarda semelhança com uma espécie de topologia social, na qual todo campo é um espaço de concorrência que se estrutura em torno dos desafios e interesses específicos, no centro do qual os agentes distribuem-se em função do volume e estrutura do capital social, cultural, econômico e simbólico detido. No entanto, se os campos sociais por definição apresentam tais características,

[...] cada um dentre eles dispõe de sua própria lógica de funcionamento e segue uma evolução específica. Todos esses microcosmos diferem, por sua vez, quanto aos desafios em torno dos quais se estrutura a competição entre os agentes e quanto às espécies de capitais que nela estão envolvidos (SHINN; RAGOUET, 2008, p.125).

A esfera educacional, na perspectiva de Bourdieu (2014), concebe a escola como um espaço de reprodução das estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para

outra, transformando-se o legado econômico da família em capital cultural, diretamente relacionado ao desempenho dos estudantes na sala de aula. Assim,

Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo ethos, sistemas de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes frente ao capital cultural e à instituição escolar (BOURDIEU, 2014, p. 46).

Na perspectiva de Bourdieu (2004), os estudantes são indivíduos concretos, não abstratos, competindo na escola, em condições relativamente igualitárias, enquanto atores socialmente constituídos, possuidores de uma bagagem social e cultural diferenciadas já incorporadas, que, no mercado escolar, é mais ou menos rentável (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2004. p. 18). Existem correlações que iniciam com a transmissão do capital cultural inculcado na escola e o que é herdado precocemente pela família, ou por meio do aprendizado tardio. As práticas culturais são incentivadas por essas duas instâncias, escola e família, fazendo a distinção daquilo que será reconhecido como um legítimo gosto burguês, da classe média ou popular (BOURDIEU, 2008).

Na sua obra “Escritos de Educação”, Bourdieu (2014) apresenta a primeira ideia-força contida em seu texto original de 1966, que concebe o sistema escolar como fator de mobilidade social, na perspectiva da “escola libertadora”, diferente da tendência em mostrá-la como “um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural” (BOURDIEU, 2014, p. 45). Essa tendência foi observada diante das várias transformações ocorridas na Instituição em mais de 100 anos, abrindo espaço, paulatinamente, para que as camadas sociais privilegiadas encontrassem a possibilidade de ter um ensino público gratuito de boa qualidade, concorrendo com as camadas mais pobres, as quais foram sendo excluídas do processo seletivo, apesar do discurso de inclusão. Porém, a partir da Lei 12.711 de 2012⁶²,

⁶² Art. 4º As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016).

os estudantes com hipossuficiência econômica, passaram a ter garantias quanto ao acesso à Instituição, por meio do sistema de cotas adotado pelo Governo Federal. No entanto, essas garantias trouxeram algumas dificuldades em relação ao capital intelectual dos estudantes ingressantes pelo sistema de cotas, havendo uma tendência de serem cada vez mais observados, questionados e julgados por seus professores, em função dessa vivência trazida tanto de casa como das suas escolas de origem. E esse capital cultural individual herdado e/ou adquirido no seu *habitus*, como a habilidade para falar em público, a postura corporal, entre outros, começa a ficar evidente e a distingui-los a partir do primeiro ano no Instituto, bem como nas suas primeiras avaliações de desempenho.

Se é verdade que a relação que um indivíduo mantém com a Escola e com a cultura que ela transmite é mais ou menos “desembaraçada”, “brilhante”, “natural”, “laboriosa”, “tensa” ou “dramática”, segundo a probabilidade de sua sobrevivência no sistema, e se se sabe, por outro lado, que em seus veredictos o sistema de ensino e a “sociedade” levam em conta a relação com a cultura tanto quanto a cultura, vê-se tudo que se deixa de compreender quando não se recorre ao princípio da produção das diferenças escolares e sociais mais duráveis, isto é, o *habitus* – esse princípio gerador e unificador das condutas e das opiniões que é também o seu princípio explicativo, já que tende a reproduzir em cada momento de uma biografia escolar ou intelectual o sistema das condições objetivas de que ele próprio é produto (BOURDIEU; PASSERON, 2012, p. 198-199).

Nessa perspectiva, os estudantes pobres do *campus*, detentores de pouco capital econômico, provenientes das escolas públicas, enfrentam maiores dificuldades na adaptação escolar e vivenciam uma trajetória de retenção nas séries escolares, de progressão parcial e reprovação, numa demonstração de que os mecanismos de perpetuação da desigualdade social na escola passam pela quantidade acumulada desse capital cultural e que a frustração com o fracasso escolar é responsável por levar os estudantes e suas famílias a apresentarem um baixo investimento na educação, pois

[...] o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser preenchidas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escola pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 04/12/2017.

imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (BOURDIEU, 2013, p.311).

Estudantes do *campus*, oriundos das escolas públicas, continuam vivenciando a exclusão de forma insensível e bem mais cruel, pois, embora tenham conseguido ter acesso ao ensino profissionalizante, o seu capital cultural vai dificultar sua permanência: “A escola segue, pois, excluindo, mas hoje ela o faz de modo bem mais dissimulado, conservando em seu interior os excluídos, postergando sua eliminação, e reservando a eles os setores escolares mais desvalorizados” (BOURDIEU, 2014, p. 14).

A proposta educacional apresentada por Bourdieu nos anos 1960, considerada uma revolução científica, trouxe uma nova forma de interpretação da escola e da educação, inovando na apresentação de dados, demonstrando a grande relação entre o desempenho escolar e a origem social, que passam a ser elementos de sustentação da nova teoria, negando, assim, o paradigma funcionalista. Na teoria bourdiesiana, a educação deixa de ter o papel de instância social transformadora e democratizadora e passa a ser considerada uma das principais instituições por meio da qual os privilégios sociais são mantidos e legitimados numa inversão total de perspectiva.

Bourdieu (2011) assevera que o campo religioso é o espaço em que agentes sociais são legitimados socialmente para definir o sagrado, buscar prestígio, notoriedade e acumular um capital religioso que lhes autoriza falar de Deus. Afirma, ainda, que a gênese desse campo coincide com o processo de surgimento e desenvolvimento das cidades na Idade Média e com o desaparecimento paulatino da relação racionalista do homem com a sua existência, uma relação que passou a orientar a busca de “sentido” pela vida. Nessa perspectiva, é possível afirmar que existe um espaço em que os agentes sociais estão socialmente legitimados para definir o sagrado e autorizados a falar sobre Deus. De acordo com Bourdieu (2011), o acúmulo de capital religioso diferencia os agentes sociais e concentra, na mão de alguns, o poder de determinar as regras do funcionamento desse campo, o qual desenvolve um *corpus* estruturado de conhecimentos secretos, raros, como também de instâncias organizadas especificamente para difundir “bens religiosos”, ou o capital simbólico, observando-se ainda uma moralização gradativa das práticas e representações religiosas a partir daí.

As contribuições de Bourdieu (1984), relacionadas ao campo religioso, apontam que o dominante nesse campo é a existência de um conjunto de pessoas detentoras de um capital simbólico próprio desse campo, composto de regras, técnicas, hierarquia, crenças, conhecimentos e história, que usam desse capital para a manutenção do poder fundamentado na autoridade com base nele, com tendência à defesa da ortodoxia, buscando a exclusão dos

recém-chegados os quais adotarão estratégias de subversão, a exemplo da heresia, objetivando construir sua própria autenticidade (BOURDIEU, 1984, p. 119-126). O campo religioso também seria, na concepção de Bourdieu (2004), o local em que:

[...] os adversários lutam para impor princípios de visão e de divisão do mundo social, sistemas de classificações, em classes, regiões, nações, etnias etc., e não cessam de tomar por testemunho de algum modo, o mundo social, de convocá-lo a depor, para pedir-lhe que confirme ou negue seus diagnósticos ou seus prognósticos, suas visões e suas previsões (BOURDIEU, 2004, p. 33).

Nas últimas décadas, o campo religioso brasileiro tem modificado bastante seu espaço de ocupação, como também em relação ao número de fiéis, fato confirmado pelos dados do último Censo do IBGE em 2010, apresentado anteriormente. No espaço ocupado pelas religiões no Brasil,

Até os anos de 1980, todas as religiões ocupavam apenas seu espaço próprio, isto é, templos, centros, terreiros e sinagogas, exceto a Igreja Católica, que promovia procissões e romarias, além de congressos eucarísticos, reunindo multidões nas praças públicas. Desde então, as igrejas evangélicas passaram a ocupar, também, espaços públicos como praças e estádios para cultos de massa, assim como outra dimensão do espaço público, a mídia eletrônica (CUNHA, 2013, *online*)⁶³.

A presença de grupos religiosos no *campus* João Pessoa já era percebida desde o final dos anos 1960, tornando-se mais expressiva nos últimos cinco anos, com a expansão dos diferentes grupos, os quais ocupam, cada vez mais, lugares coletivos, transformados, no momento dessas práticas, em lugares individualizados, demonstrando haver visões de mundo e éticas particulares nesses espaços. Durkheim (2004) afirma que a vida intelectual é dominada por noções essenciais de tempo, espaço, gênero, número, causa, substância, personalidade, entre outros, produtos do pensamento religioso (DURKHEIM, 2004, p. 154-157), enquanto Bourdieu (2001) vê a relação entre o espaço físico e as produções sociais de sentido nele emergentes como

[...] o espaço social reificado [...] apresenta-se como a distribuição no espaço físico de diferentes tipos de bens e de serviços e também de agentes individuais e de grupos fisicamente localizados e dotados de capacidade de apropriação desses bens e desses serviços mais ou menos importantes (BOURDIEU, 2001, p. 161).

⁶³ Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000300014. Acesso em: 05/12/2017.

No campo religioso brasileiro, os pentecostais são os que mais chamam atenção em relação ao investimento na propriedade e na gestão de empreendimentos econômicos, observados no volume dos seus negócios, apresentando também controvérsias e implicações políticas. De acordo com Domezi (2015),

As denominações neopentecostais, surgidas a partir da década de 1970, são menos ascéticas e mais pragmáticas, administram seus templos num modo empresarial, utilizam-se da mídia para fazer propaganda religiosa e colocam no centro da sua teologia a prosperidade nesse mundo (DOMEZI, 2015, p.234-235).

Dessa maneira, essa vertente religiosa está bem adaptada à forma de organização social contemporânea, baseada na concorrência econômica, política, mas também religiosa. Em entrevista, Mariano (2017) esclarece que:

A ocupação católica do espaço público estava naturalizada, em função de sua hegemonia religiosa e da incipiente diversidade religiosa. Os evangélicos passaram a questionar os privilégios católicos. Em seguida, políticos evangélicos passaram a se envolver em uma série de conflitos e acirrados debates públicos, provocando a reação de defensores de direitos humanos, organizações feministas, I. Associações de ateus passaram a questionar a presença de símbolos religiosos em edificações públicas e no espaço público (MARIANO, 2017, *online*)⁶⁴.

Por outro lado, Oliveira (2012) esclarece que

[...] todo esse fluxo de participação das religiões em meio ao Estado/espaço público se dá por uma porosidade, [...], entre espaço laico e religioso, uma espécie de troca e cooperação, entre Estado (que acaba se refletindo no país) e instituições religiosas, enquanto o primeiro cede espaço e participação como forma de expressão e legitimidade do segundo, o segundo por sua vez faz jus à sua legitimidade e a utiliza principalmente como reforço do primeiro, fazendo valer sua identidade e presença (OLIVEIRA, 2012, p. 22 *online*)⁶⁵.

Todos esses posicionamentos parecem colaborar para o entendimento da ocupação do espaço educacional pelos grupos religiosos no *campus* e sua consequente expansão, demonstrando essa porosidade e “cooperação” com a Instituição. Na perspectiva de Magnani

⁶⁴ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573620-o-barulho-dos-evangelicos-entrevista-com-ricardo-mariano>. Acesso em 26/03/2017.

⁶⁵ OLIVEIRA, Elza. A busca pela presença religiosa em meio à secularização no Brasil: Diálogo entre Religião e Laicidade. Disponível em: <https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2823/2142>. Acesso em: 26/03/2018.

(2017), o espaço ocupado pelos grupos religiosos no *campus* pode ser definido como *pedaço*, pois é o lugar em que os frequentadores desses grupos têm uma presença regular, além de um código de comunicação e reconhecimento próprios. Os lugares em que os grupos se reúnem são sempre os mesmos, constituindo-se em espaços regulares para realização das reuniões, cabendo chamar de *pedaço* por ser o lugar dos colegas, dos mais próximos ou chegados, requerendo mais do que simplesmente passar no local, ou frequentá-lo, sendo preciso estar situado e ser reconhecido numa rede de relações, estabelecida por vínculos, definidos pela participação em atividades compartilhadas. A noção de *pedaço* é formada inicialmente por dois elementos básicos: um de ordem física, espacial, representado pelo território, e outro de ordem social, responsável pela formação dessa rede de relações, instaurando um código com capacidade de classificar, ordenar e separar, oferecendo condições de afirmar quem pertence ou não ao *pedaço*. Assim, quem dá significados e ressignifica esses espaços são as práticas sociais (MAGNANI, 1996, p.39).

De acordo com Magnani (2017), o tipo de espaço demarcado pelos grupos apresenta-se como referência para a distinção dos seus frequentadores, representando o espaço intermediário entre o privado e o público. A casa é a representação do privado, e o público, o local onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla do que aquelas estabelecidas pelos laços parentais, sendo, por esse motivo, mais densa, estável e significativa do que as relações formais e individualizadas que são impostas socialmente.

O *pedaço* demarcado pelos grupos religiosos no *campus*, ao realizarem atividades religiosas, seja na área de convivência do *campus*, ou em outros locais, tornou-se referência para a distinção dos seus frequentadores e remete ao pensamento de Bourdieu (2008), quando estabelece que as práticas culturais, junto às preferências pela música, arte, educação, têm uma ligação com o nível de instrução, como da preferência por determinado tipo de vestuário, adereços, símbolos religiosos, entre outros, promovendo a distinção entre os atores, fato que Bourdieu (1983) busca desmistificar do senso comum quando afirma que gosto não se discute, mas que classifica e distingue, aproxima e afasta os que experimentam os bens culturais.

Eliade (2010) entende que:

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras [...]. Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência forte, significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência (ELIADE, 2010, p.25).

Nesse sentido, sagrado e profano são aspectos opostos nas construções temporais e espaciais. Para Eliade (2010), o espaço é homogêneo e neutro para a experiência profana. No entanto, o conceito de espaço geométrico homogêneo não pode ser confundido com a experiência do espaço “profano”, oposto à experiência do espaço sagrado (ELIADE, 2010, p. 37).

A presença do sagrado e profano fica bastante evidente no cotidiano das instituições educacionais, públicas e privadas, seja em âmbito nacional ou estadual, com a permissão para realizar práticas religiosas nas suas dependências, abrindo espaço para a instalação de grupos religiosos vinculados aos Movimentos Religiosos, a exemplo do GOU, ABU, ISNT, entre outros, resignificando categorias, como igualdade e direito. Nesse sentido, Novaes (2012) assevera que “[...] a dimensão religiosa tem resistido a se circunscrever à vida privada, ao foro íntimo, e hoje ganha outros fôlegos não previstos na grande narrativa que separou religião e política, o público e o privado, magia e religião” (NOVAES, 2012, p. 184). Com relação à cultura, um movimento semelhante acontece na reconfiguração do espaço atribuído ao público evangélico e sua inclusão em eventos de lazer. Simultaneamente, houve um aumento de produções midiáticas, além do investimento da indústria fonográfica de música gospel (ROSAS, 2013, p.167-194).

Em certa medida, a presença de um campo religioso no *campus* parece subverter a lógica de uma instituição pública de ensino, pois, durante décadas, adotou, como parte do seu calendário escolar, um calendário religioso, favorecendo, sem qualquer discussão, a criação e a expansão de grupos religiosos liderados por estudantes, destacando-se aqueles de denominação neopentecostal.

De acordo com Domezi (2015), “O Brasil entrou no século XXI como um país ainda de maioria católica, mas com uma efervescência de mutações em seu campo religioso” (DOMEZI, 2015, p.232). Por outro lado, Cunha⁶⁶ (2007) assevera que, a partir do final da década de 1980, houve uma expansão das Igrejas Evangélicas no Brasil, atribuída por vários estudiosos ao favorecimento da conjuntura de crise das utopias; ao desmoronamento do regime socialista; aos efeitos da década perdida, 1980; ao avanço da pobreza e dos processos de exclusão social; às promessas oferecidas pelos pentecostais para o alívio das amarguras da vida,

⁶⁶ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/9733-musica-consumo-entretenimento-o-fenomeno-gospel-entrevista-especial-com-magali-do-nascimento-cunha>. Acesso em: 27/01/2018.

por meio das práticas de cura e exorcismo, além da pregação da prosperidade financeira enquanto fruto do desenvolvimento espiritual (CUNHA, 2007, *online*).

Alguns autores têm mostrado que o crescimento e a visibilidade conquistados pelas Igrejas pentecostais, mas principalmente pelas neopentecostais, destacando-se a Igreja Universal, além de Movimentos católicos, como a RCC, vêm contribuindo para ampliar a visibilidade do panorama religioso no espaço público urbano do país (BIRMAN, 2003; GOMES, 2004; COTINS e GOMES, 2006; 2007). A ocupação do espaço público, “Obviamente que em muitas cidades, do Brasil e do exterior, o fato da Universal se apropriar e sacralizar espaços urbanos não-religiosos, como cinemas e teatros, muitas vezes históricos e tradicionais, gerou tensões e muita polêmica” (ORO; TADEVALD, 2015, p.90). “Nota-se também, que [...], a Universal desde cedo se inseriu no espaço público também através do político institucional. Esta sua atitude não é nova, uma vez que os evangélicos já atuavam nestas duas instâncias. Ela, porém, exacerbou esta presença, [...]” (ORO; TADEVALD, 2015, p.87).

No Brasil, as igrejas cristãs, especialmente a católica e a evangélica, têm mantido uma presença histórica nas áreas da educação, saúde, trabalho, política e assistência social, fazendo mobilizações em torno das causas sociais e promovendo campanhas nesses setores. Particularmente, as denominações religiosas neopentecostais têm ocupado o espaço metropolitano, apresentando práticas religiosas simbolicamente deslocadas para outros espaços, como casas e associações, chegando às escolas e às universidades. Na concepção de Bastian (1994), [...] a escola nunca esteve dissociada do templo e se construiu, em geral, ao lado deste último quando se constituía em um local a parte. Em alguns casos, o templo era utilizado para o culto e para o ensino (BASTIAN, 1994, p.129). Essa afirmativa se confirma, no caso do *campus* João Pessoa, pois, enquanto Instituição educacional profissionalizante, seus objetivos deveriam estar direcionados para a formação profissional, mas, por muitos anos, tem abrigado práticas religiosas em seu cotidiano, como parte do calendário escolar, como será apresentado no capítulo seguinte. Na perspectiva de Bourdieu (2002), cada agente, sabendo ou não, querendo ou não, produz e reproduz o sentido objetivo: suas ações e obras são produto de um *modus operandi* do qual ele é produtor e não tem domínio consciente, encerrando uma “intenção objetiva”, ultrapassando sempre essa intenção. Os sujeitos não sabem o que fazem, e o que eles fazem tem mais sentido do que eles sabem. Nesse sentido, “a prática é a única maneira de compreender a prática” (BOURDIEU, 2002, p.137).

II. TRAJETÓRIA DAS RELIGIÕES CRISTÃS NO IFPB

Este capítulo apresenta a trajetória das religiões cristãs na Instituição, considerando a situação social, econômica e política do país no período estudado, em que o IFPB, na época ETFPB, vivenciava práticas religiosas dentro e fora da sala de aula, marcadas pela presença cotidiana de padres e pastores em suas dependências, possuindo um corpo de professores com formação católica e equipe de trabalho constituída a partir de critérios baseados na formação religiosa dos servidores, tudo isso com apoio recebido da sua Direção Geral. Apresenta, ainda, as transformações do campo religioso da Instituição, ao longo do período analisado, registrando, nos últimos cinco anos, um aumento da criação e expansão dos grupos religiosos de estudantes.

Como ressalta Bourdieu (2006) em *Ilusão Biográfica*, a reconstrução do contexto em que o agente está inserido é muito importante e evita que sua história fale de um sujeito deslocado do espaço social, em que os acontecimentos biográficos são definidos como deslocamentos e colocações em diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diversas espécies de capital que se encontram em jogo no campo examinado (BOURDIEU, 2006, p. 189). Assim, diz ele:

[...] não podemos compreender uma trajetória [...] sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço [...] (BOURDIEU, 2006, p. 190).

No fim do século XIX, a instalação das primeiras indústrias ainda era insuficiente para justificar a existência do ensino profissionalizante no país, e a Lei Áurea não havia resolvido o problema da população afrodescendente, que, sem acesso à terra, estava impossibilitada de garantir sua subsistência, dispensando, assim, a oferta de Educação Profissional (TAVARES, 2012, p. 3). Por esse motivo, só mais adiante, as “Escolas de Aprendizes Artífices” foram criadas por Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1910, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, apresentando a seguinte justificativa:

[...] o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos

dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação (DECRETO LEI nº. 7.566, de 23/09/1909).

O Decreto garantia o ensino gratuito, voltado para os meninos oriundos da classe trabalhadora, na faixa etária entre 10 e 13 anos de idade, sendo ampliada em 1918 para os 16 anos, a fim de receber ensino profissionalizante com habilitação em Marcenaria, Alfaiataria, Sapataria e Encadernação, estabelecendo a obrigatoriedade dos cursos Primário e de Desenho (CENTENARIO DA REDE FEDERAL, 2009) – o Primário, para os estudantes que não sabiam ler, e o de Desenho, obrigatório para todos (FONSECA, 1961, p. 170). Kunze (2009) informa, quanto a essas escolas, que:

[...] aos olhos do dirigente do país, os ex-escravos, mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes, desempregados, órfãos e viciados, que se avolumavam com o crescimento das cidades, precisavam ser atendidos, educados e profissionalizados para se transformarem em obreiros, em operariado útil incapaz de se rebelar contra a Pátria (KUNZE, 2009, p.15).

Mas também representaram um significativo impulso para o ensino profissional brasileiro⁶⁷, embora apresentassem situação bastante precária em suas instalações e na formação dos professores e mestres especializados, dificultando muito o funcionamento da escola, no princípio de suas atividades (ETFPB, 1979, p. 11).

De acordo com Fonseca (1961),

O fato de, entre nós, terem sido índios e escravos os primeiros aprendizes de ofício marcou com um estigma de servidão o início do ensino industrial em nosso país. E que desde então habituou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais (FONSECA, 1961, p.68).

Entre o fim do século XIX e início da Segunda República, a Escola de Artífices era concebida pela sociedade enquanto uma entidade de caridade ou de filantropia, que, como afirma Fonseca (1961), era para atender preferencialmente aos filhos dos desfavorecidos do

40. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf
Acesso em: 06/12/2016.

sistema, com evidentes características assistenciais. O objetivo dessas escolas era de ofertar à população ensino profissional primário e gratuito (SANTOS, 2003, p.212). Apesar de as especificidades da educação profissional e de seus objetivos estarem voltados para o mundo do trabalho, os ofícios oferecidos tinham mais aproximação com a produção artesanal do que com a produção industrial. Desde a criação dessas escolas, a relação do Estado com a Igreja católica já podia ser observada, pois, como afirma Biagini (2009), seu corpo docente era constituído por dois tipos de professores: o normalista, que ministrava as disciplinas de formação geral, Português, Matemática e Religião, e os contramestres, diretamente recrutados nas fábricas e oficinas para ministrar as de formação profissional (BIAGINI, 2009, p. 26).

Na Paraíba, a Escola de Artífices foi instalada inicialmente numa ala do quartel da Força Policial, cedida pelo governo do Estado, onde permaneceu por 19 anos, com oficinas de marcenaria, sapataria, serralheria, tipografia e encadernação, apenas para o sexo masculino (ETFPB, 1979, p. 9), situadas numa ala do andar superior desse prédio, cujo funcionamento começou no dia 05 de janeiro de 1910, tendo como primeiro diretor o Doutor Miguel de Medeiros Raposo. Os estudantes seguiam uma carga horária diária de oito horas, distribuída em dois turnos: um destinado às oficinas, e o outro, ao curso Primário e de Desenho (LIMA, 1995). No ano de 1937, a Escola de Aprendizizes foi transformada em Liceu Industrial, pela Lei 378, até 1961, voltando-se aos segmentos de serralheria, alfaiataria, marcenaria, tipografia e encadernação e artes de couro (ETFPB, 1979, p. 16). Havia ainda cursos para formação de técnico de Pontes e Estradas e técnico de Construção de Máquinas e Motores, com o objetivo de formar jovens em Cursos com nível de 2º Grau (LIMA, 1995). O Liceu foi transformado em Escola Industrial “Coriolano de Medeiros” ou Escola Industrial Federal da Paraíba em 1961 a 1967, também conhecida como Escola Industrial Federal da Paraíba, quando as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais, ganhando autonomia didática e de gestão, intensificando a formação de técnicos, considerados uma indispensável mão de obra frente à aceleração do processo de industrialização (LIMA, 1995). Em 1999, a Instituição passou a ser denominada de CEFET/PB, até 2008, quando foram criados os IFs.

A partir do período correspondente aos meados da década de 1960 e do início da gestão do professor Itapuan, estabeleci meu recorte de pesquisa, pois, apesar de ter consultado algumas obras sobre a história da Instituição⁶⁸, só foi possível encontrar registros da presença da religião

⁶⁸ Entre a literatura consultada sobre a História da Instituição, que não faz referência à religião, estão: Sinopse histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba: ETEFPB, 1979; Profissionalização dos excluídos: A Escola de Aprendizizes e Artífices da Paraíba, 2002: Almiro de Sá Ferreira; 100 anos do Ensino Industrial Brasileiro: Itapuan Botto Targino, 2009; Da Escola de

no cotidiano escolar, por meio dos depoimentos dos atores envolvidos (reitores, diretores, professores, servidores técnico-administrativos, estudantes) e nas fotografias encontradas no NDPEP, possibilitando reconstruir essa trajetória no período de cinquenta e quatro anos, destacando sua fase religiosa mais expressiva, as décadas de 1960, 1970, e 1980.

Bourdieu (2011) assinala que:

O conjunto das transformações tecnológicas, econômicas e sociais, correlatas ao nascimento e ao desenvolvimento das cidades e, em particular, aos progressos da divisão do trabalho e à aparição da separação do trabalho intelectual e do trabalho material, constituem a condição comum de dois processos que só podem realizar-se no âmbito de uma relação de interdependência e de reforço recíproco, a saber, a constituição de um campo religioso relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas (BOURDIEU, 2011, p.34).

Nessa perspectiva, as transformações tecnológicas, econômicas e sociais correspondem ao desenvolvimento das cidades com progressos na divisão do trabalho, percebidos como condição para a constituição de um campo religioso relativamente autônomo, em que o desenvolvimento apresenta uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas. Assim, parecem ter contribuído para a existência de um campo religioso na Instituição, que, durante muitos anos, esteve sob a responsabilidade dos seus diretores, os quais, auxiliados por representantes religiosos, padres e pastores, detinham os bens de salvação e de legitimidade dessas práticas, transformadas ao longo dos anos, porém mantiveram-se presentes, como veremos a seguir.

2.1 Escola profissionalizante e religião: entre estudar e celebrar

Para identificar a presença da religião na Instituição, foi fundamental a utilização de diferentes fontes de pesquisa: documental, entrevistas e fotografias, tornando possível reconstruir essa trajetória, em que o catolicismo, enquanto religião dominante, inscreveu, por várias décadas, suas práticas na Instituição. Porém, antes de apresentar essa trajetória, considero necessário tecer algumas considerações sobre o contexto sociopolítico antecedente ao período estudado, em que havia uma forte influência do catolicismo na educação do país.

Aprendizes da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba: Marileuza Fernandes C de Lima, 1995; Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil: Moacir Gubert Tavares, 2012.

No primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, o ministro Francisco Campos escreveu-lhe uma carta em 18 de abril de 1931, defendendo propostas de introdução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas e reconhecendo constitucionalmente o catolicismo como religião majoritária no país. Depois de 40 anos, ainda no mês de abril, o ensino religioso voltou a ser permitido nas escolas públicas, demonstrando que o processo do Estado laico brasileiro era falso, criando uma expectativa no movimento católico de que o Estado ouviria as reivindicações da Igreja contra o “processo de laicização da vida social”. Posteriormente, foi comprovado que a incorporação da Igreja ao projeto político de Francisco Campos possuía caráter exclusivamente instrumental, sem necessariamente corresponder a uma mais profunda convicção ética e religiosa (OLIVEIRA, 2004, p. 952).

Cabe ressaltar que, no segundo governo de Getúlio Vargas, quando foi eleito por voto direto para um mandato de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954, houve um grande esforço do ministro Gustavo Capanema para a elaboração dos conteúdos do ensino secundário, que se assemelhavam aos dos ginásios ou liceus da Europa, objetivando uma formação humanística e científica aos jovens que pretendessem cursar as universidades. Havia, nesse momento, a expectativa de que a maioria dos estudantes recebesse uma formação mais prática em atividades agrícolas, industriais e comerciais, sem, no entanto, ter acesso aos estudos superiores (SCHWARTZMAN, 2005, p. 16-17).

Na percepção da Igreja, a educação no governo de Getúlio Vargas representava o fortalecimento dos ideais escolanovistas, que defendia o ensino laico, com uma escola pública colocando em risco a predominância das escolas confessionais. Nas palavras do militante católico Alceu Amoroso Lima, esse movimento revolucionário poderia ser definido pela “obra da Constituição sem Deus, da escola sem Deus, da família sem Deus” (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 55. Grifo do autor). O novo regime consolidou-se rapidamente, e a Igreja logo encontrou seu espaço, tendo como referência o movimento mineiro da renovação católica, que já havia estabelecido fortes laços já nos anos de 1920, com a ascensão dos grupos sociais, continuando a confirmar antigas ligações com o poder político conservador. Em 1930, a Igreja já havia conquistado espaço na disputa pela educação, a exemplo de Minas Gerais, primeiro Estado a inserir o ensino religioso no horário escolar, por meio de lei aprovada pelo legislativo e sancionada pelo executivo em 12 de outubro de 1929 (BEOZZO, 1986, p. 286).

O governo de Juscelino Kubitschek, no período de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, possuía um ambicioso “programa de metas”, com o objetivo de modernizar o Brasil, incluindo o desenvolvimento da indústria, abertura de estradas, construção de represas e de uma nova capital para o país. A previsão desse Plano de Metas era investir maciçamente nas áreas

de infraestrutura, contemplando, pela primeira vez, o setor de educação, objetivando formar profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país (CUNHA, 2005, p. 135). O ensino técnico, enquanto única meta para a educação, recebeu 3,4% dos investimentos previstos inicialmente para o setor, e a formação do pessoal técnico era a meta 30, não falava em ensino básico, embora determinasse a orientação da educação para o desenvolvimento (BOMENY, 2003, p.5).

No governo João Goulart, período de 8 de setembro de 1961 a 31 de março de 1964, a maior influência que existia no interior das organizações estudantis naquele momento era da esquerda, especialmente de um setor político com origem na Juventude Universitária Católica (JUC), consolidada na direção da União Nacional dos Estudantes (UNE⁶⁹) a partir de 1961.

Nos anos 1960, o Brasil e o mundo passavam por diversas transformações políticas, econômicas e sociais, momento também em que a Igreja Católica vivenciava um dos eventos mais significativos de sua história recente, o Concílio Vaticano II (1962-1965), que realizou a reforma mais importante do catolicismo no século XX, buscando repensar o papel da Igreja católica diante dos novos desafios do mundo moderno e produzindo impactos tanto no seu interior, como também no mundo político e cultural (CALDEIRA, 2008, *online*)⁷⁰. Diante dessas importantes transformações, a religião católica também marcava presença expressiva na Instituição no ano de 1964, quando o professor Itapuan Botto Targino assumiu a direção da Escola, em pleno regime militar. Naquela época, a Instituição ainda era denominada de Escola Industrial Federal da Paraíba – EIFPB – e havia passado recentemente por uma intervenção do Governo Federal, entre os anos de 1963 e 1964. A “Escola”, como era chamada à época, e ainda é por alguns, passou a ser denominada, em 1967, Escola Técnica Federal da Paraíba – ETFPB. O mandato do professor Itapuan foi interrompido em 1969, a fim de atender, em Brasília, ao convite do Governo Federal para supervisionar as Escolas Técnicas Federais do país, ficando um ano afastado da Instituição, mas reassumindo um ano depois, permanecendo na direção até abril de 1983.

Como já foi mencionado, o trabalho manual estava destinado aos pobres, operários, considerados, muitas das vezes, como “desvalidos da sorte”, uma espécie de segunda categoria

⁶⁹ Entidade máxima dos estudantes brasileiros, fundada em 11/08/1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, constituindo-se em um espaço e veículo de lutas sociais e bandeiras do movimento estudantil brasileiro. Representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <https://www.une.org.br/a-une/> Acesso em 07/01/2018. A UNE, tem diversificado sua atuação na direção das principais demandas da juventude brasileira, e se mobilizado em grandes Bienais, valorizando áreas como ciência, tecnologia e esporte, e nos movimentos de estudantes negros, mulheres, homossexuais e outros grupos. Disponível em: <https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une>. Acesso em: 10/01/2018.

⁷⁰ Disponível em: **Reveleto. Revista Eletrônica Espaço Teológico Faculdade de Teologia da PUC SP ISSN 2177 - 952 X. Acesso em: 29/06/2017.**

de trabalhador. De acordo com Alves (2010), o projeto de modernização do país, a partir de 1964, passou a considerar a educação profissional como uma necessidade do mercado, motivo pelo qual era enfatizada pelo regime militar, cujo objetivo era atender às demandas das indústrias e empresas estatais. Nesse momento, a profissionalização foi efetivada, pelo impulso da industrialização, consolidando o novo modelo de produção, que, enquanto exigência do Estado Ditatorial, respondeu incrementando a educação profissionalizante, fazendo vários acordos no período de 1964 a 1968, a exemplo do “MEC-USAID”, implicando algum privilégio às Escolas Técnicas Federais, que foram reaparelhadas e receberam assistência financeira e orientações técnicas, diferentemente das outras escolas públicas, estaduais e municipais. Embora tenha havido reformas na educação profissional nesse período, o estabelecimento de acordos com agências internacionais avaliava a educação profissional, com intenção de moldá-la à ideologia dos países que “investiam” no Brasil e mantinham a supremacia na economia internacional. Alguns desses decretos indicavam os objetivos do Estado Ditatorial em orientar a política educacional para metas de segurança e desenvolvimento traduzidos no controle, repressão e promoção social (ALVES, 2010, *online*)⁷¹.

Em 1964, com o início da Ditadura Militar, manteve-se a articulação entre os interesses do capital internacional e da elite política nacional, enquanto a elevação da escolaridade dos trabalhadores passou a ser determinante para o desenvolvimento da indústria no país. Com uma parcela cada vez maior da população chegando ao ensino secundário, havia uma forte pressão dos estudantes, jovens trabalhadores, que chegavam ao ensino secundário e almejavam o Ensino Superior, buscando ascensão social. Mais do que qualificar mão de obra para o setor da indústria, o Ensino Profissionalizante, atuava como válvula de escape, diminuindo a pressão da sociedade por vagas nas universidades, pois, no período da Ditadura Militar, ampliar o acesso da população à universidade significava um risco de agravar o movimento de contestação ao regime político (TAVARES, 2012, p.6).

Ao assumir a direção da Escola Industrial, o professor Itapuan formou sua equipe⁷² de trabalho com pessoas possuidoras de uma relação muito estreita com as religiões majoritárias no país, utilizando a religiosidade como um dos critérios de admissão dos servidores, pois, nesse período, ainda não havia concurso público. Assim, foram nomeados pela nova direção alguns pastores, padres, ou pessoas com uma sólida formação religiosa, que passaram a assessorá-lo:

⁷¹ Disponível em: <http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/1368/598>. Acesso em 31/01/2018.

⁷² A equipe de trabalho passou a ser formada por pessoas que possuíam vínculo com as religiões católica e evangélicas, ou com religiosidade.

[...]. Cargos de confiança como o cargo do professor Jairo [...] e os professores de Moral e Cívica como o professor Munguba, pastor Carlos [...] e pastor, um que foi para Brasília que também uma conduta ilibada, e conceito muito grande aqui, Ezequias parece, pastor Ezequias, foram escolhidos pela diretoria da Escola (ITAPUAN, 2017).

Além de ter uma equipe de trabalho composta por pessoas religiosas, entre elas, pastores e outras, como se costuma dizer, praticantes do catolicismo, religião majoritária no Estado, consequentemente, a direção da Instituição mantinha uma relação bastante estreita com a cúria metropolitana, como relatou o professor Itapuan. Assim, de forma geral, os servidores e professores tinham uma atuação bastante expressiva nesse sentido:

Nós tínhamos um bom relacionamento com os diversos setores, não é? Com as diversas representantes das religiões. Com a religião Católica, com o arcebispo⁷³ D. José Maria Pires, todo pessoal da cúria metropolitana e também com as igrejas evangélicas. É, quando nós, é, implantamos a nova direção, houve uma coincidência muito grande, porque nós convocamos, é, pessoas, é, da Igreja Batista, é, da Igreja Pentecostal, não, Presbiteriana. Então, tínhamos o professor Jairo, que era o Chefe de Gabinete, tínhamos o professor Munguba⁷⁴ (ITAPUAN, 2017).

Embora o professor Itapuan tenha falado da boa relação com os representantes das Igrejas católica e evangélicas, nos primeiros anos da sua gestão, só encontrei registros de celebração de missas nos eventos realizados pela Escola, que acompanhava o calendário religioso do país, como está documentado na foto a seguir.

⁷³ Arcebispo é o bispo de uma Arquidiocese, o titular da sede metropolitana, que é a diocese mais antiga de uma Província Eclesiástica, formada pelo conjunto de diversas dioceses. É responsável pelo zelo da fé, da disciplina eclesiástica e pela presidência das reuniões dos bispos da Província. Disponível em: <http://www.catolicismoromano.com.br/content/view/216/29/>. Acesso em 28/06/2018.

⁷⁴ O professor Munguba é pastor evangélico, proferia palestras nos eventos promovidos pela Instituição e exposições religiosas em sala de aula, sendo muito conhecido pelos estudantes.

**Foto 04: Celebração de missa no Ginásio de Esportes da Escola Industrial.
Direção: Prof. Itapuan – anos 60.**



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em abril de 2017.

Nessa foto, identifica-se a presença do Coral da Instituição posicionado na arquibancada do Ginásio, demonstrando o envolvimento da arte com os eventos religiosos institucionais, e uma possível integração do seu repertório musical nessas atividades. Nessa celebração, e em outros eventos dessa época, fica evidente uma reconfiguração do espaço profano em espaço sagrado.

O espaço sagrado é importante por ser o lugar onde os laços são reforçados, onde as pessoas se encontram com o divino, consigo mesmas e com seu próximo. É nesses espaços que a vida é compreendida, que forças são buscadas para a labuta diária, que esperanças se reforçam e se renovam (OLIVEIRA, 2007, p.88).

Sobre o sagrado e o profano, Durkheim (2004) assevera que a essência da religião está na distinção da realidade dessas duas esferas, em que a primeira delas é composta por um conjunto de crenças e ritos que formam certa unidade, genericamente denominada de “religião” ou de “igreja” quando suas crenças são compartilhadas por um grupo.

O sagrado e o profano foram sempre e por toda parte concebidos pelo espírito humano como gêneros separados, como dois mundos entre os quais nada há em comum [...] uma vez que a noção de sagrado é no pensamento dos homens, sempre e por toda a parte separada da noção do profano [...] mas o aspecto característico do fenômeno religioso é o fato de que ele pressupõe uma divisão

e bipartida do universo conhecido e conhecível em dois gêneros que compreendem tudo o que existe, mas que se excluem radicalmente. As coisas sagradas são aquelas que os interditos protegem e isolam; as coisas profanas, aquelas às quais esses interditos se aplicam e que devem permanecer à distância das primeiras (DURKHEIM, 2004, p. 30).

Durkheim (2004) refere-se ao sagrado como uma característica das representações coletivas, diferente das representações individuais, em que “a coisa sagrada é, por excelência, aquela que o profano não deve e não pode impunemente tocar” (DURKHEIM, 2004, p. 23- 24).

Tanto uma quanto a outra formam em nossa consciência dois círculos de estados mentais, distintos e separados, como as duas formas de vida às quais correspondem. Por conseguinte, temos a impressão de estar em relação com duas espécies de realidades, distintas entre si, como se houvesse uma nítida linha demarcatória que separa uma da outra: de um lado, está o mundo das coisas profanas e, de outro, aquele das coisas sagradas (DURKHEIM 2004, p. 301).

No entanto, tomando o caso do *campus* de João Pessoa, essas duas dimensões encontram-se, convivem e participam do universo acadêmico há muitos anos. De acordo com Durkheim, (2004), as crenças constituem uma dimensão cognitiva/cultural, e os ritos, uma dimensão material/institucional. Para Durkheim, os fenômenos religiosos estão ordenados nas crenças e ritos, enquanto categorias fundamentais (DURKHEIM, 2004, p. 59), pois

As crenças religiosas são representações que exprimem a natureza das coisas sagradas e as relações que têm entre si e com as coisas profanas. Os ritos são, afinal, regras de conduta que prescrevem o modo como o homem se deve comportar perante as coisas sagradas (DURKHEIM, 2004, p. 24).

Na época em que o professor Itapuan era diretor, a realização de missas trazia toda a representação simbólica desse rito, em cujo cenário estavam presentes paramentos litúrgicos católicos, mostrando algumas regras de conduta que acompanhavam esse ritual, como pode ser observado nas fotografias a seguir. Estão presentes, nesse ritual, objetos litúrgicos, como: toalha de cor clara, comprida, simbolizando dignidade e respeito a ocasião; altar, símbolo da mesa de refeição, para celebrar a “Ceia do Senhor”; flores, colocadas de acordo com a liturgia, que orienta seu uso em dias de festa, porém, postas ao lado do altar. A orientação é de que, sobre o altar, considerado pela Igreja o centro da liturgia e representando o próprio Jesus, a decoração fosse feita com motivos litúrgicos, conforme se vê fotografia: cálice, castiçal com velas, entre outros, que a fotografia não permite identificar.

**Fotos 05 e 06: Celebração de missa, no Ginásio de Esportes.
Direção: Prof. Itapuan.**



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em abril de 2017.

Chama a atenção o lugar ocupado pela freira, que se encontra sozinha no primeiro banco, pois, embora esteja sentada num lugar de distinção, é possível pensar num distanciamento velado de sua aproximação com as pessoas presentes ao local, ou numa distinção pelo poder, mesmo havendo muitas autoridades na cerimônia. Cabe destacar que a Instituição realizava essa cerimônia, com todos os paramentos e simbolismo católico, instalando a Igreja em suas dependências, o que permite questionar sobre qual seria o argumento que sustentava a realização de missas no ambiente escolar, como também pensar se havia argumentos para a não celebração das missas.

Os objetos litúrgicos, também denominados de "alfaias"⁷⁵, servem ao culto divino e ao uso sagrado, razão pela qual não podem ser manuseados de qualquer forma, além de ser feitos de materiais nobres, para invocar a riqueza dos mistérios aos quais eles servem. De acordo com Durkheim (2004), as coisas sagradas são símbolos da vida social, revelando ser a religião um elemento constitutivo da vida e da sociedade, todavia, dependente das formas da sociedade. Bourdieu (2011) informa que, Durkheim entende a função social do simbolismo como política, não se realizando a função de comunicação, e que

Os símbolos são instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos do conhecimento e de comunicação [...] eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social, que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 2011, p. 10).

De acordo com Durkheim (2004), “[...] a vida social, sob todos os aspectos e em todos os momentos de sua história, só é possível graças a um vasto simbolismo” (DURKHEIM, 2004, p. 288). Em seu conceito de símbolo, postula que as representações religiosas expressam o mundo das coisas sociais, sendo esse o motivo de o símbolo não se constituir em objeto de reflexão e necessitar ser decifrado em termos daquilo que nele se encontra escondido. Para esse autor, os sentimentos sociais mantêm a união dos seus membros, em que

[...] o que ocupa o pensamento são as crenças comuns, as tradições comuns, as lembranças comuns dos grandes antepassados, o ideal coletivo de que eles são a reencarnação: em uma palavra, as coisas sociais. Mesmo os interesses materiais, que as grandes cerimônias religiosas buscam satisfazer, são de ordem pública, portanto sócia (DURKHEIM, 2004, p. 358).

Cerimônias como essa eram bastante comuns, demonstrando o vínculo da Instituição com a Igreja católica, sem que houvesse qualquer questionamento da comunidade escolar e da estudantil, que participavam ativamente desses momentos. A religião católica, muito provavelmente, representava a maioria dos servidores e estudantes, que, em diferentes momentos do calendário escolar, como a Páscoa, Aniversário da Instituição, Natal, entre outros, realizavam celebrações que implicavam a exclusão dos adeptos de outros credos religiosos.

⁷⁵ Alfaias, são as toalhas e ornamentos colocados no altar. Disponível em: <http://coroinhas.com.br/index.php/formacao/76-5-encontro-objetos-simbolos-termos-e-funcoes-na-liturgia>. Acesso em: 10/06/2017.

O sacerdote detém um poder, aqui simbolizado pela casula⁷⁶ e pela estola⁷⁷, vestes consideradas sagradas, pois, de acordo com os católicos naquele momento, ele representa o próprio Jesus, continuando Sua missão na terra. Além do simbolismo de cada peça, elas possuem também um significado de ordem social, constituindo-se numa distinção em relação às outras pessoas, pois, ao vesti-la, ele deixa de ser um simples indivíduo, para assumir uma função de ordem sagrada no espaço público. Seus atos deixam de ser particulares, pessoais, para pertencer à Igreja, assumindo, assim, duas funções: uma privada e outra pública, em que os paramentos vão demonstrar publicamente a separação dessas individualidades. Para Durkheim (2001),

[...] O que faz a autoridade de que tão facilmente se reveste a palavra do sacerdote, é a alta ideia que tem da sua missão porque ele fala em nome de uma divindade na qual tem fé de quem se sente mais próximo do que a multidão dos profanos. O mestre leigo pode e deve ter alguma coisa desse sentido. Ele também é o órgão de uma grande entidade moral: a sociedade (DURKHEIM, 2001, p. 55-56).

Por outro lado, Bourdieu (2011) afirma que Weber tem a mesma concepção de Marx, ao considerar que a função da religião é de conservação da ordem social e legitima o poder dos dominantes, para a domesticação dos dominados. Nesse sentido, esclarece o discurso das duas posições, opostas, mas complementares, em que:

[...] o trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais (BOURDIEU, 2011, p. 32-33).

É possível identificar, ainda, uma diferença nas vestes dos que estão sentados em frente ao altar e dos que estão nas arquibancadas, pois o vestuário adapta-se ao ambiente natural ou

⁷⁶ Vestimenta colocada sobre as vestes do padre, cobrindo o corpo todo. Trata-se de uma veste solene, ampla, usada em Missas dominicais e em dias de festa como o Natal, Páscoa e Corpus Christi. A casula pode variar de cor (branca, roxa, vermelha, verde ...) conforme o tempo litúrgico. Simboliza a paz e a caridade, a envolver os que se aproximam do altar. Disponível em: <http://www.universocatolico.com.br/index.php?objetos-usados-na-missa.html>. Acesso em: 10/06/2017.

⁷⁷ Faixa vertical, colocada sobre a túnica, que desce a partir do pescoço do padre em duas partes uma de cada lado, sobre o peito. A cor também varia conforme o tempo litúrgico, e simboliza o poder e a dignidade conferida ao sacerdote: perdão, caridade, misericórdia e serviço. Disponível em: <http://www.universocatolico.com.br/index.php?objetos-usados-na-missa.html>. Acesso em: 10/06/2017.

urbano, ao mesmo tempo em que aponta as relações sociais existentes na sociedade em que ele é usado, com tendência a sinalizar aspectos do indivíduo e inseri-lo no mundo social ao qual pertence (NACIF, 2007, p. 9).

Os símbolos utilizados nas celebrações traduzem sempre uma mensagem por meio dos ritos, cores e gestos e afirmam-se como um meio de integração social, reproduzindo e ratificando a ordem estabelecida. De acordo com Bourdieu (2011), os sistemas simbólicos, religião, arte e língua são veículos de poder e de política (BOURDIEU, 2011, p.31), enquanto os ritos são concebidos por Durkheim (2004) como um modo de ação religioso, possuindo “[...] regras que determinam como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas” (DURKHEIM, 2004, p. 24). Bourdieu (2004, p. 167) assevera que “o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas já existentes”.

Tanto pelo fato de que os sistemas simbólicos derivam sua estrutura, o que é tão evidente no caso da religião, da aplicação sistemática de um único e mesmo princípio de divisão e, assim, só podem organizar o mundo natural e social recortando nele classes antagônicas, como pelo fato de que engendram o sentido e o consenso em torno do sentido por meio da lógica da inclusão e da exclusão, estão propensos por sua própria estrutura a servirem simultaneamente a funções de inclusão e exclusão, de associação e dissociação, de integração e distinção (BOURDIEU, 2011, p. 30).

Nessa perspectiva, a religião possui funções sociais, quer seja na perspectiva de Bourdieu (2011), ou de Durkheim, como no sentido “estrutural-funcionalista”, apresentando sempre uma tendência a transformarem-se em funções políticas, em que a função lógica subordina-se às funções antes preenchidas pelo mito de forma socialmente indiferenciada na ordenação do mundo, operando ao mesmo tempo arbitrária e sistemática no universo das coisas, subordinando-se às funções socialmente diferenciadas de diferenciação social, legitimando diferenças (BOURDIEU, 2011, p. 30) “[...] na medida em que as divisões efetuadas pela ideologia religiosa vêm recobrir (no duplo sentido do termo) as divisões sociais em grupos ou classes concorrentes ou antagônicas” (BOURDIEU, 2011, p. 31).

Nessa direção, em cada simples escolha dos agentes que constituíam a Instituição, estavam expressas as diferenças sociais mais fundamentais, a exemplo do vestuário das autoridades e convidados nas missas realizadas na Escola, demonstrando uma perceptível distinção entre estes e os estudantes presentes na cerimônia, assim como no cotidiano escolar, pois o gosto é uma disposição adquirida para diferenciar ou para marcar diferenças. A distinção evidencia que a lógica intrínseca aos gostos e preferências culturais está submetida à lógica

interna de cada campo, conquistado numa relação simbólica. Assim, as constantes interpretações e revisões das escolhas individuais não decorrem de ordenamentos isolados, nem do acaso. “Da mesma forma que o *habitus*, o campo é estruturado e flexível, sujeito à influência e à concorrência entre os que o compõem e de atores de outros campos dos quais se aproxima e diferencia” (MARTELETO; PIMENTA, 2017, p. 10).

Autoridades, convidados e a comunidade ocupavam lugares distintos nesse espaço social, os primeiros, ao centro do ginásio, em frente ao altar, destacando o lugar ocupado pela freira, sentada na primeira fila, enquanto a comunidade escolar acomodava-se nas arquibancadas do ginásio. O Estado, principalmente por meio da escola, é responsável pela imposição de estruturas cognitivas e pela conformação dos *habitus* coletivos, observados na celebração dos ritos religiosos católicos, que faziam parte do cotidiano escolar:

Havia realmente um espírito muito grande de religiosidade na Escola, sempre tínhamos convites, palestras e informações, discussões, debates [...] Tínhamos a Páscoa dos alunos [...] no começo, não é? (1964 a 1970). Depois, foram muitos anos, mas tínhamos a Páscoa, tínhamos as comemorações né? Outra coisa que nós também sempre fazíamos era nas inaugurações: inauguração de laboratórios, na biblioteca, no arquivo, nos setores, aniversário da Escola também a gente comemorava muito, dia vinte e três de setembro. E sempre tínhamos uma celebração ecumênica naquele tempo. Nós tínhamos essa vocação de ecumenismo⁷⁸ dentro da Escola (ITAPUAN, 2017).

As práticas religiosas nesse período transcendiam as celebrações de missas, acontecendo, inclusive, celebração de encomenda do corpo de uma professora que faleceu, vítima de um acidente de trânsito, causando comoção em toda a comunidade escolar. A realização desse ritual religioso de “encomendação do corpo”⁷⁹ no ambiente educacional é mais uma demonstração da forte ligação da Instituição com a religião.

Houve, houve a encomendação do corpo. [...] É porque realmente morreram poucas pessoas, [...] ela também trabalhava no gabinete, era uma pessoa de muita responsabilidade, muito amiga dos estudantes, era um elo de ligação permanente com os estudantes (ITAPUAN, 2017).

⁷⁸ Ecumenismo é o Movimento que tem como objetivo a unificação das igrejas cristãs: católica, ortodoxa, anglicana e protestante. A definição eclesiástica, mais abrangente, diz que é a aproximação, a cooperação, a busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes igrejas cristãs.

⁷⁹ Encomendar o corpo é um ritual religioso que inclui, em se aproximando a hora do enterro, todos se reunirem ao redor do caixão, para fazer orações; entoar um canto; fazer uma leitura com breve reflexão do Evangelho. Poderá seguir-se com um momento de silêncio, borrifar o corpo com água benta e incensá-lo, como também entoar um canto antes de o caixão ser colocado na sepultura.

Outro fato ocorrido e que mobilizou o “espírito religioso” da Escola foi outro grave acidente automobilístico com o time de futebol, em que um estudante ficou paraplégico. O jogo aconteceu na cidade de Itabaiana, interior do estado, e, segundo o professor Itapuan, houve descumprimento de ordens, tendo sido o acidente uma consequência. A Escola prestou toda a assistência ao estudante, por meio das suas equipes educacional, médica e de assistência social, como um todo, além de realizar uma campanha dentro e fora da Escola, envolvendo também os estudantes, com o objetivo de angariar recursos financeiros para a importação de um colchão de ar da Alemanha, numa demonstração de solidariedade que o professor Itapuan atribui à religiosidade presente na comunidade escolar.

A Instituição sempre procurava inserir alguma coisa no sentido da religiosidade nas comemorações que realizava nesse período, tanto que havia “[...] A benção das oficinas, me lembro muito bem, os tornos que nós compramos, muito material né? E fazíamos, e tinha essa benção nas inaugurações” (ITAPUAN, 2017). O ritual da bênção de ambientes residenciais, e de trabalho, era bastante comum nessa época, demonstrando um sentimento que tem consonância com as palavras do Concílio Ecuménico Vaticano II, que afirma:

A liturgia dos sacramentos e dos sacramentais faz com que, para os fiéis que os celebram nas devidas disposições, quase todos os actos da vida sejam santificados pela graça divina que emana do Mistério Pascal da paixão, morte e ressurreição de Cristo, do qual todos os sacramentos e sacramentais recebem o seu poder, e faz também com que o uso honesto de quase todas as coisas materiais possa ordenar-se à santificação do homem e ao louvor de Deus⁸⁰ (CONCILIO VATICANO II).

As fotografias a seguir mostram o momento de realização da benção das oficinas, um ritual católico, que tem o objetivo de pedir proteção e/ou agradecer a Deus para aquilo ou aquele pelos quais se pede. Nas fotos, é possível identificar a presença de dois religiosos católicos: o Monsenhor⁸¹ Pedro Anísio⁸² e outro padre, além do diretor, autoridades civis e militares, em momentos distintos, inaugurando os dois ambientes com esse ritual.

⁸⁰ Concílio Vaticano II, Const. sobre a S. Liturgia, Sacrosanctum Concilium, n.º 61.

⁸¹ Tem origem no título dado ao delfim, príncipe herdeiro em França. *Monseigneur*, do francês, que significa, meu senhor. Por extensão, passou a designar algumas categorias de clérigos. São sacerdotes que receberam do Papa alguns títulos honoríficos, mediante solicitação de seu Bispo. Disponível em: <https://www.veritatis.com.br/monsenhor-e-conego-o-que-significam-estes-titulos/>. Acesso em 28/06/2018.

⁸² Mons. Pedro Anísio, religioso, intelectual e professor da Escola Normal Oficial do Estado da Paraíba e do Liceu Paraibano. Escreveu livros pedagógicos direcionados a professores, e dá voz à Igreja, entre eles, o **Compêndio de pedologia e pedagogia experimental**: destinado às escolas normais, em 1937, e **Tratado de Pedagogia**: para uso das faculdades de filosofia, das escolas de professores e institutos de educação, em 1955.

Foto 07: Bênção da oficina de Artes Industriais presidente Epitácio Pessoa. Escola Industrial. Direção: Prof. Itapuan.



Foto 08: Bênção de oficina na Escola Industrial. Presença do Monsenhor Pedro Anísio.



Fonte: Arquivos do NDPEP, cedidos à autora em maio de 2017.

A cerimônia da bênção realizada pelos católicos segue um ritual composto por uma oração, seguida de um determinado sinal, como a imposição de mãos, o sinal da cruz ou a aspersão com água benta.

Com a Lei 5.692/71, em 1971, o país passou a ter um novo cenário político, instituindo a obrigatoriedade da profissionalização dos estudantes do ensino secundário, utilizando o discurso de uma escola única para ricos e pobres. No entanto, faltaram condições materiais para a concretização desse objetivo, e essa Lei ampliou mais ainda as diferenças entre as escolas de ricos e pobres, distanciando a educação propedêutica da profissional. Algumas instituições de ensino que, antes da Lei, já ofertavam cursos técnicos conseguiram oferecer uma educação de qualidade, outras continuavam oferecendo ensino propedêutico disfarçado de profissionalizante. No entanto, a grande maioria não conseguiu atender a nenhum dos propósitos, seja do ensino secundário, ou do propedêutico.

No ano de 1974, a Escola passou por uma nova estruturação curricular, sofrendo alterações relacionadas às disciplinas de cada curso, bem como nas respectivas cargas horárias. Ao núcleo comum voltado para a formação geral (Parecer 871/72-CFE), foram integradas as atividades previstas no artigo 7º da Lei 5692/71, que seguiu a orientação contida no Parecer nº 853/71 – CFE, incluindo a Língua Portuguesa enquanto Comunicação e Expressão, Educação Artística [...], além da resolução nº 8/71 – CFE, que, no seu Artigo 1º, estabelece as disciplinas

Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica – EMC, Programas de Saúde e Ensino Religioso como obrigatórias para os estabelecimentos oficiais, mas facultativas para os estudantes (ANEXO A). Por volta de 1972, a disciplina Educação Religiosa foi incluída no currículo escolar da ETEPB, para todos os cursos existentes,⁸³ o que possivelmente não deve ter gerado impacto, já que as práticas religiosas eram comuns na época. Essa decisão foi publicada no “Plano de Atividades” (ANEXO B) da Instituição no mesmo ano, cujo texto, em sua Introdução, diz o seguinte:

A Lei nº 5692/71 veio trazer uma série de novos encargos à Escola, desde a inclusão de novas disciplinas e atividades no currículo, tais como Geografia, Educação Artística, Educação Religiosa e Programas de Saúde, até o aumento da carga horária de outras [...]⁸⁴ (ANEXO B).

O documento “Plano de Atividades”, no item 19, incluía as atividades de Arte e Cultura, fazendo referência ao Conjunto Coral, que realizou uma apresentação em dezembro de 1972, na “missa festiva no encerramento do Curso Ginásial da Escola”, bem como na “missa festiva no encerramento dos Cursos Técnicos da Escola”. Apresenta, ainda, o Núcleo de Estudos Sociais, que incluía os Trabalhos de pesquisa socioeconômica e cultural sobre os “Terreiros de Umbanda e seus adeptos”, como conteúdo sobre a Formação religiosa dos brasileiros, e a disciplina EMC, no currículo dos alunos do 2º ano técnico (ANEXO B). Em 1979, a grade curricular dos cursos técnicos de Eletrotécnica, Estradas, Edificações, Mecânica e Saneamento trazia, entre os conteúdos específicos da Educação Geral, a disciplina “Ensino Religioso”, com carga horária de 10 horas/aula. (ANEXO C). Os Manuais dos anos 1980 e 1981 não foram localizados, mas, no Manual do aluno de 1982 (ANEXO D), a disciplina “Ensino Religioso” já havia sido excluída do currículo.

Outra forte presença religiosa na Instituição era dos símbolos religiosos, encontrados em diversos ambientes, inclusive no gabinete do diretor: “Na nossa sala tínhamos um crucifixo. [...] Era até de, era metálico, muito bonito nosso crucifixo” (ITAPUAN, 2017). A presença de símbolos religiosos nas Instituições públicas, nessa época, não consistia em fonte de preocupações, tanto que era possível encontrar crucifixos em diferentes ambientes. A foto a seguir mostra a presença marcante desse símbolo em ambientes da Instituição, compondo, junto com a bandeira, o cenário de festividade.

⁸³ Ver Manual do aluno, 1979 (ANEXO C).

⁸⁴ Esse texto está contido no “Plano de Atividades ETEPB, arquivo pessoal do Professor Itapuan, gentilmente doado por ele à autora para essa pesquisa (ANEXO B).

**Foto 09: Presença do crucifixo no ambiente Institucional.
Direção: Prof. Itapuan.**



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em maio de 2017.

Sucedendo o professor Itapuan, assumiu a Direção Geral da Escola o professor Espedito Pereira, um ex-seminarista, que entrou na Instituição por meio de seleção interna, tomando posse no dia 28 de agosto de 1968, para lecionar a disciplina de matemática no turno da noite, da então EIFPB. Por volta de 1970-1972, passou a ser Chefe de Departamento de Pedagogia e Apoio Didático para estudante deficiente. Foi Chefe do Departamento de Ensino durante três ou quatro anos, sendo nomeado diretor em 1983, função que desempenhou durante oito anos.

Viotti (2008) assevera que, após o fim do regime militar e início do governo civil, o país entrou na fase denominada por ele de “Desenvolvimento via Eficiência” (décadas de 1980 e 1990). Os objetivos prioritários da política econômica para o progresso tecnológico eram a busca pela eficiência, usando palavras de ordem, tais como: “privatização, desregulamentação, queda de barreiras tarifárias, câmbio livre, entre outros” (VIOTTI, 2008, p. 145). Essa década ficou conhecida como a “década perdida”, em virtude da crise e da profunda estagnação econômica que a América Latina enfrentou neste período, enquanto o Brasil passava por um processo de redemocratização, iniciado pela Reforma do Estado, que sofreu forte influência da lógica neoliberal (PERONI, 2003). Prioritariamente, a rede privada passava por uma expansão da educação (SGUISSARDI, 2008, *online*)⁸⁵, enquanto a rede pública, por um processo de

⁸⁵ Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 17/06/2017.

estagnação, acompanhada da terceirização de serviços, passando as instituições públicas de ensino a ter pagamento de taxas, iniciando algumas tentativas de privatização.

De acordo com o professor Espedito,

Antigamente, na nossa época, não existia a religião oficial, assim, a gente nunca ensinou religião em colégio nenhum. A gente ensinava ensino religioso e ensino religioso não é religião [...] A religiosidade é mais complexa, a religiosidade, essa, é um fenômeno, no meu ponto de vista, é o fenômeno global, é de natureza [...] Para mim, a natureza, ela é religiosa em si: Calma, calma e contemplativa. Todos os seres nascidos na terra, todos, eles, prestam culto a uma divindade, ao Criador, pronto. [...]. Por isso que nós nos voltamos muito para o Absoluto, mas a natureza todinha, presta culto a um Criador. Ele ignora, mas sabe que existe, não tem pra onde correr, não vamos dizer que existe um ateu, isso é conversa furada. Ele crê em alguma coisa (ESPEDITO, 2017).

Quando o professor Espedito falou que não havia religião oficial na Instituição, estava referindo-se à disciplina Ensino Religioso, adotada por um curto período, sendo difícil, inclusive, ao professor Itapuan recordar. No entanto, era comum, nessa época, alguns professores expressarem sua religiosidade na atividade docente, tanto que, quando lecionava matemática, muitas vezes, usava uma fala religiosa, que foi lembrada também por seus alunos, mas sem falar explicitamente em religião.

Era o meu caso. Eu falava muito, porque como eu fiz filosofia, e filosofia escolástica, toda voltada pra o catolicismo, então todos aqueles, eu chamo valores que eu aprendi, que hoje se tornou desvalores na sociedade atual, então aqueles valores eu procurava passar para meus alunos e chamá-los a atenção de que o homem se constrói. Você é quem determina, ser o que você quer ser, é isso. Pelo menos é o meu ponto de vista: eu tenho que me construir, buscando meios, fracassando, levantando a cabeça, mas sempre com vistas aquele horizonte que eu imagino ser o que eu deva ser. Então, isso daí eu sigo, porque eu tenho uma religiosidade e na minha religiosidade eu encontrei um apoio na minha religião (ESPEDITO, 2017).

Na gestão do professor Espedito, padres e pastores continuaram a ser convidados para celebrar missas e/ou cultos ecumênicos no aniversário da Escola, bem como nos eventos religiosos que faziam parte do calendário escolar. Assim, em algumas datas, havia um maior envolvimento da Instituição:

Por volta da Páscoa e do Natal, aparecia muito, que é quando mais a natureza se, a natureza toda mais conspira, mais se concentra, é justamente nessas duas datas. [...] Havia atividades [...]. Outra coisa, nós aqui do Brasil, nossa cultura ela é toda católica, toda católica (ESPEDITO, 2017).

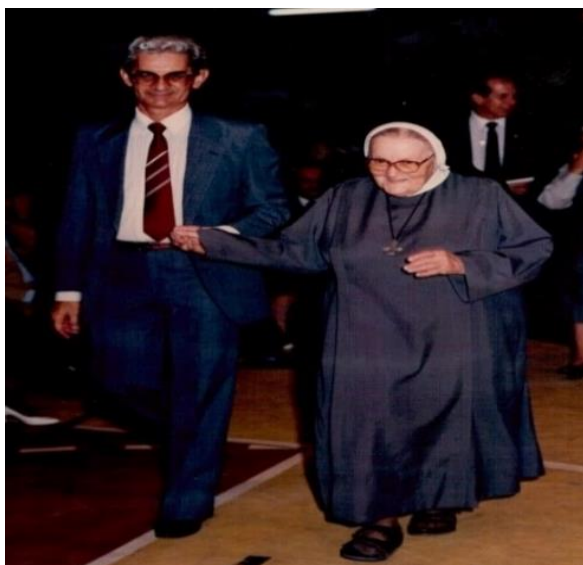
Às vezes, às vezes [...]. É justamente: no aniversário da Escola, no Ginásio. [...] Na Páscoa, assim no período da Páscoa [...]. Eu por exemplo: no meu tempo, tempo de... eu peguei uma parte dos militares e peguei uma parte já

sem militar, aí eu sofri muito, a passagem dos regimes e naquela época dos militares, Dom José Maria Pires, ele não ia a Escola de jeito nenhum, não foi nenhuma vez não. Agora, quando nós passamos de um regime para outro eu era diretor do fim de uma e começo da outra, aí ele foi duas vezes fazer palestra lá, por quê? Porque tinha um diretor que ele conhecia, que era um diretor de tendência católica (ESPEDITO, 2017).

Embora o professor Itapuan tenha mencionado que, na sua direção, o relacionamento com a cúria metropolitana era bom e que os padres vinham celebrar missas, benzer ambientes e realizar outras cerimônias, em nenhum momento, mencionou essa postura do arcebispo de não ir à Instituição no período da ditadura.

Como destacou o professor Espedito, essa cultura do país encontrava na Instituição um clima favorável às práticas religiosas católicas, que foram se naturalizando no ambiente escolar ao longo do tempo, vínculo esse que se perpetua na cultura de que o catolicismo é “a verdadeira religião”. Nesse sentido, via-se a presença de representantes católicos, padres e freiras, bem como de símbolos, a exemplo do crucifixo, com muita naturalidade, não despertando qualquer questionamento, tanto que apresento, a seguir, duas fotografias com registros de dois momentos que ilustram bem essa situação. A foto 10 traz a entrada do professor Espedito num evento, acompanhado por uma freira, e a foto 11, um dos ambientes escolhidos para registrar seu último dia de trabalho da 2ª gestão, cujo pano de fundo traz a imagem de um crucifixo.

Foto 10: Prof. Espedito em evento na ETEPB, acompanhado por uma freira.



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em abril de 2017.

Foto 11: Símbolo religioso na Instituição.



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em junho de 2017.

No início da década de 1990, a Escola ainda estava sob a direção do professor Espedito, e, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, aconteceram mudanças profundas com relação à legislação educacional que regulamentava o Ensino Profissionalizante. Nesse momento, a política educacional apregoada pelos neoliberais exigia novas regras para a educação, como explicou Azevedo (2004):

Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços (AZEVEDO, 2004, p. 15).

Deixava-se clara uma política com objetivos de reduzir os gastos públicos, favorecendo o empresariamento desse ramo de ensino pela rede privada (TAVARES, 2012, p.7-8). A interferência do mercado sobre o papel do Estado pode ser observada nos documentos expedidos pelo MEC, durante o governo FHC, havendo um processo de mercantilização da educação, em que o mercado se tornou “[...] sujeito regulador da concepção e da organização da educação, tende[ndo] a eternizar a concepção instrumentalista, dualista, fragmentária, imediatista e *interesseira* de formação humana” (FRIGOTTO, 2003, p. 49. Grifo do autor).

Nesse sentido, a Educação Profissional deveria formar um novo tipo de trabalhador, alinhado com as novas formas de organização, gestão do trabalho e dos interesses do mercado, estando direcionada aos trabalhadores jovens e adultos, interessados em ingressar imediatamente no mercado de trabalho após a conclusão do curso técnico, dispostos a atualizar constantemente seus conhecimentos, mantendo-se elevado nível de empregabilidade (TAVARES, 2012, p.8).

No primeiro mandato de FHC, havia uma grande preocupação com a educação profissional, e o principal referencial da política voltada para o nível técnico era a separação entre o ensino médio, com a formação geral, e a formação profissional, que não admitia os cursos técnicos secundários, de acordo com o decreto 2.208/1997), organizando, de forma integrada, os dois aspectos da mesma formação (BRANDÃO, 2009, p. 198-199).

Nesse cenário, assumiu a Direção Geral o também professor (e ex-estudante do Curso Técnico, com habilitação em Mecânica) Bráulio Pereira Lins, cujo mandato corresponde ao período de 1991 a 1995. Na impossibilidade de entrevistá-lo, por atualmente residir na cidade

de Brasília e encontrar-se com problemas de saúde, busquei identificar as marcas da religião no período da sua gestão, por meio de fotografias dos eventos realizados nessa época.

Foto 12: Culto Ecumênico na Colação de Grau.
Presenças: pastor Estevão e de um Seminarista católico.
Direção: Prof. Bráulio.



Foto 13: Culto Ecumênico de Ação de Graças pelo aniversário da ETEFPB, em 23/07/1992.
Presenças: Dom José Maria Pires, arcebispo da capital e outras autoridades.
Direção: Prof. Bráulio.



Fonte: Arquivos do NDPEP, cedido à autora em abril de 2017.

Com a aproximação das festas natalinas, a Instituição vivenciava um período de celebrações, realizando eventos que continuavam impregnados da presença do sagrado, a exemplo da Cantata de Natal⁸⁶, contando com a participação dos estudantes, como pode ser observado na foto abaixo.

⁸⁶ Cantata é um tipo de música cantada por uma ou mais vozes, que pode ter acompanhamento de instrumentos ou um coro de vozes inspirada totalmente na cultura religiosa. Esse gênero que foi muito explorado por vários compositores no período barroco, entre eles Johann Sebastian Bach, que chegou a escrever mais de duzentas cantatas. Um dos trechos mais famosos está “Jesus, alegria dos homens”. Era o principal atrativo no culto luterano. Disponível em: <http://www.culturamix.com/cultura/musica/cantata-de-natal/Acesso> em 06/06/2017.

**Foto 14: Cantata de Natal na ETEFPB.
Direção: Prof. Bráulio, 28/11/1992.**



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em abril de 2017.

As fotos da Cantata de Natal mostram a apresentação do presépio⁸⁷, com participação de crianças e jovens da comunidade, reproduzindo cenas do nascimento de Jesus, em que cada figura tem uma simbologia, a exemplo dos anjos, que representam o céu nessa celebração, e dos pastores, símbolos da humildade.

Continuando essa trajetória, outra mudança acontece com a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a Instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica⁸⁸, de modo que as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram, gradativamente, transformando-se em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, de acordo com decreto específico para cada instituição, como também em função dos critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL, 2009, *online*).

No ano de 1995, a Instituição passou a ser dirigida pelo professor Almiro de Sá Ferreira, que assumiu a direção quando ela ainda era denominada Escola Técnica e passava pelo processo de transformação em CEFET – PB, só concluído em 1999, sendo elevada à categoria de Ensino

⁸⁷ A cena do presépio no Brasil, foi apresentada pela primeira vez aos índios e colonos portugueses em 1552, por iniciativa do padre José de Anchieta. Disponível em <https://noticias.cancaonova.com/brasil/conheca-a-historia-e-o-significado-do-presepio/> Acesso em 24/06/2017.

⁸⁸ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf Acesso em 29/11/2016

Superior, passando a ser reconhecida como Instituição formadora de Tecnólogos. Assim como outros ex-diretores, também ingressou na Escola como estudante, no ano de 1969, no Curso Técnico de Estradas. Tornou-se professor das disciplinas Mecânica dos Solos e Organização do Trabalho. Foi Coordenador de Curso e do Serviço Escola Empresa e, em dois períodos, Diretor Geral: ETEPB, e CEFET.

No ano seguinte a sua posse, foi sancionada a Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996, considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional em capítulo separado da Educação Básica, apresentando superação de enfoques assistencialistas e de preconceito social presentes nas primeiras legislações nacionais de educação profissional, realizando uma intervenção social crítica e qualificada, tornando-se um mecanismo de favorecimento da inclusão social e da democratização dos bens sociais. Essa Lei definiu ainda o sistema de certificação profissional, permitindo reconhecer competências adquiridas fora do sistema escolar (CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL, 2009, p. 5, *online*).

No ano seguinte, o Decreto 2.208/97 regulamentou a educação profissional, estabelecendo diretrizes que contemplavam a formação técnica desassociada da formação geral, criando o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. No bojo dessas complexas e polêmicas transformações da educação profissional, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978, foi retomado em 1999 (CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL, 2009, p. 5, *online*). De acordo com Paula e Machado (2017), apesar das alterações pontuais promovidas, o “novo” decreto não modificou substancialmente o desenho operacional da educação profissional impresso pelo decreto de 1997, mesmo agregando às modalidades de articulação anteriormente previstas (concomitante e sequencial) outra possibilidade de articulação entre ensino médio e educação profissional, que passa a ser denominada “Ensino Médio Integrado” (PAULA; MACHADO, 2017, p. 3007-3027). Dessa maneira, as contradições do governo Lula com relação à EPT logo apareceram e, mesmo que se autointitulasse um “governo dos trabalhadores”, utilizou-se da estrutura do Estado para atender às reivindicações das forças capitalistas, como, por exemplo, a manutenção de alguns pressupostos do Decreto no 2.208/97, que eram do interesse dos empresários do setor educacional e dos segmentos produtivos (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 31-32). Nesse sentido,

O governo Lula também manteve a noção de competência, oriunda de um contexto empresarial ancorado numa gestão por resultados e numa equação suportada na relação custo versus benefício, dissociado, portanto, da

preocupação central no processo educativo com perspectiva emancipadora. (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 32).

Para o governo, a educação profissional passou a ter o desenvolvimento de competências com o objetivo de ofertar condições de laboralidade “[...] de forma que o trabalhador possa manter-se em atividade produtiva e geradora de renda em contextos socioeconômicos cambiantes e instáveis” (MEC, 2000, p. 96, *online*). A educação profissional, desde as escolas de ofícios, sempre esteve a serviço de modelos econômicos: agronegócio, mineração, siderurgia, indústria e o comércio. De acordo com Delphino (2010),

O sistema educacional brasileiro, ao longo de sua história, sempre foi incapaz de oferecer os recursos humanos que a expansão econômica necessitava, não contribuindo de forma significativa para a mobilidade social esperada. Somente quando finalmente conseguir atrelar-se a centros criadores de ciência e tecnologia, que proporcionem uma visão crítica do conjunto do sistema e do processo produtivo, será livre dos instrumentos de dominação que o cercam e fará com que a escola se transforme em fator de desenvolvimento humano e social (DELPHINO, 2010, p. 205).

A vivência do professor Almiro na Instituição remonta ao seu tempo de estudante. Mesmo assim, não foi possível obter suas informações sobre a presença das práticas religiosas nesse período, o que pode ser explicado pela sua orientação religiosa mórmon em sua época de estudante, embora sua família fosse de orientação evangélica.

Eu não me recordo de nenhuma atividade assim que eu tenha participado, nem de amigos da minha época tenham participado. Porque eu fiz o primeiro ano pelo turno da manhã e os dois últimos anos eu fiz à noite, então a noite era aquele curso que você tinha que chegar, aquele horário saía do trabalho, então eu não me recordo de nenhuma atividade religiosa (ALMIRO, 2016).

Apesar de não lembrar da existência de práticas religiosas na Instituição em seu tempo de estudante, ele trouxe informações sobre a disciplina Educação Moral e Cívica, cujo conteúdo abordava os valores morais, havendo aproximação com a religião, já que os professores escolhidos para ministrar suas aulas eram, via de regra, religiosos, padres ou pastores.

Um fato que chamava atenção na minha época de aluno, [...] é que houve a inclusão, era época da revolução de 64 e conseqüentemente faz [...] disciplina Educação Moral e Cívica⁸⁹, e essa disciplina aqui na Instituição, foi entregue a pastores evangélicos. [...] porque o professor Itapuan, com receio que viessem militares lecionar essa disciplina, e aí a coisa ficaria muito militarista,

⁸⁹ Na Ditadura Militar, foi criada e implantada a disciplina Educação Moral e Cívica, por meio do Decreto-Lei Nº 869/69.

ele abriu seleção prá escolher líderes religiosos. Então, tinham mais pastores, e algum de origem da igreja católica, não me lembro, eram mais pastores. [...] outros que eram evangélicos. Mas eles não misturavam as suas atividades evangélicas com o ensino da Moral e Cívica, é bom que se diga isso. Então é só esse viés religioso, mas sem agrupamento, sem influencia oficial, talvez uma das razões. Você fez a pesquisa, porque eles ficam silenciosos, é porque sabem que é um espaço laico. Você não pode misturar serviço público federal com atividade religiosa oficializada, talvez! (ALMIRO, 2016).

O retorno da disciplina Educação Moral e Cívica – EMC – na legislação educacional aconteceu durante o curto governo do presidente Jânio Quadros, 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961, e evocou a “lei” orgânica do ensino secundário de 1942, o Decreto-lei nº 4.545/42, sobre os símbolos nacionais e o Decreto-Lei nº 8.347/45, que atenuou, no ensino secundário, a presença da EMC. O Decreto nº 50.505, de 26 de abril de 1961, volta a reafirmar a obrigatoriedade da EMC nos estabelecimentos de ensino de quaisquer ramos e graus, sejam eles públicos ou privados. Com a renúncia de Jânio, quatro meses após a promulgação desse decreto, e a conturbada posse do seu vice, João Goulart, seguida da tentativa de golpe, a EMC foi relegada a segundo plano, porém, não foi esquecida. A promulgação da LDB por João Goulart, em dezembro do mesmo ano, revogou as bases daquele decreto, mas não o suprimiu dos projetos dos militares que, mais adiante, voltaram a insistir na EMC após o golpe de 1964, dessa vez com sucesso (CUNHA, 2007, p. 295, *online*).

A EMC tornou-se disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país por intermédio do decreto-lei 869, de 12 de setembro de 1969, baixado pela junta militar. Nesse momento, o Ensino Religioso e a EMC encontraram condições político-ideológicas, amparados na legislação, proporcionando convergência de conteúdos e intercâmbio de quadros do magistério. Seus objetivos representavam uma fusão sólida tanto do pensamento reacionário como do catolicismo conservador e da doutrina de segurança nacional, conforme concebida pela Escola Superior de Guerra, apoiando-se nas tradições nacionais. Entre outros objetivos, estavam: a) defesa do princípio democrático, por meio da preservação do espírito religioso, da dignidade do ser humano e amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; b) culto à Pátria, seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos da sua história; c) aprimoramento do caráter, apoiado na moral, dedicação à família e à comunidade; d) preparação do cidadão para o exercício das atividades cívicas, fundamentado na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; e) cultivo da obediência à lei, à fidelidade ao trabalho e integração na comunidade.

A disciplina EMC era ministrada preferencialmente por padres e freiras, nos níveis de ensino; nos cursos superiores, era ministrada por militares. Na Instituição, ela foi lecionada inicialmente por um pastor, constituindo-se uma referência importante, pois integrava a vivência de duas dimensões na Escola nessa época: o culto à Pátria e à religião, como assegurava o objetivo geral da disciplina: “a formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e ao preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores espirituais e morais da nacionalidade”⁹⁰ (ARTIGO 2º, DECRETO-LEI nº. 869, 12/09/1969).

Embora o professor Almiro tenha dito que, no período em que esteve à frente da Direção Geral, não existissem práticas religiosas, encontrei alguns registros em fotografias dessa época, que vêm a confirmar que essas atividades continuavam presentes no cotidiano escolar. As fotos a seguir demonstram como a representação católica ainda era ostensiva, e, mesmo que a celebração fosse considerada ecumênica, apenas duas religiões se faziam presentes. Os símbolos católicos podem ser identificados sobre a mesa, como: a toalha comprida; o castiçal com vela; a Bíblia; o arranjo de flores na lateral da mesa; as vestes dos padres e o tapete vermelho ao centro, em frente à mesa. O tapete vermelho é um símbolo católico muito forte, usado pelo papa e por bispos em grandes cerimônias religiosas, uma tradição ligada à reverência e à nobreza.

⁹⁰ Artigo 2º - A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade: a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-política econômica do País; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Decreto-lei nº 869/69).

**Fotos 15 e 16: Culto ecumênico de Colação de Grau na ETFPB.
Presenças do pastor Washington da Igreja Episcopal, padre Luiz Well e padre Júnior da Igreja São Pedro, em Manaíra.
Direção: Prof. Almiro, 1997.**



SOLENIIDADE ECUMÊNICA



Presenças que realizaram a cerimônia ecumênica:
Pastor Washington - Igreja Episcopal, Padre Luiz Well e Padre Júnior - Igreja S. Pedro-Manaíra.

Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora, em abril de 2017.

No entanto, para ele, no período em que esteve na Direção Geral,

[...] o que ocorria era que nós tínhamos algumas lideranças com apego a religião [...] e quando nós fazíamos nossas reuniões da Instituição, eles apelavam pra uma oração, pra fazer um Pai nosso de mãos dadas, coisas assim, mas sempre parecendo a Instituição muito laica, independente de qualquer religião, embora respeitando todos os posicionamentos religiosos (ALMIRO, 2016).

Essa foi a primeira vez que um diretor, fazendo referência à laicidade, percebe haver, entre os servidores, diferentes denominações religiosas em uma Instituição aparentemente “muito laica”. Nesse sentido, havia, nessa época, uma nova forma para vivenciar as práticas religiosas, incluindo o rito da oração no início das reuniões. Fazer oração, com as mãos dadas, implica estabelecer um contato mais íntimo com o outro, uma espécie de aliança, numa simbologia de troca, em que se dá e se recebe, compartilhando algo. Os servidores da Instituição passaram a expressar, assim, a sua religiosidade, talvez por começar a ter dificuldades em continuar com práticas religiosas católicas, optando por expressar-se mediante a oração, contemplando agora a presença de servidores adeptos de religiões evangélicas, que já

começavam, de certa forma, a reivindicar seu espaço, mas também como uma possível resistência ao enfraquecimento da religião católica no ambiente.

Apesar de não recordar da existência de grupos religiosos constituídos por estudantes, o professor Almiro demonstrou uma grande preocupação com a questão das drogas, e, nesse momento da entrevista, a concepção sobre a laicidade ganha outro contorno, em que a presença da religião na Instituição é considerada por ele como uma possível aliada no processo educacional de combate às drogas.

Em 2002, o professor Antônio Carlos Gomes Varela dirigiu a Instituição interinamente, por um período de três meses, numa fase de transição por ocasião da renúncia do professor Almiro, enquanto era realizada uma nova eleição. Nessa época, houve uma cerimônia de colação de grau com realização de um culto ecumênico. No entanto, de modo diferente dos anteriormente realizados, pois utilizou uma mesa própria para eventos, forrada com uma toalha azul sobreposta a outra de cor branca; um pequeno arranjo de flores ao centro junto com os certificados dos estudantes e dos símbolos religiosos, antes presentes em outros eventos dessa natureza. Apenas as vestes do padre foram mantidas, como pode ser observado na foto abaixo.

Foto 17: Colação de grau das turmas 2001 e 2002, no Ginásio de Esportes, do CEFET-PB. Direção: Prof. Varela, Diretor Geral interino, por três meses – 2002.



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora, em abril

Após eleição, e na sucessão ao professor Almiro, assumiu a Direção Geral, pelo período de 2002 a 2006, o professor José Rômulo Gondim, que chegou à Instituição nos anos 1980,

vindo transferido da UFPB, por intermédio da mediação do professor Espedito Pereira, Diretor Geral naquela época. Inicialmente, lecionava Organização e Normas, depois OSPB e EMC; mais adiante, Sociologia e Filosofia. Entre os cargos ocupados por ele, estão o de primeiro comunicador social da Instituição, ainda na gestão do professor Espedito; Diretor de ensino; Coordenador da área de Ciências Humanas em dois momentos e, finalmente, Diretor Geral.

O período em que o professor Rômulo foi Diretor Geral corresponde ao primeiro mandato do presidente Lula, em 2003, em que houve um grande volume de programas sociais voltados às camadas sociais mais pobres da população, enquanto a educação profissional recebia o tratamento anunciado pelo Ministério da Educação no início desse governo, intencionando reconstruí-la como política pública, objetivando

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, MEC, 2005, p. 2).

Uma das correções mais relevantes foi a revogação do Decreto nº 2.208/97, “[...] uma espécie de símbolo da desastrosa política educacional da era Cardoso” (FRIGOTTO, 2007, p. 1141, *online*), tanto pelo seu fundamento político como por ter sido um compromisso assumido com a sociedade na proposta de governo, restaurando a possibilidade de uma integração curricular entre os ensinos médio e técnico, como preconiza o Artigo nº 36 da LDB. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005, p. 1089, *online*)⁹¹. Em 23 de julho de 2004, foi publicado o Decreto 5.154, revogando o Decreto 2.208/97, dando início à expansão da Educação Profissional e Tecnológica, promovendo uma mudança no ambiente da Rede Federal de Ensino. Outra política para a educação profissional do governo Lula foi a criação do Pró-Jovem, por meio da Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005⁹². Esse programa, gerido pela Secretaria Geral da Presidência da República, tinha como objetivo ampliar, até 2006, a oferta de vagas nos cursos técnicos do país em 30%, numa ação integrada com os Ministérios da Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, proporcionando, aos jovens brasileiros, a

⁹¹ Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017> Print version ISSN 0101-7330 Online version ISSN 1678-4626. Acesso em: 30/01/2018.

⁹² Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/535652.pdf>. Acesso em: 15/12/2017.

[...] elevação do grau de escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local [...] (ART. 1º, LEI 11.129, 30/06/2005).

O PROEJA, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, foi criado a partir do Decreto 5.478/2005, revogado em seguida, responsabilizando os Institutos Federais como sendo a única instituição para viabilizar a execução do programa, excluindo a oferta do ensino fundamental na modalidade de EJA (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2012, p.11-12). O objetivo era oferecer a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, acolhendo jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas⁹³.

De acordo com Moura (2006):

O PROEJA surge, então com a dupla finalidade de enfrentar as discontinuidades e o voluntarismo que marcam a modalidade EJA no Brasil, no âmbito do Ensino Médio e, além disso, integração básica uma formação profissional que contribua para a integração socioeconômica de qualidade desses coletivos (MOURA, 2006, p.61-62, *online*)⁹⁴.

Em 2005, foi anunciado pelo presidente Lula o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a publicação da Lei 11.195. Esse Plano de Expansão incluía a construção de 65 unidades de ensino e passou a integrar as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, lançado em 2007, quando o governo anunciou a construção de mais 150 unidades de ensino até 2009, contemplando o Distrito Federal e todos os Estados (PACHECO, PEREIRA, SOBRINHO, 2010, p. 73).

Importante destacar que “A responsabilidade da EPT nas curas dos males sociais é o que conduz o governo Lula a advoga-la como política pública e de interesse do Estado”. No entanto, esse argumento não considerava que esse mesmo Estado, também constituído por atores sociais, defendia a manutenção de um tipo de ensino aligeirado e produtor de efetivos renováveis, para ocupação de postos de trabalhos de baixa remuneração, já que, ao lado da

⁹³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

⁹⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em 19/12/2017.

qualificação, contraditoriamente, o modo de produção capitalista necessitava produzir um exército de reserva (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p.31). Nesse sentido, Frigotto (2007) assevera que:

[...] um dos equívocos mais frequentes e recorrentes nas análises da educação no Brasil, em todos os seus níveis e modalidades, tem sido o de tratá-la em si mesma e não como constituída e constituinte de um projeto dentro de uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais (FRIGOTTO, 2007, p.1131, *online*).

Com a expansão da Rede e a organização da nova institucionalidade, tanto os investimentos do governo como o volume de recursos aumentaram. Pacheco (2011) considera que, além de ser uma “revolução na educação profissional e tecnológica”,

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa (PACHECO, 2011, p. 17).

A compreensão dessa expansão passa tanto pela possibilidade de preparar o trabalhador para execução de tarefas instrumentais como adestramento e treinamento, como também pela oportunidade de contribuir para sua emancipação, incluindo saber fazer e saber pensar, pois, na EPT contextualizada, a formação humanística deveria estar integrada à formação técnica. Nesse sentido, a educação profissional vai além de ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas deve proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, incluindo suas conquistas e revezes, além de habilitar para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem jamais esgotar a elas (PACHECO, 2012, p. 67).

De acordo com Pacheco (2010), nos discursos do presidente, divulgados, na época, pela mídia, era recorrente a afirmação de que ele não queria ouvir seus assessores falarem em educação como gasto, mas como investimento. Enquanto titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Pacheco (2008) traduziu a visão predominante no governo sobre o papel da educação da seguinte forma:

[...] A educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social [...]. Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto um técnico, como um filósofo, um escritor ou tudo isto (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 18).

Com o início da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criação dos IFs, a formação de professores busca suprir a carência enfrentada pela educação básica, de profissionais habilitados, principalmente na área de Ciências, enquanto a formação de técnicos, tecnólogos e engenheiros em áreas específicas buscam contribuir para o desenvolvimento dos setores estratégicos da economia do país (TAVARES, 2012, p. 10). Dessa forma, o modelo curricular passou a exigir mudanças no perfil do profissional docente da Rede, para que ele pudesse lidar com o conhecimento de forma integrada e verticalizada, como condição para superar o “modelo hegemônico disciplinar” e construir um perfil profissional docente com capacidade para (PACHECO; MORIGI, 2012, p. 26) “desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos” (INSTITUTO FEDERAL, 2010, p. 27)⁹⁵. Nesse contexto, o professor Rômulo chegou à Instituição para lecionar a disciplina Educação Moral e Cívica, que, na sua opinião, possuía:

[...] um conteúdo muito, muito aproximado as normas, é, como é que eu diria? As normas, um caráter meio militar, um caráter. Obviamente que desde o princípio a gente já tava invertendo a lógica da disciplina Educação Moral e Cívica. Por exemplo: eu ensinei MC, mas basicamente quando ele me [...] quando o livro, a orientação, a apostila enfim, o programa me apontava pra tal caminho, eu investia por um caminho lógico que eu compreendia do que seria Moral e Cívica, do que seria tá discutindo não é? esses temas na sala de aula (RÔMULO, 2017).

Essa postura do professor Rômulo demonstra a sua concepção política sobre o que deveria fazer parte do conteúdo da disciplina, contrariando a lógica do que era orientado por livros e apostilas do programa de governo. No entanto, no que tange à presença da religião, pouco diferenciava dos diretores que o antecederam, pois, mesmo que poucas vezes tenha

⁹⁵ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em:

participado de cerimônias religiosas, era representado por outros gestores nos eventos dessa natureza, que continuaram sendo realizados.

[...]. Eu lembro de vários eventos, a própria, o primeiro evento do aniversário da nossa Instituição que é comemorado em setembro, eu lembro que a gente fez uma programação enxuta, porque faltava recursos e faltava é, maiores, é, maiores condições. Nós estávamos assumindo em junho, e a coisa seria em setembro, mas nós promovemos eventos pra celebrar o aniversário do então CEFET. E quando nós, um dos atos que eu lembro muito bem, foi uma mesa de abertura da solenidade que nós fizemos questão que tivesse presente, né, é, como eu digo? Religiosos não é, de mais de uma religião. A gente não queria o monopólio de uma só, então eu lembro foi um padre, um pastor e eu não lembro se tinha alguém das manifestações afro. Mas era uma coisa que eu sempre pedia, que nos eventos quando fosse da presença, vamos dizer da religiosidade, que nós pudéssemos compartilhar com esses segmentos que estão presentes na sociedade, né? Eu pessoalmente, eu sempre pedia isso né? Porque eu acho, que por exemplo: uma corrente que tá ausente dessas manifestações e que é tão brasileira, que é todo pessoal da matriz africana. [...] (RÔMULO, 2017).

Apesar de haver uma preocupação e um esforço institucional em contemplar diferentes segmentos religiosos em seus eventos ao longo dos anos, na prática, isso não se concretizava, pois, os laços da Instituição com o segmento católico da sociedade paraibana continuavam a existir, a despeito de qualquer iniciativa contrária nesse sentido, como está registrado na foto abaixo.

**Foto 18: Comemoração do 94º aniversário do CEFET, em 2003.
Presença do padre Luiz Well.
Direção prof. Rômulo,**



Fonte: Arquivo pessoal do prof. Rômulo, cedido à autora, em setembro de 2017.

A presença do padre Luiz Well, nas comemorações do 94º aniversário da Instituição, é mais uma demonstração de que o vínculo com o catolicismo continuava existindo, e o referido padre já havia sido convidado para outros eventos, na gestão do professor Almiro, naquela oportunidade, para participar de uma Colação de Grau da Escola Técnica, citada anteriormente. Das cerimônias religiosas realizadas na Instituição:

Eu lembro apenas de um ato, que eu lembro que eu autorizei, que também à época, alguns amigos do gabinete, alguns diretores né? Que faziam parte do gabinete, que me questionaram se poderia ou não, que foi um casamento. O primeiro casamento que eu tenho conhecimento, [...] Eu acho que o primeiro casamento católico, me parece que católico, [...] Foi do Augusto, um ex-aluno nosso, ele estudou, foi presidente do grêmio e veio me pedir, pessoal jovem, né? [...] veio me pedir tá, que o casamento dele fosse aqui. E aí, eu de chofre, autorizei. O pessoal ainda questionou, não, não seria bom a gente questionar. Não sei se eu cheguei a questionar Zeneida⁹⁶ se havia algum impeditivo, não lembro, mas sei que foi autorizado e o primeiro casamento foi feito aqui no auditório José Marques. [...]. Eu autorizei porque eu achei tão bonito, tão simbólico, o amor dele pela Instituição, foi aluno, a esposa dele também foi aluna aqui, eu achei bonito e não vi nada demais em autorizar. [...] E eu estive presente, eu fui inclusive um dos padrinhos de casamento, eu e Ivanilda que era diretora da sede [...]. (RÔMULO, 2017).

⁹⁶ Pessoa que na época era a procuradora da Instituição.

**Foto 19: Cerimônia de Casamento, no Auditório prof. José Marques.
 Presenças: noivos, estudantes do CEFET;
 Diretor Geral: Rômulo Gondim e vice-diretora, Ivanilda Gentle, como padrinhos.**



Fonte: Arquivo pessoal do Prof. Rômulo, cedido à autora, em 2018.

A realização desse casamento aconteceu no dia sete de fevereiro de 2009, um dia de sábado, não chegando a ter repercussões na comunidade escolar. Eu mesma nunca ouvi qualquer alusão ao assunto. Essa informação é a confirmação de que a religião continuou fazendo parte do cotidiano da Instituição, apesar das mudanças dos atores centrais, da sua organização social e política, que continuaram apoiando e participando de ritos e celebrações no seu ambiente.

Um fato importante, relacionado à presença da Igreja católica na Instituição, foi a presença de Dom José Maria Pires, arcebispo da capital, na programação das quartas sociais, um importante evento de cunho educativo, político-social, com participação dos estudantes, que reuniu, naquele momento, numa outra perspectiva, a Igreja e a Instituição, trazendo, na opinião do professor Rômulo, uma posição política bem diferente da sua e do arcebispo. Outro evento lembrado foi a reinauguração do NACE.

[...], a gente fazendo a reinauguração do NACE, Núcleo de Artes e Cultura, onde hoje funciona a reitoria, eu convidei Dom Marcelo Pinto Cavalheira, né? Que é uma pessoa maravilhosa, dois homens de uma energia espiritual fantástica, né? Quer dizer, então esses atos, às vezes são até involuntários, quer dizer, porque em tese não seria correto, já que você chamou fulano.

Mas não, no caso de Dom José, eu lembro que eu era de Humanas, eu era coordenador e ele tinha acabado de lançar o livro “Brasil nunca mais”, que era um livro extraordinário, e ainda é, mas a época era, foi um grande bum [...]. Obviamente que as pessoas as vezes se espantavam porque a nossa escola por outro lado, eu sei a posição política da nossa Escola. A nossa Escola, ela tem uma posição política que é diferente da minha posição política. Então, eu sempre tive clareza disso, desde quando entrei, né?, mas isto não faz que. Mas isso me deixou e deixa ainda, embora não seja mais, esteja na ativa do quadro, isso me deixa contente, porque eu acho que escola tem que ter a pluralidade, ela tem que ser multi. Quanto mais plural, mais ela vai ser grande, entende? (RÔMULO, 2017).

Nessa fala, há uma clara percepção da política frente às atividades realizadas com participação de líderes religiosos, em situações distintas das anteriores, em que compareciam à Instituição para celebrações religiosas, passando a apresentar agora um contexto religioso e político. Fica evidente o poder da religião, frente às questões políticas dentro da Instituição, também num episódio narrado pelo professor Rômulo, na época do governo Collor. Havia colocado uma matéria no “Mural da Comunicação”, em que o autor fazia críticas ao então presidente e sua esposa. Um servidor, assessor do gabinete do diretor, ligado a TFP⁹⁷, Tradição, Família e Propriedade, questionou o diretor sobre a existência, na sua equipe, de um comunicador social que fazia críticas à esposa do presidente.

A religião e a política aí muito presente, então, eu tenho consciência do que eu sou e do que eu fiz na Instituição a partir de símbolos como esse, sabe? Ele tomou por outro lado, né, ele tomou por outro lado político religioso né? De querer descaracterizar aquele colega, aquele servidor que ele era professor como eu, só que ele era do gabinete, tal, ligado a direção, como eu também, eu era comunicador, mas enfim. Olha eu não vou retirar, porque é o que eu penso, foi pedir para mim retirar, é o que eu penso. Aí depois de uma colega insistir, eu acabei retirando a matéria. Por que eu estou dizendo isso, né? Vou dizer porque: a religião e a política, elas caminham, elas se cruzam e como nós estamos num ambiente, num ambiente educacional, em que, o que é o ambiente educacional? É o ambiente da, vamos dizer assim: é o ambiente da geração do conhecimento. [...] A geração da transformação, do vai e vem do ministério. Se esse ambiente absorve o conhecimento, não tem jeito, vai tá a religião, vai tá a

⁹⁷ "Tradição Família e Propriedade", sociedade que se diz católica, mas faz restrições ao Concílio do Vaticano II e à Igreja pós-conciliar. Fundada por Plínio Corrêa de Oliveira, deputado à Constituinte em 1934, congregado mariano militante, e diretor do jornal O LEGIONÁRIO, da Federação das Congregações Marianas em São Paulo. A estima e a veneração do mestre-fundador tem corrompido, segundo testemunho de egressos da Sociedade, tornando-se uma quase servidão a ele, além do culto à sua falecida mãe, D. Lucília. Com sua morte em 1995, a TFP passou por uma revolução interna, redefinindo seu perfil de atuação e expulsando os membros mais antigos, uma briga que foi parar na Justiça. A TFP perdeu importância, deixando de ser referência na agenda conservadora do País, e mesmo que o Supremo Tribunal Federal reverta as decisões de segunda e terceira instâncias favoráveis aos dissidentes e devolva a instituição aos fundadores, é difícil pensar possa voltar a ser a influente como antes. Dos oito membros originais, seis estão vivos, todos com mais de 80 anos, constituindo-se um grande desafio fazer seu discurso reacionário encontrar eco entre os jovens do século XXI. Disponível em: http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=401. Acesso em: 01/06/2017.

política. Não tem como não. Então, nesse caldeirão que é a escola, né? Nesse caldeirão que é a escola, você tem presente esses elementos, elementos ideológicos, políticos, é, religiosos, espirituais, no sentido mais amplo, não é? Não tem como você não discutir, [...] (RÔMULO, 2017).

Aqui, novamente, fica evidente a naturalização da religião no ambiente escolar, enquanto aparelho ideológico, mas trazendo também os diferentes momentos da política nacional e o reconhecimento das dificuldades em manter a separação entre o Estado e a Igreja. Apesar do discurso do professor Rômulo, tentando mostrar que, na sua gestão, havia um certo distanciamento das questões religiosas, ainda se mantiveram os cultos ecumênicos e um crucifixo na sala da Direção Geral, afixado na posição central da sala, sendo redirecionado para um dos lados, na tentativa de informar de uma mudança. No entanto, continuou presente, numa demonstração do poder e da força dos símbolos religiosos católicos nas instituições públicas e da dificuldade para manter a neutralidade religiosa. Outra informação interessante trazida por ele foi de que “Há uma discussão, que já vem de alguns anos, que eu tenho escutado dos mais antigos aqui, que esse espaço físico, do *campus* João Pessoa, não é, ele foi, o nosso *campus* João Pessoa, ele foi construído em um antigo cemitério indígena” (RÔMULO, 2017), informação que não foi confirmada pelo professor Itapuan, o mais antigo diretor do período em estudo, mas continua presente nas conversas dos mais remotos servidores da Instituição.

Nesse contexto, quem sucedeu o professor Rômulo Gondim foi o professor João Batista, que chegou à Escola, em 1970, como estudante da última turma do ensino ginásial da EIFPB. Como professor, lecionou as disciplinas: Enrolamento de Motores e Eletricidade Básica e Instalações Elétricas. Foi Coordenador de Laboratório e do Curso de Eletrotécnica e do turno da noite; contribuiu na criação do Curso de Eletrônica; foi Diretor de Ensino de 1989 até 1995 e, no mesmo ano, Diretor da Unidade Descentralizada de Cajazeiras – UNED, por seis anos, retornando em 2001 para ser novamente Diretor de Ensino. Foi Diretor Geral, no período de 2006 a 2008, ano em que a Instituição foi transformada em IFPB, pela Lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Entre 2009 e 2010, foi reitor pró-tempore, por designação do Ministério, fase de transição até haver nova eleição, consolidando seu nome para assumir o primeiro cargo de Reitor da Instituição, permanecendo até o dia 22 de agosto de 2014, vivenciando, assim, duas gestões em dois momentos distintos da história da Instituição: CEFET e IFPB.

Em sua época de estudante na Escola, o professor João Batista presenciou celebração de missas, em diferentes ocasiões: Semana Santa, Páscoa, formaturas, aniversário da Instituição, bem como outras atividades religiosas em sala de aula, que marcaram sua vida acadêmica e pessoal.

Nós tínhamos uma professora, foi minha professora em 1974, eu lembro até, chamada Linalda Cavalcante, e eu acho que Linalda, não só uma pessoa de muita cultura, e ela tinha uma forma muito interessante de fazer abordagens religiosas em sala de aula, que era nas tarefas que ela nos ensinava, era pra ler versículos e capítulos bíblicos e na aula seguinte, ela cobrava tipo assim: - “Quem leu por exemplo, eu me lembro que.... a história de Jó, né? Eu li Jó, né?. Uma tarefa que ela me ensinou, e depois me interessei por outros, Coríntios, [...]. Mas ela tinha essa maneira muito interessante de fazer abordagem, sem falar. Não, não era apenas isso, José de Alencar, Machado de Assis, vários outros autores. [...] assim, muitos livros que [...], tarefas, sem fugir da gramática [...] (JOÃO BATISTA, 2017).

A informação de que a professora Linalda utilizava textos bíblicos nas suas atividades pedagógicas vem confirmar a estreita relação da Escola com a religião católica, numa demonstração de aliança com o catolicismo, revelando a perfeita harmonia com o *habitus* institucional e professoral.

Quer ver outras tarefas que ela nos dava? Buscar epitáfios [...]. Não, tarefas que a gente tinha que ir ao cemitério. Então ela marcava, tal dia, oh entre o sábado e domingo, eu recomendo e a gente ia e ela estava disfarçada no cemitério né? Olhando quem de fato dos alunos, ou tava na porta ou tava naquele corredor principal e a gente tinha que trazer cinco epitáfios, tarefas. Era revezado não era todo domingo, todo sábado, mas ela dizia: - No próximo final de semana, eu quero cinco epitáfios de cada um [...] (JOÃO BATISTA, 2017).

Essa visita ao cemitério, por despertar sentimentos pouco discutidos, como a morte, foi bem lembrada pelo professor Itapuan, que costumava acompanhar de perto o trabalho desenvolvido pelos professores e mantinha-se informado sobre as atividades extraclasse dos estudantes.

O professor João Batista, referindo-se ao estigma sofrido pelos estudantes da Escola naquela época, trouxe também essa relação com a religião. A Instituição “[...] naquela época eu diria, que a gente vivia ainda sob os dogmas de uma escola segregacionista, no sentido de que, é naquela famosa frase: ‘os excluídos’ né? Escola para os excluídos de formar para o trabalho” (JOÃO BATISTA, 2017). Referindo-se ao estigma⁹⁸ que os estudantes da Escola naquela época sofriam, complementou:

⁹⁸ Estigmatizar é uma forma de “rotular” uma pessoa como inaceitável e diferente do “normal” por possuir algum atributo, traço ou doença. O estigma envolve estereótipos, preconceitos e comportamentos de discriminação. Estigma social é uma forte desaprovção de características ou crenças pessoais, que vão contra normas culturais, podendo frequentemente levar à marginalização. Disponível em: https://www.google.com.br/#q=estigma+social&*&*& Acesso em 26/03/2017.

[...]. Então eu diria que nós nem tínhamos na época, e até acho que hoje ela não pode ser dogmatizadora no sentido da própria religião, até expressão não é? A liberdade de expressão, a liberdade de credo, de fé. Eu diria que isso tinha uns certos segmentos: o lado católico, o lado dos evangélicos, não é? E já se via aqueles movimentos, vamos dizer assim, carismáticos, seja do lado evangélico, de grupos de jovens de tal Igreja, seja Assembleia, seja [...]. Lembro que havia alguns grupos, grupos pequenos, [...] católicos (JOÃO BATISTA, 2017).

Nesse momento, o professor João Batista coloca a presença da religião na Escola como liberdade de expressão, de credo e de fé, não podendo ser ela dogmatizadora, apresentando informações sobre as formações de pequenos grupos religiosos católicos e evangélicos já existentes no ambiente escolar. Quanto ao estigma social, esse tem características particulares de um determinado grupo ou indivíduo que acompanha uma direção oposta às normas culturais tradicionais de determinada sociedade, estigmatizando tudo aquilo que está fora do seu padrão cultural. Os estudantes da Instituição têm uma história de estigma social desde sua criação, já comentado anteriormente, fato bastante comum em nosso país, que ainda estigmatiza muitos grupos de homossexuais, negros e doutrinas religiosas, numa postura que provoca sérios problemas sociais, além da criminalização. De acordo com Goffman (1993), "la sociedad establece los medios para caracterizar a las personas y el complemento de atributos, que se perciben como corrientes y naturales a los miembros de cada una de esas categorías" (GOFFMAN, 1993, p. 11). Portanto, aqueles que se afastam do esperado socialmente costumam sofrer estigma social.

Nessa perspectiva, na evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Instituição tende a superar a concepção de Educação voltada para os “desvalidos”, adotando um novo modelo de instituição federal de ensino e nova proposta de organização e gestão.

Vislumbra-se que se constituam em marco nas políticas educacionais no Brasil, pois desvelam um projeto de nação que se pretende social e economicamente mais justa. Na esquina do tempo, essas instituições podem representar o desafio, a um novo caminho na produção e democratização do conhecimento (PACHECO, 2011, p. 32).

O lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica⁹⁹ aconteceu em 2007, com a meta de entregar mais 150 novas unidades à população, num total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões

⁹⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em 23/01/2018.

do país, ofertando cursos de qualificação, ensino técnico, superior e de pós-graduação, em sintonia com as necessidades de desenvolvimento local e regional (CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL, p.6, *online*).

A ideia da criação dos IFs surgiu no âmago do segundo mandato do presidente Lula, que, entre outros aspectos, foi marcado pela sua determinação em assegurar um lugar privilegiado à educação, em particular, à educação tecnológica nas políticas do seu governo. Cabe ressaltar que, para assegurar sua expansão e modernização, foi preciso um grande esforço político, objetivando revogar o aparato legal responsável por impedir sua ampliação em todo o país (PACHECO; PEREIRA; SOBRINHO, 2010, p. 72).

De acordo com Pacheco (2011), a proposta de criação dos Institutos extrapola a de uma simples reforma na sua estrutura acadêmica e organizacional, identificando-se melhor com uma ruptura com o modelo neoliberal do governo anterior, como pode ser comprovado pelo documento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, quando afirma que:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram aliados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (SETEC/MEC, 2010, p.21)¹⁰⁰.

Os IFs foram criados em 2008, à luz de elementos conceituais que concebem a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como uma política pública, embora muitos não percebam qualquer movimento novo relacionado a esse aspecto, pois, desde sua criação e nos diferentes momentos históricos, essas instituições, presentes em todo o país, continuaram sendo mantidas por orçamento público federal. O conceito de política pública, adotado e ampliado pelo governo, entendia não bastar garantir que a Instituição fosse pública e vinculada a orçamento e recursos públicos federais, pois entendia que a condição indispensável para isso era que a política pública estivesse estruturada em outros itens obrigatórios, como: 1. Compromisso com o social, fundamentado na igualdade e diversidade: social, econômica, cultural, geográfica, entre outros; 2. Articulação com outras políticas de: trabalho e renda; 3. Desenvolvimento

¹⁰⁰ SETEC/MEC. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192

social, educacional, setorial, ambiental, provocando impactos nesse universo (SETEC/ MEC, 2010, p.7).

De acordo com Moura (2010),

[...] a criação dos IFs é, em certa medida, uma resposta do MEC à pressão feita por grande parte das instituições da rede federal de EP no sentido de se transformarem em universidades tecnológicas, a exemplo do que ocorreu, em 2004, com o CEFET-PR transformado, mediante lei, em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Nesse sentido, alguns CEFETs articularam-se junto a suas bancadas federais, de modo que projetos de leis específicas de interesse de vários CEFETs (e/ou de seus dirigentes) começaram a tramitar no Congresso Nacional visando transformá-los em Universidades Tecnológicas. Contudo, o MEC tinha posicionamento contrário a essa transformação, dentre outros motivos porque, no caso da UTFPR, essa transformação vinha consolidando o afastamento da Instituição do ensino técnico. Desse modo, engendrou-se uma solução pacificadora: a criação dos IF que têm algumas características de universidade, como Reitorias e Pró-Reitorias, mas não o são. Além disso, vinculou-se essa mudança de institucionalidade ao processo de ampliação da rede; entretanto, é preciso observar que os movimentos, em sua origem, são distintos, embora tenham convergido no transcorrer dos acontecimentos (MOURA, 2010, p. 11).

Em 2011, durante a gestão do professor João Batista como reitor, houve a sucessão ao governo Lula pela Presidenta Dilma Rousseff, que continuou a expansão da Rede Federal, esperando-se que, nesta periodização histórica, os fatos ficassem evidentes quanto a sua reconfiguração, tornando seus objetivos e resultados mais claros. Mas esse governo continuou com a política de parcerias público-privadas do governo anterior, que havia criado o ProUni¹⁰¹ e, em 2011, o PRONATEC¹⁰². De acordo com o professor João Batista, além das mudanças estruturais, políticas, educacionais ocorridas na Instituição, ao longo da sua trajetória, outras ocorreram relacionadas à presença religiosa no *campus*, mais expressivamente, a partir dos anos 2000:

Hoje eu vejo menos, talvez por conta da miscigenação que a gente teve, não só cultural, mas de faixas etárias, nível social. Eu vivi um tempo que talvez pelo menos tinha talvez mais presente nessa fase do ensino básico, ensino médio, da educação básica como um tempo que a gente tem mais, foi mais forte. Vejo hoje também, provocações, bem menor que do que há tempos

¹⁰¹ O ProUni (Programa Universidade para Todos) é um programa criado pelo Ministério da Educação em 2004 que oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior. As bolsas são integrais (100%) ou parciais (50%) - destinadas a estudantes brasileiros de baixa renda e sem diploma de nível superior.

¹⁰² Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal, em 2011, pela Lei 12.513/2011, com objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, buscando ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 17/06/2017.

atrás: colocação da concentração, da reza, louvores, pequenos grupos. Acho que principalmente já houve mais (JOÃO BATISTA, 2017).

Essa “miscigenação”¹⁰³ à qual o professor faz referência diz respeito à expansão dos níveis de ensino existentes atualmente, em que a faixa etária foi ampliada para os 13 anos em diante, incluindo da educação básica até a superior e do ingresso por meio das cotas por hipossuficiência econômica, deficiência, entre outros.

Chama a atenção que, no processo eleitoral de 2006, um dos candidatos ao processo de sucessão colocou como uma das metas do seu projeto de gestão a construção de um espaço ecumênico, de prece, mas não chegou a se concretizar. Símbolos religiosos, como o crucifixo, continuaram presentes na Instituição na gestão do professor João Batista: “Eu tinha um, não sei exatamente em que sala ele está agora [...]” (JOÃO BATISTA, 2017). Existem muitas controvérsias em torno da presença dos símbolos religiosos em instituições públicas, incluindo também a existência de capelas nesses espaços. Há muitos processos na justiça, como também protestos e solicitações para que eles sejam retirados das instituições. Para algumas pessoas, a presença de símbolos religiosos em escolas, universidades, instituições públicas representa, de modo geral, uma ofensa e uma ameaça aos princípios de laicidade do Estado. Essas discussões na sociedade têm acontecido de forma esporádica e ainda de forma muito tímida, face a nossa tradição católica e ao grande poder social e político das suas lideranças. Porém, na Instituição, não há registro dessa discussão.

Em 2009, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3), aprovado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009, referia-se aos símbolos religiosos nos “Objetivos estratégicos VI”: Respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia de laicidade do Estado, estabelecendo, no item C, “Desenvolver mecanismos para impedir a ostentação de símbolos religiosos em estabelecimentos públicos da União” (DECRETO 7.037, de 21/12/2009). No entanto, em 2010, este dispositivo foi revogado pelo Decreto nº 7.177, pressionado por setores da Igreja católica e de uma parte da opinião pública. No início de 2011, a presidente Dilma Rousseff, na sua primeira semana no Palácio do Planalto, solicitou a retirada da Bíblia e crucifixo do seu gabinete.

De acordo com Ranquetat Jr (2012), a presença da religião no espaço público não acontece apenas por meio de atores humanos, individuais ou coletivos nem de discursos, mas também por imagens e objetos, em que o crucifixo desencadeia boa parte dessas controvérsias,

¹⁰³ Termo utilizado pelo professor João Batista, referindo-se à expansão dos cursos da Instituição.

gerando debates e disputas sobre seu valor e sentido, pois ele não é apenas adorno estético, mas um poderoso ícone de concentração de múltiplos significados (RANQUETAT JR, 2012, p. 15, *online*).

Daqueles que defendem permanência da presença dos símbolos, os argumentos são de que se trata de uma tradição histórica do nosso povo, expressão da nossa cultura, motivo pelo qual não ofenderia a esses princípios. A juíza URSAIA (2009) é defensora dessa permanência e entende que:

[...] a laicidade não pode se expressar na eliminação dos símbolos religiosos, mas na tolerância aos mesmos. Em um país que teve formação histórico-cultural cristã é natural a presença de símbolos religiosos em espaços públicos, sem qualquer ofensa à liberdade de crença, garantia constitucional, eis que para os agnósticos ou que professem crença diferenciada, aquele símbolo nada representa assemelhando-se a um quadro ou escultura, adereços decorativos (URSAIA, 2009, p.3, *online*)¹⁰⁴.

No entendimento dessa juíza¹⁰⁵, a alegada ofensa à liberdade religiosa não acontece, pois ela significa a liberdade de escolher a religião, aderir a qualquer seita religiosa ou nenhuma, não havendo, assim, ofensa à liberdade de culto, nem à liberdade religiosa, que são garantias previstas no artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal. Para ela, a laicidade prevista no artigo 19, inciso I, descrito no Capítulo anterior, não implica a vedação da presença dos símbolos religiosos nos órgãos públicos. Nessa perspectiva, também não há ofensa ao princípio da impessoalidade da Administração Pública, por não haver detrimento ou favoritismo a grupos ideológicos, já que todos são tratados com justiça, sem que sejam obrigados a fazer, ou deixar de fazer algo, senão em virtude da lei¹⁰⁶ (URSAIA, 2009, p.3, *online*).

A maioria dos diretores entrevistados vivenciou, nas suas gestões, o período em que a religião se fazia presente em plena consonância com o *habitus* institucional, e seus relatos ajudaram a reconstruir essa trajetória, em que os campos religioso e educacional permitiam estudar e celebrar das formas mais variadas possíveis.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCS/decisoes/2009/090820Simbolos.pdf>. Acesso em 11/06/2017.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCS/decisoes/2009/090820Simbolos.pdf>. Acesso em: 11/06/2017.

¹⁰⁶ Ação Civil Pública 2009.61.00.017604-0. Juíza Titular, Dra. Maria Lucia Lencastre Ursoia,

2.2 Escola: instrumento das estratégias de reprodução

A percepção daqueles que foram estudantes nas décadas de 1960 e 1970, vindo a ser, posteriormente, professores e gestores, muito contribuiu para a compreensão do campo religioso na Instituição, que, já naquela época, abrigava ritos e práticas religiosas. Os critérios utilizados para a escolha desses agentes foram: 1. Terem estudado na Instituição em dois momentos da sua história: Escola Industrial e Escola Técnica, vivenciando experiências religiosas em diferentes fases das suas vidas, primeiro como estudantes, depois como professores e, posteriormente, como gestores; 2. Estarem há mais de quarenta anos na Instituição. Esses ex-estudantes começaram sua trajetória na Instituição em 1967, quando ainda era Escola Industrial, nas séries correspondentes ao atual Ensino Fundamental II, passando, em seguida, para o Ensino Técnico Profissionalizante, ambos na habilitação em Estradas, correspondente do atual Ensino Médio, da então ETEPB. Mais adiante, tornaram-se professores, diretores, entre outros cargos e funções, possuindo, em média, quarenta e dois anos de atividades prestadas, em todo o período de permanência.

O ex-estudante Guilherme Marcone de Brito, posteriormente, foi professor e assumiu vários cargos, como: Coordenador da Área de Construção Civil; Chefe do Departamento de Pessoal, hoje Diretoria de Gestão de Pessoas, a DEGEP; Subcoordenador da Coordenação de Planejamento, a COPLAN, hoje Diretoria de Planejamento; Gerente Administrativo da Unidade Descentralizada de Cajazeiras – UNED, hoje Diretoria de Administração, do *campus* Cajazeiras; Assessor Especial da UNED Cajazeiras; Diretor de Relações Empresariais de Comunitárias, hoje Pró-reitora de Extensão; Diretor do Departamento de Pesca, hoje Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima do *Campus* Cabedelo Centro; Coordenador do Núcleo de Pesquisa Nordeste II de Pesca e aquicultura dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte e Diretor de Gestão das Atividades de Extensão, entre outros.

A presença da religião marcou sua vida pessoal e escolar, recebendo da Instituição formação religiosa dentro e fora da sala de aula, quando alguns professores possuíam uma fala e práticas religiosas, transmitidas junto aos conteúdos escolares. Já nos anos 1960, os estudantes que professavam uma religião que proibia seus adeptos de participarem de atividades aos sábados obtinham, nesse sentido, a dispensa da Escola.

De acordo com Guilherme, o professor Espedito ministrava a disciplina de Matemática e, vez ou outra, convidava um determinado pastor para visitar sua sala, bem como para fazer palestras em eventos realizados no auditório e pátio. Lembrou que o professor Espedito, que havia sido seminarista, também fazia palestras, utilizando uma fala religiosa, e que outros

eventos realizados na Escola traziam as marcas da religião, como: aniversário da Instituição, solenidades de formatura (oportunidades para as quais eram chamados padres e pastores) e, mais adiante, representantes da Doutrina Espírita para os cultos ecumênicos.

O falecimento da professora, relatado pelo professor Itapuan, ficou muito marcado na memória desse ex-estudante, pela pregação de um padre que fez a encomendação do corpo. Também havia uma professora de história que fazia orações em sala de aula, com os estudantes posicionados em pé. Embora a participação nesses ritos fosse livre, os evangélicos permaneciam em sala de aula, mas sentados, fazendo suas orações em particular, já que aquelas proferidas pela professora eram identificadas como sendo da religião católica. Independentemente dos eventos, havia um pastor cuja presença na Instituição era constante, e fazia parte do cotidiano dos estudantes receber sua visita. Quando havia eventos, era feito o convite para as autoridades religiosas realizarem rituais, cultos ecumênicos na Instituição, o que, nos últimos anos, foi ficando cada vez mais raro (GUILHERME MARCONE, 2016).

Outro ex-estudante que contribuiu para a compreensão da dimensão religiosa no Instituto foi Antônio Carlos Gomes Varela, que também se tornou professor, lecionando as disciplinas Materiais de Construção, Mecânica dos Solos e Resistência dos Materiais. Exerceu várias funções: Coordenador de Laboratórios e Coordenador Geral da área de Construção Civil; Coordenador do Curso de Estradas, Edificações e Saneamento. Na área do Ensino: Coordenador de Apoio ao Estudante, Coordenador de Ensino; Diretor da UNED de Cajazeiras; Diretor de Ensino da ETEPB e Vice-diretor da ETEPB, além de Membro do Conselho Técnico Consultivo, todos esses cargos exercidos na ETEPB. Foi ainda Diretor Geral interino e Membro do Conselho Superior do CEFET e Diretor administrativo da UNED de Campina Grande. No IFPB, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Interiorização; Pró-reitor de Administração e Planejamento e, por último, Assessor especial da reitoria, além de presidente da Comissão Permanente do Pessoal Docente CPPD e Membro do Colégio de Dirigentes do IFPB.

Na época em que o professor Varela estudava na Escola, vários professores apresentavam uma prática religiosa em sala de aula, a exemplo da sua professora de música, que, na sua concepção, tinha um jeito de “mãezona” e usava de forma sistemática a religião nas aulas,

[...] na aula de música ela também dava assim, sabe? Essa, essa feição a aula entendeu? Agora era uma coisa que era dela, sabe? Era dela, dela pessoa, não era uma coisa sistêmica assim não, que estava em plano de ensino tal,

ela sempre fazia assim, era parte da formação que ela fazia para dar a aula de música dela (VARELA, 2016).

Essa professora mantinha uma regularidade na utilização de orações que trazia para sua sala de aula, todas vinculadas à religião católica professada por ela, de forma a constituir-se em um ritual de abertura das suas atividades pedagógicas, pois, em todas elas,

[...] tinha que fazer a oração, a gente orava, fazia o quê? O Pai Nosso e Ave Maria com ela, me lembro” [...]. Agora por que, que é institucional? Porque as pessoas que aqui habitavam naquele tempo, sabe? Na época também, tinham muito isso em si, traziam de casa, [...] professores que chegaram aqui naquele tempo, sabe? Principalmente as professoras [...] (VARELA, 2016).

Essa forma como a Instituição tratava a religião corresponde àquela que foi informada pelo professor Itapuan, quando sua equipe de trabalho era composta usando a religiosidade das pessoas como critério. A religião fazia parte do cotidiano, e Varela atribuiu essa postura religiosa em sala de aula à formação pessoal dos professores, majoritariamente católica: “Quando a gente entrava aqui tinha essas questões muito, muito assim sabe afloradas sabe? Essas questões, assim. Sentia essa energia na Escola, sabe? A gente sentia essa energia para os professores” (VARELA, 2016). Esse senso encontra correspondência no sentimento de Durkheim, quando afirma que “[...] a educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência” (DURKHEIM, 2004, p. 45). Várias outras professoras foram lembradas por ele, como as de Português, História Geral e do Brasil, Música, além das profissionais do Serviço Social e Orientação Educacional, destacando: “Você vê que a gente só cita mulher, que a mulher nesse ponto era [...], mulher naquele tempo tinha mais maternidade [...] (VARELA, 2016).

Depois que houve essa mudança assim, que você passou a adotar um comportamento consumista, você só quer saber de ter, ter, ter, consumir, o ser foi desprezado, aí, isso tomou uma outra configuração, ... sociedade [...]. É esse referencial, que no passado, o lar fazia a sociedade, a escola fazia também. A escola ela tem que fazer, sabe? E o lar também, o lar reproduz a sociedade. O lar produzia a sociedade, e hoje ele reproduz o que tá lá fora (VARELA, 2016).

Essa fala do professor Varela mostra a forte ligação da Escola com a sociedade por meio da religião e da transmissão dos valores da família pela Instituição. A figura materna, nesse sentido, era projetada na imagem das professoras e demais profissionais femininas responsáveis

pelos setores de acompanhamento aos estudantes. Nesse sentido, Bourdieu (2011) esclarece que:

[...], a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o "sujeito" principal das estratégias de reprodução (BOURDIEU, 2011, p.131).

Diante desse contexto, fica evidente que esse sentimento de identidade religiosa marcou profundamente a vida dos estudantes que vivenciaram, na Instituição, uma forma atípica de laicidade, mas de forma bastante coerente com sua vida social e familiar. De acordo com Durkheim (2001), os seres humanos são moldados pela educação, que lhes ensina a ser e agir para prover a necessidade da sociedade na qual estão inseridos e:

[...] cada sociedade, considerada em momento determinado de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos de modo geralmente irresistível. [...]. Há, pois, a cada momento, um tipo regulador de educação, do qual não nos podemos separar sem vivas resistências, e que restringem as veleidades dos dissidentes (DURKHEIM, 2001, p. 36-37).

Assim, a educação oferecida aos estudantes da Instituição nessa época encontrava-se em sintonia com as práticas religiosas presentes na Escola, perfeitamente adaptadas a essa geração e ao seu meio social, reproduzindo, no ambiente escolar, as influências familiares de uma sociedade majoritariamente católica.

[...] todas as práticas educativas, quaisquer que possam ser e qualquer que seja a diferença que entre si demonstrarem, apresentam um carácter comum e essencial: resultam todas da acção exercida por uma geração sobre a geração seguinte, com o fim de adaptá-la ao meio social em que esta última será chamada a viver (DURKHEIM, 2001, p. 60).

Como pôde ser observado, a Escola reproduzia o forte vínculo religioso do Estado com a Igreja, transmitido por várias gerações seguidas, demonstrando que as práticas religiosas presentes na Instituição naquele período eram coerentes com seu momento histórico, social, político e religioso.

2.3 Da sala de aula para além dela: orações, celebrações e arte

Nos anos 1960 e 1970, a Instituição viveu seu período mais fértil em relação às práticas religiosas, sendo natural e comum que os professores apresentassem uma conduta religiosa dentro e fora de aula. Assim, entre os professores mais antigos desse período, destacou-se a professora de Língua Portuguesa Linalda de Arruda Mello e o professor de EMC, também pastor evangélico, Tomaz José de Aguiar Munguba, citados pelos ex-estudantes e por alguns ex-diretores. Esses dois professores apresentavam frequentemente uma fala religiosa em sala de aula, e, no caso do professor e pastor Munguba, a participação nos cultos ecumênicos realizados na Instituição. Além desses dois professores, nos anos 1990, uma outra professora da área de música, Marinalva Firmino Ferreira, deu uma grande colaboração nessa pesquisa, por ter larga experiência junto à Coordenação de Artes e grande envolvimento com os eventos institucionais dessa natureza.

A professora Linalda chegou à Instituição em 1961, quando ainda era Escola Industrial, para ensinar espanhol, mas, a partir de fevereiro de 1963, passou a ministrar aulas de Língua portuguesa em virtude da Reforma de Ensino ocorrida nesse ano, ficando até fevereiro de 1980 nessa função. Além das atividades de professora, foi Membro do Conselho de Professores; Julgamento de Trabalhos do Concurso Literário sobre a Revolução de 31 de março de 1964; Coordenadora do I Curso de Aperfeiçoamento de Professores da ETEPB e Membro da Banca Examinadora de dois Concursos da ETEPB para a disciplina de Língua Portuguesa. No que tange às práticas religiosas presentes na Escola, a experiência da professora Linalda nos anos 1960, particularmente em 1964, era

[...]. Bem, era no sentido bem evangélico, no sentido de dizer assim no evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo né? Que abarca, que abraça todas as direções, encaminhando para o bem, [...]. Então, lá na Escola havia por exemplo: ia o padre da Igreja do Rosário, ia também pastor protestante, também dar aulas mesmo, em horários de aula. Eu me lembro bem do padre, Frei Norberto, da Igreja do Rosário. Me lembro de dois pastores que era o Munguba, e um outro, eu acho que era Ezequias, o nome do outro, do tempo de Munguba [...] com esses eu tinha assim aproximação de conversa, aí me lembro bem desses. É possível ter outros mais, também quando chegavam lá, esses tinham como aulas mesmo, né? Horários de aulas mesmo. [...] Era como professores, utilizavam o horário escolar, e havia também. E, sim, e às vezes chegavam por lá também os ... acho que era Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias, eram Mórmons, né? Né? Eles chegavam por lá às vezes, pra falar assim, para dar um cumprimento, dizer alguma coisa, também tinham acesso. [...]. Visitavam as salas, era. E, Itapuan autorizava, eles entravam assim nas salas (LINALDA, 2017).

Apesar da presença expressiva da religião católica na Escola, outros representantes religiosos faziam-se presentes, embora apenas como visitantes, e não eram convidados para as cerimônias religiosas previstas no calendário escolar. Além dos pastores e padres, os professores também tinham práticas religiosas como de fazer orações no início das aulas, “Era, era liberado, né? Liberado. Sim, é, faziam sim” (LINALDA, 2017). A professora Linalda adotava essa prática:

Eu sempre fazia a minha oração, não é? E as vezes assim, geralmente eu me benzia assim. [...] era comum, se fazia isso, é ritual assim tudo, e uma “jaculatória”¹⁰⁷, uma coisa assim. Mas, como acho que durante o tempo em que eu passava com eles né? Mais essa fé, esse desenvolvimento da fé, como é que eu diria? Essa bem da prática da fé, através das ações, né? Como ação operosa, mais isso. Porque a questão da fé, a gente vê aquelas dimensões da fé teologal, né? Até representada pela cruz, né? Pelo simbolismo da cruz. Aquela fé teologal, em que o homem sai da terra, se eleva a Deus, tal. Então essa parte assim que fica, das orações, né? [...]. Então essa vitalidade da cruz é justamente essa vivência, é a fé, a gente chama isso, a fé operosa, né? A fé que vai operar, que vai trabalhar junto com todos, ali, na convivência. Na convivência, entender as brincadeiras do outro, os insultos também, que hoje o povo te chama tanto de boulling, tanta coisa, né? Mas que havia assim de uma maneira, que eu via tudo como manifestação da fé operosa, né? Que cada um ia mostrando o que era, o que pensava, dizendo pro outro, como era que o outro recebia, tudo isso era, era vivencia da fé, a fé operosa, estava operando ali com os exemplos com tudo isso, e deixá-los a vontade nesse sentido, eu acho que isso, e para manifestar seus pensamentos diante de um tema religioso, ou qualquer tema, todo tema, né? O homem é religioso por si [...]. Então, todo tema sempre abarca alguma coisa dessa religiosidade, dessa fé operosa, né? Desse congraçamento, independente da interseção da cruz que é, que a gente chama de fé no sentido litúrgico né?, a dimensão litúrgica, que é, esse realmente se realiza mais dentro da Igreja, etc. Mas essa fé operosa assim eu sempre procurava trabalhar muito, sabe? (LINALDA, 2017).

Essa fala da professora deixa evidente que o lado pessoal está intimamente ligado ao social, destacando a utilização da religião para enfrentar os problemas de relacionamento dos estudantes, como o bullying, trabalhando com eles na perspectiva da fé. Tal posicionamento pode ser entendido na concepção de Elias (1994), de que [...] a existência da pessoa como ser individual é indissociável de sua existência como ser social. [...]. Não há identidade-eu sem identidade-nós. Tudo o que varia é a ponderação dos termos na balança eu-nós, o padrão da

¹⁰⁷ Jaculatória vem do latim *jaculum* (quer dizer jato) lançados para Deus do fundo de nosso coração. São feitas para: para admirar, louvar e agradecer. Disponível em: [http://www.aascj.org.br/home/2013/12/voce-sabe-o-que-sao-oracoes-jaculatorias/Acesso em 02/07/2017](http://www.aascj.org.br/home/2013/12/voce-sabe-o-que-sao-oracoes-jaculatorias/Acesso%20em%2002/07/2017). Pequenas orações ou invocações católicas feitas no começo ou final das orações, ou no final de cada dezena do terço ou Rosário.

relação eu-nós (ELIAS, 1994, p. 151-152). O autor esclarece que as sociedades são constituídas por indivíduos, portadores de características especificamente humanas, como as capacidades de pensar, falar, brincar, ensinar, educar, jogar, competir e amar, vividas na relação social com os outros. Na percepção desse autor, o professor pertence a uma teia de interdependências, possuindo um poder relacional e mutável, ou seja, é dependente das ações, condições, circunstâncias, desejos, crenças, convicções, entre outros, de todos os indivíduos que compõem seu grupo social (ELIAS, 1994). O pensamento de Elias recebe contribuição de Gatti (2003), que afirma:

É preciso ver os professores não como seres abstratos, ou essencialmente intelectuais, mas, como seres essencialmente sociais, com suas identidades pessoais e profissionais, imersos numa vida grupal na qual partilham uma cultura, derivando seus conhecimentos, valores e atitudes dessas relações, com base nas representações constituídas nesse processo que é, ao mesmo tempo, social e intersubjetivo (GATTI, 2003, p. 196).

As atividades propostas pela professora Linalda aos estudantes estão ancoradas em suas concepções pessoais, educacionais e sociais, bem como na cultura institucional. Entre as atividades, duas se destacaram e foram lembradas pelos antigos estudantes e pelo ex-diretor Itapuan: a visita dos estudantes ao cemitério e as redações, utilizando textos bíblicos.

É, pra ver a questão da..., o contacto com ... diante da morte né?, através dos textos, através dos textos que estavam nos epitáfios, através dos epitáfios. Então, os epitáfios que geralmente mostram toda a explosão do eu, né? Do eu lírico, da pessoa, o sentimento diante da lei. Aí, mandei uma vez, fazer isso, [...] só foi uma vez (LINALDA, 2017).

Apesar de a professora Linalda ter informado que essa atividade foi realizada uma única vez, houve uma grande repercussão entre os estudantes e a direção da Escola, talvez pelo fato de ter sido realizado em equipes, fora da sala de aula, e de utilizar um ambiente incomum para atividades escolares.

[...]. Não, eu não ia ao cemitério, não. Eu marcava assim: eu dizia que podiam se dividir em grupos, quem não sentisse a vontade pra ir, não tinha importância, não é,?, ou se quem se sentisse, que poderia ir, né? Ficar livre pra ir, e então, quer dizer não obrigava que todos fossem não. Por isso, fazia-se em grupos, [...] por isso não podia fazer um grupo de somente um né? E os outros não ir. E eles chegavam contando, quer dizer com os textinhos que eles tinham recolhido, coisas, alguns epitáfios que achavam interessantes, e, com o título né? Que aparecem, e às vezes chegavam contando também aventuras, sei lá, que viram, que alguém teve medo, que viram não sei o que, um chegou, um chegou, teve impressão, certos contos, com contos que aparecem, né?.

Alguém viu alguma coisa sobrenatural? [...]. Mas, era pra questão dos textos, e ver isso como eu falei, né? A língua falada (LINALDA, 2017).

A professora Linalda também afirmou nunca ter ido ao cemitério, mas o professor João Batista lembra de tê-la visto disfarçada no local, o que pode ser atribuído a possíveis mistérios em torno do fenômeno da morte. Essa atividade ficou na lembrança de estudantes e do professor Itapuan, que, para além do texto solicitado, entraram em contato com o transcendente e com a morte, fenômeno difícil de ser enfrentado em qualquer idade. Outra atividade utilizada pela professora com características religiosas era a produção dos textos de redação utilizando passagens bíblicas: “[...] eu aproveitava certos momentos fortes, né? E que, para que eles olhassem a bíblia, ou em folhetos de cordel, que às vezes eles focalizavam também e outros, outros textos mais difíceis também (LINALDA, 2017).

Além dos textos de redação focados na bíblia, outros temas religiosos católicos também eram trabalhados. Aprendia-se, em sala de aula, a Língua Portuguesa, mas também as passagens bíblicas, numa relação muito próxima com o cotidiano escolar, que celebrava em conjunto com a sociedade os rituais católicos.

É a mesma forma. Quer dizer, quando eu dava, quando dizia assim por exemplo: - sobre a Páscoa, falar sobre a Páscoa, então eles ficavam a vontade a olhar um texto bíblico, lembravam na visão que se encontrava, mas que eles podiam olhar ali, e podiam dizer também o que eles sentiam em si, ficava bem livre, né?, porque a bíblia, palavra de Deus, não está fechada na bíblia, né? Está espalhada em todos nós, não é? Então meus alunos tinham também a vivência, sentiam, né? Da, a palavra de Deus, a Páscoa como eles sentiam, com a bíblia, com ajuda da bíblia, o céu sem a bíblia [...] (LINALDA, 2017).

Observou que, no Calendário escolar, “Sempre havia Páscoa, não é? Com preparação, inclusive, e esses que preparavam assim e faziam certos comentários em torno, religiosos e havia o dia especial da Páscoa mesmo da Escola. Natal também” (LINALDA, 2017). Além desses rituais, mencionou a celebração de missas,

[...]. Eu me lembro muito de, da missa na Catedral, o que mais me marcou foi missa na Catedral, da Instituição, celebrada na Catedral, a Páscoa. Da Páscoa, eu me lembro. Quer dizer, eu me lembro que havia também, missa na Catedral. Agora, também Itapuan tinha muito interesse, lá né? Pela Escola não me lembro bem lá, sei que eu participava mais quando era na Catedral, era porque era perto de mim. Mas havia na Escola, sei que havia, sei que havia na Escola (LINALDA, 2017).

Essa informação mostra como a religião estava presente na Instituição, tanto dentro, como fora das suas dependências, o que vem ratificar a sua aliança com a Igreja católica, cujos representantes celebravam missas em suas paróquias, atendendo à solicitação institucional, cumprindo o calendário religioso católico, como lembrou a professora, de que, por ocasião dessas datas, havia uma preparação:

Inclusive para a Páscoa, havia lá, a preparação também, não é? [...] geralmente, com palestras. Porque geralmente não era tão fortalecido, no momento de Páscoa tão exclusivo, [...] assim no sentido da Páscoa, porque é permanente, né? Permanente. Havia essas, a gente dizia aulas, dizia assim, aulas, esses encontros, né? De religião, como eu falei, já com o frade no caso lá que aproveitava o Rosário, por isso era frade. [...]. Porque isso que havia lá, como se fosse, como se religião fosse uma disciplina. [...]. Lá funcionava como uma disciplina, né? No sentido de que o padre, no caso era frade, né? O frade, que eu me lembro muito de frade, não sei se havia padre, em outros horários, que não fosse, mas eu me lembro de frade por causa do Rosário, é. O frade, os pastores entravam em salas de aulas como professores, e ali ficavam o regente da sala, regularmente. Então quando era a Páscoa, claro que o assunto se intensificava sobre a Páscoa, não é? Mas as vezes também, reuniam assim no auditório, não é? Para uma palestra mais ampla, juntando assim. Mas geralmente aproveitava, era continuo, era permanente isso (LINALDA, 2017).

Essa fala da professora deixa claro que a Instituição vivia sob a égide da religião católica, com grande influência no Estado da Paraíba e em sua capital desde o início da sua colonização, quando recebeu os primeiros missionários, os padres jesuítas, que chegaram à capitania em 1588. Aqui construíram um convento em 1589 e uma igreja dedicados à Nossa Senhora de Nazaré do Almagre, porém, como seus interesses tinham conflitos com os interesses da Coroa Portuguesa, foram expulsos da capitania em 1593, só voltando à Paraíba em 1708, fundando um colégio para ensinar latim, letras e filosofia. O primeiro seminário para formação de padres diocesanos no Brasil foi instalado em 1745 pelo padre Gabriel Malagrida, mas, em 1773, a congregação foi novamente expulsa da colônia em função da política de perseguição do Marquês de Pombal, ministro plenipotenciário¹⁰⁸ do reinado de D. José I¹⁰⁹.

A pedido do cardeal D. Henrique, os carmelitas chegaram à Paraíba em 1588, período em que o país estava sob domínio espanhol. Além de um convento, eles também construíram a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a Capela de Santa Tereza D'Ávila, que formam o Conjunto

¹⁰⁸ Plenipotenciário: derivado de plenipotência, (que vem do *latim plenipotens*), aquele que tem todos os poderes. Termo muito utilizado no *direito internacional*, para qualificar o *diplomata* que é enviado a um encontro com plenos poderes para representar seu *país* na *missão diplomática* para o qual foi designado, podendo assinar acordos ou realizar negócios em nome do país que o enviou. SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.*online*.

¹⁰⁹ Disponível em: <http://www.joaopessoabairros.com.br/v2/index.php/as-ordens-religiosas.html>. Acesso em: 05/02/2018.

Carmelita localizado na parte mais alta da cidade, enquanto, no largo da foz do Rio Paraíba, hoje município de Lucena, construíram a Igreja de Nossa Senhora da Guia e um hospício¹¹⁰. Os franciscanos chegaram em 1589, a convite do Capitão-Mor Frutuoso Barbosa, iniciando a construção do Convento de Santo Antônio nesse mesmo ano, com o objetivo de dar infraestrutura à Ordem para catequese dos índios, o que aconteceu sob disputa ferrenha entre jesuítas e beneditinos. Construíram ainda a Igreja de São Francisco, que integra o Conjunto hoje denominado "Centro Cultural São Francisco"¹¹¹. Em 1596, foi a vez dos Beneditinos, iniciando as obras do Mosteiro de São Bento, também conhecido como Mosteiro do Calvário, em terras recebidas do Capitão-Mor Feliciano Coelho, e, em 1721, a construção de uma igreja localizada ao lado do convento. Os capuchinhos chegaram em 1657, mas só após 1670 se tem notícias deles, diferenciando-se de todos os outros pela introdução de uma nova prática na atividade pastoral com as missões populares no começo do século XVIII, quando chegaram os capuchinhos italianos.

Como é possível observar, a Igreja católica possui um grande prestígio e influência no Estado, desde muito tempo, tanto que as sesmarias eram obtidas pelo levantamento de capelas, pelos sesmeiros, como um símbolo da posse da terra. Nesse sentido, o catolicismo tem influenciado a vida dos paraibanos, particularmente dos habitantes da capital, e não causa estranheza que a Instituição, em seus primórdios, tenha adotado práticas religiosas no ambiente escolar, quando, na atualidade, o comércio da capital ainda fecha suas portas quando passa uma procissão, e a festa da padroeira continua sendo uma tradição na cidade. Essas informações auxiliam a compreender a grande influência da Igreja católica em nosso Estado e o porquê de a professora Linalda perceber a Instituição como uma Igreja.

Bom, eu sentia como uma Igreja, eu sentia que a Instituição era uma Igreja também, né? É porque Igreja era, é a reunião do povo de Deus em marcha, não é? E ali a gente via as direções diversas e, não só com essa religiosidade de ritos, mas com a vivência sobretudo. Adoecia um, e havia aquele interesse dos outros, morria um também, todos se uniam né? E nas alegrias também, e nas brincadeiras também, tudo. Eu sentia como uma Igreja mesmo assim, nesse sentido, cada qual dando esse testemunho de vida, isso é, isso é viver cristianismo né? Isso é evangelização, isso é vivência evangélica, não é? Um testemunho na vida de cada um, e também na vivência também da palavra de Deus, nas práticas, nos ritos (LINALDA, 2017).

¹¹⁰ Hospício era uma denominação dada aos hospitais religiosos no Brasil colônia.

¹¹¹ Disponível em: <http://www.joaopessoabairros.com.br/v2/index.php/as-ordens-religiosas.html>. Acesso em 05/02/2018.

Essa forma de ver a Instituição como uma Igreja encontra respaldo na definição apresentada por Durkheim (2004, p. 28), de que Igreja é “[...] uma sociedade cujos membros estão unidos por se representarem de uma mesma maneira o mundo sagrado e por traduzirem essa representação comum em práticas comuns”. Segundo Durkheim (2004), não existe vida religiosa sem igreja, pois “[...] onde quer que observemos uma vida religiosa, ela tem por substrato um grupo definido” (DURKHEIM, 2004, p. 29), enquanto Martelli (1995) assevera que “A religião constitui, hoje, uma reserva de símbolos e significados, reproduzidos institucionalmente, ou livremente buscado pelos indivíduos, dentro de uma multiplicidade de percursos e níveis” (MARTELLI, 1995, p.453). Tais concepções ajudam a entender a vivência religiosa na Instituição, como a cerimônia de encomendação do corpo da professora citada anteriormente pelo professor Itapuan, pelo estudante Guilherme Marcone e relatada pela professora Linalda:

Inclusive o velório dela, ficou lá, foi lá, naquela entrada, num saguãozinho de entrada que tem, [...]. Porque, como é, a dor no momento assim, que muitos sentem como dor, e eu me lembro do texto de Coelho Neto no livro “Mano” que ele diz assim, como é?: “a alegria dispersa, mas a dor concentra”. Então, esse momento, esse momento assim de morte, de doença, é, nem sempre se tem a alegria cristã do, do abraço de Deus ao receber aquela pessoa, né? Nem sempre se pensa muito nisso, se pensa mais na dor da entrega do que na alegria de Jesus Cristo com Deus Pai recebendo, né? Se pensa muito nisso. E então há esse conagração todo né?, na dor, que junta (LINALDA, 2017).

Outra morte, agora de um estudante, marcou a vida dos seus colegas na Escola:

[...] o menininho que era aluno de lá, e que morreu, era Luiz Alberto, não sei se alguém já falou, lembrou dele. Pois é, Luiz Alberto, ele era, ele era aluno de lá, morreu. Ficou doente, adoeceu, não me lembro bem de que que ele tinha, ele adoeceu, morreu e os meninos iam visitar, chegavam me dando notícias de Luiz Alberto e quando Luiz Alberto morreu, logo depois, dia seguinte, assim após a morte dele, aulas depois, era aquela tristeza dos alunos assim, pensava em Luiz Alberto, e eu ficava sempre lembrando aquelas orientações que eu tive com o padre de minha primeira comunhão, né? Quando eu era pequena. [...]. Contaram até, contaram não, foi verdade que quando o menino morreu quis ser enterrado com a fardinha da Escola é, e quis que antes o féretro passasse pela Escola e passou pela Escola. E, se eu não me engano, e me disseram que parece que até ainda deu uma volta assim, ali na frente, no quarteirão. Eu tive a impressão de que era aquela parte que era jardim, que era bem amplo ali, que não era de estacionamento, era bem ficava bem amplo ali. [...]. É, eu gravei isso, mas não garanto que tenha sido exatamente, porque eu me lembro dessa expressão: que foi e deu, e o carro funerário deu uma volta na Escola, ai essa volta na Escola eu imaginei ali por dentro, foi. E os meninos então, muito sentidos, não só durante a doença que iam visitá-lo como depois por conta da ocasião da morte. E depois a missa (LINALDA, 2017).

Essa fala é uma demonstração do vínculo da Instituição com a comunidade estudantil, influenciando e sendo influenciada por ela, ao ponto de proporcionar essa aproximação social e religiosa entre professores, estudantes e demais servidores administrativos. A professora Linalda informou que, além dos pastores e padres, as salas de aula também eram visitadas por grupos religiosos dos mórmons¹¹² e da TFP.

Nessa mesma época, havia outro professor, Tomaz Munguba, que era também pastor da Igreja Batista, cujas atividades na Instituição ficaram marcadas por seu aspecto religioso. Seu ingresso na Escola aconteceu no final dos anos 1960, a convite do professor Itapuan, para implantação da disciplina EMC, juntamente com outro pastor da Igreja Batista de Jaguaribe. No entanto, não pôde permanecer muito tempo em sala de aula, porque havia uma exigência de ter curso de pedagogia, ou, pelo menos, a disciplina pedagogia no curso, daí começou a estudar filosofia, mas, como não tinha concluído, não poderia lecionar. Após concluir e revalidar o curso de filosofia, não mais voltou à sala de aula, pois foi convidado para trabalhar na área administrativa da Escola, como subcoordenador geral do ensino, de onde saiu por decisão própria em 1972. O professor Munguba entrava com muita frequência em sala de aula, fato citado por boa parte dos antigos agentes entrevistados: diretores, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos:

Se não era para dar aula, era pra ajudar na questão de disciplina que por ventura surgisse, ou tirar uma dúvida que fosse levantada para a qual tivesse sido convocado. [...] A minha prática em sala de aula sim, aí eu conversava muito com todos eles, e não fazia uma exposição confessional, mas uma posição bíblica do assunto que me retrataram. Entendeu? Respondendo dúvidas dos alunos (MUNGUBA, 2017).

Aqui o professor Munguba apresenta duas questões ligadas a sua atividade na Instituição: a disciplina e a fala religiosa em sala de aula. A forma adotada pela Escola para disciplinar os estudantes, recorrendo à ajuda de um pastor, também era vista de forma natural por toda a comunidade escolar. Assim, tanto as normas disciplinares como a fala religiosa em

¹¹² A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (AIJCSUD), é uma associação cristã cujo objetivo principal é o estabelecimento da organização primitiva da Igreja de Cristo em todo o mundo. [...] O nome da Igreja faz referência a Jesus Cristo, como seu líder, e a denominação de seus membros, como santos também estava presente na antiguidade, de onde surge a referência aos últimos dias. O termo Santos também era usado para se referir aos membros da Igreja na época de Cristo [...]. PERESSUTE Ariana; HOLANDA, Adriano Furtado. **Sentidos da morte segundo A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias**. Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 299-319, jan/abr. 2014. AIJCSUD e seus membros ficaram conhecidos popularmente como mórmons ou Igreja Mórmon em virtude do Livro de Mórmon, concebido pela Igreja como “outro testamento de Jesus Cristo” (AIJCSUD, 2006) A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ÚLTIMOS DIAS — AIJCSUD. ISSN 1984-3755 O Livro de Mórmon. São Paulo: AIJCSUD, 2006.

sala de aula, adotadas pela Instituição, eram acatadas de forma passiva pelos estudantes, pois, na perspectiva de Bourdieu (2011), “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2011, p. 15).

Nesse caso, o poder não se encontrava no que era dito, mas, principalmente, em quem estava dizendo, no caso, um pastor. A posição da Instituição em disponibilizar um servidor que também era pastor, como o professor Munguba, é uma demonstração da utilização da religião como instrumento de disciplinamento e controle dos estudantes, por meio de palavras, seja no cotidiano, seja em momentos de tensão. “O que é a disciplina, senão a sociedade concebida como se nos comandasse, se nos ditasse as suas ordens, se nos desse as suas leis?” (DURKHEIM, 1984, p. 196). Por outro lado,

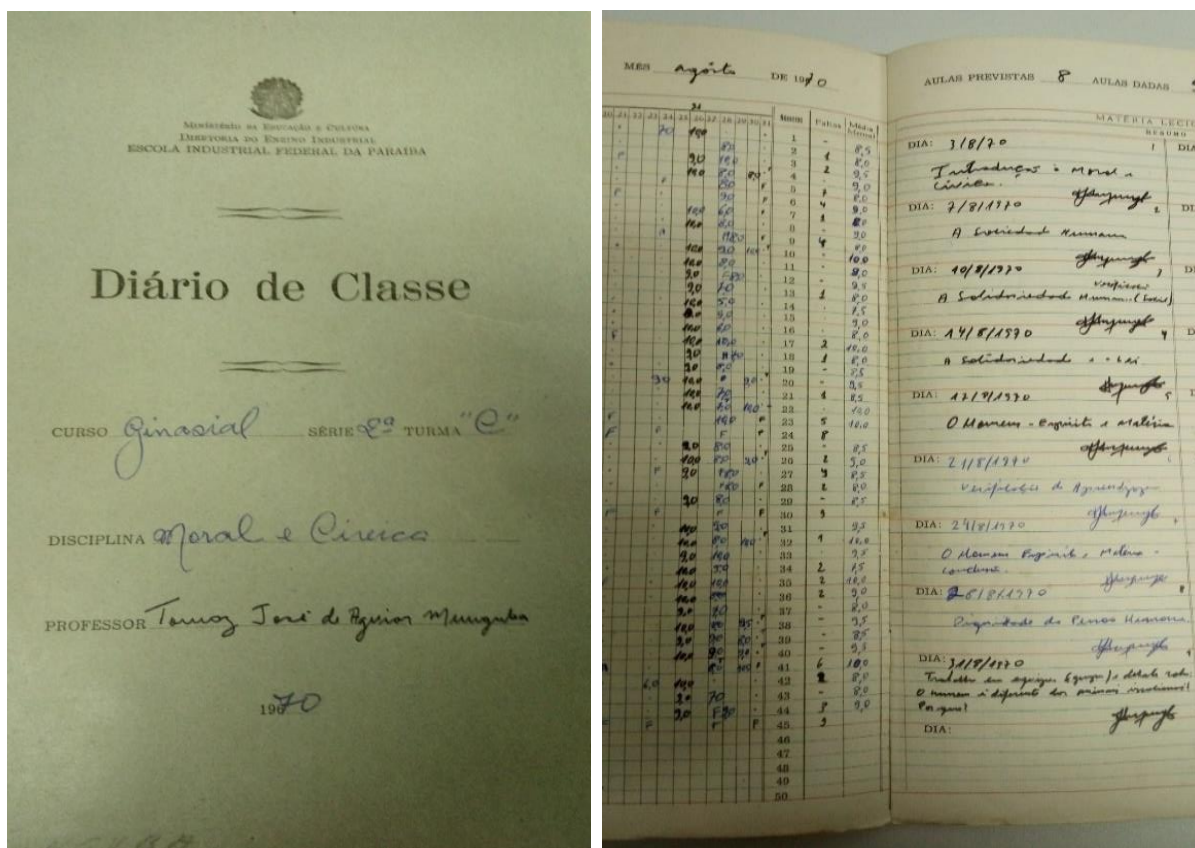
Seja como for, a tal propósito, verificamos que o respeito pela disciplina não tem a sua origem no receio das sanções que reprimem as violações da regra. Na realidade, quem tiver experiência da vida escolar, sabe bem que uma classe bem disciplinada é uma classe onde a punição não é frequente. Punições e indisciplina, caminham geralmente a par. Logo (...) as sanções não desempenham no funcionamento da disciplina – tanto na escola como na vida – o papel preponderante que certos teóricos lhe têm por vezes atribuído (DURKHEIM, 1984, p. 263).

De acordo com Durkheim (2008), moral é “um sistema de regras que predeterminam a conduta. Elas dizem como devemos agir em cada situação; e agir bem é obedecer” (DURKHEIM, 2008, p. 39). Nesse sentido, consiste num conjunto de regras definidas e especiais que determinam as condutas sociais, devendo ser disciplinadas para o bom funcionamento social. Na sua concepção, esse disciplinamento deve acontecer principalmente no espaço da sala de aula. Por meio da disciplina, e somente por ela, é possível ensinar a criança a moderar seus desejos, limitar todos os seus tipos de apetites, e assim definir os objetos de sua atividade; tal limitação se constitui em condição necessária para a felicidade e a saúde moral (DURKHEIM, 2008, p. 57).

Assim, as constantes visitas de padres e pastores em sala de aula tinham esse caráter disciplinador, estando diretamente vinculadas à moralidade. Na perspectiva de Durkheim, a disciplina escolar era entendida como o agir moralmente, dentro de uma conduta predeterminada, cujo objetivo era de preparar os estudantes para a convivência social.

A religião também estava materializada nos Diários de Classe do professor Munguba no ano de 1970, encontrando-se, entre os conteúdos ministrados, “Matéria e espírito” (que, para ele, tem relação com o transcendente), conforme registrado em seu Diário de Classe, como se vê nas imagens 08 e 09 apresentadas abaixo.

Imagens 08 e 09: Caderneta da disciplina Educação Moral e Cívica.



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em 2017.

Nem lembro o que era essa matéria, a gente seguia o roteiro da disciplina, não é? Estabelecido pelo MEC, eu tinha o cuidado de não fugir, e como também a Escola era Federal, e eu não era professor de religião, eu entrava em assuntos mais reli... quando havia questionamentos, dúvidas, perguntas, não é? Ou quando a própria lição, o próprio conteúdo nos favorecia essa visão, entendeu? Visão mais, digamos bíblica, evangélica talvez, mas, mais bíblica, eu não, evitava de tentar defender posição. Às vezes, algum perguntava: - Professor, na sua Igreja, como é isso? Então eu expunha aquilo que eu achava, mas nunca chamei ninguém pra Igreja (MUNGUBA, 2017).

Apesar de afirmar ser inexistente o conteúdo religioso em suas aulas, confirmou haver uma fala religiosa, mas que essa fala seguia o contexto da disciplina, podendo também ser provocada pelos questionamentos dessa natureza, cabendo, na atividade docente, espaço para responder a perguntas sobre o tema de forma mais direta. Nesse sentido, Elias (1994), esclarece que: “ Nenhuma pessoa isolada, por maior que seja sua estatura, poderosa sua vontade, penetrante sua inteligência, consegue transgredir as leis autônomas da rede humana da qual provêm seus atos e para a qual eles são dirigidos” (ELIAS, 1994, p. 48), o que explica o fato de que a sociedade e o indivíduo são consequência de uma relação dialética. E, mesmo que,

[...] a margem de decisão individual emerge dentro da rede social, não existe uma fórmula geral indicando a grandeza exata dessa margem individual em todas as fases da história e em todos os tipos de sociedade. Justamente o que caracteriza o lugar do indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a extensão da margem de decisão que lhe é acessível dependem da estrutura e da constelação histórica da sociedade em que ele vive e age. De nenhum tipo de sociedade essa margem estará completamente ausente (ELIAS, 1994, p. 49).

As entrevistas realizadas com os professores Itapuan, Linalda e Almiro e com os antigos estudantes atestam a veracidade dessa fala de Elias, demonstrando como as atividades realizadas pelo professor e pastor Munguba repercutiram na vida escolar e pessoal dos estudantes da Escola, sendo lembradas até os dias atuais. Das celebrações religiosas no período em que trabalhou na Escola, o professor Munguba fez referência apenas a uma, realizada no Natal, em que falou como pastor.

Eu tive oportunidade de fazer, apresentar a plaquete¹¹³ de um livro, que o doutor Itapuan pediu pra fazê-lo, entende? E de, teria que falar num evento assim de Natal, é que, como pastor, aí foi como um pastor, mais que professor, num evento de Natal, evento mais religioso, entendeu? Alusivo ao Natal, Então, pra mim foi o momento assim mais, mais marcante [...] (MUNGUBA, 2017).

Embora o professor Munguba tenha se referido apenas a um evento de Natal, sua participação em eventos religiosos ainda é muito lembrada pelos que estudaram, ensinaram e

¹¹³ Do francês *plaque*: Livro pequeno, de poucas páginas. Disponível em: <https://pt.wiktionary.org/wiki/plaqueta>. Acesso em 20/07/2017. São publicações independentes simples, despretensiosas. Disponível em: <http://wordpress.anarusche.com/plaquetes-ideias-para-fazer-publicacoes-independentes/>. Acesso em 20/07/2017.

dirigiram a Instituição, tanto que há registros de fotografias em diferentes épocas que atestam essa presença, como, por exemplo, a foto 20, a seguir.

Foto 20: Celebração ecumênica, pelo 83º Aniversário da ETEFPB, em 23/09/1992. Presença do pastor Tomaz Munguba e do arcebispo Dom José Maria Pires. Direção: prof. Bráulio Pereira Lins.



Fonte: Arquivo do NDPEP, cedido à autora em 2017.

A fotografia desse culto ecumênico registra a condução do evento realizada por dois representantes religiosos: um do protestantismo, o professor Munguba, e o outro, do catolicismo, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires. Esse culto já apresenta algumas diferenças em relação aos cultos apresentados anteriormente, pois agora os representantes religiosos, arcebispo e pastor, falam do púlpito, e não mais do altar ou da mesa, usando textos, e não mais a Bíblia, como em anos anteriores. É possível ver também a participação da Banda Marcial¹¹⁴ da Escola, em seu traje de gala que, possivelmente, utilizou repertório religioso, demonstrando a presença da arte, numa celebração religiosa. De acordo com o professor Munguba, nessa época, a Instituição vivia a religião naturalmente,

Não havia pressão por parte da Instituição, mas havia liberdade. Não havia ainda o ensino religioso, que hoje existe, não é? Que tem que ser aconfessional, não é? Não havia. Mas, é, doutor Itapuan era muito cuidadoso, com se evitar conflitos, choques, embates religiosos. Nunca me recomendou nada, mas a gente conhecia a posição dele, a postura dele, e também como professor, ele não queria ir de encontro a aquilo que era a ética do magistério,

¹¹⁴ Grupo de músicos instrumentais que geralmente apresentam-se ao ar livre e incorporam movimentos corporais, geralmente algum tipo de marcha, à sua apresentação musical. Utilizam duas classes de instrumentos musicais: metais e percussão, em um ritmo forte, adequado à marcha. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Banda_marcial. Acesso em 14/06/2017.

não é? Então, é, a Escola nunca foi, digamos assim, nunca adotou nenhuma linha é, digamos católica, evangélica, não, ela fazia um evento ecumênico, quando havia um evento, havia um evento religioso, era ecumênico, isto é, aberto a todas as religiões, geralmente com um pastor e um padre, se fazia as duas visões, não é? Sem nenhum conflito, sem nenhum problema (MUNGUBA, 2017).

Apesar do esforço para explicar que a Escola estava aberta à presença da religião das mais diferentes denominações, o *habitus* presente, naturalmente, levou esse agente a conceber as duas religiões majoritárias, católica e evangélica, como as únicas do país, unificando o conjunto de práticas e ideologias características desse grupo. No que tange à laicidade e à relação estabelecida pela Instituição com a religião, o professor Munguba defendeu a importância do ensino religioso na escola:

Como eu disse, eu acho que a escola pode oferecer o ensino religioso facultativo, acho que até deve. Facultativo, não confessional. Por exemplo, eu posso ser chamado para ensinar religião numa escola, mas há um roteiro, eu não posso chegar lá e pregar a minha Igreja, a minha doutrina, a minha fé, eu posso responder a perguntas alusivas a algum ponto que eu não tenha dúvida, aperteton, a minha visão, mas não posso colocar isso como, é, impor isso pra ele. Então o Estado tem que ser laico, embora o nosso aluno é laico, né? (MUNGUBA, 2017).

Apesar de a laicidade estar estabelecida nos documentos oficiais, na prática, ela é vivenciada à moda brasileira, conforme vem sendo apresentado nesse estudo, de diferentes formas, como essa fala do professor Munguba:

Você encontra crucifixo em todo canto, nas entidades, feriados religiosos, não é? Católicos a maioria né? Todos, todos, todos, todos. Uma padroeira do Brasil, então são práticas, que na verdade ferem a laicidade do país e ferem quer queira quer não, os não católicos, não é? Que têm que aceitar uma prática ou algo que o Estado estabelece, impõe, pra o país todo, né? O feriado religioso por exemplo, não é que eu ache ruim feriado não, mas ele não é resultado de um Estado laico, então eu creio que, no entanto, a laicidade do estado não pode coibir a fé, em nenhum campo. Por exemplo: Não pode, nem deve coibir o ensino religioso na escola, que ele é facultativo; não pode coibir, a prática religiosa de nenhuma denominação, nenhum grupo religioso, seja católico, evangélico, espírita, não pode, porque a sua Constituição é livre, a prática religiosa é livre no país, não é? Então, ele tem que respeitar isso aí (MUNGUBA, 2017).

Mais uma vez, a laicidade é confundida com liberdade religiosa, como se fosse uma única garantia dos direitos do cidadão. O professor Munguba considerou que os feriados religiosos e a existência de uma padroeira são contrários à laicidade, mas defendeu o ensino

religioso nas escolas, assim como a prática de qualquer denominação religiosa, por ela ser, na sua opinião, livre no país. No entanto, a escola laica não apoia quaisquer correntes religiosas, seja direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente.

O vínculo estabelecido entre o professor Munguba e a Instituição é bastante forte e, mesmo tendo saído da Instituição no início dos anos 1970, continuou sendo convidado para a realização de cultos ecumênicos. O convite mais recente aconteceu na posse do primeiro reitor, o professor João Batista, em 2009, de quem foi professor, “[...] Ele me convidou para a posse dele, convidou um padre, e convidou também o espírita, naquela ocasião falaram os três eu, já não era mais da Escola [...]” (MUNGUBA, 2017), uma demonstração de ser uma referência religiosa para os antigos estudantes.

Outra professora entrevistada foi Marinalva, que chegou à Instituição em 1995, para lecionar Canto coral, teclado e oficinas de arte. Desde então, ficou também responsável por organizar apresentações artísticas nos eventos em que a dimensão religiosa estava presente. Foi Coordenadora de Artes da CAAC em 2001, durante três meses; Gerente de Artes de 2003 a 2006, na gestão do professor Rômulo até final do seu mandato. Na gestão do professor João Batista, a Gerência volta a ser Coordenação, e a professora continuou sendo a Coordenadora de Artes. Foi, ainda, chefe da Unidade Acadêmica IV, de 2010 até 2012, voltando à Coordenação do NACE, onde permanece até a atualidade. Perguntada sobre as lembranças que ela guarda da presença religiosa na Instituição, respondeu que:

[...] de 95 pra cá, caiu muito a questão religiosa, de eventos religiosos, né? Aqui. No início, não sei se é porque tinha mais pessoas, assim, voltadas à religião, né? E a gente sempre tinha, sempre estava havendo evento religioso. Era na Páscoa, era no Natal, sempre tinha evento religioso. [...] Na época que eu cheguei, presenciei muitos eventos, inclusive participei de vários eventos, mas aí, acho que de 2005, mais ou menos, 2003/2005, entre, nesse período assim, caiu muito, a questão religiosa, de eventos (MARINALVA, 2017).

O início aqui mencionado diz respeito aos anos 1990, quando ela ingressou na Instituição, observado como a fase mais expressiva dos eventos religiosos, indo até os anos 2000. Quanto à existência de grupos religiosos constituídos por estudantes: “Surgiram alguns grupos, de jovens, né? É. Ligados ao Evangelho, são evangélicos, tal, mas caiu muito a questão dos eventos religiosos” (MARINALVA, 2017). Mas também, em certos momentos, houve dificuldades, uma espécie de inibição para a realização de eventos religiosos,

[...] nós fomos convidados uma vez, 2003/2004, por aí, eu tinha preparado o Auto de Natal, que a gente vinha fazendo, né? Todo ano, que a gente vinha fazendo, tal, e eu tinha preparado esse, esse evento já, e tava muito bonito,

tava uma coisa linda, e de repente alguém chegou e disse assim: ‘- Nós queremos a apresentação do coral, mas apenas com duas músicas’. Do evento de Natal, na festa de Natal. Aí eu, puxa vida, eu preparei o coral, preparei o grupo, né? Pra um evento, pra uma coisa grande, aí apresentar duas músicas, com o coral? Não tem lógica isso, né? Mesmo porque, uma, um evento, uma celebração de Natal, não, não pega, não dá só duas músicas, no mínimo cinco, seis músicas, a gente canta, né? E aí, o Auto de Natal eu fui fazer na Igreja do Rosário, aí passei a fazer na Igreja do Rosário. Fiz lá durante oito anos. Saímos da Instituição, levei os corais pra Igreja do Rosário, e com a comunidade permaneci lá durante oito anos (MARINALVA, 2017).

No período de 2002 a 2010, correspondente às gestões dos professores Rômulo e João Batista, houve um distanciamento da Instituição em relação aos eventos religiosos, que culminou com a transferência do Auto de Natal para a Igreja do Rosário, estabelecendo um marco nessa trajetória. No entanto, a programação elaborada pela Coordenação de Artes continuou a ser solicitada em pequena escala.

Havia alguns eventos assim, que era alguém da direção que já fazia por exemplo: Paulo, ele se envolvia muito, Paulo o pastor, e Sônia, ela também. Era Educação Física, Artes, tá tudo muito assim, né? Interligado. Então, mas às vezes era a própria Instituição que solicitava (MARINALVA, 2017).

Como informou a professora Marinalva, com o passar do tempo, a Instituição foi retirando da sua pauta oficial a realização de eventos religiosos, no entanto, eles parecem continuar presentes, fazendo parte de uma agenda anual em parceria com a Igreja católica do bairro de Jaguaribe, como afirmou o professor João Batista:

Me lembro também, esse espaço nosso aqui tem sido, acho que ainda continua, o movimento em torno dos dogmas da Igreja católica, Nossa Sra. do Rosário, e anualmente eles têm um encontro que aqui acontece, e envolve muitos alunos da Instituição, mas o bairro todo é quem recebe né? Recebe todo mundo como a sede [...]. Mas eram muitos ex-alunos [...] os coordenadores também, e outros alunos e alunas aqui o bairro (JOÃO BATISTA, 2017).

Chama a atenção, nesse caso, a possibilidade de ainda haver eventos religiosos da Instituição realizados na Igreja do Rosário, o que configura a manutenção do vínculo institucional com essa Igreja, além do envolvimento da comunidade do bairro, estudantes de outras escolas, bem como de estudantes do Instituto, acompanhados pelos coordenadores dos cursos.

Era natural as Coordenações de Arte e Educação Física realizarem um trabalho conjunto nas solenidades institucionais, com o auxílio de outras pessoas ligadas tanto à Direção Geral como à religião. Destaco a realização da Cantata de Natal (apresentada anteriormente em

fotografias), ocorrida na gestão do professor Bráulio, que deu lugar ao Auto de Natal¹¹⁵, realizado em parceria com o grupo de teatro e a orquestra de câmara¹¹⁶, por uma solicitação da Instituição.

Foi, foi, foi solicitado, aí por conta disso eu fiz, organizei tudo, inclusive além do teatro, tinha a orquestra, eu envolvia os três grupos. [...]. Nós fazíamos juntos. Eram três grupos que participavam desse evento. [...]. Na Páscoa em geral, era um culto ecumênico, e a gente participava cantando no Coral. Tinha orquestra também, também. Em momentos diferentes [...] (MARINALVA, 2017).

Além do coral, regido pela professora Marinalva, outras expressões da arte na Instituição também participavam desses eventos, como o grupo de teatro e a orquestra de câmara, todos com repertórios voltados ao evento. Questionada se esses eventos sofriam algum tipo de estigma por parte da comunidade escolar, lembrou de uma situação, que indica mais uma intolerância, e não propriamente um estigma.

[...] Só uma vez que, é, foi um dos alunos que, é, fez uma crítica que não era, não foi muito, feliz, né? E aí quando terminou a apresentação, quando terminou o evento, eu chamei o aluno, e disse pra ele:– Amanhã você não precisa mais vim pro Coral, era um aluno do Coral. Então, eu era muito rígida, ainda sou também, ainda sou muito, mas na época eu era mais ainda. Então, eu disse ao menino que ele não viesse mais, e era uma pessoa de uma voz extraordinária, mas eu preferi perder aquela voz, a deixá-lo minando (MARINALVA, 2017).

Esse argumento da professora para retirar o estudante do coral passa pela concepção de Durkheim (2007), quando afirma que, num grupo social, o comportamento desviante pode não ter uma penalidade prevista por lei, no entanto, a reação do grupo espontaneamente pune quem se comporta de forma diferente em relação aos valores e princípios adotados no mesmo. E essa reação social a determinada atitude ou comportamento, muitas das vezes, é mais intimidadora que a própria lei. Na concepção de Durkheim, a educação tem a função de auxiliar na internalização das regras sociais, pois "[...] tem justamente por objeto produzir o ser social" (DURKHEIM, 2007, p. 6). Por outro lado, também se observa ter havido intolerância da

¹¹⁵ O Auto de Natal é um espetáculo que une teatro, música e dança para contar a história de Jesus.

¹¹⁶ É um tipo de **orquestra** formada para tocar em pequenos espaços. Sua formação mais comum possui violinos, violas, violoncelos e contrabaixos, uma ou duas flautas, dois oboés, dois clarinetes, dois fagotes, duas trompas, trompetes e tímpanos. Disponível em: <http://www.portalserenata.com.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-orquestras-sinfonica-filarmonica-e-orquestra-de-camara>. Acesso em: dezembro de 2017.

professora em relação ao posicionamento igualmente intolerante do estudante, pois, de acordo com Bobbio (2004),

Responder ao intolerante com a intolerância pode ser formalmente irreprochável, mas é certamente algo eticamente pobre e talvez também politicamente inoportuno. Não estamos afirmando que o intolerante, acolhido no recinto da liberdade, compreenda necessariamente o valor ético do respeito às ideias alheias. Mas é certo que o intolerante perseguido e excluído jamais se tornará um liberal. Pode valer a pena pôr em risco a liberdade fazendo com que ela beneficie também o seu inimigo, se a única alternativa possível for restringi-la até o ponto de fazê-la sufocar, ou, pelo menos, de não lhe permitir dar todos os seus frutos. É melhor uma liberdade sempre em perigo, mas expansiva, do que uma liberdade protegida, mas incapaz de se desenvolver. Somente uma liberdade em perigo é capaz de se renovar. Uma liberdade incapaz de se renovar transforma-se, mais cedo ou mais tarde, numa nova escravidão (BOBBIO, 2004, p.91).

Colaborando com o pensamento de Bobbio (2004), Martelli (1995) assevera que, entre religião e sociedade, existe uma sinergia em que, de um lado, estão as crenças religiosas sacralizando as normas vigentes de comportamento, legitimando de forma definitiva e inapelável, favorecendo o autocontrole dos indivíduos e a adoção de medidas repressivas contra aqueles que se desviam.

Rituais, celebrações e eventos religiosos sempre reuniram a comunidade escolar, que participava ativamente desses momentos, mas, atualmente, têm se tornado cada vez mais raros, como também menos envolventes, na percepção da professora Marinalva, mesmo afirmando ter participado, em 2016, de uma celebração natalina no *campus*.

Sabe, hoje, inclusive no ano passado, nós participamos aqui no pátio, aqui na frente, de uma celebração do Natal e tal, mas assim, eu tô sentindo, não sei se é uma coisa minha, né? Se é só eu que sinto, né? Mas eu sinto assim, que, é, a Escola, o IF, né? tá deixando muito pra trás essa questão da religiosidade, tá, tá, menos, tá uma coisa bem longe. Imagine assim, uma coisa assim, bem distante, que já tá ficando bem distante [...] (MARINALVA, 2017).

Essa sensação de distanciamento da Instituição com os eventos religiosos parece trazer um certo desapontamento e tristeza para essa professora, que acompanhou de perto as programações religiosas durante décadas, detendo a responsabilidade pela organização e execução do roteiro dessas atividades, nas versões da música, teatro e canto coral.

Além dos diretores, estudantes e professores, os servidores técnico-administrativos também desempenham e desempenham um papel de articulação entre a Instituição, a

religião e os grupos religiosos, como um Assistente de Administração, que chegou à Instituição em 1989, trabalhando inicialmente na Coordenação de Integração Escola Empresa – CIEE, sendo, posteriormente, coordenador. Na gestão do professor Bráulio, de 1993 a 2003, desempenhou atividades na CAEST. Foi Coordenador do Turno da manhã, na gestão do professor Almiro, e, por ser pastor evangélico, também realizava cultos ecumênicos até a gestão do professor João Batista, mas atualmente está aposentado. Perguntado se, no período de 1989 a 2009, percebia qualquer tipo de estigma por parte da comunidade escolar, em relação aos cultos ecumênicos, respondeu que “Não, não, não. Nunca vi isso não. Aliás, nunca vi reclamação sobre isso” (PAULO DE TARSO, 2017).

Na época em que Paulo entrou na Instituição, já “Existia o culto ecumênico, que era muito bom” (PAULO DE TARSO, 2017). Mais adiante, na gestão do professor Almiro, lembra que “A gente fazia um contato com a cúria, e a cúria aqui da Igreja católica, e eles mandavam um padre já balizado nessa área” (PAULO DE TARSO, 2017). Embora o professor Almiro tenha falado na entrevista que as manifestações religiosas na sua gestão estivessem reduzidas ao culto da oração, realizada por algumas lideranças que apelavam para esse rito, a fala de Paulo vem confirmar a presença católica, bem como a continuidade da realização do culto ecumênico nesse período. Lembrou, ainda, que:

Quando João entrou como diretor, Diretor Geral, né? Quando ele ..., antes disso, é, eu fiquei responsável pela religião, o tempo todo, tudo foi comigo, a maioria foi comigo [...]. Quando João foi candidato, ... é foi isso mesmo, candidato pela segunda vez, eu fiquei responsável por tudo. Não só o culto ecumênico, mas também, é, pela parte de toda a parte, é, da colação de grau [...], católico e protestante, por enquanto, aí depois, colocou espírita, não sei quem, [...] (PAULO DE TARSO, 2017).

O fato é que havia, na época, uma equipe responsável pelo cerimonial da Instituição, e, mesmo que a organização dos cultos ecumênicos estivesse sob sua responsabilidade direta, a inclusão da Doutrina Espírita na programação ecumênica deu-se por indicação de outras pessoas da equipe e do próprio professor João Batista¹¹⁷.

Nessa época, os eventos religiosos já eram menos frequentes na Instituição, no entanto, na posse do professor João Batista, a programação incluiu um culto ecumênico, com participação de três representantes religiosos: uma da Doutrina Espírita, um pastor e um padre, como registrado nas fotografias abaixo. O pastor convidado foi o ex-professor Munguba, da época em que o professor João Batista era estudante da ETEPB, demonstrando

¹¹⁷ Informação obtida de uma professora, participante da equipe do cerimonial na gestão do professor João Batista.

que, mesmo após tanto tempo longe da Instituição, esse pastor continuava sendo uma forte influência na formação do diretor, que o escolheu para essa solenidade, entre tantos pastores na cidade.

**Fotos 21, 22, e 23: Culto ecumênico na posse do prof. João Batista, em 2009.
Presenças: Da esquerda para a direita, representantes dos Espíritas, Evangélicos e Católicos.**



Fonte: Arquivo da Coordenação de Produção Audiovisual do *campus* João Pessoa, cedido à autora, em 2018.

Alguns elementos continuaram presentes nessas fotos, como a presença do Coral da Instituição, o tapete vermelho, as flores e a utilização do púlpito por todos os representantes religiosos. A realização desse culto ecumênico na Instituição marcou o encerramento de um círculo de práticas religiosas em seu ambiente, além de ser o registro da sua abertura para a inclusão da Doutrina Espírita entre os representantes religiosos cristãos. A vivência religiosa em sala de aula, e para além dela, fez parte tanto da rotina de estudantes e professores, como do calendário escolar durante muitos anos, de tal forma que a Instituição chegou a ser comparada – e por que não dizer? – confundida com uma igreja.

2.4 Transformações no campo religioso do *campus* João Pessoa nos últimos dez anos

Na sequência ao reitor João Batista, quem assumiu a reitoria foi o também professor Cícero Nicácio do Nascimento, que ingressou na Instituição como Assistente de Administração em 1992, lotado na área de Recursos Humanos, onde ficou até dezembro de

1994, assumindo, em seguida, o cargo de professor de Língua Portuguesa, Letras. Entre final de 1996 e começo de 1997, coordenou a área de Comunicação e Expressão e, na gestão do professor Almiro, assumiu a Chefia de gabinete. Nos primeiros anos de trabalho, seu contato com atividades religiosas na Instituição era inexistente, mas, ao assumir esse cargo, passou a entrar em contato mais direto com essa dimensão, inclusive com os grupos religiosos externos que solicitavam o uso do espaço institucional.

[...] Eu te confesso que não tive muito assim, muito envolvimento com essas atividades, o que eu tinha conhecimento, é que no tempo mesmo que eu era chefe de gabinete, eu me lembro que havia alguns pedidos de realização, eu vou colocar pra você assim: eventos religiosos como: Encontro de Casais com Cristo, né? [...] Pra ser na Instituição. [...]. Eu me lembro de grupos religiosos que sempre pediam o espaço, é, a cessão do espaço. Isso era feito no final de semana mesmo, de Encontros de Jovens em Cristo, né? De casais em Cristo, que chamava ECC¹¹⁸, né? [...]. Me lembro que eu mesmo como chefe de gabinete já tinha recebido algumas solicitações, não é? (NICÁCIO, 2017).

O que chama atenção nessa fala do reitor é que, na época em que ele foi chefe de gabinete do professor Almiro, havia solicitações de grupos religiosos externos, tanto de adultos como de jovens, para a realização de atividades e eventos na Instituição. No entanto, na entrevista com o professor Almiro, ele mostrou-se surpreso com essa presença, inclusive, afirmou nunca ter sido informado sobre pedidos dessa natureza.

[...]. Eu não tinha muito envolvimento assim, mas eu me lembro que nós recebíamos os documentos de solicitação formal pra disponibilização dos espaços, né? E era muito comum nos espaços quando apresentados para o professor Almiro que normalmente tinha assim uma anuência, porque entendia que era uma ação de interface da Instituição com a sociedade, né? (NICÁCIO, 2017).

A Instituição continua relacionando-se com os representantes da religião católica, que utilizavam seu espaço para a realização de encontros religiosos, como o ECC, concedidos com a anuência do diretor, e essa naturalidade da religião católica em se manter presente na sociedade repercute na Instituição de forma análoga. Além do empréstimo das instalações para

¹¹⁸ ECC: Encontro de Casais com Cristo da Igreja católica. “É um serviço da Igreja para evangelizar a família, primeiro núcleo de inculturação e da evangelização, “Igreja Doméstica” e “Santuário da Vida”, e para despertar os casais para um compromisso devidamente integrado. Disponível em <http://docslide.com.br/documents/manua-de-implantacao-do-ecc.html>. Acesso em 25/07/2017.

esses encontros, os cultos ecumênicos nas solenidades de colação de grau dos estudantes eram frequentes.

E também me lembro, tenho assim manifestações religiosas, os famosos cultos. Nós tínhamos sempre nas ..., hoje, eu não sei se isso hoje acontece, mas nós tínhamos nas programações que integravam as colações de grau. [...], eu me lembro dos cultos ecumênicos, que você tinha uma presença católica, presença evangélica, e até a presença do espiritismo [...] (NICÁCIO, 2017).

A referência do reitor ao lembrar que “até a presença do espiritismo” parece ser uma forma de referir-se à abertura a diferentes credos, ao respeito à diversidade, quando, na verdade, parece ter sido uma influência de alguns servidores adeptos dessa religião, que tentavam ser incluídos nesses eventos, e não uma iniciativa institucional. Quanto aos princípios da laicidade, que devem regular as atividades nas instituições públicas, sua fala reporta-se ao texto Constitucional, com as mesmas dificuldades de clareza, já apresentadas por outros entrevistados.

Primeiro, a própria Constituição Brasileira ela garante, não é? Assegura o caráter laico, né? Tanto é assim, que que acho que o próprio texto legal, ele acabou tentando acolher uma realidade, não é? Porque hoje nós temos um ecletismo, não é? Um ecumenismo muito grande nas manifestações religiosas e as instituições públicas elas têm esse dever de observância dos ditames legais para absorver, né? De forma respeitosa todas as orientações religiosas, não é? E isso de fato tem acontecido, na nossa Instituição, e vejo como assim, caráter laico, e na minha visão é um, é como se nós tivéssemos por analogia assim, a consideração da impessoalidade, não é? (NICÁCIO, 2017).

Aqui, o professor Nicácio justifica a presença da religião nas instituições públicas, como respeito às diferenças, e que estas devem acolher todas as orientações religiosas, o que, segundo ele, o IFPB tem feito. Essa explicação segue a lógica apresentada por alguns líderes dos grupos, estudantes e servidores de que essa presença estaria fundamentada na liberdade de crença prevista na Constituição Federal, a qual preconiza, em seu Artigo 5º, que é “inviolável a **liberdade** de consciência e de **crença**, sendo assegurado o livre exercício dos cultos **religiosos** e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988). Porém, a presença de manifestações religiosas de matriz afro, ligadas ao candomblé e à umbanda, poucas vezes fizeram-se presentes na Instituição e foram consideradas por ele como parte de um ecletismo religioso:

Com respeito ao chamado ecletismo religioso, as manifestações diversas, inclusive, eu digo inclusive porque essas manifestações afro religiosas, ligadas ao candomblé a umbanda, né? Ao axé, essas manifestações, acabaram sendo estigmatizadas por algum período também, não é? E eu me lembro, mas isso foi coisa rara um ou outro caso, de manifestação desse tipo na Instituição, não é? Eu me lembro de um ou dois acontecimentos assim. Realizados por estudantes, não me lembro exatamente quais cursos, mas acontecia também. Então, eu vejo a laicidade com uma, vamos dizer, um fenômeno, que é muito natural (NICÁCIO, 2017).

Essa é a primeira referência feita pelos gestores às religiões de matriz afro, enquanto atividades realizadas por iniciativa dos estudantes, colocando, equivocadamente, essa presença como expressão da laicidade. Esse tipo de estigma das religiões de matriz africana é marcado por valores sociais estabelecidos, nesse caso, desde a colonização do nosso país, mas

A característica central da situação de vida do indivíduo estigmatizado pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com frequência, embora vagamente, chamado de 'aceitação'. Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber; ele faz eco a essa negativa descobrindo que alguns de seus atributos a garantem (GOFFMAN, 1998, p. 18).

Como é do conhecimento, aqueles que professam religiões de matriz afro em nosso país têm sido estigmatizados, ameaçados, desrespeitados em sua crença. Lembro de que, em mais de vinte anos de trabalho no *campus*, atendi, no serviço de psicologia, apenas um estudante, assumindo ser do candomblé, mas que expressava medo da não aceitação pelos colegas, frente a sua escolha religiosa.

A presença do catolicismo na Instituição nos anos 1960 também está explicada na fala do professor Nicácio, que entende como sendo um processo daquele momento histórico, em que os “[...] fenômenos internos, eles reverberam, eles impactam diretamente no espaço educacional, [...]” (NICÁCIO, 2017), pois

[...], nesse período havia um sufocamento das expressões, não é? E sobretudo na década de 60, preponderava muito a visão católica, não é? E a Igreja também, muito ligada ao regime, né? Então era natural que essa concepção de vinculação da ideia eclesiástica, da ideia da Igreja, da ideia, da ideologia do Estado, essa mescla, ela tivesse primazia de toda sociedade brasileira e, naturalmente se infiltrasse no universo das organizações públicas. Então, é como se fosse assim, o microcosmos do espaço acadêmico ele na verdade é uma reprodução do macrocosmo social. Então, se você tem uma, essas manifestações do fenômeno social quando se registram no macrocosmo

social, isso se reflete na ..., se reproduz na esfera micro, no espaço acadêmico, né? Então, eu entendo que há uma vinculação muito forte (NICÁCIO, 2017).

Para o atual reitor, a partir da redemocratização do país, houve uma modificação em termos de religiosidade, que se reflete na Instituição, o que explicaria a expansão dos grupos religiosos. Observo o quanto é difícil estabelecer as fronteiras sobre essa questão, pois também são confusos os argumentos para justificar essa presença no *campus*. Na versão do atual Diretor Geral:

Eu particularmente tenho um carinho, acho que numa instituição em que a gente percebe que é uma instituição de educação, então esses estudos do ponto de vista da formação do estudante, são de suma importância nós termos aqui dentro do nosso *campus*... Então do ponto de vista da formação, da educação, são ambientes importantes, movimentos importantes que precisam que nós tenhamos um olhar nesse sentido, um olhar da formação, não só individual, mas uma formação coletiva. [...]. Então acho muito importante esse movimento, vamos dizer assim (NEILOR, 2016).

Mesmo que tenha reagido com certa surpresa ao tema da entrevista, a larga experiência em relação às atividades de ensino demonstra seu conhecimento sobre a existência desses grupos no *campus*, tanto que, na oportunidade, relatou ter recebido uma solicitação do líder de um deles para a concessão de um local para estabelecer a sede do mesmo, mostrando-se disposto ao pleito, o que não se concretizou, devido ao líder não ter retornado para a oficialização do pedido. Fica evidente a dificuldade sobre o entendimento da laicidade, reforçada nesse outro posicionamento:

Então a importância de nós estarmos num estado laico e numa instituição em que é possível abrir as portas para que a gente possa estar fazendo essas reflexões no âmbito das religiões, e da religiosidade, então, assim é respeitar as opiniões, respeitar os espaços dos outros e ofertar realmente essa condição, essa condição de reflexão para que também seja um espaço para a formação dos estudantes (NEILOR, 2016).

No entanto, essas considerações do Diretor Geral parecem encontrar respaldo em alguns argumentos apresentados pela tese de doutorado de Joana Zylbersztajn (2012), quando ela afirma existirem aspectos do debate acerca da laicidade que precisam ser enfrentados, cujos argumentos podem ser válidos ou não, como, por exemplo:

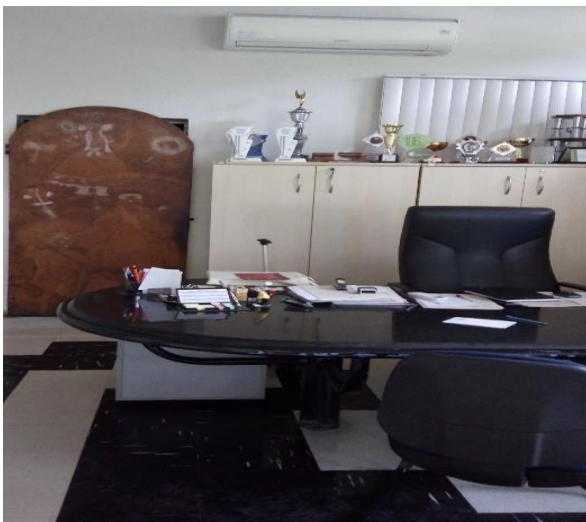
Há críticas que entendem ações para a consolidação da laicidade do Estado como intolerantes e contrárias à liberdade religiosa ou que tornam o Estado ateu e anticlerical. Mesmo que haja exageros naturais nessas reivindicações,

de fato há um embate em que a linha de tolerância muitas vezes é ultrapassada. De todos os lados (ZYLBERSZTAJN, 2012, p.3).

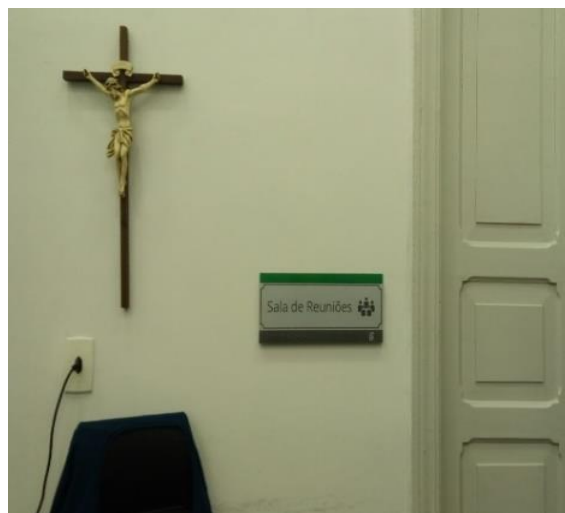
Com base nesse entendimento, é possível perceber, na fala do Diretor Geral, que há uma preocupação quanto ao cerceamento da liberdade religiosa dos estudantes e que o Estado laico seria a possibilidade e necessidade de a Instituição estar aberta para reflexões de cunho religioso, respeitando as opiniões e os espaços de todos, em práticas que oferecem suporte para a formação dos estudantes.

A presença de símbolos, como o crucifixo, desapareceu do *campus*, porém, poucos anos atrás, no setor em que eu trabalho, uma ex-chefe chegou a colocar uma imagem de Nossa Senhora das Graças sobre o armário da sua sala, sem nunca ter havido qualquer questionamento. Atualmente, no gabinete do Diretor Geral do *campus*, a presença do crucifixo é inexistente, no entanto, existe uma porta, com desenhos de Orixás e outros símbolos religiosos, atrás da sua mesa de trabalho, que chegou à Instituição muitos anos atrás. Mas, no prédio da reitoria, existem vários crucifixos nos seus ambientes, a exemplo desse colocado na entrada da sala de reunião do reitor.

**Foto 24: Símbolos religiosos.
Sala do Diretor Geral, *campus* João Pessoa.**



**Foto 25: Símbolo religioso.
Entrada da sala de reunião do reitor.**



Fonte: da autora, em 2017.

Atualmente, o único símbolo religioso presente no *campus* encontra-se na sala do Diretor Geral e trata-se de uma porta esculpida em couro, confeccionada por um artesão

paraibano, encomendada pelo professor Itapuan, enquanto diretor da ETEPB em 1976, para homenagear os participantes da primeira reunião Nacional dos Diretores das Escolas Técnicas Federais. A simbologia da porta não é só religiosa, mas também cultural e popular, herança da cultura negra e indígena nordestina, pernambucana em particular¹¹⁹. A simbologia das imagens esculpidas nessa porta nunca foi questionada pelos gestores ou servidores, mas, a partir dessa pesquisa, passou a ser fonte de inspiração, de curiosidade e de valorização pelo aspecto religioso, cultural e artístico que carrega.

Entre os atuais gestores, o chefe do Departamento de Educação Profissional, o professor Marcílio Cordeiro Dias, responsável pelos projetos de Educação Profissional de nível médio e básico, cujas atividades estão diretamente voltadas aos estudantes do ETIM, entende a presença religiosa na Instituição como um direito assegurado:

Enquanto Instituição educacional que está dentro do que rege a nossa constituição, estado laico, as manifestações religiosas na Instituição, elas são amparadas legalmente e também é interessante que aconteça porque é um contato da comunidade estudantil com o Ser Supremo que eles acreditam e acredito que geralmente quem crer em uma força maior é porque tá buscando energias positivas que fortaleçam, para que encarem o dia a dia das suas vidas. É, acho que devem se proteger dos fundamentalismos, pra que a religião, ela não siga pelo caminho do conflito, e da intolerância entre outras questões que a gente ver hoje na atualidade a confusão, da religiosidade com a religião e etc. (MARCÍLIO, 2016).

Novamente, o entendimento sobre a laicidade parece confundido com o direito à liberdade religiosa, além de haver uma tímida preocupação com o fundamentalismo, o conflito e a intolerância. No entanto, isso evidencia que a Instituição ainda se mantém afastada dessa discussão, conseqüentemente desconhecendo as ações desses grupos.

Toda essa dificuldade relacionada à compreensão da laicidade parte do texto e dos preceitos constitucionais, da LDB, e de outros documentos oficiais, que dão margem a diferentes interpretações, implicando o descumprimento do que está contido de forma geral em tais documentos, que preconizam, como princípio da laicidade, a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião. A dificuldade de compreensão também se encontra entre os técnicos administrativos, a exemplo dos coordenadores de turno,

¹¹⁹ A posição das imagens segue uma lógica dentro da cultura afro: Madrinha/patrono, podendo ser Iemanjá ou Oxum orixás femininos das águas; abebé ou espelho; martelo/ochê do xangô representa a justiça; boneco símbolo do reisado; Índio sai com o rei e a rainha nos afoxés; Igreja manifestação católica. Os Orixás estão na parte superior, por que na manifestação popular, eles só saem depois de oferecer a exu que é o dono da rua. Outros símbolos presentes: Cetno, peruca branca, sombrinha carregando o rei.

cujas atividades apoiam o ensino, estando, entre suas atribuições, o desenvolvimento e o acompanhamento às atividades acadêmicas. O atual coordenador dos turnos manhã/tarde ocupa o cargo de Assistente de Aluno e percebe, de forma natural, a presença desses grupos nos ambientes do *campus*, pois, na sua concepção,

O fato de vivermos num país de estado laico que a gente pode livremente professar nossa fé, eu fico satisfeito. Pra mim o fato da religião no âmbito da educação ela me faz ver, quando falo em religião, não falo só de uma denominação evangélica, de uma denominação católica, uma denominação espírita, porque eu acho que a religião em si, até porque eu professo uma delas, mas eu acho que a religião em si ela traz um certo apego pessoal e se desprende de coisas materiais. Esse apego religioso faz com que você seja principalmente quando jovem, mais concentrado, até porque a gente vive num mundo hoje tão concorrido onde o jovem tem tanta oportunidade de se “movimentar” [...] (COORDENADOR DE TURNOS, 2016).

Essa compreensão do coordenador está alinhada com a de vários outros servidores que entendem ser um direito dos estudantes expressar sua crença no ambiente escolar, inclusive, naqueles destinados às atividades acadêmicas. Essa compreensão permite a concessão de diferentes espaços para a realização de atividades e reuniões dos grupos religiosos que solicitam ambientes, incluindo sala de aula, sem haver qualquer dificuldade ou impedimento para essa concessão. A justificativa para tal vem da sua concepção, de que o jovem que professa uma religião estaria mais envolvido com aspectos transcendentais, sendo mais concentrado, apresentando, assim, um comportamento mais adaptável ao disciplinamento.

Eles não chegam assim a nos informar quando vai acontecer essas reuniões [...] É, eu costumo visualizá-los em algumas rondas que tanto eu como outros componentes da coordenação, nós fazemos. Assim, e pelo fato de eles se expressarem sempre, pelo menos na minha ótica, e nas rondas em que eu acompanhei e acompanho eles costumam fazer o mínimo de barulho possível e é assim. Acho que duas vezes eles chegaram a me solicitar ambientes. E, independente da religião que eles professam no período, estavam disponíveis e eu fui solícito e assim como eu já tinha falado antes, o fato da religiosidade me dá um certo grau de organização de vida para um jovem e dá essa confiança de eu disponibilizar um ambiente para eles (COORDENADOR DE TURNOS, 2016).

O grupo que solicitava rotineiramente a utilização de sala de aula, atendido sem maiores dificuldades, já foi encerrado, e, atualmente, o empréstimo dos ambientes é praticamente inexistente, pois todos os grupos atuantes no *campus* realizam suas reuniões nos espaços de uso coletivo, como a pracinha e a área de convivência/pátio. O consentimento para uso desses

espaços demonstra haver o respeito à liberdade religiosa dos estudantes, mas deixa dúvidas quanto à interpretação sobre os princípios de laicidade.

A fala do coordenador de turno traz aspectos autoritários da Instituição, no que tange ao controle do comportamento dos estudantes, quando utiliza um sistema de ronda no disciplinamento das atividades acadêmicas, mas, por outro lado, atende a uma forte influência da Igreja, quando usa a religião como critério na concessão dos espaços para reunião desses grupos, concebendo-a como uma aliada no processo educativo, enquanto responsável e facilitadora do contato do jovem consigo mesmo e por distanciá-lo de questões exteriores ou materiais. No caso desses grupos, o controle de comportamento já estaria sendo estabelecido pela religião, facilitando o trabalho do coordenador, pois

[...] uma regra de conduta pode ser definida como um guia para a ação, recomendada não porque é agradável, barata ou eficiente, mas porque é apropriada ou justa. As infrações caracteristicamente levam a sentimentos de desconforto e a sanções sociais negativas. As regras de conduta impregnam todas as áreas de atividade e são mantidas pelo nome e honra de quase tudo. Entretanto, sempre estará envolvido um agrupamento de adeptos [...] (GOFFMAN, 2011, p. 52).

Goffman (2011) informa que [...] a maioria das ações guiadas por regras de conduta são realizadas sem pensar, e o ator questionado diz que as realiza “sem motivo” ou porque ele “teve vontade” [...] (GOFFMAN, 2011, p. 52), enquanto o poder disciplinar panóptico de Foucault (1999) é concebido como uma dominação silenciosa e opressora, pois os indivíduos são levados a obedecer inconscientemente, exercendo uma dominação de forma implícita¹²⁰.

O princípio do poder panóptico de Foucault (1999) é observado na obediência pelo temor de estar sendo observado o tempo todo, pois é invisível, exercido pelo próprio dominado, que supõe estar sendo vigiado, mas é fato que ele internaliza o mecanismo de poder e passa também a ter um autocontrole, condicionado pelo sistema de dominação internalizado, e não por sua subjetividade individual. O panóptico transfere a responsabilidade de vigilância para o próprio vigiado, cuja disciplina é suscitada nele, por meio do constante temor da punição, principalmente, pela certeza de que seus desvios de conduta sempre seriam alcançados pelo olhar de uma vigilância invisível, e essa sensação de ser vigiado impede que o indivíduo faça algo que seja contrário aos seus valores morais construídos internamente a partir da família, da

¹²⁰ “Ao estudar a “Sociedade Disciplinar”, Foucault constata que a sua singularidade reside na existência do Desvio diante a Norma. E assim, para “normalizar” o sujeito moderno, foram desenvolvidos mecanismos e dispositivos de vigilância, capazes de interiorizar a culpa e causar no indivíduo remorsos pelos seus actos.” Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/sociedade%20disciplinar/Pan%C3%B3ptico.htm>. Acesso em: dezembro de 2017.

escola e da religião. Os pensamentos: “*O que vão dizer?*”, “*O que vão pensar?*” são recorrentes, e interiorizam a disciplina, que não é a instituição, mas o modelo utilizado pelo poder em seus processos de subjetivação. Para Foucault (1999), o efeito mais importante do panóptico é provocar nos indivíduos um estado consciente e constante de visibilidade, garantindo, assim, a manutenção automática do sistema de poder. Como não pode ser visto, o poder externo se faz onipresente, e os indivíduos fazem as regras funcionarem sobre si mesmos, tornando desnecessária a presença do vigia, pois o próprio indivíduo vai vigiar-se. “E para se exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível” (FOUCAULT, 1999, p. 246).

Os instrumentos utilizados passam a ser a utilização de formas repetidas de coerção encontradas na distribuição do tempo, horários, atividades regulares, silêncio, respeito, bons hábitos, buscando reconstruir nessa técnica de correção não apenas o sujeito de direito, preso aos interesses do pacto social, mas o sujeito obediente, subordinado aos hábitos, às ordens, às regras, a uma autoridade exercida sobre ele continuamente, ou em seu entorno, que ele deve permitir que funcione automaticamente nele mesmo (FOUCAULT, 1999, p. 148).

De acordo com Borges e Carmo (2009), o ponto tangencial entre o poder simbólico discutido por Bourdieu e o sistema vigilante, ou autovigilante, discutido por Foucault (1999), é que ambos consideram a introjeção dos valores de uma classe (ou cultura) dominante como um processo necessário para o ethos “domesticado” dos dominados (BORGES; CARMO, 2009, p. 17). Quanto às relações de poder presentes na escola, sua origem a antecede, perdurando na sua trajetória no decorrer da vida escolar, repetindo-se em outros contextos, constituindo-se numa prática que transcende esse ambiente, mas sendo nele reforçado, e preparando o indivíduo para outras vivências análogas, cujas posições hierárquicas, via de regra, são inquestionáveis. Suas estratégias a partir da ideologia burguesa não têm origem na coação, mas são consequência do aprendizado do próprio profissional, que aprendeu e reproduz o que aprendeu, confundindo sua práxis com o próprio *habitus*. Dessa forma, “o *habitus* completa o movimento de interiorização de estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporados” (MICELI, 2013, p. XLI)¹²¹.

Bourdieu e Passeron (2012) esclarecem que as relações de força presentes na ação pedagógica podem ser consideradas autônomas e dependentes simultaneamente, das relações de força presentes na estrutura social, constituindo-se numa instituição autônoma para a

¹²¹ MICELI, Sérgio, Introdução: A força do sentido, In: **A economia das trocas simbólicas**, Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

reprodução dessa mesma estrutura. Os membros educados de um grupo social exercem a ação pedagógica, por meio das famílias, ou de quaisquer outros agentes representados. Assim, a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, bem como as relações de poder de um determinado grupo social (BOURDIEU; PASSERON, 2012).

A experiência de dois professores que chegaram ao *campus* nos últimos dez anos contribuiu para a compreensão dos grupos religiosos, entre eles, um professor integrante da área de Ciências Humanas, disciplina de História, que veio para o IFPB – *campus* João Pessoa em 2011, mediante permuta com o *campus* Campina Grande, onde havia sido admitido em outubro de 2010. Diferentemente dos atuais diretores, ele afirmou saber da existência desses grupos.

Eu presencio muito a presença de grupos organizados, e a percepção que eu tenho, preliminar, é que esses grupos eles fazem reuniões cotidianas aqui na Instituição, não é? São muito organizados, do ponto de vista, inclusive a participação de algumas atividades em sala de aula, mas eu não vejo cerimônias em si, como vivenciei isso em ensino privado, em outras escolas (STÊNIO, 2017).

Além de conhecer os grupos, também percebe que os estudantes participantes deles são organizados e têm uma maior participação nas atividades de sala de aula, uma observação importante. Além de ter interesse pelo assunto e ser da área, o professor Stênio também pesquisa essa temática, e sua fala já aponta a inversão da posição dominante, ocupada anteriormente pela religião católica, e a organização nas escolas de grupos evangélicos em Células.

[...] há uma subdivisão enorme: dos pentecostais, até os neopentecostais, em que eles vêm se organizando em espécies de células, nas escolas. E vêm formando pequenos grupos. Começam primeiro fazendo orações, pra depois se aproximarem e criar um vínculo mais próximo institucional. Eu vejo um movimento inverso no catolicismo, parece que os grupos que surgem aqui fora da escola e não é escola, eles surgem um pouco tentando se desvincular desse controle mais forte, não é? De Roma. (STÊNIO, 2017).

Chama também a atenção, nessa fala do professor, a sua percepção de que a participação dos estudantes nos grupos religiosos pode ser uma tentativa de desvinculação de um controle ostensivo das suas Igrejas. Já em sala de aula, eles destacam-se dos demais pela participação das suas equipes em seminários e avaliações. Observa, ainda, que, via de regra, participam de alguma Igreja, na maioria das vezes, de denominação evangélica, enquanto os católicos não são tão organizados como estes. Quanto à existência de cultos no *campus*,

[...] eu ainda não vi cultos em salas, ocupando espaço da escola, diferente da minha experiência quando aluno que eu estudava numa escola tradicional que

não era confessional, era privada, que todo dia nós fazíamos uma oração, tal, e não era uma escola confessional. Eu vejo isso em escolas municipais quando frequento, hoje, que é no mínimo uma contradição né? Eu vejo esses grupos se reunindo, mas eu não percebo até que ponto eles ocupam o espaço institucional, coisa que levaria um certo, a meu ver, certa, uma certa problemática a ser preocupada, porque se cada grupo religioso reivindicar o uso do espaço público, nós teríamos um problema muito sério, institucional, porque a manifestação religiosa no espaço público, ela ocorre aqui no IFPB, os grupos se reúnem, mas não ocupando o espaço, digamos assim com atividade, não sei. Como eu colocaria essa questão, mas não ocupando uma sala de aula e tal, e fazendo culto, não. Eu vejo eles se reunindo, e fazendo oração. Se isso ocorre, eu não presenciei diretamente não, mas seria o primeiro a protestar, em relação ao uso desse espaço público dessa forma. Que eles se reúnam, enfim, dialoguem sobre o tema, [...] Desde os anos 40, 50, é comum nessa instituição, pelo que eu observei no Núcleo de Documentação Histórica, [...] esses grupos eles existiam na Universidade, aqui, eles veem de longas datas, acredito que até antes da década de 40, já que, eu acho que isso vem se modificando bastante nos últimos anos, né? De uma, eu não sei como era a vivência da Escola Técnica, nos anos 80 e 90, eu não tava aqui, mas eu sempre percebo a presença dessa religiosidade, dos grupos aqui organizados (STÊNIO, 2017).

O professor não demonstrou qualquer objeção com relação à utilização dos espaços do *campus* para a realização de reunião dos grupos, mas afirmou ser contrário ao uso da sala de aula para essa finalidade. Quanto a essa informação, de que os grupos religiosos na Instituição remontam aos anos 1940, precisaria de uma maior investigação, e não tenho como confirmar, já que o recorte da minha pesquisa está localizado duas décadas depois.

Contribuiu ainda com esse estudo uma professora da área das ciências duras, disciplina de biologia, atual coordenadora da área de Ciências da Natureza, que chegou ao *campus* em 2010, assumindo sala de aula em duas disciplinas do curso de Gestão Ambiental. Em seguida, lecionou em duas turmas do ETIM, no PROEJA, habilitação em Eventos e no curso Técnico subsequente, cursos em que ainda leciona. Embora não tenha presenciado a realização de cultos ecumênicos, seu contato com as atividades religiosas realizadas pelos estudantes do ETIM e do curso superior aconteceu no ano seguinte da sua chegada:

[...], em 2011, um grupo de estudantes de Edificações, lembro até hoje, me convidaram pra participar de um grupo que ficava ali atrás da biblioteca, após o almoço, meio dia, lembro direitinho, tinha o horário, eles me chamaram pra participar. Eu não sei de qual é, eu sei que era da Igreja católica, porque eram da Igreja São Francisco, tinha um representante da Igreja São Francisco, né? Que iria dar uma Palavra no dia, né, do encontro. Então, foi um encontro de orações, de leitura da, de diversos versículos da bíblia, e de troca de experiências entre eles. Eu achei uma gracinha, né? Eu procurei ficar mais quieta possível, você sabe, professor termina falando demais, mas nesse dia

eu fui mais como ouvinte e pra observar. Eu gostei dessa experiência. Achei muito bom, porque ali era o momento onde eles estavam compartilhando amor, entre seres humanos, jovens, né? Com as experiências deles, e não compartilhando algo que viesse a prejudica-los. Eu gostei dessa experiência (ROSICLÉA, 2017).

É possível perceber, nessa fala da professora, que há uma aceitação dos grupos, vistos como oportunidade de troca de experiências e de compartilhamento ou integração entre os estudantes. Pela descrição do local e a referência a São Francisco, sugere seja o GOSFA, já encerrado, pois, além da sala de aula, também se reunia no corredor dos laboratórios de química, para a realização das suas reuniões. Questionada se os estudantes que pertencem aos grupos religiosos eventualmente sofrem algum tipo de estigma, essa professora relatou dois momentos bem específicos, relacionados à homossexualidade e à religião, em que pôde acompanhar de perto duas estudantes do ETIM:

Eu cheguei a presenciar uma vez, porque a aluna, os alunos, foram dois momentos diferentes: eles vieram me procurar, muito chateados porque houve um debate em sala de aula e eu não sei se o debate estava relacionado com o tema homossexualismo ou religião, não lembro mais, mas que ela ficou muito chateada, chegou chorando, terminou minha aula pediu pra conversar comigo, porque, é ela não conseguia nem colocar a posição dela em sala de aula, não deixaram. Massacraram ela, como ela falou, isso foi a fala da aluna, leu direitinho, é, do grupo dos ateus, que ela falou: tinha menino que não acreditava em Deus, até entendo, professora, mas eles não deixavam nem a gente falar. E outra vez foi uma menina que que ela não é da Igreja católica que eu lembro direitinho, não sei se era Batista, eu sei que ela falava em línguas, a Igreja dela fala em línguas, reza em línguas, né? Ora em línguas como eles falam. E esse mesmo aluno, dessa mesma turma, foram todos dois alunos. Isso aconteceu numa turma só, com a turma de Controle Ambiental, ainda lembro. Ele começou a debochar dela em sala de aula, ficou olhava pra ela, e ficava falando em línguas, fazia umas línguas estrangeiras lá, que só ele entendia, o que ele tava na cabeça, e ela chegou muito triste. Aí eu pedi, né? Na primeira orientação que a menina falou que foi numa aula pra conversar com o professor. Que o debate é saudável, existe, não pode é ter agressão, né? Não deixar o outro colocar sua posição, né? E virar um conflito em sala de aula. Mas na época, eu orientei que ela conversasse com o professor, em particular pra quando tivesse outros debates que envolvesse a questão de religião, que fosse um pouco mais cuidadoso, com isso aí. Foi a sugestão que eu dei pra ela (ROSICLÉA, 2017).

Apesar de a professora relatar essas duas situações revelando uma estigmatização das estudantes em sala de aula, essa parece não ser uma situação recorrente, seja da parte dos

estudantes, seja dos professores. “Bem, se isso acontece na Instituição é, realmente eu não percebi. Esse tempo todo que estou aqui nunca percebi nenhum aluno ser estigmatizado por conta da religião. Nunca percebi e nunca ouvi nada sobre isso” (ROSICLÉA, 2017).

Os relatos apresentados por esses atores revelam coerência nos fatos, auxiliando no presente a reconstruir a trajetória da religião no espaço educacional profissionalizante tecnológico do *campus* João Pessoa, em que o sentimento de identidade religiosa está marcado naqueles que viveram e construíram na Instituição uma forma atípica de laicidade, possibilitando identificar práticas e ritos religiosos nas suas variadas formas, além da sua progressiva transformação ao longo desses cinquenta anos. Todos os depoimentos obtidos por meio das entrevistas realizadas estão baseados na memória desses atores que vivenciaram e vivenciam a presença da religião no cotidiano escolar, demonstrando coerência e convergência dos fatos e dados, capazes de testemunhar sua veracidade. Dessa maneira, utilizando o argumento de Halbwachs, fica evidente que

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2013, p.12).

É possível considerar a importância da memória para esse estudo, pela possibilidade de favorecer a perenidade do tecido social, bem como das estruturas sociais, permitindo, ainda, a sobrevivência dos fatos, que são trazidos para o presente, quando se encontravam arquivados na memória passada ou subterrânea dos seus atores. Pollak (1992) relaciona a memória com a identidade social¹²² e assevera que

Podemos portando dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

A convivência com uma significativa diversidade religiosa em nosso país permite pensar na existência de uma representatividade plural de diferentes denominações religiosas no *campus*, nem sempre identificada ou visível o suficiente, já que, historicamente, a religião

¹²² “A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculado a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente”. CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 177.

católica esteve presente de forma ostensiva no contexto escolar, e, mais timidamente, a religião evangélica. Essas religiões, majoritárias no país, inúmeras vezes, estiveram representadas nas solenidades realizadas pela Instituição, havendo talvez um natural desencorajamento e/ou receio de as outras denominações religiosas marcarem seu lugar nesse espaço, situação que pode remontar ao tempo desse recorte de pesquisa. Ao longo dessa trajetória, os relatos também atestam que as manifestações religiosas foram desaparecendo, sobressaindo-se nos últimos cinco anos os grupos religiosos constituídos por estudantes, como apresentarei a seguir.

III. IFPB, *CAMPUS* JOÃO PESSOA: O LUGAR DA FÉ

Este capítulo tem como objetivo apresentar o cotidiano e a sociabilidade dos grupos religiosos constituídos por estudantes, alguns em pleno funcionamento, e outros já encerrados. Os dois subcampos das religiões cristãs majoritárias na Paraíba, o evangélico e o católico, estão representados na Instituição há, pelo menos, cinco décadas, como mencionado anteriormente. Nesse sentido, procuro descrever também como ocorre o processo de agenciamento desses grupos por pastores, líderes das Igrejas e de Movimentos Religiosos.

A presença de grupos evangélicos nas dependências do *campus* corresponde a segmentos reconhecidos no campo religioso brasileiro e parece corresponder, de alguma forma, ao reconhecimento da religião por meio de dispositivos jurídicos, que implicam tanto o aparato como o poder de Estado, em que a legitimidade social está envolvida. A ampliação da área de atuação das Igrejas evangélicas no Brasil evidencia sua crescente representação junto à sociedade, incluindo a criação e a expansão dos grupos religiosos constituídos por estudantes nas escolas de ensino médio e superior, das instituições públicas e privadas de todo o país, mais particularmente, no IFPB.

As primeiras formações de grupos religiosos no *campus* eram constituídas por estudantes evangélicos e mórmons, observadas por volta do ano de 1967, havendo uma aproximação dessa data em nível estadual a partir da expansão dos Movimentos Religiosos por volta de 1966, com a conseqüente representação desses grupos em escolas e universidades, privadas e públicas.

Os cinco grupos religiosos presentes atualmente no *campus* estão vinculados a igrejas evangélicas, ou seja, pertencem ao mesmo segmento religioso, de diferentes denominações pentecostais e neopentecostais. Até o final do ano de 2015, havia sete grupos religiosos no *campus*: o JOTEC, pesquisado na minha dissertação do mestrado; o GOSFA, encerrado no início do ano de 2016, e cinco grupos de Célula¹²³, quatro deles vinculados à Igreja Sara Nossa Terra e um à Igreja evangélica “Luz para os povos”, embora dois deles tenham sido fechados: um durante o primeiro semestre de 2016, e outro, em 2017. Em 2016, foram criados mais dois grupos: o Metanoia, como uma extensão do JOTEC e o Núcleo da ABU. Todos esses grupos são frequentados e compostos por estudantes das três modalidades de Ensino: ETIM, Técnico

¹²³ “Células são Grupos pequenos integrados por pessoas que se reúnem no mínimo uma vez por semana, com o propósito de desenvolver um crescimento integral centrado na Palavra de Deus”. Disponível em: <http://sntcampolimpo.blogspot.com.br/p/celulas.html>. Acesso em: 03 de outubro de 2016.

Subsequente e Superior. Atualmente, existem cinco grupos em pleno funcionamento: o JOTEC; o Metanoia, dois grupos de Célula e o Núcleo da ABU. Ver, no quadro abaixo, uma descrição sucinta das lideranças dos grupos religiosos dos últimos cinco anos.

Quadro 05: Descrição das lideranças dos grupos que foram entrevistados.

LÍDER	IDADE	CURSO	DENOMINAÇÃO RELIGIOSA/IGREJA	GRUPO
Masculino 1	18 anos	ETIM: Eletrotécnica	Assembleia de Deus	JOTEC
Masculino 2	19 anos	ETIM: Cont. Ambiental	Igreja Batista Nacional	JOTEC
Feminino	16 anos	ETIM: Cont. Ambiental	Igreja Batista dos Bancários	Metanoia
Feminino	Não informado	ETIM: Edificações	Católica	GOSFA Encerrado
Feminino	27 anos	Design de Interiores	Sara Nossa Terra	Célula A Encerrado
Feminino	22 anos	Licenciatura em Química	Sara Nossa Terra	Célula B Encerrado
Feminino	24 anos	Eng. Elétrica	Sara Nossa Terra	Célula C
Feminino	22 anos	Eng. Elétrica	Luz para os Povos	Célula D
Masculino	24 anos	Licenciatura em Química	Sara Nossa Terra	Célula E Encerrado
Feminino	24 anos	Design de Interiores	Batista	ABU
Feminino	23 anos	Serviço Social UFPB	2ª Igreja Batista Tibiri- Santa Rita	ABU João Pessoa

Fonte: da autora, em 2018.

Alguns desses líderes relataram que recebem orientação para a condução das atividades no grupo, do corpo Ministerial das suas Igrejas, por meio de treinamentos, cursos, para atuarem junto aos estudantes, como também recolhem alguma quantia em dinheiro, com o objetivo de subsidiar obras sociais e/ou para a manutenção das atividades dos próprios grupos.

A carga horária dos cursos do ETIM, cujos integrantes são maioria entre eles, é de 2.400 horas para a formação geral, enquanto aquela destinada à formação profissional vai depender do eixo tecnológico, como estabelecido no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. O curso do ETIM, com habilitação em Eletrônica, por exemplo, de duração de quatro anos, possui uma carga horária de 4.005 horas.

Eu entrei no JOTEC no ensino médio, né? Então aqui no ensino médio é muito comum, porque você acaba passando tipo, o dia inteiro aqui, né? Então basicamente sua vida semanal se resume a passar manhã e tarde aqui no IF, né? A gente só tem praticamente a noite em casa, então a gente meio que, que, sente [...] (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

O fato de esses estudantes possuírem uma elevada carga horária de estudos e passarem longas horas fora de casa parece gerar tensão no cotidiano escolar, ocasionando, muitas vezes, dificuldades para terem uma vida social e religiosa fora da Instituição. Nesse contexto, os grupos religiosos podem constituir-se um facilitador para a vivência da religiosidade de forma coletiva, o que parece minimizar os desencontros naturais trazidos pela nova e ameaçadora rotina de estudos; pelos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos; pelas crises existenciais próprias dessa fase de desenvolvimento biopsicossocial, entre outros, constituindo-se numa oportunidade de aproximação com o sagrado. Tudo isso parece gerar um sentimento de medo, o qual passa a ser trabalhado nos grupos, que utilizam diferentes formas para discutir a temática a partir de músicas, textos bíblicos, entre outros recursos. O cartaz abaixo, utilizado pela ABU, convida os colegas para participarem da sua reunião, cujo tema nesse dia foi o “Medo”.

Imagem 10: Cartaz da ABU, com referência ao medo.



Intervalo Bíblico
Dia: 08/06
A partir das 9:30 horas
Na pracinha do IFPB



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em 2016.

Esse sentimento pode ser observado quando as equipes multiprofissionais realizam atividades psicopedagógicas nas salas de aula, bem como nas escutas realizadas em grupo ou individualmente aos estudantes que buscam ou são encaminhados ao Serviço de Psicologia do

campus por professores, colegas, entre outros. O medo, além de ser um sentimento muito presente nessa faixa etária pelos motivos já mencionados, também é abordado no grupo sob o ponto de vista religioso, despertando interesse dos jovens na busca por respostas transcendentais para suas angústias. Ao ingressarem na Instituição, diferentes sentimentos e situações parecem se fazer presentes, como: 1. Medo da mudança das suas convicções religiosas, caso se dediquem integralmente aos afazeres acadêmicos; 2. Estigmatização pelos colegas que não participam dos grupos religiosos e têm como projeto de vida ter uma profissão, priorizando sua independência financeira; 3. Possibilidade de envolver-se com atividades profanas, entre outros. O sentimento de medo aparece em diferentes momentos e formas nas reuniões realizadas pelos grupos, sendo discutido com muita frequência, como pode ser observado no cartaz da ABU, Imagem 10, numa demonstração de que esse sentimento se encontra presente na pauta das suas discussões e atraindo os jovens para suas reuniões.

Cabe mencionar a concepção de Geertz (2001, p. 164), para quem “[...] não é na solidão que se constrói a fé”, afirmativa que implica pensar nas interações e relacionamentos interpessoais vivenciados nesses grupos e como eles ressignificam a vivência religiosa no contexto de uma instituição científico/tecnológica. Enquanto isso, Alves (2008, p.24) define a religião como uma “teia de símbolos, rede de desejos” e afirma: “Talvez porque, sem ela, o mundo seja por demais frio e escuro. Com seus símbolos sagrados, o homem exorciza o medo e constrói diques contra o caos” (ALVES, 2008, p. 25-26). Nesse contexto, Bauman (2008) entende que

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance (BAUMAN, 2008, p.8).

Na juventude, as muitas incertezas em relação ao futuro e os conflitos existenciais invadem a mente, os sentimentos e a vida dos estudantes, que encontram, nesses grupos, acolhimento e oportunidade para falar dos seus sentimentos. Outro sentimento observado nos estudantes é a solidão, que pode ser provocada pela perda do amparo recebido durante a infância, no ensino fundamental, tanto da família como de professores, diretores e toda a comunidade escolar, que, via de regra, acompanham de perto o desenvolvimento infantojuvenil durante todo esse nível de ensino. Tal sentimento pode provocar alterações no comportamento

do jovem, que, ao sentir-se desamparado, traduz esse desconforto por meio do isolamento, timidez, insegurança, em intensidades e duração diferentes, como também busca diferentes formas de adaptação à nova realidade, colocando-se o grupo religioso como uma fonte de acolhimento, amparo e segurança para o recém-chegado.

Conhecer os grupos religiosos existentes no *campus* implica também ouvir os seus líderes, responsáveis por organizar, dirigir e acompanhar suas atividades, assumindo, assim, diferentes papéis dentro e fora dos mesmos. De maneira geral, o líder pode ser definido como o indivíduo dotado de habilidades para conduzir ou coordenar pessoas, cujas palavras e ações influenciam o pensamento e comportamento das mesmas, podendo encontrar-se à frente de movimentos de caráter religioso, político, artístico, científico, entre outros. Alguns estudiosos contribuíram para a elaboração do conceito de liderança, entre eles, Chiavenato (1999, p.553), cuja concepção é de que “[...] a liderança é uma forma de influência. A influência é uma transação interpessoal em que uma pessoa age para modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira intencional”. No mesmo sentido, Motta (1997) define liderança como a capacidade que possui o indivíduo para influenciar alguém ou um grupo de pessoas, significando uma força psicológica que age de forma a modificar intencionalmente o comportamento de outro, e essa influência envolve poder e autoridade, alterando a maneira de agir do influenciado (MOTTA, 1997, p. 206). Nessa perspectiva, é possível afirmar que a liderança possui variáveis, e, na concretização do seu processo, líder e liderados vivenciam determinada situação, encontrando-se ligados e amparados por alguma forma de poder.

De acordo com Bourdieu (2011), a compreensão da construção do líder passa pela observação do *habitus*, o qual é moldado dentro do campo em que o indivíduo está ou esteve inserido durante sua vida, e, como o *habitus* é a pré-disposição para a ação, o líder precisa compreender a relação simbólica existente no campo ao qual ele pertence e procurar adquirir capitais simbólicos específicos. Caso isso não aconteça, há uma grande probabilidade de não obter reconhecimento enquanto tal, pois Bourdieu defende a necessidade de compreender as regras do jogo que se está jogando (BOURDIEU, 2011, p. 13-28).

Nessa perspectiva, além das lideranças dos grupos, outros estudantes, integrantes e não integrantes deles, bem como servidoras terceirizadas integrantes de um círculo, foram entrevistados, no sentido de ouvir as não lideranças desses grupos. O quadro a seguir traz um panorama desses integrantes, contendo o sexo, idade, curso, denominação religiosa à qual pertencem e o grupo que frequentam.

Quadro 06: Descrição dos integrantes dos grupos religiosos entrevistados.

INTEGRANTES	IDADE	CURSO	DENOMINAÇÃO RELIGIOSA/IGREJA	GRUPO
Masculino	22 anos	Eng. Elétrica	Assembleia de Deus	JOTEC
Feminino	17 anos	ETIM Ins. Musical	Católica/Evangélica	Metanoia
Feminino	40 anos	Ensino Médio completo	Assembleia de Deus Missão Palavra Viva	Célula D
Feminino	42 anos	Ensino Médio completo	Assembleia de Deus Missão Lago Azul - Cuiá	Célula D

Fonte: da autora em 2018.

Os dois estudantes não integrantes dos grupos cursam o ETIM, sendo um deles líder do Grêmio Estudantil Florestam Fernandes, e o outro, participante dos programas de pesquisa no *campus*. Ambos se declararam cristãos, mas sem ter uma denominação religiosa definida, como informa o quadro abaixo.

Quadro 07: Descrição dos não integrantes dos grupos.

NÃO INTEGRANTES	IDADE	CURSO	DENOMINAÇÃO RELIGIOSA/IGREJA
Masculino A	17 anos	ETIM Eletrotécnica	Cristão evangélico
Masculino B	17 anos	ETIM Edificações	Cristão

Fonte: da autora em 2018.

As dificuldades de adaptação acadêmica, encontradas pelos estudantes do *campus*, parecem favorecer a criação e a manutenção dos grupos religiosos, construídas no exercício da solidariedade, da comunhão e da construção de valores éticos, do *habitus*, bem como dos gostos e estilos de vida, que parecem servir de suporte para a adaptação escolar, promoção acadêmica e permanência na Instituição. A partir dessas considerações, passo a apresentar os grupos religiosos presentes no *campus* nos últimos cinco anos, suas lideranças internas e externas, além de alguns estudantes participantes e outros não participantes.

3.1 Jovens Técnicos Cristãos - JOTEC

A minha dissertação do mestrado, concluída em 2012, foi centrada nesse grupo, possibilitando, assim, observar algumas mudanças ocorridas nesse intervalo de tempo que apresentarei mais adiante. O JOTEC é o grupo religioso mais antigo e formalizado ainda atuante no *campus*, criado no final do mês de agosto de 1987 por um estudante do Curso Técnico de Eletrotécnica, profíente da religião evangélica, da então ETEPB. Inicialmente, recebeu o nome de Jovens Técnicos Cristãos, pois, na época, a Instituição tinha seu ensino voltado apenas para o ensino técnico de 2º grau, hoje denominado ETIM. Posteriormente, para acompanhar as mudanças estruturais da Instituição, enquanto CEFET e, depois, IFPB, o grupo passou a adotar o nome de “Jovens de Cristo”, por já não ser mais uma realidade referir-se ao grupo como de Jovens Técnicos, já que, além dos estudantes do ETIM, também frequentavam suas reuniões, embora em número reduzido, estudantes dos cursos subsequentes e superiores, criados a partir de 1999, contemplando, assim, na opinião dos líderes do grupo, os estudantes dos três níveis de ensino.

Os participantes dessa congregação são estudantes matriculados majoritariamente nos cursos do ETIM¹²⁴, com idade entre treze e dezoito anos, de ambos os sexos, sendo em maior número do sexo feminino, e de diferentes denominações religiosas evangélicas, com predominância das igrejas Batista, Presbiteriana, Congregacional e Assembleia de Deus, além de uma minoria de dez católicos, que, segundo informação do líder geral, encontram-se em processo de conversão ao protestantismo. Segundo as lideranças, todos são aceitos sem qualquer discriminação, seja de gênero, etnia, curso ou religião, no entanto, não foi mencionada a presença de homossexuais no grupo. A opção de afastar-se dos outros colegas durante o tempo livre, bem como das atividades existentes nos horários de intervalo, a exemplo de jogos de xadrez, dominó, conversas, namoros, entre outras coisas, implica a construção de um novo *habitus*, levando à uma modificação em seus gostos e estilo de vida, com uma aparente rejeição às atividades de lazer e integração laicas, já que optam por frequentar um grupo religioso.

A seguir, apresento duas fotografias em momentos de reunião do JOTEC, em que o grupo está reunido na área de convivência do *campus*, sentado em formação de círculo,

¹²⁴ O IFPB *campus* João Pessoa conta com sete Cursos Técnicos Integrados ao Médio, que são destinados a quem terminou o ensino fundamental e deseja obter uma capacitação técnica profissional junto ao ensino médio, em uma única instituição. São sete os Cursos oferecidos: Contabilidade, Controle Ambiental, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica e Instrumento Musical.

realizando uma atividade sistemática¹²⁵, podendo ser observada a presença do líder do lado direito da foto, com um material em cima da mochila, possivelmente um roteiro, ou texto para leitura e discussão no grupo. Na segunda foto, o grupo estava recebendo, naquele dia, a visita de um pastor, bem como de ex-integrantes, que já concluíram seus cursos, mas participaram daquela reunião.

Foto 26: Reunião do JOTEC, 2011.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em 2011.

Foto 27: Reunião do JOTEC, agosto 2017. Presenças: um pastor e ex-integrantes do grupo.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em agosto de 2017.

A presença de ex-integrantes do grupo na foto 27 é uma demonstração de que os vínculos estabelecidos entre seus participantes continuam fortes, mesmo depois de concluírem seus cursos e saírem da Instituição, enquanto a visita do pastor comprova a aliança com suas Igrejas. Na minha pesquisa do mestrado, já foi possível observar que uma característica marcante do JOTEC é ter uma estrutura aberta quanto à acessibilidade, e às denominações religiosas que o compõem, no entanto, “O JOTEC, é assim, é algo mais assim, como eu posso dizer? Mais voltado pra pessoas que professam aquela fé, né?” (INTEGRANTE JOTEC, 2018). A forma de entrada no grupo sofreu algumas modificações a partir de 2015, com a aprovação do Estatuto, mas, *a priori*, não há controle de frequência ou restrições a entradas e saídas, nem de denominações religiosas dos seus participantes, embora a grande maioria seja evangélica.

¹²⁵ Para uma melhor compreensão das atividades dos grupos, classifiquei-as de sistemáticas e assistemáticas. As sistemáticas são as atividades rotineiras dos grupos, realizadas semanalmente; as assistemáticas, aquelas realizadas esporadicamente, como Semana de Encontro com Deus, gincanas, passeios, rock, entre outros.

Há sete anos, os ateus também frequentavam as reuniões do grupo, sendo percebidos pelas lideranças como uma necessidade para obter explicações para seus questionamentos transcendentais e inquietações relacionadas aos conflitos existenciais peculiares a essa fase do desenvolvimento humano. Atualmente, não há registro dessa presença.

As atividades realizadas pelo grupo acontecem de forma sistemática e assistemática, estando presente, nessas duas modalidades, a oração, a leitura bíblica, além da música de adoração e, eventualmente, de celebração. A música enquanto expressão cultural vem conquistando mais espaços, seja em shows, programas de rádio e televisão, compra de CDs, constituindo-se na fonte mais acessada por evangélicos e católicos. Cunha (2007) assevera que a cultura gospel está ancorada na tríade música, consumo e entretenimento e, enquanto produto de mercado, sacraliza elementos profanos da diversidade de gêneros musicais, legitima o uso da tecnologia, possibilitando o consumo e o lazer (CUNHA, 2007, p.199, *online*).

As atividades sistemáticas acontecem semanalmente, no antigo pátio, hoje denominado de área de convivência, como rotina da vida escolar desses estudantes, enquanto as assistemáticas acontecem de forma esporádica, nos espaços do *campus* em que há uma maior circulação de pessoas, possibilitando maior visibilidade ao grupo, pois são realizadas em forma de evento, envolvendo toda a comunidade escolar, incluindo uma vasta programação com apresentações artísticas e religiosas. Durante a realização dessas atividades, é possível observar uma reconfiguração espacial nas dependências do *campus*, em que convivem, harmoniosamente, o sagrado e o profano. A divulgação das atividades assistemáticas, entre 2010 e 2012, era feita por meio de faixas e cartazes afixados nos quadros de avisos e pela internet, enquanto o Diretor Geral e alguns setores da Instituição recebiam convite impresso. Atualmente, a forma utilizada para convidar para essa atividade é a do contato boca a boca e o WhatsApp.

As reuniões sistemáticas, acontecem às terças e quintas-feiras, nos turnos manhã e tarde, nos tempos dos intervalos de aulas, com duração de vinte minutos: 9h:30 às 9h:50 e das 15h:30 às 15h:50, registrando a presença por reunião em torno de 12 a 15 estudantes. Essas reuniões seguem um ritual que compreende oração inicial, seguida do devocional, que é a leitura da Bíblia, explicado de forma rápida. Na sequência, o líder presente passa a palavra aos participantes e conclui com uma oração, ou designa um outro participante para proferi-la.

[...], o JOTEC, antigamente ele tinha um Louvor, né? E depois era falar sobre a Palavra, só que o tempo é tão curto que a nova direção, achou melhor, tipo, fazer só, só a parte da Palavra, ou seja, o que que acontece, durante nesses 20' é uma oração, e alguém, é, vai e traz uma Palavra, a cerca de algum texto da

Bíblia, [...]. A pessoa tem a, quem vai falar, tem a possibilidade de [...]. Prepara em casa e traz (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Esse integrante do grupo frequenta o JOTEC desde que veio estudar na Instituição em 2010, no ensino médio, passando a ser estudante do curso superior de Engenharia Elétrica em 2014. Na sua percepção, com o passar do tempo, o grupo deixou de realizar o louvor em suas reuniões, para priorizar a discussão sobre temas bíblicos, que podem ser preparados em casa e trazidos para o grupo no dia de reunião. Em anos anteriores, a depender da necessidade, alguns estudantes recebiam um acompanhamento individualizado denominado “discipulado”, sendo eventualmente convidados a participar de atividades religiosas nas Igrejas em que as lideranças do grupo participavam. Hoje, a orientação é que o frequentador do grupo procure a Igreja mais próxima da sua residência, mas observe se a pregação realizada por ela, a “Palavra” nela pregada, é “verdadeira”, critério a ser observado com foco na figura do Cristo, que o líder explicou assim: “O critério para saber se uma Igreja prega ou não a “Verdade”, é observar se Cristo é o foco da instituição e se não é pregado uma falsa doutrina que estava longe daquilo que a Bíblia fala” (LÍDER 2, JOTEC, 2016).

Entre as atividades assistemáticas, encontra-se ainda o Rock, ou seja, Reunião de Oração e Crescimento, realizada mensalmente, cuja programação inclui a música e dinâmicas de grupo, diferenciando-se das reuniões semanais realizadas na área de convivência, pois acontece no auditório ou na sala de Conferência do *campus*. O ritual do Rock compreende: oração inicial; louvores (música); devocional, ou leitura bíblica; pregação da Palavra e oração final. Após o encerramento, o grupo se reúne para um momento de comunhão, em que há uma convergência de sentimentos, como também nas formas de pensar, sentir e agir coletivamente, compartilhando o alimento, elemento simbólico, em forma de lanche coletivo (LÍDER 2, JOTEC, 2016). A atividade do Rock teve sua realização garantida, inclusive, no período da greve dos servidores públicos federais em 2015, tendo sido, naquele momento, transferida para a beira-mar da praia de Tambaú.

Foto 28: Divulgação da “Semana de Encontro com Deus”, em 2009.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em 2009.

Foto 29: Aniversário do JOTEC, em agosto de 2017.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em setembro de 2017.

Essa faixa de divulgação da “2ª Semana de Encontro com Deus”, colocada no pátio/área de convivência, é uma demonstração do apoio institucional a sua realização, enquanto a foto 29 é o registro das festividades de aniversário da criação do grupo, comemorado oito anos mais tarde no Auditório II, onde, atualmente, funciona a CAEST, cedido pela direção do *campus*. A “Semana de Encontro com Deus” está incluída entre os eventos assistemáticos do JOTEC, realizados anualmente, e contemplam atividades artísticas, como a dança, a música, o show pirotécnico e outras atividades próprias do universo juvenil, havendo uma presença marcante da música gospel com ritmos de músicas profanas, a exemplo do Hip Hop, do Rock e do Pagode, com letras evangélicas. Atualmente, de acordo com o líder 2, as músicas são exclusivamente de adoração e celebração, que falam sobre o evangelho.

Algumas mudanças na estrutura e funcionamento do grupo aconteceram a partir da criação do Estatuto votado e aprovado em Assembleia Geral do grupo, no dia 27 de março de 2015, estabelecendo, a partir daí, uma nova forma de organização e funcionamento, que prevê sanções sobre seus participantes, diferente do que estabelecia o documento anterior, denominado de “Caderno JOTEC”¹²⁶. O “Caderno”, documento orientador, construído por suas lideranças por volta do ano de 2009, regulava suas práticas e continha informações sobre

¹²⁶ O Caderno JOTEC é um documento construído pelas lideranças do grupo por volta do ano de 2009, cujo objetivo era nortear suas atividades, sendo composto por vinte páginas contendo: capa, folha de rosto e oito itens: I: Introdução; II: Quem pode participar; III: Reuniões; IV: Evangelismo; V: Evento “Semana de Encontro com Deus”- SED; VI: Modelos de ofícios; VI: Liderança; VIII: Voz da experiência. Esse documento me foi disponibilizado durante a pesquisa de mestrado.

objetivos, reuniões, eventos, entre outros. Enquanto o “Caderno” estabelecia, como principal objetivo do grupo, realizar o estudo da Bíblia e evangelizar seus frequentadores, o Estatuto define o grupo como de caráter social e religioso, cuja missão é evangelizar, “seguindo os passos de Jesus” (Grifo do Estatuto, 2015). Tanto a data da sua criação quanto seus objetivos divergem da encontrada no antigo Caderno, que informa sua criação em agosto de 1987, enquanto, no Estatuto, a informação é de que sua criação aconteceu em 25 de agosto de 1988. No entanto, os dois documentos apresentam normas de orientação ao funcionamento do grupo.

As normas procuram resumir as melhores práticas e são formadas a partir de experiências e conhecimentos, estabelecendo, como objetivo, oferecer o melhor para uma comunidade. A norma social é uma regra explícita ou implícita que propõe um comportamento valorizado pela sociedade à qual pertence, devendo ser respeitada, permitindo ajustar determinadas condutas ou atividades. É, ainda, fruto de um trabalho coletivo, podendo ser imposta pela sociedade e seus sistemas, como também ser de caráter pessoal, permitindo ao próprio ator impor normas para sua vida de forma autônoma, o que o auxilia a organizar seus princípios éticos e morais. Goffman (2011) afirma que a norma social é construída durante a interação social, enquanto Durkheim (2004) entende a norma social como um fato social, exterior aos indivíduos e que se impõe a eles.

Em Direito Societário, o Estatuto é definido como uma norma acordada pelos sócios ou fundadores, que regulamenta o funcionamento de uma pessoa jurídica, seja numa sociedade, associação ou fundação, tendo como função básica regular o funcionamento da entidade, os direitos e obrigações dos membros, bem como das relações e efeitos entre as partes.

Atualmente, os objetivos definidos no Estatuto, Artigo 2º são: 1– Respeitar a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias; 2– Instigar a união, o respeito mútuo entre todos na sociedade e a Defesa dos Direitos Humanos em toda a sua plenitude; 3– Fazer um trabalho de evangelização com jovens da comunidade acadêmica; 4– Solidificar os valores sociais e religiosos; 5 – Defender a unicidade, veracidade, inerrância¹²⁷ e contemporaneidade da Bíblia Sagrada como “A Palavra de Deus” (ESTATUTO JOTEC, 2015, p. 01).

¹²⁷ Inerrância bíblica é a doutrina segundo a qual, em sua forma original, a Bíblia está totalmente livre de contradições, incluindo suas partes históricas e científicas. A inerrância distingue-se da doutrina da Infalibilidade bíblica a qual assegura que a Bíblia é inerrante quando se fala de assuntos de fé e de sua prática e não em relação à história e ciência. Disponível em: <http://dicionariportugues.org/pt/inerrancia>. Acesso em: 25/08/2017.

O Estatuto definiu que o JOTEC será formado apenas por jovens da comunidade acadêmica do *campus* João Pessoa¹²⁸, uma decisão que o diferencia de outros grupos presentes na Instituição, em que a participação é estendida aos já profissionais. A escolha da Coordenação geral passou a ser feita por meio de Assembleia Geral e será responsável por guiar o Grupo, durante sua gestão, sendo composta por: Coordenador, Vice-Coordenador, Diretor de Finanças, Diretor de Comunicação e Eventos e Secretário. A Coordenação deverá ser composta de, no mínimo, três membros, podendo os mesmos acumularem as funções, mas um mesmo membro não poderá ser Coordenador e Vice-Coordenador concomitantemente (ESTATUTO JOTEC, 2015, p. 02).

Algumas modificações no funcionamento do JOTEC foram estabelecidas pelo Estatuto quanto à classificação dos seus membros, ficando determinado que os integrantes com até um ano de ligação serão considerados apenas “membros”, e aqueles que estejam ligados por mais de um ano serão considerados “membros efetivos”, mas que todos os membros são voluntários desde a sua entrada e enquanto permanecerem no grupo. Estabelece ainda que quaisquer dos membros, efetivos ou não, que venham a desvincular-se do grupo e, posteriormente, desejar retornar à membresia¹²⁹ terá seu tempo de ligação ao grupo contado a partir de então. Embora afirme que a participação no grupo é livre, seus integrantes têm o dever de participar de, pelo menos, um encontro semanal, além de outras atividades propostas, sempre que for convidado, salvo por motivo de força maior, como também de defender seus objetivos e os fundamentos teológicos, sendo vetada a ação pastoral por qualquer membro do grupo (ESTATUTO JOTEC, 2015, p. 02-03). O Estatuto possui fundamentos teológicos como:

I – Crer em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas: Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt. 6.4; Mt 28.19; Mc. 12.29); II – Crer na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão (II Tm. 3.14-17); III – Crer no nascimento virginal de Jesus, em sua morte vicária e expiatória, em ressurreição corporal dentre os mortos e em sua ascensão vitoriosa aos céus (Is. 7.14; Rm 8.34; At. 1.9); IV – Crer na pecaminosidade do homem, a qual o destituiu da glória de Deus, e em que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo podem restaurar a Deus (Rm 3.23; At. 3.19); V – Crer na necessidade absoluta

¹²⁸ Art. 4º O Grupo “Jovens técnicos de Cristo – JOTEC” em João Pessoa será formado apenas por jovens da comunidade acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- CAMPUS João Pessoa- PB.

¹²⁹ Grupo de pessoas que formam uma organização com uma norma ou princípios comuns a todos os participantes. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/membresia/Acesso em 22/08/2017>. O objetivo da “membresia é que os cristãos animem e ajudem uns aos outros a expressar a vida de Cristo; e que desta maneira demonstrem o amor e a unidade que devem caracterizar o povo de Deus”. Isso inclui dedicação de uns aos outros, criando comunidades de fé em que as pessoas possam compartilhar a vida profundamente umas com as outras. Disponível em: <http://ultimato.com.br/sites/estudos-biblicos/assunto/igreja/a-membresia-da-igreja/Acesso em 20/08/2017>.

do Novo Nascimento pela fé em Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno do Reino dos céus (Jo 3.3-8) (ESTATUTO JOTEC, 2015, p. 01).

O interesse por temas polêmicos, como gravidez na adolescência e uso de drogas, têm merecido uma atenção da atual liderança que vem promovendo reuniões para discuti-los, destacando-se a Teologia da Prosperidade, também conhecida como Evangelho da Prosperidade, uma doutrina religiosa cristã que defende ser a benção financeira o desejo de Deus para os cristãos, e que tanto a fé como o discurso positivo e as doações feitas para os ministérios cristãos sempre multiplicarão a riqueza material do fiel. Essa concepção é uma espécie de contrato entre Deus e os homens, seguindo a lógica de que, se os homens têm fé em Deus, Ele cumprirá suas promessas de segurança e prosperidade, e o reconhecimento dessas promessas como sendo verdadeiras é percebido como um ato de fé, que será honrado por Deus.

Outro tema polêmico discutido no grupo é o Calvinismo, defendendo que Deus tem obrigação de lhe dar tudo e que Ele já escolheu as pessoas que irão ser salvas, ou seja, os seus eleitos, enquanto, no Arminianismo, ou teoria de Armínio, a compreensão é de que temos o livre arbítrio de escolher o nosso destino, ou seja, se queremos ou não ser salvos. Os dois sistemas teológicos, Calvinismo e Arminianismo, tentam explicar a relação entre a soberania Divina e a responsabilidade do homem quanto a sua salvação. Esses temas polêmicos propostos pelo grupo visam a trazer reflexões sobre essas teorias, advertindo que é preciso saber a “verdade” sobre o que a palavra de Deus diz sobre elas.

Os dois documentos apresentados acima, Caderno e Estatuto, são uma demonstração das mudanças ocorridas nos últimos dois anos e têm orientado suas práticas, guardando diferenças quanto a sua concepção e funcionamento. Enquanto o Caderno normatizava a estrutura e funcionamento, apresentando informações detalhadas sobre as reuniões, liderança, evangelismos, entre outros, o Estatuto tem como característica regular as relações sociais dos seus integrantes, pertencentes ou não às igrejas representadas no grupo, sendo uma forma de direito privado. Essas mudanças ocorridas na estrutura do documento orientador do grupo podem ser entendidas na perspectiva de Bourdieu (1984), quando afirma que a estrutura de um campo representa um estado de relações de força entre os agentes ou instituições, que lutam para determinar a distribuição do capital específico, acumulado durante suas lutas anteriores, e orientam as estratégias que estão por vir (BOURDIEU, 1984, p.114).

Embora seja dito que a forma de entrada no grupo é livre, via de regra, isso acontece pelo convite dos frequentadores aos outros colegas, desde o primeiro dia de aulas, quando as lideranças desse grupo solicitam da equipe Institucional, responsável pela recepção dos

estudantes do ETIM, um espaço dentro da programação de acolhida, para que possam recepcionar os calouros, o que sempre é concedido sem qualquer questionamento. O atual líder geral do JOTEC é evangélico, da Assembleia de Deus, e conheceu o grupo logo que entrou na Instituição. De acordo com o líder geral do JOTEC, aproximadamente 80% dos participantes do grupo são evangélicos e já têm uma congregação, ou seja, fazem parte de alguma Igreja. Os demais participantes são católicos, ateus, ou sem denominação religiosa, mas que se denominam cristãos.

A gente tem integrantes da Igreja católica, Igreja Apostólica [...] temos da Assembleia de Deus como é o meu caso, temos da Batista, da Presbiteriana, Congregacional, Metodista, e até outras igrejas assim de menor porte, menos históricas¹³⁰, mas que igrejas assim de bairro, mas que têm integrantes representantes (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Diferentemente do que aconteceu anos atrás, quando um grupo de estudantes católicos se desligou do JOTEC para criar o grupo GOSFA, no momento, acontece uma maior aproximação deles com os evangélicos, levando à mudança da orientação religiosa, estando alguns em processo de conversão ao protestantismo.

[...], acho que são, [...] são umas dez pessoas, mas, elas geralmente, estão se desligando da Igreja Católica, é um processo de [...]. Como a gente possui maioria evangélico, protestante, existe também que num processo de desligação da Igreja católica, e conhecendo o protestantismo, e é uma forma de se fortalecer, e de conhecer, é o JOTEC. O movimento tá sendo uma forma de influenciar eles também (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Mesmo que o líder do JOTEC considere que o grupo funciona como uma forma de apresentar o protestantismo aos frequentadores, fica evidente que também há a intensão de influenciá-los, entre eles, os católicos, que, aos poucos, estão indo conhecer as suas Igrejas: “Já aconteceu de irem em grupo, já foram na Presbiteriana, mas a maioria das vezes vão individualmente” (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

A dinâmica de atividades desenvolvidas nas reuniões desse grupo vem sofrendo modificações ao longo dos anos, pois, há cerca de quatro anos, estas incluíam discussões sobre temas próprios da juventude, como também de interesse social mais gerais, tais como sexualidade, gravidez precoce e uso de drogas. Atualmente, esses temas deixaram de ser discutidos nas reuniões sistemáticas, que deram lugar a estudos relacionados com os textos

¹³⁰ Igrejas históricas são representadas pelas igrejas reformadas de origem europeia e norte-americana fundadas até o final do século XIX, mediante o trabalho de missionários estrangeiros. Entre elas, as Igrejas Batista, Presbiteriana, Luterana, Metodista, Anglicana e Congregacional.

bíblicos e temas, como fé, amor, graça, perdão. No entanto, foi implantado um novo projeto denominado de Metanoia¹³¹, uma espécie de quebra-gelo, funcionando nas segundas-feiras no intervalo do almoço, com o objetivo de debater assuntos da atualidade, como aborto, casamento, política, numa perspectiva cristã, com discussão aberta a pessoas de qualquer credo religioso. O Metanoia é liderado por uma estudante do ETIM, habilitação em Controle Ambiental, que ingressou na Instituição em abril de 2016, tendo chegado ao grupo por convite:

Foi convidada mesmo. Eu sempre vi, mas eu nem sabia o que era na verdade, até que me convidaram, eu fui só uma vez. Só que eu só fui uma vez, depois parei, passei muito tempo sem ir [...] eu fui no JOTEC, lá pra julho, agosto, uma vez, depois eu não fui mais, só fui realmente uma vez. Aí eu voltei a ir no JOTEC esse ano, 2017 (LIDER METANOIA, 2017).

A chegada dessa líder ao Metanoia aconteceu por meio de uma amiga, mas continuou pelas amizades das pessoas vinculadas a igrejas evangélicas, como também de outros grupos semelhantes da UFPB, que consolidaram sua participação.

Foi na verdade uma amiga que, da minha Igreja, é, muito amiga dos líderes do JOTEC e ela tinha um projeto, não parecido com o Metanoia, mas já tinha um projeto de ampliar o JOTEC, pra que fosse mais expansivo, de forma [...] E aí, ela e outra amiga minha que também era da minha Igreja. Aí me colocaram no meio do projeto, eu não sabia direito o que era, só me colocaram. Aconteceu dela sair do IF, na verdade, as duas tiveram que sair do IF, aí ficou quem? Quem vai liderar tudo, aí sobrou pra mim, porque elas duas tiveram que sair. Aí o projeto delas era bem diferente do Metanoia em si, hoje. Mas aí eu conheci pessoas da UFPB, que me ajudaram também, porque esse projeto também existe lá, que aqui é Metanoia, mas lá chama QG, que é o quebra-gelo, e aí eles me ajudaram, fui até prum fórum, onde eles me explicaram como é pra fazer direitinho e aí com essa proposta eu elaborei tudo direitinho e fui falar com Tiago, Aí, com alguns outros líderes, antes de chegar em Tiago, mas Tiago abraçou a ideia, ele disse que podia (LIDER METANOIA, 2017).

Em todos os grupos, os amigos exercem grande influência na instalação, divulgação e manutenção dos grupos, que, no caso do Metanoia, contou com o auxílio de amigos vinculados ao Movimento religioso da CRU, que funciona da UFPB para sua instalação no *campus*.

¹³¹ “*Metanoia* é uma mudança radical de pensamentos e atitudes – o que chamamos de “conversão”: voltar-se para Deus, abandonando tudo o que Lhe desagrada”. Disponível em: http://estudosbiblicosgratis.com/metanoia/Acesso_em_10/05/2017. Significa assim, uma transformação espiritual.

Embora o JOTEC, grupo base do Metanoia, não esteja diretamente ligado aos Movimentos Religiosos, estes influenciam outros da mesma natureza.

Tem um amigo meu, que foi o que, ele que me falou mesmo dessa ideia e explicou os procedimentos direitinho, e tem outra amiga minha que é da minha Igreja, mas ele me explicou realmente os pontos porque ele é um dos líderes exatamente dessa vertente [...] da CRU. E aí, ele me explicou direitinho e uma amiga minha, que eu conversava com ela pelo WhatsApp e ela sempre me ajudava direitinho assim: como fazer. Aí, porque esse projeto é implantado em vários estados, não só aqui na Paraíba. Aí, eles me ajudavam. Atualmente, eles não acompanham, porque depois que eu fui pra esse fórum, eles me explicaram tudo direitinho. Pronto, agora é com você. [...] (LIDER METANOIA, 2017).

Já a outra estudante, integrante desse grupo, chegou ao Metanoia por intermédio da irmã de uma amiga. Como é possível perceber, a entrada no grupo acontece pelo convite de amigos que frequentam uma Igreja, ou que conhece algum participante, numa dinâmica que parece estar presente nos diferentes grupos do *campus*. “A irmã da minha amiga tinha sido líder, líder, antes da gente chegar, ela tinha sido líder em 2014, sendo que em 2014, foi o último ano dela. Aí, em 2015 eu e essa minha amiga chegou, e ela foi me convidou pra participar do JOTEC” (INTEGRANTE METANOIA, 2018). Um fato curioso acontece com essa estudante, cujos pais têm religiões diferentes: a mãe é evangélica, e o pai é católico, enquanto ela se diz evangélica, mas é obrigada a frequentar a Igreja Católica São Rafael, por exigência do seu pai. No entanto, assume a religião evangélica nos grupos religiosos do *campus*.

Funcionando como um braço do JOTEC, o Metanoia utiliza uma outra metodologia em suas reuniões, trazida da experiência na Cruzada Estudantil – CRU, em atividade na UFPB, mencionada anteriormente. A metodologia utilizada pela CRU, e seguida pelo Metanoia, possibilita a discussão de diferentes temáticas, com o objetivo de estimular a participação e a contribuição de todos, apresentando diferentes olhares sobre o tema escolhido, por ser considerado relevante naquele momento.

A gente geralmente analisa assim: o tema que tá muito em alta, o tema que dá pra ser discutido, que é relevante pra se trazer, e que tenha uma base bíblica, pra gente mostrar no final. Porque a ideia em si, o objetivo em si é mostrar que em todas as vertentes da nossa vida, existe uma cosmovisão cristã nisso, ou seja, se eu vou falar de ansiedade, eu posso falar sobre a cosmovisão cristã nisso. Se, eu posso falar essa semana o tema foi sobre padrões. Tem como mostrar toda a cosmovisão em vários pontos sobre o mais longe possível que você pensar, não tem como de Deus, aí tem. Acaba pegando esses temas mais

atuais e colocando no contexto das pessoas daqui pra que elas possam entender (LIDER METANOIA, 2017).

Os temas escolhidos, algumas vezes, são recorrentes e também polêmicos. Dois temas abordados recentemente: gravidez na adolescência e namoro. O tema gravidez na adolescência, em função do grande interesse nessa discussão, continuou sendo debatido na reunião seguinte por decisão do grupo, no entanto, mudando um pouco o foco, envolveu o tema namoro para a discussão, a partir do tema geral da gravidez, embora os temas debatidos geralmente aconteçam em um mesmo dia, porque:

[...], a gente prefere só uma vez, sendo que, por exemplo: teve uma vez que a gente fez, é, é sobre gravidez na adolescência, e aí, a discussão foi tanta, que acabou passando pra, pra outros lugares e a gente sentiu a necessidade de continuar debatendo naquele tema, sendo que a gente acabou mudando um pouco, só o foco, mas partindo daquele mesmo tema geral, foi namoro. Ai, na outra semana a gente meio que continuou o debate da semana passada, sendo que pra um novo tempo, [...] (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

De acordo com a integrante do Metanoia, os temas debatidos pelo grupo atraem muitos estudantes. Lembro que, em uma das vezes em que vi o grupo reunido, o tema discutido era sobre o casamento, e percebi perto de mim uma estudante não participante que ouvia com muito interesse essa discussão. Ao final, me aproximei dela, era uma estudante do curso superior, e me falou que gostaria de participar, mas não conhecia as pessoas nem sabia como fazer isso. “[...] na maioria das vezes, tem gente que a gente não conhece tanto, porque tá fora daquele grupinho do JOTEC, mas eu sei que tem gente agnóstico, e eu sei que tem gente católico. No JOTEC a maioria é evangélico, mas tem muita gente católico” (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

A expressão “grupinho”, fazendo referência ao JOTEC, parece identificar uma certa disputa, mesmo considerando que o Metanoia é um braço do JOTEC, cuja criação foi motivada pela percepção da necessidade de inovar esse grupo, estimulando a participação de estudantes de outros credos, como explicou sua líder:

Minha motivação principal foi ver que não tava sendo tão eficaz, que o grupo tava se tornando uma coisa muito “só tem crente aqui”, e eu sei que a ideia inicial do JOTEC não é essa, é um grupinho crente que vai todo mundo ficar falando de Deus e eu creio que todo mundo que é cristão entende que a gente não pode ficar separando do mundo e fazendo, vivendo nossa vida certa e deixa eles ficar vivendo a vida errada deles. Então, isso me incomoda, de modo que eu vivo, tenho a minha vida buscando a santidade e eu não vejo isso

nas outras pessoas. Então, meu objetivo não é ficar nessa minha busca só, quero trazer pessoas pra que venham fazer a mesma coisa comigo (LIDER METANOIA, 2017).

Essa fala da líder traz todo um preconceito, com relação ao modo de vida dos colegas não participantes, que, na sua percepção, levam uma vida “errada”, tomando para os cristãos, como ela, a responsabilidade de trazê-los para o mesmo objetivo de buscar a “santidade”. Também fica evidente uma preocupação com a imagem do protestante, que, durante muito tempo, foi hostilizada socialmente em nosso país, e a estratégia de debater sobre temas do cotidiano facilita a aproximação com os colegas cristãos e não cristãos.

[...] a gente também quer ter o contato com as pessoas que são da mesma fé que a gente, isso acaba edificando a gente, [...] sabe? Ajudando na convivência principalmente porque aqui a gente se depara com culturas e religiões e pensamentos diferentes, e a gente acaba, é importante, e até bom, é conviver com pessoas que são da mesma fé[...] era exatamente ter um contato maior não só com as pessoas que eram cristãos, mas também com gente que não era cristão. Então, eu sempre tinha vontade de que o pessoal da minha sala, que gostasse de debater às vezes, tipo, tema como: gravidez na adolescência, como suicídio, eles participassem dessa discussão, e a gente debatesse junto e no final a gente mostrasse nossa visão com relação aquilo. Então, eu tive um apreço muito grande por essa ideia (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Na opinião dessa integrante, a convivência com pessoas da mesma fé é construtiva, por oferecer suporte no enfrentamento da diversidade cultural e religiosa presente no *campus*, que, sem esse amparo, poderia representar uma ameaça. Dessa forma, conviver com os que professam a mesma fé, além de oportunizar a divulgação dos postulados cristãos e favorecer uma maior aproximação com os colegas de sala, a partir do interesse por temas próprios do universo juvenil. Colaborando com essa percepção, o estudante integrante do JOTEC pareceu conhecer bem os dois grupos, JOTEC e o Metanoia, pois, desde que entrou na Instituição, frequenta o primeiro e, depois, acompanhou a criação do Metanoia:

A ideia do Metanoia é justamente é, de buscar, tipo assim, ter um contato maior com pessoas de fora do nosso grupo, ali. Tipo assim, ele tem uma visão bem diferente das coisas, não é? Principalmente nos últimos tempos. O que acontece, a ideia do Metanoia é simplesmente, é assim acho que desde quando fundou, né? De que levar esse debate a você pegar um tema que as pessoas normalmente debate na sociedade, e levar pra lá e reunir com pessoas, tipo agnósticos, ateus, pessoas que as vezes são de outras religiões, você fala sobre aquele tema e no final você mostrar qual a visão do cristianismo naquilo dali né? Qual a visão né? Sobre aquele tema, isso aproxima as pessoas, por esse

viés, mas as pessoas que geralmente não participam do JOTEC, a gente convida [...] (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Nesse momento, fica evidente o objetivo de evangelizar, utilizando, para isso, temas do cotidiano, por considerar que eles aproximam as pessoas, atraindo, assim, possíveis adeptos. Novamente, é dito que os participantes do grupo costumam convidar os colegas não frequentadores a participarem do JOTEC, assim como do Metanoia, observados como potenciais participantes:

A gente chama, a gente quer, tem uma vontade muito grande que eles conheçam a Deus, pelo menos, mas a gente não pode chegar e forçar, entendeu? A gente fala tenta ao máximo mostrar como é a vida com Deus, mas sem pressão nenhuma. (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

De maneira geral, as lideranças desse grupo demonstram uma preocupação com sua sucessão, fato que tenho acompanhado desde a época do mestrado, quando pesquisava o JOTEC, o que fica evidente quando se substituiu o Caderno, documento de orientação as suas atividades, pelo Estatuto, como mencionado anteriormente.

[...], quando nós entramos, após o período de adaptação três a seis meses a gente já começa a identificar pessoas, possíveis pra suceder o JOTEC, como a gente falou no início, a gente não tem nenhuma liderança fora, ou, ou alguma Igreja que apoie e assim, a gente tem que identificar pessoas que deem sucessão ao projeto, ao movimento, porque, como já disse, já fazem 29 anos, do JOTEC, essa obra nunca parou, graças à Deus. Então a gente tenta identificar potenciais pessoas de, e geralmente tenta pessoas mais novas, pra que quando a gente saía do *campus*, é, termine nosso curso, elas venham dar prosseguimento ao JOTEC, a gente trabalha com [...]. A gente identifica essas pessoas, a coordenação identifica essas pessoas, e começa a trabalhar com elas em dar algumas oportunidades e, de falar em algumas reuniões, e, de liderar alguns projetos, e dentro do desempenho delas, a gente vai e também entra a parte espiritual, a gente ora com aquela pessoa e se for do direcionamento e todos concordarem a gente já chama aquela pessoa num período de passagem da liderança, quando alguma liderança está saindo e transfere pra outra liderança (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Um facilitador para o processo de sucessão da liderança no JOTEC é a sua quantidade de líderes, distribuídos nos três turnos, nos diferentes cursos e níveis de ensino, o que repercute numa consistente rede de sociabilidade, mantida há 30 anos, que apresentarei mais adiante. Via de regra, o líder geral é estudante do ETIM, e, como esses cursos têm duração de quatro anos, o período dessa liderança termina quando conclui seu curso.

3.2. Grupo de Oração São Francisco de Assis – GOSFA

O GOSFA foi criado no dia 21 de outubro de 2011, por estudantes do ETIM, habilitação em Edificações, de denominação religiosa católica, dissidente do JOTEC, por questões doutrinárias referentes à figura de Maria. A líder geral do JOTEC, nessa época, foi procurada por esses colegas, que informaram a criação do GOSFA e pediram “licença” ao JOTEC para a formação do mesmo. As atividades do GOSFA foram encerradas no início de 2016, quando sua líder saiu da Instituição, após concluir seu curso, e o grupo foi encerrado, motivo pelo qual não foi possível a realização da entrevista.

Pelas mídias sociais, o GOSFA apresentava-se como um Grupo de Oração Universitário e Escolar, GOU, uma associação religiosa que se encontra inserida no contexto do Ministério Universidades Renovadas – MUR, da RCC, tendo por missão evangelizar nas instituições de ensino superior, enquanto seu objetivo é levar a experiência de pentecostes a toda comunidade escolar: estudantes, professores e funcionários. Pela internet, o GOSFA utilizava uma frase bastante significativa, concebida como a favorita do grupo: “Unir a fé e a razão”, uma das questões que foram abordadas nas entrevistas com os diferentes grupos religiosos do *campus*. Os grupos vinculados ao MUR acreditam que, a partir dessa experiência, estão se preparando para ser, futuramente, “Profissionais do Reino”¹³², capazes de promover uma transformação social por meio de uma prática profissional cristã, o que explica o acolhimento de profissionais no grupo, pois, já estando inseridos no mercado de trabalho e participando desse Ministério, são possuidores de recursos suficientes para esses fins.

O GOSFA recebia suporte do Movimento de RCC, criado a partir de um Movimento que nasceu nos Estados Unidos por volta de 1967, em ambiente universitário secular, no sentido de bens culturais e intelectuais de nível elevado. Os carismáticos têm preferência por uma organização em torno de comunidades de aliança e em seguir as orientações de uma comunidade de vida, como acontecia com o GOSFA, que era vinculado à Comunidade Doce Mãe de Deus, situada no bairro do Geisel, em João Pessoa. A saída da líder da Instituição também impossibilitou a pesquisa com essa Comunidade, como já informado.

A RCC tem uma participação pequena no que tange a assuntos paroquiais e privilegia a organização de grupos de oração e a estruturação de comunidades de aliança que são, de forma

¹³² Profissionais do Reino, são os profissionais que movidos pelo Espírito Santo, conduzem suas vidas à luz do Evangelho, sendo vocacionados a colocarem sua profissão a serviço da sociedade, para a construção da Civilização do Amor. O trabalho desses Profissionais iniciou-se em 1998 dentro do MUR, adotando uma nova expressão comunitária, particular e específica denominada Grupos de Partilha e Perseverança, depois renomeada como Grupo de Partilha de Profissionais (GPP). Disponível em: <http://rccbh.com.br/Artigo.aspx?id=1>. Acesso em: 09/10/2016.

geral, ligadas a uma comunidade de vida. Dessa forma, ela torna-se um ciclo fechado, diferenciando-se da paróquia que se destaca por atividades proselitistas. Há comunidades que giram em torno de atividades carismáticas, face à grande adesão ao movimento, enquanto, em outras realidades, as características do grupo de oração são difundidas em todas as atividades da paróquia, como missas, momentos de adoração, catequeses, entre outros. O GOSFA apresentava algumas características dessas comunidades, como: 1. Suas lideranças vinham de experiências religiosas católicas; 2. Organizavam-se por meio da prática da oração, de comunidades de aliança, tornando-se um ciclo fechado. 3. Possuíam um estilo de vida particular em comum ou com intenso compromisso de vida entre seus membros; 4. Desejavam intensamente uma vida comunitária, expressando essa forma em Comunidade de vida ou de Aliança; 5. Tinham grande compromisso com a oração e com uma vida interior. Apesar de já ter sido encerrado, mantém uma página no Facebook, onde é possível acessar fotos, cartazes, entre outros materiais utilizados pelo grupo.

As duas imagens 11 e 12, apresentadas a seguir, são de cartazes confeccionados pelo grupo, convidando para suas reuniões, nos quais utilizam a logomarca da RCC e do Instituto, cabendo saber se houve autorização para seu uso. Os cartazes apresentam vários símbolos, como sangue, alianças, pássaros, mãos em atitude de prece, o globo e o capelo¹³³, uma representação usada há séculos em analogia à coroa real, também presente em outras cerimônias.

Imagens 11 e 12: Cartazes de divulgação das reuniões do GOSFA.



Fonte: Disponíveis em: https://www.facebook.com/pg/gosfa.ifpb/photos/?ref=page_internal e <https://www.facebook.com/gosfa.ifpb/>, respectivamente. Acesso em março de 2018.

¹³³ Espécie de chapéu, de cor preta, usado pelos formandos, e simboliza o rito de passagem da formatura, quando os estudantes se tornam oficialmente profissionais, sendo um dos símbolos dessa mudança. Disponível em: <https://mundoestranho.abril.com.br/cultura/por-que-usamos-capelo-em-cerimonias-de-formatura/> Acesso em 22/05/2018.

Assim como a ABU, que usa o lema “O cristão entra na universidade para evangelizar e de quebra para tirar um diploma”, o GOSFA utilizava a simbologia das imagens. O globo terrestre, representando o Movimento internacional da RCC; mãos em prece¹³⁴, como sinal de obediência a Deus, e o capelo, símbolo da competência acadêmica e do reconhecimento de poder.

A estrutura do GOSFA seguia um pouco o modelo dos outros grupos, realizando reuniões semanalmente nas quintas-feiras, no horário das 12h às 13h, um tempo maior que os demais grupos, correspondendo ao final do turno da manhã e início do turno da tarde, ocorrendo preferencialmente na sala de aula 13, como informam os cartazes 11 e 12, acima. As reuniões iniciavam com um momento de louvor, com presença marcante da música, seguido pela oração e um momento de partilha da Palavra. O grupo também possuía uma organização cuidadosa das atividades, incluindo, na sua rotina, um dia de planejamento para pensar e organizar a reunião semanal, estabelecendo, para isso, os dias de segunda-feira.

Os funcionários da Coordenação do turno da tarde informaram que esses estudantes costumavam solicitar a permissão desse setor para uso dos ambientes destinados às atividades acadêmicas, para realizar suas reuniões, e que isso sempre foi concedido, sem contestação. O fato suscita alguns questionamentos quanto à reiterada posição da Instituição, concedendo seus espaços para a realização de práticas religiosas, e nos perguntamos se essa atividade, por exemplo, fosse realizada por adeptos das religiões de outras matrizes da religiosidade brasileira, como a africana, indígena ou o budismo, eles teriam o mesmo tratamento, acolhimento e a mesma abertura encontrada pelos grupos religiosos cristãos.

O GOSFA possuía uma Coordenação Geral, de responsabilidade de uma estudante, e um Coordenador externo pertencente ao MUR, ligado ao Núcleo Diocesano da RCC, que presta assistência na formação religiosa aos líderes desses grupos. Possuía ainda um Núcleo, formado por pessoas atuantes na Comunidade Doce Mãe de Deus, no bairro do Geisel, bem como de outras vindas de diferentes grupos de oração da RCC.

¹³⁴ Na antiguidade cristã, era costume levantá-las, em postura de oferecer ou de receber. Esta é a atitude de quem ora, como vemos nos afrescos das catacumbas romanas, e ainda hoje se observa isso. No mundo romano, um capturado podia evitar a morte imediata adotando esta postura das mãos atadas, numa atitude de súplica, pedindo piedade. Na Idade Média, os vassallos prometiam fidelidade aos senhores feudais unindo as mãos. Por isso, o cristianismo assumiu o gesto como sinal de obediência total do homem à autoridade de Deus, e as mãos unidas passaram a expressar a submissão do homem com relação ao seu Criador. As mãos unidas são sinal de que se é consciente de estar na presença de Deus; portanto, é um gesto de humildade, de atitude orante e de confiança. Disponível em: <http://www.sementesdoespirito.com.br/por-que-unimos-as-maos-para-orar.html>. Acesso em: 28/05/2018.

Além das atividades sistemáticas, o grupo já havia promovido dois encontros de maior porte, destacando-se um Louvor, realizado num final de semana, na paróquia Nossa Senhora do Rosário, localizada na avenida Primeiro de Maio, no bairro de Jaguaribe, onde está localizado o *campus* Joao Pessoa, numa demonstração de que a Instituição ainda mantém ligação com a Igreja católica. Impressiona a difícil compreensão dos princípios de laicidade, cada vez mais distantes de serem vivenciados em sua plenitude na Instituição, seja pelos estudantes, como pelos agentes institucionais, cujas visões quanto às características e atribuições do Estado laico são confusas.

Nas redes sociais, as fotos das suas reuniões publicadas revelavam um número expressivo de participantes, como mostra a foto a seguir. Mesmo assim, a líder do grupo informou que encerrou as atividades do GOSFA no início de 2016, justificando sua saída da Instituição e a falta de liderança para continuar. Nesse caso, ficaram algumas perguntas sem respostas, como: quais os reais motivos do encerramento do grupo? Como seus integrantes e líderes, local e da Igreja, perceberam o seu fechamento? O grupo era vinculado à Comunidade Doce Mãe de Deus, frequentada por sua líder, fato que causa estranheza, pois, nos outros grupos, há uma clara preocupação com a manutenção dos mesmos. Nesse caso, a liderança não possuía um sucessor ou sucessora, fazendo com que sua mudança de Universidade fosse declarada como o principal motivo do seu fechamento.

As fotos abaixo trazem dois momentos de reuniões desse grupo, que, embora divulgasse suas atividades pelo Facebook (VER CARTAZES 11 E 12), utilizava a sala de aula 13 como local das suas reuniões, inclusive pedindo autorização da coordenação de turnos. As fotos foram feitas em outros locais, como o Bloco do Curso de Licenciatura em Química, e a outra, na pracinha dos estudantes, como acontece com vários grupos. Chama a atenção, na foto 30, o número de estudantes, mais de trinta, presentes numa reunião do GOSFA, o que pode ser um indicativo de que a representação de estudantes católicos no *campus* continue majoritária.

Fotos 30 e 31: Reuniões do GOSFA, no corredor do Bloco do curso superior de Licenciatura em Química.



Fontes disponíveis em: https://www.facebook.com/gosfa.if?ref=br_rs. Acesso em março de 2018.

Algumas informações aqui apresentadas foram obtidas por intermédio da líder, em conversas informais, via WattsApp, e por publicações na internet à época, pois sua saída da instituição inviabilizou o aprofundamento das questões. Estes são os poucos registros da presença recente de um grupo católico no *campus*.

3.3. Grupos de Célula

Os grupos de Célula existentes no *campus* João Pessoa foram criados em diferentes momentos, a partir da experiência da Igreja Sara Nossa Terra – ISNT, fundada pelo bispo Robson Rodovalho, em fevereiro de 1992, na cidade de Brasília, junto com sua esposa, a Bispa Maria Lúcia Rodovalho. A história dessa Igreja demonstra uma forte ligação com a juventude, pois foi aos 15 anos que o bispo Robson se converteu durante um acampamento de que participou, a convite de colegas de sua irmã, e organizado por jovens da Igreja Presbiteriana do Brasil¹³⁵. Há informações de que o nome escolhido¹³⁶ para a Igreja teria vindo de uma revelação recebida pelo bispo, baseada na passagem de II Crônicas 7:14: “Se meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar (...) então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra”.

¹³⁵ Disponível em: <http://edilany saranossaterra.blogspot.com.br/> Acesso em: 29/11/2016.

¹³⁶ Disponível em: <http://equipeprimogenitos.yolasite.com/sara-nossa-terra.php>. Acesso em: 15/03/2017.

A ideia de Célula foi construída no cristianismo, particularmente no protestantismo, a partir de um pequeno grupo de pessoas, em média doze, que se reúne para fazer oração, estudo bíblico, evangelismo, canto de hinos ou cânticos, entre outros. Nas igrejas, as Células recebem outros nomes, como "grupos familiares" ou "grupos nos lares", porém, como nas residências, local onde preferencialmente funcionam, via de regra, não comportam um grande grupo de pessoas, por isso, elas são instaladas em outros ambientes, como empresas, condomínios, escolas, a exemplo do *campus* João Pessoa. O reduzido número de participantes deve-se ao fato de um dos valores da visão de Células ser o acompanhamento pessoal dos seus membros, inviabilizado quando esse número é maior, o que justifica a criação de múltiplas Células no *campus*.

A expressão “Igreja em Células” surgiu em 1991¹³⁷, por meio do teólogo coreano David Yonggi Cho, mas sua difusão mundial se deu pelo pastor colombiano César Castellanos. Muitas igrejas evangélicas usam a Célula como ferramenta para evangelizar, sendo considerada por seus adeptos uma extensão da Igreja, ou miniatura dela, pois não se limita a uma ou algumas de suas tarefas. Concebida como uma pequena comunidade cristã, seus membros estão comprometidos uns com os outros, dentro e fora das reuniões, não se caracterizando como grupos paralelos à estrutura do corpo eclesial, mas como base vivificante deste corpo. Para eles, as Células sempre fizeram parte do “povo de Deus”, a exemplo de Moisés (cf. Ex 18, 21) e Jesus, considerado líder da primeira Célula da Igreja com os doze apóstolos (cf. Mc 3, 14). As características das Células têm relação com a faixa etária, o gênero e a união de casais, representadas de duas formas: 1. Homogêneas, constituídas exclusivamente por casais, jovens, mulheres e 2. Heterogêneas: constituídas pela integração de pessoas de sexos opostos e idades variadas.

De acordo com Ferrarese (2015, p.778)¹³⁸, uma das instruções mais ensinadas nas práticas socializadoras da ISNT está relacionada com a formação acadêmica dos seus fiéis, demonstradas na pregação da bispa Lúcia Rodovalho, nas Celebrações de Verão em 2013¹³⁹, que a Igreja adotou como o Ano da Graça, como também podem ser encontradas em seu blog (2017). O desafio lançando pela igreja nessas Celebrações de Verão foi “crescer diante dos homens e diante de Deus”, pois “muitos homens e mulheres de Deus oram, jejuam, dedicam-se

¹³⁷ Disponível em: <http://saranossaterra.com.br/noticias/a-importancia-das-celulas-nas-igrejas/> Acesso em: 04/10/2016.

¹³⁸ **Evangélicos no Brasil**: Aspectos Políticos e Sociais. Comunicação publicada Anais do XIV Simpósio Nacional da ABHR Juiz de Fora, MG, GT 17: 15 a 17 de abril de 2015.

¹³⁹ As Celebrações de Verão e Celebrações de Inverno são os eventos mais relevantes da Igreja, seja em relação à quantidade de pessoas que reúnem, ao capital financeiro levantado, como ao impacto que causam nos fiéis. Parte das pregações nesses eventos são de responsabilidade dos principais bispos Robson e Lúcia Rodovalho, e atualmente do casal Lucas e Priscila, incluindo também um palestrante de renome entre os evangélicos.

à leitura da Bíblia, mas não é suficiente, faz-se necessário um crescimento diante dos homens”¹⁴⁰, ou seja, ter equilíbrio entre os dois tipos de crescimento. Assim,

Que você seja o melhor no seu trabalho, que faça tudo da melhor forma possível. Que os homens olhem para você e vejam Deus na sua vida. Que você estude [...]. Nós temos desafiado vocês, que façam curso superior, que vocês façam o seu mestrado, sua pós-graduação, que você faça o seu doutorado. Por quê? Porque Deus quer te dar autoridade perante os homens. Deus quer te dar autoridade perante os homens! ¹⁴¹(FERRARESE, 2016, p. 140).

Em seu no blog, a bispa Lúcia Rodovalho (2017) ¹⁴² assevera:

Eu creio que Deus está preparando uma geração semelhante a Jesus, pois esse é o nosso chamado, a nossa missão. Deus quer que você cresça diante dos olhos Dele e também dos homens: que você seja honrado, irrepreensível, santo, separado, cumpridor da vontade do Pai. Mas também que você seja uma pessoa de palavra diante dos homens, alguém que destile graça e unção, que seja o melhor no seu trabalho, que faça tudo da melhor forma possível para que os homens vejam Deus em sua vida (RODOVALHO, 2017, *online*).

As palavras da bispa apresentam a imagem de um Deus bastante exigente, um Pai que espera uma perfeição dos filhos, e, nesse pensamento, ela projeta nos jovens o seu desejo de excelência e de competição presente na sociedade, num nível de expectativa difícil de ser correspondido pela maioria deles. Dessa forma, ela lança um desafio do discípulo capacitado para assumir diferentes papéis tanto na sua vida pessoal, como também na sociedade.

Temos desafiado nossos discípulos a fazerem cursos superiores, mestrados, doutorados etc, porque Deus quer nos dá autoridade perante os homens. Temos viajado por todo o Brasil e ficado felizes em ver que muitos têm concluído seus cursos em várias áreas. Deus quer e precisa de líderes capacitados, pessoas prontas para batalhas espirituais em todos os níveis e esferas da sociedade. O projeto de Deus em nossas vidas não é para ficarmos parados, mas para crescermos a cada dia (RODOVALHO, 2017, *online*).

A proposta da bispa deixa claro para os jovens fiéis a necessidade de investirem nos estudos, a fim de serem bem-sucedidos tanto na vida espiritual quanto material, investindo no caminho acadêmico, pois, na sua opinião os postos de poder vêm do sucesso profissional. Por

¹⁴⁰ RODOVALHO, Lúcia. O que Deus tem para nós em 2013? DVD 2, MSG 1, 2013.

¹⁴¹ RODOVALHO, Lúcia. O que Deus tem para nós em 2013? DVD 2, MSG 2, 2013.

¹⁴² Blog da Bispa Rodovalho, disponível em: <http://bispalucia.com.br/2017/05/15/o-desafio-do-cristao-e-manter-o-equilibrio-diante-das-situacoes/>. Acesso em 01/07/2017.

outro lado, a igreja também será mais forte e influente, em condições de exercer seu poder e controle social. Está presente ainda nessa fala a valorização do trabalho, da profissão, como forma de conferir autoridade perante os homens, dando o próprio exemplo e o do marido,

Vocês têm o exemplo do seu bispo e da sua bispa, nós não paramos de estudar. O bispo Rodovalho abriu agora o instituto¹⁴³ e nós temos viajado o Brasil todo e temos ficado felizes de ver que nós temos mestrandos, nós temos doutorandos em várias áreas e isso tem nos enchido o nosso coração de alegria, porque Deus precisa de você assim, Deus precisa de você um líder capacitado. Deus precisa de você realmente pronto para a Batalha Espiritual. Vocês estão me entendendo?¹⁴⁴ (RODOVALHO, 2013).

Se desejamos ser bem-sucedidos financeiramente, temos que buscar especialização, trabalhar, fazer a nossa parte. Se desejamos crescimento pessoal, emocional, profissional, ministerial ou familiar, devemos investir tempo nestas áreas e também em nós mesmos, e nas pessoas que estão debaixo de nossa influência. Tudo na vida para que haja crescimento precisa ser trabalhado, forjado. É necessário dedicação, empenho, decisão e excelência para que Deus possa nos abençoar e fazer crescer. Tudo o que plantarmos iremos colher, desde que haja paciência e perseverança (RODOVALHO, 2013, p. 141).

Esses discursos dirigidos aos jovens, além de evocar a Teologia da prosperidade, estimula a busca e o acúmulo do capital intelectual, cultural e religioso, que representam o poder para a ampliação da sua eficiência evangelística, investindo cada vez mais na mensagem transmitida pelo mercado religioso, que estimula as vantagens competitivas sobre a concorrência, utilizando um discurso com uma linguagem própria desse público-alvo.

O pensamento da bispa Lúcia Rodovalho também pode ser encontrado no material utilizado no Instituto de Vencedores¹⁴⁵ e nas orientações contidas no Manual de Vencedores II (2010), reforçando constantemente a necessidade de ser bem-sucedido nas diferentes áreas em que esteja envolvido, pois

O líder deve ser excelente em tudo o que faz! Deve ser exemplo inclusive nas áreas acadêmica e profissional. Ter um ótimo aproveitamento nos estudos e uma vida financeira bem-sucedida faz parte do projeto de Deus para sua vida, pois o Senhor quer que você seja pleno e próspero em tudo o que você colocar

¹⁴³ Essa referência da bispa é ao Instituto Haya, que tem proposta para ampliar debates sobre ciência e religião.

¹⁴⁴ RODOVALHO, Lúcia. O que Deus tem para nós em 2013? DVD 2, MSG 2, 2013.

¹⁴⁵ Instituto de Vencedores ou Escola de Vencedores, é um curso cujo objetivo é formar líderes de êxito para o Reino de Deus despertando-os para sua liderança, cuja missão é capacitar cada pessoa para que transforme sua geração através do conhecimento básico dos princípios da vida cristã, além dos aspectos práticos para o exercício da liderança. Disponível em: <http://equipeintensos.blogspot.com.br/p/instituto-de-vencedores.html>. Acesso em: 15/03/2017. ¹⁴⁵ O curso tem duração de nove meses aproximadamente, está estruturado em três módulos, com uma organização disciplinar extremamente rígida, pois o estudante só tem direito de faltar no máximo três vezes, mas deve repor as aulas perdidas com seu líder de célula, e com quatro faltas não poderá mais frequentar o Instituto. A tolerância para atrasos é de 15 minutos. Depois desse tempo, se é impedido pelo professor de entrar em sala.

suas mãos. Além disso, isso também é algo que chama a atenção das pessoas incrédulas (do mundo) e atrai discípulos de êxito para sua liderança (MANUAL DE VENCEDORES, 2010, p. 44, *online*).

Além dos postulados bíblicos, a ISNT investe na capacitação de liderança, pois entende que o que garante vida à Célula é a convivência estabelecida entre as pessoas, uma relação em que são gerados entre elas fortes vínculos de comunhão, amizade e aceitação. A Célula imprime um estilo de vida aos seus membros, fazendo com que eles não consigam separar fé e vida, daí testemunharem o Cristo em seu *habitus* (oikos), penetrando nos variados segmentos sociais, havendo semelhança com o que foi encontrado no grupo GOSFA, de denominação católica.

No meu primeiro contato com um grupo de Célula no *campus*, ele estava reunido no corredor de acesso à sala da Direção Geral, discutindo sobre um tema aparentemente escolhido com antecedência. Aproximadamente dezenove estudantes ouviam atentamente a exposição da líder do grupo C, que parecia seguir uma ordem de discussão anotada em sua agenda. Posteriormente, fiquei sabendo tratar-se de temas norteadores das reuniões, de autoria do bispo Robson Rodovalho, que contemplam preocupações sociais da atualidade, contidos no Manual de Célula¹⁴⁶, como: 1. Insegurança e medo; 2. Solidão; 3. Ansiedade, 4. Era tecnológica e relacionamento com Deus; 5. Problemas financeiros; 6. Enfermidades; 7. Drogas e vícios; 8. Pornografia e promiscuidade. O tema 4 está relacionado com alguns questionamentos feitos às lideranças dos diferentes grupos religiosos existentes no *campus*, na busca de entender a visão do lugar ocupado pela religião, a ciência e a educação, numa Instituição profissionalizante.

A instalação de uma Célula só acontece após a participação em um encontro denominado “Revisão de Vidas”¹⁴⁷, e no “Instituto de Vencedores”, em que há um Treinamento de Abertura de Células (TAC), visando à capacitação dos futuros líderes. A ISNT oferece suporte aos líderes, cuja missão é “Fazer de cada pessoa um cristão, de cada cristão um discípulo, de cada discípulo um líder que forme outros líderes para abrir novas igrejas” (MINISTÉRIO SARA NOSSA TERRA – LIVRO 1, p.14, *online*)¹⁴⁸. Todos os líderes de Células do *campus* João Pessoa fizeram esse curso, por ser uma condição para abertura das

¹⁴⁶ Esse Manual não fica disponibilizado na íntegra pela internet, pois é adquirido nos treinamentos. Utilizei os livros de Robson Lúcia Rodovalho enquanto documentos a serem conhecidos, não como referências bibliográficas.

¹⁴⁷ Revisão de Vidas é um retiro espiritual realizado pela ISNT, em que as pessoas são levadas a refletirem sobre sua vida espiritual. Disponível em: <http://revisaodevidasdf.blogspot.com.br/> Acesso em 03/09/2017. É considerado “[...] uma ponte para reflexão, mudança e restauração. São três dias em que a pessoa sai da própria realidade e entra em dimensões de esperança e salvação geradas pela fé em Cristo. Também sinaliza um novo direcionamento e valores propostos na vida da pessoa”. Disponível em: <http://saranossaterra.com.br/noticias/revisao-de-vidas-sarando-o-brasil/> Acesso em: 03/09/2017.

¹⁴⁸ Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/260659697/Livro-01-MINISTERIO-SARA-NOSSA-TERRA-pdf>. Acesso em: 15/03/2017.

Células, que passam a ser orientadas e supervisionadas por líderes da Igreja. (LÍDER GRUPO B, 2016). As orientações recebidas no treinamento estão contidas no Manual de Célula, que contempla, entre outros fatores, a utilização de técnicas de oratória e de liderança, ferramenta que orienta o trabalho do líder.

O líder de Célula precisa saber que está trabalhando com pessoas, estando consciente do impacto da sua influência na vida delas. Por essa razão, a excelência da sua liderança passa por quatro questões fundamentais: 1. Desejo, como forma de possibilitar a superação de inúmeras deficiências naturais; 2. Integridade, por ser o caráter íntegro um diferencial da liderança; 3. Habilidades relacionais, por serem possíveis de ser aprendidas e aperfeiçoadas, e 4. Habilidades práticas, por serem procedimentos de liderança possíveis de ser aprendidas por meio do exemplo, capacitação e desenvolvimento. O livro orienta ao líder buscar um caminho de crescimento intenso, que inclui: reflexão, leitura, buscar treinamento, viajar, buscar o seu orientador, iniciando uma busca interminável pelo modelo de liderança melhor que conseguir (MINISTÉRIO SARA NOSSA TERRA, LIVRO 1, p.39, *online*).

A criação dos grupos de Célula coincide com a entrada dos seus líderes na Instituição, e, por questões didáticas, estou nomeando-os de Célula A, B, C, D e E. O grupo Célula A foi criado no primeiro semestre de 2013, por uma estudante do curso superior de Design de Interiores, já encerrado; grupo Célula B, liderado por uma estudante do curso superior de Licenciatura em Química, criado em 20 de julho de 2015, também já encerrado; grupo Célula C, criado em novembro de 2013, liderado por uma estudante do Curso Superior de Engenharia Elétrica; grupo Célula D, criado no segundo semestre de 2014, liderado por uma estudante do curso de Engenharia Elétrica, continua funcionando, e o grupo Célula E, criado em setembro de 2015, liderado por um estudante do curso de Licenciatura em Química, encerrado em janeiro de 2016, com perspectiva de reabertura no segundo semestre, fato que não aconteceu, pois a decisão do líder foi transferir a Célula à outra pessoa, que escolheu sair do *campus* para reabri-la em outro local.

Até início de 2016, havia cinco grupos de Célula, quatro possuíam liderança feminina e apenas um, liderança masculina. A maioria dos participantes desses grupos são estudantes dos Cursos do ETIM e dos Cursos Superiores, de ambos os sexos, com faixa etária a partir dos catorze anos e sem limites de idade, pois, no nível superior, essa faixa é muito variada. Sua estrutura de participação também é aberta, permitindo a entrada, seja por convite antecipado, ou feito na hora da reunião, àqueles que se encontram no entorno, e assim, como acontece no JOTEC, as entradas e saídas acontecem pelo desejo dos estudantes. Os dias e horários das reuniões acontecem conforme a disponibilidade de cada líder – nesse caso, preferencialmente

em local reservado, em condições de oferecer recolhimento, fato que gerou dificuldades para a localização das suas reuniões.

A líder da Célula A, primeira Célula a ser instalada no *campus*, participou do JOTEC logo quando começou a estudar no IF em 2010, já possuindo experiência de participação em grupo da ABS, quando cursava o ensino médio no Lyceu Paraibano, nos anos 2007 e 2008. As reuniões dessa Célula eram realizadas no pátio, ou na fonte¹⁴⁹, e, como sua líder, na época, também participava do JOTEC e era bolsista da demanda social, a escolha do horário teve como critérios a sua disponibilidade e o funcionamento do JOTEC, evitando uma possível concorrência. Ficou estabelecido, então, que a reunião ocorreria por volta das 17h:30, após a 5ª ou 6ª aulas. Os integrantes desse grupo eram, na maioria, meninos, estudantes do ETIM, nas habilitações: Eletrotécnica, Mecânica, Edificações e Contabilidade, incluindo alguns estudantes surdos, de diferentes cursos, um diferencial em relação aos demais grupos. A escolha do local para as reuniões do grupo de Célula A tinha como propósito: [...] dar visibilidade, para que as pessoas vissem o que estava acontecendo. Quando não era no pátio, era lá na fonte [...] não existe mais a fonte. A fonte nunca funcionou, mas as pessoas chamavam de fonte [...] os antigos chamavam de fonte (LÍDER CÉLULA A, 2017). Mas, a partir do momento em que a Célula A foi instalada, seus objetivos e motivações passaram a ser aqueles orientados pelo Manual de Célula, contendo instruções doutrinárias para seu funcionamento, incluindo, além de temas bíblicos, outros de interesse desse público, como informou a líder:

[...] falar de Cristo pra os alunos do IF. Falar de Cristo, tal, um pouco da bíblia, estudos bíblicos, porque na Célula é uma coisa mais, é [...] como posso dizer? Não tão profunda, mas é sempre com assuntos temas, por exemplo: drogas, ansiedade. Toda Célula tem uma palavra. Então, tinha essas ações que abordavam muito a vida cotidiana dos jovens, E aí, a gente trazia a bíblia, o assunto da bíblia, mas com esses temas, focados nesses temas cotidianos (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Como nos últimos dez anos, a Instituição passou a receber uma grande quantidade de estudantes surdos, a procura desses estudantes pelo grupo religioso também veio a acontecer, havendo, assim, a necessidade de um redirecionamento da Célula, que agora precisava atender às demandas desse público.

Porque pra mim era uma dificuldade grande, sempre ia surdos e sempre ouvintes, então pra eu fazer libras e português era complicado. Então, eu sentia essa dificuldade de ficar dando uma Célula para os dois. Ou eu me concentrava nos ouvintes, ou me concentrava na libras, ou eu precisava de alguém que

¹⁴⁹ A fonte, mais conhecida pelos antigos estudantes, fica no mesmo espaço da pracinha dos estudantes, local escolhido pela maioria desses grupos para suas reuniões.

traduzisse o que eu estivesse falando. Então, quando ela resolveu ficar indo pra Igreja, aí se formou também, eu disse: Não, vamos fazer fora do IF, só pra surdos (LÍDER CÉLULA A, 2017).

A foto 32, abaixo, é o registro de uma reunião dessa Célula, denominada “Célula da colheita”, realizando uma atividade que acontece uma vez por mês em todos os grupos delas. Trata-se de um momento de confraternização entre os participantes e os convidados, pois, nesse dia, o líder cria diferentes atividades, incluindo, além da “Palavra”, lanche coletivo, dramatização, gincana, entre outros. Nessa oportunidade, a Célula trouxe a vivência da história bíblica de Esther¹⁵⁰, enquanto a foto 33, é o registro de uma das reuniões semanais realizadas pelo grupo.

**Foto 32: Reunião do Grupo de Célula A.
Tema: “Célula da colheita”, na fonte.**



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em 2018.

Foto 33: Reunião da Célula A, na pracinha dos estudantes.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em 2018.

Como toda líder de Célula, ela também recebia suporte do líder da Igreja, mas antes precisou passar por um treinamento no Instituto de Vencedores, que prepara e habilita o jovem para a abertura da Célula.

¹⁵⁰ Esther, nome hebraico Hadassa, foi uma jovem judia órfã, criada por seu primo Mardoqueu, que casou com o rei da Pérsia e salvou o povo judeu do extermínio. Disponível em: <https://www.respostas.com.br/quem-foi-ester-na-biblia/>. Acesso em: 28/02/2018.

Na Sara, quando eu era, é, tinha todo o Instituto de Vencedores, tinha o primeiro, o segundo, o terceiro módulo, e que assim, ia além do líder lhe auxiliando. E você não é um líder de Célula, só depois, você tem que entrar desde. Você entra pra estudar o primeiro módulo, mas aí você tem que ser. Não existe só um líder de Célula, existe o Colíder e o líder em treinamento. Então, você tem que ser um líder em treinamento, pra aprender passo-a-passo, e depois um Colíder, e depois um líder. Então, e tem o estudo, né?, tem formatura e tudo na Sara Nossa Terra, tem até uma festa de formatura, porque é um curso mesmo (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Como apresentado anteriormente, a valorização da formação acadêmica dos líderes é estimulada pela Igreja de diferentes formas, inclusive realizando festa de formatura ao término do treinamento no Instituto de Vencedores. O ritual de formatura é um rito de passagem que representa uma mudança de *status*, que, nesse caso, é a de assumir a condição de líder, representante da Igreja na Célula que vai abrir. Todo esse investimento da ISNT em treinamentos para suas lideranças está expresso na fala da líder dessa Célula:

A gente tinha muito essa visão de líder. Então, o professor é um líder na escola, o pastor é um líder na Igreja, o pai e a mãe, é um líder dentro da casa. Então, na Sara é um ponto muito positivo é esse, de incentivar que você tem uma liderança que está ali pra seu crescimento (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Por ter um ciclo de amizade com alguns estudantes surdos do *campus*, essa líder buscou uma formação em Libras e conseguiu emprego na empresa terceirizada responsável pelos intérpretes de Libras na Instituição. No entanto, decidiu encerrar essa Célula para abrir uma outra fora do *campus*, só para surdos, pelas dificuldades em conciliar a condução do grupo:

[...] fiquei até uma menina de Contabilidade que era surda ir pra Igreja, e tal, e começou a ir. Aí fez o Instituto de Vencedores também e como ela era surda, eu preferi tirar a Célula do IF e fazer na casa dela. Foi o motivo pelo qual, pra dar um suporte pra ela e fazer uma Célula só de surdos. Porque pra mim era uma dificuldade grande, sempre ia surdos e sempre ouvintes, então pra eu fazer libras e português era complicado. Então, eu sentia essa dificuldade de ficar dando uma Célula para os dois. Ou eu me concentrava nos ouvintes, ou me concentrava na libras, ou eu precisava de alguém que traduzisse o que eu estivesse falando. Então, quando ela resolveu ficar indo pra Igreja, aí se formou também, eu disse: Não, vamos fazer fora do IF, só pra surdos (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Essa Célula teve a duração de sete meses, e sua descoberta só veio a acontecer após as entrevistas com as outras lideranças, embora a sua líder tivesse me auxiliado desde o início da pesquisa na identificação e contato com as demais. Com a sua informação, cheguei à líder da Célula B, a qual prontamente aceitou meu convite para uma conversa, que foi gravada e depois transcrita para compor essa pesquisa.

A líder da Célula B definiu os grupos de Células, como sendo “Grupos pequenos integrados por pessoas que se reúnem uma vez por semana, com o propósito de desenvolver um crescimento integral centrado na Palavra de Deus” (LIDER CÉLULA B, 2016), constituindo-se em um grupo aberto a quem desejar participar, sem limite de idade e destinado a quem tenha interesse em “relacionar-se com Deus e pessoas” (LIDER CÉLULA B, 2016). Essa Célula reunia-se uma vez por semana no corredor da Coordenação da Educação Física, em horário e dia preestabelecidos, com duração de 45 minutos, distribuídos em atividades, como quebra gelo, que são dinâmicas de entrosamento, seguido de bate-papo, finalizando com a “Palavra” e louvor. A escolha de local reservado representa uma diferença em relação ao utilizado pelo JOTEC, que opta por realizar suas reuniões no pátio, maior área de convivência do *campus*, um local de intenso fluxo de estudantes, servidores e visitantes. Esse grupo foi encerrado no mês de agosto de 2016, momento em que sua líder precisou abrir outra Célula fora do *campus* para acompanhar uma pessoa em outro bairro. Daí os dois estudantes que iriam receber essa Célula não cumpriram todas as etapas do Curso Instituto de Vencedores e foram impedidos de abri-la.

A líder da Célula B explicou que a condição para ser um líder de Célula é que a pessoa seja um fiel, ou seja, frequente a Igreja, já possuindo condições para desenvolver essa atividade, conquistada por meio desses cursos e treinamentos citados, com o objetivo de capacitar o líder para a abertura e acompanhamento das Células.

Em uma das etapas desse curso, a gente aprende como aplicar a Célula. Aí a pessoa que vem com a Célula pronta, chama líder de Célula, e as vezes tem mais uma pessoa que auxilia que vem de longe que é o Colíder. Ele vem também [...] Ele pode ser da mesma igreja, então uma pessoa que vai lhe auxiliar, pode ser uma pessoa que está frequentando há bastante tempo a Célula, e que o líder já vê que a pessoa tem um certo domínio, de vida ... certa liderança (LÍDER CÉLULA B, 2016).

Mas, nem tudo acontece de forma tão tranquila na dinâmica desses grupos, segundo informações da líder da Célula B: estudantes não pertencentes aos mesmos, algumas vezes, estigmatizam seus frequentadores, particularmente aqueles que estão envolvidos com comportamentos desviantes e que, ao se aproximarem dos grupos religiosos, são censurados pelos colegas com os quais compartilhavam tais comportamentos.

De acordo com Goffman (2004), ao sofrer estigmatização, a pessoa será afetada em sua autoestima, que tende a ser rebaixada. No entanto, ao compartilhar tal situação com outras pessoas com o mesmo estigma, poderá sentir-se apoiada, pois, sabendo do peso que é carregar tal estigma e das repercussões que isso poderá acarretar em sua vida, encontrará, no grupo, refúgio e amparo. Assim, pertencer a um grupo estigmatizado, ou o contato com outro igual,

poderá modificar esse quadro, acreditando no suporte recebido dos seus iguais. Goffman (2004) assinala que o principal objetivo desses grupos é mostrar aos outros, sejam os considerados normais, sejam os estigmatizados, que esse indivíduo pode ser uma pessoa boa, ressaltando, nesse caso, a importância do representante do grupo, que poderá ocupar uma posição de destaque na sua comunidade, um profissional, ou pessoa comum, mas sendo aquela que alcançou uma posição de destaque e será ela que informará aos outros quem é essa pessoa estigmatizada. No entanto, [...] a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma ideia geral do que significa possuir um estigma particular (GOFFMAN, 2004, p. 41).

Sob a liderança de uma estudante do curso superior de Engenharia Elétrica, o grupo de Célula C parece ser o mais estruturado, possuindo uma extensão no próprio *campus*, e sua líder possui um total de trinta Células fora do *campus*. Também é conhecida como a “Célula da árvore”, por realizar suas reuniões embaixo de uma árvore localizada na pracinha dos estudantes, embora já tenha utilizado outros locais, como o corredor de acesso à sala da Direção Geral. Mesmo no período da greve de 2015, suas reuniões continuaram sendo realizadas no *campus*. Segundo sua líder, existem outras ações desenvolvidas junto à Célula, como cuidar das emoções dos seus liderados; questionar os valores éticos morais na atualidade; defender o direito à liberdade e expressão religiosa no campo acadêmico. Para essa líder,

O objetivo da Célula, é ganhar o não cristão, né? É abraçar o não cristão, ele vem como ele tá, ele é aceito na Célula como ele tá, e o nosso papel é ganhar uma alma, uma vida no mês. Como é esse ganhar? É você ter vínculo com essa pessoa, é você se importar com ela, é você ir visitar ela, ela lhe visitar, e conhecer o dia a dia dessa pessoa, e você fazer um trabalho de consolidar, o que é o consolidar? é tornar ela firme, né?, é explicar pra ela os princípios básicos dos cristãos, tudo. Ganhar a vida dela pra Jesus, né? Depois você leva ela pra Igreja, né? E depois disso a gente leva ela pra o “Revisão de Vidas” (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Essa explicação sobre o objetivo da Célula reforça o pensamento da líder da Célula A, de que é preciso estar perto dos integrantes do grupo, criar vínculos, fazer visitas, conhecer seu dia a dia, um trabalho corpo a corpo na direção de trazer o colega para o grupo e, posteriormente, levá-lo para a Igreja, atitude que pode ser considerada proselitismo religioso, algumas vezes confundido com o testemunho do cristão¹⁵¹, que tem por missão anunciar o Evangelho de Jesus,

¹⁵¹ O testemunho cristão também é conhecido como Evangelismo. Envolve princípios e métodos bíblicos, estratégias e técnicas empregadas na ação de evangelizar. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/introdu%C3%A7%C3%A3o-ao-evangelismo-willame-santana>; Evangelismo: esforços dos cristãos para induzirem não-cristãos para aderirem ao

conforme os dogmas da sua Igreja. A ideia da líder para criar uma Célula remonta sua vinda para a Instituição, pois

A ideia partiu desde que eu estudo no ensino médio, eu tenho Célula, né? Na escola, diante de ver muitas pessoas, muitos jovens, né?. Jovens que é uma coisa que muitas pessoas desacreditam que é uma coisa complicada para a sociedade e eu sempre tive em mente que Deus tinha um plano na minha vida e que minha missão na vida desses jovens pra minha vida. E quando entrar na universidade e ter uma Célula era um desafio pra mim porque muitas pessoas eu conversava e não, eu não tenho Célula na universidade, é tudo muito corrido, as pessoas não respeitam, não querem saber. E quando eu entrei disse: não, eu vou abrir uma Célula e desde 2013 abri, e a ideia inicial foi partilhar a palavra de Deus com esses jovens, vendo também. Tenho acompanhado que muitos jovens têm se suicidado. Na universidade, tem um índice de suicídio, depressão, de síndrome do pânico, elevadíssimo, inclusive eu perdi um colega há um ano atrás, vai fazer um ano agora e os jovens dentro da universidade aí eles têm entrado, mas têm saído com seus sonhos mortos. Tem sido um lugar que tem gerado uma opinião, uma razão, mas tem matado muitos sonhos. Então, o objetivo da Célula, é justamente esse: é trazer a palavra de Deus e mostrar pra essas pessoas que elas têm só o que Deus tem pra vida delas, e que de alguma forma essa palavra possa mudar o interior delas, pra trazer esperança (LÍDER CÉLULA C, 2017).

A preocupação com o suicídio dos colegas, também tem sido constante em outros estudantes do curso superior de Engenharia Elétrica, que possuem uma carga horária extensa e um alto nível de complexidade e exigências acadêmicas. Cheguei a acompanhar um grupo de estudantes desse curso, que entrou com processo junto à Direção Geral em 2017, pedindo providências no sentido de atender a algumas reivindicações, que eles consideram serem gatilhos para o adoecimento dos colegas de curso. Mesmo com as transformações ocorridas na Instituição, têm faltado políticas de atenção à saúde emocional dos seus estudantes, favorecendo a criação de novos grupos, com expansão cada vez mais intensa, que vêm ocupar esse vazio, diante das fragilidades biopsicossociais, acadêmicas e afetivas dos estudantes.

A INST oferece supervisão ao trabalho desenvolvido na Célula por meio das suas lideranças de forma estruturada, com objetivos bem claros de levar o jovem para a Igreja, assumindo um compromisso com a sua formação pessoal, ao mesmo tempo em que incentiva a sua qualificação acadêmica e profissional, como apresentado anteriormente.

É o discipulador. Eu sou líder de Célula, sou líder de jovens na Igreja, e, quando eu ganho a pessoa na Célula, eu levo ela pro Revisão de Vidas”, eu vou cuidar, eu tenho um compromisso com aquela vida né?, tenho o compromisso de formar ela, eu tenho o compromisso de acreditar nela, e isso

não é o que é cobrado, isso é porque alguém fez comigo, né? Eu vou fazer com aquela pessoa também e isso é muito gratificante. E como é que isso acontece? É, nós trabalhamos com discipulado, o discipulado coletivo e o discipulado individual, o coletivo é uma vez na semana, eu que eu recebo do meu líder eu passo pra pessoa, e ela passa pra outra pessoa, né? Há uma continuidade, uma hierarquia, uma cadeia, nisso. E o que é o discipulado individual? O discipulado individual é o acompanhamento que eu tenho. Eu sento com aquela pessoa, eu vou conversar com ela, sobre a família dela, sobre a vida dela, sobre as dificuldades dela. Eu vou acompanhar ela individualmente, [...] em particular, justamente. Vê o que é que ela tem dificuldade, no que eu posso ajuda-la (LÍDER CÉLULA C, 2017).

A relação estabelecida no discipulado, entre o líder e os seus liderados, parece influenciar na troca de bens e serviços, considerados nesse momento indispensáveis à sobrevivência dos liderados, encerrando uma dimensão socializadora. Como é possível perceber, o acompanhamento é individualizado e aborda, além das dificuldades pessoais, as dificuldades familiares, o que é coerente com a expressão “quando eu ganho a pessoa na Célula [...] eu vou cuidar [...]” (LÍDER GRUPO C, 2017), um compromisso para além da Igreja. A liderança é estruturada de forma que:

[...] todo líder, todo líder, todo liderado tem um líder, entendeu? Um exemplo: eu tenho, eu sou, eu tenho minha Célula, mas eu sou líder de uma equipe. A minha equipe ela tem cerca de trinta Células, então, eu acompanho minha Célula, e eu acompanho também essas outras Células, entendeu? Um exemplo: eu visito essas Células. Aí, eu tenho a minha líder também, que ela acompanha não só a minha, mas todas as outras (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Nessa fala da líder, fica evidente sua percepção sobre liderança e um saber acerca do seu papel frente aos seus liderados, revestido de um poder que exige conhecimento e competência, principalmente – e inclusive – nas relações interpessoais, correspondendo ao objetivo do trabalho de formação de liderança da ISNT, que orienta o líder a cuidar dos seus liderados, identificando o potencial de cada um deles para que, futuramente, venham a multiplicar a Célula, abrindo outras. Entre líder e liderados, existe uma relação de força e poder, constituindo-se numa forma de impulsionar suas equipes, identificando e mobilizando os potenciais de seus liderados.

A visão Célula das outras Igrejas, da Cidade Viva, a Congregacional, é que é pras pessoas que já estão na Igreja [...] a nossa Célula, não é pras pessoas que estão na Igreja, é pras pessoa que não estão na Igreja, entendeu? Não é mostrar uma religião, não é pra atrair essas pessoas, pra que elas conheçam a Jesus, pessoas que ainda não conhecem a Jesus (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Nesse momento, a explicação da líder faz uma distinção entre a Célula direcionada às pessoas que frequentam a Igreja e a Célula com pessoas de fora da Igreja, que tem o objetivo de apresentar Jesus àqueles que não O conhecem, sem pretensões de mostrar a religião. É possível perceber agora uma contradição quanto aos objetivos da Célula apresentados anteriormente, quando falou que era “ganhar o não cristão”. Colaborando com essa discussão e exemplificando o trabalho da Célula, a líder trouxe uma experiência com um colega ateu:

Eu acredito que a questão da fé, é uma questão de vivência, entendeu? E andar com Deus vai gerar isso na vida dessas pessoas, como eu já presenciei pessoas na Célula. Uma vez eu cheguei pra dar uma Célula e tinha um menino chorando muito, ele tava lá sentado, ele não acreditava muito em Deus, e chorando, chorando que eu fiquei preocupada né? Eu disse: fique aqui, vou dar uma Célula depois eu converso com você, aí eu perguntei: O que você tá passando? Ele disse: Não Joana, eu tenho dois amigos que eles se suicidaram recentemente, eles jogavam um jogo RPG, que é só violência e eles se suicidaram. A mesma coisa que eles faziam no jogo, eles repetiram na vida deles e eu tô com os mesmos pensamentos de suicídio, não acredito muito em Deus, nada. E eu fiz: Oh! Você acreditou nisso que eu lhe falei? E tal. Não, acreditei e tudo. Eu fiz: Pois é, Deus tem um plano na sua vida, convidei ele pra ir pra Igreja. Eu até fiquei insegura porque eu fiz: Meu Deus, eu levo esse menino pra Igreja, não conhece nada e ele abraçou aquilo né? E é isso que eu tenho encontrado, muitas pessoas que elas ficam ali por fora, com medo e que na verdade, isso é só uma capa, pode dizer assim (LÍDER CÉLULA C, 2017).

O acolhimento e posicionamento da líder, frente ao problema trazido pelo colega, remete às dificuldades da vida moderna, que têm cada vez mais afastado as pessoas das suas relações sociais e colocado a felicidade e a busca de sentido para suas vidas no ter, faltando, assim, espaço para a “perda de tempo”, para ser com os outros. Chamou minha atenção a insegurança da líder para convidar o colega para ir à Igreja, usando o argumento de que ele “não conhece nada”, e o que seria esse nada na sua Igreja? É preciso conhecer o quê para frequentá-la? Penso, então, que os grupos de Célula podem constituir-se numa base, ou preparação, para que as pessoas possam ser conduzidas à Igreja, num momento posterior, mas também seja uma forma de produzir expectadores e seguidores de suas práticas e rituais, sem a necessidade de irem às Igrejas, que têm investido na capacitação de jovens para liderança de grupos e Movimentos Religiosos estudantis, colocando-os como alternativa de ocupação desse vazio, antes preenchido pela família, amigos e instituições.

Além dos grupos vinculados aos Movimentos Religiosos, outros são criados com o objetivo de aproximação com os jovens estudantes, atraindo seus interesses, como é o caso do grupo UAU, que está sendo criado na UFPB, pela líder da Célula C, chamando a atenção pela

escolha do nome recebido e da cruz, símbolo cristão, usados como uma estratégia de aproximação com o jovem, como mostra a imagem a seguir:

Imagem 13: Logo do Grupo UAU.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em abril de 2017.

UAU é o grupo Universitário Alcança Universitário, e a gente faz a Célula, usa esse nome, entendeu? E assim, muitas pessoas, inicialmente elas tinham medo de falar do amor de Deus, de mostrar quem elas são e através disso elas são surpreendidas porque se você for parar pra falar, as pessoas estão pedindo ajuda, estão pedindo socorro, de alguma forma elas estão pedindo socorro (LÍDER CÉLULA C, 2017).

O grupo de Célula, além de não sofrer estigmatização ou preconceito na Instituição, tem servido de estímulo para criação e expansão de outros, utilizando novos nomes, que parecem bastante atrativos ao jovem, como é o caso do UAU! Dessa forma, a Instituição delega aos grupos responsabilidades e problemas que são da sua competência, fortalecendo e ampliando o número de grupos nas suas dependências.

De maneira alguma, muito pelo contrário. As pessoas, eu tenho tentado levar essa ideia, eu tenho o grupo UAU, que é Universitário Alcançando Universitário, está em várias universidades [...] A gente tem em vários *campus*. Através da Célula foi que eu tive essa ideia. Eu passei pras pessoas da Igreja [...] A gente tem na UFPB, na UNIPÊ¹⁵², no IESP¹⁵³, na Mauricio de

¹⁵² UNIPÊ, instituição privada de ensino superior, que oferece diferentes curso, cujo objetivo é ministrar ensino de qualidade, integrado às funções acadêmicas de pesquisa e extensão, que orientam as ações institucionais no sentido de assegurar formação integral aos seus alunos, compreendendo a sua melhor capacitação nas áreas a que estão vocacionados, aliada a uma sólida formação ética e ao compromisso com o desenvolvimento da Região e a promoção do bem-estar coletivo. Disponível em: <https://www.educamaibrasil.com.br/unipe>. Acesso em: 23/03/2017.

¹⁵³ O IESP – Instituto de Educação Superior da Paraíba foi credenciado no Ministério da Educação MEC no ano de 1998 através da portaria n.222 de 06 de março de 1998, dia da sua fundação, tendo um objetivo claro: a busca da excelência, firmada pela formação e experiência dos seus fundadores, todos acadêmicos com firme propósito e reconhecimento pelos seus feitos na área da educação. Sua missão é desenvolver pessoas, formando profissionais competentes, com excelência

Nassau¹⁵⁴, a gente tá expandindo pra todas as instituições [...] (LÍDER CÉLULA C, 2017).

A criação do marketing, para “vender” uma marca como a UAU, remete à ideia de mercado religioso, com intenção de atrair o jovem, e, à medida que vai sendo compartilhada e replicada, poderia ser considerada uma espécie de franquia. A sucessão da liderança da Célula no *campus* também traz preocupações para essa líder:

Justamente, pronto, eu tô nessa preocupação hoje, que falta um ano pra eu terminar o curso, e eu penso: Alguém tem que continuar isso, entendeu? Então, pronto, na minha Célula, tem uma menina, uma colega minha que ela começou o curso com a gente, e ela tinha muita aversão a Deus, a tudo, né? E ela disse, ela disse, hoje em dia ela me conta como é que pode, estou com duas pessoas como Joana e Wilson, que é meu colega, e nós somos cristãos e ela disse que inicialmente, ela falou com muita raiva, sabe? Quando chamava pra ela ir pra Célula, tudo, quando ela via a gente falando, tipo: Deus falou comigo, ou então Deus fez isso na minha vida, ela disse que dentro dela [...] curiosidade. Como assim? Deus fez. Sabe? Ela disse: eu também quero isso, e partir dali ela foi sendo “quebrada”. Pronto, hoje em dia ela tem uma Célula (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Aqui, a líder retoma o discurso de que os colegas são convidados a participar do grupo e que atitudes como essa podem despertar sentimentos de raiva. No entanto, a curiosidade diante do transcendente mudou toda a situação, pois o contato da colega com a experiência do sagrado provocou uma mudança de atitude, levando-a a ser “quebrada”, ou vencida, tornando-se posteriormente uma líder de Célula. O fato é que as Células têm crescido e se multiplicado no *campus*, e, a cada dia, mais adeptos e eventuais frequentadores chegam as suas reuniões, como pode ser constatado nas fotografias abaixo, sendo o grupo que mais expandiu nos últimos anos, pois, entre 2013 e 2017, foram abertos cinco grupos de Células.

acadêmica e responsabilidade social. Disponível em: <http://www.iesp.edu.br/sesp/wp-content/uploads/2016/08/Manual-do-Aluno-IESP1.pdf>. Acesso em: 23/03/2017.

¹⁵⁴ A Maurício de Nassau - Faculdade Maurício de Nassau, foi fundada no ano de 2003 com objetivo de oferecer educação de qualidade e, ao mesmo tempo, homenagear o conde alemão Johann Moritz of Nassau-Siegen, conhecido como Maurício de Nassau, que governou a colônia holandesa no Nordeste do Brasil. Atualmente, é considerada uma das maiores instituições de ensino superior do país. Nordestina, a Uninassau está presente em diversas cidades da região, como: Salvador, Aracaju, Recife, Fortaleza, São Luís, João Pessoa e Campina Grande. Foi reconhecida pelo Ministério da Educação em 2012, desde então, também é conhecida como Centro Universitário Maurício de Nassau. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/mauricio-de-nassau>. Acesso em: 23/03/2017.

Fotos 34 e 35: Reuniões da Célula C, na pracinha dos estudantes.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em abril de 2017.

As fotos 34 e 35 registram a presença de lideranças das Células A e D na reunião da Célula C, como também de uma estudante com deficiência física. As duas fotos mostram haver uma diferença no vestuário dos estudantes, pois, enquanto, na foto 34, eles vestem roupas do seu cotidiano, na foto 35, estão usando fardamento do ensino médio: calça ou saia jeans e camiseta polo, o que vem confirmar que as Células são frequentadas por estudantes do ensino médio obrigados a usar farda, e do curso superior, que, via de regra, não usam.

Como mencionado anteriormente, o sentimento de medo é um tema recorrente nas reuniões desses grupos. No caso dos estudantes do curso superior, outros medos foram mencionados, como: não ter tempo para sua religião, desapegar-se das questões religiosas e perder a fé, o que resultaria em afastar o jovem da religião.

[...]. Muitos esfriam, é tanto que 70% dos cristãos que entram na universidade, eles saem. Muitas pessoas que eu conheço que começaram comigo, até no começo se diziam cristão, tal, hoje em dia tá aquela coisa normal, entendeu? É o que eu estava falando com eles: seguem o fluxo da sociedade, entendeu? É tudo normal e eu tô aqui, e eu vou fazer como todo mundo tá fazendo, e isso envolve, isso envolve valores, como a questão, uma questão simples, o fato de filiar, né?. Pronto, ontem eu perdi uma prova, eu vinha com uma colega, e minha colega me deixou, ela passou mais cedo do que o normal e ela me deixou e eu perdi a prova. Aí ela fez: - Tu pega um atestado. Eu fiz: - não, não vou pegar atestado, eu não vou mentir. Vou dizer: - Professor oh, aconteceu isso, isso, isso, se o senhor quiser me deixar repor, eu estudei, eu vou repor, mas se não, eu não vou mentir não. E muitos têm perdido seu valor, entendeu? Muitos têm perdido a sua identidade, muitos não sabem quem são, muitos não sabem porque tão aqui, e esse também é o objetivo da Célula, é despertar nessa

pessoa que ela tem um propósito, ela tem um chamado, ela tem um porque, um pra que estar nesse lugar (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Observa-se que essa líder acredita ser a sua atitude um diferencial no momento de enfrentar um comportamento arraigado à sociedade brasileira, mais conhecido como o “jeitinho brasileiro”, que, na verdade, é uma prática de corrupção, interiorizada pelo indivíduo e assimilada por uma pressão social que culmina na modelagem do indivíduo. Bourdieu (2014), na sua obra “Sobre o Estado”, propõe um modelo teórico da corrupção, enquanto fenômeno institucionalizado, reconhecendo a força e a capacidade que possui a lógica doméstica de se impor à moral pública.

Na situação apresentada pela líder da Célula C, entendo que a experiência no grupo religioso está pautada em normas e valores morais, pois a sua atitude diante da possibilidade de uma corrupção mantém uma coerência entre o pensar, o sentir e o agir, revelando ter consciência da sua ação e das influências externas sobre ela. Dessa maneira, nega a influência social sobre seu comportamento, evitando o *habitus* da corrupção e demonstrando um *habitus* ético. Nessa perspectiva, a líder da ABU asseverou que:

[...] direitos morais, aspectos éticos, a gente usa isso dentro da educação, e a religião ela tá repleta de conceitos morais, de conceitos éticos, que não vão de nenhuma forma, impedir que a educação seja feita, muito pelo contrário, ela vai ajudar que a educação seja mais, tenha mais êxito no seu propósito. Então eu acho que, a fé e a educação, elas devem completamente andar juntas, porque são coisas complementares, não são coisas opostas, apesar da gente ter essa ideia de que as coisas são... a gente tem conceitos muito divididos em caixinhas, e a gente não consegue muitas vezes entender que as coisas têm inter-relação (LÍDER ABU, 2017).

A fé, entendida como uma força que impulsiona o ser humano para algo que ele deseja, pode ser manifestada em diferentes momentos e de várias formas, pois dá sentido à existência e acompanha toda sua trajetória de vida, na família, na escola, no trabalho, com os amigos. A educação, assim como a religião, defende e ensina princípios éticos e morais, aspectos indispensáveis para pensar uma escola laica.

Encontrei o grupo de Célula D por intermédio da líder da Célula C e logo percebi que se tratava da mesma pessoa que, meses antes, havia cancelado a entrevista, alegando ser melhor que eu procurasse a líder da Célula C. A líder da Célula D também é estudante do curso superior de Engenharia Elétrica e Colíder da Célula C, cuja função é substituir a líder da Célula na sua ausência ou impedimentos. Essa Célula funciona como um braço da Célula C e, diferentemente das outras Células, sua líder pertence à Igreja evangélica “Luz para os Povos”, mas também

segue o Manual de Célula da ISNT. Ela conheceu o grupo de Célula logo quando entrou para estudar Engenharia Elétrica no IF, e a colega de turma, a da Célula C, convidou-a para participar.

[...] ela me convidou, e aí eu fui indo, fui indo e eu tinha uma outra visão, porque a Célula ela quebra aquilo de, de você achar que existe como se fosse não é bem regra, mas é aquela coisa bem formal, a Célula ela tira aquela formalidade, e eu fui entender que a Célula na verdade ela tá, o projeto da Célula tenta resgatar como a primeira Igreja que fala lá em Atos II da Bíblia, viviam, como o povo vivia, que depois que Cristo foi, ficaram o pessoal, que fundaram a Igreja como eles viviam, e lá em Atos II fala que eles dividiam tudo, e iam de casas em casas. Então, a função da Célula é isso, é você ir mais próximo da pessoa. Porque no culto, o povo vai lá e depois vão embora, não tem aquela comunhão, e na Célula eu me sentia aceita. Mais problemas que a gente tenha com adolescentes né? Com os jovens é se sentir aceito. E eu vi que não precisava tantas, como o é que eu vou falar: Tantas coisas que são impostas a gente, é uma coisa bem à vontade, você vai lá, é dinâmica, assim, a gente tenta levar uma dinâmica com alguma mensagem por trás, essas coisas. E aí, fui gostando, me identificando, e foi ali onde eu comecei minha caminhada (LÍDER CÉLULA D, 2017).

Aqui, a líder afirma que a função ou objetivo da Célula é chegar mais próximo das pessoas, pois, diferentemente do culto em que não há comunhão, no grupo, a formalidade é inexistente, aproximando mais as pessoas, como era no início do cristianismo. Essa acolhida no grupo, a não rigidez, a dinâmica das atividades, a descontração, tudo fez com que se identificasse com a Célula ao ponto de tornar-se uma líder.

A Célula D, criada há aproximadamente dois anos e meio, é constituída, em sua maioria, por mulheres, funcionárias de uma empresa de limpeza terceirizada que presta serviço no *campus*. Essa descoberta, além de ter sido uma surpresa, serviu para explicar o porquê da dificuldade para conseguir agendar com suas líderes as entrevistas, que, algumas vezes, foram canceladas, sem que eu pudesse entender o motivo, só descobrindo na hora da entrevista com essa líder, pela expressão de medo frente à necessidade de falar sobre a Célula. A instalação do grupo aconteceu após a formação da líder no Instituto de Vencedores da ISNT, uma condição para abertura de Célula.

Foi, eu tava tinha terminado já, né? O módulo, e ia abrir uma Célula, e aí eu fiquei: aonde eu vou abrir uma Célula? E aí, o Senhor foi e me levou pra lá, que seria lá, só que eu não conhecia ninguém, eu não conhecia elas, eu não tinha contato nenhum lá. Aí eu fiz, mas o que eu vou fazer agora? Aí saiu justamente a líder delas né, a que fica fiscalizando. Aí eu fiz: Eu posso falar

com alguém que é responsável aqui? Como se fosse uma diretora aqui do pessoal da limpeza? Ela falou: - não sou eu, tal, o que é que você deseja? Aí eu mostrei pra ela a proposta da Célula, seria um momento de oração e tudo, com as meninas e seria no horário do intervalo. Ela fez: - Tudo bem, vou entrar em contato com elas, se elas lhe aceitarem, aí você vai. Tá certo. Aí elas foram, entraram em contato com elas, elas falaram que queriam e eu fui pra lá. Aí, eu fui aceita (LÍDER CÉLULA D, 2017).

Como é possível perceber, a instalação de grupos religiosos no *campus* não encontra dificuldades nem burocracia, basta apenas ter o desejo de reunir os colegas e/ou amigos para tal, escolher dia, hora e local. No caso dessa Célula, seu horário de funcionamento corresponde aos intervalos de descanso desses trabalhadores, mas, às vezes, quando fazem horário estendido para sair um pouco mais cedo, deixam de participar, reduzindo o número de participantes. Além desse motivo, a frequência também depende do local onde eles estão trabalhando naquele dia, pois, caso estejam em lugar distante da Célula, não comparecem, porque fica cansativo. Mesmo assim, há uma frequência assídua de seis mulheres.

A reunião dessa Célula segue o mesmo ritual das outras e compreende: Oração inicial; Palavra principal; Palavra de oferta; Louvor e o Momento de Comunhão, em que é oferecido algum lanche, um diferencial em relação às outras Células. No entanto, mesmo em dias em que o lanche deixa de ser oferecido, dedica-se um tempo para a conversa informal sobre o dia a dia. As reuniões acontecem às quintas-feiras, no horário das 10h:20 às 11h, num tempo em torno de trinta a quarenta minutos, a fim de preservar o intervalo de trabalho dos seus frequentadores, que é de uma hora. O local utilizado para a realização das reuniões,

[...] é lá onde elas almoçam, elas lancham, as vezes a gente vai lá, as vezes a gente sai de lá, porque é, querendo ou não toma o espaço e tem pessoas que não querem participar, né? Então a gente não pode invadir o espaço dessas pessoas. Então a gente vai pra outro local, por exemplo fica na pracinha, na parte da grama. Então fica, não tem um lugar fixo ainda. A maioria das vezes é lá, onde elas fazem o lanche (LÍDER CÉLULA D, 2017).

Mesmo que a líder e os integrantes da Célula D tenham informado que as reuniões são realizadas no ambiente de trabalho dos terceirizados, a foto 36 mostra a reunião da Célula acontecendo em um laboratório do *campus*, fato que levanta alguns questionamentos: por qual motivo o encontro da Célula aconteceu nesse ambiente? A Instituição tem conhecimento sobre o fato? Se tem, quem autorizou o uso desse espaço?

Foto 36: Reunião da Célula D, em laboratório.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em fevereiro de 2018.

Foto 37: Reunião da Célula D no setor de limpeza, em dezembro de 2017.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora, em fevereiro de 2018.

Na foto 36, os integrantes da Célula D estão usando o mesmo tipo de fardamento, enquanto, na foto 37, aparecem diferentes tipos e cores de fardamento, sugerindo a presença de terceirizados pertencentes a diferentes postos de trabalho, na hierarquia da empresa. Também parece tratar-se da culminância de uma celebração, possivelmente relacionada ao sexo feminino evidenciada pelo botão de rosa¹⁵⁵ vermelho na mão das mulheres. Na cultura ocidental, a rosa é a flor de maior simbolismo, sendo consagrada a muitas deusas da mitologia, como símbolo de Afrodite e de Vênus (deusa grega e romana do amor).

A motivação de uma das integrantes para participar dessa Célula veio de outra experiência semelhante no mesmo ambiente de trabalho, em que uma colega reunia as pessoas do setor, o que mostra que essa prática entre os servidores terceirizados também é antiga, mas, mesmo assim, não é de conhecimento da Instituição.

No meu caso, é, eu já tinha, que, quando eu vim trabalhar já tinha uma menina fazia um momento de oração, uma meia hora do intervalo da gente, do almoço. [...] E depois ela passou pra o cafezinho, que é a Meire, ela que era líder, e depois que ela saiu acabou aquele grupo, então eu fiquei orando assim a Deus para aparecer uma pessoa, que eu gostava muito, e Deus enviou Maria (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

¹⁵⁵ Considerada um símbolo da mulher amada e do amor puro. Disponível em: <https://ahau.org/psicanalise-dicionario-de-simbolos-sonhos/>. Acesso em 25/06/2018.

A outra integrante entrevistada, pertencente à Igreja Assembleia de Deus Missão, só veio conhecer a Célula quando começou a trabalhar no *campus*, quatro meses atrás. A entrada dessas duas integrantes na Célula aconteceu de formas diferentes: a primeira por convite da líder do grupo, mas também por indicação dos colegas de trabalho, e a segunda, atraída pela sua religiosidade:

Maria quando chegou, ela se apresentou lá na limpeza, na hora do almoço, aí me disse que fazia parte de uma Célula, explicou o que era a Célula e perguntou quem queria participar. Aí as meninas, apontaram: Paula, ela gosta muito. Pronto, dessas coisas, aí me indicou. Ai, eu fiquei toda tarde com ela e isso ficou outra menina. Tinha dia que ficava duas, três, escutando, e nisso foi crescendo (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

Já o motivo apresentado pela outra integrante está relacionado a sua religiosidade, vivenciada ao longo da sua vida em diferentes ambientes, como na escola e na família, conforme informado ao longo da entrevista, e, encontrando a oportunidade no ambiente de trabalho, acolheu a ideia sem qualquer questionamento porque:

[...] eu sempre gosto das coisas do Senhor, independentemente assim, independentemente da Igreja, né? Porque Jesus é um só, e gostei muito da pregação dela, tem ela dá oportunidade pra gente falar, ela canta, mesmo com as pessoas difíceis, mas ela sempre tá ali, na Palavra (INTEGRANTE B, CÉLULA D, 2018).

Chamou minha atenção o fato de a líder da Célula D ter feito o curso do “Instituto de Vencedores”, no qual a Célula é orientada pelo “Manual de Célula”, que estabelece uma lista de temas a serem discutidos, como informado anteriormente. No entanto, ela opta por utilizar o tema de acordo com as demandas do grupo: “O tema é aquilo, é o que o grupo tá necessitando” (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

Ela já traz. Ela é assim: Ela ora ao Senhor, pede ao Senhor o que aquele grupo tá precisando, aí o Senhor dá pra ela, ela escreve no caderno, aí já traz tudo. Aí ela chega diz assim: hoje, eu tava falando com Deus, Ele me mandou falar sobre o perdão, se Ele tava falando sobre o perdão, alguém aqui tá precisando de perdão e de perdoar alguém. Ai, caiu bem direto, quando vê, você já tem discutido ali, [...] É por isso que eu acho tão interessante, que ela vem ca¹⁵⁶ aquilo que a gente tá precisando (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

¹⁵⁶ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

Entre os temas já discutidos, estão: perdão; fraqueza espiritual¹⁵⁷; depressão; falta de comunhão; comunhão com Deus; abrir mão de muitas coisas, que desagradam a Deus. [...] “Só que assim, ela não combina com a gente o que vai trazer, quando ela chega ela já traz pronto” (INTEGRANTE A, DA CÉLULA D, 2018). A outra integrante acrescentou o tema “amor ao próximo”, considerando como muito importante “a convivência todos os dias com aquelas pessoas” (INTEGRANTE A, DA CÉLULA D, 2018).

Diferentemente dos grupos constituídos por estudantes, os participantes terceirizados da Célula D informaram haver muitas dificuldades tanto no relacionamento interpessoal com os colegas de trabalho que não participam quanto pelas divergências em relação à crença ou não crença religiosa, situação que se agravou após a criação do grupo.

[...] são pessoas que querem, é machuca com palavras, maltrata, tipo assim, eles humilha¹⁵⁸, eles zomba de quem são cristão, eles quer botar você pra traz. A gente vê, falta desamor, então é muito ruim trabalhar em lugar assim, onde você é cristão só você, e os outros não são. Fica motivo de palhaçada, de zombaria e tendo outras pessoas que compartilha da mesma fé que você, é bem melhor (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

Além dessas dificuldades, também se observa, nessa relação, a discriminação, o preconceito e uma valoração social negativa, dirigida aos colegas integrantes da Célula D, que a seu turno, demonstram um certo desapontamento e tristeza com o tratamento recebido dos colegas. De ambas as partes, existe preconceito, tornando os relacionamentos complicados, e o ambiente de trabalho, ameaçador.

Então, eu vi muito assim como ela falou, eu repito as palavras dela assim: é um ambiente assim, pessoas muito difícil¹⁵⁹ de conviver, pessoas que não levam em conta assim a paz, não leva em conta se tem o temor de Deus no coração, eles brincam, brincam assim com as coisas de Deus, zombam das coisas de Deus [...] (INTEGRANTE B, DA CÉLULA D, 2018).

Enquanto os outros líderes dos grupos fazem o processo de sucessão ao concluírem seus cursos, nesse caso, a sucessão da liderança na Célula D está sendo pensada para acontecer por meio da capacitação de um participante da Célula: “É tanto que ela quer levantar um líder. [...]. Capacitar o líder. Eles capacitam outros líderes. Ela fica querendo, orando, a aquele que seja

¹⁵⁷ O tema fraqueza espiritual foi explicado como: “[...], quando a gente se sente fraco, que não quer mais caminhar, [...]” (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

¹⁵⁸ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

¹⁵⁹ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

capaz de ficar tomando conta porque a vida dela é muito, é muito corrida [...] (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

A Célula E, encerrada em 2016, era liderada por um estudante do curso superior de Licenciatura em Química, localizada por intermédio da líder da Célula B, que teria sido frequentadora da Célula desse líder, depois levada para a Igreja, tendo aberto uma Célula própria no *campus* após receber o treinamento. As reuniões da Célula E, cujos frequentadores eram, em sua maioria, estudantes do ETIM e do curso superior, aconteciam, na maioria das vezes, no corredor da Direção Geral, nas quintas-feiras, no horário das 13 horas. Na concepção desse líder, a escolha desse local deve-se ao fato de ser um pouco mais isolado, o que deixaria as pessoas mais à vontade para falar sobre assuntos pessoais.

Observei que os líderes de Células no *campus* apresentaram diferentes objetivos, nesse caso, é “ir além das fronteiras da Igreja”: “[...] a Igreja é um lugar de transformação, mas nem todo mundo vai, tá indo pra Igreja” (LÍDER CÉLULA E, 2016), o que explica a abertura de Células nas instituições educacionais como o IFPB, na intenção de conseguirem adeptos, como diz o ditado universal: “Se Maomé não vai à montanha, a montanha vai a Maomé.”

A estratégia de Células foi para romper essas barreiras, e onde há abertura de uma Célula, há transformação, certo? As pessoas começam a participar da Célula, algumas pessoas vêm a diferença, outras querem permanecer do mesmo jeito, mas estamos ali, pra disponibilizar a oportunidade de mudanças (LÍDER CÉLULA E, 2016).

O líder demonstrou reconhecer as limitações da Célula, considerando que as mudanças passam pelo livre arbítrio, mas que o grupo faz seu papel de disponibilizar essa oportunidade aos seus frequentadores. Nesse sentido, a criação de Células na Instituição é explicada por ele, utilizando os resultados obtidos na recuperação de colegas dependentes químicos, pela ação evangelizadora do grupo:

[...], vamos além da barreira da Igreja, [...] as barreiras das quatro paredes, e vamos, é, anunciar o Reino de Deus, a transformação, falar que há, há mudanças, que conseguimos mudanças, que muitas pessoas que hoje são líderes de Célula, já foram usuárias de drogas, já foram, entre outras coisas. São pessoas que foram transformadas (LÍDER CÉLULA E, 2016).

Nesse caso, a criação dos grupos de Célula no *campus* parece ter também o objetivo de alcançar pessoas usuárias de drogas, possibilitando uma aproximação com a ISNT, transformando-as, posteriormente, em líderes de Célula. De acordo com esse líder, os estudantes usuários que não participam desse grupo religioso costumam estigmatizar os

colegas, também usuários, quando eles decidem participar da Célula. Por outro lado, afirmou: “Quando nós passamos a liderar a Célula, enfrentamos várias coisas, uma delas é a crítica, certo? É, em tudo que você for fazer, algo novo, sempre vai ter pessoas a favor e contra” (LÍDER CÉLULA E, 2016). Informou, ainda, que, entre os colegas não participantes do grupo, sempre há alguma discriminação com aqueles que participam. Os colegas usuários de drogas criam dificuldades para aqueles que decidem participar do grupo religioso, o que demonstra insegurança em relação a um possível afastamento dos usuários do convívio com eles. Diante da eminência desse afastamento com conseqüente abandono do vício, passam a hostilizá-los e provocá-los, como explicou o líder:

Se eu tenho uma pessoa que, pronto, é usuária de drogas, e, não sei se a senhora sabe, mas pessoas usam dentro da Instituição, dentro de determinados grupos. Chama uma pessoa daquele grupo pra participar da Célula, certo? Então, a partir do momento em que ela tá indo, a Célula toma uma atitude, e, espera de mudanças, de deixar o entorpecente, entre outras coisas. E nesse aspecto de mudanças pessoas que estão ao redor dela, geralmente, é, começam a falar algo: -Você vai deixar de tá com a gente, então, você vai deixar de usar, e usa até um termo chamado, é, “deixe de ser careta” [...]. Então, é, pra eles se sentir mais à vontade, nós procuramos um ambiente onde eles se sintam mais protegido também, acolhido (LÍDER CÉLULA E, 2016).

Esse líder foi o primeiro a apresentar uma posição mais explícita sobre esse tipo de estigma dos colegas não participantes do grupo com os usuários de drogas, trazendo essa problemática presente na Instituição, que clama por uma posição firme e qualificada dos mais diferentes agentes institucionais e do Estado nesse enfrentamento. Enquanto isso, os grupos religiosos mostram-se organizados e dispostos a acolher essa demanda, posicionando-se e assumindo a responsabilidade por esse trabalho.

[...], nós somos um forte grupo a combate de uso de entorpecentes, de uso de drogas entre outras coisas. Então, uma pessoa que, por exemplo vamos dizer: É, tem um grupo que usa droga, e sei lá, tá junto com a gente, vai lá assistir uma Célula. O pessoal daquele grupo vai começar a criticar: - Você tá indo pra aquele grupo, você vai deixar o grupo da gente? Entende? Então, é a escolha do local, tem que ser um local onde tenha pessoas para participar da Célula, e também seja um local onde as pessoas possam se sentir mais à vontade, de, sei lá, falar algo pessoal, ou, entre outras coisas (LÍDER CÉLULA E, 2016).

O fato de o grupo buscar um local que possibilite assegurar aos participantes, principalmente os usuários de drogas, o sigilo dos seus depoimentos demonstra o respeito à

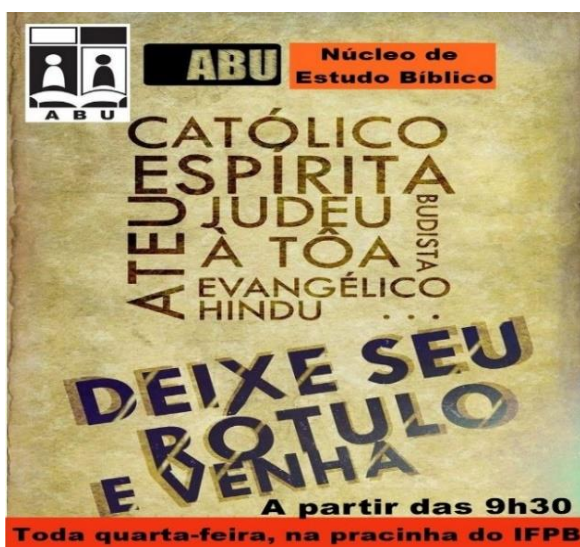
pessoa e aos seus sentimentos, condição fundamental para estabelecer um clima de confiança capaz de ajudar esses colegas em suas fragilidades, num momento tão difícil de ser enfrentado.

Essa informação sobre o uso de drogas na Instituição foi apresentada como uma maior preocupação dessa Célula, que acolhia e protegia os colegas, nem sempre identificados, acolhidos e acompanhados pelas equipes multiprofissionais da Instituição, que ainda precisa implantar uma política permanente de enfrentamento desse problema social tão grave.

3.4 Núcleo Aliança Bíblica Universitária - ABU

O Núcleo da Aliança Bíblica Universitária (ABU) é o mais recente grupo religioso no *campus*. Foi criado no dia 1º de junho de 2016 por uma estudante do curso superior de Design de Interiores, que também é professora de História, pertencente à Igreja Batista da cidade pernambucana de Goiana. Identifiquei a presença desse grupo em agosto de 2016, por meio do cartaz abaixo, convidando para sua reunião, que estava afixado no quadro de avisos existente na escadaria de acesso ao meu ambiente de trabalho. O chamamento do cartaz da ABU, apresentado a seguir, estava direcionado aos cristãos de diferentes denominações religiosas: evangélicos, católicos, espíritas; aos não cristãos, como os budistas e hindus, com apelo para deixarem seu “rótulo”; e aos ateus. No entanto, as religiões de matrizes africanas são omitidas, ou seja, não estão contempladas no convite.

Imagem 14: Cartaz da ABU.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em 2016.

Foto 38: Primeiro dia de estudo do Núcleo ABU, em 01/06/2016.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em 2016.

A foto 38, acima, registrada no dia 1º de junho de 2016, quando da implantação do Núcleo no *campus*, traz ao fundo um banner da ABU João Pessoa, demonstrando o apoio do Movimento em todo o processo de sua criação, que foi acompanhado de perto pela ex-presidente da ABU – João Pessoa, graduada em Serviço Social pela UFPB. De acordo com essa ex-presidente, a escolha do local para instalação de um Núcleo,

[...] é feita basicamente quando o aluno da Instituição ele se predispõe a abrir um grupo. Eu tenho [...], que é a coordenadora daqui a líder. Eu conheci no Conselho Regional da ABU Nordeste em Recife, e ela manifestou o interesse de abrir um núcleo aqui e a gente preza muito pela autonomia estudantil, do estudante realmente encabeçar o núcleo e fazer os EBIs, que são os Estudos Bíblicos Indutivos, ou seja, parte do interesse do estudante. Geralmente, quando a gente faz treinamentos, locais, alguns estudantes veem até nós e fala: Eu sou da UFPB, do CCS, eu quero abrir um núcleo, eu sou do IFPB, eu gostaria de abrir um núcleo, aí ele vai e abre. A medida que ele abre é sempre bom que tenham dois, porque assim para o início, é sempre bom que tenham dois para ajudar, aí eles encabeçam o Núcleo (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Para abrir um Núcleo, “[...] a única condição que a gente tem, porque a ABU ela é um grupo interdenominacional, sendo que ele é um grupo evangélico. A única condição é você ser vinculado a uma Igreja evangélica” (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017). O estudante que não pertence a nenhuma Igreja pode integrar-se: “Participar ele pode, ele não pode ser líder. Pode participar, é livre, vindo de qualquer igreja, qualquer religião também, pode participar” (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017). A ideia da criação do Núcleo no *campus* surgiu a partir da experiência da sua líder, na cidade do Recife:

[...] eu sempre participei da ABU, como eu te falei eu fiz parte da ABU Recife, e quando eu cheguei aqui não encontrar a ABU pra mim, foi um choque assim, porque lá o Movimento é muito forte em Pernambuco, e eu sempre gostei muito de participar porque é uma experiência incrível como cristão, e como estudante atuar na universidade. E quando eu percebi que aqui não tinha, então eu contactei o pessoal da ABU João Pessoa, pra poder ver como seria a estrutura de montar e abrir o Núcleo aqui (LIDER ABU, 2017).

Assim como os demais grupos, as reuniões da ABU acontecem na pracinha dos estudantes, nas quartas-feiras às 9h:30, com duração aproximadamente de 20 minutos, utilizando o intervalo das aulas, possuindo uma programação aberta. Para otimizar o tempo, o canto e as orações são evitados, e a reunião é iniciada partindo dos estudos que já vêm impressos, denominados Estudo Bíblico Indutivo – EBI (ANEXO E), contendo temas

escolhidos pelo grupo, contemplando, na sua maioria, uma problemática do universo juvenil, o texto bíblico e algumas perguntas relacionadas ao assunto a ser discutido no dia.

[...], os grupos eles têm autonomia para escolher os temas dos EBIs, geralmente é um texto bíblico, ou um texto normal, ou uma música, e a partir de lá são tecidas perguntas e pra gerar conversa, né? Mas é livre, o grupo escolhe. Geralmente a gente tem um acervo de EBIs, prontos no site, tem vários EBIs, aí as vezes o estudante quando tão muito corridos na universidade, eles vão lá e tiram e copiam, e trazem e quando não, eles próprios fazem seus EBIs. Tem oficina de EBI, onde a gente ensina a como construir um EBI. Isso são nos treinamentos, nos treinamentos locais, nos regionais e nos nacionais também tem [...]. Todos os Núcleos são convocados (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Esse conteúdo vai nortear a reunião, em que é estimulada a participação de todos, evitando o monólogo, e, ao final, os participantes levam algumas reflexões para casa. Essa metodologia de estudo é adotada pela ABU de forma geral, embora exista também um livro de EBI, que pode ser utilizado como fonte de consulta para auxiliar o líder, contendo textos bíblicos e assuntos de ordem psicossocial, a exemplo do medo, liberdade, entre outros.

O número de participantes é flutuante, variando entre 02 e 15 estudantes do ETIM e do curso superior, de diferentes denominações evangélicas, como: pentecostal, presbiteriana, congregacional, entre outras. O trabalho desenvolvido por eles no *campus* é acompanhado pela ABU João Pessoa, por intermédio da sua liderança, que participa de reuniões quinzenais organizadas pelo Movimento, como de eventos locais e estaduais. Assim, considerando que a ABU mantém um acompanhamento sistemático aos grupos nas instituições educacionais, a líder do Núcleo no *campus* João Pessoa, eventualmente, dirige-se à sua sede para conversar, dar retorno, pedir ajuda, enfim, estar em contato com o Movimento.

O Movimento da ABU está presente na UFPB há décadas, fato que poderia ser observado como naturalizado naquele ambiente. No entanto, quando perguntei à ex-presidente se ela percebia a existência de estigma sofrido pelos participantes da ABU, em relação aos colegas não participantes, foi taxativa ao responder que existe de forma bastante clara:

Muito, muito estigma, muito estigma, tipo... de pensar que você é aquele cristão. Porque é assim, quer queira quer não os cristãos, eu acredito que tenha sido quebrado, mas infelizmente ainda tem, as pessoas de fora ainda têm aquela visão: Ah! Não aquela pessoa é uma pessoa alienada, é uma pessoa intolerante, aí quando conhece vê. Não, você é diferente, você não é do jeito que eu pensava, já aconteceu isso comigo, de pessoas: Ah! Mulher, tu é evangélica? Eu pensava que tu eras assim, assim, assim. Não, eu vejo que você não é assim, vejo que você é diferente. Digo: Que bom né? Que bom, porque

eu acredito que é assim que a gente consegue amigos, e consegue as pessoas (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

A sua resposta deixa clara a existência tanto do estigma quanto do preconceito em relação aos diferentes grupos existentes na cidade, em particular, na UFPB. No entanto, como a ABU lida com um considerável número de Núcleos, que, por sua vez, abriga diferentes denominações religiosas, “Às vezes tem uma brincadeira, mas coisa pesada não rola não” (EX-PRESIDENTE ABU, 2017). Já com relação aos colegas que não frequentam o Núcleo, ela respondeu: “Tem. Tem sim, tipo assim de pessoas assim que chegam e falam. Já, já aconteceu sim, particularmente já aconteceu comigo de uma pessoa falar em sala de aula: que não achava isso necessário, que a universidade não era lugar para isso” (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

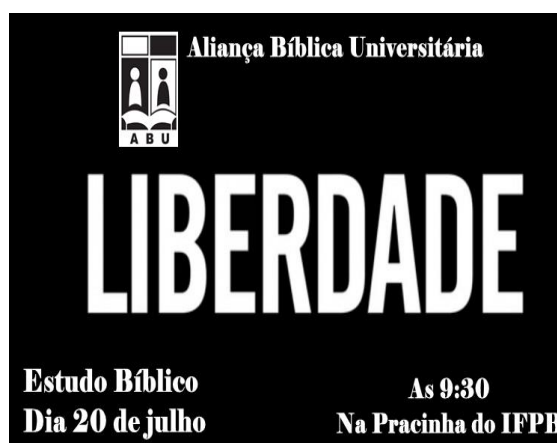
Os cartazes apresentados a seguir fazem parte do acervo do Núcleo ABU do *campus*, que investe na divulgação das suas reuniões, utilizando temas como liberdade, atraentes para esse tipo de público. Esse material é afixado semanalmente e, de forma preferencial, em quadros de avisos do *campus*, em que há um maior fluxo de estudantes.

Imagem 15: Cartaz de divulgação do Núcleo ABU. Tema: Crer ou não crer?



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em 2016.

Imagem 16: Cartaz divulgação do Núcleo ABU. Tema: Liberdade.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em 2017.

Os temas da crença ou não crença, divulgados pelo cartaz acima, também parecem despertar no jovem o interesse por esse tipo de discussão, seja pelas buscas de respostas para dúvidas transcendentais, seja para negar a existência de Deus. Além do material de EBI e desses cartazes, outros tipos de divulgação são utilizados, acompanhando a agenda de eventos

institucionais, a exemplo da recepção dos estudantes dos cursos superiores, na abertura das aulas do semestre letivo 2016.2, em que foi produzido um folder especialmente para a divulgação do Núcleo, junto aos colegas calouros. O folder recebeu o nome de “Manual do calouro” (ANEXO F) e continha diferentes informações, evidenciando uma preocupação com diversas questões acadêmicas; serviços; infraestrutura; acessibilidade; informações sobre o Núcleo ABU, entre outros.

O “Manual do calouro” foi distribuído pelos integrantes do Núcleo no momento da saída dos estudantes do auditório professor José Marques, situado no hall da entrada principal da Instituição, após a recepção realizada pelos gestores e equipes multiprofissionais, como pode ser observado nas fotos 39 e 40, a seguir.

Fotos 39 e 40: Recepção dos estudantes calouros dos cursos superiores em 2016.



Fonte: Arquivo do próprio grupo, cedido à autora em 2017.

O uso da imagem de uma carteira de identidade com a logo da ABU tem relação com numa referência de pertencimento ao Movimento, reconhecido não apenas nacionalmente, como em várias cidades do interior do Estado da Paraíba e na sua capital, João Pessoa, como já foi apresentado. O Manual, com a logomarca da ABU, destaca o lema do Movimento: “Fé que crê, razão que pensa”, demonstrando a intenção do Núcleo em trazer a discussão da religião para o espaço acadêmico, estabelecendo uma forma lúdica e articulada entre a vida acadêmica e a vida religiosa. As informações estão relacionadas com a vida acadêmica, interpessoal e institucional, como os serviços oferecidos pela assistência estudantil, gabinete

médico-odontológico e acesso à biblioteca. Orienta também sobre o Diretório Estudantil, órgão defensor das causas estudantis, numa demonstração de que possui um olhar mais atento às diferentes dimensões presentes na Instituição, como as acadêmicas, políticas, sociais e religiosas.

Apesar de esse Manual revelar a preocupação do Núcleo sobre questões acadêmicas e sociais do estudante dentro e fora da Instituição, ele incluiu os serviços oferecidos pela Instituição, assumindo o papel institucional que seria de oferecer aos estudantes ingressantes tais informações. Chama atenção, nesse fato, a ausência de qualquer questionamento pelos gestores, servidores e estudantes, confirmando a falta de diálogo, mas também a posição do Núcleo que funciona como um braço do Instituto.

[...], porque assim, a gente acredita que apesar de isso já ter mudado de um tempo pra cá, mas há uns vinte, trinta anos atrás, nas igrejas evangélicas, existia um tabu de que crente não podia ir pra universidade que ela iria se perder, né? Ia perder a fé, ele ia conviver com pessoa que não criam na mesma coisa que ele, e isso vem caindo porque bíblicamente isso é um mito, isso é uma mentira. A gente tem versículos na bíblia que comprovam que a gente, que crer também é pensar, que a gente precisa pensar pra crer, e o acesso ao conhecimento, não vai limitar minha fé, muito pelo contrário, vai aumentar, a minha capacidade de argumentação sobre aquilo que eu creio. Então a proposta que a ABU tem, é justamente trabalhar em cima disso, de que a gente crer através da razão, e de que a gente pensa através da fé (LIDER ABU, 2017).

A líder considera que o tabu das igrejas evangélicas em relação ao jovem que entrava na universidade anos atrás vem mudando, o que é confirmado por Cunha (2007), ao afirmar que o perfil do segmento evangélico tem sofrido mudanças no Brasil, determinando o desaparecimento do clichê do evangélico conservador, isolado nas periferias das metrópoles. O último Censo aponta um crescimento dos evangélicos na ordem de 7% ao ano, representando um considerável número de pessoas que atualmente seguem a moda, frequentam shoppings, divertem-se e também consomem música (CUNHA, 2007, p. 85, *online*).

Nessa perspectiva, a escolha das músicas utilizadas nas reuniões demonstra essa mudança, com a substituição das letras evangélicas por letras de músicas profanas, como mostra o cartaz abaixo. Assim, os EBIs trazem para estudo os textos bíblicos relacionando-os com as letras de músicas profanas nas reuniões do Núcleo, o que, a princípio, pode parecer antagônico ou distante, mas que faz sentido.

Imagem 17: Cartaz. Material de EBI, utilizado pelo Núcleo ABU.

**O que a música de Sandy feat.
Tiago Iorc tem em relação à Bíblia?**



Núcleo de Estudo Bíblico
Dia: 15/06
A partir das 9:30 horas
Na praçinha do IFPB



Fonte: Arquivo do próprio grupo cedido à autora, em março de 2017.

A reflexão sugerida nesse EBI utiliza a música “Me espera”¹⁶⁰, de Tiago Iorc, que fala sobre os problemas da vida, e em um trecho diz: “Eu ainda estou aqui, perdido em mil versões irreais de mim. Estou aqui, por trás de todo o caos em que a vida se fez”; compara a uma tempestade o momento vivenciado: “Tenta me reconhecer no temporal”, que os cristãos analisam o referido trecho como sendo um chamado de Deus para ouvir seus ensinamentos nos momentos de dificuldades, e reforça que há “O fio pra me guiar, de volta”. A partir das reflexões trazidas pela música, o estudo de EBI faz analogia com as passagens bíblicas, promovendo discussões em torno dessa temática.

A sucessão da liderança do Núcleo no *campus* segue a mesma lógica dos outros grupos, pois, “Enquanto ela tiver sendo aluna da Instituição, ela continua. No momento que ela sair, ela pode ficar na assessoria, ajudando o grupo, no que o grupo precisar, na coordenadoria, mas na liderança mesmo só enquanto ela for aluna da instituição” (EX-PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017). No entanto, em se aproximando o tempo de conclusão do seu curso, começa um período de preparação da sucessão. Para isso,

[...] a gente observa nas pessoas que estão sensíveis, que querem continuar no grupo, que mostram interesse pela liderança, pessoas que estão sempre ali, ajudando, e geralmente são essas pessoas que são escolhidas. Assim, passa por um período de oração também, e de conversa com outras pessoas, e geralmente são escolhidas. No caso se [...] for sair ano que vem, ela já tem que

¹⁶⁰ Essa música é bastante utilizada e analisada pelos jovens cristãos, estando disponível na internet.

estar observando alguma pessoa para que a substitua (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Assim como no JOTEC e nos grupos de Célula, o processo de sucessão na ABU também passa pela identificação de pessoas interessadas em assumir a liderança, envolvendo conversas preliminares entre eles, como também momentos de oração. O movimento de unir a fé e a razão parece orientar as ações dos Núcleos, talvez na tentativa de justificar a presença dos grupos nas instituições educacionais, como argumentou a ex-presidente da ABU João Pessoa:

[...] na ABU a gente tem um lema: “Fé que pensa, razão que crê”, eu acho que muitas vezes assim, eu acho que dá pra conciliar, nossa fé com nosso curso, com o nosso ... com o que a gente, com o que a gente produz no dia a dia. Eu acho que o evangelho é isso: é a sua vida como um todo, não só a religião, entende? Eu acho que o evangelho ele abrange tudo, tipo o curso que eu estava fazendo Serviço Social, me formei, agora eu sou assistente social, tipo, eu acho que a minha vivência abrange o evangelho, entende? Não é só restrito as quatro paredes de um templo, ou de uma igreja (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Essa concepção parece ser um argumento dos grupos para a instalação e a manutenção dos Núcleos, pois todas as lideranças defendem que a ciência e a religião estão interligadas e podem conviver no ambiente acadêmico. No entanto, é preciso compreender, na essência, o que assegura Rui Barbosa (1903), em um discurso sobre a relação entre religião e ciência:

Não se creia que essa atitude [de viver em presença de Deus] vos indisponha ou enfraqueça para a ciência. Não: antes vos cingirá melhor os rins para os grandes estudos da realidade, iluminando-a do alto com esse clarão sereno, a que a ciência sobressai livre e magnífica na imensidade dos seus triunfos (RUI BARBOSA, 1903, p. 330).

Defensor da laicidade, Rui Barbosa não entendia uma escola sem Deus, mas com a liberdade de consciência. Uma escola inconfessional, mas não irreligiosa, abrigaria a ciência, mas o ensino religioso estaria sob a responsabilidade dos sacerdotes. Assim, o culto não caberia na escola, no entanto, ela não seria considerada ateia pelo fato de não se prestar a cuidar do religioso, nem estaria isenta de ensinar princípios morais (RUI BARBOSA, 1947, p. 338). Essa fala de Rui Barbosa reconhece a necessidade do ensino de princípios morais, mas não ampara nem recomenda a presença de práticas religiosas, nem a criação e expansão desses grupos no espaço escolar. Penso que a Instituição poderia trabalhar em seu currículo nas disciplinas, da área das ciências humanas, como a sociologia, filosofia, história, princípios éticos e morais, de forma a contribuir para a formação do estudante, sem que precisasse utilizar seu espaço com

rituais e outras manifestações religiosas. Acredito que os grupos religiosos presentes no *campus* caminharam lado a lado com as práticas religiosas institucionalizadas, a princípio timidamente, mas foram sendo fortalecidos na medida em que a Instituição foi retirando da sua agenda essas manifestações, e os grupos, encontraram espaço para sua expansão.

3.5 Grupos religiosos no IFPB, *campus* João Pessoa: agenciamento e controle

Os grupos religiosos presentes no *campus* João Pessoa seguem a estrutura e a organização dos outros grupos existentes no país e na Paraíba, já mencionados anteriormente, que são agenciados pelos Movimentos Religiosos, a exemplo do GOU, que agenciava o GOSFA, e da ABU João Pessoa, que agencia o seu Núcleo no *campus*. Por sua vez, JOTEC, é agenciado por pastores de igrejas evangélicas de diferentes denominações, enquanto os grupos de Célula são agenciados por pastores e líderes da ISNT e da Igreja evangélica Luz Para os Povos, cabendo, assim, uma discussão sobre a categoria agência na perspectiva de Anthony Giddens.

A noção de agência é constituída cultural e socialmente, afetando tanto o gerenciamento das relações interpessoais quanto os tipos de controle possíveis de serem desenvolvidos entre os atores. A agência (e o poder) depende inevitavelmente de uma rede de atores que se tornam parcialmente envolvidos nos projetos e práticas de um ou mais indivíduos, que requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais e a canalização de itens peculiares, como ordens, reivindicações, bens, entre outros, por meio de alguns pontos de interação. A Teoria da Agência pressupõe a existência de um contrato no qual o principal agente (pastores e líderes religiosos) delega aos agentes (líderes dos grupos religiosos), o poder de comandar a Igreja no ambiente escolar, com o objetivo de maximizar a sua doutrina. O conceito de agência é um elemento fundamental da análise de Giddens. Para esse autor,

‘Agência’ diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o perpetuador, no sentido de que ele poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente. O que quer que tenha acontecido não o teria se esse indivíduo não tivesse interferido. A ação é um processo contínuo, um fluxo, em que a monitoração reflexiva que o indivíduo mantém é fundamental para o controle do corpo que os atores ordinariamente sustentam até o fim de suas vidas no dia-a-dia. Sou o autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, faço. Inversamente, pode haver circunstâncias em que eu pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha ‘agência’ (GIDDENS, 2009, p. 11).

Por esse motivo, é preciso entender a intenção em Giddens, “[...] como o que caracteriza um ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho” (GIDDENS, 2009, p. 12). Assim, agência refere-se ao fazer, não à intenção de fazer, de maneira que aquilo feito pelo agente, mesmo sem que ele tenha a intenção, também foi realizado por ele, o que implica dizer que, algumas vezes, o agente faz muitas coisas sem intenção.

Essa concepção de agência está presente na relação estabelecida pelos pastores e líderes das Igrejas com os grupos religiosos, na medida em que capacitam esses agentes a atuarem na Instituição, cujas crenças ou saberes partilhados pelos agentes sociais são importantes para os processos de reprodução e/ou transformação do universo acadêmico no qual estão inseridos. Dessa maneira, “as propriedades estruturais de sistemas sociais não existem fora da ação, mas estão cronicamente envolvidas em sua produção e reprodução” (GIDDENS, 2009, p. 441). As condutas humanas são recriadas pelos atores por meios particulares diante das estruturas que se apresentam, vistas não apenas como restritiva das ações, mas também como facilitadoras, pois “cada ato que contribui para a reprodução da estrutura é também um ato de produção, um novo empreendimento e, enquanto tal, pode iniciar a mudança pela alteração dessa estrutura, ao mesmo tempo que a reproduz [...]” (GIDDENS, 2009, p.146).

Na medida em que os líderes dos grupos, enquanto agentes, agem cotidianamente, suas práticas se reproduzem de forma impremeditada quanto às instituições religiosas às quais estão vinculados. O culto por eles realizados está profundamente enraizado no tempo-espaço em forma de instituições, reproduzindo a entidade religiosa à qual pertencem, mesmo sem haver essa intenção.

O líder do JOTEC considera que o grupo possui uma forma própria de ser e conduzir seu funcionamento, pois suas lideranças são todas internas. No entanto, reproduzem um discurso institucionalizado das Igrejas, quando alguns líderes estão vinculados aos trabalhos de evangelização dentro delas, além de receber aconselhamento dos pastores das Igrejas as quais frequentam. Isso demonstra o processo de monitoração reflexiva, exercendo o controle sobre o grupo, que reproduz esse discurso:

Assim, é mais de aconselhamento, em termos de liderança, porque como o JOTEC é um público muito jovem, e a liderança também, é um grupo muito jovem e a liderança lidera jovens até mais velhos. Então é mais essa assessoria de aconselhamento de, de liderança, e como se portar dentro dessa situação assim (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Orientar a melhor forma de se portar revela o controle exercido pelos agentes religiosos, em regular o fluxo das atividades do grupo, que, de certa forma, monitoram alguns aspectos sociais nesse contexto, além de esperar uma contrapartida, que pode, por exemplo, culminar com a conversão de alguns frequentadores, como já mencionado. Nesse sentido,

Admite-se com frequência que agência humana só pode ser definida em termos de intenções, ou seja, para que um item do comportamento seja considerado uma ação, é preciso que o realizador tenha a intenção de se manifestar, caso contrário o comportamento em questão é apenas uma resposta reativa (GIDDENS, 2009, p. 9).

Três pastores acompanham o JOTEC na orientação aos frequentadores do grupo, sendo: um da Igreja Assembleia de Deus, frequentada pelo líder geral; dois de Igrejas Batistas frequentadas pelo vice-líder e pelo líder do turno da tarde, e um outro da Igreja Presbiteriana, o que, nas palavras do líder geral, influencia as lideranças.

[...] A gente titula o JOTEC como um movimento para-eclesiástico¹⁶¹, que não tem nenhuma ligação com alguma instituição religiosa, seja Igreja evangélica ou católica, e a gente tem apenas a assessoria assim, de mentoria de alguns pastores, é, líderes religiosos no caso, que nos influenciam, mas, é a nossa liderança é toda intra IFPB, não tem nada de fora que nos influencie assim em termos de hierarquia, ou coisa parecida (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Mesmo se definindo como movimento paraeclesiástico, o grupo traz a Igreja para a Instituição, quando recebe aconselhamento que vai repercutir em suas práticas e interações com seus frequentadores. E, apesar de negar o agenciamento de pastores das Igrejas às suas lideranças, por meio desse aconselhamento, reproduz aquilo que a Igreja pensa, exige e quer que seja difundido. A justificativa para isso é o fato de o grupo ser conduzido por pessoas muito jovens, que poderiam algumas vezes ter dificuldades para enfrentar determinadas situações trazidas pelos colegas mais velhos.

No caso do GOSFA, que estava representado no *campus* pelo Grupo de Oração Universitário e Escolar (GOU), o agenciamento acontecia por intermédio da Comunidade Doce

¹⁶¹ Esse termo vem de eclesia, (igreja); está relacionado a atividade em paralelo ao ministério eclesiástico, com tendência a não se conectar a igreja local, colocando as pessoas em contato com Jesus sem conectá-las com as outras pessoas com mesmo objetivo. Esse resultado, pode ser atribuído a imaturidade teológica. É uma tentativa de levar o Evangelho para cultura sem levar a igreja. Estão incluídos nesse movimento, os ministérios evangelísticos como: Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo, com sucesso por seu envolvimento com a cultura, e dedicação pelas pessoas em lugares onde, a igreja seja irrelevante. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em: 02/06/2018.

Mãe de Deus, no entanto, não poderei apresentar esses dados, devido ao fechamento do grupo, o que impossibilitou a realização da pesquisa para essa análise.

Os grupos de Célula da ISNT são agenciados pela ISNT, que mantém treinamentos e cursos para a formação de líderes, controlando o trabalho na Célula desde antes da sua implantação. As lideranças internas da Igreja acompanham todo o desenvolvimento da Célula, bem como todo o trabalho do líder, que fica sob sua responsabilidade.

Entre os professores, também existe apoio ao agenciamento dos grupos pelas Igrejas, concebido como uma estratégia de resgate da presença da religião no ambiente escolar, demonstrando coerência e concordância com o *habitus* religioso existente no período em que o professor estudava na Escola. Dessa forma, vê-se a presença dos grupos religiosos e das Igrejas no *campus*

[...]. De forma positiva, não é? Porque eu não vejo como uma interferência das Igrejas na Instituição, eu vejo mais como uma forma da Igreja ir buscar dentro daquela Instituição pessoas para ... suas comunidades, serem religiosas, porque a gente sabe que cada dia que passa, a gente, o jovem vai se afastando da Igreja. Os jovens se afastam mais. Agora existe uma corrente muito forte desses eventos de jovens, tanto no evangélico como no católico, essas reuniões de jovens tá sendo resgatada em outra forma é: buscar dentro das instituições de educação também (GUILHERME MARCONE, 2016).

Ficou evidente que o ex-professor Guilherme conhece um pouco sobre os Movimentos Religiosos nas escolas e, apesar de afirmar não haver interferência das Igrejas na Instituição, observa esse movimento de buscar o jovem nas instituições educacionais, como uma forma de a Igreja agenciar pessoas para suas comunidades. Esse fato foi justificado por perceber que o jovem vem afastando-se da religião, no entanto, tal situação está relacionada à crise vivenciada nessa fase do seu desenvolvimento.

Cabe ressaltar que o poder detido pelos pastores é capaz de influenciar os líderes, havendo, assim, uma relação entre agência e poder, como informa Giddens (2009), de que a agência remete ao poder enquanto possibilidade de ação, pois “[...] o poder em sistemas sociais que desfrutam de certa continuidade no tempo e espaço pressupõe relações regularizadas de autonomia e dependência entre atores ou coletividades em contextos de interação social” (GIDDENS, 1996, p. 29). Para Foucault (2006), o poder é apresentado nas atitudes, discursos, gestos, aprendizagem e na vida cotidiana. Inicialmente, a ideia de poder é definida como capacidade de agência no sentido lato, ou seja, a possibilidade de produzir efeitos no mundo social de forma intencional ou não, que influenciarão de alguma forma a reprodução ou mudança de sistemas sociais.

Para Foucault (2010), entre poder e liberdade, não há um confronto, pois o poder somente pode ser exercido sobre sujeitos que podem ter opções; por outro lado, a liberdade também aparece como o que se opõe a um exercício do poder que, em última instância, quer determiná-la indiretamente, estando, então, as relações de poder e liberdade em constante choque. Esse poder também é observado na relação estabelecida entre o Metanoia e a CRU, em cuja interação o Metanoia construiu as bases do grupo, recebendo, assim, a influência Norte-Americana, o que demonstra o poder de dominação dos Movimentos Religiosos Internacionais presentes nas instituições educacionais do nosso estado.

Eu me embasei no que eles usavam, mas é diferente, até porque, é assim: UFPB é um contexto bem universidade mesmo, por mais que aqui seja, mas tem um nível [...] a gente ainda não tá nesse nível, as pessoas querem nesse âmbito, mas na verdade, na verdade não são, né? Tanto que tem pessoas que participam do Metanoia que são universitários, mas o público alvo em si, não é esse (LIDER METANOIA, 2017).

Embora reconhecendo as especificidades do Metanoia, que possui um público bem mais jovem e com características diferentes daquelas apresentadas pelos frequentadores da CRU, essa interação tem o poder de influenciar os estudantes do Instituto, a partir da utilização do material produzido pela CRU e que embasou a construção do projeto do Metanoia.

Além da influência exercida sobre o grupo, os líderes da ISNT têm todo um mecanismo de controle sobre os líderes de Células presentes no Instituto, cujas atividades também são controladas desde o momento da sua instalação. As lideranças da Igreja controlam também os participantes, por intermédio do líder de Célula que detém todas as informações sobre eles, como informou a líder da Célula A:

Eles ajudam em tudo que você precisar: Como é no Instituto muitas vezes eles não vêm muito, dependendo da situação. Por exemplo: Escolas públicas, uma pessoa que não é do, daquela escola, não vai poder entrar, mas assim, todo suporte que ele puder dar, dá. Se for o livro de, o livro, que a gente utiliza um livro, né? O Manual de Célula, no que precisar. Mas a gente também tem relatório, por exemplo: o líder de Célula, preenche relatório, preenche quem foi; se foi a primeira vez; pega o número de telefone; se fez oração, ou se não fez; tinha tudo isso. Tinha todo um processo, a questão da Célula (LÍDER CÉLULA A, 2017).

O relatório da Célula A, nessa época, era feito semanalmente e entregue no final do mês ao líder da Igreja. No entanto, mais recentemente, passou a ser realizado pela Internet, por meio de um drive. O fato de prestar relatório revela todo um mecanismo de controle e,

consequentemente, de poder, exercido pela Igreja sobre líderes e liderados, como pode ser observado na fala a seguir.

[...] a gente via o desenvolvimento. Se a Célula tava funcionando, o que é que tava faltando; por que as pessoas que foram uma vez, não voltaram. Por que lá é assim: Você vai pra Célula, aí você coloca: primeira vez, certo. Aí tem assim: Até 24 horas você faz uma fono visita, que seria ligar, ou no mínimo mandar uma mensagem pra pessoa, dizer: olha, foi bom ter você, tal, não sei o que. Podemos marcar de conversar melhor? Até 48 horas. Então, se caia muito, a gente ia ver: Fez fono? Não, não fez. Fez isso? Então, deve tá aí com problema, a pessoa não consegue se ligar, porque talvez nem se ache importante. Mas quando você fala, quando você tenta marcar de encontrar com a pessoa, pra conversar mesmo, a pessoa se sente mais segura de ir pra aquele ambiente. Então, o relatório mostrava isso: muitas das Células que não davam certo, muitas vezes falhavam no processo, de você tá ali acompanhando a pessoa. Então mostrava o que é que tava acontecendo na Célula, por isso que tinha o relatório, tinha tudo. E normalmente a cada dois, três meses, o líder mesmo da equipe, fazia tudo, os gráficos, tudo, mostrava tudo, pra mostrar, fazer treinamento em cima do que tava faltando (LÍDER CÉLULA A, 2017).

As palavras de Giddens confirmam que “[...] os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos, sociais e físicos, dos contextos que esses movem” (GIDDENS, 2009, p. 6). Essa situação fica muito evidente nas Células, que funcionam a partir de uma estrutura extremamente organizada pela ISNT: “Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2006, p. 141). O poder é a expressão daquilo que Giddens denomina agência.

Os pastores e líderes religiosos, dispendo de informações privilegiadas, detêm determinado tipo de saber, constituído em poder. Assim, na opinião de Foucault (2009, p. 30), “Não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder”. Dessa forma, o poder e o consequente controle dos pastores da ISNT sobre a Célula C pode ser observado com muita clareza, quando a líder possui uma maior aproximação com a Igreja, pois lidera um número expressivo de Células fora do Instituto, algo em torno de trinta, segundo informações dos colegas líderes de outras Células. Foi confirmado por ela que todo trabalho desenvolvido no *campus* é agenciado por uma líder da Igreja que

[...], sabe de tudo, sabe. Inclusive nós temos um sistema da Igreja que é o Circuito da Visão, é na internet. Ali eu lanço o discipulado coletivo, ali eu lanço o discipulado individual, a pessoa sabe o que foi tratado, entendeu? É,

eu vou saber se aquela pessoa tá sendo cuidada, por quê? Vamos dizer: Muitas pessoas cuidam, são cuidadas, mas não cuida, entendeu? Se o líder tá ali, tá valorizando o liderado dele. Se aquela pessoa tá recebendo suporte (LÍDER CÉLULA C, 2017).

O controle sobre as atividades das Células já pode ser observado nos treinamentos, sendo mantido pela liderança da Igreja em todo o desenvolvimento do grupo, “Mas, o principal da Célula, a gente não mostra a Igreja, entendeu? O nosso papel é ajudar às pessoas” (LÍDER CÉLULA C, 2017). Quais seriam as situações omitidas para a Igreja? Qual seria o motivo da omissão dessas informações? Por que a Igreja só fica sabendo o que acontece de forma geral? Outro fato curioso é que, no tocante à líder da Célula D, apesar de ela ter realizado o treinamento do “Instituto de Vencedores” da ISNT e de ser Colíder da Célula C, quem agencia sua Célula é um casal de pastores da Igreja evangélica a qual frequenta.

A Igreja dá suporte, o casal de pastores. Porque a gente precisa entregar relatório, de por exemplo: pra eles saberem o andamento. Porque é assim: querendo ou não, é, preciso ver se tá fluindo, o que é que tem atrapalhado, se eu tô vindo fazer, né? Porque é muito importante ter toda semana, porque se não tiver as pessoas vão se dispersando, então tem que ter essa continuidade. Então, eles têm todo esse acompanhamento, e assim, eles meio que auxiliam por ser senhoras, que como são senhoras, eles auxiliam assim na forma de por exemplo: Como comportar, porque é mais assim, as senhoras elas são mais fechadas, né? Elas não têm aquele negócio de jovens, a linguagem muda, tudo isso muda (LÍDER CÉLULA D, 2017).

Como pode ser observado, o agenciamento dos pastores da Igreja Luz Para os Povos revela haver controle sobre a líder e, conseqüentemente, sobre as atividades desenvolvidas nessa Célula, que presta contas à Igreja das atividades realizadas mediante um relatório semanal. Tanto no JOTEC como na Célula D, os pastores agenciam seus líderes, justificando esse fato pela imaturidade de suas lideranças, que seriam, na visão deles, imaturas para lidar com pessoas bem mais velhas. Por sua vez, o Núcleo da ABU, no *campus*, é agenciado pelo Movimento da ABU João Pessoa, que mantém uma agenda de encontros quinzenais, com seus líderes, com o objetivo de conhecer as suas realidades, o compartilhamento dos problemas, dificuldades, e dúvidas, entre outras questões, uma outra forma de manter o controle sobre os Núcleos.

[...], a gente tem uma base local, que se reúne quinzenalmente durante os meses do ano, e atualmente eu tô na diretoria como secretaria de comunicação, e aí, é [...], o relacionamento do nosso Núcleo, é fazer com que as pessoas que participam do Núcleo, não só fiquem no Núcleo, mas elas possam ir além disso. De participar dos nossos encontros mensais, quinzenais, pra conhecer

outros estudantes de outras universidades, que compartilham dos mesmos problemas, as mesmas questões, das mesmas dificuldades, das mesmas perguntas, dúvidas sobre os temas que a gente aborda (LIDER ABU, 2017).

A ABU mantém o controle das atividades dos Núcleos, realizando reuniões com regularidade, num universo bem mais amplo, pois permite o conhecimento da realidade das lideranças em diferentes instituições educacionais de nível médio e superior, o que parece fortalecer cada vez mais esse Movimento. Embora afirme não ser vinculado a nenhuma Igreja, a ABU João Pessoa é agenciada por algumas delas.

Nosso grupo não é vinculado a nenhuma Igreja específica, nós recebemos apoio de algumas Igrejas, aqui em João Pessoa é, por exemplo: tem a primeira Igreja Presbiteriana, que nos apoia, e [...] aí as vezes eles pedem pra que a gente faça um culto e fale como é que a ABU tá na grande João Pessoa, e fale quantos Núcleos tem, é basicamente isso. Não é necessariamente uma prestação de contas, mas é basicamente isso assim, um acompanhamento. Mas é bem raro assim, a gente faz mais porque nós temos a reunião do grupo base que a gente faz quinzenalmente nos sábados, [...] que as pessoas de todos os núcleos, os líderes e os que não são líderes, se reúnem para estudar a Palavra e compartilhar o que tá sendo feito em todos os núcleos (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Aqui, a agência acontece em forma de solicitação da Igreja para a realização de um culto, com posterior relato sobre a situação do Movimento e dos Núcleos na cidade. Esse posicionamento, no entanto, é percebido pela ex-presidente da ABU como um simples acompanhamento, opinião também apresentada pela líder da Célula D. No entanto, fica evidente a existência de controle sobre as atividades desenvolvidas tanto no Núcleo como na Célula.

Diante do exposto, fica evidente que a presença dos grupos religiosos no *campus* possui objetivos que ultrapassam o simples encontro de estudantes religiosos, revelando uma cuidadosa e refinada organização, para além de suas práticas religiosas, agenciadas por pastores, lideranças de diferentes denominações religiosas católica e evangélicas, assim como por Movimentos Religiosos. Assim, é possível perceber que o *campus* João Pessoa, ao longo desses mais de cinquenta anos, continua sendo o lugar da fé, refletindo valores, crenças e comportamentos, que repercutem no *habitus* institucional.

IV. A VIDA NOS GRUPOS RELIGIOSOS NO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA: VISTA POR DENTRO E POR FORA

O objetivo deste capítulo é descrever e analisar aspectos da vida dos grupos religiosos no *campus* João Pessoa, vista por dentro por aqueles que participam dos grupos, e por fora, pelos que não participam. Inicialmente, será abordado o fenômeno da sociabilidade entre os estudantes participantes, apresentando reflexões sobre a categoria juventude, com o objetivo de auxiliar na compreensão dessa fase do desenvolvimento. Como já o dissemos, os IFs, de maneira geral, têm uma proposta de educação profissional voltada à juventude, o que mereceu a inclusão dessa categoria, gerando a necessidade de construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade, considerando as diferentes condições sociais, de gênero, culturais, religiosas, econômicas, entre outras. Apresento, ainda, a visão desses grupos na perspectiva dos professores e diretores antigos e atuais, o cenário atual dos grupos e como essa presença é percebida no espaço Institucional.

Entre as diversas concepções e abordagens sobre a juventude, destaco aquela apresentada por Bourdieu, assinalando que “[...] a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1984, p. 113), pois considera que, em todas as sociedades, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas.

[...] a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; o facto de se falar dos jovens como uma unidade social, como um grupo constituído, dotado de interesses comuns, reportando esses interesses a uma idade definida biologicamente constitui, desde logo, uma evidente manipulação. [...] é por um formidável abuso de linguagem que podemos reunir sob um mesmo conceito universos sociais que não têm praticamente nada em comum (BOURDIEU 1984, p. 113 - 145).

Alguns autores, inclusive, recomendam que devemos tratar por juventudes, no plural, para contemplar toda essa diversidade, pois, havendo diferentes modelos de juventude, “não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências” (DAYRELL, 2003, p. 41).

Dessa discussão, entendemos a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade de trocas que este proporciona (DAYRELL, 2003, p. 42).

Autores como Le Breton e Marcelli, citados por Abramovay (2010), afirmam que a categoria juventude é cultural, sujeita a mudanças nas diversas sociedades e em diferentes momentos históricos. De acordo com Le Breton (2013, p.138), a transição para a vida juvenil é um período em que há toda uma abertura ao outro, pois é nessa etapa que o jovem se estabelece no seu mundo em parceria com o mundo alheio. O autor afirma, ainda, que:

Só existem jovens através da singularidade da sua história, a partir da sua condição social e cultural, do sexo e da sua afetividade. [...]. Tradicionalmente nas nossas sociedades, a juventude emerge como um tempo de aprendizagem e de socialização nas atividades adultas; ela é um tempo de experimentação, uma longa procura de si mesmo [...]. A experimentação passa a ter mais importância que a socialização e que a transmissão. A força da cultura juvenil, mesmo se ela é nitidamente formatada pelo marketing, induz a um sentimento de não ter nada que aprender dos adultos, e de poder levar uma existência à vontade. A cultura dos pares prima sobre a cultura dos familiares ou mesmo sobre a dos professores (LE BRETON; MARCELLI, 2010, p. 468).

O diálogo com alguns autores sobre a categoria juventude auxiliou no entendimento do modo de ser jovem no período correspondente ao recorte dessa pesquisa e no período atual, face às mudanças ocorridas no conjunto da sociedade, com consequente repercussão no Instituto. A juventude que estudou na Instituição nos anos 60 e 70 do século XX vivenciou experiências religiosas ligadas ao catolicismo, apresentadas pelos dirigentes, professores técnicos administrativos, em harmonia com a sociedade da época. Ao longo dos anos, outras manifestações religiosas foram sendo vivenciadas pela comunidade escolar, a exemplo do Auto de Natal, mencionado anteriormente, e outras apresentações artísticas apresentadas pelos estudantes na Semana Artística, Desportiva e Cultural – SEMADEC; da inserção, na própria Instituição, das religiões evangélica, e espírita nos cultos ecumênicos; da expansão dos grupos religiosos de estudantes, reproduzindo o modelo dominante. Dessa maneira, os jovens do IFPB, *campus* João Pessoa, parecem ter passado de simples seguidores/reprodutores das práticas religiosas promovidas pela Instituição à condição de criadores e organizadores dos seus ritos e celebrações. De acordo com Simmel (2011), o trabalho, o amor, a fome, a religiosidade, a técnica, não são sociais em seu sentido mais imediato, pois

São fatores de sociação apenas quando transformam a mera agregação isolada dos indivíduos em determinadas formas de estar com o outro e de ser para o outro que pertencem ao conceito geral de interação. A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teologicamente

determinados se desenvolvem em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2011, p.60-61).

Nesse sentido, “Todas as pessoas vivem num mundo de encontros sociais que as envolvem, ou em contato face a face, ou em contato mediado com outros participantes” (SIMMEL, 2011, p. 13). Quanto a isso, Simmel (2006) defende que o indivíduo exerce efeito sobre os outros, mas também sofre efeitos da parte deles, o que significa que essas interações dos portadores individuais daqueles impulsos e finalidade formam uma unidade, ou seja, uma “sociedade” (SIMMEL, 2011, p. 60). No mesmo sentido, Goffman (2011) entende interação face a face como sendo a “influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença imediata” (GOFFMAN, 2011, p. 23).

Cabe ressaltar que o *campus* João Pessoa tem se constituído num espaço de sociabilidade entre jovens e adultos, com múltiplas realidades, que participam de diferentes grupos religiosos no cotidiano escolar na busca de significados em movimentos de interação, dotados de múltiplas oportunidades para a construção de uma ampla rede de relacionamentos, estimulada pela própria estrutura e dinâmica institucional, como veremos a seguir.

4.1 A vivência da sociabilidade no interior dos grupos

Os grupos religiosos representam uma unidade no *campus* e demonstram a influência que seus frequentadores exercem sobre os não frequentadores, desde o momento em que entram na Instituição, buscando interação com os colegas já nos primeiros dias de aula, apoiados pelas equipes institucionais responsáveis pela recepção dos calouros, como explicou o atual líder geral do JOTEC:

Eu conheci, através de outros amigos que frequentavam, que no primeiro dia de aulas, eles fizeram uma apresentação, como a gente costuma fazer, nós também, as aulas aos novatos. Só que isso foi pela tarde, como eu cheguei pela manhã não tive oportunidade de, de ver. Aí esses meus colegas a gente conversando e tal, [...], eu comecei a ir, comecei a conhecer, e fui me envolvendo com o pessoal, e hoje, pela misericórdia de Deus, estamos na liderança (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Perguntado sobre como aconteceu seu ingresso no JOTEC, o estudante integrante do grupo afirmou ter sido convidado pelos colegas veteranos, vendo, nesse convite, a possibilidade de unir-se àqueles que professam a mesma fé, conviver, interagir e compartilhar com eles essa experiência já vivenciada por ele em sua Igreja.

Eu fui convidado por algumas pessoas, né? Pelos mais antigos, e senti à vontade para participar, de querer retomar tudo aquilo que a gente escutava, né? E vivia fora daqui. Aqui também dentro IF, partilhar um pouco da nossa fé com as pessoas que não conhecem também, e ter esse momento assim de comunhão com as pessoas que a gente convive, né? E professam a mesma fé que a gente (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Como é possível perceber, esse sentimento de estar perto dos que professam a mesma fé é constante entre os participantes dos grupos e busca, nesse sentido, influenciar outros colegas. De acordo com Simmel, (2011), os indivíduos entram em interação com o objetivo de satisfazer seus interesses, e esta interação acontece por meio das diferentes formas de sociabilidade. No caso do JOTEC, a visita às salas e as conversas com os recém-chegados têm o objetivo de sensibilizar os estudantes e trazê-los para o grupo a partir da sua entrada na Instituição, atraídos pela narrativa dos seus pares e pela nova forma de viver a religião.

O *campus* João Pessoa, enquanto microcosmo da sociedade, além de diferentes tipos sociais, possui valores e representações dessa sociedade em sentido mais amplo, pois os estudantes que a ele chegam pertencem a diferentes camadas sociais, principalmente aqueles do ETIM, que vêm, em sua maioria, das classes populares, trazendo, para seu interior, múltiplas experiências acumuladas deste multipertencimento, entre elas, a religiosa de matriz evangélica, que, de acordo com o Censo 2010, tem apresentado uma maior penetração entre os jovens. Alguns debates sobre temas sociais, antes considerados tabus, como o aborto, que só passou a ser discutido no país pelos movimentos feministas nos anos 1970, e a gravidez na adolescência, pela ausência de diálogo na família e na escola, passaram a fazer parte da agenda das reuniões desses grupos, cujos debates são conduzidos pelas próprias lideranças.

O estudante A, que não é integrante de nenhum grupo, lembrou que um dos grupos religiosos esteve em sua turma no início do ano letivo, possivelmente o JOTEC, mas, apesar dessa prática, aparentemente socializadora, a integração dos participantes dos grupos religiosos na Instituição deixa algumas lacunas nesse sentido. Por outro lado, a angústia apresentada por esse estudante também deixa questionamentos quanto às políticas educacionais voltadas para as demandas sociais, psicológicas e afetivas dos estudantes.

[...], em integração social, eu acho que eles podiam ser mais sociais, porque é, se houvesse uma integração maior. Porque, eu penso assim: as vezes eu queria muito poder contar, falar, conversar sobre coisas mais íntimas, coisas fechadas pra uma pessoa pertencente ser ao título de um grupo religioso, mas eu vejo como que eles fossem meio fechado [...]. Pra tipo, pra se socializar rapidamente, porque eu acho que todo mundo funciona dessa forma, de querer

estar perto de quem lhe agrada, ou que tem a mesma convicção sobre as coisas ao seu redor, mesmo que fosse (ESTUDANTE A, 2017).

Essa opinião do estudante A é contrária à imagem que os líderes têm dos seus grupos, os quais se consideram abertos para acolher os colegas. Ao mesmo tempo, o estudante entrevistado revelou a necessidade de ser incluído, de fazer parte de algo em que possa compartilhar seus sentimentos, talvez um espaço na própria agenda institucional que possa acolher essa demanda. Já a integração, na perspectiva do professor, ao menos em sala de aula, é bastante positiva porque

Eles têm uma interação maior, eles têm uma interação normal com os outros alunos, não tem nenhuma diferença não, mas na hora de organizar um trabalho, por exemplo a apresentação de um seminário em si, como atividade de avaliação, eles se juntam mais. Eles buscam trabalhar (STÊNIO, 2017).

Na percepção desse professor, os estudantes que participam dos grupos religiosos têm uma maior facilidade para apresentarem seminários e formarem equipes de estudo. No entanto, parecem aproximar-se mais daqueles que compartilham de suas experiências nos grupos religiosos.

Não sei se é uma percepção equivocada, mas eu percebo que na sala de aula, você tem os grupos mais fortes, e mais estruturados, inclusive participando de mesmas equipes de seminário, avaliação [...] que tem uma certa afinidade, ou participa de uma determinada Igreja, né? Em sua grande maioria evangélica. Eu não vejo os católicos tão organizados. É, no sentido de participar, de criar grupos de discussão. Pode ser que na tradição das escolas, no movimento estudantil brasileiro, você tenha os grupos católicos, mas aqui, eu não, pelo menos aparentemente eu não tô vendo isso não (STÊNIO, 2017).

Nesse sentido, há uma observação de que o pertencimento aos grupos religiosos evangélicos implica uma maior estrutura e organização dos estudantes, atribuída, de certa forma, a esse segmento religioso, que se reflete nas atividades escolares, destacando-se dos demais, pois, como assinala Andrade (2005),

[...] para os jovens convertidos há uma compreensão de que existem limites que demarcam nitidamente as fronteiras entre o “sagrado” e o “mundano”. E todo aquele que deseja assumir uma nova “identidade religiosa” deve estar ciente desses limites, submetendo-se a viver dentro dos limites demarcados (ANDRADE, 2005, p. 67).

No mesmo sentido, o estudante integrante do JOTEC afirmou que há diferenças na interação dos integrantes dos grupos em relação àqueles que não frequentam, quando o assunto é a socialização fora da Instituição. Nos dois casos, fica evidente a dificuldade de socialização entre os integrantes com os não integrantes desses grupos.

[...] geralmente as pessoas que participam, só, como eu posso dizer? Tem um convívio mais próximo da gente, no sentido de, sei lá, da gente acreditar nas mesmas coisas, sabe? De tipo, condutas, tipo condutas diante de algumas coisas. Por exemplo: Se tem reunião da turma; vai pra um churrasco, alguma coisa assim, geralmente assim, não são todos que não participam, mas alguma boa parte, tipo, faz coisas que a gente considera assim Ah! A gente não participa muito, a gente vai, mas se distancia um pouco. Por exemplo: Botar pra beber, essas coisas assim geralmente as pessoas que participam do nosso grupo, geralmente, acho que quase toda reunião bebe, né? É, tipo, em relação a música também, é esse tipo de coisa, que assim, geralmente as músicas que se bota em festa, geralmente são coisas que, assim que fere muitas coisas que a gente acredita, sei lá. Tem muito contexto, apelo sexual, esse tipo de coisa, e a gente até que se sente fora da caixa naquele momento, né? Mas tirando isso assim, no dia a dia mesmo, a gente consegue ser bem próximo das pessoas, é, consegue brincar, esse tipo de coisas, mas tem momentos que realmente não dá. [...], mas as pessoas geralmente respeitam, [...] (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Como é possível perceber, existem muitos pontos de diferenças entre os que participam e não participam dos grupos religiosos, havendo, assim, comportamentos, gostos e crenças que afetam e dificultam a convivência (embora possa haver respeito de ambas as partes), comprometendo a sociabilidade, pois, à medida que o grupo exclui, também é excluído. Na opinião de Scott (2004),

Ser de um grupo religioso já é um diferenciador moral que separa os jovens rapazes e moças de outros jovens não pertencentes a esses grupos, o que independe da intensidade da adesão dos jovens às ideias e às práticas desses grupos, ou seja, da fé e das obras (SCOTT, 2004, p.375).

Esse argumento parece explicar toda a dificuldade encontrada pelos integrantes dos grupos, em manter uma maior sociabilidade com os não participantes, que ficou muito mais explícita nas palavras da integrante do Metanoia ao apresentar uma narrativa bem mais clara e objetiva a esse respeito:

[...], a gente não pode negar que o modo de comportamento da gente é diferente, né? Tem coisas que a gente considera errada. Ah! Tem coisas que a gente vai sair como careta, então, a gente já tá meio que acostumado com isso. Ai o pessoal, o pessoal pelo menos da minha sala, a minha sala é bem, bem partidária, sabe? Eu tenho uma galerinha bem, bem uma galerinha totalmente agnóstica e ateu, ou aquela galera que não tá nem ai pra vida, acha que tudo acaba. Mas eles sabem que a gente tem a nossa visão, e respeitam. Então, a gente tenta sempre mostrar mente aberta em relação a isso, porque querendo ou não é o jeito de pensar deles, a gente não pode simplesmente querer impor a nossa religião pra eles, a gente sempre convida, mas em relação a isso, é, tirando as diferenças do dia a dia, de comportamento, dessas coisas, de modo de pensar, de conduta, a gente convive com isso (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Fica evidente, na fala dessa integrante, a ausência de um conflito aberto, havendo uma convivência de aparente aceitação das crenças e não crenças daqueles não participantes, demonstrando um esforço em mostrar abertura nesse sentido, ficando explícito, no entanto, que o compartilhamento, a interação e as trocas são inexistentes. No entanto, os integrantes da Célula D sentem-se perseguidos e vigiados por aqueles que não frequentam o grupo: “A gente é perseguição, é humilhação, é muito observado, qualquer coisa que a gente fizer errado é cobrado, é acusado, aí vou dizer a maioria, “por que você fez isso? Vou dizer à [...]. Qualquer coisinha” (INTEGRANTE A, CÉLULA D).

Aqui, gente não pode nem conversar porque diz assim: - Pia, aquele crente, fulano ali crente tem um comportamento. Qualquer coisa que você errar, a gente vai ser apontado, pelos outros né? Porque nós somos evangélicos. Então, eles querem aqui na terra, como se a gente fosse santo, porque santo só é Jesus [...] (INTEGRANTE B, CÉLULA D).

As duas participantes da Célula D consideram difícil a interação com os colegas de trabalho não participantes do grupo, pois sofrem preconceito e são estigmatizados por eles. Esse tipo de tratamento recebido difere do que foi apresentado pela líder do Metanoia, que considerou inexistente a presença de estigma, seja pelos colegas que não participam do grupo, seja por outras pessoas, grupos religiosos e professores.

Bem, eu nunca sofri até o entanto, desse tipo de, vamos dizer assim, de rotulação, muito pelo contrário, as pessoas até respeitam, estão muito naquela de admiro, mas não quero fazer parte. E as pessoas de outros segmentos, de outras religiões, de outros tipos, muito pelo contrário, eles nos estimulam a continuar, e professores também (LIDER METANOIA, 2017).

Nesse sentido, a sociabilidade dos integrantes da Célula D com os não participantes do grupo é bem diferente da apresentada pelos integrantes dos demais grupos frequentados por estudantes, que chegam a ser apoiados na Instituição, inclusive pela Direção Geral, que considera essa presença positiva e facilitadora do processo educacional. No entanto, os servidores terceirizados participantes da Célula D têm sua presença no *campus* ignorada pela Instituição. Por outro lado, algumas transformações nas identidades sociais¹⁶² dos que se inserem nos grupos da ABU podem ser observadas, por exemplo, quanto ao comportamento social daqueles estudantes que transgridem mais, apresentando dificuldades de relacionamento:

[...] eu já ouvi relatos em alguns treinamentos que eu fui, que a gente tem treinamento local, regional e nacional, de pessoas que falavam, falaram até que antes da ABU não tinham uma boa conduta, dentro da universidade, depois que conheceram a ABU isso foi muito significativo, porque puderam melhorar, é isso. Mas aqui em João Pessoa eu nunca ouvi relato não, eu estou aqui desde 2011, aí até então eu nunca ouvi (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

A frequência aos grupos religiosos parece auxiliar seus integrantes a lidar melhor com a diversidade. No entanto, embora eles afirmem respeitar a orientação religiosa dos colegas, bem como dos ateus, a professora Marinalva mencionou a insistência deles para que os colegas entrem nos grupos, e, como também já mencionado, há um grupo de católicos no JOTEC, em processo de conversão ao protestantismo, o que pode ser uma comprovação da percepção da professora. Já a convivência em sala de aula com os que participam e os que não participam dos grupos é vista pelo integrante do JOTEC como uma experiência muito enriquecedora, pois oportuniza o diálogo, bem como a consciência dos limites, aprendidos nas relações sociais com os que pensam, sentem e agem de modo diferente deles.

[...] há um convívio dentro da Instituição, abre muito a nossa cabeça porque faz a gente perceber, que tipo, a nossa visão não é única né? Tipo a gente convive com pessoas que geralmente pensam bem diferente da gente, tá com a cabeça pra aquele tipo de coisa ali, né? Saber que tem pessoas que pensam diferente, escutar também. [...], pensando diferente, na forma de falar, de abordar as pessoas. Porque nós sabemos que tipo, não é sei lá, mera atenção de cargo, ou coisa assim, mas é que tem todo um contexto por traz daquilo dali que não é você falar uma coisa que vai mudar, assim, como é que eu posso

¹⁶² Identidade é o conjunto de significados que define alguém, em algum papel em particular desempenhado socialmente, na família, enquanto pai, mãe, filho, irmão; no trabalho, entre outros. Assim, as pessoas possuem múltiplas identidades, pois pertencem a diferentes lugares, desempenham diferentes papéis, sendo um complexo de características. “*a teoria da identidade social é uma teoria da psicologia social no campo da sociologia e atenta para o entendimento das identidades, suas fontes na interação e na sociedade, seus processos de operação e suas consequências para a interação em sociedade*” In: BURKE, P. J.; STETS, J. E. Identity theory. Oxford University Press, New York, 2009.

dizer? É algo mais profundo do que [...], é algo mais profundo do que meras palavras, entendeu? Esse tipo, esse contexto, entende? (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Essa convivência com a diversidade na Instituição é considerada uma grande oportunidade para aprender a tolerância e o respeito ao ser humano, enquanto o estímulo às leituras bíblicas e a literatura especializada influenciam no sentido de ampliar a visão de mundo, proporcionando um novo sentido para a vida dos jovens.

[...], a gente tem a ABU editora que até há uns três anos atrás era só ABU editora, agora meio que se fundiu com a ULTIMATO, que a gente tem muitos livros, muita literatura boa que fala sobre essas questões. Tem um livro de que é “Ouço o Espírito, ouço o mundo”, muito bom. Tem vários livros, de vários autores, assim que nos auxiliam na nossa caminhada na ABU e nossa caminhada cristã. Que inclusive essas coisas que eu falo, eu aprendi através dessa literatura, através de palestras, através de oficinas. A gente tem, é ... Treinamentos locais, regionais e nacionais (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

A religião no país tem agora que usar da lógica de mercado, em que editoras e livrarias de pequeno, médio e grande porte têm investido em publicações direcionadas às diferentes ordens religiosas, um público específico, que tem correspondido ao investimento. Nesse caso, o próprio Movimento possui a sua editora (um passo relevante para o consumo), divulgando a mensagem evangélica.

O princípio de sociabilidade apresentado por Simmel (2011) é formulado da seguinte forma: “cada indivíduo deve garantir ao outro aquele máximo de valores sociáveis (alegria, liberação, vivacidade) compatível com o máximo de valores recebidos por esse indivíduo ” (SIMMEL, 2011, p. 69). Assim, para esse autor, “A sociabilidade cria, caso se queira, um mundo sociologicamente ideal: nela, a alegria do indivíduo está totalmente ligada à felicidade dos outros. Aqui, ninguém pode em principio encontrar sua satisfação à custa de sentimentos alheios totalmente opostos aos seus” (SIMMEL, 2011, p. 69).

O acolhimento aos frequentadores da ABU é visto com preocupação pela ex-presidente desta organização, como expressa o conteúdo do material do EBI, utilizado nas reuniões dos Núcleos, apresentados anteriormente. E esse cuidado com as dificuldades do outro termina, na sua visão, auxiliando na vida pessoal e acadêmica do estudante, experiência que acumulou desde que ingressou no Movimento, ainda na escola secundarista.

Na minha vida, ajudou muita coisa, porque assim, eu não tinha o hábito, porque eu entrei na ABS, que é Aliança Bíblica Secundarista, que são nas escolas de ensino médio, lá no Lyceu. Aí, assim, eu não tinha o hábito de..., eu era, eu era cristã, mas eu não tinha o hábito de ler a Bíblia, de estudar Bíblia, eu não tinha esse hábito, isso foi bom que me incentivou a ler, eu fui lendo o livro do Novo Testamento, é [...] a pensar questões, é [...] questões no âmbito social, a ver que o Evangelho ele não se reduz apenas ao meu mundo, com certeza aquele mundo da religiosidade ele é bem mais. Se a gente tá nesse mundo, a gente tem que fazer a diferença e tem que viver nesse mundo, sabe? Muitas vezes isso não nos é passado nas igrejas, como eu venho de uma igreja bem tradicional Assembleia de Deus, uma vertente pentecostal, eu não tinha essa noção né? ...de ... de ser, eu não tinha essa noção de fora e a ABU foi muito bom por isso, eu aprendi muito com as pessoas de outras denominações e vertentes, vertentes puritanas, calvinistas, gente de várias, de várias igrejas, presbiterianas, batistas, enfim, eu conheci várias pessoas, eu aprendi muito sobre tolerância, sobre respeito ao próximo, é ... enfim, uma gama assim, a ABU ela é fundamental na minha vida. Fundamental assim mesmo não estando mais na universidade eu pretendo continuar nem que seja assessorando, ajudando de alguma forma, porque na minha vida foi uma diferença muito significativa assim, de, de ver que o Evangelho é bem mais do que a religião sabe? De que é estilo de vida assim, é mudança diariamente, é respeito ao próximo, nas suas diferenças, isso a ABU me ensinou muito, de uma forma integral né? O Evangelho todo, pra o homem todo, não só ali, mas o homem físico, é [...] nas suas necessidades no dia a dia, enfim, acho que deu pra entender (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

A fala da ex-presidente é coerente com o que ela apresentou sobre o auxílio prestado pelos ex-integrantes da ABU, após concluírem seu curso superior, colocando-se à disposição nas dificuldades e necessidades dos colegas. Também fez uma crítica às Igrejas por serem omissas quanto às questões sociais e coloca o Evangelho de forma mais ampla do que a própria religião, considerando-o como um estilo de vida que inclui abertura às mudanças, respeito à diversidade, coisas que aprendeu na ABU. No entanto, nem sempre esse acompanhamento ao integrante acontece.

Infelizmente a gente não tem esse acompanhamento ao estudante, tem um acompanhamento de você chegar, porque a gente preza muito pelo relacionamento e pela amizade, o evangelho mais relacional assim. Eu já vivi situações de, da pessoa chegar e dizer: Oh! Estou passando por isso, isso, e isso, e agente sentar e conversar, eu já fui acompanhada inclusive e segui o acompanhamento, mas não com profissionais, mas um ajudando o outro. Eu já fui acompanhada e já tive oportunidade de acompanhar algumas pessoas (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Mesmo que tenha informado já ter recebido ajuda de ex-integrantes do Movimento, como parece ser uma proposta da ABU, nem sempre isso acontece, pois o acompanhamento

caracteriza-se por uma ajuda que os próprios estudantes prestam uns aos outros, potencializando os relacionamentos e criando espaços para uma escuta que vou chamar de colaborativa.

Para Goffman (2011, p. 231), “o mundo inteiro é um palco”, não importa onde estamos, pois sempre estaremos fazendo uma representação de nós mesmos para os outros. Nesse caso, a presença nos grupos constitui um palco, na medida em que os líderes e os demais integrantes comportam-se de uma forma peculiar (diferente daqueles expressos fora do grupo) quando entram no espaço físico das suas reuniões. Essa forma de relacionamento, na concepção de Goffman (2011), é uma relação ator/plateia estabelecida nos grupos da seguinte forma: [...] o indivíduo terá que agir de tal modo que, com ou sem intenção, expresse a si mesmo, e os outros por sua vez terão que ser de algum modo impressionados por ele. [...] (GOFFMAN, 2011, p. 12). Observa-se, nesse caso, que o líder busca influenciar os colegas, o que, no seu entendimento, é algo positivo quando afirma: “[...] você não vai ficar igual a todo mundo”[...] e complementa: “eles veem nisso um, uma força pra eles continuarem, e até um despertar na vida deles” (LIDER CÉLULA C, 2017).

De acordo com Goffman (2011), “quando uma pessoa chega à presença de outras, existe, em geral, alguma razão que a leva a atuar de forma a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir” (GOFFMAN, 2011, p. 13-14). Assim, a representação do papel do líder na interação pressupõe uma maneira de agir que expressa informações sobre ele próprio e o que ele deseja transmitir.

Para os líderes, a exemplo da liderança da Célula C, os participantes formam uma espécie de plateia, influenciada pelo discurso da líder, que vem de uma preparação prévia, em cursos e treinamentos sobre liderança, seguindo um roteiro de temas preestabelecidos, falando diretamente às necessidades sociais, emocionais e religiosas de interesse da sua Igreja. Como é possível perceber na fala da líder da Célula C, os estudantes, quando chegam ao grupo, podem ser considerados a plateia que espera receber algo, e esse algo, nesse caso, é o acolhimento, apoio e tantas outras coisas, enquanto a líder acredita que os representa, assumindo o seu papel ao apoiá-los nas dificuldades de ordem pessoal, emocional ou acadêmica.

Uma coisa importante, que eu acho que o grupo cria, o grupo cria um, um ambiente de, assim [...] de segurança, de: Ah! Eu preciso de alguma coisa, as pessoas procuram você, entendeu? Acho que eles vêm como um ponto, um ponto onde ah! Eu acho que posso me apoiar, hoje eu não tô legal, eu vou ali, entendeu? Eu vejo muitos, muitos jovens não querem entrar, né? Mas quando ele tá mal, ele diz: Não, eu vou ali, sabe que eu sei que ali eu vou ver alguma coisa que vai me fazer bem e outra coisa também de, de o papel que faz na vida do cristão, né? Muitos cristãos, é, que tão aqui, eles encontram também força na Célula, até pra eles continuarem, sabe? A gente tem muito o papel

assim, de um ajudar o outro, de um é ah! Você num, num, num aceita isso, não fica assim, sabe? Num você não é normal, você não vai ficar igual a todo mundo, e eles vêm nisso um, uma força pra eles continuarem, e até um despertar na vida deles (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Esse ambiente criado pelo grupo favorece o acolhimento das mais diferentes necessidades dos estudantes, falando mais diretamente as suas emoções, assim como ao religioso. Ficar igual a todo mundo pode ser entendido como algo pequeno, que subestima sua capacidade, enquanto o desafio lançado na afirmação “você não vai ficar igual a todo mundo” pode ser observado como um convite a ser “diferente”, e ser diferente é tudo que o jovem deseja. Favorece, ainda, que o jovem desenvolva o sentimento de pertença e que, de alguma forma, “concorde” com as regras do grupo, com suas escolhas religiosas, influenciando também em outros aspectos, como na música, tudo isso permeado por desejos e subjetividades. O pertencimento a um grupo, nessa fase do desenvolvimento, melhora a autoestima, fortalece a confiança em si mesmo, nos outros, e no ambiente social e auxilia na tomada de decisões, bem como na forma de ser, sentir e agir no mundo.

Tomando como exemplo a questão do desempenho acadêmico, fica evidente que a “atividade de um determinado participante que sirva para influenciar qualquer um dos outros participantes” (GOFFMAN, 2011, p. 23) é bastante utilizada pelos grupos, demonstrando a grande influência e acolhimento do líder em relação às dificuldades dos colegas, seja na vida acadêmica, seja na pessoal, um comportamento que Goffman (2011) afirma acontecer involuntariamente, em que o indivíduo expressa a si mesmo, enquanto os outros são impressionados por ele (GOFFMAN, 2011, p. 12). O caso a seguir ilustra bem a influência exercida pelos grupos sobre o comportamento social e rendimento escolar dos seus integrantes:

Eu tive a experiência de um amigo meu no 2º ano que ele participava desse grupo e ele era uma pessoa assim, que ele tinha, muito extrovertido, assim, ultrapassava, tinha hora que ultrapassava, não sabia limitar as suas ações, e ele quando entra pra esse grupo, umas duas semanas depois, ele começa a repensar a sua vivência em sala de aula, e ele começa a trazer pra nós essa experiência desse grupo, e se torna uma pessoa muito melhor dentro da sala de aula, aumentando seu desempenho. Eu não sei assim, eu não sei nem dizer profundamente o que aconteceu, mas tive essa mudança aí, boa demais (ESTUDANTE B, 2017).

Esse estudante não participa de grupo religioso, mas vê com estranhamento o colega que, na sua opinião não tinha limites, mas, ao mesmo tempo, diz que era extrovertido, uma característica que pode se confundir com a ausência de limites. A mudança do colega parece tê-

lo impressionado bastante, quando diz que: “se torna uma pessoa muito melhor”, como reflexo de uma ética oferecida pelos grupos, obtendo como resultado ganhos que fortalecem a produção de uma crença. As mudanças nas dimensões acadêmica e pessoal transcendem a proposta evangelizadora dos grupos que, muitas vezes, assumem o papel da Instituição, oferecendo monitoria aos estudantes com dificuldades acadêmicas e aconselhamento àqueles com dificuldades emocionais, o que termina por estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre eles:

A gente tenta acompanhar até na vida acadêmica propriamente dita também, que é o que a gente tá mais envolvido, todo mundo envolvido. Por exemplo: Nessa área acadêmica, a gente tenta estudar aqueles [...] é, integrantes que se destacam em alguma matéria tenta ajudar os outros e prestar essa monitoria também [...] (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

A prática de fazer acompanhamento acadêmico aos colegas, prestando, inclusive, monitoria, demonstra haver uma preocupação com seu desempenho escolar, mas, por outro lado, essa é uma atribuição institucional que passa a ser assumida pelo grupo em determinados momentos, enquanto a Instituição parece ignorar essa atitude. Quando perguntei ao líder do JOTEC sobre a influência do grupo na vida dos seus integrantes, explicou que:

[...] a, influência religiosa dentro do *campus* as, as pessoas se dedicam mais aos estudos e a gente vê sucesso, como no próprio grupo. Depois que entraram no grupo, tiveram melhor, é, desempenho acadêmico, tiveram melhor percepção das coisas e uma nova visão de mundo (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Essa percepção do líder parece ampliar as contribuições dos grupos frente à vida escolar e pessoal dos seus integrantes, pois, além da preocupação com o sucesso acadêmico, há também uma grande influência dos líderes do grupo nesse sentido, além de acreditarem estar contribuindo para ampliar a percepção e a visão de mundo dos seus participantes.

Da mesma forma, as demandas emocionais e psicológicas são acolhidas no grupo, que oferece conselho, auxiliando os colegas a lidar com essas questões. No entanto, essa é também uma atribuição institucional, que, em alguns casos, requer diferentes ações dos setores médico, pedagógico e de apoio aos estudantes, precisando acionar uma rede de proteção que extrapola os muros da Instituição, como, por exemplo, em processos depressivos. No entanto, estas ações são substituídas pelo aconselhamento, com visão, proposta e encaminhamentos

muito diferentes daqueles recomendados em determinados casos, podendo, inclusive, trazer prejuízos para o estudante.

[...] questão de aconselhamento em [...] a gente tem até um, algumas pessoas que passam por um processo de início de depressão no grupo, e a gente tenta [...] é, mesmo inexperiente nessa área de aconselhamento, a gente tenta passar alguma mensagem, e tenta ajudar, e tenta fortalecer a pessoa e trazer pro grupo e pra o convívio social com todo, todo mundo (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Lidar com as dificuldades dos colegas requer das lideranças um certo tato, pois é bastante delicado fazer aconselhamento, principalmente nessa fase de desenvolvimento, “Uma vez que leva à auto regulação do indivíduo em sua relação com os outros, e num nível em que nenhum interesse egoísta, externo ou imediato, possa assumir a função reguladora ” (SIMMEL, 2011, p. 66). Esse aspecto apresentado pelo líder sobre a suspeita de um quadro depressivo traz toda uma implicação médica e psicológica que pode ser negligenciada em favor da religião, podendo ter repercussões muito sérias no desdobramento dos encaminhamentos que devem ser acompanhados por uma equipe multidisciplinar composta por psicólogo e médico psiquiatra, incluindo tratamento farmacológico, além da família, dos amigos, da espiritualidade, para compor essa rede de proteção.

A líder do Metanoia apresentou um outro aspecto bastante comum entre os estudantes, o impacto da chegada à Instituição, quando o estudante depara-se com a estrutura física de grande porte e também com uma estrutura acadêmica acrescida de conteúdo profissionalizante. Além dessa particularidade, encontra-se presente, em seu ambiente, uma diversidade de crenças, desestabilizando o estudante, ao mesmo tempo em que se constitui numa oportunidade de aprendizado, respeito e convivência com as diferenças.

Pra mim, ajudou em muitos sentidos, principalmente por ter vivido numa escola onde é tão diferente, é tão heterogênea as crenças e tudo isso. Então, por ter amigas muito próximas que pensam totalmente oposto de mim, e com isso até os participantes do Metanoia mesmo, a gente que tem um vínculo mais sério assim, mas que isso não interfere. Então, isso acaba criando em mim, não que eu me [...] não incomodar, mas fosse aceitar o que ela faz, mas respeitar por entender os motivos dela, dela assim. Na minha fé, tal coisa é certa, pra ela, não, por mais que eu queira que a minha fé se aplique a ela, isso não tenho como assegurar, então isso me ajudou bastante nesse sentido (LIDER METANOIA, 2017).

Esse depoimento demonstra a importância dessa rede de sociabilidade vivenciada nos grupos religiosos, que possibilita ao estudante um exercício de aceitação da diversidade, levando a colocar-se no lugar do outro que sente, pensa e age de modo diferente dele. A sociabilidade, na Célula D, acontece de forma distinta dos outros grupos, pois sua líder utiliza técnicas de dinâmica de grupo e brincadeiras, além de abrir um espaço para a escuta de aconselhamento aos seus integrantes:

Não, é diferente. [...] Porque a outra menina era da Assembleia de Deus, a outra, então só era aquele louvor da harpa, oração, e uma palavrinha. Só que ela não dava oportunidade assim de outras pessoas se expressar, nem, não tinha dinâmica, já o da Célula, ela tá tendo dinâmica, as vezes ela faz um amigo doce, as vezes ela faz uma brincadeira onde todos possam se abraçar, já fez a brincadeira do espelho, que você, a gente fala da gente mesmo, desabafa. Ela dá oportunidade da gente se abrir, se tá problema em casa, ela visita as casa¹⁶³ da gente em casa. Então, é bem diferente, eu acho assim (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

A abertura que a líder proporciona aos integrantes da Célula D parece motivar a participação, a interação com os colegas de trabalho, o compartilhamento de experiências, além da ocorrência de visita às residências, o que proporciona uma maior proximidade e intimidade com os participantes, ampliando a Célula para o convívio com suas famílias. A líder do Metanoia traduziu, com bastante clareza, como o espaço de sociabilidade criado no interior do grupo também pode ser um facilitador para o jovem aprender a expressar seus pensamentos e sentimentos.

[...], porque quando a gente tem, é, linhas de pensamentos divergentes assim com outras pessoas que a gente se isola, a tendência é que a gente comece a olhar o mundo com olhos “ninguém me entende, ninguém quer me ouvir, ou ninguém quer nem ao menos prestar atenção no que eu tenho pra dizer”. E a partir do momento que essas pessoas têm oportunidade de falar, mesmo que saibam que as outras pessoas não vão concordar, mas é o ponto de falar e essas pessoas ouvirem, isso já ajuda bastante no desenvolvimento da pessoa mesmo. Ela, poxa, alguém tá prestando atenção no que eu estou dizendo, mesmo que ela não concorde. E pra mim também tá sendo da mesma forma que pra eles, pra mim é a mesma coisa, entendeu? Eu falar e saber que pessoas estão ouvindo e que eu também estou ouvindo eles, uma coisa reciproca (LIDER METANOIA, 2017).

¹⁶³ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

A integrante do Metanoia tem a mesma percepção da líder do seu grupo:

Realmente, ajuda muito, porque é um grupo de amigos, e a gente tá convivendo toda terça e toda quinta, toda segunda, então acaba virando uma família. Então, não é só, é, escutar uma Palavra, tocar um louvor. Não, é toda aquela comunhão. E, no Metanoia a gente tem esse contato com as pessoas que são de Igrejas diferentes, tem pensamentos diferentes, então todo mundo aprende. Não é só o pessoal de fora que aprende com a gente, mas também aprendemos o modo como os outros pensam, qual a opinião deles, a gente aprende a ouvir (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Na mesma direção, o integrante do JOTEC justificou a importância do grupo em sua vida como uma necessidade de reafirmar sua fé, dar testemunho, porém, na interação com os colegas que compartilham da mesma doutrina religiosa. Novamente, o tempo que os estudantes passam na Instituição aparece como um motivador para a busca desse contato no grupo.

[...], a gente às vezes precisa, é, reafirmar nossa fé, porque assim, a gente vive, é, passa muito tempo aqui, por exemplo, não é? E a gente precisa não tipo ter, ao menos eu não entendo o cristianismo como uma coisa que você meio que vive, vivencia no domingo, sabe? [...]. Eu acho que isso você tem que levar pra sua vida, e isso é difícil, às vezes você se encontra desanimado, ou parecido, e quando você pensa em momentos assim de comunhão com as pessoas que professam a mesma fé que você, você meio que se fortalece, né? Você se fortalece, e fortalece junto a fé deles também. Isso é muito importante, porque nós precisamos disso pra poder dar um bom testemunho pras pessoas, é. Eu posso dizer assim, viver o que a nossa fé pede, né? (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Destacou, ainda, a importância da sociabilidade dentro do grupo para o fortalecimento pessoal em momentos de desânimo e pela necessidade de dar um bom testemunho, enquanto a ex-presidente da ABU amplia essa visão, informando que sua participação no Movimento ABU foi uma oportunidade para construir e ampliar sua sociabilidade, inclusive com pessoas de outras denominações religiosas.

Antes de participar da ABU, eu nem tinha muitos amigos. Não tinha amigos não cristãos, até porque meu mundo era aquele, eu era muito reservada na igreja, na escola, mas eu não tinha aquelas amizades. Hoje não, hoje eu tenho amigos não cristãos, então eu sei que posso contar, as vezes muito mais, eu acho muito bom (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Com isso, ela ressalta a possibilidade de poder contar com mais pessoas, independentemente da religião que professem, e até de pessoas não cristãs, o que gerou uma rede de sociabilidade, com diferentes oportunidades de interação, vivenciadas nas reuniões da

ABU – João Pessoa, em suas reuniões quinzenais, e em outros ambientes. Com relação ao relacionamento da líder da ABU no *campus*, com a liderança da ABU João Pessoa,

Então, o relacionamento que o Núcleo do IF tem com a ABU João Pessoa de uma forma geral é muito bom, a gente tem tentado levar mais as pessoas que participam do Núcleo pra os, os encontros, e graças à Deus a gente tem conseguido isso, e o nosso desejo é esse, que as pessoas se unam mais e que a gente possa interagir com outros estudantes, porque quando a gente conhece a realidade do outro e percebe que ele também vive coisas semelhantes com a gente, fica mais fácil da gente, conseguir encontrar soluções para os problemas (LIDER ABU, 2017).

Da mesma forma, a integrante A, da Célula D, servidora terceirizada, chama a atenção para a formação de vínculos de amizade estabelecidos com os colegas de trabalho, a partir da Célula, pois a rotina de trabalho dificulta uma maior aproximação entre eles, e a participação no grupo viabiliza um contato mais efetivo e afetivo.

A gente cria o vínculo, até conhece também as pessoas que estão vindo, como por exemplo: eu trabalho aqui há muito tempo, mas a gente não se conhece o outro porque quando chega pra trabalhar, e mal conhece o outro, [...]. Através do grupo como eu disse, Maria às vezes faz pergunta da nossa vida¹⁶⁴, pede, pedido de orações naquilo que a gente tá passando dificuldade. Então a gente começa a conhecer o próximo, tem mais vínculo. Nas dinâmica, ela pede pra abraçar o outro, então começa a criar ali, um afeto e a gente começa a conhecer as pessoas que tão convivendo e eu vejo assim, uma diferença, é muito, é tão bom [...] (INTEGRANTE A, CÉLULA D, 2018).

Conhecer efetivamente as pessoas que trabalham no mesmo ambiente é fundamental nas relações de trabalho, pois, muitas das vezes, elas são estranhas umas às outras. Por outro lado, a afetividade na condução de pessoas, no ambiente de trabalho ou em outras formas de agrupamento, facilita não apenas um maior contato entre as pessoas, mas também sensibiliza para uma convivência mais próxima e solidária. Assim, a sociabilidade vivida em grupos também é uma oportunidade de mudança intra e interpessoal, como verificado na experiência da Célula D, face às modificações ocorridas no ambiente de trabalho, conforme depoimento a seguir:

[...] Quando tem uma Célula dessa, que vê a Palavra de Deus, eles começa¹⁶⁵ a mudar os pensamento, atitude, querem ajudar os amigos, querem ter união, tem amor, eu vejo isso no meio da, depois que Maria chegou ali, hoje em dia, as coisa tão mudando mais. Eu vejo uma grande mudança no meu trabalho hoje (INTEGRANTE A, CÉLULA D).

¹⁶⁴ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

¹⁶⁵ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

O líder da Célula E considera que o ambiente da Célula é favorável às questões religiosas, como também à sociabilidade dos seus integrantes, ao ponto de conceber o grupo como um espaço com capacidade para atrair os jovens que buscam um espaço para falar e serem ouvidos, pois, de acordo com Bauman (2007, p. 12), os indivíduos residem num mundo “fragmentado e atomizado, e, portanto, cada vez mais incerto e imprevisível”.

[...] costumo dizer que quem vai a Célula a primeira vez, ele não deixa de ir, é um ambiente, além de termos o tema religioso, nós fazemos amizades, é algo bem dinâmico. É, tem mais aspecto social também, interagir um com o outro porque apesar do nosso crescimento hoje, de, é, população, as pessoas vêm se sentindo sozinhas, certo. Então, algumas pessoas só querem falar e ser ouvidas. Então, é um ambiente muito aconchegante, é um ambiente em que as pessoas têm esse acesso (LÍDER CÉLULA E, 2016).

Toda essa angústia apresentada pelo líder da Célula E pode ser explicada por meio do pensamento de Bauman (2007), ao afirmar que:

Num mundo assim, não restam muitos fundamentos sobre os quais os indivíduos em luta possam construir suas esperanças de resgate e a que possam recorrer em caso de fracasso pessoal. Os vínculos humanos são confortavelmente frouxos, mas, por isso mesmo, terrivelmente precário, e é tão difícil praticar a solidariedade quanto compreender seus benefícios, e mais ainda suas virtudes morais (BAUMAN, 2007, p.30).

Entendendo, ainda, que o ambiente criado pelo grupo aproxima as pessoas, que têm demonstrado necessidades sociais de pertencimento, acolhimento e proteção, Baumeister e Leary (1995), citados por Gastal e Pilati (2016), foram os primeiros a mencionar a necessidade de pertencimento do ser humano, definida como uma motivação para procurar e manter laços sociais profundos, positivos e de recompensa, pois, além da necessidade de estar inserido em um grupo, é preciso que haja qualidade nos laços estabelecidos com os outros, e o sentimento de ser aceito (GASTAL; PILATI, 2016). O sentimento de afiliação é uma das necessidades sociais, estudadas pelo psicólogo Abraham Maslow (1970), para responder o porquê de as pessoas terem necessidades específicas em determinados momentos, buscando manter suas relações interpessoais em harmonia quando participam de um grupo ou um clube e recebem carinho e afeto da família, amigos e pessoas do sexo oposto. Em sua teoria da motivação, Maslow (1970) distribuiu as necessidades humanas numa hierarquia por ele denominada de

hierarquia dos motivos humanos, arranjadas em ordem decrescente de urgência: 1. Fisiológicas, 2. Segurança; 3. Afiliação; 4. Autoestima e 5. Autorrealização. A necessidade de afiliação ou amor emerge quando as pessoas estão relativamente satisfeitas com as duas primeiras, fisiológica e de segurança, passando a necessitar de trocas afetivas, participações, associações e aceitação.

Nesse sentido, seria possível atribuir a expansão dos grupos religiosos no *campus* à ausência ou à omissão da Instituição quanto ao estabelecimento de estratégias para ocupação do tempo livre dos estudantes? Todos nós temos experiências particulares nesse sentido, quando, na juventude, os intervalos de aulas na escola eram utilizados para circular no pátio, corredores; sentar para conversar com os colegas, num aparente “não fazer nada”, como também namorar, participar de brincadeiras, atividades esportivas, jogos, entre outras. No entanto, Lopes (1997) afirma que, “Nos intervalos, conversar com os amigos é a atividade mais praticada, em íntima associação, aliás, com o falar das aulas e dos professores, um dos temas eventualmente predominantes dessas conversas” (LOPES, 1997, p. 135)¹⁶⁶. No caso do Instituto, os estudantes integrantes dos grupos escolhem a conversa com os colegas do mesmo círculo, dentro dos padrões de valores religiosos, numa organização coletiva do tempo, exercitando a sociabilidade grupal. Motivados para utilizar o tempo livre participando dos grupos, em diferentes momentos das entrevistas, consideraram haver o fortalecimento dos vínculos de amizade, por meio do sentimento de pertença “[...] porque você também cria muitos vínculos de amizade. Eu até hoje tenho muito vínculo de amizade, tanto da ABS, como do JOTEC, e da minha antiga Célula, ainda falo com todos, tenho um bom relacionamento” (LÍDER CÉLULA A, 2017). A experiência de sociabilidade dessa líder na Célula foi apresentada da seguinte forma:

[...], minha Célula tinha de todo tipo: tinha pessoas que ia que nem acreditavam, tinha pessoas que eram de todas as religiões, eu particularmente consigo me relacionar com todo tipo de pessoas e de crença e eu sempre incentivei a eles a serem assim né, os que tavam na minha, debaixo da minha liderança, a serem assim, amar a todos, [...] tá todo mundo junto (LÍDER CÉLULA A, 2017).

¹⁶⁶ Licenciado em Sociologia (1992), Mestre em Ciências Sociais (1995) e Doutor em Sociologia (1999); Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Instituto de Sociologia. Vice-presidente (2012-2016) e presidente (2016-2018) da Associação Portuguesa de Sociologia. Foi coordenador científico do Instituto de Sociologia da FLUP entre 2002 e 2010, e diretor da Revista Sociologia entre 2009 e 2013.

Assim como nos outros grupos, esses vínculos também auxiliavam os frequentadores da Célula A, no enfrentamento de situações difíceis na vida pessoal, pois

Muitas vezes tinha pessoas que vinham, Ah! tô com problema, depois da Célula, ou depois do JOTEC, também a gente pergunta: Você precisa de uma oração? Com o tempo, as pessoas começam a se abrir, pegar mais intimidade. Então, falava: Ah! tô com problema disso, tô triste, tô com problema de ansiedade, eu tô preocupado, até com nota, ou por coisas de casa mesmo. Acredito que ajuda bastante (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Como é possível perceber, a assistência aos participantes continua após a reunião da Célula, interpretada pela líder como um momento em que os sentimentos presentes na relação entre líderes e liderados podem ser potencializados por meio do cuidado intrinsecamente relacionado com a empatia e processos de identificação e confiança, que possibilitam aproximações à associação religiosa. A experiência da ex-presidente do Movimento da ABU em João Pessoa é uma demonstração desse cuidado com o participante, uma atitude que cria vínculos de amizade e uma rede de relacionamentos, envolvendo, inclusive, seus ex-integrantes.

[...]. Isso já aconteceu várias vezes, inclusive nos grupos, nas reuniões do grupo base, isso acontece muito, de chegar e dizer: Oh, tô com um aluno que tá passando por isso, isso, isso, de que forma você pode nos ajudar? E aí, é, nós temos profissionais, que eram universitários e se formaram e aí auxiliam de alguma forma. Questão, vou dar um exemplo: questão financeira, já aconteceu muitas vezes de [...] muitas vezes não, sempre pra ir pros treinamentos, tipo os estudantes muitas vezes não têm como [...] Ah! O treinamento, ele é em Maceió, os estudantes não têm como custear, aí eles acabam conseguindo metade do valor e os profissionais bancam o restante. Isso aconteceu muitas vezes comigo, frequentemente assim, desde que eu entrei assim, isso acontece muito comigo (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Em diferentes situações e na maioria dos grupos, algum tipo de auxílio é prestado aos participantes. No entanto, tal atitude pode estar produzindo um efeito de acomodação e conformismo, pois, em muitos casos, os encaminhamentos deveriam acontecer por meio dos múltiplos setores institucionais ligados diretamente ao ensino, bem como mediante as políticas públicas educacionais.

Apesar de não haver acompanhamento acadêmico aos participantes do Movimento ABU em João Pessoa, percebe-se toda uma disponibilidade para auxiliar em outras esferas, como, por exemplo, a financeira, um suporte capaz de proporcionar outro tipo de aprendizado aos seus membros, nas viagens interestaduais, conhecendo outras cidades e culturas. Embora a

ABU João Pessoa não faça acompanhamento acadêmico, como acontece no JOTEC, “[...] existem grupos, porque a ABU existe em todo Brasil, fora também, enfim [...]. Existem grupos que eu já pude presenciar, que tem esse acompanhamento. Infelizmente aqui, no nosso grupo de João Pessoa a gente não tem esse hábito” (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

O Movimento ABU em João Pessoa não realiza acompanhamento acadêmico aos participantes dos Núcleos, mas presta auxílio aos estudantes com as mais diferentes dificuldades, recorrendo a ex-integrantes que já são profissionais e que prontamente atendem as suas solicitações. A participação na ABU também parece ser um diferencial na formação do estudante, em que a experiência religiosa evoca os valores éticos que irão nortear as práticas educacionais, chamando a atenção para os seus direitos e deveres.

[...] pessoas que não estão bem academicamente, inclusive eu já tive um período que eu não estava bem, não estava conseguindo auxiliar, tipo ABU e atividades acadêmicas, atividades da ABU e atividades acadêmicas, e aí eu tive que sentar e dividir, ver as prioridades direitinho, e consegui. E aí eu consegui né, de fato. [...]. Quando eu tava com uma disciplina muito pesada, focava na disciplina e deixava a ABU. Ai, focava na ABU e deixava a disciplina, era geralmente assim, mas ainda bem que eu terminei o curso com essa noção assim: que eu tenho que dosar as coisas (EX- PRESIDENTE ABU, JOÃO PESSOA, 2017).

Essa é uma situação bastante comum entre os jovens, pois, chegando ao ensino médio ou superior, têm dificuldades para conciliar as atividades acadêmicas com as mais variadas formas de utilizar seu tempo com tantas outras que agora fazem parte do seu cotidiano, como a arte, o namoro, o grêmio/centro acadêmico, grupo religioso, entre outros. Assim, as lideranças desses grupos dedicam boa parte do seu tempo na preparação de material para as reuniões, participam de reuniões na sede da ABU, como também de encontros em nível regional e nacional.

O trabalho realizado pelo Núcleo da ABU no *campus* parece atender às dificuldades de ordem emocional dos seus frequentadores, o que, na percepção da sua líder, acontece mediante os estudos e discussões realizados em suas reuniões, justificando, assim, a ausência de solicitação nesse sentido:

[...]. Até agora nenhum estudante chegou pra mim, pedir ajudas específicas assim, mas acho que nos próprios estudos quando a gente aborda a questão dificuldade na vida, quando a gente aborda questão de problemas que a gente não consegue solucionar, ou quando a gente aborda temas que são do nosso cotidiano, isso acaba sendo resolvido no próprio estudo, né? A gente já vai propondo soluções pra isso, a partir dos textos (LIDER ABU, 2017).

Por outro lado, e diferentemente do Núcleo da ABU, os grupos de Célula no *campus* oferecem aos seus integrantes diferentes tipos de acompanhamento, entre eles, o emocional, que acontece de forma sistemática e institucionalizada com apoio da ISNT, como informou a líder do grupo C:

Tem uma ajuda em todas as áreas, inclusive até com os pais, entendeu? Pronto, a gente vai na casa dos familiares, a gente conhece os pais, porque se torna bem mais fácil. O pai ele pede ajuda, as vezes ele não fala: Oh! Meu filho não me escuta mais não conversa aí com ele, entendeu? Porque ele te escuta, entendeu? Existe isso também. Existem pais que também são ajudados pelo líder, entendeu? As vezes o pai pede ajuda ao líder, ele também precisa de ajuda (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Nesse caso, o apoio oferecido aos participantes dos grupos é estendido às suas famílias, que, via de regra, têm dificuldades em lidar com as questões da juventude, inclusive, com sua religiosidade. A líder do grupo de Célula D apresentou uma experiência relacionada ao apoio emocional oferecido por ela a uma integrante da sua Célula (que já participava de uma Igreja) e engravidou, embora fosse solteira, gerando conflito.

[...] ela já era de lá, tinha, ela já era membro de uma Igreja, só que ela participa da Célula, e aí a gente criou esse vínculo, aí ela fez algumas coisas lá, tipo: ela engravidou e tava com o rapaz, aí ela tava na [...] se sentindo excluída, aí ela chegou, me aproximei dela, aí falei pra ela de acordo com a Bíblia, o que deveria ser feito, e guiei ela, aí ela foi casou e tal, fez tudo certinho, de acordo com a Palavra e aí eu fiquei dando assistência a ela, porque é muito difícil, né? Esses momentos, quando você recebe isso. Não, vamo lá! Conte comigo!; quer alguém pra conversar? Vamos conversar. Acontece muito, por exemplo delas terem problemas no casamento, aí eu falo pra elas, e tal. E, como eu já sou casada, aí eu tenho aquela coisa, nè? Tipo: Eu sei como é difícil, mas vamos continuar. Então acredito que isso é um grande suporte e uma coisa bem interessante de falar, é que a gente faz o aniversário delas, elas se emocionam, é muito legal (LÍDER CÉLULA D, 2017).

Para entender a natureza desse conflito e como ele tem implicações na fachada pessoal, busquei, nos estudos de Goffman (2011), esclarecimentos para a compreensão dessa temática. Para esse autor,

A fachada pessoal e a fachada dos outros são constructos da mesma ordem; são as regras do grupo e a definição da situação que determinam quantos sentimentos devemos ter pela fachada e como esses sentimentos devem ser distribuídos pelas fachadas envolvidas.[...] Podemos dizer que uma pessoa *tem*, *está com* ou *mantém* a fachada quando a linha que ela efetivamente assume apresenta uma imagem dela que é internamente consistente, que é

apoiada por juízos e evidências comunicadas por outros participantes, e que é confirmada por evidências comunicadas por agências impessoais na situação (GOFFMAN, 2011, p. 14-15).

O acolhimento e a orientação da líder a fim de que a participante seguisse os postulados bíblicos foram fundamentais para que ela recuperasse a fachada¹⁶⁷, ameaçada, naquele momento, diante da família, do grupo social, bem como da comunidade religiosa a que pertencia, implicando uma possível perda da fachada, mas, a partir da atitude da líder, a participante, na perspectiva de Goffman (2011), conseguiu catexizar¹⁶⁸ sua fachada e seus sentimentos, decidindo pelo casamento. No caso apresentado acima, a gravidez também poderia levar a estigmatização da pessoa na igreja à qual pertence, podendo vir a ter sentimentos de vergonha, como ainda provocar discriminação em seu meio familiar e social, pois

[...] os padrões que ele incorporou da sociedade maior tomam-no intimamente susceptível ao que os outros vêm como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele (GOFFMAN, 1998, p.17).

A construção da imagem acontece sempre à revelia do sujeito, pois, toda vez que interage com outras pessoas, assume um tipo de conduta ou um determinado “padrão de atos verbais e não verbais”. Com isso, projeta de si mesmo uma determinada imagem ou face, mesmo de forma inconsciente, e essa relação do sujeito com a face é de natureza emocional. Dessa maneira, a face é uma construção ou efeito da interação, que se identifica com nosso eu, o que explicaria a vergonha na concepção de Goffman (2011), como uma emoção invisibilizada e estigmatizada, presente na interação entre a emoção e a construção de sociabilidades. Para Goffman (2011), a elaboração da face faz parte da cultura da interação social e está presente em toda e qualquer forma de sociabilidade. As formas de organização da face em interação

¹⁶⁷ A fachada é definida por Goffman “como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma” (GOFFMAN, 2011, p.13-14).

¹⁶⁸ Concentração de energia psíquica num dado objeto. Investimento da energia psíquica de uma pulsão numa representação mental consciente ou inconsciente, como um conceito, ideia, imagem, fantasia ou símbolo. Disponível em: <https://freud2009.wordpress.com/catexia/>. Acesso em 15/07/2018.

mudam, contudo, de cultura a cultura, por seguir ou acompanhar todo um conjunto de valores, normas e regras estipuladas socialmente e ao alcance dos indivíduos em interação.

Na ABU, além das questões acadêmicas, a sociabilidade nos grupos também faz parte das preocupações das lideranças, que investem em discussões de temas do cotidiano, como dor, medo, liberdade, racismo e generosidade, escolhidos pela líder, utilizando diferentes metodologias para dinamizar essas reuniões.

Essa interligação, né? Essa ponte, justamente. É, nos estudos que a gente traz, a gente sempre tenta trazer, temas que são da convivência do estudante. A gente não vai tá discutindo aqui teorias teológicas, a gente não vai tá discutindo que caminho da teologia a gente vai seguir, a gente discute coisas do nosso cotidiano, tanto é que a gente sempre traz ilustrações, músicas, coisas que não são necessariamente cristãs, músicas que não são necessariamente do meio gospel, mas que fazem a gente refletir de certa forma e que tem relação com alguns textos bíblicos, né? Pra gente poder fazer essa reflexão (LIDER ABU, 2017).

Cabe destacar que o Núcleo da ABU no *campus* evita discutir temas teológicos em suas reuniões, optando por trazer aqueles que abordem questões do cotidiano, utilizando, para isso, uma metodologia lúdica e criativa, que vem ao encontro dos interesses e necessidades biopsicossociais e afetivas desse público.

O grupo Metanoia também fez referência à sociabilidade dos estudantes, como uma dimensão que acompanha as questões acadêmicas, auxiliando no desenvolvimento de habilidades relacionais, defendendo, assim como os demais, a importância de manter a fachada do cristão. Já os grupos de Célula agenciados pela ISNT recebem, no treinamento do Instituto de Vencedores, orientações sobre a necessidade de ser modelo na vida pessoal e religiosa. Numa outra direção, a líder do Metanoia acredita que o convívio com outras pessoas promove a sociabilidade e um crescimento pessoal que inclui o respeito à diversidade. O desenvolvimento da sociabilidade é destacado por ela como fundamental para os estudantes e que ser um “bom aluno” faz parte dos princípios cristãos. O ser humano, a todo momento, assume posicionamentos, de acordo com seus valores, crenças e ideologias, o que Weber chamou de ética da responsabilidade, significando assumir as consequências das novas decisões, e “essas consequências são imputáveis à minha própria ação” (WEBER, 2003, p. 113-114). Dessa forma, ser cristão, ético e “bom aluno” seriam a mesma coisa.

O acompanhamento que eu tenho, nesse pouco trajeto que a gente geralmente tem, porque o Metanoia começou não faz muito tempo, eu acredito que não o

rendimento escolar em si, mas no social, no convívio mesmo com outras pessoas, no lidar com opiniões diferentes, saber respeitar, eu acho que tá mais pra esse lado, não o ensino: matemática, português. No JOTEC, eu já não tenho muito como saber, mas acredito que sim, porque os princípios cristãos em si mostram que a gente tem que ser um bom aluno, eu acredito que provavelmente sim (LÍDER METANOIA, 2017).

Os grupos religiosos estruturam sua pauta em questões da educação quanto ao rendimento escolar e na construção da sociabilidade. A líder de Célula do grupo A apresentou uma maior preocupação em relação à situação emocional dos colegas, demonstrando ser essa uma das motivações dentro do grupo, além dos vínculos de amizade e dos valores éticos e morais implícitos na fachada do “bom aluno”.

A maior motivação é ver que as vezes tem pessoas que estão tristes, estão desanimados, estão precisando de apoio, até de amizade mesmo. Mas mostrar a elas que tem um novo caminho, que existe Cristo, que Ele pode lhe ajudar em todas as áreas, não só espiritualmente, mas em todas, porque pra nós, a bíblia é completa. Então, numa Instituição pelo menos nós assim, quando eu era da Sara principalmente, a gente levava muito a sério ser um bom aluno, ter uma ótima conduta moral e ética, mas está tudo interligado, não basta ter essa conduta, mas tem que ser um bom aluno. Então eu acho que tem tudo a ver com isso [...] (LÍDER CÉLULA A, 2017).

Essa líder reafirmou, nesse momento, a valorização da formação acadêmica pela ISNT (embora já não faça mais parte da Igreja) e que seus frequentadores são estimulados todo o tempo a apresentar um comprometimento com seu rendimento escolar, mudança que ela atribui à necessidade de desenvolvimento de uma conduta moral cristã.

[...]. Porque, como eu disse: pra gente, o cristão em si, e o que a gente tenta passar é que ele tem que se desenvolver em todas as áreas: emocionais, espirituais, e também na questão profissional, de estudo. Na Igreja, pelo menos na Sara, era altamente incentivado os líderes sempre procuravam: Olha, vamos estudar, olha; você tem que tirar boas notas; você tem que mostrar que você é cristão também nisso, de ser um bom aluno, de respeitar o professor (LÍDER CÉLULA A, 2017).

A Igreja, por intermédio dos seus pastores, deixa explícito que busca atender às várias dimensões do ser humano, enfatizando a dimensão acadêmica como moeda para sua ascensão social. Nesse sentido, os líderes de Célula utilizam a expressão “bom aluno”, de forma

recorrente, o que pode ser entendido, na perspectiva de Goffman (2011), como uma necessidade de manter a sua fachada.

Uma regra de conduta pode ser definida como um guia para a ação, recomendada não porque ela é agradável, barata ou eficiente, mas porque é apropriada ou justa. [...]. As regras de conduta impregnam todas as áreas de atividade e são mantidas em nome e honra de quase tudo. [...] A ligação a regras leva a uma constância e padronização do comportamento; ainda que não seja a única fonte de regularidade nas atividades humanas, ela certamente é importante (GOFFMAN, 2011, p. 52-53).

Essas regras têm um papel importante na escola, para o estabelecimento das relações entre os agentes que ocupam posições hierárquicas iguais e/ou desiguais nas mais diferentes situações, como está explícito na fala da integrante da Célula D, que demonstrou preocupação relacionada à conduta dos colegas de trabalho que não participam do grupo, revelando, ainda, preconceito quanto ao seu modo de vida, ressaltando diferentes comportamentos sociais que, na sua opinião, poderiam ser modificados, caso houvesse por eles uma adesão ao grupo, pois

[...] muitos gostam de beber, que trabalham com a gente, gosta da prostituição, da farra, e eles quando vai escutar uma Palavra daquela, a Palavra liberta, ela conforta a gente. Que tem aquilo que a gente tem que deixar algo, e eles não quer, então eles já sai [...] (INTEGRANTE A, CÉLULA D).

Como é possível perceber, a afirmação de que o grupo promove transformações na vida das pessoas não é regra, pois, na percepção dessa integrante, algumas delas ainda são refratárias a esse tipo de grupo, como também ao ato de professar alguma religião. De acordo com Simmel (2011), a sociedade, de forma geral, significa interação entre indivíduos, mas

Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou de busca de certas finalidades. Instintos eróticos, interesses, objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, ajuda, doutrinação e inúmeros outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, com o outro e contra o outro, em um estado de correlação com os outros (SIMMEL, 2011, p. 59-60).

Essa concepção parece apontar uma possível explicação para o fato de que o grupo por si só não possibilita a interação, pois esta requer convívio de correlação com os outros. Por

outro lado, a participação nos grupos pode trazer alguns ganhos que foram apresentados pelos estudantes integrantes dos mesmos, destacando aqui alguns deles, como:

[...] de você reafirmar sua fé, seguir um caminho firme né? É, ter mais segurança, [...], é, acho que é mais nesse sentido, tipo a parte de como você viver assim com pessoas que tipo, são mais próximas de você nesse sentido, né? Mas que você tenha um porto seguro ali, né? [...] você acaba meio ficando mais próximo, né? Se tá passando por algum problema, você fala com essas pessoas né? Cria esse meio, essa forma de comunidade, esse tipo de coisa. Além disso, aliado a tudo que eu falei anteriormente, acho que esses são os ganhos que a gente tem. [...]. Eu ganho também, que eu acho que assim, até mesmo dentro do segmento evangélico, tem várias pessoas, tem vários tipos de mentalidades diferentes, né? Então a gente ganha até nesse conhecimento de causa, né? De conhecer coisas diferentes, porque nem todas as Igrejas evangélicas são iguais, nem todas as comunidades são iguais, até no JOTEC a gente consegue, ter essa visão mais plural (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Assim, fazem parte dos ganhos: reafirmação da fé; segurança; superação de situações difíceis; sociabilidade; conhecimento de diferentes pessoas dentro e fora da Igreja. A outra integrante destacou ainda: “Sem falar que você tem contato com pessoas de outros cursos, que você não teria se, se não tivesse lá” (INTEGRANTE METANOIA, 2018), ou seja, os grupos são uma oportunidade para ampliar a sociabilidade dos estudantes, nos diferentes níveis de ensino no *campus*. Nesse sentido, as duas integrantes da Célula D têm opiniões semelhantes à dos outros estudantes, integrantes dos grupos:

Eu a mesma coisa perto deles, que ganhei assim, mais pessoas de mesma fé, amigas, porque tipo assim, quando você tem um grupo desse, que tem pessoas que pensam igual a você, [...], que você ganhou colegas, pessoas que têm como conversar, que sai coisas sábia, sadias, eu vejo assim, ganhei mais. Porque quando você entra num lugar que só tem você se sente diferente, só você, é muito ruim de conviver ali. Você diz: Oxente! tô no lugar errado, que é que eu tô fazendo aqui? Um peixe fora d'água. E quando você participa desse grupo, que as pessoas começam a debater, a falar a mesma língua que você, ter os mesmo¹⁶⁹ pensamento, a mesma visão, é muito bom (INTEGRANTE A, CÉLULA D).

Poder compartilhar experiências com pessoas da mesma fé traz o sentimento de pertença, auxiliando na convivência com os colegas de trabalho:

¹⁶⁹ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

Você ter contato com pessoas que professam a mesma fé que a pessoa, né? E aquela, aquela amizade vai crescendo, aquela forma de orar todos os dias, move também a mão de Deus. Deus começa a mandar pessoas pra aqueles lugares. Pessoas cristãos, né? E isso é muito bom, porque no meio que a gente vive, nesse mundo, mesmo aqui dentro da escola com pessoas que a gente sabe que tem pessoas de todo tipo, né? Então é muito bom a gente conviver também com pessoas cristãos, professam a mesma fé, que tem o amor em Cristo, que isso faz a diferença até mesmo assim na convivência, de eu que sou funcionária com os alunos aqui. Porque tem alunos aqui evangélicos, eu já conheci, pessoas maravilhosas, que estudam aqui, que todo dia de manhã: - Oi bom dia! Me beija, me abraça, sabe? Me respeita muito, e, é aquele círculo de amizade com essas alunas (INTEGRANTE B, CÉLULA D).

Como foi possível perceber, os integrantes dos grupos, destacaram a importância da sociabilidade dentro dos grupos, bem como da convivência com pessoas que professam a mesma fé. No entanto, a fala dessa integrante chama a atenção em relação a sua compreensão de que há uma influência do sagrado no *campus*, que atrairia para esse espaço pessoas religiosas e de que há, da sua parte, uma aproximação com as estudantes evangélicas do *campus*. Esses são os ganhos apresentados pelos participantes desses grupos.

A escola é dotada de diferentes sentidos, entre eles, a sociabilidade, aqui materializada nos grupos religiosos, que transformam os espaços físicos da Instituição em espaços sociais, culturais e religiosos, onde se realizam reuniões que incluem, além dos postulados cristãos, um código moral de condutas aceitas socialmente, em perfeita consonância com o pensamento da Instituição, a qual tem os grupos como parceiros do processo educativo.

4.1.1 Os grupos religiosos, na visão dos estudantes não participantes

Os estudantes que não participam dos grupos religiosos contribuíram para a apreensão de uma visão distanciada da vivência de tais círculos, mas também sobre os colegas participantes, seja por terem uma proximidade com eles na convivência em sala de aula, bem como pelo encontro cotidiano com esses agrupamentos nas áreas de convivência do *campus*. Como a participação majoritária nos grupos religiosos é de estudantes do ETIM, os estudantes escolhidos para serem entrevistados estão matriculados nesses cursos, sendo um para habilitação em Eletrotécnica e o outro, em Edificações.

O estudante que chamarei de A cursa o 2º ano do ETIM, habilitação em Eletrotécnica, além de um curso de francês na Extensão, possuindo, assim, um considerável volume de atividades, refletindo em sua presença constante na Instituição. Considera-se cristão evangélico,

mas por ser esta a religião adotada por sua família. Já presenciou reuniões desses grupos: “Eu já vi, me chamou atenção, mas eu pensei mais no decorrer muito apertado do meu dia, deixei só no pensamento” (ESTUDANTE A, 2017), justificando sua não participação, por causa do volume de atividades acadêmicas. Alguns dos seus colegas de sala participam do JOTEC, que, no início do ano letivo, passou na sua sala convidando para suas reuniões, mas, mesmo assim, sentiu-se não estimulado a participar do grupo.

A gente pensa no que eles querem chegar é, eu acho que o intuito dessas reuniões é reunir as pessoas que já são daquele determinado grupo religioso e outras pessoas que não são, serem atraídas e irem, pra eu acho que pra ter algum tipo de confraternização, ou ensinamentos sobre a doutrina, alguma coisa assim (ESTUDANTE A, 2017).

A dúvida quanto aos objetivos do grupo parece ter desestimulado o estudante na sua procura, além de pensar que ele está direcionado apenas àqueles que têm o mesmo credo. Para ele, os participantes do grupo não sofrem estigmatização e possuem um excelente relacionamento interpessoal, mas poderiam ser melhores no rendimento acadêmico, mesmo que, na sua opinião, um bom desempenho não tenha relação com a participação em círculos dessa natureza. Nessa perspectiva, o fato de pertencer a um grupo religioso parece exigir dos seus participantes uma excelência tanto nos relacionamentos como nas atividades escolares.

[...]. Em relação com os outros, eles são, bem, são excelentes. Em relação acadêmico, não são tanto quanto poderia ser. Porque, eu mesmo, eu me esforço bastante, e não tenho a concepção de que quando uma pessoa pertencer a um grupo religioso, ou uma determinada crença, ela vai ter uma diminuição mental, uma redundância a minha pessoa ou alguém, porque a gente, todo mundo tem a sua capacidade, mas as vezes eu acho que eles não se esforçam tanto [...]. Mas, a maioria que eu conheço, se esforça. [...] Mas eu acho que eles poderiam se esforçar mais, em sentido de obter, é, notas melhores (ESTUDANTE A, 2017).

No final da sua fala, ele nega o esforço dos colegas nas atividades acadêmicas, mas depois confirma que a maioria se esforça, embora pudessem ser melhores. Quanto ao fraco rendimento acadêmico, ele se pronuncia: “Eu acho que não atribui pra, ao seu conceito religioso, porque eu conheço gente, a gente conhece, gente que não participa desses grupos e tem notas piores, também. Então, eu acho que isso é de cada pessoa” (ESTUDANTE A, 2017).

Dessa maneira, o bom desempenho escolar independeria de pertencer, ou não, a um grupo religioso.

Um outro olhar sobre a questão em pauta foi apresentado pelo estudante B, um dos líderes do Grêmio Estudantil, cursando o 3º ano do ETIM, com habilitação em Edificações. Mesmo estudando na Instituição há três anos, só conhece o JOTEC, o que pode ser atribuído à regularidade das suas reuniões, no mesmo local do pátio/área de convivência, nos horários de intervalos dos dois turnos de aulas.

Eu vejo muito ali no pátio, é um grupo em maioria cristã, que não se diz nem católico, nem evangélico, e nenhuma vertente cristã, a maioria é cristã apenas. Religião cristã nenhuma, não se liga a nenhuma vertente cristã. Assim, não se fixa em nenhuma vertente, abrange a todos os estudantes (ESTUDANTE B, 2017).

O fato de o JOTEC realizar suas reuniões no pátio/área de convivência há décadas parece favorecer sua visibilidade, diferentemente dos outros que optam por lugares mais discretos. Embora o grupo tenha visibilidade, seus objetivos e denominações religiosas são desconhecidos por esse estudante B, que acredita ser uma reunião apenas de cristãos. Os dois estudantes só têm conhecimento a respeito do JOTEC, e nenhum sobre a existência dos outros grupos existentes no *campus*, o que inviabilizou as outras questões de pesquisa.

4.1.2. Os grupos religiosos, na visão dos professores

Considerando que alguns diretores da Instituição também desempenharam a função de professor, entendi ser necessário incluir a visão deles, junto à de outros professores, na intenção de ampliar a compreensão sobre a presença dos grupos religiosos no *campus*. Assim, apresentarei a visão desses ex-diretores, além daqueles professores mais antigos e dos atuais, observando a ordem cronológica das gestões e da atuação desses profissionais. Além desses entrevistados, apresento também a visão que alguns líderes e estudantes têm sobre a postura dos educadores com relação à presença dos grupos na Instituição.

A ex-professora Linalda, que teve, na Instituição, uma larga experiência relacionada às questões religiosas dentro e fora da sala de aula, não se lembrou da existência dos grupos religiosos em sua época de professora, mas afirmou que havia poucos estudantes evangélicos que se posicionavam como tal:

[...]. Eu sei que havia, que eles, mas não, não me lembro bem. [...]. Eu sei que eu tinha, alunos, alunos protestantes, não é? Me lembro que tinha adventista,

que tinha o caso do sábado, né? [...]. Mas eram muito, eram muito poucos, pelo menos que se manifestavam (LINALDA, 2017).

Nesse contexto, considero importante destacar que o pequeno número de estudantes evangélicos que foi lembrado pela professora Linalda talvez estivesse restrito aos pequenos grupos religiosos identificados por alguns ex-estudantes daquele período, como forma de manifestação e agrupamento frente ao *habitus* institucional católico, como indica a pesquisa, repercutindo numa presença majoritária de estudantes católicos que se identificavam com as práticas religiosas realizadas nesse ambiente. Quanto ao ex-professor Munguba, não se lembrou da existência de grupos religiosos na época em que foi professor da Escola, afirmando que.

Não, no meu tempo, eu não lembro de ter, embora existisse na universidade. Tinha um que chama ABU ... na secundarista tinha ABS ..., de secundarista. Eu tinha adolescentes na minha Igreja, e jovens que participavam dessas duas entidades em escolas estaduais ou escolas até particulares quando é permitido, mas eu não lembro de ter esse grupo lá na Escola Técnica, é a linguagem daquele tempo né? Enquanto eu estava lá (MUNGUBA, 2017).

Como pode ser observado nessa fala do ex-professor e pastor Munguba, a concepção de escola laica sempre foi mal compreendida, pois, pelo menos, há cinquenta anos, os Movimentos Religiosos atuam nas escolas públicas e particulares de níveis médio e superior do Estado da Paraíba, como informado por ele sobre a presença da ABS, que já tinha seus Núcleos instalados nas escolas secundaristas, e da ABU, no ambiente universitário. No entanto, considerou:

Eu acho altamente positivo. Por quê? A gente que, eu como sou pastor, tenho muitos jovens na Igreja e a gente vê que muitas vezes o jovem entra na universidade, e de repente começa a ser influenciado por ideias ou ideologias contrárias daqui há pouco esfria na fé, esmorece, até se afasta. E o propósito desse grupo é manter a chama acesa, é reunir os que são da mesma fé, e estudar a bíblia, compartilhar, é [...] ajudá-los a caminhar juntos e eventualmente, quem quiser, quem não é da mesma fé mas se quiser participar, também é convidado a participar, uma forma de também estudar a bíblia. Então, eu acho muito positivo, a existência desses grupos na universidade, na escola, porque como eu disse, ajuda a manter mais viva a presença digamos do cristão, dentro da universidade ou dentro da escola (MUNGUBA, 2017).

A expressão “esfria” quando entra na universidade também foi utilizada pela liderança de um dos grupos, mencionada, anteriormente, como uma preocupação com o ingresso do estudante no mundo acadêmico, e um possível afastamento da religião. Mas essa preocupação

de alguns parece estar distante de acontecer no IFPB, pois, já no final dos anos 1960, o ex-professor Guilherme Marcone, conheceu esses grupos na Instituição:

Na realidade, o grupo inicial que tinha dentro da Instituição, Escola Técnica, fosse um grupo religioso, um grupo católico, ou melhor, era um grupo evangélico, era o que mais a gente via lá. Como eu não tinha participação direta com eles, eu não tenho assim noção de frequência de reuniões, mas sempre passava num canto, tinha aquele grupo sentado, conversando, fazendo as atividades deles (GUILHERME MARCONE, 2016).

Lembrou que o horário dessas reuniões correspondia aos intervalos de aula, algumas vezes até nos dois turnos, pois, na época da Escola Técnica, os estudantes tinham um regime de aulas em tempo integral, mas o grupo também podia ser visto no horário do almoço. Quando já era professor da Escola, disse haver um grupo de estudantes mórmons¹⁷⁰, seguindo a mesma estrutura de organização do círculo evangélico, observado em seu tempo de estudante, porém parecia ser mais reservado, correspondendo à informação do professor Almiro. O grupo tinha liderança feminina de duas irmãs, estudantes do curso Técnico de Edificações.

O grupo mais recente que teve, mais recente que eu digo, considerando esse evangélico que eu tô falando agora, não é tão recente assim, é um de mórmons. Assim que começou, chegou aqui no Brasil a Igreja dos mórmons, eu tive três, quatro alunos que eram mórmons. Frequentavam a Igreja dos mórmons, e eu via elas sempre reunidas conversando, até porque é uma Igreja nova em nosso estado e no Brasil, querendo arregimentar mais frequentadores para a Igreja e tinha esse grupo dos mórmons (GUILHERME MARCONE, 2016).

Essa fala do professor Guilherme remete ao agenciamento dos grupos religiosos pelos mórmons já naquela época, e a reunião deles também chamava a atenção. Para esse professor, a presença dos grupos oferece uma contribuição à formação geral do estudante, concepção que ainda permanece vigente na visão dos atuais gestores do *campus*.

Com certeza contribui. Eu acredito que a pessoa que tenha, que participe de um grupo desse de oração, grupo de... religioso seja qual, qual religião que seja: evangélica, católica, espírita, enquanto eles tão imbuídos de um ... lógico

¹⁷⁰ A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, mais conhecida como Igreja Mórmon, foi fundada nos Estados Unidos em 1823 há menos de duzentos anos atrás por Joseph Smith. Trata-se de uma igreja de fundamentação cristã com características restauracionistas. No cotidiano, são muito severos, metódicos, regrados e disciplinados, características que na opinião dos estudiosos, atraem muita gente. Enfatizam a convivência familiar, e dedicam uma obra de 346 páginas à orientação dos seus fiéis nesse tema. Para eles os matrimônios são eternos, vencendo inclusive a morte. Evangelizadores por natureza, sendo muito bem preparados nesse sentido. Disponível em: www.infoescola.com/religiao/mormons/ Acesso em: 06/03/2017.

que, ... com sentimentos, né? Então, as pessoas que ficam mais concentradas, isso contribui dentro de sua formação de um modo geral: formação pessoal, como formação acadêmica (GUILHERME MARCONE, 2016).

A relação entre a escola pública e a religião em nosso país sempre foi controvertida tanto que ainda existem dificuldades nesse sentido para distinguir aspectos da vida privada de aspectos do âmbito público, em que os profissionais da educação demonstram dúvidas e equívocos relacionados aos princípios de laicidade.

O primeiro ex-diretor a exercer a função de professor foi Espedito, que explicou a criação dos grupos religiosos pelos estudantes, de duas formas distintas: a primeira, pelo aspecto da religiosidade, enquanto fenômeno universal, que encontrou no ambiente escolar as condições necessárias para uma vivência religiosa, e a segunda, como sendo arquivos de memórias.

[...] um fenômeno universal, mas é individual de cada pessoa, como os seres procuram os seus semelhantes, [...] então a sua religiosidade vai procurar a religiosidade de outrem que combine com a sua. Por isso que na Escola Técnica, apareceram diversos grupos, com tendências diferentes, com religiosidade, católica, evangélica. Então, justamente a confluência, alguém chama isso de fluido [...] (ESPEDITO, 2017).

Isso nós chamamos memórias. Existe essa memória, por exemplo: lá, no nosso tempo, antes de eu chegar lá talvez já tivesse algum grupinho, ou já tinha algum grupinho se formando lá e essas coisas vão se repetindo. Chegou novatos, novos na escola e sentem aquele ambiente onde o cabe também, num momento dado, aí ele vai pra lá, normalmente chega acanhado como ouvinte, depois ele vai fazendo amizade, porque amizade a gente faz no contato, primeiro de tudo o contato, depois do contato a gente vai [...] aí a gente começa a conversar, então isso é que chamou o contato, e esse contato é que a gente vai se revelando um ao outro [...]. As afinidades, a dita religiosidade que existe em todo canto vai procurando as infiltrações onde cabe cada um [...] (ESPEDITO, 2017).

Esses comentários parecem indicar uma naturalidade na criação de grupos religiosos, considerada como resultado de afinidades religiosas e oferecendo suporte à construção de vínculos de amizade, com ênfase na importância do acolhimento, do sentimento de pertença e identidade grupal, estabelecidos nesses grupos sociais desenvolvidos a partir do contato contínuo determinado entre seus integrantes. Dessa forma, as presenças dos grupos seriam a naturalização da religião, enquanto fenômeno social vivenciado pelos estudantes no ambiente escolar.

O ex-diretor e professor na sequência foi o professor Almiro, que se lembrou da existência dos grupos de estudantes maçons, identificados como os primeiros dessa natureza na Instituição, mas informou desconhecer a existência desses mesmos grupos no período em que foi Diretor Geral. Informou também jamais ter sido informado a esse respeito. Por esse motivo, afirmou:

Eu até, justamente, mostrei minha surpresa quando você falou porque nunca identifiquei. Eu sabia que tinha grupos maçons¹⁷¹, mas também maçom não é necessariamente religioso, não é? Pessoas maçons, mas que se reuniam aqui na Instituição. Eu nunca tive conhecimento, eu tô surpreso até pelo número de grupos religiosos que você já me citou. Mas nem lembro quando diretor alguém chegou pra mim e disse: - olhe, tem um grupo que se reúne aqui, nunca ouvi falar isso, interessante. Estranhei mesmo você ter me dito isso (ALMIRO, 2016).

Os grupos religiosos de estudantes maçons foram citados por vários entrevistados, mas, como pode ser observado, o professor Almiro não reconhece a maçonaria como religião, sendo talvez o motivo que dificultou essa lembrança do tempo em que era estudante. Saber da presença ostensiva dos grupos religiosos no *campus* surpreendeu e impressionou o professor Almiro, ao ponto de apresentar, ao longo da entrevista, uma visão diferente daquela apresentada inicialmente:

Interessante! Acho isso muito válido, sabe, eu acho que é como eles têm uma visão não é cristã, e tal, e querem se encontrar pra conversar, principalmente adolescentes, é muito importante isso. Agora isso poderia ser uma coisa mais explícita, não custava nada, até, se fosse na minha época de diretor –Vamos pedir uma sala para determinada hora fazer [...] e eu concederia, não é? Não tem problema nenhum, mesmo com essa história da laicidade, laico e tal [...]. Isso é muito mais construtivo do que certas reuniões para disseminar droga (ALMIRO, 2016).

Embora haja registros de que, nessa época, ainda havia realização de cultos ecumênicos e concessão do espaço institucional para a realização de eventos religiosos, o professor Almiro, mesmo que tenha afirmado desconhecer a presença de grupos religiosos de estudantes, mostrou-se favorável a essa atividade, mesmo considerando que o Estado e a Instituição sejam de

¹⁷¹ O termo **maçom** é a versão em português do francês; maçonaria por extensão significa "**associação de pedreiros**". O termo maçonaria é de origem francesa, e significa **construção**. Os **maçons** estruturam-se e reúnem-se em células autônomas, designadas por oficinas, ateliers ou lojas, todas iguais em direitos e honras, e independentes entre si. A maçonaria é uma **sociedade universal**, cujos membros cultivam o **aclássimo, humanidade**, os princípios da **liberdade, democracia, igualdade, fraternidade** e **aperfeiçoamento intelectual**.
Disponível em: <https://www.significados.com.br/maconaria/> Acesso em 23/03/2017.

natureza laica, argumentando ser preferíveis essas reuniões àquelas cujo objetivo é o consumo de drogas, que também não têm uma política de enfrentamento, como já mencionado.

A professora Marinalva, cuja experiência com eventos religiosos na Instituição teve início em meados dos anos 1990, percebe que estudantes de denominações religiosas evangélicas, com o passar do tempo, foram se colocando no ambiente escolar de forma mais expressiva: “Então, tá assim, e eles estão cada vez mais buscando, e eles são bem, radicais, assim, bem. Bem, eles vão atrás, até conseguir, os alunos. Até conseguir convencer o outro a participar, eles são danadinhos” (MARINALVA, 2017). Nessa perspectiva, os estudantes participantes dos grupos religiosos fazem proselitismo, investindo no chamamento dos colegas de forma mais expressiva, no entanto, o incômodo da professora com esse comportamento parece ter relação com o declínio do catolicismo na Instituição.

Olha! É, tá uma onda muito grande aqui, no meu ver, tá uma onda grande de protestante, muitos alunos estão envolvidos, né? Nessa área do lado de lá, que eu sou do lado de cá, né? Eu sou Católica Apostólica Romana, e, e tenho minha fé e vivo a minha fé, mas são muitos os alunos, que estão, é, voltados, pra essa religião, pra esse novo, né? Esse novo tempo que eles falam (MARINALVA, 2017).

A forma como a professora falou sobre os evangélicos, referindo-se a serem do lado de lá, enquanto ela seria do lado de cá, mostra a dificuldade em lidar com a diversidade religiosa, despertando alguns sentimentos, como o medo do diferente, refletindo estruturas de opressão que nos atravessam como sujeitos. Essa preocupação também pode estar direcionada aos novos modelos de expansão da religião, a exemplo desses grupos, que possuem uma prática religiosa independente, sem líderes formais, extratemplo, entre outras particularidades, podendo representar um perigo no que tange a uma possível manipulação dos estudantes, bem como a valorização da religião evangélica dentro do *campus*.

O professor Neilor, atual Diretor Geral do *campus*, conhece os grupos religiosos desde que chegou para trabalhar na Instituição em 1993, a começar pelo JOTEC: “Trabalho que eles faziam muito bem, desde então, é, eles fazem, é, mas sempre tiveram alguns grupos aqui, sempre tiveram grupos de estudantes que sempre participavam” (NEILOR, 2018). É possível perceber que o diretor conhece um pouco sobre os grupos e sua atuação e considera o trabalho realizado por eles mais um canal de comunicação dentro do *campus*.

Eles, eles se reúnem por exemplo no pátio, então o grupo não é muito grande. Além das orações, eles também, é, trabalham também, digamos assim, alguns conceitos né? Próprios das leituras, enfim. É, e a gente percebe que, eu acho

que seria um, mais um canal né? Pra você socializar todo esse conhecimento (NEILOR, 2018).

Surpreende que ele considere a possibilidade de os grupos socializarem os conceitos e conhecimentos doutrinários no ambiente escolar, uma questão que não chega a ser percebida como ameaça ou competição, ficando evidente que a Instituição tem, nos grupos, um braço em seus objetivos de disciplinar, orientar e controlar os estudantes. De acordo com a professora Rosicléa, algumas demandas dos estudantes são de competência do Serviço Social da Instituição, mas que, mesmo assim, os grupos assumem esse papel. Apesar desse entendimento, ela vê a postura da Instituição frente aos grupos de forma positiva:

Eu acho bom, eu acho positivo, pelo que eu já presenciei. Os grupos se reúnem, aí eles conseguem um espaço, pra isso, né? Por exemplo, teve um grupo que conseguiu uma sala de aula, não lembro se era a sala 16, ou 17, naquele corredor ali, eles conseguiram esse espaço pra fazer. Várias vezes eu passei, né? Indo pra o laboratório, que eu tinha aula uma hora da tarde e eles estavam lá em oração. Então, eu acho isso positivo, é um espaço social do aluno, eles conseguem ter esse espaço social aqui dentro da escola. Não só vi na sala, como lá atrás da biblioteca era outro ponto de encontro deles, no pátio também, e não vi ninguém discriminando, reclamando, do barulho que eles faziam, sei que não é barulho de oração não é barulho, não cheguei a ver nada não (ROSICLÉA, 2017).

Essa professora confirmou que um dos grupos fazia reuniões em sala de aula, assim como em outros ambientes, e fez referência à inexistência de barulho nessas práticas, bem como a qualquer discriminação em relação aos participantes. Como é possível perceber, a professora já esteve com esses grupos em diferentes momentos e ambientes e entende que eles ocupam um espaço social dentro da Instituição, inclusive em sala de aula, o que, nesse caso, fere os princípios de laicidade. Se a prática religiosa dos grupos nos espaços de convivência do *campus* já é passível de questionamentos, com mais razão, o ambiente da sala de aula deve direcionar seu foco para as ações do professor e a aprendizagem dos estudantes, estando aberto ao contexto social e político, integrando atividades concretas ao seu cotidiano.

Alguns líderes apresentaram informações acerca da postura dos seus professores em relação aos grupos religiosos, que varia bastante. Assim, existem aqueles que têm um movimento de aproximação com os grupos, procuram, conversam, apoiam; outros apenas observam; outros parecem indiferentes, e alguns desconhecem. Entre aqueles que se aproximam, destacam-se alguns professores do curso superior de Design de Interiores:

[...], pelo menos os professores do meu curso, quando passam pela pracinha e vêm a gente lá, eles sempre elogiam, falam, comentam, uns dizem que é importante, mas apesar de não terem participado do núcleo efetivamente, mas eles sempre dão apoio de certa forma (LÍDER ABU, 2017).

A postura de aceitação dos grupos pelos professores do curso de Design difere da apresentada por alguns professores do ETIM, que, mesmo sem fazer menção aos grupos, na percepção da integrante do Metanoia, observam de forma preconceituosa os estudantes que professam uma religião, influenciando os outros estudantes com essa visão:

[...], acabam achando que a religião, fecha sua mente, a religião é retrograda, e eles, e acabam passando isso pra gente nas aulas, entendeu? [...] É, dão a entender, e isso é de um jeito bem explícito, eles não podem dizer isso, mas dão a entender e assim de um jeito bem explícito. E, como há muitas pessoas no IF, que têm um nível intelectual muito alto, eles acabam passando essa percepção deles pros alunos (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Essa estudante demonstrou uma preocupação em relação à influência desses professores junto aos colegas possuidores de um nível cognitivo¹⁷² elevado, pois, na sua opinião, existem muitos estudantes nessa condição, o que os colocaria em condições de influenciar de forma negativa os outros colegas, a partir dessa visão dos professores.

Embora alguns líderes tenham afirmado não haver tratamento diferenciado entre os colegas não participantes desses grupos em sala de aula, o líder geral do JOTEC relatou que já passou por situações constrangedoras com alguns professores em sala de aula, principalmente daqueles da área das ciências humanas, o que causa certa estranheza.

Existe, existe, até alguns professores da [...] mais reportados da área de humanas assim, têm algumas, algumas piadas e tal, mas, eu particularmente tento relevar e ver como uma manifestação de que ele está reconhecendo que a gente tem um movimento firme e fixo dentro do Instituto que está sendo visto, a mensagem que a gente quer passar está sendo vista até por ele (LÍDER GERAL JOTEC, 2017).

[...] a maioria dos professores nem conhecem muito, na verdade, não se dão conta. Alguns, eu já vi que se deram. Eu tinha uma professora que um dia eu encontrei com ela, ela tava lá sentada no pátio, no JOTEC. Ela era cristã, quando viu aquilo, pronto sentou e ficou lá. Eu achei assim maravilhoso

¹⁷² Essa percepção da estudante, pode ter relação o aproveitamento dos estudantes que vêm de escolas da rede privada, considerados mais preparados do que a maioria, que atualmente são provenientes de escolas públicas, com grandes defasagens em disciplinas fundamentais, para seu bom desempenho na Instituição, como a língua portuguesa e matemática.

porque era a professora. Então, assim, incentiva até os alunos a irem (LÍDER, CÉLULA A, 2017).

Enquanto o líder do JOTEC acredita ser observado, a líder da Célula A refere-se à falta de conhecimento sobre a existência dos grupos, mas apresenta um exemplo de apoio de uma professora que é arquiteta e leciona no curso superior de Design de Interiores, uma disciplina que trabalha conhecimentos da História, o que parece explicar a postura apresentada, diferindo, no entanto, da postura dos professores da área de humanas citados anteriormente.

A procura dos estudantes pela Célula tem levado a líder de Célula C a pedir ajuda de alguns professores, que demonstram abertura em relação à presença desses grupos. Entre eles, foi citada a professora Silvana, que leciona no curso superior de Engenharia Elétrica, considerada uma apoiadora dos estudantes. De acordo com a líder da Célula C:

[...]. Muita, muita gente me procura, muita gente precisa de ajuda, assim: com depressão, muitas coisas. [...] Muitas vezes eu até procuro alguma. Pronto! A professora Silvana, as vezes eu procuro ela. Professora oh, porque ela conversa muito com as pessoas: - Chama fulana tal, converse (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Além dessa professora citada pela líder, que mantém um diálogo permanente com os estudantes do *campus*, outros professores desse curso têm manifestado uma preocupação com a saúde mental dos estudantes e buscam uma maior aproximação com eles. No entanto, a percepção de um dos estudantes não participantes, quanto à postura dos professores em relação aos grupos, é bem diferente, identificando uma neutralidade, que também pode ser entendida como indiferença:

[...] os professores são muito neutros, quanto a isso. Eu acho que os professores até mesmo ajudariam, porque grupo, mesmo que seja um grupo que não seja de pesquisa, mas algo assim que contribui pra nossa formação como estudante, como humano. Então, é importante (ESTUDANTE B, 2017).

Para esse estudante, que é líder do Grêmio Estudantil, se os professores tivessem informações sobre esses grupos, eles ajudariam, pois, na sua opinião, mesmo não sendo essa uma atividade acadêmica, ela contribui na formação pessoal dos estudantes, uma opinião semelhante à de alguns professores e gestores entrevistados, desconhecendo ou não dando nenhuma importância às consequências da relação entre religião e educação, nem da proximidade desenfreada entre Estado e Igreja. O estudante integrante do JOTEC, que tem

experiência do ensino médio e superior na Instituição, percebe que há diferenças entre a postura dos professores desses dois níveis de ensino, pois:

No técnico tem aquela, aquela, assim, a coisa de matéria mais sociológica, geralmente os professores tem, não é medo, e enfrentamento por se participar de grupos não, é mais assim, embate ideológico, não, sabe? Dependendo de como a gente vê certas coisas na sociedade, que a gente pensa ser acerca dessas coisas é, e isso acontecia mais, mas tipo. A gente tem mais esse tipo de debate. Porque a gente chegava assim, quando chegava a um denominador comum. Tem gente que saia mesmo do debate né? Mas, é, nesse sentido assim, em relação a participar de grupos, os professores até acho que eles nem sabem que basicamente eles não participam, né? (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Essa diferença de posicionamento dos professores guarda relação com o currículo desses dois níveis de ensino, pois, enquanto o ETIM contempla disciplinas da formação geral, incluindo a área das ciências humanas, com maior abertura para debates ideológicos em sala de aula, no ensino superior, em particular a Engenharia Elétrica, as disciplinas estão voltadas à formação tecnológica, não havendo espaço para discussões dessa natureza.

Alguns acho que vêm assim, mas também não sabem o que é, então, não há muito esse conhecimento a cerca de, como eu tô em engenharia, ai, é que não tem conhecimento nenhum, não é? Esse tipo de debate sobre coisas, mais sociais. Não, não existe né? É, são coisas bem mais técnicas. Então, esse ambiente meio que se perdeu, né? Não tem esse convívio não, também os professores não participam de grupo nenhum, é isso (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

A integrante do Metanoia informou que existem diferentes formas de tratamento dos professores para com os participantes dos grupos, havendo aqueles que desconhecem a existência dos grupos, os que estigmatizam, mas também aqueles que apoiam.

[...], alguns professores vêm a gente no grupinho, mas não sabem do que se trata. Alguns professores tiram, tiram sarro, tipo, há confronto, mas é mais por ideologia em aulas de filosofia, essas coisas. E, tem professor que é evangélico, a gente sabe que eles até ajudam a gente, quando a gente precisa, né? Eles apoiam a gente, e tem professor, tem um professor, que já, né? Trouxe algo tipo, tirou brincadeira comigo e com minha amiga, porque não levava a sério, achando que tipo, Ah! Adolescente só tá no grupo religioso pra conseguir outras coisas, tipo, Ah! Tá gostando de algum garoto, assim. Mas fora isso, eles não interferem muito não. Expressam muito opinião não (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Perguntei ao professor Stênio se ele percebia algum tipo de estigma dos seus colegas professores quanto à presença dos grupos religiosos no *campus*, ao que respondeu haver preconceito, mas numa escala muito reduzida, se for considerado o universo institucional:

Estigmatização, não. Mas às vezes aparente, lá no fundo você vê uma voz de um pouco de preconceito. E preconceito em que sentido? Porque são grupos que têm um viés ideológico, mas que muitas vezes ligada a uma perspectiva mais neoliberal dentro do protestantismo. Não sei se é uma leitura particularmente minha, ou eu estou fazendo uma leitura desses grupos também de uma forma preconceituosa. [...]. Então isso, de certa forma, esse discurso mais individual vem aparecendo. A questão da meritocracia. Então eu vejo que alguns colegas às vezes fazem essa referência, “aquele grupo lá, tal”, mas eu acho que no geral não tem [...] (STÊNIO, 2017).

Assim como os alguns professores entrevistados, o atual reitor, na época em que exercia a função de professor, já observava a presença desses grupos religiosos de jovens e seus rituais realizados no pátio/área de convivência, o mesmo local utilizado desde que identificados os primeiros registros, já mencionados.

[...] eu não participava com efetividade, mas eu observava na minha época de professor que havia grupos de estudantes, grupos é, religiosos cristãos, não é?. E, me parece, que grupos evangélicos, né? E alguns grupos de jovens cristãos também do catolicismo, que se reuniam na Instituição. Eu me lembro que era muito comum eu observar grupos de oração, na Instituição, grupos de jovens, né? Orando, nas instalações da Instituição: no pátio da Instituição, os alunos fardadinhos, normalmente eles se sentavam em círculo, não é? E ficavam praticando a meditação religiosa, e a oração, observava muito isso, na Instituição era muito comum (NICÁCIO, 2017).

Perguntado sobre a época em que começou a observar a presença desses grupos na Instituição, respondeu que lembrava de ter sido por volta dos anos 1990 com mais expressividade. Como sua chegada na Instituição aconteceu em meados dessa década, sua percepção tem como parâmetro o período compreendido entre 1992 e 2005, correspondente àquele em que o JOTEC realizava eventos abertos, como “Semana de Encontro com Deus”, mobilizando diferentes setores, como os de comunicação e Direção Geral, além de enviar convites aos demais para comparecerem ao evento.

Eu imagino que tenha sido, olha, no final, até mesmo quando eu entrei ainda na década de 90, na segunda metade da década de 90, até o começo, entre 95 e 2005. Dessa década, eu me lembro muito que isso tenha acontecido. Por exemplo, na virada mais forte, na virada dos anos 99 pra o começo dos anos 2.000 eu observava muito isso (NICÁCIO, 2017).

Apesar de, nessa época, só haver o registro do grupo JOTEC, o professor Nicácio já identificava a presença de outros grupos. Acredito que, quando ele fala de uma virada mais forte nos anos 2000, está referindo-se à presença de grupos externos que pediam concessão para usar o espaço da Instituição nos finais de semana para a realização de encontros religiosos, período em que foi chefe de gabinete do Diretor Geral.

A presença dos grupos no *campus* João Pessoa traz algumas questões que merecem continuar a ser pesquisadas, como: por quais motivos a Instituição evita uma maior aproximação com os grupos religiosos? Por que alguns gestores, quando questionados sobre a presença desses grupos, no primeiro momento, afirmam desconhecer sua existência? Por quais motivos a Instituição, nos últimos cinco anos, tem sido escolhida para abrigar tais grupos? Tais questionamentos não chegam a ser ditos, sequer olhados, muito menos discutidos por aqueles que são responsáveis pelo processo de formação da cidadania na escola e que deveriam estar atentos a essas manifestações, para que, realmente, houvesse um posicionamento seguro, livre de preconceitos, capaz de conduzir a questão de forma transparente. Os grupos existem há, pelo menos, cinco décadas, mas continuam sendo ignorados pelos professores, que ora afirmam desconhecer sobre eles, ora sabem da sua existência, mas têm dificuldades para falar sobre. O fato é que essa presença carece de conhecimento e aproximação, mas há poucas chances de diálogo.

4.2. O cenário atual dos grupos religiosos no IFPB: omissão ou apoio?

No início desse estudo, foi relatada a presença da religião na Instituição, em suas diferentes manifestações, ficando, muitas vezes, difícil entender qual sua real posição frente à questão. Enquanto os agentes mais antigos trataram o tema com muita naturalidade, os mais recentes utilizaram a laicidade para justificar a presença de cultos ecumênicos e rituais religiosos, bem como a neutralidade quanto à criação e à expansão dos grupos religiosos dos estudantes, que se apoiam em equivocadas concepções de laicidade e de liberdade religiosa, para justificar suas práticas.

A escola sempre foi um lugar de sociabilidade no qual, em parceria com a família, iniciam-se os relacionamentos com os outros, aprendendo a conviver, agir, compartilhar, desde os primeiros anos de vida. Mascarenhas (2012) define a escola como um espaço de interação entre atores heterogêneos que desempenham papéis sociais predeterminados macrossocialmente (MASCARENHAS, 2012, p. 241). No entanto,

A escola, como espaço sócio-cultural, é entendida, portanto, como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos. Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. Nessa perspectiva, a realidade escolar aparece mediada, no cotidiano, pela apropriação, elaboração reelaboração ou repulsa expressas pelos sujeitos sociais (DAYRELL, 1996, p.137).

Na opinião da líder da Célula C, estudante do curso superior de Engenharia Elétrica, a presença do grupo no *campus* tem uma boa aceitação, pois observa que, de forma geral, as pessoas na Instituição reagem positivamente, enquanto os colegas demonstram fragilidades que pedem atenção de políticas educacionais que deem conta desse cuidar, mas de forma integral. Entre as dificuldades relatadas, algumas precisam de intervenções especializadas, pois

Tem muita gente, muita, muita gente com problema, principalmente os que estão terminando o curso, entendeu? É tanto que até já conversei com a ministra da minha turma, porque na USP, é, eles criaram uma disciplina de psicologia, onde é o professor que ele é de psicologia e parece que são mais cinco alunos, que, porque o índice de suicídio ele tem aumentado muito nas universidades, até porque eles abafam, entendeu? [...]. Ninguém quer falar sobre isso, mas é uma coisa que tem acontecido muito, muito, muito, muito. Mutilação, mutilação, tudo isso, é coisa que eu tenho visto, entendeu? Isso mesmo foi uma motivação, dizer: - não a gente precisa fazer alguma coisa. [...]. Ajudar, por que as vezes a pessoa tá do seu lado e você não sabe pelo que ela tá passando (LÍDER CÉLULA C, 2017).

O grupo, nesse caso, se coloca como um espaço de auxílio às pessoas com problemas de saúde mental, como a depressão, cujos líderes estão sendo treinados em suas Igrejas, para ouvir o sofrimento dos colegas. Muitos desses casos citados por essa líder não chegam a ser identificados pela Instituição, no entanto, todos eles precisariam ser acompanhados pelas equipes médica e de assistência estudantil do *campus*, pela gravidade que representam.

A comunidade escolar do *campus* também apresenta uma visão preconceituosa com relação aos estudantes que professam uma religião, mas que são reconhecidos pela diferença, pela forma como lidam com as situações do cotidiano, como explicou a integrante do Metanoia.

[...], tem preconceito com a gente também, acaba achando que o pessoal religioso tem a mente mais fechada, e o IF, as vezes acaba querendo que você abra sua mente pra isso, se liberte da religião. Sendo que isso é como, é típico da sua própria cultura, vem de sua escolha, vem da sua experiência. [...]. As pessoas sempre acabam percebendo, pelo modo como a gente age, pela nossa fé, [...]. É, a gente costuma às vezes dizer: nós o testemunho vivo, a gente. É, as pessoas percebem isso e, tipo, muita gente tira, tira sarro, mas a maioria respeita, acha bonito (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

No entanto, essa realidade do Metanoia não se aplica ao Núcleo da ABU, que, de acordo com sua líder, há uma ausência de posicionamento sobre a presença do grupo, o que parece incomodá-la, face ao silêncio das pessoas que se dirigem ao Núcleo algumas vezes, mas não manifestam sua posição, se de aprovação ou reprovação, ficando a dúvida no ar.

E as outras pessoas, assim, a gente nunca recebeu nenhuma crítica, mas as pessoas que participaram esporadicamente uma vez, duas vezes, que não necessariamente fossem também cristãos, mas que tiveram vontade de participar do Núcleo, nunca nos deram resposta negativa (LIDER ABU, 2017).

Já o posicionamento da Instituição é bem diferente, pois há uma aceitação, não sendo observado qualquer tipo de tratamento diferenciado, que pode ser explicado pela relação sorrateira da educação com a religião e pelo fato de a direção fazer uso da existência desses grupos para apoiar o processo educativo.

Não, da parte da Instituição eu nunca vi não. Mas, o que eu falei, alguns professores manifestam isso, alguns colegas também, alunos, mas da Instituição, não. Inclusive a gente tem um grande apoio da Instituição. Professor Neilor, diretor, professor Washington, sempre tá nos apoiando, e toda vez que a gente, é, procura eles pra se, se visto, e eles nos escutarem, ele sempre foi muito receptivo (LIDER GERAL JOTEC, 2017).

Os integrantes do JOTEC e do Metanoia apresentaram percepções semelhantes sobre a relação dos grupos com a direção da Instituição e demonstram uma independência para a realização das suas atividades, mas que, na necessidade de utilização de outros espaços para eventos maiores, são atendidos sem questionamentos.

[...], geralmente a gente não precisa de muita, é, não busca muito essa coisa da Instituição porque geralmente se reúne ali né? No meio do pátio, não precisa de nada da Instituição, é, também não exigem licença, alguma coisa assim, sei lá, uma autorização. Ai então eu penso que essa liberdade, à medida que acontece assim quer fazer um evento no auditório, alguma coisa assim: tipo aniversário, alguma coisa, é, tipo, sei lá, o rock, é, que é uma reunião mensal, né isso? Tem um tempo maior de duração, já busca uma sala, aí você vai pra as coordenações, né? Mas nesse quesito não há nenhuma, nenhuma dificuldade não (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Como mencionado anteriormente, na maioria das vezes, os grupos usam os ambientes de uso coletivo, como o pátio e a pracinha, para a realização das suas atividades sistemáticas, no entanto, pedem autorização às coordenações e/ou a direção quando há necessidade de utilizar outros espaços da Instituição, sendo atendidos plenamente.

A gente é, tenta ao máximo se manter independente, o máximo que se pode dizer, porque, por mais que, o JOTEC exista, vai fazer trinta anos esse ano, é, se a gente meio que, eu não sei usar a palavra, mas como se adequasse, se juntasse a Instituição, a gente estaria só de a instituição. E acho que isso não daria muito certo, porque acaba que dentro da própria liderança tem várias mentalidades diferentes, várias Igrejas diferentes, mas a gente achou que não daria muito certo, então a gente acaba se mantendo um tanto independente sabe? Desligados sabe? Da Instituição (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Enquanto os grupos tentam manter-se independentes, mas utilizando os espaços da Instituição, esta tem um discurso de aproximação com eles, mesmo que não haja contato com os mesmos e exista a impressão de que são ignorados e até possam parecer invisíveis. Por outro lado, as integrantes da Célula D têm posições diferentes: a integrante A afirmou ser do conhecimento apenas do encarregado, e a integrante B: “Eu não sei se a direção sabe, mas, uma pessoa daqui perguntou, se éramos evangélica¹⁷³, foi. Aí eu perguntei a essa moça: - Por quê? - Porque você tem um comportamento tão diferente” [...] (INTEGRANTE B, CÉLULA D). Nos dois casos, fica evidente que há uma narrativa da Instituição que procura fazer crer no desconhecimento dela sobre a existência dessa Célula.

A realização de cultos ecumênicos foi desaparecendo do *campus*, mesmo antes da gestão do professor Neilor, deixando, paulatinamente, de fazer parte de algumas cerimônias, como a de Colação de Grau, não havendo precisão de quando deixaram de existir enquanto evento

¹⁷³ A palavra está escrita de acordo com vocabulário da entrevistada.

promovido pela Instituição, passando a ser mais uma iniciativa dos estudantes. Apesar de afirmar não haver mais esses cultos, nem em Colação de Grau, Aniversário da Instituição, entre outros, o diretor explicou que “A Colação que faz parte do rito, tem” (NEILOR, 2018), admitindo, assim, que os ritos continuam a acontecer, no entanto, de forma mais rara: “Não. Dificilmente. Tem uma turma por exemplo: da graduação que faz todos os ritos até chegar a Colação de Grau, né? Que tem uma série de eventos, né? Eles se reúnem, existe Cultos; existe Aula da saudade, né?” (NEILOR, 2018). Nesse momento, percebe-se uma contradição na sua fala, porque antes havia falado que não lembrava de eventos comemorativos associados a ritos religiosos, afirmando depois que algumas turmas ainda realizam cultos. Quanto à presença dos ritos em sua gestão:

Estou aqui três anos e meio e, por isso que eu tô dizendo. Vou resgatar mais quatro anos que eu passei como Chefe do Departamento do Ensino superior, e com contato com o ensino superior. Eles, eu, deixe-me ver aqui. Engenharia Elétrica fez. Turma de Engenharia Elétrica fez todos esses eventos (NEILOR, 2018).

Como já foi mencionado, nos últimos cinco anos, constata-se haver um crescimento da instalação e expansão dos grupos religiosos no *campus*, o que, na visão da líder da Célula C, não recebe qualquer tipo de resistência ou impedimento:

Não tem resistência. Tem, eu ouvi falar que as pessoas que trabalham aqui, elas não podem se envolver, né? Até questão de estágio, um exemplo: os meninos que fazem química, que estagiam, eles não podem se envolver com nada, nada, nada, nada. É, não podem, não podem. Eu não sei porque, mas [...]. Eles não podem, inclusive Ana mesmo, ela disse: - ‘Joana, eu não posso, eu não posso ir, eu não posso fazer uma Célula aqui, porque eu fui proibida (LÍDER CÉLULA C, 2017).

Em vinte e três anos de trabalho no *campus*, jamais tive informação de qualquer tipo de proibição a servidor quanto à participação em atividades religiosas, até porque, em toda sua história, a Instituição foi palco de diferentes manifestações, como está registrado nesse estudo. Quanto à informação sobre a proibição para ter uma Célula, não foi confirmada pela líder do grupo B, que apenas mencionou a retirada de uma citação bíblica colocada por ela na folha de avaliação, a pedido do professor supervisor do seu estágio na Licenciatura, com o objetivo de assegurar o caráter acadêmico e científico dessa atividade. As estratégias para a instalação e a manutenção dos grupos no *campus* são diversificadas, não apresentando qualquer dificuldade.

[...] a gente começou a divulgar, a fazer cartazes e colar e tal e aí muitas pessoas foram aparecendo, e o Núcleo vinha se mantendo com um número razoável de pessoas, Só que depois da greve isso mudou. Do ano passado pra cá, quando a gente voltou, de janeiro até agora, a gente tem tido evasão assim, tem poucas pessoas participando, do núcleo. A dificuldade que a gente tem sentido é agora. Eu acho que foi mais por essa quebra que aconteceu no calendário, que afastou um pouco (LIDER ABU, 2017).

A dificuldade apresentada pela líder da ABU foi atribuída à evasão dos frequentadores, como desdobramento da greve dos servidores, mas não a postura da Instituição quanto à criação e funcionamento desse Núcleo. Como já foi mencionado, o registro dos primeiros grupos na Instituição foi localizado nos anos 1960. Mesmo assim, ela acredita que o motivo da invisibilidade do Núcleo se dá

Pelo grupo ser uma coisa nova aqui, e por já existirem outros Núcleos de estudo bíblico, no IF. Só que, apesar da gente se reunir num dia diferente, não né? Não é no mesmo dia dos outros grupos, os outros grupos por serem mais antigos, eles acabam tendo uma maior visibilidade assim. Não é uma questão de competição, mas é porque eles têm mais tempo, né? De existência. E eu não sei, mas eu acho que, o funcionamento do Núcleo, ele é diferente. Eu já participei de alguns encontros da JOTEC, e como, não sei se você já participou, mas o tipo do estudo que é dado lá, é completamente diferente do estudo que a ABU faz. [...] A JOTEC, ela é mais um encontro cristão, um encontro de estudantes cristãos, que se reúnem na universidade, pra falar sobre teologia, a ABU não tem essa proposta. A proposta da ABU, é que o estudante cristão, ele seja relevante dentro da universidade, então a proposta é que o estudante cristão, possa alcançar outros estudantes que não são cristãos. Então o Núcleo da ABU não é um clubinho de cristãos, é um Núcleo pra qualquer tipo de pessoa, inclusive aquele cartaz que você viu né? Qualquer pessoa de qualquer religião, qualquer crença, qualquer fé, pode participar do Núcleo. A nossa intenção é a gente falar sobre essas questões, de fé, de vida, de religião, de crenças, entendeu? E o que eu vejo nos outros grupos, é que é mais um encontro de pessoas que já compartilham da mesma fé, e a proposta da ABU não é essa, é da gente interagir, e alcançar outras pessoas (LIDER ABU, 2017).

Essa fala da líder da ABU traz uma crítica aos outros grupos quanto a sua constituição ao falar “ABU não é um clubinho de cristãos”, demonstrando a presença de disputas entre eles, já que, na sua concepção, o Núcleo ABU “[...] é um Núcleo pra qualquer tipo de pessoa”, enquanto o JOTEC, coloca-se como um espaço aberto a todas as religiões, inclusive para os ateus. Nos dois casos, em nenhum momento, foi apresentada a participação de pessoas que professam outras religiões não cristãs, a exemplo das religiões de matriz africanas, e remete às noções da teoria de Elias e Scotson (2000) sobre estabelecidos e outsiders, que considera a

estigmatização como um dos aspectos importantes na relação social, podendo ser identificada nas opiniões e fofocas depreciativas, utilizadas como estratégias pelos grupos estabelecidos. Apesar da semelhança entre esses grupos religiosos, existem particularidades nessas interações e práticas, em que eles ocupam diferentes posições nos seus modos de perceber a si e aos outros, tecendo-se laços nesse processo, na presença de tensões e conflitos característicos dessas relações. De acordo com Elias e Scotson, (2000), “As categorias de *estabelecidos* e *outsiders* se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.10).

A partir dessas considerações, também fica difícil saber se a omissão, aqui apresentada por vários agentes, também pode ser entendida como um apoio velado à presença dos grupos na Instituição, que, por sua vez, expressaram o desejo de um posicionamento mais claro da parte dos gestores, professores e colegas. Fica o questionamento: a presença dos grupos religiosos no IFPB hoje é omissão ou apoio?

4.2.1 O que pensa o IFPB sobre a presença de grupos religiosos

Para uma melhor compreensão sobre a presença desses grupos na Instituição, considero ser necessário refletir o sentido da escola para a juventude, seu cotidiano, seus agentes, suas necessidades. Uma escola voltada para jovens tem muitas particularidades, que precisam ser consideradas, abrangendo diferentes aspectos, pois, nesse caso, ela

[...] é invadida pela vida juvenil, com seus looks, pelas grifes, pelo comércio de artigos juvenis, constituindo-se como um espaço também para os amores, as amizades, gostos e distinções de todo tipo. O “tornar-se aluno” já não significa tanto a submissão a modelos prévios, ao contrário, consiste em construir sua experiência como tal (DAYRELL, 2007, p.16).

Sendo dotada de vários sentidos, a escola extrapola sua função de transmitir conhecimentos e dá sentido a diferentes manifestações dentro do seu espaço, como a sociabilidade por meio do teatro, da música, do namoro, da prática de esportes e, particularmente, da vivência religiosa. Dayrell (2003) assevera que:

[...] apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas (DAYRELL, 2003, p.2).

Cabe lembrar que a presença dos grupos religiosos no *campus* João Pessoa, antes com pouca expressão e representação em seu cotidiano, passou a fazer parte mais intensamente da vida escolar dos estudantes, nos últimos cinco anos, diferentemente das experiências dos estudantes que nos anos 1960 e 1970, que vivenciaram de forma expressiva as mais diferentes manifestações de símbolos e práticas religiosas católicas, elaboradas e vivenciadas a partir dos seus dirigentes, registrados em fotografias até o final dos anos 2000. Por esse motivo, passo a apresentar o momento em que a Instituição assumiu uma perspectiva aparentemente não religiosa, com a gestão do professor Rômulo, cuja postura sobre o tema religião foi que:

[...] ele não foi abordado, ele de fato aconteceu, e acontece várias vezes na minha e em todas as gestões, na nossa escola [...]. Agora, eu acho que não cabe a direção a princípio incentivar ou desincentivar os grupos religiosos que por ventura possa existir, a não ser quando algo esteja interferindo no processo, no processo mais amplo [...]. Então, aí você pergunta Rômulo você vai entrar numa contradição, porque a escola é laica não é? [...] (RÔMULO, 2017).

Essa fala do professor Rômulo é contraditória, pois, embora tenha dito que o tema não foi abordado em sua gestão, os eventos religiosos continuaram acontecendo, e ele era representado nessas solenidades. Não seria diferente em relação à presença dos grupos religiosos, cuja postura assumida foi a mesma trazida por outros entrevistados, a exemplo do estudante A, para quem “tanto faz”. Essa posição foi ratificada por ele, quando afirmou ter

[...] a impressão que a Instituição como um todo, ela, como é que eu diria? Ela tomava uma posição Laissez-faire, uma posição tanto faz, quer, num, sabe, num interferia, não incentivava. [...]. Eu tenho a impressão como diretor [...] primeiro vou falar assim da nossa gestão, eu não incentivava, né? E ao mesmo tempo porque eu acho que essa questão da religião, essa questão da espiritualidade é muito isso, é muito própria [...] (RÔMULO, 2017).

A integrante do Metanoia afirmou que eles são vistos e reconhecidos, enquanto o integrante do JOTEC afirmou que “[...] se vêem, ignoram, [...] Se vêem ignoram, aceitam, do tipo

nem pro mal, nem pra o bem” (INTEGRANTE JOTEC, 2018), ou seja, tanto faz, demonstrando perceber indiferença da Instituição frente aos grupos.

As práticas religiosas continuaram presentes na gestão do professor Rômulo, organizadas por uma equipe vinculada à Direção Geral, como era até então. Segundo suas informações, “eles que organizam né, geralmente, né? Fica o pessoal da direção, a gente vai mais simbolicamente. Os diretores vão mais simbolicamente”. Mas, via de regra, ele era representado nesses momentos, talvez essa seja a única diferença observada. Na sua opinião:

[...], uma escola é uma coisa tão grande que comporta tudo, inclusive o próprio paradoxo, a própria contradição né? Porque quanto mais cê for paradoxal, quanto mais houver discussão na Instituição. Eu lembro que assim, é, esse tema específico de religião, eu não lembro ter trazido exatamente em algum quartas sociais¹⁷⁴, especificamente. Mas, por exemplo: há atos políticos que demonstram um pouco disso. Por exemplo: Eu lembro que Dom José, que faleceu agora há pouco, [...] Nós trouxemos Dom José aqui. Eu não lembro se era Espedito ou era Bráulio, agora já não lembro quem era o diretor, mas foi a nossa área, e eu que fiz especificamente que fiz o convite pra ele lançar o livro “Brasil nunca mais”, foi ali na quadra, lotada, no nosso ginásio. E foi uma experiência assim fantástica (RÔMULO, 2017).

Como pode ser observado nessa fala e em outras que antecederam, a Instituição mantém uma postura de aceitação das mais diferentes ordens, utilizando um discurso muitas das vezes confuso e temeroso de assumir posições frente a situações complexas e de difícil trato, dando margem a interpretações igualmente confusas.

As transformações educacionais, políticas e sociais ocorridas no período de vinte e dois anos (1995-2017), tempo em que a professora de música entrevistada está na Instituição, e considerando a data da sua entrevista, demonstram que a forma de viver a religião foi sendo modificada com o passar do tempo: “Olha só, é o tipo da coisa, né? Quando as pessoas vão se aposentando, vão saindo, vai vindo pessoas novas, né? Vem pessoas novas e aí essas pessoas já vêm com outra mentalidade, e vai, vai havendo a modificação, sei lá, talvez até natural, né? Da coisa” (MARINALVA, 2017).

Observa-se que a professora atribui a mudança da presença da religião no *campus* às transformações sociais ocorridas nesse período, como, por exemplo, o crescimento do número de servidores e estudantes evangélicos na Instituição, que ela percebe como tendo implicações na mentalidade das pessoas, que já chegam assumindo outra postura e até outras religiões, em particular, a evangélica. Nessa perspectiva, “Em vez de preservar uma tradição monocultural,

¹⁷⁴ Quartas sociais eram um programa social de responsabilidade da Coordenação de Ciências Humanas, em que participavam estudantes e servidores. Havia palestras, exibição de filmes, debates em torno de temas sociais.

a escola está sendo chamada a lidar com a pluralidade de culturas, reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais presentes em seu contexto, abrir espaços para a manifestação e valorização das diferenças” (MOREIRA; CANDAU, 2003, p. 161).

As manifestações dessas diferenças precisam respeitar os direitos e deveres do cidadão, estando coerentes com os dispositivos legais, entre eles, a Constituição Federal, a LDB, entre outros. Na perspectiva Bourdiesiana (2014), a escola transmite o que considera mais valioso e que corresponde à cultura legítima, ou seja, ao capital cultural que só determinadas pessoas na sociedade têm condições de adquirir e conviver, estando presente nas camadas sociais dominantes. Por outro lado, alguns estudantes chegam à escola com pouco capital cultural, ou mesmo sem ele, passando a conviver num ambiente organizado para a transmissão dessa cultura legítima, em que são percebidas como naturais as operações mentais, as disposições necessárias para entender, conviver e aprender essa cultura legítima. Para Bourdieu (2008), o sistema educacional preenche duas funções importantes para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a estrutura de classes (BOURDIEU, 2008, p.179-184), pois, o

[...] sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir as aparências da “democratização” com a realidade da reprodução, que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto com um efeito acentuado de legitimação social (BOURDIEU; CHAMPANGNE, 2014, p. 250).

A presença da religião no espaço educacional do *campus* pode ser explicada na perspectiva de Bourdieu (2014), quando assevera que as pessoas reconhecidas como oficiais é que oficializam, por ser agentes investidos de legitimidade, transformando um ponto de vista particular em regras impostas a toda a sociedade. Dessa maneira, os agentes que progressivamente construíram o Estado, concebido como um conjunto de recursos específicos, autorizam seus detentores a dizer para o mundo social o que é certo ou errado, enunciar o oficial e pronunciar palavras revestidas de ordem por trazer a força do oficial atrás de si (BOURDIEU, 2014, p. 66). Esse entendimento esclarece a posição e o poder dos agentes institucionais, que, durante décadas, acolheram e autorizaram as mais diversas práticas religiosas católicas, coerentes com a sociedade da época. Na perspectiva de Bourdieu (2014), os detentores do poder lutam para que seu poder seja legítimo, e, entre as implicações dessas lutas no interior do campo do poder, está o poder sobre o Estado, enquanto metapoder, com capacidade para agir sobre diversos campos (BOURDIEU, 2014, 540).

Nogueira e Nogueira (2004) lembram que Bourdieu entende o indivíduo como um ator configurado socialmente e de forma minuciosa, pois os seus gostos, posturas corporais, aptidões e preferências são constituídos socialmente. Assim, o ator não é isolado, consciente, reflexivo, nem determinado mecanicamente, submetido às condições objetivas de suas ações, mas caracterizado por uma bagagem herdada, incluindo componentes objetivos externos a ele (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p.19).

Embora a Instituição tenha retirado da sua agenda oficial os ritos, as práticas e os eventos religiosos, ainda há concessão para a realização de eventos religiosos de grupos externos nos finais de semana, para jovens e adultos, uma prática já identificada na gestão do professor Almiro nos anos 90. Essa informação é do atual diretor do *campus*:

É, a gente empresta o espaço do auditório, do ginásio, né? Eles fazem eventos durante o final de semana, né? Faz a noite inteira de oração. [...] ECC, grupos de jovens também eles fazem, fazem mesmo, eles querem. Tem um que é muito grande o evento, eles fazem a cada ano. Jovem, eles mesmos, é, digamos assim, se organizam e, a professora Valéria, trabalha (NEILOR, 2018).

Essa professora, responsável pelo evento e que solicitou o espaço, pertence à comunidade Shalom¹⁷⁵. O empréstimo das instalações do *campus* para a realização desses eventos católicos parece ser mais comum do que se imagina, sendo possível perceber que, sob vários aspectos, a Instituição mantém, sob o manto da democracia e da tolerância, uma aliança com a religião majoritária do país, conservando, assim, uma imagem recatada e tradicional de si, como era no final dos anos 1960. Os grupos religiosos presentes no *campus* também são motivo de disputas entre seus participantes e os não participantes, como destacou o professor Neilor, considerando que eles pertencem a diferentes denominações evangélicas.

Sinto, sinto maior deles, entre os estudantes. Acho que eles, é, você entra pela, pela, pela posição deles, né? Eles se posicionam com mais intensidade, né? Os professores começam né? Professor chegou e reclamou, mas, são mais comedidos. Os estudantes, eles, eles se acirram mais (NEILOR, 2018).

¹⁷⁵ A Comunidade Católica Shalom, presente em dioceses de vários países, foi fundada em 9 de julho de 1982 por Moisés Louro de Azevedo Filho, que ofertou sua vida e juventude para levar Jesus e Sua Igreja àqueles que estivessem distantes deles, principalmente os jovens. Com objetivo de evangelizar e formar cristãos, a Comunidade é constituída por homens e mulheres que vivem a vida consagrada, de acordo com as promessas na Igreja (membros missionários consagrados e engajados consagrados) e por membros dos grupos de oração da comunidade, pessoas que participam desses grupos, mas sem vínculo formal com a Comunidade. Embora o Reconhecimento Pontifício tenha sido decretado em 2007, pelo Pontifício Conselho para os Leigos, órgão ligado à Santa Sé, aprovando seus Estatutos em caráter experimental, somente em 22 de fevereiro de 2012, com o fim do período *ad experimentum*, a Santa Sé reconheceu a Comunidade Católica Shalom como *Associação Internacional Privada de Fiéis*, hoje chamada pela Igreja de "Comunidades Novas", aprovando definitivamente seus Estatutos. Disponível em: <https://www.comshalom.org/nossahistoria/>. Acesso em: 05/02/2018.

Chama a atenção o fato de serem observadas disputas, marcando posições, e, no entanto, a Instituição não faz qualquer intervenção nesse sentido. Uma demonstração disso foi a declaração do estudante A, que afirmou: “a Instituição não se importa muito”, enquanto o estudante B afirmou que: “a Instituição, “não bota bem a cara”, afirmações que mostram que, no olhar dos estudantes, há uma clara indiferença da Instituição frente aos grupos religiosos. Entre os servidores, algumas vezes, são percebidas demonstrações de insatisfação frente à presença desses grupos, mas o Diretor Geral tem uma forma de explicar: “Eu, assim. As pessoas se chocam, porque eu, eu, eu, eu digo assim: Eu prefiro eu ficar de olho neles, do que talvez. Então deixa eles aí, não mexa não, tá entendendo? Porque, do que eles tá distante, e fazendo coisas” (NEILOR, 2018). Essa declaração deixa explícito o pseudointeresse pelo grupo, e acrescentou: “[...] eu prefiro eles aqui perto” (NEILOR, 2018). Essa postura revela que o grupo não desperta um real interesse por parte da Instituição, que tem evitado uma maior aproximação, preferindo manter o controle velado sobre a presença dos grupos nas suas dependências, já que poderiam estar envolvidos com “outras coisas” (grifo nosso), ou tantas outras coisas que possam ser desconhecidas e mais ameaçadoras.

Que a gente tem esse problema aqui também, né? Aí eu digo sempre: Não, deixa eles quietos aí, eu tô vendo, tipo, né? Pai tá ali, tá vendo o que o filho tá fazendo. Então, por isso que as pessoas chegam pra mim reclamando, mas aí eu digo: Olha, não, deixa comigo que [...] (NEILOR, 2018).

A Instituição sempre manteve uma postura de superproteção em relação aos seus estudantes, que vem se mantendo ao longo da sua história ao ponto de alguns de seus diretores se sentirem como pais, afastando-se do seu papel de formador escolar. Percebe-se também que o incômodo e o descontentamento de alguns servidores com a presença dos grupos, principalmente o que se reunia na porta da sala da Direção Geral, não chegam a provocar o enfrentamento da situação pelo diretor, que se posiciona ao lado do grupo, mesmo que por omissão. A reclamação dos servidores não chega a ser percebida como intolerância: “Não, não chega, não chega, mas chega a ser enfático assim, né? De colocar a sua opinião, mas, mas respeita, como esse caso também, a pessoa acaba respeitando” (NEILOR, 2018).

Informado sobre a existência do grupo religioso constituído por pessoas da empresa terceirizada, em que se evidenciam disputas e concorrências, a posição do diretor, talvez até pelo seu cargo político, pareceu ser de empurrar certos conflitos para debaixo do tapete. Apesar de toda uma narrativa de apropriação e controle de fora para dentro do Instituto, pois esse grupo

é agenciado por pastores, o diretor continuou dando pouca importância ao fato, considerando esse agenciamento interessante, quando deveria ser preocupante. Perguntado se considera a presença dos grupos no *campus* boa ou ruim, o diretor declarou:

Eu acredito que seja bom, na minha opinião, né? Desde que haja essa condição do respeito. Se você, eu acredito que o grande problema tá aí: Você não aceitar as outras pessoas como elas possam pensar diferentemente de você, entendeu? E aí, pode levar a esse desrespeito, não é? Pode levar a essa conotação de você estar de certa forma numa formação tendenciosa, não é? É, e aí, o meu ver como eu disse a professora: Olha, eu não tenho problema, porque é sua segurança, você como pessoa, né? Você tem sua formação, enfim. É, mas que haja o respeito. Por exemplo: Se os pais, né? Vierem conversar comigo, é lógico que a gente, porque o trabalho então, a gente trabalha com adolescentes (NEILOR, 2018).

Agora, todo o problema da sua omissão em relação à presença e às práticas dos grupos religiosos passa por uma simplificação em nome da tolerância, ou seja, é feita uma conformação, apagando diversas contradições, como a de ser uma escola laica e permitir a utilização de sala de aula para a realização de práticas religiosas. A possibilidade de haver uma pressão de alguns pais com relação a assuntos mais polêmicos, em que possam se sentir ofendidos quanto à escolha religiosa da família, é uma possibilidade levantada pelo diretor, que entende o discurso do respeito como recurso para responder a um possível questionamento sobre a presença desses grupos.

Então você tem que entender qual é a perspectiva, né? Do processo em que a construção se dá dentro da família, e o que isso tá, e a escola também, esse processo, ele é, conjuntos: escola-família, parte, tudo bem: Qual é a influência de um no outro, né? Então assim: É, a gente tem muito cuidado com isso, exatamente porque aí vem o lado do gestor, né? Aí o lado do gestor, é o lado de você poder compatibilizar essas duas, essa situação que muitas vezes isso ocorre não só do lado da religiosidade ou da religião, mas de outras esferas, né? Eu tenho aqui inúmeras, né? Como você sabe, né? Problemas de ordem pessoal, familiar e que muitas vezes, eles entendem que é a escola, está propiciando determinada situação. E aí isso, dá uma conotação muito tendenciosa. Então, aí vocês têm que se preocupar com isso pra que a coisa não [...] Não saia do controle, na verdade. Mas, do ponto de vista da formação, do ponto de vista de você, é, constar que há o respeito por trás de tudo isso, acho que não teria nenhum problema, tá? Até porque você tá, né?. Se você perguntar, né. Existe intolerância, né? Quer dizer, hoje parece que a sociedade tá marcada (NEILOR, 2018).

Nesse momento, a posição do diretor fica mais explícita quanto ao controle social, aqui manifesto por meio do mecanismo de manutenção dos grupos sob vigilância, utilizando o

discurso da contribuição à formação dos estudantes, observando não haver problema de intolerância e entendendo o respeito como seu conceito.

Com esse conceito, conceito de intolerância. Quando eu não tolero, porque estou respeitando. Não é? A condição do outro, então é isso que eu busco, esse equilíbrio dentro da Instituição. Então, a gente se preocupa com essa questão nesse sentido, que são de diversas as ordens. Não é só essa questão da religião. É, por exemplo: Eu fui para um encontro, né? Que a gente sempre, é, digamos assim, a Semana da Consciência Negra. A gente, existe porque dentro da própria diretriz do ensino superior é necessário que você também permeie (NEILOR, 2018).

Essa fala do diretor faz sentido, pois a Instituição atribui aos grupos uma responsabilidade no processo educativo, utilizando-os para apoiar seus projetos, motivo pelo qual é possível perguntar: como fica a questão da laicidade, na medida que há favorecimento de grupos? Como dizer que a Instituição é laica? Será difícil dar essa resposta, pois a compreensão da laicidade sempre foi confusa, permitindo diferentes interpretações, como já foi apresentado, e foi explicada por uma professora da seguinte forma:

Eu percebo assim, como o nome fala, a Instituição é pública e é para todos, não é uma Instituição particular, onde eu coloco o que eu acho, o que eu devo. Uma Instituição pública onde eu recebo pessoas diferentes, culturas diferentes, religiões diferentes. Então eu, essa questão de ter a proibição, não ter imagem, não ter uma bíblia, eu não concordo não, eu acho como ela é pública, a gente tem que acolher, e tem o serviço social que a gente faz, né, tem de ser feito, até porque a Instituição é pública a gente recebe pessoas carentes e necessitando de, com várias necessidades e uma delas é do carinho, do espiritual, do tomar conta, que a gente percebe entre os alunos. Eles fazem esse papel aqui, né, com os seus colegas. Então, eu acredito que por ser uma Instituição pública, não deve ser nada proibido. [...]. Lógico que, não pode se tornar em uma entidade religiosa, isso jamais. Mas que a gente deve acolher né, abrir um espaço, sem exagero (ROSICLÉA, 2017).

Essa concepção apresentada pela professora corresponde à de outros atores entrevistados que entendem laicidade como liberdade religiosa, um direito inserido no texto constitucional em 1946, na Lei da Liberdade de Culto Religioso, por iniciativa do escritor brasileiro Jorge Amado, que tinha uma aproximação com as religiões de matrizes africanas, sempre muito estigmatizadas pela maioria da população do país. A explicação do atual reitor, é de que

[...], houve uma flexibilização muito grande do processo de, vamos dizer de hegemonia da Igreja católica, que até então era indiscutível, nas décadas de 60 e 70, e depois, ao que me parece houve um fortalecimento, uma proliferação muito grande de eu não vou chamar de seitas religiosas, nas manifestações de agrupamentos religiosos né? Na linha do protestantismo, não é? Que em nível nacional também acabou se refletindo nesse universo da escola, não é? Então, assim, eu acredito que isso tem acontecido fortemente (NICÁCIO, 2017).

As garantias legais para o respeito à diversidade religiosa foram sentidas na Instituição, como explicou o atual reitor, garantindo aos evangélicos expressarem sua crença de forma cada vez mais visível nos últimos cinco anos, por meio da expansão dos grupos religiosos, tanto que o estudante integrante do JOTEC, acredita que

[...] não há problema nenhum da existência desse tipo de grupo, porque ele não afeta em nada, acho que não incomoda em nada as pessoas do lado porque ninguém assim, não acho que faça barulho para as pessoas ao redor. É basicamente, afeta basicamente as pessoas que estão participando daquilo dali, não contaria ninguém, eu acredito que não haja ninguém que se sinta prejudicado por existência desse grupo. Eu acho que é muito bom, porque essas pessoas precisam desse tipo de coisa, né? (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Aqui, a questão da laicidade parece ser reduzida a possíveis comportamentos que venham a trazer conflitos entre as pessoas, pois, para elas, se as práticas religiosas acontecem de forma pacífica, não incomodam nem trazem questionamentos, estão exercendo seu direito à liberdade religiosa, uma garantia constitucional. Essa referência ao barulho também foi trazida anteriormente pelo coordenador de turnos, com a mesma perspectiva, assim como o integrante do JOTEC:

O estado laico ele não tem paixão religiosa, tipo, ele não tem preferências de dar estrelismo a outras religiões, então, tipo, não pode ter religião oficial, mas não quer dizer que não haja, posso dizer, ambiente para as religiões se manifestarem. Quer dizer que todas deveriam ter o mesmo espaço, né? E isso, acho que isso não interfere em nada (INTEGRANTE JOTEC, 2018).

Esse integrante considera que, apesar do discurso da liberdade religiosa, ainda há “religião oficial”, no entanto, as outras também precisam garantir seu espaço na Instituição para manifestarem-se, pois não interferem em nada nesse ambiente. Já na opinião da integrante do Metanoia,

A gente vive num Estado laico, né? Apesar de ter no país, ter religiões que são majoritárias, a Constituição diz que há direitos a todas as religiões, e que o problema é que muita gente acaba dizendo que é exatamente o contrário, dizendo que não há espaço pra religião, que muitas vezes, [...] Então, isso, isso é importante, sabe? Existir vários grupos religiosos (INTEGRANTE METANOIA, 2018).

Nesse momento, a integrante do Metanoia apresenta uma contradição, ao afirmar que o Estado é laico, mas que considera importante a existência dos grupos na Instituição, que também se diz laica. O estudante A, que não participa desses grupos, também levantou a questão da laicidade, com as mesmas dificuldades dos outros entrevistados.

A gente também tem a questão que as instituições são laicas, e sendo laicas, elas não podem ter uma centralização em uma religião, mas esse ensinamento eu acho que tanto como a gente pode ter, é, áreas de estudo em uma, como a gente tem em um tipo de conhecimento em área de estudo: em filosofia, em sociologia, em matérias que são princípios estruturais, a gente também poderia ter teologia, mas isso depende do caso (ESTUDANTE A, 2017).

Aqui, apesar de defender a laicidade de Estado, o estudante sugere a presença da religião, enquanto disciplina curricular, com o estudo da teologia, confirmando todo o equívoco em relação à laicidade. Por outro lado, o estudante B, também não participante, considera que o país é cristão. Assim:

Eu vejo que a religião, ela, principalmente cristã, não há como negar, nossa sociedade é cristã, a maioria, mais que a pessoa não queira, é uma sociedade cristã, é cultural cristã, que esses bons costumes¹⁷⁶ que o cristianismo traz consigo, acaba que influenciando em nossa vivência em nossa Instituição, em nosso desempenho. Então, eu vejo que a religião contribui de forma assim, é, essencial na nossa formação aqui dentro da Instituição, como Instituição. [...] Pra mim, ciência e fé caminham lado a lado, não vejo embate [...] Educação, eu como cristão, me ajudou muito em certo ponto da vida, a ter essa visão de: a religião em certo ponto tem direcionado ao lado educacional. Então, uma influencia a outra ao meu ver (ESTUDANTE B, 2017).

O estudante B referiu-se à influência da religião na educação, e vice-versa, aspecto já mencionado anteriormente, presente na fala de gestores, com a mesma dificuldade de entendimento, pois tenta separar as dimensões do ser humano enquanto pessoa, como se isso

¹⁷⁶ O termo *bons costumes* foi utilizado por Norbert Elias como bons modos, que constituem uma análise da passagem de um padrão de comportamento medieval, expresso pelo conceito de cortesia, para outro denominado de civilizado, que coincidiu com o Renascimento e o surgimento da modernidade.

fosse possível. Já a integrante B percebe o grupo como alternativa substituta para a retirada do ensino religioso das escolas.

Eu acho bom, ótimo, né? Porque já que tiraram a religião, como uma matéria, aí esse grupo é uma bênção, porque falar de Deus, falar do amor do Senhor, e eu acredito sabe professora? Que o que muda no ser humano, não é só falar, é viver, é você fazer a diferença no dia a dia, [...] (INTEGRANTE B, CÉLULA D).

Aqui, é apresentada uma outra interpretação para justificar a importância dos grupos, que seria a oportunidade de trazer a religião para dentro do ambiente escolar, na esperança de que ela possa provocar uma consequente mudança no comportamento dos seus frequentadores.

Mas isso é muito bom nas escola¹⁷⁷, porque eu vejo, eu já assisti filmes como o que aconteceu na vida real, de alunos pegar por causa de bullying, não sei o que, sair atirando, nas salas de aula, né? Os professores. Isso é falta de quê? De religião, de uma Palavra. Depressão, os jovens se matando, entrando em depressão de tanto estudar, porque a ponte desabou, e essas contas, e esses grupo, que Deus tá abençoando essa escola, eu vejo uma bênção quando os aluno tão ali, louvando, tá naqueles grupo, [...] (INTEGRANTE A, CÉLULA D).

Essa integrante também acredita que a presença dos grupos nas escolas pode auxiliar em quadros depressivos, como no enfrentamento de problemas pessoais. Os dois estudantes que não participam dos grupos observam a Instituição de formas aparentemente semelhantes. O estudante A declarou: “Eu acho que a Instituição não se importa muito, eu acho que tanto faz, eu acho que a Instituição pensa num tanto faz, tanto faz fazer, como não fazer. Porque eu vejo que é os alunos que, que fazem isso, ninguém pertencente a Instituição, nem o servidor faz questão disso” (ESTUDANTE A, 2017). Na percepção desse estudante, ninguém da Instituição tem interesse nem se importa com esses grupos, havendo, assim, uma total indiferença, sendo de interesse apenas dos estudantes. No mesmo sentido, o estudante B, afirmou:

Eu vejo que a Instituição, assim, não bota bem a cara, como no popular, né? Nesses grupos por ser uma Instituição que tende a surgir várias religiões, culturas diferentes, pessoas chegando de fora, de outro país. Então, assim, não dá um apoio definitivamente, mas assim, dá aquele apoio do espaço, respeitando a toda e qualquer religião que temos em nosso ambiente escolar (ESTUDANTE B, 2017).

¹⁷⁷ A palavra está de acordo com o vocabulário da entrevistada.

Nessa concepção, o estudante apresenta uma instituição escondida frente à presença dos grupos, ao mesmo tempo em que a concessão do espaço para as reuniões dos grupos é percebida por ele como um apoio e respeito à diversidade religiosa e cultural, o que não se configura na prática, pois é inexistente em seu ambiente a presença de religiões de outras denominações não cristãs, ficando difícil afirmar que ela apoia e respeita toda e qualquer religião.

A líder da ABU, apesar de não perceber retaliação da parte da Instituição em relação ao Núcleo, sente que há uma ausência dos gestores, gerando um sentimento não apenas de invisibilidade, mas também de ressentimento, pois, “[...], a gente nunca teve na verdade contato com ninguém, assim um representante que pudesse falar uma opinião, se aceita, se não aceita, se apoia, se não apoia, mas a gente nunca recebeu, pelo menos eu, nunca recebi discriminação, na sala, nada desse tipo” (LIDER ABU, 2017). Como foi dito pela líder da ABU, ela nunca foi procurada por nenhum representante institucional que apresentasse sua posição, seja de aceitação ou de proibição, já que eles sabem da existência dos grupos. Como o cargo de direção é político, depende de votos e da aceitação da comunidade escolar, acredito que essa relação da religião com o Instituto pode estar imbricada no fortalecimento da dominação. Cabe ressaltar que o professor de História entende que o posicionamento da Instituição diante da presença desses grupos não é de invisibilidade, porém

[...], não há uma prática, digamos assim, institucional, de discussão, salvo aquelas datas comemorativas, que as vezes você encontra um grupo, mais religioso ou não, mas não necessariamente realizando um culto, uma manifestação religiosa, programada do ponto de vista institucional, ou seja, eu não vi ainda. Talvez algum gestor ou outro tenha envolvimento, mas não uma coisa institucionalizada, não sei (STÊNIO, 2017).

Essa fala do professor confirma a independência dos grupos na realização dos seus encontros e a inexistência de uma pauta de discussões com participação Institucional que possibilite um canal de comunicação com os estudantes integrantes dos mesmos. Apesar de ter levantado a possibilidade do envolvimento de gestores com os grupos, esse fato não ficou comprovado na pesquisa.

De acordo com o professor Rômulo,

[...] a escola, ela, ela não pode repetir os modelos, o que me falou, o que eu penso que faz uma escola grande, e cada vez melhor, é uma escola que consiga ser mais, como é que eu digo? Holística possível, mais eclética possível, né, e que ela possa não só deter a ciência sentido stricto senso, a ciência enquanto produção do conhecimento acadêmico, né, o mais que ela possa formar seres

mais multifacetados, ou a palavra seria essa, mais amplos possíveis, né. E aí tem uma coisa que eu acho interessante, é, a espiritualidade, ela tá absolutamente presente nessa Escola, mais precisamente nesse *campus* (RÔMULO, 2017).

Nesse momento, coloca-se a ideia de uma escola mais aberta na perspectiva holística, como formadora de indivíduos detentores não apenas do conhecimento científico e acadêmico, mas sensível a todo o sentimento de espiritualidade que permeia o *campus*. E em sendo uma escola mais aberta, a convivência com a diversidade permite outras formas de ser, fazer e agir. Na percepção do reitor da Instituição:

[...] Natural que toda diversidade é, social, ela se manifesta em maior ou menor escala no espaço da Instituição, né? Que a Instituição é um microcosmo que representativo dessa escala maior, né? Então, isso é muito natural. Os grupos propriamente, né? Em se tratando de grupos religiosos, quando você tem uma militância, um ativismo mais efetivo, é. Tem um lado extremamente positivo que é o lado do humanismo que permeia essas práticas de grupos religiosos sobretudo cristãos, que é um fazer, fazer o bem, né? Fazer o bem. É, disseminar a prática da solidariedade, da fraternidade, né? Da humanidade, e naturalmente, um eixo que a despeito de algumas divergências ou disparidades de concepções, de dogmas aqui e acolá, mas você tem um elemento que une esses agrupamentos, é exatamente esse espírito da humanidade, da solidariedade, fazer o bem ao próximo. Isso falando lato senso, seria algo extremamente positivo. Vinculado a esse aspecto, você vê aquele mais ligado ao nosso objeto, nosso trabalho que é lidar com adolescente, o adolescente em construção, [...] O universo interior do adolescente, é, ele é muito complexo, né? Ele está em construção e afirmação da personalidade, as inquietações, as interrogações, é um movimento de vida muito difícil exatamente face esse processo de formação. Por isso, que requer dentro do aprendizado, a atuação de vários atores, não apenas da escola, mas professores, das equipes multiprofissionais, mas também da família. É sobretudo. E a Igreja, ela também tem um papel importante quando se dispõe a suplementar essa ação evangelizadora que está calcada no processo educacional também, de ajudar o jovem caminhar no bom caminho (NICÁCIO, 2017).

O reitor entende a presença dos grupos como uma representação da sociedade no ambiente institucional, ressaltando a importância do cristianismo, já que as suas considerações estão voltadas para as religiões tradicionais no país, confirmando outros posicionamentos apresentados ao longo dessa pesquisa, em que as religiões de ordens menos ortodoxas sequer são mencionadas, cabendo questionar como seria o posicionamento da Instituição caso outras religiões se manifestassem em seu espaço. Assim como os outros atores, o reitor considerou a ação evangelizadora dos grupos, como parte do processo educativo, vivenciada no espaço

educacional com maior visibilidade em décadas anteriores, como pensa também um dos estudantes não participantes dos grupos:

[...] a gente vê que universidades antigamente na Europa, começou ter as faculdades, que, de princípio que toda faculdade, a medicina assim, devidamente teologia. Já em 1.500, ou alguma coisa assim, tinha já o curso de teologia na Europa. No Brasil, a gente foi tê-lo posteriormente, bem posterior. E tipo, isso foi, desapareceu um tempo, mas nas Instituições. Eu acho que esse grupo tenta manter esse ensinamento que tava sendo esquecido, dissipado, [...] (ESTUDANTE A, 2017).

Acredito que a maior dificuldade da nossa Instituição manifesta-se nesse discurso de manutenção de uma pseudoneutralidade ao lidar com essa temática, tanto que essa fala do estudante A revela uma compreensão de que a atuação dos grupos religiosos é uma espécie de resgate da religião no espaço acadêmico, quando, na verdade, pode ser entendido como uma oportunidade para a extensão das atividades das Igrejas na Instituição, concebida não como um elemento formal, mas enquanto processo de interação forjado, quando continua amparando, em nome da tolerância e da democracia, a presença de práticas religiosas em seu espaço.

O outro estudante não participante dos grupos, quando questionado sobre como percebe a postura da Instituição frente aos grupos, considerou importante essa aceitação, justificando considerá-la aberta a diferentes correntes políticas e religiosas, o que, na prática, é bem diferente. Porém, assim como outros entrevistados, não tem uma posição clara sobre o assunto:

Eu penso que é de extrema importância, qualquer tipo de grupo religioso em nosso espaço, porque a nossa Instituição centenária é um espaço que tá aberto para qualquer tipo e forma de pensamento de cunho religioso ou político. Eu acho que só tem a acrescentar, não tenho o que dizer quanto a se é bom ou se é ruim, só tem a acrescentar (ESTUDANTE B, 2017).

Cabe mencionar que a concepção desse estudante sobre a presença de grupos religiosos no *campus* é semelhante à de alguns gestores, já apresentada anteriormente. No entanto, ele não se posicionou quanto a essa presença ser boa ou ruim, um discurso que tem semelhança com aquelas declarações apresentadas que apontam indiferença da Instituição. No entanto, percebe haver

[...] um olhar de estranhamento daqueles que passam, aí, aquele grupo que está ali reunido, é difícil hoje em dia, na sociedade jovem que vivemos, nesse fluxo dessa nossa juventude, parar pra falar de religião, é, tem algo mais

passeio, mais espiritual em relação ao próprio cristianismo. Então, assim, sofre sim, assim como várias outras diferenças, temos várias outras diferenças em nosso Instituto, que cria esse clima de estranheza por parte dos outros (ESTUDANTE B, 2017).

A diversidade presente no *campus*, em termos de orientação sexual, gosto musical, galeras, turmas, grupos religiosos e pertencimentos associativos, é demarcadora de identidades que tanto têm aproximado como separado os jovens. Nesse sentido, mesmo que as reuniões do JOTEC sejam realizadas no mesmo local há trinta anos, a presença do grupo nesse espaço não só aproxima e separa os estudantes, mas também causa estranheza a alguns.

Entre os atuais gestores, o chefe do Departamento de Educação Profissional, o professor Marcílio Cordeiro Dias, responsável pelos projetos de Educação Profissional de nível médio e básico, cujas atividades estão diretamente voltadas aos estudantes do ETIM, apresentou concepção semelhante à de outros servidores quanto à existência dos grupos religiosos no *campus*. Inicialmente, informou desconhecer sobre os mesmos, mas ficou evidente que o diálogo é que é inexistente.

[...], em relação a grupos aqui no Instituto Federal, eu realmente ainda não tive acesso, nunca mantive contato com nenhum dos grupos, então eu nem fui até eles e nem eles, não vieram até o Departamento de Educação Profissional, e eu vejo na rotina são manifestações de louvores, e eu vejo que tem uns grupos que se concentram em determinado espaço da Instituição e tocam violão e cantam, mas eu não conheço quais são as ações fora essas que os grupos desenvolvam enquanto ação religiosa, ou de caridade, solidariedade, etc. (MARCÍLIO, 2016).

As falas dos dois atuais gestores, Diretor Geral e chefe de departamento, confirmaram que, apesar de saberem da existência dos grupos, há uma falta de aproximação e acompanhamento das atividades realizadas por eles; há desconhecimento a respeito da dimensão dos mesmos; concebem-se as funções dessas práticas como formativas e educacionais e sustenta-se a necessidade de tais círculos estarem junto aos estudantes, vistos como parceiros do processo educativo, quando, na realidade, a Instituição mantém-se distante e desconhece o movimento de criação e expansão desses grupos cada vez mais enraizados na cultura institucional.

Embora as celebrações religiosas venham desaparecendo, particularmente aquelas organizadas pela própria Instituição, com chamamento a toda a comunidade, a Associação dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (ASSIFPB) tem

mantido, em seu calendário de atividades, a comemoração da Páscoa dos servidores, em sua sede social. As atividades informadas nos cartazes abaixo não apresentam programação religiosa. Mesmo assim, fico pensando naqueles servidores que não são cristãos, e até mesmo nos ateus, que são convidados para um evento com apelo religioso. Como será que esses servidores recebem esses convites distribuídos aos sócios?

Imagens 18, 19, e 20: Convites de Páscoa da Associação dos Servidores, em 2016, 2017 e 2018.



Fonte: Arquivo da ASSIF, cedido à autora em 2018.

Todo esse cenário observado no *campus* remete ao pensamento de Bauman (2003), quando fala da inquietação do ser humano na modernidade, em que as certezas de antes não mais atendem às angústias de agora e, “Entre as totalidades imaginárias a que as pessoas acreditavam pertencer e aonde acreditavam poder procurar (e eventualmente encontrar) abrigo, um vazio boceja no lugar outrora ocupado pela “sociedade”” (BAUMAN, 2003, p.102), esse vazio pode ser pensado não apenas pelas angústias próprias do ser humano, mas pela ausência de políticas educacionais no sentido de oferecer aos estudantes do Instituto alternativas de sociabilidade, interação e acolhimento das suas demandas das mais diversas ordens. Enquanto isso não acontece, os grupos religiosos colocam-se nesse vazio e oferecem, para além da evangelização dos seus frequentadores, apoio emocional, acadêmico e até financeiro. A

expansão dos grupos é uma voz que clama por uma escuta qualificada, amorosa e interessada, capaz de decodificar o que é olhado e não é visto, mas, quando se vê, é ignorado.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema desta tese veio ao encontro de uma perspectiva de analisar a presença da religião no espaço público profissionalizante do IFPB, *campus* João Pessoa a partir do período em que ainda era denominado Escola Técnica Federal da Paraíba, no final dos anos 1960. Tal escolha me levou a buscar os caminhos da história das religiões em nosso país desde a colonização, quando adotou o catolicismo como sua religião oficial, o que poderia auxiliar na compreensão dessa presença no *campus*.

A importância atribuída à dimensão histórica deve-se ao fato da necessidade de situar os diferentes momentos da trajetória da religião no país e, no Instituto, para identificar como essas práticas foram inseridas na educação profissional, visto que, em princípio, o campo religioso deveria se colocar em outro espaço. Fez-se necessário, ainda, verificar como os agentes envolvidos percebiam/percebem essas práticas e como vêm lidando com a religião durante o período analisado. Nesse sentido, algumas referências foram necessárias quanto às tradições, recortes e dados históricos que permeiam a religião enquanto experiência intimamente ligada à vida dos brasileiros, em particular dos que fizeram/fazem parte da Instituição.

Para essa análise, foi necessário identificar a presença das mais variadas práticas religiosas no espaço Institucional, encontrando, inicialmente, dificuldades quanto aos registros sobre o tema, que foram sendo vencidas, a partir das entrevistas realizadas com os diferentes agentes envolvidos. No primeiro momento, aqueles que vivenciaram essas práticas nos anos 1960 e 1970 e, posteriormente, com os outros, entre eles, servidores, líderes dos grupos religiosos, estudantes participantes e não participantes dos mesmos.

A pesquisa, documental, com entrevistas e fotografias, permitiu identificar os rituais e celebrações católicas, vivenciados no *campus*, de forma mais expressiva nos anos 1960 e 1970, registrando a presença de padres e pastores no cotidiano escolar, período também em que a admissão de servidores na Instituição acontecia por convite, utilizando como critério a religiosidade das pessoas. Destaco aqui a importância das fotografias, que auxiliaram a compor esse estudo, a entender posturas, condutas, modelos sociais, principalmente as fotos oficiais.

Nesse sentido, a laicidade sempre foi vivenciada em meio a muitos equívocos, entre eles, os relacionados à presença legitimada da religião no espaço social escolar, em que diversas tensões entrelaçam o tema, necessitando de ponderação quanto às especificidades culturais, sociais, políticas e religiosas. A presença da religião no Instituto está marcada pelas mais diferentes manifestações, acolhidas por toda a comunidade escolar, o que dificultou um real

entendimento das posições dos agentes institucionais sobre a laicidade e das suas reais posições frente à questão. Enquanto os agentes mais antigos trataram o tema com muita naturalidade, os mais recentes utilizaram a laicidade de forma equivocada para justificar a não interferência nessa questão, bem como sobre a criação e a expansão dos grupos religiosos pelos estudantes. Por outro lado, os grupos se apoiam no discurso tanto da laicidade como da liberdade religiosa, para justificar essa presença.

Apesar de a Constituição Federal prever o princípio de laicidade, na prática, ele não se efetiva na Instituição, mas também não é possível afirmar que o Estado brasileiro seja absolutamente laico, pois esse princípio impõe uma separação entre órgãos públicos e confissões religiosas. No IFPB, não seria diferente, e isso pode ser observado na forma como a Instituição tem tratado o tema durante todo esse período, verificando-se uma aliança com a religião em seu espaço, embora a presença religiosa na esfera pública seja legítima e democrática.

Percebi que os próprios gestores desconhecem os princípios de laicidade e que a Instituição, por ser pública, portanto laica, não deveria apoiar quaisquer correntes religiosas direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente. Observei também que essa questão não faz parte das preocupações da Instituição, que vê, nessas práticas religiosas dos estudantes, um espaço educativo e legítimo para essas manifestações.

O capital religioso tanto dos diretores e servidores como dos estudantes, nos anos 1960 e 1970, era representado pela religião católica, concebida como legítima e natural em seu ambiente. Era tão natural ser católico que a Instituição realizava celebrações religiosas, como missas, Páscoa, bênçãos de ambientes, sem qualquer questionamento, porque era coerente com o *habitus* religioso de toda a comunidade escolar, a partir da Direção Geral, enquanto autoridade, amparada pelos agentes religiosos. Assim, durante todo o período analisado, essas práticas jamais foram questionadas, nem discutidas, mas vivenciadas de forma naturalizada, nas mais diferentes formas de celebrações e rituais, chegando a ser comparada a uma igreja. Na minha experiência como servidora a partir de 1995, tenho observado e vivenciado um significativo repertório dessas práticas, inseridas no seu cotidiano, como parte do calendário escolar, amparado pelo *habitus* de seus agentes, que representavam a hegemonia católica no país.

Quanto ao fato de a Paraíba, tradicionalmente, possuir uma maioria de católicos, o Censo de 2010 revela um aumento da população evangélica no Estado, com conseqüente representatividade no *campus* João Pessoa, observada na expansão dos grupos religiosos constituídos por estudantes e, mais recentemente, por servidores terceirizados. As lideranças

são predominantemente de mulheres, profitentes de religiões evangélicas, diferentemente do que acontece nos templos religiosos, em que a presença masculina se faz majoritária.

A difusão do cristianismo no espaço escolar aconteceu inicialmente amparada por seus dirigentes, predominantemente com formação religiosa católica e, mais recentemente, por estudantes e servidores terceirizados, em sua maioria, evangélicos, agenciados por pastores e líderes religiosos de suas Igrejas, que, nos últimos cinco anos, têm se destacado, ressignificando práticas religiosas aparentemente não tradicionais.

Verifiquei que o Estado brasileiro continua marcado pela presença das religiões majoritárias, católica e evangélicas, em que o Direito enquanto fenômeno social mantém conexões com as tradições e valores da classe dominante, e a escola coloca-se enquanto sujeito das estratégias de reprodução, incorporando, em sua rotina, não apenas o calendário religioso, mas também práticas religiosas diversas.

A pesquisa revelou semelhança nos discursos dos gestores quanto à presença de práticas religiosas na Instituição, e/ou permissão para tal, e, mesmo que alguns deles tenham afirmado ter mantido certa distância dessas manifestações durante seu mandato, fizeram-se representar por assessores em celebrações e cultos ecumênicos durante sua gestão.

O desdobramento da liberdade religiosa, aliado à dificuldade de compreensão do seu significado, como também dos princípios de laicidade, ambos diretamente relacionados com os princípios republicanos, têm gerado dúvidas quanto à presença da religião no espaço público escolar. As entrevistas realizadas comprovaram essa dificuldade, na medida em que os agentes apresentaram concepções diferentes em relação ao entendimento sobre o que são a liberdade religiosa e os princípios de laicidade, havendo um entendimento de que esses princípios são justificados por essa liberdade. Nesse contexto, a criação e a expansão dos grupos religiosos no *campus*, principalmente nos últimos cinco anos, é uma demonstração de que, na medida em que a Instituição foi paulatinamente retirando da sua pauta as celebrações e ritos religiosos, os estudantes evangélicos, talvez encorajados pelo crescimento desse segmento no cenário nacional, passaram a ocupar esse espaço com mais expressividade.

Todos os grupos realizam reuniões semanalmente, mas não há qualquer interação entre eles, apesar de que alguns participantes do JOTEC tenham informado que frequentam ou frequentaram outros grupos, porém de forma individualizada, sem qualquer relação mais específica. O grupo GOSFA, formado por católicos, apesar de ter sido encerrado, demonstrou ser o que mais reunia adeptos¹⁷⁸, confirmando os dados do IBGE, e, conseqüentemente, a

¹⁷⁸ Ver fotos 30 e 31 das reuniões do grupo GOSFA, p.192.

continuação de uma representação majoritária católica também no Instituto, apesar da sua não visibilidade. Por outro lado, o Censo 2010 também indicou que os evangélicos tiveram um aumento em seu número de adeptos no Estado da Paraíba, fato que parece ter encorajado os estudantes a realizar todo esse movimento de criação e expansão de novos grupos no *campus*, repercutindo em seu crescimento no espaço escolar.

Os integrantes desses grupos incorporam discursos e práticas religiosas, por meio das leituras bíblicas e orações, na sua maioria à religião evangélica, incluindo também cuidados com a vida pessoal e acadêmica, construídos a partir da frequência as suas reuniões. O trabalho de sociabilidade acontece das mais variadas formas, desde as discussões nas reuniões semanais, às participações no Rock, gincanas, músicas, eventos, em que os jovens frequentadores gradualmente adquirem um *habitus* próprio do campo religioso. Os grupos também investem no acolhimento dos seus integrantes, apoiando os jovens em suas necessidades religiosas, acadêmicas e sociais, implicando em oportunidades de interação e sociabilidade.

Os líderes desses grupos chamam a atenção por sua facilidade para falar em público, na interação em sala de aula, na sustentação de argumentações nos debates, características comuns em jovens que tiveram uma socialização em grupos religiosos, políticos e em movimentos sociais. A experiência religiosa apresenta ainda outros impactos na vida social dos jovens, no que tange à adoção de determinados valores e práticas, como, por exemplo, a valorização da solidariedade, da cooperação e da troca de experiências.

Apesar de algumas manifestações de preconceito e estigma em relação aos participantes desses grupos, de maneira geral, eles parecem ser bem aceitos pela comunidade escolar, sem identificação de problemas nesse sentido. Os grupos são considerados pelos gestores como parceiros do processo educacional, mas, na concepção dos estudantes integrantes e não integrantes, falta diálogo, além de haver uma certa indiferença da Instituição.

Alguns professores acreditam que a presença dos grupos não apresenta dificuldades e que os frequentadores dos mesmos demonstram reunir algumas habilidades atribuídas à vivência no grupo religioso, como, por exemplo, uma maior facilidade em atividades de sala de aula que envolvam trabalho em equipes. Identifiquei, ainda, haver agenciamento dos grupos, tanto por pastores das Igrejas frequentadas por alguns líderes quanto pelos Movimentos Religiosos estaduais e nacionais, interessados em criar e manter grupos religiosos no *campus*, que, em certa medida, funcionam como braços dessas Igrejas.

O fato de os grupos religiosos oferecerem uma prática religiosa dentro da Instituição permite otimizar o tempo livre dos estudantes, que justificaram sua frequência nos mesmos, em razão do significativo espaço de tempo que permanecem no *campus*, algumas vezes sem uma

agenda de estudos, atrelando, assim, uma concomitância de atividades escolares com atividades religiosas. Além do que, a participação no grupo é feita por convite dos colegas, o que parece encorajar a sua participação, já que é inexistente a presença de líderes religiosos formais da família e até mesmo da Instituição. Nesse sentido, a religião deixa de ter o caráter da obrigatoriedade e passa a ser orientada por seus pares, o que traz confiança, interação e construção de vínculos de sociabilidade.

Dentre as principais conclusões, destaco a permanência da religião no cotidiano escolar, representada por grupos religiosos constituídos majoritariamente por estudantes evangélicos de diferentes denominações, não mais ancorada nos representantes institucionais, mas nas lideranças religiosas estudantis, agenciadas por pastores e líderes de Igrejas evangélicas, comunidades católicas e Movimentos Religiosos Estaduais e Nacionais. A justificativa apresentada pelos gestores para a existência desses grupos está amparada por um equivocado discurso da laicidade, enquanto, do ponto de vista dos grupos, igualmente equivocado, esse é um espaço legítimo, cujos princípios de laicidade são justificados enquanto direito à liberdade religiosa.

Observo, ainda, que a concepção de laicidade na Instituição continua não sendo claramente compreendida por boa parte da comunidade escolar, visto ser também confuso seu entendimento, no ordenamento jurídico nacional, como demonstra o preâmbulo¹⁷⁹ da Constituição Brasileira de 1988: “sob a proteção de Deus”, confirmando a dificuldade dos constituintes na compreensão da posição de um Estado laico, em que há a sua separação da Igreja. Observo também que o poder religioso, não apenas católico, continua influenciando o país, particularmente o *campus* João Pessoa do IFPB. No entanto, entendo que a liberdade religiosa é legítima, mas deve caminhar junto aos princípios de laicidade. Diante desse contexto, os grupos religiosos evangélicos parecem ocupar o lugar privilegiado do catolicismo na Instituição, vivenciado por toda a comunidade escolar durante décadas, a partir da Direção Geral, passando a ser a expressão religiosa mais presente e vivenciada no *campus* nos últimos cinco anos, como indicam os resultados dessa pesquisa.

Considero que a presença da religião no *campus* João Pessoa está diretamente relacionada ao *habitus* institucional, representado por gestores, professores, técnicos administrativos e estudantes, continuando expressiva nesse espaço, porém, nos últimos cinco anos, mantém-se presente numa outra perspectiva, em que os estudantes passaram a ser os principais agentes desse processo. Espero que essa pesquisa possa contribuir para uma reflexão

¹⁷⁹ ."o preâmbulo é uma parte introdutória que reflete ordinariamente o posicionamento ideológico e doutrinário do poder constituinte." In: PINTO FERREIRA, Luis. Comentários a Constituição Brasileira. São Paulo: Saraiva, 1989, vol. 1, p. 03.

da Instituição, quanto ao seu papel social, no que tange ao cumprimento dos princípios de laicidade, preconizados nos documentos oficiais que orientam a matéria, aproximando-a dos grupos religiosos, no sentido de haver transparência nesse diálogo, e nessas práticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, CASTRO Mary G., WAISELFISZ Júlio J. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Capítulo 1 **Juventudes e Escola – Modelando o Marco Compreensivo-Reflexivo**. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ALMEIDA, Geraldo Antônio Coelho de. **Os sacramentos de iniciação e o catolicismo no Brasil colonial**, 1974.

ALVES, Rubem, **O que é religião**. 9 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

ALVES, Sandra Cristina S. **A educação profissionalizante durante o estado ditatorial**, 2010, *online*.

ANDRADE, Alenice Maria dos Santos. **Surfistas de Cristo**: um estudo da sociabilidade juvenil. São Paulo. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da USP, 2005.

AZEVEDO Luiz Alberto; SHIROMA Eneida O; COAN Marival. **As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica**: sucessivas reformas para atender a quem? B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, maio/agosto 2012.

BAPTISTA, Paulo Agostinho Nogueira. **Religião, política e Teologia da Libertação**: trajetória e desafios, Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 229-254, jan./abr. doi: 10.7213, ISSN 1984-3755, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual / Zygmunt Bauman; tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2007.

_____. **Tempos Líquidos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. Sobre a origem, a dinâmica e os usos do medo, In: **Medo líquido**. Tradução, Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMEISTER, R. F., & LEARY, M. R.. **The need to belong**: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. Psychological Bulletin, 117(3), 497-529. doi: 10.1037/0033-2909.117.3.497. 1995.

BARBOSA, José Carlos. **Negro não entra na igreja**: espia da banda de fora. Protestantismo e escravidão no Brasil império. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 2002.

BARBOSA, Rui. **Obras Completas de Rui Barbosa**. V. 30, Tomo I. 1903.

_____. **Obras Completas de Rui Barbosa**. V. X, Tomo I. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BASTIAN, Jean-Pierre. **Protestantismos y modernidade latino-americana**: história de unas minorias religiosas activas em América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja e a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-1964). Tomo III. v. 4. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Tradução Donaldson M. Garschagen. 32.ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

BERTINATTI, Nicole; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas Boas C. **A escola dominical Presbiteriana**: Disseminação de Saberes e Práticas Educativas. Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 20, n. 35, jan/jun. 2011.

BELLOTTI, Karina Kosicki, **História das religiões**: conceitos e debates na era contemporânea História: Questões & Debates, Curitiba, n. 55, p. 13-42, jul./dez. Editora UFPR. 2012.

BIAGINI, Jussara. **Reforma do Ensino**: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Reestruturação Curricular do CEFET de Minas Gerais. Tese (Doutorado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: Sn, 2009.

BIRMAN, Patrícia (Org.) **Religião e espaço público**. São Paulo CNPq/Pronex, Attar Editorial, 2003.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Nova ed. - 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOFF, L; BOFF, C. **Da libertação**: O teológico das libertações sócio-históricas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **What makes a social class?** On the theoretical and practical existence of groups. Berkeley Journal of Sociology, n. 32, p. 1-49, 1987.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org): **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Gostos de classe e estilos de vida. In ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsma, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 89-126, 1984.

_____. A juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____. Para uma Sociologia dos sociólogos. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

_____. Efeitos do Lugar. In BOURDIEU, P. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 4ª Ed. 2001.

_____. Compreender, In: BOURDIEU, P. (Org), **A miséria do mundo**. 4ª Ed. Petrópolis, Vozes, 2001.

_____. **Esboço de uma Teoria da Prática**. Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila, Oeiras, Celta Editora, 2002.

_____. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **Coisas ditas**. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 11ª ed. Campinas, SP: Papius, 2011.

_____. Espaço Social e Espaço Simbólico In: **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papius. 2011.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal) - 15ª ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Introdução**: A força do sentido, In: **A economia das trocas simbólicas**. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. Reprodução Cultural e Reprodução Social, In: **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.). 15. Ed Petrópolis: Vozes. 2014.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92); [edição estabelecida por Patrik Champagne. [et. al]; Tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE P. Os excluídos do interior. In: **Escritos de Educação**. Tradução: Magali de Castro. 15. Ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

- BOGDAN, R. L; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação. Porto, 1994. In: **Gestão escolar**: introdução. Conteúdo Escolar, 2004. Disponível em: <http://www.conteudoescola.com.br/site/content/view/42/45/>. Acesso em: 18 fev. 2016.
- BORGES, Ricardo R., CARMO, Andréia O. do. **A Interiorização do Poder em Bourdieu e Foucault**: Uma Análise da Educação. Revista São Luis Orione - v. 1 - n. 3 - p. 13-25 - jan. /dez. 2009.
- BLANCARTE, Roberto. O porquê de um Estado Laico. In. LOREA, Roberto Arriada et. al. **Em defesa das liberdades laicas**. 1ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 17/06/2017.
- BRANDÃO, Marisa. **Educação profissional e ensino superior**: do governo FHC ao governo Lula. Cadernos CEMARX, nº 6 – 2009.
- BUISSON, Ferdinand. Gênese da palavra laicidade, In: **Nouveau dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire**, Paris, Hachette, CXIX 1911.v. laïcité. Tradução: Marília Domingos De Franceschi Neto. João Pessoa: UFPB, 2009. (mimeo)
- CAULFIELD, J.. **Visual sociology and sociological vision, revisited**. *American Sociologist*, 11(3). 1996.
- CALDEIRA, Rodrigo Coppe **Reflexões acerca da continuidade e descontinuidade no vaticano II: Possibilidades de análise, Reveleto**. Revista Eletrônica Espaço Teológico Faculdade de Teologia da PUC SP ISSN 2177 - 952 X, 2008.
- CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **A Constituição Federal comentada**. Rio de Janeiro: Forense, 1948. -. Parecer do consultor geral da República. Revista de Direito Administrativo, nº 45/426. - Princípios gerais de direito público. 3. ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1966.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **Paróquias do Rio Grande do Norte**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 1992.
- CASSAMANO, Marco Aurélio. **Política e religião**: o estado laico e a liberdade religiosa à luz do constitucionalismo brasileiro. 2006. Tese de Doutorado na área de concentração de Direito, Estado e Sociedade) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª Edição Totalmente Revista e atualizada. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999.
- COTINS, Marcia e GOMES, Edlaine de Campos. **Os percursos da fé**: uma análise comparativa sobre as apropriações religiosas, do espaço urbano entre carismáticos e neopentecostais. *Pontourbe*, USP, São Paulo, n. 1, 2007.

CRUZ, João Everton da. **A ideia de laicização e o ensino religioso escolar**. Anais do 23º Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião Soter (org.) ISBN: 978-85-356-2691-9. Edição digital – e-book Soter– Paulinas, Minas Gerais, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. **Sintonia oscilante**: religião, moral e civismo no Brasil – 1931/1997. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 285-302, maio/ago. 2007.

CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão Gospel**: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad x: Instituto Mysterium, *online*, 2007.

DAYRELL, Juarez. T. A escola como espaço sócio-cultural. In: Dayrell, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

_____. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n.24, Set /Out /Nov /Dez 2003.

_____. **A escola faz juventudes?** Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.100 - Especial, p.1105-1128, Out. 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2006.

DELPHINO, Fátima Beatriz de Benedictis. **A educação Profissional**. São Paulo: Ícone Editora, 2010.

DOMEZI, Maria Cecília. **Religiões na História do Brasil**. São Paulo: Paulinas, Coleção Temas da religião. 2015.

DOMINGOS, Marília de F. N. **Escola e laicidade**: O modelo francês, Interações cultura e Comunidade. Vol 3. n. 4. Uberlândia: Universidade Católica:153-170, 2008.

_____. **Introdução à História e do Ensino Religioso no Brasil**, João Pessoa: UFPB, (mimeo) 2009.

_____. **Ensino Religioso e Estado Laico**: uma lição de tolerância. Revista de Estudos da Religião, REVER, ISSN -1677-1222. Pós-Graduação em Ciências da Religião, PUC, São Paulo, V. 3, 2009.

_____. **Laicidade: o direito à liberdade**. Dossiê: Laicidade, Estado e Religião - ISSN: 2175-5841. Artigo original. Belo Horizonte, V. 8, n. 19, p. 53-70, out/dez. 2010.

_____. **Rui Barbosa e a questão da laicidade na escola**. Anais do 23º Congresso Internacional da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião Soter (org.) Edição digital – ebook Soter– ISBN: 978-85-356-2691-9. Paulinas, Minas Gerais, 2010.

DORNELAS, Nelito Nonato. **A identidade das CEBs**. Vida Pastoral ISSN. 0507-7184. Artigo publicado em: maio-junho de 2006.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução Bruno Garcia Lopes. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. **As formas elementares da vida religiosa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Sociologia, Educação e Moral**. Portugal: Rés Editora, 1984.

_____. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

EMMERICK Rulian, **As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade**, Revista Latinoamericana - www.sexualidadsaludysociedad.org ISSN 1984-6487 / n.5 – 2010.

ETFPB. **Sinopse histórica da Escola Técnica Federal da Paraíba (1909 - 1979)**. João Pessoa: ETFPB, 1979.

FERNANDES, Flávio Christian Lemos. **Mídia e Catolicismo no Brasil: A Renovação Carismática Católica**. – Uberlândia. Orientador: Newton Dângelo. Monografia – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, 2003.

FERRARESE, Elaine da S. R., LIMA, Thiago P. **Neopentecostalismo, liderança carismática e o ciberespaço**. Pag. 770 – 782. In: XIV Simpósio Nacional da ABHR, Juiz de Fora, 2015. GT 17: Evangélicos no Brasil: Aspectos Políticos e Sociais. Comunicação publicada nos Anais da ABHR, 2015.

FERRARESE, Elaine da S. R., **Práticas Socializadoras da Igreja Sara Nossa Terra: afinidades eletivas entre neopentecostalismo e sociedade escolarizada**. Dissertação (Mestrado), Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Piracicaba, 2016.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, V. 1, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA Maria; RAMOS Marise. **A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educ. Soc. vol.26 no.92 Campinas, Out. 2005.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, Out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300023>. Acesso 10/12/2017.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: Dreyfus H. & Rabinow, **P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.** p. 231-249. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder.** (Organizado, introduzido e revisado tecnicamente por Roberto Machado). 22ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. O uso dos prazeres, In: **A História da Sexualidade**, volume 2. São Paulo: Graal (1984), 2010.

GASTAL Camila Azevedo; PILATI Ronaldo. **Escala de Necessidade de Pertencimento: Adaptação e Evidências de Validade Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 21, n. 2, p. 285-292, mai./ago. 2016. Disponível em www.scielo.br <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712016210206>.

GATTI, Bernadete A. **Formação continuada de professores: a questão psicossocial.** **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 191-204, jul. 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. O Beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: **Nova luz sobre a antropologia:** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GIDDENS, Anthony. A. **Novas regras do método sociológico.** 2.ed. Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **Constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GODOY, A. S. **Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa.** *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 3, n. 2, mai/ago. 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

_____. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana.** Vozes: Petrópolis. 2011.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face.** Tradução Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GOMES, Edlaine de Campos. **A era das Catedrais da IURD: a autenticidade em exibição.** Tese de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

GONZALEZ, Henrique. **Revistas do Instituto do Ceará.** Anno LXXXII, 1968.

GUMIEIRO, F. **As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil: Colônia e Império.** Tuiuti: Ciência e Cultura, n. 46, p. 63-78, Curitiba, 2013.

GUTIÉRREZ, G. **Teologia da Libertação: perspectivas.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAHN, Carl Joseph. **História do culto protestante no Brasil.** Trad. Antônio Gouvêa Mendonça. São Paulo: ASTE, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HARPER, D. **Visual Sociology: expanding sociological vision.** *American Sociologist*, 19(1). 1988.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir do povo.** PRIMEIRA EPOCA, Tomo II/1, 4ª Ed. Edições Paulinas. Vozes. Petrópolis, 1992.

_____. **A História da Igreja no Brasil: 1550-1800.** (Coleção Tudo é História, n. 45). 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

KUNZE, Nádia Cuiabano. **O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro,** Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Vol. 2, Nº 2, 2009.

LAGO, Mara Coelho de Souza. Interdisciplinaridade: algumas reflexões e vivências. In: RIAL, Carmen. TOMIELLO, Naiara. RAFAELLI, Rafael (Orgs). **A aventura interdisciplinar: quinze anos de PPGICH/UFSC.** Blumenau: Nova Terra, 2010.

LE BRETON, D. Une brève histoire de l'Adolescence. Paris, JC Béhar, 2013.

LE BRETON, David; MARCELLI, Daniel (dir.). Capítulo 1 Juventudes e Escola – Modelando o Marco Compreensivo-Reflexivo. **Dictionnaire de l'adolescence et de la jeunesse.** Tradução: Abramovay Paris: PUF, 2010.

LEIS, Héctor Ricardo. **Sobre o conceito de interdisciplinaridade.** Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, n.73. p. 1-23, Florianópolis, UFSC, 2005.

LIMA, Marileuza F. C. de. et al. **Da Escola de Aprendizizes da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba:** memórias do ensino técnico. ETFPB/Gráfica, João Pessoa, 1995.

LOPES, João Teixeira. **Tristes Escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano.** Porto: Edições Afrontamento, 1997.

MAGNANI, José G. C., SOUZA. **De perto e de Dentro**: Notas para uma Etnografia Urbana. NAU: Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível em http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf
Acesso em: 25/05/2017.

_____. **Quando o campo é a cidade**: fazendo antropologia na metrópole. São Paulo: EDUSP, 1996.

MARIANO, R.; PIERUCCI, A. F. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor**. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 34, p.92-106, Nov. 1992.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**: entre a secularização e a Dessecularização. trad. Euclides Martins Balancin, São Paulo: Paulinas, 1995.

MARTELETO, Regina Maria; PIMENTA Ricardo Medeiros. (Org.) **PIERRE BOURDIEU e a produção social da cultura**: do conhecimento e da informação. – 1ª. Ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

MASCARENHAS, Maíra. **Simmel e Goffman**: Contribuições para o estudo das relações sociais no ambiente escolar. *INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro, 4(1): 240-257, 2012.

MASLOW, A. H. *Motivation and personality*. 2. ed. New York, Harper & Row, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira (orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Educação Profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico – Introdução*, Brasília, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. **A ciência e a arte de ser dirigente**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

MOURA, Dante Henrique. *Educação geral e formação profissional: política pública em construção*. In: REGATTIERI, Marilza e CASTRO, Jane (Orgs). **Ensino médio e educação profissional**: desafios da integração. 2. Ed. Brasília: UNESCO, 2010.

_____. **EJA**: Formação técnica integrada ao Ensino Médio, Salto para o futuro – Secretaria de Educação a Distância, Ministério da Educação. Rio de Janeiro, boletim 16, set. 2006. *online*.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Educação escolar e cultura (s)**: construindo caminho, *Revista Brasileira de Educação*, n.23, p. 156-168.2003.

NACIF, Maria Cristina V. **O vestuário como princípio de leitura do mundo**. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, *online*.

NALINI, José Renato, *Liberdade religiosa na experiência brasileira*. In. MAZZUOLI, Valério de Oliveira; SORIANO, Aldir Guedes (coord.) **Direito à liberdade religiosa**: desafios para o século XXI. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação**. 3ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOVAES, Regina. **Juventude, religião e espaço público:** exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 184-208, 2012.

OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves C.; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. **As políticas neoliberais para a educação profissional:** analisando o governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. 2012.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. **As Origens da Educação no Brasil:** Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: aval. pol. pública. Educ.*, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

OLIVEIRA, Lílian Blank et al. **Ensino religioso:** no ensino fundamental. SP: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Elza. **A busca pela presença religiosa em meio à secularização no Brasil:** Diálogo entre Religião e Laicidade, *Juiz de Fora*, v. 7, n. 1/2, p. 21 a 28, jan./dez. 2012. *online*.

ORO, Ari Pedro; TADEVALD, Marcelo. **A Igreja Universal do Reino de Deus e a reconfiguração do espaço público religioso brasileiro.** *Ciencias Sociales y religión. Ciências Sociais e Religião*. Porto Alegre, ano 17, n. 23, p. 76-113, ago./dez. 2015.

ORTIZ, Renato, Anotações sobre religião e globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, n. 47, 2001.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

_____. **Perspectivas da educação profissional técnico de nível médio:** propostas de diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012.

PACHECO, Eliezer, PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; SOBRINHO, Moisés Domingos. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** limites e possibilidades. *Linhas Críticas*. Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan/jun. ISSN 1516-4896.2010.

PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter. **Ensino Técnico, formação profissional e cidadania:** a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil, dados eletrônicos. Porto Alegre: Tekne, 2012.

PAULA Marcos Antônio F. de. MACHADO Alexsandro dos S. **Educação profissional no Brasil:** Formação para o trabalho ou para a cidadania? VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional. Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista, Bahia, V. 6, n. 6, p. 3007-3027, 2017.

PERONI, Vera. Breves Considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **"Bye bye, Brasil"** - o declínio das religiões tradicionais no Censo 2000. *Estudos Avançados*. vol.18 no.52 São Paulo Set/Dec. 2004.

_____. O Crescimento da Liberdade Religiosa e o Declínio da Religião Tradicional: a propósito do Censo de 2010. In: **Religiões em Movimento: o censo de 2010**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Vol. 5 Nº 10. Rio de Janeiro, 1992.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo, Edusp, 1998.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. **Mudança religiosa na sociedade secularizada**: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. Dossiê Desafios contemporâneos da sociologia da religião. Contemporânea ISSN: 2236-532X v. 5, n. 2 p. 351-379 Jul.–Dez. 2015.

RANQUETAT JR., César Alberto. **Laicidade à brasileira**: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54437/000850912.pdf?sequence=1> 2012. Acesso em 23/08/2016.

REILY, Duncan A. **História documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 1984.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSAS, Nina. **Religião, mídia e produção fonográfica**: O Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 167-194, 2013.

SETEC/ MEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília, 2010.

SHINN, Terry, RAGOUE, Pascal, **Controvérsias sobre a ciência**: Por uma sociologia transversalista da atividade científica: Tradução Pablo Rubén Mariconda, Sylvia Gemignani Garcia, São Paulo: Associação Filosófica Scientia Studia: Editora 34. 2008.

SANTOS, Jaílson Alves dos Santos. A trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs). **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p.205-224, 2003.

SANTOS, Sérgio Ribeiro. **O protestantismo e a construção do estado laico brasileiro**: uma breve abordagem do processo histórico. FIDES REFORMATATA XXI, Nº 1, 2016.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **O protestantismo no advento da república no BRASIL**: discursos, estratégias e conflitos. Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010 - ISSN 1983-2850 <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao>.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil:** predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. ISSN 0101-7330 Educ. Soc., Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>. Acesso em: 21/12/ 2017.

SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade Religiosa no Direito Constitucional e Internacional.** 1ª ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional. Positivo.** 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Tradução Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

SCOTT, Russell Parry.. **Jovens, religiosidade e aquisição de conhecimentos e habilidades entre camadas populares.** Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 42, p. 375-388, set./dez. 2004.
SOUZA, Ney de. **Ação católica, militância leiga no brasil:** Méritos e limites, Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema.** Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, Edusp, 1984.

SCHWARTZMAN Simon, BROCK C. **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, Modernidade e Tradição: transformações do campo religioso. In: **Ciências Sociais e Religião.** Porto Alegre, ano 3, n. 3, out. 2001.

TAVARES Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica:** as Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil, 2012.

TAYLOR, Charles. **A ética da autenticidade.** São Paulo: Realizações editora, 2011.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIOTTI, E. B. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. In: **Avaliação de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação – diálogo entre experiências internacionais e brasileiras.** Centro de Gestão e estudos Estratégicos. Brasília: CGEE, 2008.

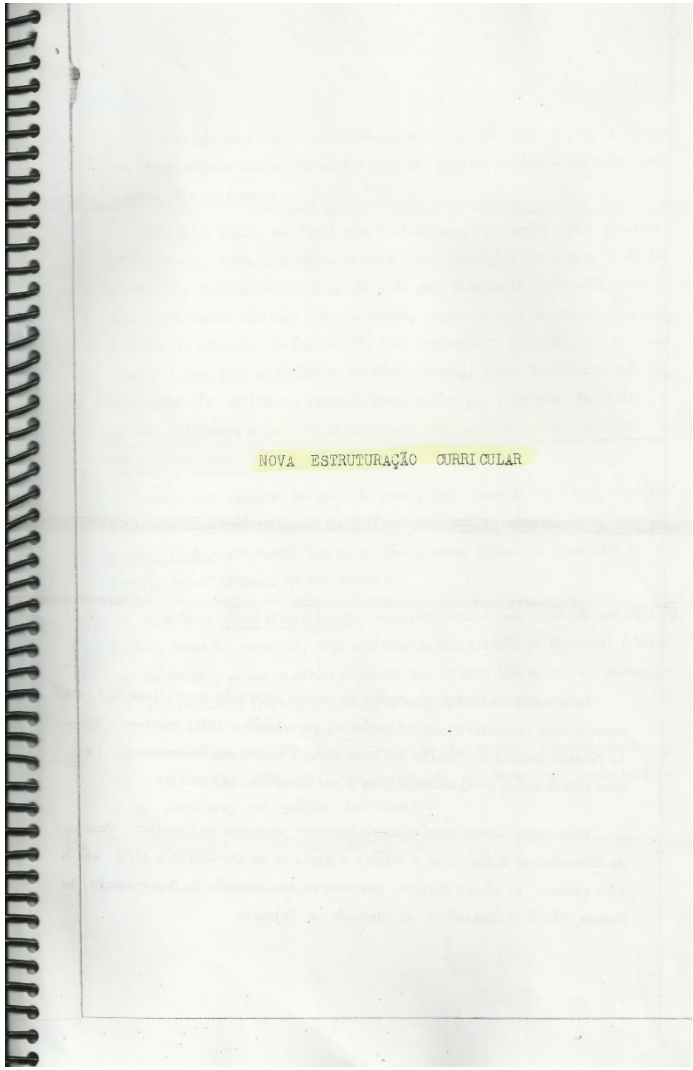
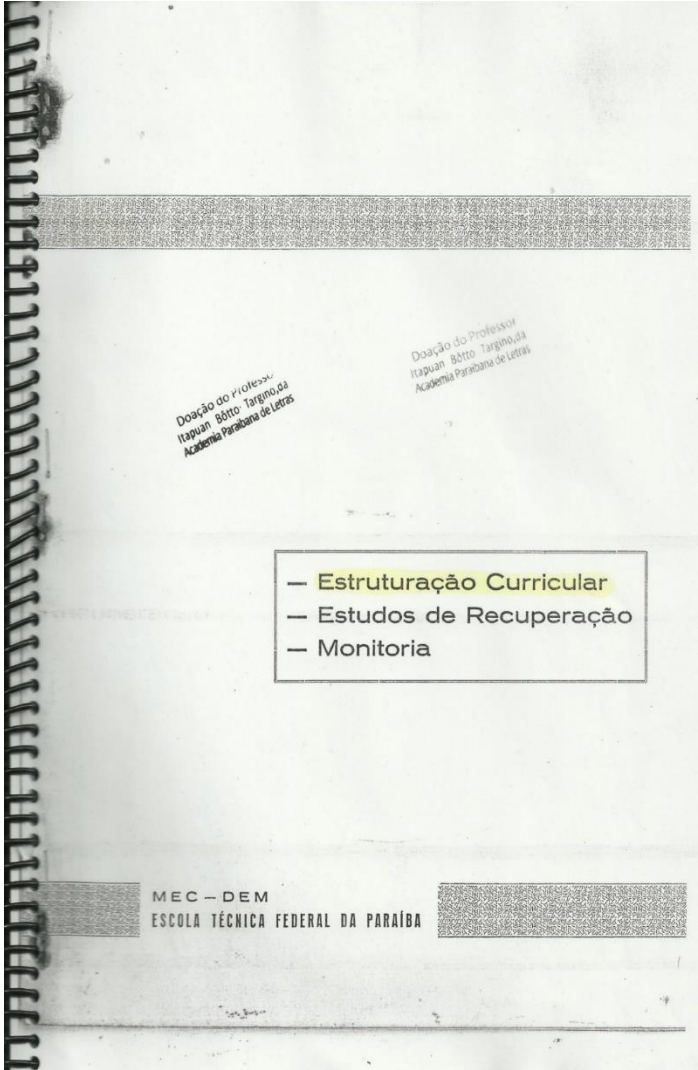
ZYLBERSZTAJN Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988.** Tese de Doutorado em Direito do Estado, Universidade de São Paulo: USP, 2012.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

1. Caderno JOTEC;
2. Estatuto JOTEC;
3. Manual de Célula da ISNT.

ANEXOS

ANEXO A



Embora sem profundas alterações no que se refere às disciplinas de cada curso e suas respectivas cargas horárias, em relação a 1974, resolveu a Escola Técnica Federal da Paraíba dar nova forma à estruturação curricular das suas habilitações profissionais para o ano letivo de 1975.

Para tanto buscou subsídios nos diversos pareceres do Conselho Federal de Educação que disciplinam a matéria - desde os de nºs 853/71 e 45/72 até o mais recente de número 2714/74, bem como em recomendação do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura.

Com vistas ao binômio educação geral x formação especial, os componentes curriculares foram condensados em duas grandes camadas - núcleo comum e parte diversificada.

Ao núcleo comum, que "será todo voltado para a formação geral" (Parecer nº 871/72-CFE) foram integradas as atividades previstas no artigo 7º da lei nº 5692/71, seguindo-se a orientação dada pelo Parecer nº 853/71-CFE, onde "a Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de comunicação e expressão, da Educação Artística...", e da Resolução nº 8/71-CFE, que em seu artigo 1º (que fixa as matérias do núcleo comum), exige "também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para alunos (parágrafo 2º).

Ainda como elemento de educação geral, foi ofertado ao aluno, facultativamente e em horário especial, a Língua Estrangeira Moderna, vinda da parte diversificada, porquanto "sem só do núcleo comum advirão os conteúdos de educação geral" (Parecer nº 871/72-CFE).

Também da parte diversificada emanaram todas as matérias que proporcionarão a formação especial, seja o mínimo de habilitação profissional (Parecer 45/72-CFE), sejam as matérias acrescidas a esse mínimo ou as disciplinas instrumentais (Pareceres nºs 45/72 e 2714/74, do CFE).

Resalte-se, por fim, que o programa de estágio supervisionado será analisado em 1975, para ser redefinido em termos de carga horária e de estrutura, no próximo ano letivo.

M.E.C. - D.E.M.
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARÁIBA
ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR = HABILITAÇÃO: ELETROTÉCNICA
ANO: 1975

MATERIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL				
		SÉRIES			TOTAL	
		1ª	2ª	3ª		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1 Líng. Port. e Lit. Brasileira	90	90	-	180	
	2 Educação Artística	30	-	-	30	
	3 Educação Física	90	90	90	270	
ESTUDOS SOCIAIS	4 Geografia	60	-	-	60	
	5 História	60	-	-	60	
	6 O.S.P.B. e Educ. Moral e Cívica	-	90	-	90	
	7 Ensino Religioso	15	-	-	15	
CIÊNCIAS	8 Matemática	90	90	-	180	
	9 Física	90	60	-	150	
	10 Química	90	60	-	150	
	11 Biologia	60	60	-	120	
	12 Programas de Saúde	-	-	30	30	
Sub-Total "A"		675	540	120	1335	
FORMAÇÃO ESPECIAL	LÍNGUA ESTRAN-GEIRA MODERNA	- FACULTATIVA PARA OS ALUNOS E OPER-TADA EM HORÁRIO ESPECIAL	-	-	-	
		13 ELETRÔNICA	-	-	120	120
	ELETRICIDADE	14 ELETROTÉCNICA I	150	-	-	150
		15 ELETROTÉCNICA II	-	150	-	150
	DESENHO	16 DESENHO TÉCNICO I	60	-	-	60
		17 DESENHO TÉCNICO II	-	90	-	90
	MECÂNICA	18 MECÂNICA APLICADA	-	90	-	90
	MÁQUINAS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	19 MÁQUINAS ELÉTRICAS	-	-	240	240
		20 PROJETOS DE INSTALAÇÕES	-	-	150	150
		21 INSTALAÇÕES DE BAIXA TENSÃO	120	-	-	120
		22 ENROLAMENTO DE MOTORES	-	120	-	120
		23 LÍNIAS E REDES	-	-	120	120
	ORGANIZAÇÃO E NORMAS	24 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	25 PORTUGUÊS TÉCNICO	-	-	90	90	
CIÊNCIAS	26 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60	
Sub-Total "B"		330	450	840	1620	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		-	-	-	720	
TOTAL GERAL (ST "A" + ST "B" + ESTAG. SUPERV.)		1005	990	960	3575	

Obs.: Ensino Religioso, de matrícula facultativa, será ministrado no horário normal da escola, apenas no 1º semestre da 1ª série.

M.E.C. - D.E.M.
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARÁIBA
ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR = HABILITAÇÃO: EDIFICAÇÕES
ANO: 1975

MATERIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL					
		SÉRIES			TOTAL		
		1ª	2ª	3ª			
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1 Líng. Port. e Lit. Brasileira	90	90	-	180		
	2 Educação Artística	30	-	-	30		
	3 Educação Física	90	90	90	270		
ESTUDOS SOCIAIS	4 Geografia	60	-	-	60		
	5 História	60	-	-	60		
	6 O.S.P.B. e Educ. Moral e Cívica	-	90	-	90		
	7 Ensino Religioso	15	-	-	15		
CIÊNCIAS	8 Matemática	90	90	-	180		
	9 Física	90	60	-	150		
	10 Química	90	60	-	150		
	11 Biologia	60	60	-	120		
	12 PROGRAMAS DE SAÚDE	-	-	30	30		
Sub-Total "A"		675	540	120	1335		
FORMAÇÃO ESPECIAL	LÍNGUA ESTRAN-GEIRA MODERNA	- FACULTATIVA PARA OS ALUNOS E OPER-TADA EM HORÁRIO ESPECIAL	-	-	-		
		13 TOPOGRAFIA	90	-	-	90	
	SOLOS	14 MECÂNICA DOS SOLOS	-	-	180	180	
		15 DESENHO ARQUITETÔNICO I	120	-	-	120	
	DESENHO	16 DESENHO ARQUITETÔNICO II	-	60	-	60	
		17 DESENHO ARQUITETÔNICO III	-	-	120	120	
	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	18 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO I	90	-	-	90	
		19 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO II	-	150	-	150	
	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	20 MÁQUINAS E EQUIP. P/CONSTRUÇÃO	-	-	60	60	
		CONSTRUÇÃO	21 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	90	-	90
			22 ESTABILIDADE E CONCRETO	-	-	90	90
			23 TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES I	-	60	-	60
			24 TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES II	-	-	120	120
25 INSTALAÇÕES DOMICILIARES I		-	60	-	60		
26 INSTALAÇÕES DOMICILIARES II	-	-	60	60			
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	27 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60		
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	28 PORTUGUÊS TÉCNICO	-	-	90	90		
CIÊNCIAS	29 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60		
Sub-Total "B"		300	420	840	1560		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		-	-	-	720		
TOTAL GERAL (ST "A" + ST "B" + ESTAG. SUPERV.)		975	960	960	3615		

Obs.: Ensino Religioso, de matrícula facultativa, será ministrado no horário normal da escola, apenas no 1º semestre da 1ª série.

M.E.C. - DEM
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA
ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR = HABILITAÇÃO: ELETROTÉCNICA
ANO: 1975

MATERIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL				
		SÉRIES			TOTAL	
		1ª	2ª	3ª		
NÚCLEO COMUM MATERIAS DO ART. 7º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1 Líng. Port. e Lit. Brasileira	90	90	-	180
		2 Educação Artística	30	-	-	30
		3 Educação Física	90	90	90	270
	ESTUDOS SOCIAIS	4 Geografia	60	-	-	60
		5 História	60	-	-	60
		6 O.S.P.B. e Educ. Moral e Cívica	-	90	-	90
		7 Ensino Religioso	15	-	-	15
	CIÊNCIAS	8 Matemática	90	90	-	180
		9 Física	90	60	-	150
		10 Química	90	60	-	150
		11 Biologia	60	60	-	120
		12 Programas de Saúde	-	-	30	30
Sub-Total "A"		675	540	120	1335	
FORMAÇÃO ESPECIAL						
PARTE DIVERSIFICADA						
NÚCLEO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL (PARA 45/72-C E E)						
MATERIAS	DISCIPLINAS	13	-	-	-	-
		14	150	-	-	150
		15	-	150	-	150
		16	60	-	-	60
		17	-	90	-	90
		18	-	90	-	90
		19	-	-	240	240
		20	-	-	150	150
		21	120	-	-	120
		22	-	120	-	120
		23	-	-	120	120
24	-	-	60	60		
25	-	-	90	90		
26	-	-	60	60		
Sub-Total "B"		330	450	840	1620	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		-	-	-	720	
TOTAL GERAL (ST "A" + ST "B" + ESTAG. SUPERV.)		1005	990	960	3575	

OBS.: ENSINO RELIGIOSO, DE MATRÍCULA FACULTATIVA, SERÁ MINISTRADO NO HORÁRIO NORMAL DA ESCOLA, APENAS NO 1º SEMESTRE DA 1ª SÉRIE.

- 6 -

M.E.C. - DEM
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA
ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR = HABILITAÇÃO: EDIFICAÇÕES
ANO: 1975

MATERIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL				
		SÉRIES			TOTAL	
		1ª	2ª	3ª		
NÚCLEO COMUM E MATERIAS DO ART. 7º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1 Líng. Port. e Lit. Brasileira	90	90	-	180
		2 Educação Artística	30	-	-	30
		3 Educação Física	90	90	90	270
	ESTUDOS SOCIAIS	4 Geografia	60	-	-	60
		5 História	60	-	-	60
		6 O.S.P.B. e Educ. Moral e Cívica	-	90	-	90
		7 Ensino Religioso	15	-	-	15
	CIÊNCIAS	8 Matemática	90	90	-	180
		9 Física	90	60	-	150
		10 Química	90	60	-	150
		11 Biologia	60	60	-	120
		12 PROGRAMAS DE SAÚDE	-	-	30	30
Sub-Total "A"		675	540	120	1335	
FORMAÇÃO ESPECIAL						
PARTE DIVERSIFICADA						
NÚCLEO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL (PARA 45/72-C E E)						
MATERIAS	DISCIPLINAS	13	-	-	-	-
		14	-	-	180	180
		15	120	60	-	180
		16	-	-	120	120
		17	-	-	120	120
		18	90	-	-	90
		19	-	150	-	150
		20	-	-	60	60
		21	-	90	-	90
		22	-	-	90	90
		23	-	60	-	60
24	-	-	120	120		
25	-	60	-	60		
26	-	-	60	60		
27	-	-	60	60		
28	-	-	90	90		
29	-	-	60	60		
Sub-Total "B"		300	420	840	1560	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		-	-	-	720	
TOTAL GERAL (ST "A" + ST "B" + ESTAG. SUPERV.)		975	960	960	3615	

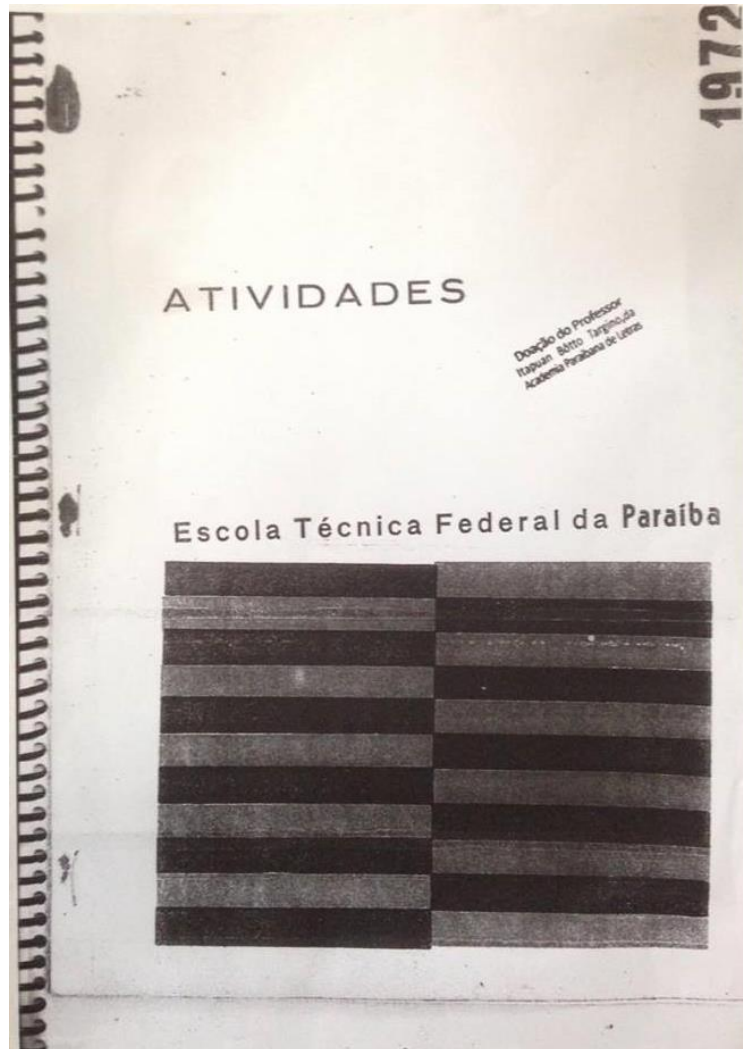
OBS.: ENSINO RELIGIOSO, DE MATRÍCULA FACULTATIVA, SERÁ MINISTRADO NO HORÁRIO NORMAL DA ESCOLA, APENAS NO 1º SEMESTRE DA 1ª SÉRIE.

- 7 -

CURSO TÉCNICO EM MÁQUINAS
ESTRUTURA CURRICULAR - HABILITAÇÃO MECÂNICA
ANO: 1975

MATERIAS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL				
		SÉRIES			TOTAL	
		1ª	2ª	3ª		
NÚCLEO COMUM E MATERIAS DO ART. 7º	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	1 LÍNG. PORT. E LIT. BRASILEIRA	90	90	-	180
		2 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	90	-	-	90
		3 EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	240
	ESTUDOS SOCIAIS	4 GEOGRAFIA	60	-	-	60
		5 HISTÓRIA	60	-	-	60
		6 O.S.P.B. e EDUC. MORAL e CÍVICA	-	90	-	90
		7 ENSINO RELIGIOSO	15	-	-	15
	CIÊNCIAS	8 MATEMÁTICA	90	90	-	180
		9 FÍSICA	90	60	-	150
		10 QUÍMICA	90	60	-	150
		11 BIOLOGIA	60	60	-	120
		12 PROGRAMA DE SAÚDE	-	-	30	30
SUB-TOTAL "A"		675	540	120	1335	
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	- FACULTATIVA PARA OS ALUNOS E OFERTADA EM HORÁRIO ESPECIAL	-	-	-	-	
	ELETRICIDADE	13 ELETROTÉCNICA	-	60	-	60
		DESENHO	14 DESENHO MECÂNICO I	90	-	-
15 DESENHO MECÂNICO II	-		60	-	60	
16 DESENHO MECÂNICO III	-		-	60	60	
17 PROJETO	-		-	60	60	
MECÂNICA	18 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO MECÂNICA I		60	-	-	60
	19 MATERIAL DE CONSTRUÇÃO MECÂNICA II	-	60	-	60	
	20 TECNOLOGIA MECÂNICA	60	-	-	60	
	21 ELEMENTOS DE MÁQUINAS I	-	60	-	60	
	22 ELEMENTOS DE MÁQUINAS II	-	-	60	60	
	23 MÁQUINAS HIDRÁULICAS	-	-	60	60	
	24 MÁQUINAS TÉRMICAS	-	-	60	60	
	25 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	-	60	60	
	PRODUÇÃO MECÂNICA	26 SOLDA ELÉTRICA E ORTOGONÉTICA	-	-	120	120
27 METALOGRAFIA E TRAT. TÉCNICO		-	-	60	60	
28 MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA		-	-	60	60	
29 REFRIGERAÇÃO E AR CONDICIONADO		-	-	60	60	
30 TORNEARIA E FREIAGEM		-	120	-	120	
31 AJUSTAGEM MECÂNICA e MANUAL		-	90	-	90	
32 AFIAÇÃO e RETIFICAÇÃO		60	-	-	60	
33 METROLOGIA INDUSTRIAL		60	-	-	60	
ORGANIZAÇÃO E NORMAS	34 ORGANIZAÇÃO e NORMAS	-	-	60	60	
COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	35 PORTUGUÊS TÉCNICO	-	-	90	90	
	CIÊNCIAS	36 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60
SUB-TOTAL "B"		330	450	870	1650	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO		-	-	-	720	
TOTAL GERAL (ST "A" + ST "B" + ESTAG. SUPERV.)		1005	990	990	3705	

ANEXO B



SUMÁRIO

	Pág.
Introdução	3
Atividades Fm — O Ensino	5
Educação Geral	5
Demonstrativo de Matrícula	8
Formação Especial	9
Curso de Saneamento	9
Curso de Eletrotécnica	11
Curso de Mecânica	13
Cursos Extra-Curriculares — Área Mecânica	16
Cursos de Estradas e Edificações	17
Cursos Convênio PIPMO — Projeto 04	18
Arte e Cultura	19
Conjunto Coral	19
Banda de Música	21
Núcleo de Estudos Sociais	23
Núcleo de Ciências	24
Núcleo de Comunicação e Expressão	25
Educação Física e Desportos	26
Biblioteca	28
Conselho de Professores	30
Outras Atividades	31
Serviço Social	31
Caixa Escolar	31
Estágios	32
Assistência Médico-Dentária	34
Atividades Melo	35
Sector Financeiro	36
Obras e Adaptações	37
Assuntos Diversos	41
Reforma Administrativa	41
Treinamento do Pessoal	43
Bolsas do FEBE	45
Integração Escola-Empresa	46
Visitantes Ilustres	47
Prêmio Volkswagen	48
Registro Especial	49
Conselho de Professores	51
Órgãos Auxiliares da Administração, com os seus respectivos responsáveis ..	53
Caixa Escolar	55

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 5.692/71 veio trazer uma série de novos encargos à Escola, desde a inclusão de novas disciplinas e atividades no currículo, tais como Geografia, Educação Artística, Educação Religiosa e Programas de Saúde, até o aumento de carga horária de outras, como Educação Física, concluindo com a elevação do número de horas de duração do Curso de 2.º grau na área industrial — 2.900 horas.

Núcleos de Comunicação e Expressão, Ciências, Estudos Sociais, Atividades Artísticas e Desportos e Serviços como os de Orientação Educacional e Vocacional e Serviço Social, também se tornaram indispensáveis à implantação do novo sistema, para atender, inclusive a alunos de outros estabelecimentos públicos ou particulares, com fulcro no princípio da intercomplementaridade preconizado pela nova Lei.

Com a próxima doação por parte do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação dos laboratórios de Física, Química e Biologia, aumentarão consideravelmente as nossas responsabilidades em atividades que se fundamentam no manuseio constante do material específico de cada laboratório.

A aprovação do Projeto BNDE, ainda em estudos, propiciará à Escola qualificar ainda mais os técnicos aqui formados no ramo da Eletricidade, constituindo-se mesmo na maior ajuda oferecida pelo Ministério ao educandário, desde a sua fundação.

Arte e Cultura

Conjunto Coral

Abril

- Apresentação no Colégio Estadual de João Pessoa.
- Apresentação durante a inauguração do Farol — Ponta do Seixas.

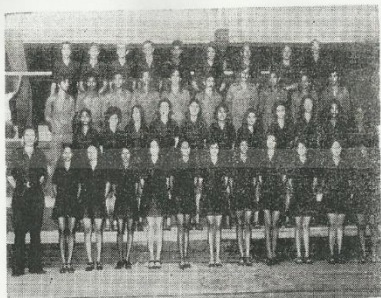
Apresentação após palestra proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Paulo Dutra, no auditório desta Escola.

Junho

- Participação na "Noite de Corais", Homenagem ao Sesquicentenário da Independência, no Teatro Santa Rosa desta Cidade, promoção da Secretaria de Educação e Cultura.

Setembro

- Apresentação no Colégio Estadual de Mamanguape, Homenagem ao Sesquicentenário da Independência. Apresentação no Colégio Estadual de Itabalana, Homenagem ao Sesquicentenário da Independência.



- Participação de "Encontro de Corais", pela passagem de mais um aniversário desta Escola.

Outubro

- Apresentação no encerramento da Semana Pedagógica, no Instituto de Educação da Paraíba.
- Apresentação no Clubinho Infantil, Homenagem ao Exm^o Sr. Comandante do 15.º Regimento de Infantaria.

Novembro

- Apresentação após palestra do Prof. Juarez Batista, na Semana da Cultura nesta Escola.

Dezembro

- Apresentação na missa festiva no encerramento do Curso Ginásial da Escola.
- Participação na missa festiva no encerramento dos Cursos Técnicos da Escola.

Promoções do Núcleo de Estudos Sociais

- a) Concursos — Promovemos dois (2) concursos para os alunos dos Cursos Técnicos sobre:

— Tiradentes — Os ideais de ontem no Brasil de hoje (mês de abril).

— Independência do Brasil — trabalho mais original (mês de setembro).

b) Exposição — Promovemos uma exposição dos símbolos Nacionais — Bandeiras Históricas e dos Estados (Semana da Pátria).

c) Palestras — Promovemos semana de palestras em comemoração ao Sesquicentenário da Independência, da qual participaram:

— Jornalista JOSE' OCTAVIO DE ARRUDA MELO, que abordou o tema "Do Império à República".

— Major ALMIR TARANTO DE MENDONÇA, que abordou o tema "Missão do Exército na Amazônia".

— Profa. WILMA FARIAS XIMENES, que abordou o tema "Aspectos Econômicos da Independência do Brasil".

Além desses, professores do Núcleo fizeram palestras durante a Semana da Pátria, para os alunos dos cursos diurnos e noturnos.

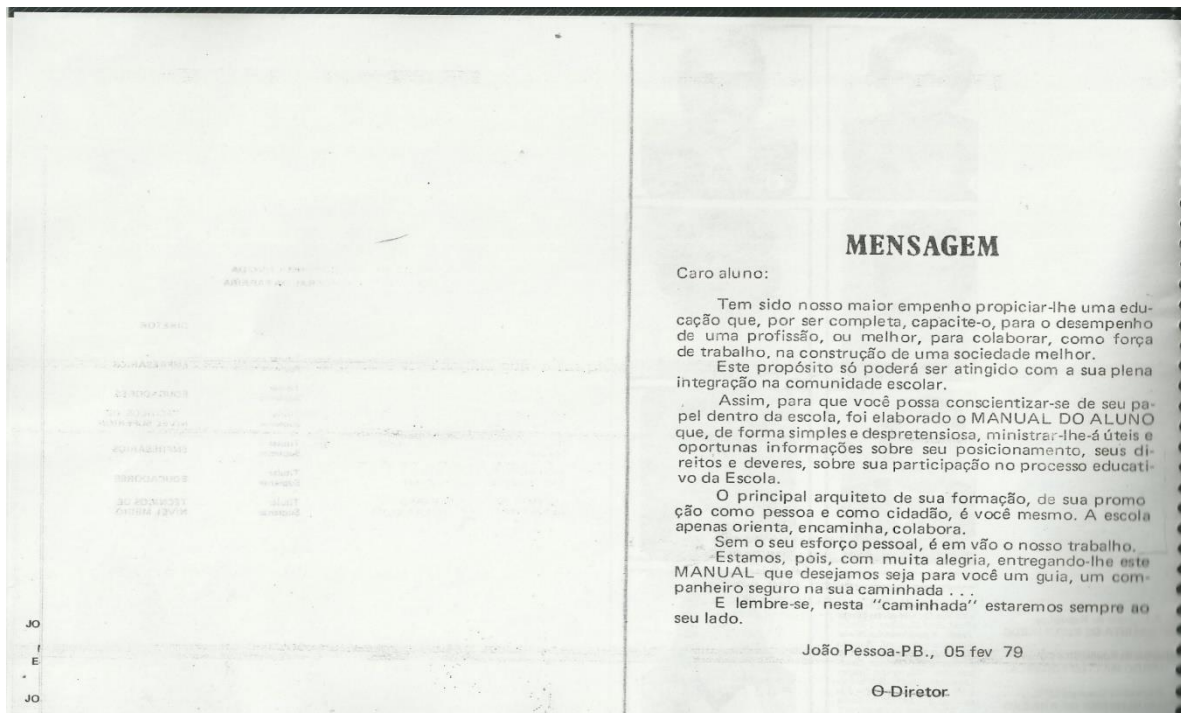
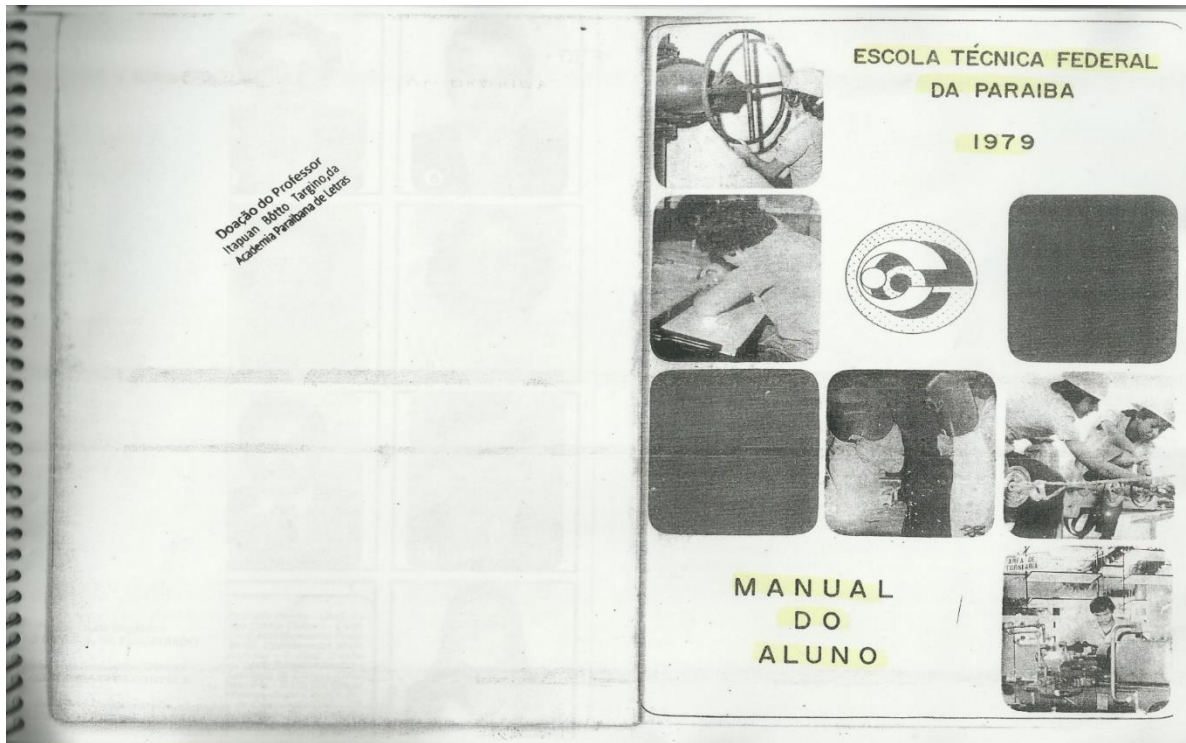
d) Trabalhos de Pesquisa — Foram realizados 2, sendo um a cargo de Educ. Moral e Cívica e outro através de Organização Social e Política Brasileira.

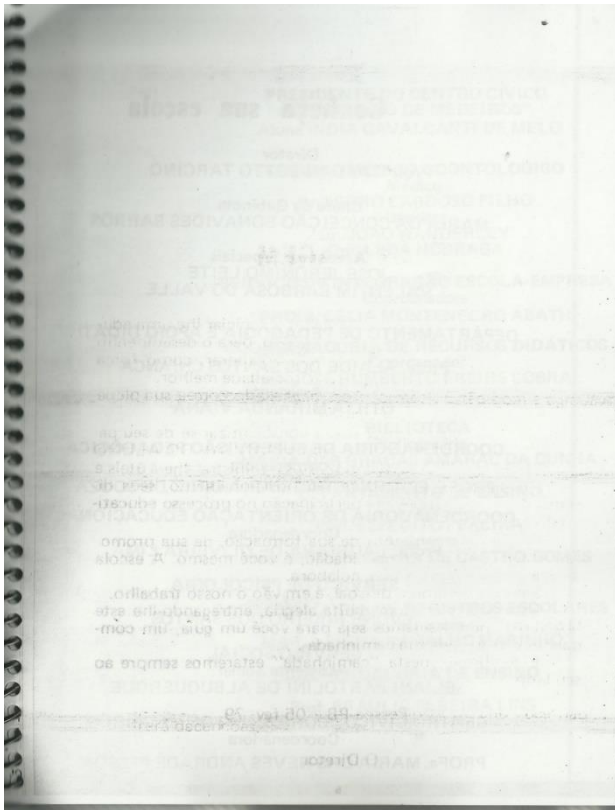
— Pesquisa sócio-econômica e cultural sobre "Terreiros de Umbanda e seus adeptos". Assunto: Formação religiosa dos Brasileiros, Educ. Moral e Cívica (as fichas estão arquivadas para posterior trabalho sobre o assunto) para os alunos do 2.º ano Técnico.

— Pesquisa sobre o Tribunal do Juri: funcionamento, aspectos jurídicos e sociais de suas decisões. Trabalho da disciplina de O.S.P.B. para os alunos do 3.º ano Técnico.

e) Viagem de Estudos — Foi proporcionado aos alunos do 1.º ano Técnico, uma viagem de estudos ao Museu do Açúcar e do Alcool, localizado no Recife, PE, para estudo sobre a "Economia Açucareira do Nordeste" e Formação Ética Cultural do Homem do Nordeste".

ANEXO C





APRESENTAÇÃO

Este manual é seu guia dentro da Escola.
Serve para lhe manter informado e informar seus familiares de tudo que ocorre na Escola.

O "Roteiro de Atividades para 1979" contém, passo a passo, as principais atividades que foram planejadas e que se pretende realizar durante o ano letivo.

Leia com atenção, os informes!. É tão bom e agradável a gente saber se conduzir, sem preocupação, e cooperar com os outros.

Esta é a intenção da Escola.

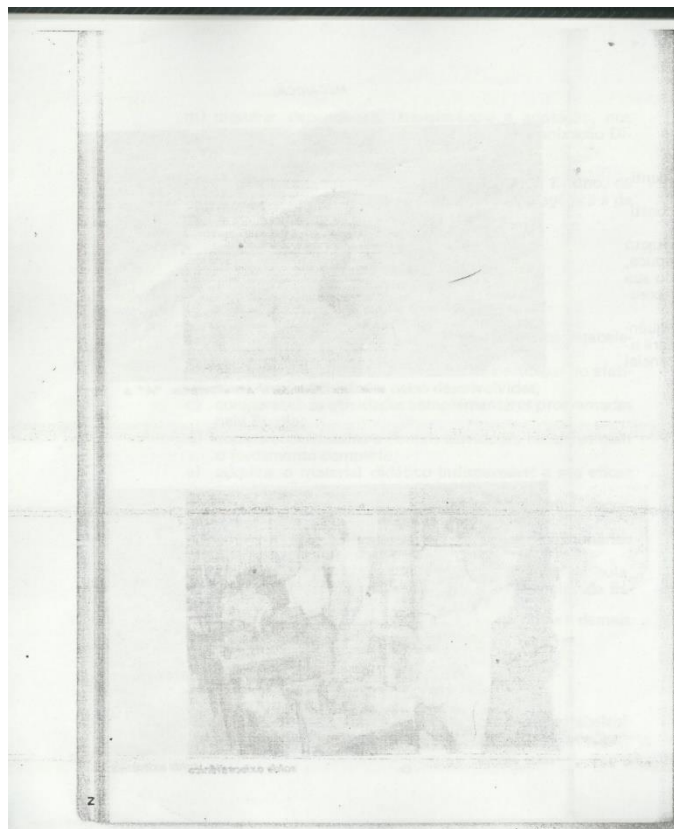
Ao se matricular, você passou a integrar a nossa comunidade que é igual às demais, contudo apresentando traços característicos.

Os Direitos e Deveres dos alunos e as Normas sobre Avaliação de Aprendizagem oferecem-lhe orientação segura no que tange a sua cooperação com a Escola, com os colegas e consigo mesmo.

Observe o porte de nosso edifício, desde sua estrutura ao equipamento que será manuseado por você e considere-se PRIVILEGIADO.

Prime pela ordem. Seja assíduo. Zele pelo bom nome da Escola, respeitando tudo que a compõe: Professores, funcionários, alunos, material etc. Consulte o Calendário Escolar, acompanhando suas etapas, mantenha atualizado seu quadro de notas e frequência. No fim do ano você não sofrerá decepções.

A Escola quer o seu bem.
BOA SORTE em 1979.

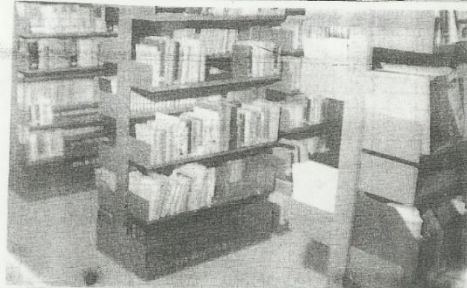


SECS - SEPS
ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA
D.P.A.D. - COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
GRÁDE CURRICULAR - HABILITAÇÃO: ELETROTÉCNICA ANO: 1979

	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (DISCIPLINAS E ATIVIDADES)	CARGA HORÁRIA ANUAL				TOTAL
		SÉRIES				
		1º	2º	3º	4º	
EDUCAÇÃO GERAL	1 LÍNGUA PORTUGUESA	60	60	60	—	240
	2 LÍNGUA INGLESA	60	60	—	—	120
	3 EDUCAÇÃO FÍSICA	60	60	60	—	240
	4 GEOGRAFIA	30	—	—	—	30
	5 HISTÓRIA	30	—	—	—	30
	6 O.S.F.B.	—	—	30	—	30
	7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	30	—	—	30
	8 MATEMÁTICA	120	60	60	—	240
	9 FÍSICA	60	60	—	—	120
	10 QUÍMICA	60	60	—	—	120
	11 BIOLOGIA	30	30	—	—	60
	12 PROGRAMAS DE SAÚDE	10	—	—	—	10
	13 ENSINO RELIGIOSO	10	—	—	—	10
	14 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10	—	—	—	10
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL		660	570	270	—	1.500
FORMAÇÃO ESPECIAL	1 ELETRICIDADE	120	120	—	—	240
	2 desenho	60	120	—	—	180
	3 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	60	—	60
	4 MECÂNICA APLICADA	—	—	90	—	90
	5 ENROLAMENTO DE MOTORES	—	120	—	—	120
	6 MÁQUINAS ELÉTRICAS	—	—	120	—	120
	7 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	60	—	120	—	180
	8 ELETRÔNICA	—	—	120	—	120
	9 PROJETOS DE INST. ELÉTRICAS	—	—	150	—	150
	10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	—	—	—	720	720
TOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL		300	360	660	720	1.800
TOTAL GERAL		960	930	930	720	3.600

MEC - SEPS
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA
 D.P.A.D. - COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
 GRADE CURRICULAR - HABILITAÇÃO: ESTRADAS ANO: 1979

	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (DISCIPLINAS E ATIVIDADES)	CARGA HORÁRIA ANUAL				TOTAL
		SÉRIES				
		1º	2º	3º	4º	
EDUCAÇÃO GERAL	1 LÍNGUA PORTUGUESA	90	90	90	—	270
	2 LÍNGUA INGLESA	60	60	—	—	120
	3 EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	—	270
	4 GEOGRAFIA	30	—	—	—	30
	5 HISTÓRIA	30	—	—	—	30
	6 O.S.P.B.	—	—	30	—	30
	7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	30	—	—	30
	8 MATEMÁTICA	120	60	60	—	270
	9 FÍSICA	90	60	—	—	180
	10 QUÍMICA	90	90	—	—	180
	11 BIOLÓGIA	30	30	—	—	60
	12 PROGRAMAS DE SAÚDE	10	—	—	—	10
	13 ENSINO RELIGIOSO	10	—	—	—	10
	14 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10	—	—	—	10
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL		660	570	270	—	1.500
FORMAÇÃO ESPECIAL	1 GEOLOGIA	60	—	—	—	60
	2 MECÂNICA DOS SOLOS	—	—	210	—	210
	3 TOPOGRAFIA	120	120	—	—	240
	4 DESENHO	60	60	—	—	120
	5 PROJETOS DE ESTRADAS	—	—	120	—	120
	6 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	—	120	—	—	120
	7 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	—	—	90	—	90
	8 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	—	60	—	—	60
	9 ESTABILIDADE E CONCRETO	—	—	90	—	90
	10 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	60	—	60
	11 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	—	—	—	720	720
TOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL		240	360	570	720	1.920
TOTAL GERAL		900	930	840	720	3.420



BIBLIOTECA "NILO PEÇANHA" - 8.000 volumes

MEC - SEPS
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAÍBA
 D.P.A.D. - COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
 GRADE CURRICULAR - HABILITAÇÃO: SANEAMENTO: 1979

	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (DISCIPLINAS E ATIVIDADES)	CARGA HORÁRIA ANUAL				TOTAL
		SÉRIES				
		1º	2º	3º	4º	
EDUCAÇÃO GERAL	1 LÍNGUA PORTUGUESA	90	90	90	—	270
	2 LÍNGUA INGLESA	60	60	—	—	120
	3 EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	—	270
	4 GEOGRAFIA	30	—	—	—	30
	5 HISTÓRIA	30	—	—	—	30
	6 O.S.P.B.	—	—	30	—	30
	7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	30	—	—	30
	8 MATEMÁTICA	120	60	60	—	270
	9 FÍSICA	90	60	—	—	180
	10 QUÍMICA	90	60	—	—	180
	11 BIOLÓGIA	30	30	—	—	60
	12 PROGRAMAS DE SAÚDE	10	—	—	—	10
	13 ENSINO RELIGIOSO	10	—	—	—	10
	14 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10	—	—	—	10
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL		660	570	270	—	1.500
FORMAÇÃO ESPECIAL	1 ESTABILIDADE E CONCRETO	—	—	90	—	90
	2 MECÂNICA DOS SOLOS	—	—	120	—	120
	3 TOPOGRAFIA	120	120	—	—	240
	4 DESENHO	60	60	—	—	120
	5 PROJETOS DE SANEAMENTO	—	—	120	—	120
	6 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	60	—	—	—	60
	7 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	—	—	60	—	60
	8 HIDRÁULICA	—	90	—	—	90
	9 SANEAMENTO	—	90	120	—	210
	10 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	60	—	60
	11 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	—	—	—	720	720
TOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL		270	360	570	720	1.920
TOTAL GERAL		930	930	840	720	3.420

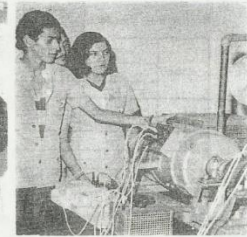
MEC - SEPS
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA
 D.F.A.D. - COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
 GRADE CURRICULAR - HABILITAÇÃO: ELETROTÉCNICAS ANO: 1979

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (DISCIPLINAS E ATIVIDADES)	CARGA HORÁRIA ANUAL				TOTAL
	S E R I E S				
	1º	2º	3º	4º	
1 LÍNGUA PORTUGUESA	90	90	90	—	270
2 LÍNGUA INGLESA	90	90	—	—	120
3 EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	—	270
4 GEOGRAFIA	30	—	—	—	30
5 HISTÓRIA	30	—	—	—	30
6 O.S.P.B.	—	—	30	—	30
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	30	—	—	30
8 MATEMÁTICA	120	90	90	—	270
9 FÍSICA	90	90	—	—	180
10 QUÍMICA	90	90	—	—	180
11 BIOLOGIA	30	30	—	—	60
12 PROGRAMAS DE SAÚDE	10	—	—	—	10
13 ENSINO RELIGIOSO	10	—	—	—	10
14 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10	—	—	—	10
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	690	670	270	—	1.630
1 TOPOGRAFIA	—	90	—	—	90
2 MECÂNICA DOS SOLOS	—	—	120	—	120
3 DESENHO	120	—	—	—	120
4 PROJETOS DE ARQUITETURA	—	90	—	—	90
5 MAT. DE CONSTRUÇÃO	120	120	—	—	240
6 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	—	—	90	—	90
7 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	—	90	—	—	90
8 ESTABILIDADE E CONCRETO	—	—	90	—	90
9 TEC. DAS CONSTRUÇÕES	—	—	210	—	210
10 INSTALAÇÕES DOMICILIARES	—	—	120	—	120
11 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	60	—	60
12 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	—	—	—	720	720
TOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL	240	390	660	720	2.010
TOTAL GERAL	930	960	930	720	3.540

ELETROTÉCNICA



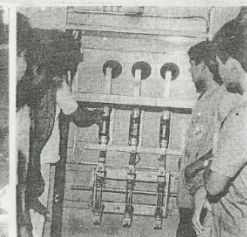
Instalações elétricas



Ensaio de Máquinas Elétricas



Enrolamento de Motores

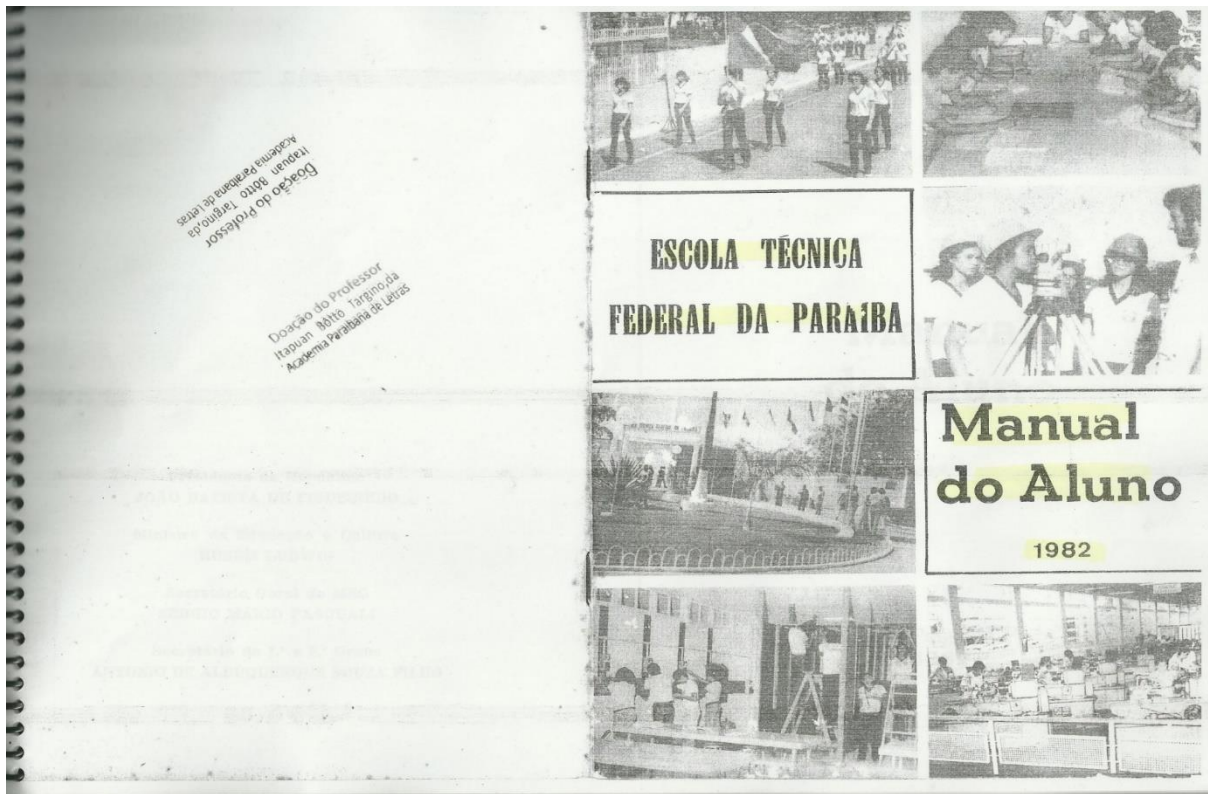


Operação em subestações.

MEC - SEPS
 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA
 D.F.A.D. - COORDENADORIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA
 GRADE CURRICULAR - HABILITAÇÃO: MECÂNICA ANO: 1979

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (DISCIPLINAS E ATIVIDADES)	CARGA HORÁRIA ANUAL				TOTAL
	S E R I E S				
	1º	2º	3º	4º	
1 LÍNGUA PORTUGUESA	90	90	90	—	270
2 LÍNGUA INGLESA	90	90	—	—	120
3 EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	—	270
4 GEOGRAFIA	30	—	—	—	30
5 HISTÓRIA	30	—	—	—	30
6 O.S.P.B.	—	—	30	—	30
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	30	—	—	30
8 MATEMÁTICA	120	90	90	—	270
9 FÍSICA	90	90	—	—	180
10 QUÍMICA	90	90	—	—	180
11 BIOLOGIA	30	30	—	—	60
12 PROGRAMAS DE SAÚDE	10	—	—	—	10
13 ENSINO RELIGIOSO	10	—	—	—	10
14 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	10	—	—	—	10
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	660	570	270	—	1.500
1 ELETRICIDADE	—	—	60	—	60
2 DESENHO	60	60	60	—	180
3 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	60	—	60
4 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	—	60	60	—	120
5 TECNOLOGIA MECÂNICA	60	—	—	—	60
6 ELEMENTOS DE MÁQUINAS	—	60	60	—	120
7 MÁQUINAS HIDRÁULICAS	—	—	60	—	60
8 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	—	—	60	—	60
9 PRODUÇÃO MECÂNICA	150	150	210	—	510
10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	—	—	—	720	720
TOTAL FORMAÇÃO ESPECIAL	270	330	630	720	1.950
TOTAL GERAL	930	900	900	720	3.450

ANEXO D



SUMÁRIO	
Mensagem do Diretor	7
Apresentação do Manual	9
Competência do Departamento de Ensino	11
Coordenadoria de Ensino	11
Coordenadoria de Registros Escolares (Escolaridade)	11
Competência do Departamento de Pedagogia e Apoio Didático	11
Coordenadoria de Supervisão Pedagógica	11
Coordenadoria de Recursos Didáticos	11
Coordenadoria de Orientação Educacional	11
Serviço de Psicologia	11
Serviço Social	11
Serviço de Integração Escola/Empresa	12
Serviço Médico Odontológico	12
Centro Cívico	12
Biblioteca	12
Caixa Escolar	12
Lembretes Importantes	13
Matrícula	13
Tancamento de Matrícula	13
Penalidades	13
Dependência	13
Avaliação	13
Novas Chances de Verificação	14
Revisão de Prova	14
Recuperação	14
Aprovação	15
Média Final	15
Frequência	15
Educação Física	15
Fardamento	15
Normas Disciplinares do Corpo Discente	17
Quadro de Notas	25
Quadro de Frequência	26
Horário das aulas	26
Grade Curricular de Eletrotécnica (Curso Regular)	29
Grade Curricular de Mecânica (Curso Regular)	30
Grade Curricular de Estradas (Curso Regular)	31
Grade Curricular de Edificações (Curso Regular)	32
Grade Curricular de Saneamento (Curso Especial)	33
Grade Curricular de Eletrotécnica (Curso Especial)	34
Grade Curricular de Mecânica (Curso Especial)	34
Grade Curricular de Edificações (Curso Especial)	35
Grade Curricular de Eletrônica (Curso Especial)	36
Calendário Escolar	37

MENSAGEM DO DIRETOR

Caro Aluno:

Tem sido uma das principais preocupações da Direção desta Escola propiciar aos seus alunos as condições que lhes garantam melhor e mais efetivo aprendizado, de modo que ao sair das salas de aula, laboratórios e oficinas desta Escola possam desempenhar, com segurança e senso de responsabilidade, as atribuições inerentes à profissão que aqui cursaram. Isto porque entendemos que só assim estará a Escola cumprindo, com eficiência, a sua missão de preparadora de mão-de-obra para o Nordeste e para o País, ou melhor, de técnicos capazes não só de contribuir, com o seu trabalho, para o progresso de nossa pátria, mas sobretudo de autopromover-se como pessoa, como cidadão, como profissional.

Fiel a tal política e cónscio de que toda formação profissional, para atingir de pleno suas finalidades, terá de atender às exigências do meio social, mormente das indústrias e empresas que são, por excelência, as destinatárias das forças de trabalho preparadas pela escola, a ETEFP empenhou-se em dar aos seus alunos uma educação compatível com as possibilidades e perspectivas do mercado de trabalho no momento atual.

Com este procedimento, pretende a escola assegurar aos técnicos de nível médio por ela formados, a oportunidade de se ajustarem, pelo exercício da profissão escolhida, no contexto sócio-econômico em que irão atuar.

E somente se tal propósito for alcançado, poderá dizer que sua ação educativa constitui, de fato, um instrumento de promoção e integração do homem na comunidade.

Todavia, para que se possa atingir esta meta, é indispensável a sua colaboração e o seu esforço pessoal, pois você é o arquiteto de sua própria realização.

A escola, é claro, só poderá fazer alguma coisa neste sentido, a partir de você.

Assim, com a esperança de que, pela mútua colaboração e empenho comum, alcançaremos estes objetivos, temos a grata satisfação de passar às suas mãos o MANUAL DO ALUNO.

Que ele seja para você um guia, um roteiro, um caminho.

Itapuan Bôto Targino
Diretor

7

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA

GRADE CURRICULAR

HABILITAÇÃO ELETROTÉCNICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL			
	S E R I E S			TOTAL
	1º	2º	3º	
1 LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	90	90	30	210
2 LÍNGUA INGLESA	60	60	-	120
3 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30	-	-	30
4 HISTÓRIA	60	-	-	60
5 GEOGRAFIA	60	-	-	60
6 O. S. P. B.	-	-	60	60
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	60	-	60
8 ENSINO RELIGIOSO	-	-	-	-
9 MATEMÁTICA	120	90	-	210
10 FÍSICA	90	30	-	120
11 QUÍMICA	60	60	60	180
12 BILOGIA	-	-	60	60
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	570	450	150	1.170
13 REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	60	60
14 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60
15 FÍSICA APLICADA	-	60	-	60
16 PROGRAMAS DE SAÚDE	30	-	-	30
17 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60
18 ESTUDOS REGIONAIS	-	-	60	60
19 ELETRICIDADE	120	120	-	240
20 DESENHO	90	120	-	210
21 PROJETOS DE INST. ELÉTRICAS	-	-	150	150
22 MECÂNICA APLICADA	-	90	-	90
23 MÁQUINAS ELÉTRICAS	-	-	120	120
24 INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	90	-	120	210
25 ENROLAMENTO DE MOTORES	-	120	-	120
26 ELETRÔNICA	-	-	120	120
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL	330	450	810	1.590
EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	270
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	-	-	720
TOTAL GERAL	990	990	1050	3.750

28

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARAIBA

GRADE CURRICULAR

HABILITAÇÃO MECÂNICA

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL			
	S E R I E S			TOTAL
	1º	2º	3º	
1 LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	90	90	30	210
2 LÍNGUA INGLESA	60	60	-	120
3 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30	-	-	30
4 HISTÓRIA	60	-	-	60
5 GEOGRAFIA	60	-	-	60
6 O. S. P. B.	-	-	60	60
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	60	-	60
8 ENSINO RELIGIOSO	-	-	-	-
9 MATEMÁTICA	120	90	-	210
10 FÍSICA	90	30	-	120
11 QUÍMICA	60	60	60	180
12 BILOGIA	-	-	60	60
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	570	450	150	1.170
13 REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	60	60
14 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60
15 FÍSICA APLICADA	-	60	-	60
16 PROGRAMAS DE SAÚDE	30	-	-	30
17 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60
18 ESTUDOS REGIONAIS	-	-	60	60
19 ELETRICIDADE	-	60	-	60
20 DESENHO	60	60	60	180
21 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	-	60	60	120
22 ELEMENTOS DE MÁQUINAS	-	60	60	120
23 TECNOLOGIA MECÂNICA	60	-	-	60
24 MÁQUINAS HIDRÁULICAS	-	-	60	60
25 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	-	60	60
26 PRODUÇÃO MECÂNICA	120	180	210	510
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL	270	420	810	1.500
EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	270
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	-	-	720
TOTAL GERAL	930	960	1050	3.660

29

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARÁIBA

GRADE CURRICULAR

HABILITAÇÃO ESTRADAS

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL			TOTAL
	10	20	30	
1 LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	90	90	30	210
2 LÍNGUA INGLESA	60	60	-	120
3 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30	-	-	30
4 HISTÓRIA	60	-	-	60
5 GEOGRAFIA	60	-	-	60
6 O. S. P. B.	-	-	60	60
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	60	-	60
8 ENSINO RELIGIOSO	-	-	-	-
9 MATEMÁTICA	120	90	-	210
10 FÍSICA	90	30	-	120
11 QUÍMICA	30	30	30	180
12 BIOLÓGIA	-	-	60	60
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	570	450	150	1.170
13 REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	60	60
14 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60
15 FÍSICA APLICADA	-	60	-	60
16 PROGRAMAS DE SAÚDE	30	-	-	30
17 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60
18 ESTUDOS REGIONAIS	-	-	60	60
19 GEOLOGIA	-	60	-	60
20 MECÂNICA DOS SOLOS	-	-	210	210
21 TOPOGRAFIA	150	120	-	270
22 DESENHO	60	60	-	120
23 PROJETOS DE ESTRADAS	-	-	120	120
24 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	-	120	-	120
25 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	-	90	90
26 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	90	-	90
27 ESTABILIDADE E CONCRETO	-	-	90	90
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL	240	450	810	1.500
EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	270
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	-	-	720
TOTAL GERAL	900	990	1050	3.660

30

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA PARÁIBA

GRADE CURRICULAR

HABILITAÇÃO EDIFICAÇÕES

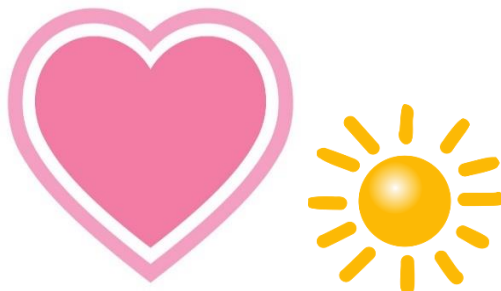
DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA ANUAL			TOTAL
	10	20	30	
1 LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	90	90	30	210
2 LÍNGUA INGLESA	60	60	-	120
3 EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	30	-	-	30
4 HISTÓRIA	60	-	-	60
5 GEOGRAFIA	60	-	-	60
6 O. S. P. B.	-	-	60	60
7 EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	-	60	-	60
8 ENSINO RELIGIOSO	-	-	-	-
9 MATEMÁTICA	120	90	-	210
10 FÍSICA	90	30	-	120
11 QUÍMICA	60	60	60	180
12 BIOLÓGIA	-	-	60	60
TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL	570	450	150	1.170
13 REDAÇÃO E EXPRESSÃO	-	-	60	60
14 MATEMÁTICA APLICADA	-	-	60	60
15 FÍSICA APLICADA	-	60	-	60
16 PROGRAMAS DE SAÚDE	30	-	-	30
17 ORGANIZAÇÃO E NORMAS	-	-	60	60
18 ESTUDOS REGIONAIS	-	-	60	60
19 MECÂNICA DOS SOLOS	-	-	120	120
20 MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	120	120	-	240
21 TOPOGRAFIA	90	-	-	90
22 DESENHO	60	60	-	120
23 PROJETOS DE ARQUITETURA	-	-	90	90
24 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	-	60	-	60
25 RESISTÊNCIA DOS MATERIAIS	-	90	-	90
26 ESTABILIDADE E CONCRETO	-	-	90	90
27 TECNOLOGIA DAS CONSTRUÇÕES	-	90	120	210
28 INSTALAÇÕES DOMICILIARES	-	-	120	120
TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL	300	420	840	1.560
EDUCAÇÃO FÍSICA	90	90	90	270
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	-	-	-	720
TOTAL GERAL	960	960	1080	3.720

31

ANEXO E

**TEXTO DE EBI PARA DISCUSSÃO NA REUNIÃO DO GRUPO DA ABU NO CAMPUS JOÃO
PESSOA EM 2016**

O Sol e o Amor



O SOL – JOTA QUEST

Ei dor...eu não te escuto mais,
 Você, não me leva a nada.
 Ei medo...eu não te escuto mais,
 Você, não me leva a nada.
 E se quiser saber pra onde eu vou,

Pra onde tenha sol, é pra lá que eu vou
 E se quiser saber pra onde eu vou,
 Pra onde tenha sol, é pra lá que eu vou

Texto Bíblico: I João 4:18

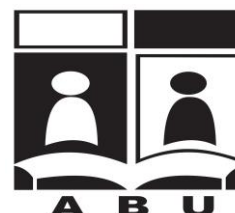
“No amor não existe medo, antes, o perfeito amor lança fora o medo. Ora o medo produz tormento; logo, aquele que teme não é aperfeiçoado no amor”.

Vamos refletir?

- 1) O autor da canção afirma que não irá mais escutar o medo e a dor. Por que você acha que ele tomou essa decisão?
- 2) Quem dá ouvidos ao medo e a dor vive em paz?
 - 1) No refrão da canção o eu-lírico busca ir ao sol. Em sua opinião, por que você acha que ele escolheu esse lugar?
 - 2) No texto lido vemos uma qualidade do amor. Que qualidade é essa?
 - 3) Qual a relação que podemos fazer entre a canção e o texto?

Para pensar depois:

- Você tem dado importância aos medos e a dor e sua vida?
- Você deseja amenizar a dor e o medo?
- Você tem algum lugar para escapar da dor e do medo?





INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA



ALIANÇA BÍBLICA UNIVERSITÁRIA

PERGUNTAS QUE, TALVEZ, VOCÊ TENHA...

O que é SUAP?

O SUAP é um sistema disponível no site do IFPB onde todos os alunos podem receber materiais de aula, se cadastrar em programas de auxílios, verificar suas notas e frequência. Para se cadastrar do SUAP basta digitar seu nº de matrícula como [login](#) e criar uma senha.

Como se cadastrar na Biblioteca?

Para realizar esse cadastro o aluno precisa comparecer ao local com xerox de algum comprovante de residência e portar o RG e o nº de matrícula.

Como fazer o cadastro para entrar no IFPB?

Você pode se dirigir à sala de cadastro, localizada na entrada do IFPB e fazer o seu cartão de aluno, levando o nº de matrícula e o nº do RG.

Como receber atendimento no Postinho de Saúde do IFPB?

O aluno deverá se dirigir ao local, portando o RG e o nº de matrícula. Lá poderá receber atendimento médico e também ortodôntico.

O que é o DCE?

O Diretório Central Estudantil é um grupo que fala por todos os estudantes em reuniões, assembleias. Eles são escolhidos

pelos próprios estudantes para serem a voz ativa.

O que é a ABU?

É um grupo de estudantes que se reúne semanalmente para conversar sobre a vida, trocar opiniões sobre fé, Deus e a Bíblia. Esses encontros acontecem no horário do intervalo, todas as quartas feiras. Nosso lema é ESTUDANTE ALCANÇANDO ESTUDANTE.

Se você não é cristão mas tem curiosidade em conversar sobre esses temas venha nos conhecer. Nossos encontros acontecem na pracinha do IFPB, num clima bem legal e de boas

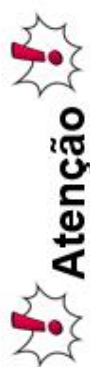
Venha participar conosco!!! Vamos adorar te conhecer!!!



Alguns links importantes

<http://www.ifpb.edu.br/>

<http://www.abub.org.br/>



Atenção

Não coloque seu pendrive em todo computador no campus se não tiver um bom anti-virus em casa. E pra isso que o SUAP também serve, pra receber os materiais dos professores sem contrair virus.



Onde comprar material?



PAPERTEC Em frente ao IFPB



Onde lanchar?



Kantinho do Betão

Em frente à Guarita do IFPB



Deborah Lanches - Por trás do IFPB



SABORES ESPECIAIS - Por trás do IFPB



Até a próxima!

Manual do Calouro Desenvolvido pelo
Núcleo da ABU – IFPB



APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRETORES E EX-PROFESSORES

1. Fale um pouco sobre sua trajetória na Instituição (iniciando pelo tempo de estudante, caso tenha sido).
2. Que lembranças você tem de eventos em que a dimensão religiosa estava presente nos diferentes períodos em que você esteve/está na Instituição?
3. Haviam rituais no início das aulas, abordando essa dimensão? E por quem?
4. O calendário escolar contemplava a dimensão religiosa? Em que momentos havia rituais ou comemorações incluindo essa dimensão?
5. A participação nesses ritos era obrigatória ou livre?
6. Ao seu ver, como a Instituição concebia essas práticas?
7. Como você via e vê hoje a existência desses rituais na Instituição?
8. Você lembra de haver presença de grupos religiosos constituídos por estudantes na Instituição?
9. Quais grupos você conheceu?
10. Você vê alguma intencionalidade por parte das instituições religiosas em agenciar essas práticas nas instituições de ensino?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

1. Quando você chegou para lecionar no *campus*, percebeu a presença de manifestações religiosas na Instituição?
2. Você chegou a ter contato com alguma atividade religiosa na Instituição durante esse período?
3. Quais práticas religiosas da Instituição você chegou a conhecer?
4. Você conhece os grupos religiosos de estudantes existentes no *campus* João Pessoa?
5. Você percebe algum diferencial dos estudantes que participam dos grupos quanto ao relacionamento interpessoal, ou no desempenho acadêmico?
6. Os estudantes que pertencem aos grupos sofrem algum tipo de estigma, preconceito, ou intolerância dos colegas não participantes?
7. Em relação aos professores, você já observou algum tipo de estigma, preconceito, ou intolerância em relação aos estudantes que participam desses grupos?
8. Como você percebe esse entendimento de laicidade diante desse contexto numa instituição profissionalizante?
8. Como você percebe a postura da Instituição frente aos grupos?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LÍDER DE GRUPO

1. Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____
2. Curso: _____
3. Qual sua religião? _____ Igreja _____
4. Grupo religioso do *campus* João Pessoa que lidera _____
5. Como você chegou ao grupo
 - a) Espontaneamente ()
 - b) Convite ()
 - c) Outro _____
6. Há quanto tempo? _____
7. Em relação aos estudantes que não participam do grupo, você percebe algum tipo de preconceito, estigma?
8. O grupo presta algum tipo de ajuda aos participantes? Qual?
9. A participação no grupo influencia no rendimento acadêmico do participante? Sim () Não () Como?
10. Você percebe preconceito, estigma, discriminação referidas a afiliação aos outros grupos religiosos existentes no *campus*?
11. Você percebe algum preconceito, estigma, da parte dos professores?
12. Você percebe alguma manifestação de preconceito, estigma, ou retaliação da Instituição, com relação aos grupos?

APÊNDICE D**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM INTEGRANTES DE GRUPO**

1. Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____
2. Curso: _____
3. Qual sua religião? _____ Igreja _____
4. Grupo religioso do *campus* João Pessoa ao qual pertence _____
5. Como vocês chegaram no grupo?
6. O que motivou vocês entrarem nesses grupos? _____
7. Qual a importância do grupo na vida de vocês?
8. O que vocês acham da existência de grupos religiosos numa Instituição de ensino?
9. Quais são os temas discutidos no grupo?
10. Como vocês avaliam/observam os colegas que não participam dos grupos?
11. Como é a convivência em sala de aula com os que participam e os que não participam dos grupos? Há diferença?
12. Como é a convivência com aqueles que não fazem parte do grupo?
13. Como é o convívio com os professores?
14. Vocês acham que a Instituição percebe os grupos?
15. Como é a relação do grupo com a Instituição? Como vocês percebem essa relação?
16. Vocês acham que tem algum ganho em participar desses grupos? Qual?

APÊNDICE E**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM NÃO INTEGRANTES DE GRUPO**

1. Sexo: Masculino () Feminino () Idade: _____
2. Curso: _____
3. Qual sua religião? _____ Igreja _____
4. Conhece algum grupo?
5. Como você percebe esses grupos?
6. O que lhe chama a atenção nesses grupos?
7. Você tem algum colega de sala de aula que participa desses grupos?
8. Qual o grupo que ele participa?
9. O que você acha da existência de grupos religiosos numa Instituição de ensino?
10. Você já foi convidado para participar?
11. Você já percebeu, algum colega que participa de grupos serem estigmatizados?
12. Os colegas que participam desses grupos, têm comportamento diferente dos que não participam?
13. Os colegas que participam desses grupos, têm aproveitamento melhor do que os não participantes?
14. Como os professores lidam com esses grupos?
15. Na sua opinião, como a Instituição percebe os grupos religiosos?

APÊNDICE F

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM

Eu, brasileiro (a), portador (a) do RG nº..... e CPF nº....., residente e domiciliado (a) na rua, na cidade de, ora na qualidade de titular dos direitos autorais da imagem/foto descrita no presente instrumento, de acordo com a Lei do Direito Autoral, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, **autorizo** o uso da **minha imagem** à doutoranda Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, a publicar as fotos necessárias à sua pesquisa **sem qualquer ônus** à UFCG, não cabendo, em qualquer tempo, direito à indenização, pagamento de valor antecipado ou posterior pelo uso destas imagens. Da mesma forma autorizo também a publicação para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares.

Para maior clareza, firma-se esta autorização.

Sendo o que tinha a declarar, de acordo com o disposto em epígrafe, assino *in fine*, explicitando os termos de minha inteira vontade.

Dou fé.

João Pessoa, _____ de _____ de 201__

Nome:

APÊNDICE G

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E ENTREVISTA GRUPOS

Eu,....., brasileiro (a), portador (a) do RG nº..... e CPF nº....., residente e domiciliado (a) na rua, na cidade de, ora na qualidade de titular dos direitos autorais da imagem/foto descrita no presente instrumento, de acordo com a Lei do Direito Autoral, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, **autorizo** o uso da **minha imagem, bem como do grupo**, se houver, à doutoranda Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, a publicar as fotos necessárias à sua pesquisa **sem qualquer ônus** à UFCG, não cabendo, em qualquer tempo, direito à indenização, pagamento de valor antecipado ou posterior pelo uso destas imagens. Da mesma forma autorizo a publicação da entrevista concedida por mim para sua tese e também para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares.

Para maior clareza, firma-se esta autorização.

Sendo o que tinha a declarar, de acordo com o disposto em epígrafe, assino *in fine*, explicitando os termos de minha inteira vontade.

Dou fé.

João Pessoa, _____ de _____ de 201__

Nome:

APÊNDICE H

AUTORIZAÇÃO PARA USO DE ENTREVISTA

Eu,....., brasileiro (a), portador (a) do RG nº..... e CPF nº....., residente e domiciliado (a) na rua, na cidade de, ora na qualidade de titular dos direitos autorais, de acordo com a Lei do Direito Autoral, Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, **autorizo** o uso da **minha entrevista**, à doutoranda Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, devidamente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, a publicação da entrevista concedida por mim para sua tese e também para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares.

Para maior clareza, firma-se esta autorização.

Sendo o que tinha a declarar, de acordo com o disposto em epígrafe, assino *in fine*, explicitando os termos de minha inteira vontade.

Dou fé.

João Pessoa, ____ de _____ de 201__

Nome:

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esclarecimentos,

Este é um convite para participação na pesquisa **PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA**: uma discussão sobre a presença da religião no espaço educacional profissionalizante, desenvolvida pela pesquisadora Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ramonildes Alves Gomes.

A pesquisa pretende analisar como a presença da religião tem marcado a história do IFPB, *campus* João Pessoa, nas mais variadas formas de manifestações religiosas ao longo de cinquenta anos. Para tanto, será necessário reconstruir essa trajetória a partir dos atores antigos e atuais envolvidos como: diretores; professores; estudantes; servidores técnicos administrativos, além dos líderes dos grupos e movimentos religiosos internos e externos ao campus.

Este trabalho tem por objetivo, analisar como em um país considerado de ampla maioria católica, com consequente representação dessa matriz religiosa na Instituição, apresentando uma vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, ocorreram modificações significativas nessa relação, o catolicismo inverte a posição ocupada anteriormente, com diferentes denominações evangélicas, junto à comunidade escolar.

Solicitamos, portanto, sua colaboração no sentido de participar dessa pesquisa, autorizando a publicação dos seus resultados, bem como para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares. Informamos que os riscos para sua participação são mínimos, relacionados a possíveis constrangimentos no momento de você responder a alguma arguição, previsível. Sua participação é voluntária, não sendo portanto, obrigado a colaborar com a pesquisa e/ou fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador. A não participação ou desistência no estudo, não implicará nenhum dano e a qualquer momento poderá desistir de fornecer as informações solicitadas.

Este estudo não lhe trará benefícios diretos, mas poderá contribuir para entender como em um país considerado de ampla maioria católica, essa vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, sofreu modificações significativas nessa relação entre o catolicismo que vem desaparecendo do cenário institucional, passando a ser substituída pelas religiões evangélicas através da inserção e atuação de vários grupos constituídos por estudantes integrantes de Movimentos Religiosos estaduais, em atuação no campus João Pessoa.

A pesquisadora responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Você também poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB para dirimir eventuais dúvidas quanto aos preceitos éticos relativos a essa pesquisa. Este termo terá duas vias de igual teor e uma via ficará com você.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a), e concorda em participar e dou meu consentimento para a publicação dos resultados dessa pesquisa.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante da pesquisa

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra pelo número (83) 99984 3960 ou pelo e-mail: annabeutten@yahoo.com.br ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE J

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Para os Pais ou Responsável Legal

Esclarecimentos,

Estamos convidando seu filho(a) para participar da pesquisa **PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA**: uma discussão sobre a presença da religião no espaço educacional profissionalizante, desenvolvida pela pesquisadora Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ramonildes Alves Gomes.

A pesquisa pretende analisar como a presença da religião tem marcado a história do IFPB, *campus* João Pessoa, nas mais variadas formas de manifestações religiosas ao longo de cinquenta anos. Para tanto, será necessário reconstruir essa trajetória a partir dos atores antigos e atuais envolvidos como: diretores; professores; estudantes; servidores técnicos administrativos, além dos líderes dos grupos e movimentos religiosos internos e externos ao campus.

Este trabalho tem por objetivo, analisar como em um país considerado de ampla maioria católica, com conseqüente representação dessa matriz religiosa na Instituição, apresentando uma vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, ocorreram modificações significativas nessa relação, o catolicismo inverte a posição ocupada anteriormente, com diferentes denominações evangélicas, junto à comunidade escolar.

Solicitamos, portanto, sua autorização para que seu filho (a) participe dessa pesquisa, autorizando a publicação dos seus resultados, bem como para outras produções por ela desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares. Informamos que os riscos para a participação dele (a) são mínimos, relacionados a possíveis constrangimentos no momento de responder a alguma arguição, previsível. A participação é voluntária, não sendo, portanto, obrigado a colaborar com a pesquisa e/ou fornecer as informações solicitadas pelo pesquisador. A não participação

ou desistência no estudo, não implicará nenhum dano e a qualquer momento poderá desistir de fornecer as informações solicitadas.

Este estudo não trará benefícios diretos a ele(a), mas poderá contribuir para entender como em um país considerado de ampla maioria católica, essa vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, sofreu modificações significativas nessa relação entre o catolicismo que vem desaparecendo do cenário institucional, passando a ser substituída pelas religiões evangélicas através da inserção e atuação de vários grupos constituídos por estudantes integrantes de Movimentos Religiosos estaduais, em atuação no campus João Pessoa.

A pesquisadora responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Você também poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB para dirimir eventuais dúvidas quanto aos preceitos éticos relativos a essa pesquisa. Este termo terá duas vias de igual teor e uma via ficará com você.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a), concordo com a e autorizo _____ em participar da pesquisa.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura dos Pais ou Responsáveis

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra pelo número (83) 99984 3960 ou pelo e-mail: annabeutten@yahoo.com.br ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.
Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE K

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

Esclarecimentos,

Este é um convite para participação na pesquisa **PRÁTICAS RELIGIOSAS NO ESPAÇO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A EXPERIÊNCIA DO IFPB – CAMPUS JOÃO PESSOA**: uma discussão sobre a presença da religião no espaço educacional profissionalizante, desenvolvida pela pesquisadora Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra, aluna do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na modalidade DINTER (Doutorado Interinstitucional), com número de matrícula 201322010, sob a orientação da Prof^a Dr^a Ramonildes Alves Gomes.

A pesquisa pretende analisar como a presença da religião tem marcado a história do IFPB, *campus* João Pessoa, nas mais variadas formas de manifestações religiosas ao longo de cinquenta anos. Para tanto, será necessário reconstruir essa trajetória a partir dos atores antigos e atuais envolvidos como: diretores; professores; estudantes; servidores técnicos administrativos, além dos líderes dos grupos e movimentos religiosos internos e externos ao campus.

Este trabalho tem por objetivo, analisar como em um país considerado de ampla maioria católica, com conseqüente representação dessa matriz religiosa na Instituição, apresentando uma vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, ocorreram modificações significativas nessa relação, o catolicismo inverte a posição ocupada anteriormente, com diferentes denominações evangélicas, junto à comunidade escolar.

Solicitamos, portanto, sua colaboração no sentido de participar dessa pesquisa, autorizando a publicação dos seus resultados, bem como para outras produções por ela

desenvolvidas, que tenham a mesma finalidade, tais como livros, revistas, seminários, congressos e similares. Informamos que os riscos para sua participação são mínimos, relacionados a possíveis constrangimentos no momento de você responder a alguma pergunta, previsível. Sua participação é voluntária, não sendo, portanto, obrigado a colaborar com a pesquisa e/ou fornecer as informações solicitadas pela pesquisadora. A não participação ou desistência no estudo, não implicará nenhum dano e a qualquer momento você poderá desistir de fornecer as informações solicitadas.

Este estudo não lhe trará benefícios diretos, mas poderá contribuir para entender como em um país considerado de ampla maioria católica, essa vivência atípica da laicidade, ao longo de mais de cinquenta anos, sofreu modificações significativas nessa relação entre o catolicismo que vem desaparecendo do cenário institucional, passando a ser substituída pelas religiões evangélicas através da inserção e atuação de vários grupos constituídos por estudantes integrantes de Movimentos Religiosos estaduais, em atuação no campus João Pessoa.

A pesquisadora responsável estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Você também poderá contactar o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB para dirimir eventuais dúvidas quanto aos preceitos éticos relativos a essa pesquisa. Este termo terá duas vias de igual teor e uma via ficará com você.

Consentimento Livre e Esclarecido

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a), concordo em participar e dou meu consentimento para a publicação dos resultados dessa pesquisa.

João Pessoa, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante da pesquisa

Contato com o Pesquisador Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com Anna Thereza Patrício Beuttenmüller Bezerra pelo número (83) 99984 3960 ou pelo e-mail: annabeutten@yahoo.com.br ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- IFPB. Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB.

Telefone: (83) 3612-9725 - e-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

Assinatura do Pesquisador Responsável